

Universidade Federal da Paraíba
Universidade federal de Campina Grande – UFCG
Centro de Humanidades
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

**DRAMA, MORTE E VIDA DOS ÓRFÃOS DE
PAU DE COLHER: rito, memória e identidade - uma
história do percurso de voltar à terra**

Ana Lúcia Aguiar Lopes Leandro

Campina Grande, dezembro-2008

Ana Lúcia Aguiar Lopes Leandro

Drama, Morte e vida dos órfãos de Pau de Colher:
rito, memória e identidade - uma história do percurso de voltar à
terra

Tese apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Sociologia
da Universidade Federal da Paraíba
e Universidade Federal de Campina
Grande para obtenção do título de
Doutor em Sociologia, sob
orientação do Prof. Dr. Márcio de
Matos Caniello.

Campina Grande, dezembro-2008

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

L437

2008 Leandro, Ana Lúcia Aguiar Lopes.

Drama, morte e vida dos órfãos de Pau de Colher: rito, memória e identidade - uma história do percurso de voltar à terra / Ana Lúcia Aguiar Lopes Leandro. — Campina Grande, 2008.

324 f. : il.

Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba / Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

Referências.

Orientador: Prof. Dr. Márcio de Matos Caniello.

1. Pau de Colher. 2. Órfãos. 3. Memória. 4. Liminaridade. 5. Communitas. 6. Identidade. 7. Rito. 8. Ethos. I. Título.

CDU 316.7 (043)

Ana Lúcia Aguiar Lopes Leandro

**DRAMA, MORTE E VIDA DOS ÓRFÃOS DE PAU DE
COLHER: rito, memória e identidade - uma história do
percurso de voltar à terra**

Tese apresentada em 12/12/2008

Banca Examinadora

Prof. Dr. Márcio de Matos Caniello (UFCG/PPGCS/CH) –Orientador)

Prof. Dr.^a Lília Maria Junqueira (Ex. Externo-UFPE/PPGS/CFCH)

Prof. Dr.^a Rosilene Dias Montenegro (Ex. Externo-UFCG/PPGH)

Prof. Dr.^a Ghislaine Duqué (Ex. Interno-UFCG/PPGCS/CH)

Prof. Dr. Lemuel Dourado Guerra (Ex. Interno- UFCG/PPGCS/CH)

Campina Grande, dezembro-2008

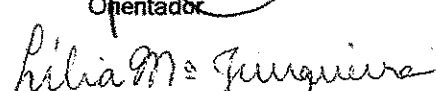
Ata da Sessão Pública de Defesa de Tese de Doutorado da aluna Ana Lúcia Aguiar Lopes Leandro do Programa de Pós-Graduação em Sociologia.


Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e oito, às 09:00 horas, no Auditório da Biblioteca Central da UFCG, reuniu-se, na forma e termos dos artigos 62 a 65 do Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação "Stricto Sensu" da UFPB, anexo à Resolução CONSEPE 12/00, a Banca Examinadora, composta pelos professores Dr. Márcio de Matos Caniello – PPGCS/UFCG, na qualidade de Orientador e Presidente, Dra. Lília Maria Junqueira – PPGS/UFPE, Dra. Rosilene Dias Montenegro – PPGH/UFCG, Dra. Ghislaine Duqué – PPGCS/UFCG e Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho – PPGCS/UFCG, na qualidade de Membros Titulares, para julgamento da tese de doutorado da aluna Ana Lúcia Aguiar Lopes Leandro, intitulada "Drama, Morte e Vida dos Órfãos de Pau de Colher: rito, memória e identidade – uma história do percurso de voltar à terra". A sessão pública foi aberta pelo Professor Dr. Márcio de Matos Caniello, orientador da aluna. Após a apresentação dos integrantes da Banca Examinadora, a candidata iniciou a exposição do seu trabalho sendo este seguido das arguições dos examinadores. O Professor Dr. Márcio de Matos Caniello convidou a Professora Dra. Lília Maria Junqueira para iniciar a arguição e os Professores Dra. Rosilene Dias Montenegro, Dra. Ghislaine Duqué e Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho prosseguiram com as arguições. Em seguida, a banca examinadora solicitou a retirada da Assembléia para, em sessão secreta, avaliar a candidata. Após análise da Banca Examinadora foi atribuído o conceito APROVADO COM DISTINÇÃO com nota 9,5, conforme os artigos 62 a 65 do anexo à Resolução 12/00. Nada mais havendo a tratar eu, Rinaldo Rodrigues da Silva, Secretário, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, assino juntamente com os demais membros da Banca Examinadora.

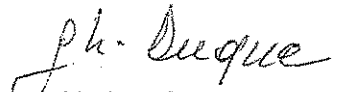
Campina Grande, 12 de dezembro de 2008


Rinaldo Rodrigues da Silva
Secretário Acadêmico


Márcio de Matos Caniello
Orientador


Lília Maria Junqueira
Membro Titular


Rosilene Dias Montenegro
Membro Titular


Ghislaine Duqué
Membro Titular


Lemuel Dourado Guerra Sobrinho
Membro Titular


Ana Lúcia Aguiar Lopes Leandro
Aluna

O sertão

O sertão é onde a gente vive, é a terra da gente, é onde a gente tem a nossa família. É o lugar onde a gente se criou. É onde a gente tem força. A gente pode ir, mas a gente volta pra trás.

Lourival de Souza Rodrigues

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a, Arthur Henrique, Tobias e Cesar Augusto Mello, filhos nascidos em meus períodos de *liminaridade*. Tempos cotidianos da suspensão, comuns em nossa trajetória de vida, mostraram, todavia, que os momentos considerados por alguns “banais” foram aqueles nos quais nossas forças aqueceram nossas almas amparadas pela memória da nossa tradição, permitiu ao nosso espírito um percurso compartilhado, cuja seta indicava o caminho do retorno, sempre.

Dedico, com a mesma essência, a Cesar Mello, um tempo marido, no outro ex-marido, mas sempre um lugar onde enterrei minha alma.

Dedico, finalmente, a Diaquí, indígena dos meus dias de criança e dos tempos que correm. Diaquí me faz pertencer ao lugar de meus ancestrais. A certeza de retorno, com a morte, anima meu espírito em suspensão eterna.

AGRADECIMENTOS

O momento de agradecimento, neste trabalho, é tão significativo quanto o trabalho que segue nas páginas à frente. Denota, sobretudo, a emoção de ter enfrentado um percurso prazerosos rodeado por aqueles que, dentro do possível de suas experiências, cooperaram para que esta lide fosse erguida. Começar o reconhecimento do dever de gratidão principalmente, norteadas pelo agradecimento mais íntimo àqueles que, vivos ou mortos, foram os principais protagonistas desta produção ao colocarem suas marcas nesta elaboração com suas narrativas de vida: os órfãos de Pau de Colher.

Pensando e escrevendo, este momento dos agradecimentos e, sentindo cada letra, cada palavra, da composição deste itinerário, as lágrimas brotam dos meus olhos. Isto é pouco para me referir aos órfãos de Pau de Colher. A estes, em cada pedaço de “chão” onde moram e onde nos conhecemos, dedico meu respeito incondicional. Edificação cercada, do começo ao fim, por companheiros solidários, entusiasmados, persistentes, incansáveis cotidianamente.

Solidariedade com paciência, prazer, emoção. No decorrer dos dias reuniram esforços para acompanhar, ouvir, estimular, perseverar juntos, chorar, sorrir, sentir. Não pesaram nas horas e nos dias concentrados em suas lembranças. Nos dias que correm não medem tempo, pois continuam participando, ativamente, do vai e vem desta produção, me ouvindo. A trajetória, com os órfãos de Pau de Colher, expressa o “vivido mil vidas”, “morrido mil mortes” e “mergulhado” na viagem que fizeram de retorno às suas origens. Digo isso pelo dramático percurso que experienciaram, com dignidade, com honra, orgulho, amor à terra natal o que fizeram sem economizar oxigênio.

Por essa razão, a eles reservei o momento de abrir e fechar o instante dos agradecimentos. Sentimento compartilhado cabe dizer, denunciados pelo choro, pelo riso, pelo medo, pela ansiedade, pelo destemor, pelo temor, pelos desafios, pela entrega, pela renúncia, pela determinação, pela perseverança. Às vezes frágil diante de muitos obstáculos, mas enérgica quando o assunto se referia a advogar o resgate da dignidade dos meninos diante de um órgão que dificultasse a pesquisa. Barreiras foram ultrapassadas e essas não faltaram.

No início pensava a pesquisa como desafio, mas, em seguida, tive certeza seria uma dádiva. Neste exato momento dos agradecimentos, lembro os caminhos percorridos

e tudo que ofereceu prazer despertando em mim meus melhores sentimentos. Pau de Colher foi tudo isso, é tudo isso. A rede de vínculo que construímos, em conjunto, não será saldada jamais.

Difícil agradecer, por esta razão e, até, impossível agradecer, pois seria outra tese: a dos agradecimentos. Mas, exercitando o agradecer, esperando que não seja dito, de nada, para não romper o vínculo.

Ao meu orientador dedico minha maior gratidão pela humildade e respeito com os quais se reportou às minhas limitações. Debruçado, diante dos instantes de minhas dúvidas e limites, tinha sempre uma rota a oferecer, uma elucidação a fazer. Manifesto, assim, publicamente meus agradecimentos a este que foi se envolvendo, a cada dia, pelo drama dos órfãos de Pau de Colher e se tornando “verdadeiro entusiasta” deles. Como bem o conheço, tenho certeza que está de acordo com a hierarquia que os órfãos ocupam nesta produção. Ao Professor Dr. Márcio de Matos Caniello por sua orientação pontual, segura, com a propriedade de quem desde logo entendeu o percurso dos órfãos de Pau de Colher. Companheiro, mesmo nos dias de sofrimento quando sua palavra pesada me arrancou o choro, agradeço pela sinceridade e por ter percorrido um caminho, comigo, nesta tese, segurando minha mão, como se nunca tivesse feito esse percurso antes. Pude ver em Márcio Caniello o homem cheio de emoção que muitas vezes a altura e a palavra dura dão a impressão de alguém frio e desapaixonado. Tudo o contrário. Exercício paciente de acolhimento, raro, em um mundo que aprendeu a valorizar a relação de equivalência. Obrigada professor Márcio pela orientação séria, cuidadosa, estimulante. Marca de um doutor que é metuculoso, firme, crítico, solidário, companheiro que sabe dizer sim e não e que me ensinou que não basta ser doutor para orientar. É preciso conhecer a via, o caminho. Ouviu, sentiu, observou e me provocou escrever. “Diga o que você viu lá em Pau de Colher”! Escreva a história dos órfãos para quem não a conhece. Essa foi a inscrição que marcou meu corpo, aguçou minha escrita, aticou minha cabeça, fez saltar incontrolavelmente as palavras do meu coração. Carinho por ter acreditado que Pau de Colher é um grande tema. Com Márcio Caniello, aprendi a valorizar o cotidiano e mais ainda, ao colocar as lições de Van Gennep e Victor Turner em meu caminho de aprendizagem, aguicei meu olhar sobre o cotidiano da “margem”, nosso lugar comum na dinâmica da vida social.

Ao meu querido Lemuel Guerra cujas palavras na troca de e-mails, ao longo do doutorado, eu fui colecionando. Poesia ao falar, ao escrever, ao olhar, ao se referir, ao cuidar. Quero dizer, Lemuel Guerra, que de todos os seus pensamentos e, diga-se de

passagem, tenho guardado todos, pois imprimir seus e-mails, aquele que me acompanhou em todas as horas da pesquisa à escrita, num vai-e-vem fantástico, foi como você dizia “reinventar memórias das sombras e dobras”. “Veja o que cintila Ana”. Busque as “dobras e nuances da trajetória dos órfãos”. “Que bom os órfãos tem você para zelar por sua memória”. “As teorias devem ser escudos carregados como o peso de um pássaro”. Você, Lemuel, é uma pessoa que estimula todos constantemente a “Espantar-se sempre”! Lembra! Afirmo: você não cabe dentro desse corpo, pois ao falar, e em cada gesto, envia uma mensagem. O seu silêncio é texto e contexto. Mesmo quando você é coadjuvante, rouba a cena principal. Essa é sua diferença: vivenciar ser gente. Ao ser gerado estava escrito ao que veio nesta vida.

A minha querida Rosilene Montenegro, cuja acolhida se deu no fortalecimento dos laços de amizade. A ela devo algo mais do que conversas, recomendações e troca de e-mails. Devo o carinho, o afeto, a preocupação, a palavra. Como diria Allain Caillé, devo o “Potlatch” das palavras, doadas generosamente.

Ao meu querido Luiz Hermínio Cunha, “menino” inteligente, gente que sabe humildemente provocar buscas. Quando dizíamos durante as aulas: Bourdieu pensa *habitus* dessa ou daquela forma. Respondia: “Será? Será que ele quis dizer isso”? Simplicidade acompanhada de sabedoria. Que bom conhecê-lo, conviver e aprender com você.

Meus queridos professores do Departamento de História da Universidade Federal de Campina Grande, Prof. Fábio Gutemberg Ramos Sousa (In Memoriam) que não poderá ler meus escritos e colocar sua marca crítica o que, com toda certeza, ajudaria a diminuir meus erros e a Gervácio Batista Aranha ambos me permitiram experimentar o diálogo entre a Antropologia, História e Sociologia. Suas aulas, regadas de simplicidade e experiência, apontam para dois professores que apostam na luta limpa e que denuncia a formação que tiveram como pessoas humildes de nascimento cujas conquistas foram realizadas a cada pingão do suor de suas testas.

A minha professora Lília Junqueira, primeira pessoa a se ocupar de Pau de Colher com orientações precisas durante a dissertação. Ela foi responsável pelas orientações no mestrado. Os primeiros passos, os primeiros dias nessa grande aventura chamada Pau de Colher. Tranquilidade não lhe faltou para me orientar, confiança no que eu escrevia e orientação regada de entusiasmo.

Ao meu querido professor Paulo Henrique Martins que acreditou, sempre, no meu esforço de estudante e pensa a tese de Pau de Colher como um grande romance.

Homem que acredita nas mudanças significativas para o mundo que o rodeia, que aposta na mente e no coração como instrumentos de mudança. Essa é sua diferença, professor. Pelo entusiasmo e pelas sempre constantes respostas às minhas dúvidas, pelo carinho dedicado e tempo disponibilizado. Minha admiração só tem aumentado desde 2001 até os anos que correm. Colocou a minha disposição a possibilidade de outras lentes na construção do meu objeto. O legado do seu trabalho foi capaz de me ajudar a perceber os limites das abordagens teóricas em torno dos paradigmas dominantes ao oferecer outros olhares com o paradigma do dom. Através de Paulo Henrique Martins aprendi que a palavra é a dádiva das dádivas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), hoje Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), por ter acreditado na missão com a qual eu chegava ao programa, a saber, fazer o destino desistir de meus projetos. Portas abertas, braços abertos, sempre. Era o sentimento que eu tinha ao entrar na universidade. Tudo cheirava a solidariedade. Horas eu passava olhando quem se aproximava e quem se distanciava, mas aguardando persistente uma palavra generosa que não faltava. Agradecer e pedir desculpas por minhas insistências cotidianas e meus deslizes momentâneos esquecendo o respeito à diversidade, ao limite do outro quando tudo eu queria a meu jeito e hora. Especialmente, penso em Joãozinho, primeira voz ouvida, por mim, ao telefone, quando, de Petrolina, buscava orientação sobre minha inscrição para a seleção do doutorado. Não esquecerei jamais o estímulo de seu coração generoso: “venha, sim, pois estaremos de portas abertas para lhe receber”.

Aos meus queridos filhos, netos, sobrinhos, mulheres e maridos dos órfãos de Pau de Colher que me abriram as cancelas de seus sítios, me acomodaram em suas dependências, me ofereceram suas redes estendidas, me deram água para beber dos seus barreiros ora transbordando de água, ora secos, comida para comer, rapadura para adoçar a boca, após o almoço, cujos momentos, regados pelas entrevistas, me transportaram para a trajetória vivenciada. Pessoas simples de coração prontos a acolher quem chega, onde não falta água, comida, agasalho, humor, ensinamentos.

A minha família, meu papai e minha mamãe, Josefa e Abelardo, meus irmãos Ana Maria e Abelardo José (Dinho) de cujos sofrimentos e alegrias somos todos herdeiros. Por se orgulharem do meu gosto pelo estudo, da minha luta para vencer meus limites.

Aos oficiais das Polícias Militares de Pernambuco, da Polícia Militar Bahia e da Polícia Militar do Piauí por terem entusiasmado a pesquisa, emprestado seus ouvidos

para ouvir pacientes, durante toda a pesquisa, minha voz. Pelas preocupações e fraternidade com que me trataram não medindo esforços para me orientar no acesso aos documentos. Especial carinho ao Tenente Coronel Rubens Pereira pelos olhos generosos.

A dona Marlene, Maria de Fátima, Rafaela e Libânia até onde as palavras generosamente ouvidas e doadas podem traduzir como me receberam, amigas de todos os dias no pensionato é preciso agradecer de uma maneira muito especial. Alimentavam minha vida, com um carinho acolhedor, e se preocupavam com o meu bem estar. Minha estima e admiração pela marca de gente que vocês levam cravadas no corpo. Ajudaram-me constantemente, perguntando sobre os órfãos de Pau de Colher, a caminhar por esse mundo e exercitando minha curiosidade. Cooperaram quando me fizeram pular para o passado muitas vezes e a buscar este no presente dos meninos.

A meus queridos Jairo Bezerra e Maria Rodrigues, meus colegas do doutorado, primeiros que me atenderam e que abriram seu coração para me receber fora dos departamentos da universidade e, por assim dizer, nos espaços outros onde trocávamos experiências de vida e compartilhávamos nossas inquietudes teóricas, nossas metas, nossos desejos. Ao mesmo tempo, procurávamos um lugar para nossos atordoamentos como seres humanos.

Aos queridos companheiros da turma do mestrado em especial a Flávio e Roosevelt amigos que me enxergaram desde o início e me ajudaram a sobreviver em alguns momentos me reconhecendo como alguém capaz de ouvi-los em horas de aflição. O Laboratório do PPGS era o lugar desses acontecimentos por excelência. Mesmo distantes, pelo que a vida nos reservou, e que não podemos nos recusar sob pena de ver nossos membros amputados, a amizade continuou intermitente através de e-mails e, esporadicamente, quando viajava a Campina Grande.

Ao Prof. Francisco José de Carvalho, diretor da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, a quem dedico minha admiração especial, por ser incansável articulador de programas sociais. Nunca estava ocupado para me ouvir. Que me permitiu ladrilhar meu caminho prestando um olhar ao meu trabalho e enxergando-o como sério e responsável.

Aos colegas professores da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, que me viram diariamente entre as tarefas da universidade e as tarefas do doutorado. As colocações, as interrogações que levantavam em torno do meu objeto de estudo,

conceitos, categorias e metodologia utilizada, me ajudaram a reavivar, em minha mente, meu foco de defesa.

Aos meus alunos da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte sou especialmente grata por me ouviam pacientemente todos os dias em todos os lugares da universidade onde nos encontrávamos e fora desses lugares universitários, em não-lugares, lugares, por assim dizer, de vida e aquecimento do ser humano. Esses me permitiram exercitar meus argumentos, diminuir minhas dúvidas, fortalecer meu olhar, em fim, com eles aprendi, construí e reconstruí minhas rotas. Adoráveis alunos que têm a ver com essa minha prazerosa rota de por em pé este trabalho, posto que de olhos emocionados eles dissessem: não vemos a hora de ler seu trabalho.

Aos funcionários da Secretaria de Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Clara, Gerilda, Fracenilda, Milano, Micahel, Nadja, Raí, Ednalva, Elisama, Dedé, pelo carinho e respeito aos meus estudos, ao meu trabalho e pelo acompanhamento, mesmo que ao largo. São, antes de tudo, pessoas amáveis que me ajudaram muito. Desde 2005 estou ligado a essas pessoas e quero continuar por muito tempo. Com admiração e amizade.

A Naiara Maely Araújo Cardoso, filha adotada pelo coração, companheira de todas as horas no pensionato, em Mossoró, meu maior aconchego como mãe, também adotada.

Finalmente, para encerrar esse momento, e como afirmei no início, volto para as estradas de chão, para o homem simples do “mato”, para as veredas do sertão nordestino, para os povoados e moradias da região fronteira dos Estados do Piauí, de Pernambuco e da Bahia, para o cachi, para o criatório, para debaixo do juazeiro, para as vozes que ofereceram a oportunidade de ouvir uma versão de suas histórias.

Agradeço pedindo, eternamente, desculpas pelo pouco que pude fazer nesse momento. Desculpas porque, além de ser pouco o que aqui está escrito, está longe de ter refletido o que passaram o que sentiram naquele drama dos idos de 1938 até os nossos dias, pois é a minha versão. Desculpas por tê-los mexido muitas vezes no mais íntimo de seu sofrimento para colocar essa história pública. Por essa razão, finalizo evocando mais uma vez os órfãos de Pau de Colher para, de pé, curvar minha cabeça e saudá-los pelos homens e mulheres que representam a força para buscar, na volta, a dignidade interrompida, uma história com a qual após sete anos afastados do seu “chão” voltaram e se conciliaram. Aos homens de Pau de Colher, às mulheres de Pau de Colher, hoje idosos, órfãos que, ao se reencontrarem com os corpos de seus pais nas valetas onde

foram jogados em 1938, pelos policiais militares, reconciliaram-se com sua alma em suspensão por tanto tempo.

RESUMO

A presente tese procura refletir sobre a trajetória de um grupo de meninos órfãos do movimento denominado Pau de Colher ocorrido em 1938, no Norte da Bahia. A referência empírica é o grupo de trinta e duas crianças retiradas de sua região de origem e colocadas, pelo Estado, por um longo tempo, na *liminaridade*. A compreensão dessa trajetória e, nesta, a organização, pelos órfãos de sua *communitas*, não pretende restringir-se a uma trajetória desprovida de sentido e nem a um período de suspensão de papéis cujo cotidiano tenha sido superficial, banal ou um refúgio para o desencanto. Assim, o cotidiano da *liminaridade*, a qual foram colocados, indica uma produção social na qual a memória, com aparato do *ethos*, foi estratégia dos órfãos para manutenção da pertença. O entendimento da memória, como questão sociológica, nesta tese, pretende apontar sua função não só social, mas interventora no processo de constituição de um caminho de volta para órfãos que, no isolamento, se agarraram a ela para se manterem indivíduos. Esse aspecto é o eixo norteador da análise que farei a seguir, do rito de passagem dos órfãos de Pau de Colher e, para tanto, trato memória, para além de seus adjetivos, não importa, foi capaz de ser evocada e desenhar um cotidiano liminar efervescente. Apontou, assim, a possibilidade, através da memória, conhecimento do detalhe, da singularidade em lugares pouco prováveis como sentimento, amor, orgulho, honra étnica e o papel da memória nas práticas e instituições da sociedade. O cotidiano vivido pelos trinta e dois órfãos de Pau de Colher na Escola de Menores, Instituto de Preservação e Reforma, em Salvador, é defendido, neste trabalho, como o lugar de formação da *communitas* do grupo, lugar-depositário do *ethos*, após a repressão sofrida pelos pais e conseqüente intervenção do Estado na ação de deslocamento das crianças para aquele instituto. As narrativas, referenciadas pela memória do grupo, discorrem sobre a terra, seus ancestrais, a honra, a luta pela recuperação da dignidade, respeito e retorno à terra de origem. O dia a dia vivenciado pelos órfãos, na Escola de Menores, tecido de várias maneiras, constituiu-se como desafio e luta permanente objetivando fazer a "viagem de volta" a sua terra, na qual, triunfantes, se conciliaram com sua gente, com sua própria história. O estudo aqui proposto é parte do mote – "Drama, morte e vida dos órfãos de Pau de Colher: rito, memória e identidade e pleiteia a idéia que segue. Os órfãos foram subtraídos do convívio social e cultural do qual faziam parte. Permaneceram por um longo tempo na *liminaridade*. Por outro lado se inseriram numa *communitas*, que asseveramos concebida no Instituto de Preservação e Reforma, lugar que se consistiu no depositário do seu *ethos*. Entretanto, mas do que um *rito de passagem*, o que a história dos órfãos mostra, é um resgate da dignidade perdida, posto que subtraída pela repressão, vai sendo consolidada no desejo de retornar, pelo amor à terra e aos ancestrais. Percorremos o deslocamento, a agregação e o regresso que as crianças traçaram tornou possível, a este trabalho, sair da letra fria, desapaixonada e dogmática do documento oficial. Por aqui, foi possível trilhar um dos significados principais da experiência que os órfãos vivenciaram, nessa trajetória, especificamente na escola, fortalecida pela vontade de fazer a viagem de volta à terra que acreditavam terem enterrado sua alma.

Palavras-Chave: Pau de Colher, órfãos, memória, *liminaridade*, *communitas*, identidade, rito, *ethos*

ABSTRACT

This thesis pursues to reflect about the trajectory of a group of orphan boys of a movement denominated Pau Colher occurred in 1938, in the northern of Bahia. The empirical reference is the group of thirty-two children taken from their region of origin and placed, by the Government, for a long time, in the *liminaridade*. The understanding of such a trajectory and, in it, the organization, by the orphans of its *communitas*, doesn't intend to be limited to a trajectory unprovided of meaning and doesn't even intend at a period of suspension of roles whose everyday has been superficial, banal or an escape to a disillusion. Thus, the nowadays of the *liminaridade*, in this study, shows a social production in which the memory with the apparatus of the *ethos* was the orphans' strategy for the maintenance of their origin. The understanding of the memory as a socio-anthropological matter, in this thesis, intends to point out its function not only as social, but also of intervention in the constitution process of a way back for the orphans that, in the isolation, get hold of the memory in order to keep being individuals. That aspect is the orientation axle of the analysis, and of the passage rite of the orphans of Pau de Colher to which I am directing as follows and, for so much, the collective memory was able to be evocated and draw a strong preliminary quotidian life in the orphans trajectory. Thus, a possibility was showed, through the memory, detail awareness, uniqueness in little probable places such as love, pride, ethical, and honor, the memory role in the practices and institutions of society and its social role. The quotidian life of the thirty-two orphans of Pau de Colher, at the Escola de Menores, denominated afterwards, Institute of Preservation and Reform, in Salvador is defined, in this work, as a place of formation of the *communitas* of the group, depository place of the *ethos*, after the repression undergone by their parents and consequently by the Government in the action of the children's dislodgement for that institute. The narratives, as references of the group's memory, discourse about the land, their tradition, honor, and fight for recovering their dignity, respect and return to their land of origin. The day by day lived by the orphans, at the Escola de Menores, composed of thousand ways, was constituted of a challenge and permanent fight viewing to take the "trip back" to their homeland, in which, triumphant, they would make up with their people, with their own history. The study hereby suggested is part of the mote – "Drama, death and life of the orphans of Pau de Colher: rite, memory, and identity in the history of the course of getting back to the homeland and plead the following idea. The orphans were subtracted from the cultural and social acquaintance they took part. They remained for a long time in the *liminaridade*. On the other hand, got inserted in a *communitas*, which we assure was conceived in the Institute of Preservation and Reform, place where got constituted in the depository of their *ethos*. Therefore, more than a *passage rite*, what the history of the orphans shows is a rescue of the lost dignity, as long as subtracted from the repression, goes being consolidated in the desire of returning, for the love for the homeland and for their ancestors. I have gone through the dislodgement way, the aggregation and the return the children traced, what made it possible get out of the insignificance, with no affection and dogmatic of the official document. Here, it has been possible plan one of the main meanings of the experience that the orphans had through that trajectory, specifically at school, strengthened by the will of taking the trip back to the land where they believed they had buried their souls.

Key Words: Pau de Colher, orphans, memory, *liminaridade*, *communitas*, *ethos*, return trip.

RÉSUMÉ

La présente thèse propose une réflexion sur la trajectoire d'un groupe d'orphelins du mouvement dénommé Pau de Colher en 1938, dans le Nord de l'Etat de Bahia au Brésil. La référence empirique est un groupe de trente-deux enfants retirés de leur région d'origine et placés par l'Etat pour une longue période de temps, dans la *liminaridade*. La compréhension de cette trajectoire et, en son sein, de l'organisation par les orphelins d'une *communitas*, ne prétend ni se restreindre à une trajectoire dépourvue de sens, ni à une période de suspension de rôles dont le quotidien eut été superficiel, banal ou un refuge pour le désenchantement. Ainsi, le quotidien de la *liminaridade* indique dans cette étude une production sociale dans laquelle la mémoire comme appareil de l'*ethos* fut une stratégie des orphelins pour le maintien d'une appartenance. La compréhension de la mémoire comme question socio-anthropologique prétend dans cette thèse se réaliser non seulement par l'étude de sa fonction sociale mais aussi par celle du processus de constitution d'un chemin de retour pour les orphelins qui, dans leur isolement, se raccrochent à celle-ci pour rester des individus. Cet aspect est l'axe central de l'analyse réalisée. Une attention particulière est accordée au *rite de passage* des orphelins du Pau de Colher : la mémoire collective a en effet été capable d'être évoquée et de dessiner un quotidien liminaire effervescent dans la trajectoire des orphelins.

Nous soulignons ainsi la possibilité, à travers la mémoire, connaissance du détail, de la singularité des lieux peu probables comme le sentiment, l'amour, la fierté, l'honneur ethnique, le rôle de la mémoire dans les pratiques et les institutions de la société et leur fonction sociale. Le quotidien vécu par les trente-deux orphelins du Pau de Colher, dans l'Ecole pour Mineurs à Salvador, plus tard rebaptisée Institut de Préservation et de Réforme, est défendu dans ce travail comme lieu de formation de la *communitas* du groupe, lieu dépositaire de l'*ethos*, après la répression dont ont souffert les parents et l'intervention consécutive de l'Etat de placement des enfants dans cet institut.

Les narrations, référencées par la mémoire du groupe, discutent sur la terre, la tradition, l'honneur, la lutte pour la récupération de la dignité, le respect de la terre d'origine. Le jour-le-jour vécu par les orphelins dans l'Ecole pour Mineurs, tissé de diverses manières, s'est constitué comme un défi et une lutte permanente ayant pour objectif de faire le « voyage de retour » à leur terre, où, triomphants, ils se réconcilieraient avec leurs proches, avec leur propre histoire. L'étude proposée ici est partie prenante du slogan – « drame, mort et vie des orphelins du Pau de Colher : rite, mémoire et identité dans l'histoire du parcours de retour à la terre » et soutient l'idée qui suit. Les orphelins ont été soustraits du milieu social et culturel duquel ils faisaient partie. Ils sont restés pendant longtemps dans la *liminaridade*. D'autre part, ils se sont insérés dans une *communitas*, que nous affirmons conçue dans l'Institut de Préservation et de Réforme, lieu qui se constitue comme dépositaire de l'*ethos*. Entretemps, plus qu'un *rite de passage*, ce que l'histoire des orphelins montre, c'est que le sauvetage de la dignité perdue, soustraite par la répression, va se consolider dans le désir de retour, dans l'amour de la terre et des ancêtres. Nous parcourons le déplacement, l'agrégation et la régression que les enfants ont tracés, ce qui a leurs a permis de fuir de la lettre froide, dépassionnée et dogmatique du document officiel. Par ce biais, il a été possible de créer un des signifiants principaux de l'expérience que les orphelins ont vécu dans cette trajectoire, spécialement à l'Ecole, fortifiée par la volonté de faire un voyage de retour à une terre dont ils croyaient qu'elle abritait leur âme.

Mots-Clé: Pau de Colher, Orphelins, Mémoire, *Liminaridade*, *Communitas*, *Ethos*, Voyage de Retour

SUMÁRIO

EPÍGRAFE
DEDICATÓRIA
AGRADECIMENTOS
SUMÁRIO
RESUMO
ABSTRACT
RÉSUMÉ

INTRODUÇÃO -----19

CAPÍTULO 1 – Rito, memória e identidade na trajetória dos órfãos de Pau de Colher: caminhos teóricos e metodológicos

1.1 Os acontecimentos	26
1.2 Objeto e trilhas possíveis	30
1.3 Estranhamento, caracterização e questionamentos sobre o objeto de estudo	36
1.4. Entrecruzamento: problema e análise teórica	40
1.5 Por outros diálogos teóricos pertinentes	50
1.5.1 O homem ordinário e seu cotidiano	51
1.5.2 Ação social, relação social e pertinência à raça	54
1.5.3 Memória e poder como prática social	59
1.6. Hipóteses e objetivos	63
1.7. Aspectos e procedimentos metodológicos da pesquisa de campo	64
1.7.1 Por uma via teórico metodológica	65
1.7.2 A pesquisa de campo	69
1.7.2.1 Sobre as fontes orais	69
1.7.2.2 Sobre as fontes escritas	77
1.7.2.3 Análise, tratamento e operacionalização dos dados	82

CAPÍTULO 2 – Acontecimentos, pessoas e lugares do drama vivido no lugar Pau de Colher: memória dos antecedentes da *liminaridade*

2.1 Memória dos tempos e lugares do massacre	87
2.2 Memória do lugar, lugar da memória: Casa Nova o lugar oficial do drama	92
2.3 Os lugares e pessoas da memória interdita	98
2.4 A memória do sonho: pelas mãos dos pais, “nós tudo ia numa nuvem para o sítio Caldeirão”	101
2.5 A memória dos vinte e oito dias do “adjunto” de Pau de Colher entre a esperança e a desilusão com a repressão	103
2.6 Memória do “corpo a corpo” em Pau de Colher	110
2.7 Memória do “naufrágio” do movimento	116

CAPÍTULO 3 - Memória, adoção e internamento no processo da *liminaridade* dos órfãos de Pau de Colher: a separação

3.1 O rito de separação e a viagem dos órfãos de Pau de Colher como objeto sócio-antropológico-----	123
3.2 Ordens oficiais para a separação: decisões tomadas -----	125
3.3 Memória da separação das meninas: o ritual da adoção e da diáspora -----	127
3.4 Memória do vapor Barão de Cotegipe e do trem “enorme” -----	133
3.5 Memória do mercado de meninas e chegada ao Instituto de Preservação e Reforma -----	136
3.6 Louzinho, um dos órfãos: a memória do internamento dos meninos-----	137

CAPÍTULO 4 – Memória, pertinência étnica e *communitas* dos órfãos de Pau de Colher: a margem

4.1 Memória, pertinência étnica e <i>communitas</i> para o estudo da história dos órfãos de Pau de Colher -----	147
4.2 Memória, quadros de memória e desejo na <i>communitas</i> dos órfãos de Pau de Colher -----	153
4.3 Silêncio dissimulado -----	166
4.4 O sonho com os animais: “papagaio voou dê cá o pé meu louro” -----	171
4.5 Memória entre a obediência e a desobediência -----	175
4.6 As frutas que lembravam os dias no mato -----	179
4.7 A comida que lembrava do pintado, do cusuz com leite, da farinha com rapadura -----	183
4.8 A fuga em busca do sertão -----	187

CAPÍTULO 5 – A viagem de volta e o resgate da dignidade perdida, subtraída pela repressão, por meio do desejo de retornar – a reagregação

5.1 A noção de reagregação em Gennep e Turner e a memória voluntária como possibilidade da concretização do retorno -----	194
5.2 Ouvir, sentir, observar, escrever: notas metodológicas dos caminhos do retorno dos órfãos de Pau de Colher -----	199
5.3 Memória dos trinta dias de caminhada: entrecruzando as narrativas dos órfãos em seu retorno e a minha vivência <i>in lócus</i> -----	205
5.4 O processo de retorno dos órfãos de Pitangueiras para seu <i>ethos</i> sertanejo: a calçada, o trem, o Barão de Cotegipe, os jumentos, os caminhos de chão, os umbuzeiros, a casa -----	223
5.5 Os que não voltaram: esquecimento como resistência, lembrança como orgulho e libertação-----	237
5.6 Pau de Colher nos dias que correm -----	244

CAPÍTULO 6 – Pau de Colher gestada na perspectiva da memória histórica e dos discursos ocultos: a manipulação da memória pela história oficial

6.1 Memória histórica nos termos de Maurice Halbwachs -----	253
6.2 Discursos, Público e Oculto, nos termos de James Scott-----	256
6.3 Rumores -----	257

6.4 Afirmações-----	269
6.5 Unanimidade-----	274
6.6 Eufemismo e Estigmatização-----	277
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	283
REFERÊNCIAS -----	305

Introdução

Este estudo levanta a história dos órfãos do movimento de Pau de Colher desconhecida, até hoje, pela historiografia brasileira. É possível que o predomínio da memória oficial sobre o evento responda esta questão.¹ Esta memória, julgou o movimento de Pau de Colher com foco no conceito de messianismo entendendo-o como consequência da perda de identidade dos indivíduos em decorrência de uma anomia social. Atribui, a esse movimento, o caráter de fanatismo.

Limita o estudo, sobre Pau de Colher, aos acontecimentos apenas em sua origem sem demonstrar preocupação com o processo para além da “extinção” do mesmo após a repressão policial. Este julgamento se constitui em um forte prejuízo para a historiografia, em particular e, em especial, para seu estudo do ponto de vista sócio antropológico. Pautam-se pelas análises na linearidade de seus acontecimentos e por abordarem o evento na perspectiva da memória oficial.²

A trajetória desta orfandade, ocultada nos documentos oficiais, mas levantada, neste trabalho, através da memória das trinta e duas crianças órfãs do movimento, vai demonstrar que suas manifestações, individuais e coletivas, durante essa trajetória, têm a ver menos com resistência de classe e com a luta pela terra como poder de disputa entre grupo, do que pela luta e resistência de um grupo para voltar à terra de onde foram retirados forçadamente. Tem relação, sim, com a luta pela reconciliação dos laços de identidade na origem cujos ensinamentos dos pais os acompanharam durante todo o trajeto numa luta para permanecerem indivíduos, para serem eles mesmos.

¹ Pau de Colher é a denominação do povoado onde se concentraram durante 28 dias os seguidores do Beato Senhorinho, localizado no município de Casa Nova-BA. O povoado recebeu esse nome devido à abundância da árvore Pau de Colher no lugar. Os seguidores retiravam os caules da planta para confeccionar os “cacetes” que eram seus instrumentos símbolos da fé, da salvação, do adjunto. Pau de Colher – árvore lactescente da família das apocináceas (*Peschiera Lacta*) (...). No Nordeste, é conhecida como Bom-Nome (2). (Pl: paus-de colher). Bom-Nome. (...), N.E. Arvoreta da família das ramanáceas (*Naytenus rigida*), típica da caatinga (...).

² A abordagem do movimento de Pau de Colher, do ponto de vista da anomia, do messianismo, e do fanatismo, pode ser vistos em Queiroz (1976), Estrela (1998), Duarte (1969); do ponto de vista das lideranças beatas do evento Pompa (1995); do ponto de vista da luta de classes Oliveira, B. (1998); na ótica de movimentos milenaristas sucidas, como se refere a Canudos, Hobsbawm (1978); interesse pelos movimentos messiânicos no sentido de religião popular em contestação à ordem dominante Facó (1976); noção de meio rural rústico em seu enfrentamento a crises globais Monteiro (1974); movimento popular de cunho religioso Della Cava (1977); Belarmino (2001) Pau de Colher analisada a partir da ótica da Polícia Militar. Machado (2004) em sua tese de doutorado sobre **Lideranças do Contestado** expressa essa preocupação ao abordar os limites quanto a focar esses movimentos em torno do conceito de messianismo apenas.

Para este estudo, a memória é a referência central no que tange erigir a história dessa experiência dos órfãos durante a separação do seu lugar de origem, o período de *liminaridade* pelo qual passaram após a desagregação de sua terra e o retorno ao lugar dos seus pais sem a qual nada poderia ter sido erguido.

Assim, levanto a história dos órfãos de Pau de Colher como um *drama social* localizando-a como um *rito de passagem*. Estes conceitos, desenvolvidos, por Van Gennep e Turner permitem transitar pelo miúdo dessa trajetória clareando as motivações que alimentaram a viagem de volta. Aprofundo, com as noções destes teóricos, o momento entre o distanciamento e a reaproximação, ou seja, a fase da *liminaridade*, com as noções de ruptura, crise, ação reparadora e desfecho, momentos do drama social vividos pelos órfãos e defendidos como componente da vida social, em Victor Turner.

A memória dos órfãos de Pau de Colher sobre sua trajetória é estudada com referência à memória entendida enquanto função social nos termos de Maurice Halbwachs. Adiciono, a este quadro referencial teórico, a discussão sobre pertinência étnica na esteira de Max Weber por ter, este drama social, implicado na luta pela defesa de valores comuns, costumes comuns e memória comum. Isso reforçou a viagem de volta, embalada pela noção de ethos que, no entendimento de Alfred Kroeber, no que concordamos, denota disposição que tende a controlar o comportamento dos membros de uma cultura. Outros autores como Michael Pollak e Paul Thompson farão parte do universo central das discussões tendo em vista que suas noções de memória subterrânea e memória e o eu, respectivamente, me permitiram clarear este estudo.

O interesse em torno deste objeto de estudo teve início antes da seleção para o mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Concorreram, à edificação deste tema, várias incursões com projetos de pesquisa realizados na cidade de Canudos-BA, com alunos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco, Unidade Descentralizada de Petrolina, na época, lugar onde trabalhei. As gerações remanescentes do movimento de Canudos foram de fundamental importância no descortinar de Pau de Colher. A partir da memória, especialmente de Dona Silvina, moradora da atual Canudos, com idade de 103, tivemos notícias sobre “os caceteiros” através de sua narrativa.³ Pela primeira vez ouvi a respeito do evento Pau de Colher cujo interesse me levou ao local dos acontecimentos, município de Casa Nova-BA, logo em seguida.

³ Termo que está na fala dos órfãos. Em sua maioria, os narradores se referem a “caceteiros”, àqueles que participaram do movimento e que usavam um “cacete”, de pau, feito da árvore abundante no povoado que dá nome ao lugar Pau de Colher. Era mais ou menos de um metro de comprimento, boleado em quatro faces e amarrado com uma tira de sisal. Corresponhia a um instrumento entendido, importante, para conseguir a salvação. Esta referência faz parte do *corpus* dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco em 2003.

A escassez tanto de documentos escritos como de trabalhos sobre Pau de Colher estimularam-me à pesquisa. Consequentemente, apresentei o tema, como dissertação de mestrado, em 2003 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Nesta ocasião estudei, apenas, os fatos ocorridos no limite geográfico do sítio Pau de Colher e povoados vizinhos na perspectiva dos atores sociais procurando a relação entre religião e miséria. Encontrava-me, aqui, da mesma forma, limitada à pesquisa apenas enquanto durou o “corpo a corpo” entre a Polícia Militar e seguidores de José Senhorinho.⁴

Em decorrência, trabalhos foram apresentados em vários encontros da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, palestras na Universidade de Pernambuco e eventos de extensão do CEFET-Petrolina, aqui já nomeado.

O que me levou a construir este objeto, então, tem a ver com leituras feitas em torno do que havia sido escrito sobre Pau de Colher. Visualizei, em decorrência, que nada existia sobre qual destino os órfãos haviam tomado e que, não havendo documento escrito em arquivos sobre esta trajetória, a história oral seria a metodologia com possibilidade para tal. Indagações e narrativas orais surgidas durante a pesquisa do mestrado colocavam em minhas mãos um dever, cobrando, de minha consciência, a investigação que superasse a dimensão macro e caminhasse para além dos limites dos estudos até então realizados sobre Pau de Colher.

Na ocasião imaginei tudo, menos a possibilidade de realizar, na prática, este estudo. Por onde começar? O que dos detalhes de Pau de Colher precisaria ser investigado? Encontrar, conversar, ouvir e trazer esta história exigiria um grande desprendimento.

No entanto, a motivação veio, em primeiro lugar, de uma afirmação deixada no trabalho **Messianismo no Brasil e no mundo**, escrito por Maria Isaura Pereira de Queiroz onde afirma: “De que lhes aconteceu em seguida, não temos notícia”. Isso me instigou, pois, durante a pesquisa para a dissertação de mestrado. Eu havia encontrado notícias sobre um grupo de órfãos que havia sido levado para Salvador. O segundo ponto, apesar de nada ter sido escrito sobre os órfãos, a grande maioria está viva, hoje, trabalhando em seus povoados de origem e se encontram na faixa etária entre oitenta e noventa e cinco anos. A história de sua trajetória, assim, viva em sua memória, na iminência de desaparecer pela morte fatal, condição de todos nós como indivíduos, me aguçou. Terceiro, pela possibilidade de levantar este estudo com base no que oferecem os estudos sobre memória.

⁴ Expressão que aparece no Boletim da Brigada Militar de Pernambuco, 24, jan. 1938. Neste boletim, temos notícias sobre o combate, feridos e prisioneiros e notícias sobre a “extinção do movimento”.

Em conseqüência, essas questões deram lugar à maior indagação: de que forma os órfãos conseguiram se manter em permanente relação com sua terra de origem e retornar após quatro, cinco, seis, sete anos de ausência a despeito do constrangimento pelo qual passaram durante os dias de permanência na *communitas*?⁵

Ficava, no meu entendimento, a hipótese que, para além do cálculo racional, a crença na procedência comum atuava como manancial de sentimento de amor, de orgulho, de honra, de apego à terra natal. Então a memória, neste percurso dramático de estado liminar dos órfãos de Pau de Colher e a conseqüente organização da *communitas*, não foi a memória do esquecimento, mas a memória da lembrança, a memória ressentimento, a memória afeto reivindicada cotidianamente em meio à trajetória. E esta tinha um endereço: nutrir o retorno. Qual a razão, então de lembrar? Porque, em suas narrativas, tantas alusões às vivências do sertão? Apesar do trauma forte com a repressão policial e conseqüente morte de seus pais o único bálsamo com o qual poderiam contar era lembrar e a memória da lembrança fora ativada. Inferi, das narrativas, que o desejo dos órfãos era a reconciliação com seu lugar, sua história, sua pertença instruindo seu comportamento específico mediados por seu contexto cultural do passado e do presente.

Assim sendo, empenhei-me, também, em salientar este drama social pelo foco da pertinência étnica que, segundo Weber, conduz a uma comunidade quando é sentida subjetivamente como característica comum baseando-se em um fundamento: a honra étnica.

Portanto, para trazer a história do drama social vivenciado pelos órfãos de Pau de Colher, no decurso da suspensão dos seus papéis de origem, não havia outra via que não pela memória e, neste caso, memória resistência. Defendo a tese: como a memória com aparato da pertença ajudou os órfãos de Pau de Colher manter e construir sua identidade no período de “margem”? Visualizamos que, mesmo em decorrência das receitas caprichosas do Estado para suas vidas, após a morte de seus pais, a força dos costumes comuns, dos valores comuns e da memória comum, objetivou-se na evocação de sentimentos de comunhão.

Do ponto de partida ao ponto de chegada, nesta tese, o que está aqui apresentado, em meio a um ponto e outro, são indivíduos cujas ações estão alicerçadas por estruturas subjetivas montadas sobre três fatores básicos, *parâmetros racionais, códigos de conduta e princípios de pertença* noções recuperadas por Caniello (2001) em sua tese de doutorado.

⁵ *Communitas* é o conceito utilizado por Victor Turner (1964) para o fenômeno da *liminaridade*. Considera esta fase de transição, o “liminar”, como a mais intrigante. Para ele a *liminaridade* vai desembocar na formação de uma *communitas*, forte e singular coletivização. Os órfãos foram voltaram em períodos diferentes.

Assim, o primeiro capítulo, define um caminho teórico-metodológico do percurso e do olhar que sugeri imprimir para a trajetória dos órfãos de Pau de Colher. Algumas pistas por acreditarmos ser uma interpretação para a dimensão social do que vivenciaram. Ressalto, sem dúvida, ter sido um percurso caminhado com o olhar para o *ethos*, noção essa implicadora de sentimentos de pertencimento, aquecido pelo código gregário de um povo. Iniciei pela análise de Gennep e Turner sobre os ritos de *separação, liminaridade e reagregação* entendendo-os presentes na trajetória dos órfãos de Pau de Colher. Mobilizei, juntamente, para a análise da suspensão do cotidiano dos órfãos de Pau de Colher e a formação da *communitas*, em Salvador, a noção em Weber, sobre a pertinência étnica, o que permitiu, neste estudo, analisar os princípios de pertença e sua objetivação, em sentimentos de honra e dignidade. Apoiada em Halbwachs, o conceito de memória e os quadros sociais da memória, para análise da memória com aparato do *ethos*, elementos referentes da resistência dos órfãos durante a *liminaridade* e entendidos como aquecimento da objetivação dos sentimentos de honra, orgulho e solidariedade entre os órfãos durante sua trajetória. Michael Pollak reforça a idéia da lembrança relacionada aos grupos e instituições em que o indivíduo se inclui a continuidade dentro do tempo e o sentimento de coerência contribuindo para a manutenção de suas identidades e luta pela pertença. Para a análise da dinâmica de poder do Estado, no Instituto de Preservação e Reforma, o pensamento de Michel Foucault que entende o sujeito produzido a partir das relações de poder manifestado nas regras morais e legais. Seu método de analisar a realidade social, através das relações de poder, permitiu perceber os saberes dos órfãos colocados na história, no caso aqui, dos subordinados. E, para a análise das diferentes táticas utilizadas pelos órfãos de Pau de Colher durante sua trajetória, em meio ao código de conduta imposto pelo Estado, as noções de Michel de Certeau correspondente ao “homem ordinário”, e sua “arte de caçar”.

Para o segundo capítulo, procuro colocar o contexto histórico dos acontecimentos geradores do conseqüente drama inscrito na trajetória dos órfãos de Pau de Colher, as razões do seu deslocamento dos povoados de origem, separação do seu lugar de memória. Este capítulo se beneficia dos estudos e pesquisa realizados em minha dissertação do mestrado e exigiu a ampliação da pesquisa e da escrita para esta tese. Ao colocar o contexto anterior ao processo de desagregação das crianças, faço uma abordagem do ponto de vista da experiência vivenciada pelos pais alimentados pelo sonho em busca da “Terra prometida”, sonho este para o qual incluíram seus filhos e lá permaneceram durante vinte e oito dias até a repressão policial. A minha preocupação é focalizar o movimento de Pau de Colher desde as motivações que deram lugar à ida dos sertanejos para o “adjunto,” os atores envolvidos, os caminhos

percorridos, o cotidiano dos vinte e oito dias que lá passaram, o corpo a corpo do encontro com as tropas da Brigada Militar de Pernambuco, o drama da morte dos pais.⁶ Portanto, o objetivo aqui é apresentar o local do evento, seu contexto geográfico, regional e nacional, as motivações para a formação do “adjunto” de Pau de Colher, a vivência no “adjunto”, a repressão policial, a prisão dos participantes e a tutela das crianças feita pelo Estado. Para este capítulo, trago a memória das instituições e a memória da comunidade atingida pelo movimento de Pau de Colher.

No terceiro capítulo, estudo a memória dos órfãos sobre o processo de separação de seu lugar de memória, o ritual de internamento, no Instituto de Preservação e Reforma, amparada pela idéia da ofensa à memória de sua tradição no momento em que o Estado intervém nas relações familiares deslocando os órfãos para outro lugar. Começa, neste processo de separação, a luta dos órfãos contra a transgressão da memória, imposta pelo Estado. As contribuições de Van Gennep e Victor Turner para a análise dos elementos de ruptura com a origem foram centrais.

No quarto capítulo, baseio-me na memória reminiscência, memória voluntária e memória afetiva dos órfãos de Pau de Colher, para compreender o sentido da *communitas* criada, por eles no Instituto de Preservação e Reforma. Como lugar da *liminaridade*, no qual, isolados do seu lugar de memória, de sua pertença, se agarram a sua memória com aparato do *ethos* para permanecerem indivíduos. Ao trabalhar a memória étnica, como estratégia de resistência dos órfãos, me baseio na contribuição de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Thompson sobre a coesão do grupo e alimentação do retorno às origens, convocados pelos quadros sociais da memória, pela memória subterrânea e pela memória e o eu. Perpassando este capítulo, está a noção de pertinência étnica cuja contribuição de Max Weber é de central importância alargando-se com os apontamentos sobre *ethos* na esteira de Kroeber e Mauss.

O quinto capítulo analisa a memória do desejo, alimentada pelos órfãos sobre o retorno à terra natal, como eles vislumbraram animados pelos quadros sociais da memória, essa reconciliação com o passado e entraram triunfantes em seus povoados de origem. Essa reagregação, com o passar do tempo, permitiu compartilhar aos que sofrem a dor da perda de seus familiares, comemorando todos os anos no sítio Pau de Colher, a história do movimento como patrimônio cultural da cidade. A igreja, através da Pastoral da Terra, os órfãos, os parentes, os filhos e os netos dos seguidores de Senhorinho, a Prefeitura de Casa Nova

⁶ O termo “adjunto” se refere ao local onde ficaram os seguidores do movimento de Pau de Colher. Trata-se de um dos termos utilizados para caracterizar o “ajuntamento”, durante os vinte e oito dias que lá permaneceram. Os remanescentes, os contemporâneos e os órfãos de Pau de Colher lebram, da mesma forma, outros termos como: o reboliço, o barulho.

embalam e tecem todos os anos, no dia 13 de dezembro, dia de Santa Luzia, o encontro com o ontem fazendo romarias ao local, cercando as valetas e covas cavadas em 1938, encontrando-se com seus mortos e se permitindo chorar, juntos, o choro pela memória dos que foram em 1938 jogados em valetas coletivas. A possibilidade encontrada por eles para a intervenção com o retorno resgatando, assim, a dignidade subtraída pela repressão policial militar em 1938 é o foco central do capítulo.

No sexto capítulo, pondero sobre a memória de Pau de Colher nos documentos oficiais analisando-a do ponto de vista da memória histórica e os discursos ocultos, nos termos de Halbwachs e Scott, respectivamente, o que sombreou as variadas expressões e vitalidade dos discursos e práticas subterrâneas ao colocar a argumentação do Estado como único discurso veiculado. Assim, este capítulo trata da análise da história dos órfãos de Pau de Colher de “dentro do palco”, ou seja, próximo do contexto hierárquico do poder, como diria Scott às avessas uma vez que nos capítulos anteriores dediquei à história dos órfãos de Pau de Colher “fora do palco”, ou seja, distante do contexto hierárquico do poder. Afirmamos terem os atores da história oficial buscado refúgio por trás de uma máscara para escrever a história que lhe fosse conveniente no momento. Através das afirmações, dos eufemismos, da unanimidade e do rumor os escritores da história oficial vão se reafirmando.

Por fim, apresento as considerações finais, a partir de uma reflexão sobre o referencial teórico usado e nas evidências práticas da pesquisa de campo.

CAPÍTULO 1

Rito, memória e identidade na trajetória dos órfãos de Pau de Colher: um rumo teórico e metodológico possível.

1. Os acontecimentos

25 de dezembro de 1937:

Já estava muita gente lá no Pau de Colher. Nós tava no sítio Sapateiro esperando para ir também. Era três léguas de caminhada a pé por uma estrada de picada. A gente queria ir para o sítio Caldeirão. Ficamos acampado no sítio esperando a ordem para a caminhada. Quem ia com a gente era Quinzeiro que veio do Caldeirão de Zé Lourenço. A vontade era muita de chegar lá. Era uma caminhada que a gente queria fazer, rezar, ouvir os benditos. A gente ia esperar no Pau de Colher uma nuvem que ia levar a gente para o sítio Caldeirão. A gente deixou tudo o que tinha para trás. (Entrevista realizada com Lourival de Souza Rodrigues, em Lagoa Comprida, em 15/01/2005).⁷

12 de janeiro de 1938:

CONSTITUIÇÃO DE DESTACAMENTO

Fica nesta data constituído o Destacamento do Vale de São Francisco, com os seguintes elementos:

- 2ª. Cia. Do 19º. B.C.
- Secção de Mtr. Do 28º. B.C.
- Esq. Motorizado da P.M.

Cmt. Do Destacamento: Maj. Edgard da Cruz Cordeiro

II-Assumi a 10 do corrente mez, o comando destacamento

III-ORDEM DE MARCHA.

Acompanhando este Comando, em comboio especial da V.F.F.Leste Brasileiro, embarcaram às 18 hs.30 do corrente mez, na Estação da Calçada, em S. Salvador, as 2ª. Cia. Do 19º. B.C. e Secção Mtr. Do 28º. B.C., sendo aquella comandada pelo Snr. Cap. João Perouse Pontes, Tenentes subalternos os 2º.s Tens. da Res. Conv. Odilon

⁷ Narrativa de Lourival Rodrigues de Sousa, hoje com 80 anos, ocorrida no povoado de Lagoa Comprida. A alusão a “uma nuvem” é a correspondência que fazem entre Pau de Colher como um lugar de arrebatamento para o encontro de outro lugar: a terra prometida. Identificamos esse ideal compartilhado ao ideal cristão escrito no **Novo Testamento**, na Primeira Epístola de Paulo aos Tessalonicenses, 4:17: “depois, nós, os vivos, os que ficarmos, seremos arrebatados juntamente com eles, entre nuvens, para o encontro do Senhor nos ares e, assim, estaremos para sempre com o Senhor”.

Pereira Leite e Godofredo de Araújo Góes bem como o Sub-Ten. Thomas de Aquino Bastos, e, esta pelo Snr. 2º. Tem. Da Reserva, João Telles de Menezes. Com destino à cidade de Joazeiro, aonde chegaram às 0 hora e 15 minutos do dia 12 do corrente mez. A referida tropa, bem como o Esq. Motorizado da P.M.B., ficaram acantonados, de acordo com a ordem de estacionamento nº 1.⁸

19, 20, 21 de janeiro de 1938:

Após 42 horas combate dominei reduto. 140 baixas tiveram fanáticos afora feridos prisioneiros e os que fugiram baleados luta foi renhida iniciada corpo a corpo os pormenorizarei ação em relatório. Cap. Optato Gueiros, cmt. Forças volantes.⁹

24 de janeiro de 1938:

Transcrição de Radio: - Transcrevem-se para o conhecimento dos elementos desta Unidade, os rádios dirigidos ao Snr. Ten. Cel. Augusto Maynard, Cmt. do Dest. do Valle de São Francisco, com sede em Joazeiro, sobre as providências tomadas por este comando após a chegada a esta localidade (...) Cel. Maynard pt Cmt.Dest.V.S.F pt Joazeiro pt nº 42 pt De accordo ordem vosso cento e vinte e dois e completando informações meu ultimo radio vg declaro-vos extinto reduto fanáticos.¹⁰

28 de fevereiro de 1938:

DISSOLUÇÃO DE DESTACAMENTO-ELOGIO: De accordo com a ordem do Snr. Coronel Cmt. Da Região, transcripta no item do Bol. Regional é, nesta data, dissolvido o Destacamento do Valle de São Francisco.

⁸ Boletim nº 9, de 12 de janeiro de 1938, expedido e assinado pelo comandante Cap. Maurino Cezimbra Tavares do Comando do Esquadrão Motorizado da Polícia Militar do Estado da Bahia, páginas nº. 15 e 16, onde se encontra todo o processo de constituição do Destacamento do Vale do São Francisco, cuja missão, nos itens b e d, seria respectivamente: “capturar ou exterminar, caso offereçam resistência, os elementos fanáticos provenientes desses Estados e que se encontrem na região de Joazeiro - Casa Nova – Remanso – Barra - Rio Preto”; “prestar apoio material e moral, na repressão aos fanáticos, às forças Pernambucanas”.

⁹ Boletim Diário nº 17, folha 95, de 24 de janeiro de 1938. Brigada Militar de Pernambuco.

¹⁰ Boletim nº 19, p. 30, de 24 de janeiro de 1938. Comando do Esquadrão Motorizado da Polícia Militar da Bahia.

Ao fazê-lo quero deixar consignados os meus francos elogios ao Snr. Major Edgard da Cruz Cordeiro, Cmt. Do 28º. B.C., Cap. João Perouse Pontes, Cmt. Da 2ª. Cia. Do 19º. B.C., Cap. Milton Pereira de Azevedo, Assistente do Destacamento e Cap. Maurino Cesimbra Tavares, Cmt. Das Forças Policiais Bahianas, pela atuação no commando das Unidades e Funções que exerceram onde com intelligencia e dedicação, demonstraram apreciável capacidade de trabalho e zelo pelo cumprimento das missões que lhes foram confiadas.¹¹

Abril de 1938. Início da desagregação:

Nós fomo tudo a pé pra Casa Nova no comando dos soldados. A gente não sabia o que ia acontecer. Era uma fila enorme. De Pau de Colher pra Casa Nova foi andando de a pé, em jumento, em animal. Nos andava comendo e bebendo água pelos ranchos. A gente tava tudo apavorado. Era muito menino sem pai e sem mãe. A gente parecia bicho.¹²

13 de julho de 1938:

Tendo os autos sendo conclusos ao Senhor Doutor Pretor, por este foi dado despacho seguinte: Recebo a denuncia de folhas duas, e designo o dia dezesseis de Agosto, p. vindouro para o inicio do sumario, expedindo-se editais de trinta (30) dias pelo qual ficam citados os denunciados especificados na denuncia acima transcrita, a exceção dos denunciados José Camilo Costa, Pedro Camilo Costa, José Alfredo da Silva, Manoel Baraúna da Silva, Januário Silva da Costa, que se encontram presos, preventivamente na Cadeia desta Cidade; para assistirem ao sumario de culpa na referida ação criminal, sob pena de revelia (...). Dado e passado nesta Cidade de Casa Nova, em

¹¹Boletim nº 28, de três de fevereiro de 1938, expedido e assinado pelo comandante Cap. Maurino Cezimbra Tavares do Comando do Esquadrão Motorizado da Polícia Militar do Estado da Bahia, após o Boletim nº 19, de 24 de janeiro de 1938, através do qual, em transcrição de rádio ao Coronel, Augusto Maynard, Cmt do Destacamento do Vale do São Francisco, comunica: “declaro-vos extinto reduto fanáticos”.

¹² Narrativa de Manuel Ribeiro, 82 anos realizado em 2001, hoje falecido. Essa informação consta em todas as narrativas dos órfãos que foram gravadas em fitas de Áudio Cassete. Encontramos, ainda, em Estrela (1998, p.85) que “O lúgubre, mas provisório, asilo de menores teve, felizmente, curta duração, dado a impossibilidade financeira da prefeitura de mantê-lo por um tempo mais dilatado. Urgia uma tomada de providências para desfazê-lo em curto prazo, com vistas a um futuro menos cruel para as crianças. Em Casa Nova algumas famílias se dispuseram a criá-las ou adotá-las. A Juazeiro e Petrolina foram ter outras para serem amparadas. A maioria, porém, se destinou a Salvador, em consequência das providências tomadas junto às autoridades estaduais pelo prefeito Zacarias dos Santos”.

treze de julho de mil novecentos e trinta e oito (...) dou fé. Eu José de Souza Benevides. O Escrivão.¹³

1944 - Início da viagem de volta:

Eu voltei em 1944 e todo mundo foi voltando. E foi voltando os outro. Veio Manuel, Adriano, José Bevenuto, Porfirio, Miguel, Manuel, Dioclides, Silvério, Cícero, Tibúrcio, Honorato, Teodoro e a gente foi tudo voltando. Voltamo pras terra de nosso pai. (Entrevista com Lourival de Souza Rodrigues, em Lagoa Comprida, em 15/01/2005).¹⁴

Optei por iniciar o capítulo teórico identificando os tempos dos acontecimentos que marcaram a trajetória dos órfãos de Pau de Colher. Dessa forma, meu interesse foi o de situar os fatos anteriores ao processo que culminou com o deslocamento dos órfãos do lugar de origem e conseqüentemente gestaram a experiência da *liminaridade*. Procurei citar fontes orais e escritas nos quais as inscrições dos fatos aparecem desde a formação do destacamento, designado para as operações, o ataque ao “adjunto”, o massacre com a morte de homens, mulheres e crianças, a prisão dos principais acusados, a retirada das crianças para a *liminaridade* e o retorno destas aos povoados de origem.¹⁵

Amparada por esses acontecimentos, esta tese tem como mote o Drama, a morte e a vida dos órfãos de Pau de Colher: rito, memória e identidade na história do percurso de voltar a terra gestando memória e identidade. Trata-se da história do percurso do sonho de voltar à terra de crianças órfãs deslocadas involuntariamente pela prescrição do Estado. O drama alude ao cenário que se instala no “adjunto”, durante os dias 19, 20 e 21 de janeiro de 1938, ocasião em que Pau de Colher se converte no palco da morte dos pais dessas crianças. Esse lugar, atacado pelas forças policiais militares da Bahia, de Pernambuco e do Piauí, foi o espaço de tempo no qual as crianças provam a agonia, o pesadelo, o horror, o terror de se depararem em

¹³ Peça de Processo Crime, lavrada pelo pretor do Termo de Casa Nova Almir Mirabeau Cotias, onde constam todos os nomes dos denunciados, feita pelo “Senhor Doutor Adjunto da Promotoria Pública deste Termo”. Constam da peça de processo crime as folhas nº. 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15.

¹⁴ O retorno dos órfãos vai acontecer em momentos distintos. Em suas narrativas, eles mencionam que a volta foi acontecendo ora em grupo de dois, três, paulatinamente. O regresso dos órfãos, também, encontra-se minuciosamente registrado, em fitas de Audio Cassete, narrado por cada um dos 21 órfãos entrevistados.

¹⁵ As trinta e duas crianças órfãs foram encaminhadas para o Instituto de Preservação e Reforma, em Salvador, lugar da *liminaridade*.

meio ao tiroteio, ao corre-corre, à agitação dos pais gritando no esforço de irem ao encontro dos seus filhos. O drama, igualmente, menciona a caçada investida pela Polícia Militar da Bahia e do Piauí, que se estende durante três meses pelo “mato” em perseguição aos que alcançaram fugir. A morte remete-se ao testemunho dramático de avistar os corpos dos seus pais serem atingidos pelas balas das metralhadoras, Thompson, de cinquenta tiros.¹⁶ Ora cambaleando, por entre outros corpos estendidos ao chão, depois de acertados, ora gritando procurando pelos filhos, ora feridos arrastando-se pelos espinhos e cactos, pelejando dar de frente com um lugar seguro para alojá-los, ora arremessando-se sobre os filhos para protegê-los com seu corpo já sem forças. A vida alude ao que sobrou dos que ficaram. A vida definhada, que, para o resgate da dignidade perdida (subtraída pela repressão), alia-se e avigora-se nutrida pelo desejo de retornar.

Qual seria, então, o rumo para se efetivar uma análise aceitável sobre essa trajetória que busco traçar? Erguer esse percurso desde a desagregação das crianças de Pau de Colher à Salvador até o retorno aos povoados de origem tem sido meu esforço.

1.2 OBJETO E TRILHAS POSSÍVEIS

O objeto deste estudo é contar a história dos órfãos do movimento de Pau de Colher desconhecida, até hoje, pela historiografia. É possível, como resposta, pelo predomínio da memória oficial sobre os acontecimentos de Pau de Colher.¹⁷ Digo, no entanto, mais do que contar ou estudar essa história é o aprender como eles se mantiveram indivíduos. Amparo-me pela defesa de que a ação dos órfãos de Pau de Colher, durante a *liminaridade* foi alimentada pelos princípios de pertença que consolidam sentimentos de inclusão em seus povoados e que lhes proporcionaram sua identidade social e um credo gregário ao torná-los parte da sociedade que o definia como pessoa (CANIELLO, 2003). Os órfãos de Pau de Colher foram guiados pelo princípio de pertença e pelo código gregário informadores da especificidade do comportamento em seu contexto cultural. Esses princípios de pertença se “objetivaram em sentimentos de honra, orgulho, solidariedade operando de maneira a integrá-los a sua coletividade através das emoções que estão relacionadas a acreditar no próprio valor”

¹⁶ Diz Estrela (1998, p.109): “O tenente Manoel Flor teve então a incumbência de reprimi-los, para o que empregou a Thompson e o funil metralhador, para tomar uma posição vantajosa sobre os fanáticos”. Ver, também, no Boletim nº 59, da Polícia Militar da Bahia, de 28 de março de 1938, página nº 348 sobre recolhimento de carga.

¹⁷ Mesmo autores que escreveram sobre o Movimento de Pau de Colher a partir da visão oficial apontam ter sido feita de forma parcial. É o caso, por exemplo, de Estrela (1998, p. 10).

(ELSTER *apud* CANIELLO, 2003; ELSTER, 1963, ELIAS, 2000). A ênfase será na trajetória de trinta e dois órfãos deslocados de seu lugar de memória, após a repressão feita pela Polícia Militar de Pernambuco. A morte de seus pais, sua orfandade e subjetividade inserem-se como pertinentes para este estudo.

Para levantar a trajetória entendida, neste estudo, como um *processo ritual* de separação, margem e reagregação foi preciso introduzi-lo dentro do contexto inicial do movimento, sonho de seus pais e denominado de Pau de Colher, do qual os órfãos fizeram parte desde os momentos primeiros em 25 de dezembro de 1937.

Esse processo, concordando com Gennep e Turner, que chamo de *rito de passagem* ou *processo ritual, drama social*, foi possível ser analisado com a ancoragem na memória dos órfãos sobre o cotidiano experienciado fora do seu lugar de morada, tempo no qual tiveram sua identidade suspensa, momento em que, seus papéis cotidianos de sujeitos do lugar de suas tradições, foram subtraídos. A memória reminiscência, memória étnica, memória, neste estudo, se fez fundamental para colocar de pé esta história, uma vez que os órfãos a tiveram como mecanismo estratégico no sentido da resistência e manutenção da identidade do grupo.

Para os órfãos de Pau de Colher essa experiência desenha um drama social, tensões e explosões de peleja do grupo cuja expressão maior se deu durante a vivência na “margem”. Esse momento caracterizou-se pela resistência ao distanciamento, partilhado numa “origem e num destino comum”, lutando, “solidariamente”, no confronto com “elementos estrangeiros” pela reaproximação ao seu lugar de origem sedimentado pela tradição.

Portanto, nos apoiamos na noção de *rito de passagem* desenvolvida por Turner (1974, p.116) que, por sua vez, vai à esteira de Gennep (1978, p. 26). Concordo com eles que “É o próprio ato de viver que exige as passagens sucessivas de uma sociedade especial à outra e de uma situação social a outra (...) a vida individual consiste em uma sucessão de etapas (...)”. Ainda afirmam esses autores, que um rito de passagem é “toda mudança de lugar, estado, posição social e idade”. Mostraram assim, que “todos os ritos de passagem ou de transição caracterizam-se por três fases: separação, margem e reagregação”.

Turner vai aprofundar e discutir, em sua obra **O processo ritual**, um tipo de ritual, o de passagem, constituídas por uma fase de ruptura, outra de margem e, finalmente, a fase de regregação. Turner (*ibid.* p.119) anuncia que “a *liminaridade* implica que o alto não poderia se alto sem que o baixo existisse, e quem está no alto deve experimentar o que significa estar em baixo”. Durante o período liminar, diz ele, vai surgir um “modelo de correlacionamento justapostos e alternantes” que ele nomeia de *communitas*.

Para Turner, a *communitas* é a suspensão do cotidiano interessando-se em entender esse momento pela suspensão dos papéis, na “margem”, momentos compostos por elementos arredios, rasuras, interrupções, elementos liminares. A ruptura, assim, vai desenhando um desdobramento que se manifesta nos estilhaços desse mundo levando a uma ação reparadora, a um desfecho que pode ser o reconhecimento da cisão irreparável ou solução harmonizante.

Ao tratar da *communitas*, Turner (1974, p. 131), indica, expressando “à maneira de Levi Strauss”, as propriedades liminares em confronto com as propriedades dos sistemas de posições sociais. São vários os atributos confrontados indicando que o comportamento dos indivíduos está guiado por cada uma dessas posições, ora na estrutura (que, para ele, representa a realidade cotidiana); ora na anti estrutura (momentos extraordinários, definidos pelos “dramas sociais”). Afirma, que os indivíduos assumem um comportamento passivo e humilde e devem implicitamente obedecer aos instrutores e aceitar punições arbitrárias, sem queixa. Turner entende o período liminar, ainda, como algo perigoso e negativo, dentro de um sistema de classificação fixa e imóvel construído por categorias isoladas. Caracteriza o período da *liminaridade*, como um momento no qual os indivíduos mantêm o orgulho moderado, o silêncio ocupa o lugar da fala, a obediência total toma o lugar da desobediência, de perda de seus nomes, entre outros. Observando a lista de atributos do estado de *liminaridade* sugerida por Turner, os indivíduos passam por um estado de “retrocesso” coletivo no qual se transformam em matéria-prima a ser modelada de acordo com certos valores sociais, perdendo sua autonomia e interioridade, completa DaMatta (2006).

Cabe, no entanto, para o rito de passagem dos órfãos de Pau de Colher, idealizado pelo Estado para suas vidas ao tutelá-los e deslocá-los de seus povoados (separação do lugar, mudança de posição, estado e condição social), questionarem os atributos, acima mencionados, para ver o *processo ritual* dos órfãos alcançarem diferentes relações e tomar para si sentidos distintos principalmente desembocando, esta vivência, na *communitas*. Os órfãos de Pau de Colher criam a *communitas* convivendo em meio às regras e normas da estrutura e, no isolamento, na suspensão de seus papéis da origem, se agarram a sua memória, com aparato do *ethos*, para permanecerem indivíduos pertencentes ao lugar de suas tradições, produzindo, nesse sentido, ações, em meio à aceitação, que recusam aquela prescrição do Estado. Portanto, como resgata Caniello, os códigos de conduta e os princípios de pertença formam o *ethos* de um povo usado pela primeira vez nas Ciências Sociais por Alfred Kroeber quando assevera que o *ethos* é algo que age como o aroma que impregna a cultura como um todo. É a disposição, a forma, denota a aparência, o conteúdo da cultura, seus caminhos, seus costumes, amor à terra, sentimento de honra (KROEBER Apud CANIELLO, 2001, 2003;

KROEBER, 1963; MENDRAS, 1978). Do mesmo modo defende Geertz (1989, p. 93) ser o *ethos* de um povo “o tom, o caráter e a qualidade de vida, seu estilo moral e estético e sua disposição, é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete”.¹⁸

Para os órfãos de Pau de Colher a *communitas* foi o espaço onde aflorou sua pertença, seu código de conduta, sua criatividade, seus sonhos e seus desejos manifestando-se no comportamento livre, num clima de efervescência geradora de valores, imagens e símbolos referenciais de unidade e ou coesão social paralelo aos momentos de obediência, humildade, orgulho moderado, silêncio, entendidos aqui como dissimulados e fortalecedores da coesão e do pertencimento. A marca do grupo presente nos indivíduos e representada por eles, quer eles estejam em relação a outras pessoas ou sozinho. Marca individual a partir da história das relações na tradição.¹⁹

Assim entendo, e como a memória dos órfãos de Pau de Colher foi como ancora de preservação da identidade do grupo, estudos sobre memória, como de Halbwachs (1990), Thompson (1992), Pollak (1989), foram importantes para nos contrapor à idéia do comportamento passivo e humilde de indivíduos em situação de *liminaridade*.

Não se trata de inabilitar as noções de Turner sobre os atributos dos indivíduos em situação liminar como as aqui salientadas, mas de mostrar seu caráter explicativo generalizado para todas as situações de “margem”, sem considerá-las em suas especificidades e diversidade, crítica, aliás, feita por Roberto da Matta, ao apresentar a obra de Genep (1978, p. 20), **Os Ritos de Passagem**, quando afirma serem “explicações universais e vagas como mandava o espírito da época”.

Para que eu pudesse analisar, compreender e explicar a memória como lugar de resistência da pertença dos órfãos de Pau de Colher durante a situação de “margem” e, principalmente, sua efervescência na *communitas*, busquei como a memória reminiscência foi evocada durante a trajetória. Desta forma, entendo por produção da memória mediadora da manutenção da identidade do grupo, os diversos quadros da memória, trazidos à lembrança pelos órfãos, em cada momento de sua trajetória que indicaram os pontos relevantes em suas lembranças.

Os temas evocados são os cenários por eles vividos, na origem, claro no discurso de cada um, correspondendo aos temas afetivamente a cada um deles colado. Esses quadros,

¹⁸ Justo (2005), em sua tese de doutorado reforça a discussão sobre a ligação do camponês com sua terra, sua família, seu trabalho, essa ligação simbólica, o *ethos* essência.

¹⁹ Norbert Elias em sua obra *A Sociedade dos indivíduos* ilustra com a passagem de Robson Crusóé.

esses temas trazidos de sua vida cotidiana na origem, foram cimentados pela coesão do grupo no sentimento indicador da comunidade cuja noção de descendência comum forma o mito, como ensina Mauss (1970). Mais do que um rito vai expressar uma espécie de empresa moral dos homens através e por intermédio das idéias e dos costumes. Os órfãos fisicamente, emocionalmente e espiritualmente pressionados acionam dispositivos da tradição que os ajudam a recobrar vida, forma e força experienciando, sobre as vias impostas em suas vidas, novas energias. Durante esse tempo estabeleceram, creram e transmitiram suas tradições.

Com o alicerce do *ethos* o drama social vivido pelos órfãos foi percebido pela vinculação a terra manifestando-se por uma dimensão extraordinariamente importante alcançando a psicologia individual que não pode separar-se da vinculação aos povoados dos quais eles fazem parte.

A tese, então, tem como objetivo geral investigar como a memória produziu essas “mil artes de caçar” no cotidiano da *communitas* dos órfãos de Pau de Colher, identificando e caracterizando os diferentes momentos, por eles encontrados, para evocá-la e, cinco, seis, sete anos após, de acordo com o tempo de cada um, voltarem à terra dos seus pais.

Pretendo, assim, dar conta da trajetória dos órfãos de Pau de Colher considerando os diferentes cenários dessa passagem dentro do contexto histórico que gerou esta *liminaridade*, modelo de *communitas* por eles vividos, elegendo como enfoque analítico a memória e como subjetivaram suas ações a partir da memória com aparato do *ethos*.

Então, através da pesquisa empírica, verifiquei que a memória do grupo, com aparato do *ethos*, evocada pelos órfãos, e as diferentes oportunidades por eles encontradas para fortalecer sua identidade, no período em que seus papéis cotidianos foram suspensos, traduzem o orgulho e honra étnica de indivíduos no resgate de sua dignidade.

Por esta razão explica-se o porquê de se ter, na memória de grupos em situação de “transitantes”, o enfoque central, pois a partir de suas vozes, referenciadas pela memória, fomos para além de dados fixos, para além de quantidade. Colocando os *ritos de passagem* em seu contexto foi possível verificar o significado profundo do “drama social” vivido pelos órfãos de Pau de Colher: o desfecho de reconciliação, com sua tradição, para vinte e oito dos órfãos e a desarmonia, irreparável, para quatro deles que não retornaram.²⁰

Então, entendo que, pela demonstração empírica, através do enfoque da memória coletiva, indivíduos, em situação de “margem”, ao evocar os quadros de memória, esquentam o orgulho, aguçam a fala, desobedecem, recriando o cosmos a partir do caos, estranham o

²⁰ Dos trinta e dois órfãos levados para a *liminaridade*, quatro não voltaram. Hoje, um deles, mora em Salvador e três no Rio de Janeiro. Foram entrevistados onde estão morando, atualmente.

cotidiano da suspensão trazendo, à luz, papéis suprimidos. A tese centra-se na seguinte questão: realmente a *liminaridade*, vivida pelos órfãos de Pau de Colher, teve na memória com aparato do *ethos*, o lugar de aquecimento de sua pertença abrindo possibilidades para a “viagem de volta”? Em assim sendo, é possível pensar a “margem” como um espaço de conhecimento, de vida ativa, de resistência, de luta para indivíduos permanecerem indivíduos, voltar ou permanecer?

A subjetividade dos órfãos de Pau de Colher pode ser percebida, em suas ações cotidianas durante a *liminaridade*, ou seja, nas situações vivenciadas que os transportavam para seus lugares de origem como sendo pontos significativos para mantê-los como indivíduos do seu lugar de afetos. Weber (1991) ensina que seria necessário compreender as intenções e motivações dos indivíduos que vivenciam certas situações sociais. Então o sentimento de pertença, aquecido durante a *liminaridade* dos órfãos de Pau de Colher, nos coloca na esteira de Weber, na medida em que a “solidariedade étnica” dos órfãos manifestou-se no confronto com elementos estrangeiros, como oposição ou desprezo pelo que é diferente, despertando neste embate, entre o “nós” e os “outros”, o sentimento de unidade grupal.

Nestes termos, Weber já destaca a importância do conceito de identidade étnica, elaborada nas situações de contrastes (“margem” para Turner). Há espaço, dessa forma, no cenário da pesquisa, para argumentar que a ação dos indivíduos é determinada no âmbito de estruturas subjetivas que são, simultaneamente, um produto da *estrutura social* e um atributo da *agência do indivíduo*. Ainda, mesmo que o estilo de um povo seja necessariamente modificado pelas injunções conjunturais, ele mantém a sua integridade através do tempo (CANIELLO, 2001, 2003). Dessa forma, interessa a essa pesquisa a condição que permitiu as ações para manutenção da identidade dos órfãos durante o período de *liminaridade* entendendo ter sido mais pelas relações de alianças do que pela presença suprema do Estado na construção do caminho do retorno à tradição.

É importante, ainda, para este estudo, de acordo com meu ponto de vista e enraizado nas narrativas orais, a perspectiva de invenção do cotidiano de Certeau (1994). Para este autor o homem ordinário são todos os homens, todas as pessoas, consumidores, desde o caminhar até a inserção no sistema maior. A idéia de homem ordinário, que cotidianamente se desloca, que cria, que aproveita oportunidades, que não está somente preso a uma vigilância, que não pode ser reduzidos a prisões cotidianas imputadas pelo Estado, é pertinente para o estudo. Ainda, que o cotidiano é inventado cotidianamente e que os sistemas fechados, que nos envolve, são espaços abertos privilegiados onde o homem põe em prática suas ações para inventar, põe em prática uma ação criativa, sem interesse de lucro.

Estudos como os feitos por Portelli (2002), Albuquerque Jr. (2007), Gusmão (1999), Santos (2003), Menezes (1999, 2004, 2006), Bosi (1994) debruçados sobre o tema memória alimentarão as discussões, neste trabalho. Acrescento as noções de James Scott para a análise do discurso oculto nos documentos oficiais que organizaram a memória oficial, memória histórica, da trajetória dos órfãos de Pau de Colher.

1.3 ESTRANHAMENTO, CARACTERIZAÇÃO E QUESTIONAMENTOS SOBRE O OBJETO DE ESTUDO

Este estudo originou-se, inicialmente, frente a uma afirmação deixada no livro, **Messianismo no Brasil e no Mundo**, por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976, p.294), a saber: “De que lhes aconteceu em seguida, não temos notícia”. O estranhamento moveu-me sobre a necessidade de uma investigação que fizesse provir outras páginas para a História do Movimento de Pau de Colher. Oliveira (1998, p. 183), na esteira de Queiroz escreve vinte e duas linhas sobre os órfãos dizendo: “Quantos [cianças] ainda vivem? O que aconteceu a cada uma delas? O que o futuro reservou para os órfãos de Pau de Colher? E finaliza: Na verdade não se sabe nada sobre estas crianças”.

Aguçava em minha cabeça a idéia que, para além do “encerramento” do movimento, desdobramentos existiam e poderiam trazer novas questões do ponto de vista histórico, sociológico e antropológico. Estava frente a um fenômeno que me chamou atenção pela pertinência sócio-antropológica, afinal, tratava-se de um movimento de pessoas que buscavam a “terra sem males”. Não sabia, até então, a possibilidade que o tema abriria do ponto de vista da história dos órfãos de Pau de Colher.

Do que lhes aconteceu em seguida? Foi a primeira indagação que fiz a mim mesma ao terminar a leitura das páginas do livro acima citado. Quem seriam eles? Os pais, familiares, filhos?

Minha atenção foi sinalizada para o fato dos poucos pesquisadores de Pau de Colher terem dado notícias, em seus trabalhos, sobre muitos doentes, entre homens, mulheres e crianças, que haviam sido levados para a sede do município, como prisioneiros.²¹ Aparece, então, em minhas mãos, notícias de que algumas crianças órfãs haviam sido levadas para uma escola em Salvador, cujo retorno acontecera quatro, cinco, seis, sete anos após e que algumas não haviam voltado.

²¹ Os trabalhos de Gilmário Brito (1999) e Cristina Pompa (1995) são aqueles voltados para o estudo das lideranças do “adjunto” de Pau de Colher. Assim, trazem à tona, as vozes do primeiro *staff* de José Senhorinho.

Desenhava-se em minha mente a experiência de um grupo em situação de distanciamento de sua terra de origem. Através das narrativas, de contemporâneos ao movimento, tomamos conhecimento do retorno dos órfãos. Um processo ritual nos termos de Turner, primeira idéias. Assim, estava diante de uma ação de indivíduos em situação de suspensão de sua identidade. Levados, após a repressão da polícia para outro lugar no qual viveram entre elementos estranhos a sua cultura, mas cujo sentido de pertencer a um grupo permitiu permanecerem grupo durante a “margem”. Aliás, Weber ensina que sentido “(...) é o sentido subjetivamente visado”. Não se trata para Weber de um sentido objetivamente correto ou de um sentido verdadeiro. Trata-se de uma relação comunitária que se apoiou em um fundamento afetivo, emocionais e tradicionais. Weber ainda instrui que os interesses determinam as ações sociais dos seres humanos no embate com as necessidades de vida. A necessidade dos órfãos de Pau de Colher era permanecerem como grupo na *liminaridade* cuja relação de grupo ancorou-se no “sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicional) ao mesmo grupo” (*ibid*, 25).

Trata-se de conhecer, neste trabalho, o contexto objetivo em que estão inseridos os sujeitos da pesquisa e compreender qual o sentido que os órfãos imprimiram em suas ações durante à *liminaridade*.

Estudos feitos por Gusmão (1999, p.143), sobre a vida de negros camponeses revelam uma trajetória que expressam “mais do que tudo uma luta permanente e constante para poder estar e permanecer numa terra que se acredita sua”.

Concordamos com Ong, citado por Caldeira, (1989, p.37-38), ao afirma que a luta e resistência de grupos da sociedade rural “não devem ser pensada em termos de falsa consciência ou em termos de formas cotidianas de resistência de classe (...) mas a luta cultural (...) para resgatar sua dignidade”.

Nesse contexto de dilema, de drama, de suspensão de identidade, como é o caso em estudo, é levantar as possibilidades da memória étnica dos órfãos de Pau de Colher ter sido a ancoragem central para a manutenção da identidade do grupo no isolamento, pelo qual passaram, e a luta para permanecerem indivíduo. Estávamos diante de uma trajetória de vida indicada pelo Estado cujo objetivo, por parte deste, era fazer com que os órfãos mudassem de vida, “civilizando-se”, “educando-se”, mudança de posição esta, a revelia do que a vida em suas tradições oferecia.

Por isso, nossa contribuição, ao estudar o fenômeno do processo ritual dos órfãos de Pau de Colher em situação de *liminaridade* e formação da *communitas*, criada durante a suspensão de seus papéis, tendo como ponto de ancoragem a memória étnica, é exatamente

pode clarear ou evidenciar que a memória étnica ajuda indivíduos a manter sua identidade em situação de suspensão do seu cotidiano.

A diferença deste estudo para outros, que envolve indivíduos em situação de messianismo, em primeiro lugar, é o de tratar o movimento para além do “fogo”, ou seja, para além da ação de combate do Estado, referenciada por seus remanescentes. Segundo, no caso de Pau de Colher, é a de contar a História dos órfãos, ainda não contada, levantada a partir da sua memórias, sobretudo a memória do tempo e lugar da *liminaridade* vivenciada e cuja experiência revela a luta das crianças, em uma situação de contraste de valores e costumes, portanto, no isolamento de uma *communitas*, para permanecerem indivíduos. Terceiro, que a vivência na “margem” indicou para os órfãos, ao contrário do que Turner caracterizou como período *liminar*, o momento positivo e dinâmico cujos efeitos foram sentidos quando retornaram à situação anterior de vida.

O que quero é dar vazão às vozes dos órfãos, individualmente e no grupo, enquanto agente construtor, muitas vezes, fazer este, abandonado pela história oficial. Permitir aprender os momentos das dobras e nuances de um fazer durante a suspensão do seu cotidiano de origem e como, em situação diferente, mantiveram sua identidade com um único “documento”, a memória, aquecedora, ardente na luta para a reconciliação com seu passado.

Esboçando o problema nas disposições acima descritas, começam a surgir as questões que nortearão o estudo e será o fio que conduzirá toda a investigação que se segue:

1. Em que contexto essa orfandade foi gerada e que situações do movimento de Pau de Colher, no qual estavam envolvidos levados pelas mãos de seus pais, marcaram a memória do grupo durante sua trajetória?
2. Uma vez órfão o que lhes aconteceu em seguida?
3. Que motivações desencadeadas, no cotidiano da vivência na “margem”, permitiram a manutenção de sua identidade?
4. Como a memória do grupo, com aparato do *ethos*, permitiu que os órfãos se mantivessem indivíduos, durante a suspensão de seus papéis, do seu lugar de memória?
5. Salvar do esquecimento tirando esse povo da margem nela colocados por questões do poder.

A resposta parece ser óbvia, do ponto de vista do senso comum. Pensar o cotidiano como um instrumento das repetições e dos processos que imobilizam a vida social, de se pensar a trajetória dos órfãos de forma superficial, imediata, banal, resgatado diretamente da

experiência (MARTINS, 2000; GEERTZ, 1997). Assim, para o senso comum, a resposta estaria centrada no fato de que voltariam um dia pela não adaptação a um lugar diferente do seu, ou pela incapacidade de se construírem como sujeitos de outro lugar. Perde, no entanto, esse aspecto quando encarada, da forma como foi enfrentada neste trabalho, ou seja, nas dobras e nuances do cotidiano, procurando nos “entulhos” da vida social, nos lugares baldios dessa *liminaridade*, amparada pela perspectiva sócio-antropológica com apoio da metodologia da História Oral. Em minha mente estava a idéia da Escola dos Annales, em sua terceira geração, reunindo teóricos como Turner, Goffman, De Certeau, Bourdieu, Le Goff. Suas idéias “foram adaptadas e utilizadas para fazer uma história mais antropológica (BURKE, 1997), o “impacto da Ciência Antropológica sobre a Disciplina da História” (GEERTZ, 1992, 2001), a História Nova, hoje no desejo de se interessar por todos os homens, a interlocução privilegiada com a Antropologia, a dimensão psicológica da História e a, partir da micro-história, atenta aos indivíduos em suas relações com outros indivíduos (LE GOFF, 1988; VOVELLE, 1998, REVEL, 1998).

Então, uma primeira hipótese, do ponto de vista de uma leitura apressada, para tentar responder as indagações acima, seria que, os órfãos se refugiaram na *liminaridade* num processo da vida cotidiana esperando a vontade dos outros para fazerem a viagem de volta ao lugar de suas tradições. É tão óbvio o desprezo pela vida cotidiana, o não reconhecimento como um lugar da eficácia das vontades individuais, que a história dos órfãos de Pau de Colher ficou abandonada pelos documentos oficiais, ou como afirma Albuquerque Jr. (2007) história violada. Outra hipótese é o de considerar o cotidiano e o senso comum da vida cotidiana como banal, superficial, destruído de verdade, fonte de equívocos e distorções. Da mesma forma o desperdício da experiência promovido pela razão indolente e não observar a complexidade desse cotidiano que, bem ao contrário, é complexo não como receita/resposta, mas como desafio e luta contra a mutilação (MARTINS, 2000; SANTOS, 2004; MORIN, 1996; OLIVEIRA, 2008).

Para buscar esclarecer essas questões que envolvem sujeitos coletivos e em situação de suspensão de seu cotidiano, ou seja, vivendo em situação de contraste, pareceu-me pertinente como hipótese, ao contrário que, no cotidiano da *limiaridade*, a memória com aparato do *ehtos*, evocou sentimentos de comunhão que os fez subsistir e desenvolver fortes sentimentos de pertencimento. Ainda, amparada nos quadros sociais da memória reminiscência, os órfãos de Pau de Colher preservaram sua identidade ancorada em cada recordação de sua terra trabalho, terra afeto, terra sentimento, terra luta.

1.4 ENTRECruzAMENTO: PROBLEMA E ANÁLISE TEÓRICA

Este trabalho busca estudar uma realidade estimulante por alguns aspectos que, certamente, não se exaure nos pontos que estarão aqui inscritos. Primeiro, é um estudo que tem o propósito de contar a história de crianças órfãs de um movimento messiânico esquecidas pela história oficial. Esquecidas pela marca de uma historiografia cujo caminho é o de trazer a memória oficial sobre o movimento e pelo pouca atenção dada à história nas suas dobras e nuances. Segundo, em decorrência do primeiro ponto, crianças que levaram o estigma de filhos de “bandoleiros”, de “ignorantes”, de “fanáticos”, estigmatizados, na *liminaridade*, mas que testemunham, até hoje, a vivacidade das lembranças opondo-se à memória nacional, indizíveis. Lembranças zelosamente guardadas e despercebidas pela sociedade englobante como diria Pollak. Trilhas, oferecidas por este trabalho, espera o desabrochar de tantos outros.

Assim, para a história contada pelo Estado, o que interessa anunciar então, sobre a vida de crianças, “filhos de fanatizados”? Em terceiro lugar, a demora de se perceber a importância do cotidiano, do homem comum imerso nesse cotidiano, conceituado pela lógica do paradigma positivista, como cotidiano, banal, superficial longe de apresentar verdade, assevera Martins, vale repisar. Ou seja, o senso comum e a vida cotidiana não considerados como possibilidade de ser objeto de estudo. Quarto ponto, pela não atenção dada à memória daqueles considerados viverem nos “porões” da vida cotidiana e à memória de suas vivências. Memória esta violada pela gestação da história, suspeita pela história. Violar memórias e gerar a história (ALBUQUERQUE JR., 2007; NORA, 1993).

Estudar a história dos órfãos de Pau de Colher exigiu trespassar alguns pontos. No caso da trajetória dos órfãos de Pau de Colher, desdobramento da história de seus pais, o “drama social” experienciado, implica uma vida cotidiana na suspensão de seu lugar e do seu tempo, portanto na *communitas* no qual o único suporte para sobreviver à “lacuna”, foi a memória. Esta memória, no entanto, antes de ser uma memória seqüência de fatos, de imagens e de acontecimentos, “mas, a memória revisitada como condição para que aconteça um relâmpago (...) capaz de resgatar suas forças de atuação e fazê-las agir sobre o presente” (FERREIRA, M., 1996, p.126).

Muitos debates, no Brasil, têm sido suscitados em torno de estudos sobre a memória apontando “ser este um país sem memória, onde o esquecimento é a vala comum em que repousam episódios e personagens, atores e ações” (*ibid*, p.130). Isso nos encaminha para

pensar, por um lado, a relação da memória e poder como marca do silêncio dos órfãos de Pau de Colher durante a situação de separação de suas tradições.

Por outro lado, concordar que a memória reminiscência para Benjamin e Ferreira, B., (1994, 1996) funda a cadeia da tradição que transmite os acontecimentos de geração a geração e com Pollak (1989, p.104), no mesmo sentido, ao afirma que, quando se trata de “memória herdada há uma ligação entre esta e a identidade dos indivíduos”. Portanto, diz o autor, ser a memória um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

Dessa forma, a realidade que analisei, nesta pesquisa, exigiu o apoio de vários contextos teóricos. A trajetória de vida dos órfãos de Pau de Colher envolve trabalhar com a memória do grupo, com o cotidiano das crianças na *liminaridade*, com as relações de poder posto que o Estado, ao tutelar as crianças, imprime seus preceitos discricionários. Recobre a objetivação dos princípios de pertença de um grupo efetivado na prática pela honra, pelo orgulho e amor a terra natal e com um trauma cujas feridas estão abertas, até hoje, para alguns deles.

Por isso nos debruçamos sobre um arcabouço teórico considerado, a nosso juízo, pertinente para ajudar a elucidar a problemática da memória com aparato do *ethos*, na situação cotidiana da *liminaridade* e *communitas* vivida pelos órfãos de Pau de Colher, a entender o significado de manterem-se indivíduos, bem como sobre os aspectos subjetivos que envolveram essas relações e no objetivo maior dos órfãos que foi a reconciliação com seu lugar de origem, alcançada com a reagregação.

Nesse sentido, mais do que uma simples descrição dessa travessia, na história de vida de indivíduos sertanejos, é de refletir sobre o que a memória com aparato do *ethos*, evocada pelo grupo, permitiu de criações e mil maneiras e táticas, na *liminaridade*, engendrando o retorno do grupo ao seu lugar de origem, ou seja, na manutenção da identidade. Para isso, procuramos apresentar a noção de alguns pensadores que discutem sobre memória, considerando as questões centrais, deste trabalho.

Assim, entendemos que a história dos órfãos de Pau de Colher, em sua trajetória de vida na suspensão de sua identidade, foi permeada no âmbito de estruturas subjetivas que são produto da estrutura social e da agência do indivíduo (ELSTER, 1963; CANIELLO, 2001, 2003).

Outros autores como Pollak (1989) e Thompson (1992), tratando da ligação entre memória e identidade, enfatizam ser através da memória, que indivíduos podem recuperar

suas histórias de vida interrompidas, por processos históricos, ocasionados por traumas históricos vividos.

A opção, pela discussão teórica com esses autores, vem a propósito, para este estudo, pois ao levantarem a história de pessoas em situação de “margem”, aproximam-se da análise de processos sociais no cotidiano, no micro de suas possibilidades, enfeixando o comportamento dos indivíduos em seu contexto cultural.

Esta possibilidade dá lugar a um olhar para além das dicotomias interpretando que é da relação entre os diferentes elementos da vida social que se produz o viver em sociedade. Por outro lado, esses estudos, permitem olhar o cotidiano em suas rupturas franqueando condição aos indivíduos para o espantamento, para a ousadia, para a criação. Este, defendendo, foi o percurso dos órfãos de Pau de Colher ao romperem com o cotidiano imposto, na *liminaridade*, pelo Estado, utilizando-se de elementos desse universo simbólico a fim de alimentarem o cosmos onde se instalou sua transgressão objetivada com a “viagem de volta”.

Em vista disso, esse indivíduo é aquele que, em grupo, não hierarquizado, luta em meio à lógica de um Estado interventor de suas relações familiares, quando vai tirar os órfãos do seio de suas tradições e, nesse momento, seguindo outro caminho, estes fundamentam suas ações em valores tradicionais, solidários e comunitários. Não existiu, na experiência dos órfãos de Pau de Colher, apenas, um indivíduo específico dirigido de fora por uma arbitragem fortuita que sabe *a priori* o que é melhor para suas vidas, mas um indivíduo em um cotidiano em cuja situação de suspensão, no contraste, permitiu a criação do retorno.

Estamos, então, cuidando da história dos órfãos de Pau de Colher do ponto de vista do que Genep pensou sobre viver em sociedade quando admite, este pensador, ser possível, através dos ritos, compreender a vida social.

Assim, nesse rito, a primeira fase, a que chama de separação, abrange o comportamento simbólico que significa o afastamento do indivíduo de um ponto fixo do grupo anterior na estrutura social, quer de um conjunto de condições culturais, que ele chama de “estado”, ou ainda desse afastamento de ambas as situações. No caso dos órfãos foram deslocados dos seus povoados de origem. A segunda fase constitui-se no sujeito transitante que, para Turner, está carregada de atributos do passado ou do estado futuro. Os órfãos, foram estes sujeitos em trânsito, em suspensão de sua vida comum. A terceira fase é o momento em que o indivíduo se reagrega saindo dos momentos extraordinários da suspensão do cotidiano e voltando à condição anterior da estrutura, ou seja, da vida cotidiana. Os órfãos voltaram aos seus povoados.

Ao se preocupar, com a situação da “margem”, Turner, no entanto, considera ser uma fase carregada de atributos em que os indivíduos não se situam nem aqui e nem lá. Estão, assim, no meio e entre as posições atribuídas e ordenadas pela lei e que devem, implicitamente obedecer aos seus instrutores e aceitar as punições, sem queixa, nos interstícios da estrutura social.

Por sua vez, a antiestrutura, para este autor, configura um espaço “liminar” por excelência do “drama social” um momento especial, instituído pela própria sociedade, visando lidar com as próprias contradições, conflitos, crises e/ou problemas não resolvidos que ameaçam sempre ruir as bases da estrutura social. A antiestrutura, portanto, remete a duas noções centrais que são *liminaridade* e *communitas* discutido por Turner (1974).

Ao esclarecer a noção de *liminaridade*, Turner (1974, p. 116-117) escreve:

Os atributos da *liminaridade*, [...] são necessariamente ambíguos... esta condição e estas pessoas furtam-se ou escapam à rede de classificação que normalmente determinam a localização de estados e posições num espaço cultural. [...] exprimem-se por uma rica variedade de símbolos [...] que ritualizam as transições sociais e culturais [...] As entidades liminares [...] podem ser representadas como se nada possuíssem [...] não possuem *status*.

É sob esse ponto de vista que os “dramas sociais” são classificados por Turner como “liminares”; eles emergem nos interstícios da estrutura social, propiciando ao atores sociais a experiência concreta de estarem às margens da sociedade e criando ocasião para pessoas ou grupos representarem, simbolicamente, papéis que correspondem a uma posição invertida em relação ao *status* ou condição que ordinariamente possuem no quadro hierárquico da “estrutura social”.

Para Turner essencialmente a *communitas* consiste em uma relação entre indivíduos concretos, históricos, idiossincráticos. É nesse sentido que Turner sugere um deslocamento de “olhar antropológico” para os fenômenos “marginais” ou “liminares”, ou seja, movimentos que emergem nos interstício da sociedade – no caso das “sociedades complexas”.

É exatamente esse olhar que nos permitiu entender as mil maneiras de fazer executadas pelos órfãos durante a *liminaridade* buscando entender os estados de distanciamento da estrutura (vida cotidiana para Turner) como possibilidade dos indivíduos “passar ou ficar” (DAMATTA *apud* GENNEP, 1978, p. 11).

Essas noções de Gennepe e Turner, sobre ritos de passagem, que entendem serem o dinamismo da vida em sociedade resolvem a vida social, me permitiu, para esta tese, ver o

espaço onde aflorou a criatividade, os sonhos e os desejos no comportamento livre e obrigado, num clima de efervescência geradora de valores, imagens e símbolos referenciais de unidade e ou coesão social, dos órfãos na *liminaridade*.

Concordamos que as noções de separação, *liminaridade* e reagregação estão presentes na trajetória dos órfãos de Pau de Colher, pois ao serem mortos seus pais pela polícia militar, o Estado interpõe sua autoridade nas relações familiares, tutelam as crianças, deslocando-as para Salvador. Decidem seu futuro. As crianças, algumas órfãs, mas outras com pai ou mãe vivos, são separadas de sua terra, de seus parentes, de seu lugar de afetividades, do lugar de suas amizades, de sua vizinhança.

Em seguida, fazem uma viagem da sede de seu município até Salvador onde, numa escola chamada, Instituto de Preservação e Reforma, permaneceriam no convívio com valores, costumes e memória diferentes do seu lugar emoção. Entre quatro e sete anos permaneceram na escola, lugar onde construíram sua *communitas*. Ali, pensaram nas “diversas equações, modo a ordenar, via memória e tradição, o passado no presente, e este no futuro”, em busca da viagem de volta que foi feita, definitivamente, sete anos após, maior tempo de alguns, reagregando, assim, ao lugar do qual foram retirados. (GUSMÃO, 1999, p. 145).

Demonstraram os órfãos, dessa maneira, que o futuro para eles seria o retorno; que o progresso seria retomar as terras de seus pais e continuar o ciclo de suas vidas; que para serem educados implicava o retorno, pois a educação a qual estavam ligados era a educação da terra, pedagogia com a qual estavam acostumados desde a primeira morada no ventre de sua mãe.

Por isto, o estudo da história dos órfãos de Pau de Colher não se limita, nesta tese, a falar sobre as experiências. Trata-se, ao contrário, do passado à luz das experiências do presente, o que permite compreender a continuidade do grupo no tempo. Trata-se, certamente, do passado vivido, bem mais do que o passado apreendido pela história escrita, sobre o qual poderá mais tarde apoiar-se sua memória (HALBWACHS, 1990; POLLACK, 1989).

Para Halbwachs, a memória coletiva não é vista de forma a ser uma imposição uma forma específica de dominação ou violência simbólica. Ele acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, do ponto de vista do reforço à coesão do grupo, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo. Memória, para ele, faz parte de um processo social em que os indivíduos não são vistos como seres isolados, eles interagem ao longo de suas vidas a partir de estruturas sociais determinadas. Uma memória que define o que é comum ao grupo, que o diferencia dos outros fundamentando e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais. Esse pensador deu ênfase ao fato de que os

indivíduos se recordam de acordo com quadros sociais. Assim, para Halbwachs, os indivíduos utilizam imagens do passado enquanto membros de grupos sociais, que sempre precisam da memória de outras pessoas para confirmar suas próprias recordações e para lhes dar resistência.

Portanto, Halbwachs, rejeita a idéia de que a memória seja algo apenas físico capaz de ser medida em laboratório. Sua noção de memória repousa na idéia de que ela está relacionada a representações coletivas estabelecidas por grupos sociais e que sua materialidade está na sociedade. Os indivíduos, para ele, não se lembram por si mesmos, e, para lembrarem, necessitam da memória coletiva, ou seja, da memória que foi construída compartilhada com outros indivíduos. Dessa forma, Halbwachs, apoiado nos quadros sociais da memória, procurou o significado do que era atribuído ao que era lembrado. Então, qual o significado de lembrar para os órfãos de Pau de Colher na *liminaridade*?

A relação entre os órfãos e o meio do qual foram retirados aparece em diversas narrativas amparadas por plurais quadros de suas vivências em seus povoados de origem. Os órfãos de Pau de Colher, na *liminaridade*, não se reduziram a um grupo de indivíduos isolados, portanto, as crenças e práticas do grupo dos órfãos de Pau de Colher, evocados por eles, vão permitir compreender sua luta para permanecerem indivíduos de um lugar e compreender que indivíduos têm condutas opostas dependendo de como se relacionam com suas crenças e valores. Um sujeito que lembra dentro de um contexto, a partir das lembranças do lugar, das pessoas que o cercavam, das situações vividas.

Reforça Halbwachs, ao falar em comunidade afetiva, o trabalho da memória, que a memória é auxiliada pela memória não só por terem trazido os depoimentos, mas “é necessários ainda que ela não tenha cessado de concordar com as suas memórias (...) para que a lembrança que nos recordam sejam reconstituídas sobre um fundamento comum (...) e que se encontrem tanto no nosso espírito quanto no dos outros” (*ibid.* p, 34).

Portanto, desse ponto de vista, os órfãos de Pau de Colher construíram uma memória sobre uma base comum (sua terra, seu trabalho, suas tradições). Selecionaram e negociaram os quadros da memória e, de fato, apresentam, assim, a possibilidade de como a memória se torna uma força potencial para os indivíduos submetidos, pois a partir de uma base comum, a memória é “solidificada e dotada de duração e estabilidade”. Pollack vai indicar, neste momento, a possibilidade de uma abordagem sobre a memória dos excluídos, pelo caminho das memórias subterrâneas, prosseguindo seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível aflorando em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados (POLLACK, 1989, p.4).

Neste momento, a memória nacional (no caso a memória oficial sobre os órfãos de Pau de Colher), na *liminaridade*, entra o tempo inteiro em disputa com memória, base comum, da tradição das crianças que é, por sua vez fortalecida, no contraste, pelos quadros sociais da memória de um grupo do qual ele mesmo foi “personagem histórico” (HALBWACHS, 1990, p. 78).

Halbwachs, como indica seus estudos sobre memória coletiva, foi fiel observador da vida social concreta e cotidiana. Apresentando uma discussão sobre os quadros sociais da memória ele vai, dessa forma, me fornecer pistas para entender os significados da vida dos órfãos de Pau de Colher no período de suspensão de seus papéis da tradição, como sertanejos, permitindo, através de seus estudos como penetrar na análise dos lugares, tempos, quadros da memória e, ainda, trazendo contribuição pertinente na discussão sobre memória e história. Essas noções, sem dúvida, sustentam minha base de análise sobre os órfãos de Pau de Colher com a idéia de memória como base comum, posto que os órfãos de Pau de Colher mantivessem sua pertença como grupo que lembraram, consistentemente, pela presença e evocação dos seus “outros” e de suas histórias compartilhadas.

Assim, afirmando que o indivíduo lembra efetivamente pela participação de outros em seus quadros de vivência e pela assistência dos outros a nossa vida, nossa família, nossa tradição, confirma a pertinência, para o caso de Pau de Colher, pois centrados na evocação das lembranças de seus pais, nos quadros sociais de suas vidas, na origem, alimentaram sua identidade mantendo-a viva.

Enfatizou Halbwachs, com seus estudos, a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória do grupo a que pertencemos por que vivências compartilhadas. O pensamento da família ausente, da tradição ausente, da terra ausente, dos costumes ausentes, do criatório ausente, das comidas ausentes, das brincadeiras ausentes, dos vizinhos ausentes, pouco importava ausente materialmente para os órfãos, na *liminaridade*, pois todos esses elementos ausentes (...) “fornece os quadros sociais” (HALBWACHS, 1990, p. 40).

Michael Pollack, por seu turno, quando trata da memória individual e coletiva, aponta integrem-se, estas, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar os sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes. Reforça que a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos (...) mas, também, “as oposições irreduzíveis” (*Ibid*, p. 9). Pollack, ao buscar, a partir do trabalho da memória, com a função do dito e “não-dito”, com o enquadramento da memória, com a memória em disputa me permitiu oportunidade para estudar a vida social dos órfãos em seus momentos

cotidianos e de suspensão desse cotidiano. Em seu trabalho entre sobreviventes dos campos de concentração nazista e outras situações de guerra, demonstra plurais lugares de referência onde, também, se apóia a memória para além de situações concretas, oportunizando a análise de situações, registradas pela memória, como: ruídos, gritos de terror, choro de crianças, barulho de tiros, cheiros. Esses referenciais vão permitir suporte para as narrativas dos órfãos de Pau de Colher, pois apóiam sua memória pertença não só nos momentos de vida material, mas em pontos referência emocionais captando a emoção além dos pontos cognitivos para compreender os momentos trágicos na memória coletiva.

Portanto, um passado que se expressa a partir do presente que pode se tornar promessa de futuro [para os órfãos, o retorno] e desafio lançado à ordem estabelecida. Foi o que aconteceu com os órfãos, na *communitas* quando, através de mil formas de fazer o cotidiano na *liminaridade*, provocaram a instituição a aceitar os pedidos de seus familiares para o reenvio das crianças ao lugar de onde foram retiradas.

Nesta perspectiva, a memória está sendo estudada não apenas memória por memória, lembrar por lembrar, mas a memória como a possibilidade de intervenção. Qual a função da memória dos órfãos de Pau de Colher?

Thompson (1992) já alerta para a importância da memória colaborando para a reconstrução do mundo social de pessoas submetidas às classes sociais mais elevadas como empregados, copeiros, jardineiros. É o trabalho de libertação da memória, as sutilezas da memória informando como as pessoas atuam na realidade e, o que é “tipicamente reprimido está tipicamente presente” (*ibid*, p. 205). Então a possibilidade da memória efetuar um trabalho de rompimento, mesmo quando expressa apenas sentimento, terá sido, por si só, positivo muito mais quando defende que recordar a própria vida é fundamental para o sentimento de identidade tendo a memória reminiscência o poder transformador.²²

Além disso, Thompson acrescenta a importância da memória para os povos sem escrita, afirmando ainda ser, a atividade *mnésica* fora da escrita, uma atividade constante não só nas sociedades sem escrita, como nas que a possuem. Citando Goody lembrou que a acumulação de elementos da memória faz parte da vida cotidiana, na maior parte das culturas sem escrita. Desse ponto de vista e de muitos outros, oportunizados pelo estudo dos órfãos de

²² Sobre o trabalho com memória e narrativas orais há uma vasta literatura voltada para o trabalho com pesquisas biográficas indicando a importância desse trabalho com populações diaspóricas, migrantes, exiladas no sentido para além da compaixão e sim da justiça social e realização do eu. Podemos ler em trabalhos de pesquisadores do Congresso Internacional sobre pesquisa (Auto) Biográfica (CIPA) como: Christine Josso, Momberger, Lechner etc... Respaldo-me, da mesma forma, na literatura que indica a importância da escrita autobiográfica e a Educação (VAINFAS, 2006), desde que os órfãos de Pau de Colher passaram esse período de *liminaridade* em uma escola.

Pau de Colher, a memória de sua família, a memória de sua etnia, ou seja, de suas origens, foi seu fundamento.

Os órfãos de Pau de Colher, apesar de estarem inseridos em sociedade de escrita, não sabiam ler, nem escrever. Então o único suporte de ancoragem eram as lembranças que evocavam, cotidianamente, na *liminaridade* como memória de criança. Tinham, assim, liberdade e possibilidade de chamá-la, diariamente, vitalizando suas memórias ao transmitirem uns aos outros de forma “mais criadora que repetitiva” (*ibi*. p. 430).

Para Thompson, a exaltação da memória coletiva não mais ao longo do tempo, mas dessa memória nas palavras, nos gestos, nas imagens, nos ritos e nas festas. Assim, uma conversão de olhar. Continua o mesmo autor, afirmando que a História “nova” pode ser interpretada como uma revolução da memória em torno de alguns eixos fundamentais, apoiados não mais numa temporalidade linear, mas tempos múltiplos vividos “nos termos em que o individual se enraíza no coletivo” (*ibid.* p. 473). Além de lugares topográficos, monumentais, simbólicos, funcionais, mas aqueles onde se deve procurar não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas e de gerações, levadas a constituir seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória. (*ibid.*) Aponta como arquivos caracteristicamente novos: os arquivos orais.

Dessa forma, para estudar a trajetória dos órfãos de Pau de Colher foi preciso buscar os arquivos orais dos órfãos. A memória dos órfãos, com aparato do *ethos*, foi elemento essencial, elemento que os amparou na *limiaridade*. Portanto, “memória é [foi, no caso aqui em estudo] elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é [foi] uma das atividades fundamentais dos indivíduos [dos órfãos] e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. (*ibid.* p. 476).

Thompson continua proferindo que memória não só é conquista, é também instrumento e um objeto de poder. Alerta ser nas sociedades, cuja memória social é, sobretudo, oral, melhor oportunidade para compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.

No caso aqui em estudo, a memória oficial sobre o movimento de Pau de Colher, desde a origem, com seus pais, preocupada em reproduzir a versão do vencedor, engavetou o que aconteceu em seguida, com os filhos, agora, órfãos. Assim, a experiência vivenciada pelos órfãos de Pau de Colher, submetidas, abafadas, pela memória oficial, vem à tona, durante a experiência da “margem”, construindo sua identidade.

Para Certeau (1994), a memória oferece um trabalho de resplendor que brilha na ocasião, momento em que se revela “momento oportuno”, em que desloca o espaço para o tempo e que “antes de ser o relicário ou a lata de lixo do passado, memória vive de crer nos possíveis, e de esperá-los, vigilante, à espreita” (*ibid.* p. 163).

Como uma força, para Certeau, memória coletiva ou individual, autoriza com as táticas de sua arte, não só marcada pelos encontros externos, a memória é escritura invisível lembrada pelas circunstâncias. As noções de Certeau me guiraram para pensar a memória dos órfãos como tática, como possibilidade de erguer o cotidiano desse grupo uma vez que a memória fala de lugares, de tempo e de acontecimentos, de inscrições que estão no corpo dos indivíduos. A memória é atizada, é chamamento pelo outro, é tocada pelas circunstâncias como o piano que ‘produz’ sons ao toque das mãos. “Ela é sentido do outro” (*ibid.* p. 163). Certeau fala de uma memória prática, de uma memória trabalho, de uma memória que responde às circunstâncias, fornecem clarões, detalhes, fragmentos que quando lembradas brilham em relação ao todo que funcionam na memória quando intervêm na ocasião, restaura lugares, inscrevem-se nos seus ‘quadros sociais’.

Divisamos, assim, em Certeau um saber-fazer da memória onde se pode encontrar todos os traços da arte da memória. A memória em Certeau é movimento. Para o caso dos órfãos de Pau de Colher, em sua situação de *liminaridade* e fora de seu lugar onde, teoricamente, suas forças emocionais se esvaem pelas regras e normas da estrutura, o “saber-memória” aumentando essa força, pois precisaram desse saber para continuarem indivíduos. Dentro da representação esquemática da Certeau (*ibid.* p. 158), “quanto menos força, mais se precisa do saber memória; quanto mais saber-memória, menos se precisa de tempo; quanto menos tempo há, mais aumentam os efeitos”.

Para o estudo do “drama social” vivenciado pelos órfãos de Pau de Colher na *liminaridade*, estão explícitas duas violações. A primeira feita pelo Estado quando os retira de suas origens; a segunda, pela história oficial quando, ao tratar do movimento, viola suas memórias quando prioriza o tempo homogêneo e linear. Através do estudo do miúdo dessa trajetória, buscando-a em seu cotidiano, descortinou-se uma trajetória de luta, com ancoragem da memória, conectada às diferentes dimensões da vida social de um grupo deslocado de suas tradições. Portanto, procurei sair da idéia de um tempo homogêneo, da idéia do progresso da humanidade colada em um tempo linear, determinista.

Ao entender os limites desta visão de tempo para o a experiência dos órfãos de Pau de Colher, o que me instigou a examinar o que lhes aconteceu em seguida, foi se destampando uma experiência carregada de possibilidades de realização. Um tempo dos órfãos, na

liminaridade, cuja memória reminiscência ocupou um espaço central em seu cotidiano, memória esta que diz respeito ao grupo e ao passado desse grupo, a sua origem, integrantes da memória e da tradição. Não esquecer, na *liminaridade*, foi central para a manutenção da identidade em confronto, naquele período de suspensão, com a memória à nova experiência de convívio. Lembrar constituiu-se o caminho, para os órfãos, pelo qual a memória era a história, era o grupo, era o lugar de fora e energia “lugar que define o sujeito” (GUSMÃO, 1999, 145).

Portelli (2002) por sua vez, quando discute a memória do massacre de Civitella Val di Chiana, na Toscana, em 29 de junho de 1944, afirma que é uma memória criada e preservada pelos sobreviventes, viúvas e filhos, focada quase que exclusivamente no seu luto, nas perdas pessoais e coletivas e, afirma, “é uma falha da historiografia (...) nunca ter considerado tal senso comum com a devida seriedade. Uma memória, então, (...) culturalmente mediada”.

Por discutirmos a trajetória dos órfãos de Pau de Colher com base na memória do cotidiano da experiência desse grupo; da criação de uma comunidade de pertença dentro de uma comunidade, cujos elementos eram estranhos aos seus (valores, costumes, memória); de conseguir, esse grupo, amparar sua memória pertença em meio a um universo simbólico que fortaleceu o laço social através de símbolos afetivos impregnados na alma; de aguçar, em meio à memória-saber do Estado, a memória *ethos* para manutenção de sua identidade e dignidade disseminadas durante a *liminaridade*, prescreveu-se como necessário ampliar, o estudo, com a cooperação de outras portas interpretativas.

1.5 POR OUTROS DIÁLOGOS TEÓRICOS PERTINENTES

Os autores que trago para esta seção tem o objetivo de fortalecer a idéia que se contrapõe a noção de indivíduos passivos em sua dinâmica social. Os indivíduos, ao mesmo tempo em que estão submetidos às estruturas da sociedade, tidas como disciplinadoras, se movimentam, com criatividade e produção, em meio aos diversos pontos desta, mediados por uma rede de simbolismos. Não estou aqui negando a influência de instituições, mas mostrar que, no caso dos órfãos de Pau de Colher em sua trajetória, após a saída do seu lugar de origem, suas narrativas orais apresentam diferentes formas cotidianas de se movimentarem no convívio com uma comunidade estranha aos seus costumes.

1.5.1 O homem ordinário e seu cotidiano

Concordo que Certeau é um dos pensadores que muito contribuiu para se pensar um cotidiano permeado pelas práticas dos “homens ordinários” cuja criatividade, segundo ele, está marcada por astúcias silenciosas, sutis e eficazes pelas quais cada um inventa para si mesmo uma maneira própria de caminhar.

Ao esboçar uma teoria das práticas cotidianas, Certeau, vai permitir a sensibilidade para buscarmos, na dinâmica da vida cotidiana, nos comportamentos mais simples, esse indivíduo que tece seu dia-a-dia e afirmar que esses momentos não são singulares, ao contrário, são momentos constantes, “majoritários” na vida social, em seu dizer, muitas vezes relegados e que só aparecem a título de resistência. Considera, ainda, que as astúcias, as táticas cotidianas dos praticantes compõem uma rede de antidisciplina.

Esse é um dos pontos pertinentes nos estudos de Certeau. A trajetória dos órfãos de Pau de Colher, trajetória não entendida, aqui, do ponto de vista da linearidade, que a própria palavra trajetória pode dar a entender, mas no sentido do percurso com atalhos, dobras, nuances, idas e vindas. Esta trajetória indica o lugar do desempenho dos indivíduos, aparentemente desprovidas de sentido, mas com efeitos consideráveis, pois os indivíduos se utilizam “práticas panópticas a partir de um lugar onde a vista transforma as forças estranhas em objetos que se podem observar e medir” (*ibid.* p. 100).

Assim, Certeau, pensa a transformação dos lugares em espaços legíveis pelo poder do saber que instrumentaliza os indivíduos em suas táticas, em sua arte de fazer, como espaço de conquista de um lugar que permite mobilidade dentro das falhas da conjuntura. Nesses espaços os indivíduos vão caçar criando surpresas conseguindo estar, com astúcia, onde ninguém espera.

Os órfãos de Pau de Colher, na *liminaridade*, e, em especial, na *communitas*, vivenciada dentro de uma conjuntura de poder panóptico, o do Instituto de Preservação e Reforma, vão criando, em meio às regras, em meio à vigilância, as brechas deixadas no dia-a-dia da escola. Então, essas brechas aproveitadas, pelos órfãos, foram aquecidas e mediadas por situações que simbolizam seu universo de origem, por ocasiões, inspiradas pela lembrança de seus povoados, seus gestos, sonhos, contos.

Nesses lugares de fazer, os indivíduos têm a oportunidade de formalizar sua prática, uma prática, também, de dissimulação, diz Certeau. Os lugares de fazer oferecem o espaço para se rastrear as modalidades de práticas nos lugares impostos, táticas e situações particulares de trocas sociais que Certeau, afirma serem (...) “invenções técnicas e um estilo

de resistência moral, isto é, uma economia do ‘dom’ (...), que ele diz ser a generosidade como revanche. Ele vê nessas ocasiões uma persistência de ação, “ética da tenacidade”, muitas maneiras de dizer não à ordem estabelecida. (*ibid.* p.88).

Mauss, por seu turno, defende que a reciprocidade organiza a rede social e, na periferia, nos interstícios, ela sobrevive a embalar o laço social tornando-se uma prática desviacionista, a arte da solidariedade, do jogo do intercâmbio gratuito, mesmo que castigado pelos padrões e pelos colegas, quando agem inventando os traçados, de convivência e de gestos, sem fechar os olhos.

Dessa forma, Certeau analisa as práticas cotidianas e deposita no indivíduo a possibilidade de reverter a situação. Para ele, nenhuma situação é fixa. Certeau pensa que, para a realidade dura das instituições, os indivíduos criam recursos de resistência na vida cotidiana onde o dia-a-dia oferece o maior estímulo demonstrador de sua arte de fazer. Então, onde outros só vêem obediência e uniformização, Certeau vê a liberdade das práticas.

Assim, os espaços do cotidiano, do minúsculo da vida social, no silêncio, táticas se insinuam. Os órfãos vivenciam a regra dominante fazendo funcionar sua “ordem”, de outra forma, em meio ao rigor do estabelecido, no quadro de sua própria tradição. Para Certeau, se resume em “uma economia do dom”, “uma estética de lances” e “uma estética de tenacidade”. (*ibid.* p. 88-89).

Com os ensinamentos de que “o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada”, Certeau permite, para o estudo desta tese, que a arte de fazer não se reduz aos dominadores, à instituição, a quem, supostamente, é forte ou tem o poder da vigilância. Nesse sentido, pensa que:

(...) mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela [está se referindo à vigilância]: que procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que “maneiras de fazer” formam a contrapartida do lado dos consumidores (ou dominados? (...)) (*ibid.* p. 41).

Logo, ele trata de operações micro que se fazem presentes em meio à estrutura social alteradores do seu funcionamento. Essa dinâmica, pelas quais os indivíduos ou grupos articulam táticas em meio aos detalhes do cotidiano em que, presos a uma ordem de “vigilância”, vão organizando uma antidisciplina. Ocasões e detalhes, naquela ocasião, escondidos e desprovidos de instituição, mas que utilizando de ritualizações cotidianas permitem as práticas.

Certeau aponta muitas práticas cotidianas (falar, ler, circular, conversar) como maneira de fazer: vitória dos fracos sobre os fortes como performances operacionais. No cotidiano da *liminaridade* dos órfãos, além das práticas acima mencionadas, outras como, fugir, ficar acordado durante a noite, “esquecer” o horário, não comer, roubar, adoecer, contar suas histórias foi utilizado, por eles para aproximarem-se, do cotidiano que ficou para trás, recuperar seus cenários de volta o que envolvia toda uma performance de “driblar” os guardas da escola.

Esse homem “ordinário” homem “comum” de Certeau é útil para pensar as ações produzidas pelos órfãos em seu cotidiano fora do lugar de suas tradições. Os órfãos de Pau de Colher se viram, durante a *liminaridade*, repentinamente, em meio a uma situação de convívio com outros processos culturais, a saber, os da cidade, diferentes dos seus costumes e tradições, no qual, conforme Certeau (1994, p. 44-45) “articulam conflitos e legitimam, deslocam ou controlam “a razão do mais forte”.

Os órfãos vivenciaram tensões, um cotidiano fora do seu lugar, sucedido da violência produzida pelo Estado, sobre suas vidas, prolongada a na *liminaridade* fadados que estavam às regras e normas da instituição escolar, representando o Estado. Estavam expostos a castigos, no xadrez da escola, em consequência de qualquer ato caracterizado como indisciplina. Lembra Certeau que as táticas de consumo, engenhosidade dos fracos para tirar partido do forte, vão desembocar então em uma politização das práticas cotidianas. Práticas cotidianas dos órfãos, também, ofertam produtos culturais em meio às grandes batalhas no convívio com as prescrições arbitrárias do Estado.

Laçaram mãos, então, os órfãos, de estratégias e táticas, aproveitando ocasiões para a objetivação de desejos e o projeto de retorno. Certeau mostra que a moderação, a aproximação dos poderosos e tantas práticas confundidas com as de domesticação, são, também, armas de lutas que, no caso dos órfãos, era a luta para manterem sua identidade.

Então, a trajetória dos órfãos de Pau de Colher, que implica na suspensão de sua pertença como sujeitos de um lugar, e o cotidiano vivido por eles durante esta suspensão, enredou em práticas cotidianas tomadas, neste trabalho, como espaço central para pensar e capturar o significado de suas ações durante este processo de suas vidas e poder percebê-los não como indivíduos passivos, em uma situação de “margem”, de subordinação.

Outro aspecto significativo, nesse processo, pode ser localizado nas ações, dos órfãos, de instaurarem outra produção, fabricando-a na linguagem das palavras num espaço que é do outro, com elementos que a ordem do Estado lhes impôs.

1.5.2 Ação social, relação social e pertinência à “raça”

Como um teórico clássico Max Weber é de fundamental importância para este estudo no sentido de que suas noções se aproximam com a realidade social estudada: a trajetória dos órfãos de Pau de Colher. Max Weber permite entender as ações desenvolvidas pelos órfãos, durante a *liminaridade*, como a modalidade específica de ação, ou seja, de conduta à qual o agente associa um sentido subjetivo. É aquela ação orientada significativamente pelo agente conforme a conduta de outros e que transcorre em consonância com isso, conforme interpreta Cohn (1979, pp. 26-27).

O que nos interessa em Weber, como contribuição para compreendermos a *communitas* dos órfãos de Pau de Colher é que, para este pensador, a compreensão do sentido, o comportamento dos órfãos, nessa trajetória fora do seu lugar, é o sentido “subjetivamente visado pelo agente”. Weber instrui que, buscar esse sentido, não significa sentido objetivamente correto da ação ou a busca de sentido verdadeiro, nem sentido metafísico, mas aquele sentido que permeou os motivos manifestados em ações concretas sustentadas e fundamentadas pelo agente.

Weber orienta, assim, com relação ao que envolve o motivo sustentado por quem age perceber o fundamento da ação. Qual o objetivo visado para o seu fim?

O processo de ação, obviamente para Weber, é aquele ato compartilhado, não isolado, mas um processo que envolve vínculos significativos. Pensamos, então, como Weber, sobre a “cadeia motivacional” cujos atos realizados, pelos órfãos na *liminaridade*, fundamentaram a ação seguinte.

Para o estudo desta tese, o sentido da ação dos órfãos de Pau de Colher, na *liminaridade*, permitiu apreender os nexos entre os diversos elos que eles empreenderam e permitiu reconstituir esse processo vivenciado por ações compartilhadas pelo grupo de Pau de Colher. Como Weber aborda, corresponde ao sentido coletivo da ação de múltiplos indivíduos ~~ao agir~~em, significativamente, de maneira análoga. Portanto, a ação social se ~~refere~~ “a ~~conduta~~ de múltiplos agentes que se orientam reciprocamente em conformidade ~~com um~~ conteúdo específico do próprio sentido de suas ações” (*ibid.* p. 30).

Para Weber, segundo Cohn, existe um conteúdo de sentido, na relação social, capaz de orientar regularmente a ação de cada indivíduo em relação a múltiplos e outros possíveis e que se manifestam sempre que as ações correspondentes são realizadas. Além de ação social, o conceito de relação social, em Weber, oferece passagem para entender a ação dos órfãos por um conteúdo de sentido reciprocamente compartilhado.

Assim, para inferir a realidade social vivenciada por eles, compartilhando com os momentos de separação, *communitas* e reagregação, trajetória, o pensamento de Weber é pertinente. Convém esclarecer não ser objeto deste trabalho aprofundar a sociologia de Weber, mas buscar em sua noção de ação social os valores subjetivos impregnados no sentido da ação dos órfãos de Pau de Colher durante a vivência na *liminaridade*. Então, por ação, Weber entende (...) um comportamento humano (...) sempre que e na medida em que o agente ou agentes o relacionam com um sentido subjetivo. No caso de ação social, Weber afirma: “por ação social (incluindo omissão ou tolerância) orienta-se pelo comportamento de outros seja passado, presente ou esperado como futuro (...)”.

As noções de Weber de ação, ação social, relações sociais amparam a trajetória dos órfãos de Pau de Colher para entendê-los na *liminaridade*, pois esses conceitos permitem compreender o sentido, o desenvolvimento e os efeitos da conduta dos órfãos, em seu *rito de passagem*, sem julgamento sobre a validade de seus atos, mas compreender essa trajetória em uma conexão de sentido. Houve sentido, sim, nas ações dos órfãos na *liminaridade*, um sentido, objetivado nas “mil maneiras de caçar”, conseguir manterem-se indivíduos do lugar de suas tradições e fazer a viagem de volta.

Weber afirma que a ação social pode ser determinada: a) de modo racional referente a fins por expectativa quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas quando as elas utilizam essas expectativas como “condições” ou “meios” para alcançar fins próprios; b) de modo racional pela crença consciente nos valores, por acreditarem, as pessoas, no valor ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação; c) de modo afetivo, especialmente emocional: por afetos ou estados emocionais atuais; d) de modo tradicional: por costume arraigado.

Assim, como diz Quintaneiro (2002), para Weber são muitas as combinações entre a maior ou menor nitidez com que o agente percebe suas próprias finalidades, os meios de que deverá servir-se para alcançá-las, as condições colocadas pelo ambiente em que se dá sua ação, assim como as conseqüências advindas de sua conduta.

No que se refere à ação com relação à crença nos valores, a ação do agente cumpre um dever, um imperativo ou exigências ditados por seu senso de dignidade, suas crenças religiosas, política, morais e por valores que prezam a honra, a honestidade, a fidelidade. (COHN, 1979; QUINTANEIRO, 2002). Nesse caso, não se prendem os agentes, aos resultados ou conseqüências, mas no desenrolar da própria conduta que consideram indiscutíveis, ou acima de quaisquer outros, como, por exemplo, a liberdade e em benefício a uma causa.

Do ponto de vista da ação social de tipo afetivo e emocional, o sujeito age inspirado em suas emoções de orgulho, desespero, medo, vingança, entusiasmo, desejo, ou seja, pelos sentimentos das pessoas que as realizam. Também, hábitos ou costumes arraigados levam a que se ajam em função deles, ou em reação a estímulos habituais. Podemos usar essas categorias para analisar o sentido da ação dos órfãos, na *liminaridade*.

Esclarecemos, e o alerta é de Weber, que “muito raras vezes a ação, especialmente a social, está exclusivamente orientada por um ou outro destes tipos” (...) E, naturalmente, esses modos de orientação não representam uma classificação completa de todos os tipos de classificação possíveis (...). (WEBER, 1999, p.16). Quer dizer que as ações sofrem mais de um desses condicionantes, mas podem ser classificadas com fundamento no que é predominante.

Para Weber, (1999, p.25), uma relação social denomina-se “relação comunitária”. Dentro deste ponto de vista, a atitude na ação é central para definir a relação comunitária, pois o sentimento subjetivo dos participantes de pertencer de forma afetiva ou tradicional ao mesmo grupo se apóia em fundamentos afetivos emocionais ou tradicionais.

De acordo com Quintaneiro, (2002), para Weber, é nas ações e no sentido que o agente lhes confere que se atualiza a lógica de cada uma das esferas da vida em sociedade, e é a partir do contexto significativo da ordem na qual uma ação individual está inserida que poderemos compreender sociologicamente seu significado. Partindo desse princípio, Weber, coloca os indivíduos como capazes de dar sentido à ação social e que tal sentido pode ser partilhado por uma multiplicidade de indivíduos.

Ligado às lições de Weber sobre ação social está, o que ele constitui de *relação social* como conduta plural, reciprocamente orientada e dotada de conteúdo significativo. Podemos dizer que é uma conduta social partilhada pelos diversos agentes numa sociedade qualquer.

Weber (1991) chega, então, ao conceito de *relação social comunitária* quando afirma repousar no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo. Apóia-se, assim, a relação comunitária, em todas as espécies de fundamentos afetivos emocionais ou tradicionais, nas quais, a solidariedade existe sob determinadas circunstâncias e cuja “luta pode ser pacífica” (*ibid.* p. 26). A relação comunitária, diz Weber, não é apenas a relação do indivíduo com o meio circundante, mas só na medida em que nela se manifesta o sentimento de pertencer ao mesmo grupo e que a existência de contrastes conscientes em relação a terceiros pode criar, nos participantes da mesma linguagem, um sentimento de comunidade.

Com a noção de “pertinência a “raça”, Weber (1991, p. 267), continua colaborando para esclarecer nosso objeto de estudo. Assim diz ele que a “pertinência à raça” somente conduz a uma “comunidade” quando é sentida subjetivamente como característica comum (...) e que certo destino comum dos racialmente homogêneos se liga a algum contraste existente com outros de características acentuadamente distintas”.

Desta forma, sentimento subjetivamente sentido, comum ao grupo e desenvolvido em uma situação de contraste são elementos chaves na interpretação de ação comunitária em Weber. A situação de contraste, ou seja, pensada por ele como ancoragem para a ação dos indivíduos, alimentam nos portadores um sentimento de honra e dignidade, pois, neste momento, as diferenças habituais são esquecidas e o contraste subsiste como convenções. Assim:

Como toda a comunidade pode atuar como geradora de costumes atua também, de alguma forma, na seleção de tipos antropológicos, concatenando a cada qualidade herdada probabilidades diversas de vida, sobrevivência e reprodução, tendo, portanto, função criadora, e isto, em certas circunstâncias, de modo altamente eficaz. (*ibid.* p. 269).

Weber aponta que toda a forma comum ou contrária do hábito de costume pode motivar a crença subjetiva de que existe entre os grupos uma afinidade de origem. Ele defende ser a energia desenvolvida pelo grupo motivado pela afinidade, pela semelhante crença, favorável ao desenvolvimento de uma força criadora da comunidade quando apoiada na lembrança de uma migração real. Esses elementos, afinidade, crença numa procedência comum em situação de deslocamento dos indivíduos, atuam como fonte do “sentimento de apego à terra natal”, afirmando que mesmo naqueles que se adaptem tão completamente ao novo ambiente que um retorno ao lugar de origem lhe seja insuportável.

Assim, o sentido de pertencimento destacado por Weber, desenvolve uma compreensão de diversidade cultural, na medida em que, a “solidariedade étnica” manifesta-se no confronto com elementos estrangeiros. Então, as situações de contraste, já são destacadas por Weber, como importantes para elaborar o conceito de identidade étnica.

De acordo com Weber, além disso, uma compreensão da diversidade cultural vai ser desenvolvida a partir do sentimento de pertencimento. Essa diversidade cultural é reconhecida na medida em que se confronta com elementos estrangeiros, estabelecendo uma oposição ou mesmo um desprezo pelo que é diferente, decorrendo daí o embate entre o “nós” e os “outros”. Os costumes que essa comunidade é capaz de gerar podem garantir a sua sobrevivência e reprodução. A sensação de “pertencimento” significa que precisamos nos

sentir pertencente a tal lugar, ao mesmo tempo sentir que esse lugar nos pertence, e, assim, acreditamos poder interferir na rotina e nos rumos desse tal lugar.

Weber está pensando em grupo étnico, para aqueles grupos humanos cuja semelhança no *habitus* externo ou nos costumes, ou em virtude de lembranças, nutre uma crença subjetiva na procedência comum e, com efeito, isso se torna importante para a propagação das relações comunitárias sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue, acrescenta. O elemento confraternização é desencadeado, objetivamente, baseado na crença da comunhão étnica.

A crença numa “honra” específica, a “honra étnica”, dos membros pode desencadear sentimentos de comunhão que subsistem mesmo depois de a comunidade ter desaparecido. Alega ser a lembrança do nascimento de uma comunidade, e a partir de uma comunidade matriz, elemento importante para fazer nascer este sentimento de comunhão muito específico sendo este um dos motivos de resistência do grupo. Weber aduz que as diferenças nas formas de vida cotidiana e as diferenças marcantes do *habitus*, exteriormente manifestados, promovem efeitos nos destinos do grupo.

Para ele a homogeneidade da regulamentação ritual da vida, condicionada por idéias religiosas constituem fortes elementos nos sentimentos de afinidade “étnica” e, em conseqüência, permitem compreender o sentido das ações dos indivíduos sendo este o pressuposto mais elementar da relação comunitária. Destacam, de novo, as fortes diferenças de dialeto, de religião, nas formas de vida econômica, diferenças nos trajes típicos, da maneira usual de morar, de se alimentar, de dividir o trabalho, questões relativas à decência e, principalmente, a honra e dignidade sentida pelo indivíduo, nas relações comunitárias.

A honra étnica, para Weber, se alimenta da convicção, pelos membros do grupo, da excelência própria de seus costumes. A honra étnica é a honra específica a todos que pertencem à comunidade subjetivamente sentida. Então os claros contrastes nas formas de vida começam a despertar, em ambos os lados a idéia de “sangue estranho”, independentemente da realidade objetiva.

Weber fala que a consciência da comunidade fomenta a divulgação da ação comunitária que, por sua vez é alimentada pela afinidade de origem somada à semelhança dos costumes.

Neste sentido, Weber permitiu entrar nos nexos explicativos das condições em que os órfãos estabeleceram seus modos de agir, revelados nas ações associadas aos valores específicos de sua tradição e aos propósitos relacionados à afetividade entre eles.

A importância de Weber, para este estudo, ainda, é que entende a realidade como algo infinito e que pode ser apreendido a partir de inúmeros ângulos, mas jamais em sua totalidade ou essência. Nega, assim, a possibilidade de um conhecimento absoluto.

1.5.3 Memória e poder como prática social

Foucault nos dá elementos e pistas para entender as relações de poder desencadeadas pelos agentes do Instituto de Preservação e Reforma, do ponto de vista de “enquadrar” os órfãos dentro da memória que prescreveu “civilizá-los”, “educá-los”, fazer com que saíssem da “ignorância”. Na mesma direção, compreender as diferentes maneiras criadas pelos órfãos para manterem sua identidade, a despeito das normas impostas, explícita ou implicitamente.

No estudo apresentado em sua obra **Vigiar e Punir**, Foucault (1989) evidencia a organização de “procedimentos” da “vigilância”, carcerária, escolar e médica no início do século XIX. Um dos pontos centrais de Foucault volta-se para o corpo, indicando como corpos dóceis são objeto e alvo de poder. Não é um corpo, como diz, cuidado em massa, *grosso modo*, mas corpo detalhado que implica “numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade, mais que sobre seus resultados e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos” (*ibid.* p.126).

Para Foucault, como afirma Machado (1979), na introdução à **Micro-física do Poder**, não existe algo unitário e global sobre poder, mas formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é tratado, em Foucault, como um objeto natural, uma coisa, mas como uma prática social e, como tal, constituída historicamente.

Foucault, no entendimento de Machado, não teve por objetivo fundar uma ciência, construir uma teoria ou se constituir como sistema, nem na arqueologia, nem na genealogia. Foucault, nessas obras, realiza análises fragmentárias e transformáveis.

O que interessa para esta tese, em Foucault, é um dos seus extratos de análise: o poder e o saber dos indivíduos. Não é a questão de analisar o poder propriamente, mas a possibilidade de analisar esse poder em um nível macro ou micro que se expande por toda a sociedade assumindo as formas mais regionais e concretas e atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos: o seu corpo. Esse corpo, para Foucault, se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana.

Assim, poder em Foucault não está apenas situado dentro de uma realidade macro das instituições onde os atores não aparecem em seus discursos e práticas, mas disseminado pela

sociedade com diferentes estratégias micro realizada pelo indivíduo. Na *liminaridade*, vivenciada pelos órfãos de Pau de Colher, a realidade social em meio ao alto e ao baixo, ao macro e ao micro, dinamizaram-se saberes inclusive os saberes dos que tiveram suas práticas cotidianas violadas pela memória de um poder que queria se estabelecer único.

Seria contar a trajetória dos órfãos de Pau de Colher, durante a *liminaridade*, a partir das diferentes maneiras de saber fazer e exercer sua condição de poder não no sentido de disputar o lugar com o Estado, mas do fazer e desenvolver uma prática, dando vazão, em meio à estrutura de poder da escola, aos seus desejos. As narrativas dos órfãos (discurso para Foucault), não mostraram dados como informantes, mas um discurso, como defende Augras, (1997, p.32), onde aparecem suas práticas, consideradas como não competente.

Os trabalhos de Foucault, diz Santos (2003), adicionaram, também, uma nova dimensão à percepção da memória nas práticas e instituições da sociedade. Existe um discurso por trás da memória, existe um discurso por trás do poder, existem estratégias na constituição das práticas. Dessa forma, tratando o poder em lugares micro, Foucault contribui, para esta tese, no sentido de se buscar as estratégias dos órfãos de Pau de Colher em sua singularidade, em lugares pouco prováveis de serem buscados, nos detalhes, na performance dos órfãos utilizando a memória como possibilidade de influenciar seu próprio destino.

Observamos estratégias de dominação, durante a *liminaridade* vivida pelos órfãos, opressora por parte do Estado, com vigilância rigorosa, fiscalização dos procedimentos diários. Por outro lado, houve, também, estratégia de resistência. Esta resistência, no caso dos órfãos, foi a capacidade de utilização da memória e evocação das lembranças do seu lugar para manterem-se indivíduos.

Memória e poder, do ponto de vista dos mecanismos da escola, constituíam a celebração da conservação da memória oficial através dos mecanismos da disciplina imputada aos órfãos de Pau de Colher durante a *communitas*, em Salvador. Através de uma disciplina rigorosa, os órfãos tinham seu corpo “organizado” dentro dos objetivos do Estado, mas, como Foucault afirma, não só o Estado, mas os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social e, neste complexo, os micro-poderes existem integrados ou não ao Estado.

Foucault adverte existir uma independência ou autonomia da periferia em relação ao centro e que o aparelho de Estado é um instrumento específico de um sistema de poderes que não se encontra unicamente nele localizado, mas que existe uma rede de poderes imperando em uma sociedade. Foucault insurge-se contra a idéia de que o estado seria o órgão central e

único de poder, por esta razão, para ele, poder não é estudado como uma coisa, mas como uma relação.

Ao discutir disciplinas, na obra **Vigiar e Punir**, Foucault, afirma que não são esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que, dessa forma, realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade. Mas essas disciplinas vão exigir a minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina. Controle da atividade, elaboração temporal do ato, articulação corpo-objeto situações, essas, de vigilância que são a base para uma micro-física de um poder que ele chama de “celular”. Poder que localiza o indivíduo para construí-lo integralmente útil voltado aos interstícios do trabalho quando afirma:

[ser] expressamente proibido durante o trabalho divertir os companheiros com gestos ou de outra maneira, fazer qualquer brincadeira, comer, dormir, contar histórias e comédias. [e mesmo durante a interrupção para a refeição], não será permitido contar histórias, aventuras ou outras conversações que distraiam os operários de seu trabalho (...)

Não só o controle da atividade, mas a elaboração da ação, do ato, pressão sobre os gestos e os movimentos passa a ser observados e disciplinados como formas de ajustar o corpo. Tempo, lugar, em sua dinâmica, alvo de observações meticulosas penetrando o corpo e com eles todos os controles minuciosos do poder. Corpo-arma, corpo-instrumento, corpo-máquina como alerta Foucault.

Dialogando com Foucault, Certeau (1994, p. 116-117), aponta as perspectivas novas que se abre com esta análise e que permite perguntar o que é que acontece com outros procedimentos “igualmente infinitesimais, que não foram ‘privilegiados’ pela história, mas nem por isso deixam de exercer uma atividade inumerável entre as malhas das tecnologias instituídas”? Certeau diz querer resgatar os procedimentos que não dispõem de um lugar preliminar, a saber, um lugar próprio, como os que Foucault elucida, no qual possa funcionar a maquinaria panóptica.

Afirma este pensador, que essas técnicas, também operatórias, mas inicialmente privadas daquilo que fez a força das outras, são as “táticas” que forneciam um sinal formal às práticas do “homem ordinário” cuja astúcia, o tempo inverte.

Certeau observa que, ao analisar procedimentos disciplinares aplicáveis no exército e na escola, Foucault oferece detalhes tecnológicos, processos ínfimos e decisivos que vão pondo em evidência as molas desse poder opaco, sem proprietário, sem lugar privilegiado, classificam as regras, as condições de funcionamento, as “técnicas” e os “procedimentos”, as “operações” distintas, os “mecanismos”, “princípios” e “elementos” que compõem uma “microfísica do poder”.

Dessa forma, para Certeau, ao comentar sobre a noção de disciplina em Foucault, mostra que abre espaço para ver, por trás dos bastidores, tecnologias mudas que determinam ou curto-circuitam as encenações institucionais. Diz, ainda que, se é verdade que por toda a parte se instala a rede de “vigilância”, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela. A resposta em Foucault, para Araújo (2000), está nas tecnologias do eu quando permitindo ao sujeito produzir por meio de técnicas de produção, comunicar-se por meio de técnicas que são os sistemas simbólicos, governa a si e aos outros e elabora técnicas para voltar-se para si. Para Foucault, diz ainda Gregolin (2006, p. 136) “(...) o fato de haver, “disciplinarização”, de ter sido necessário desenvolver mecanismos de controle e de vigilância contínua demonstrando que os sujeitos lutam”.

Com seus estudos, Foucault, chega à conclusão de que o poder não é apenas aquele exercido pelo Estado, mas aquele que se dissemina em toda a sociedade. Busca, então, Foucault, aqueles discursos que eram vistos como desqualificados pelos cientistas. É nas prisões, nos orfanatos, na escola, no quartel a possibilidade de, ouvindo os médicos, as enfermeiras, os professores apanhar esse discurso “oculto” ou “ocultado” pela ciência. Anuncia discursos relegados aos subterrâneos da vida cotidiana, ou seja, discursos colocados no silêncio.²³

A importância de Foucault, para analisar a trajetória dos órfãos na *liminaridade*, alimenta-se nesses diversos aspectos da obra de Foucault. Assim: deteve-se no fato de que através das expressões corporais, hábitos e costumes os homens reproduzem e rememoram experiências do passado e que esse fato, longe de representar neutralidade envolve dominação e poder. Os órfãos de Pau de Colher trabalharam seu corpo não só dócil, mas um corpo que gesticulava para o outro não só nas horas vagas, como nas horas de estudo e trabalho no instituto. Gestos que demonstravam dor, saudade, esperança, paciência, inquietação, desobediência, obediência. Os órfãos traziam a memória dos hábitos de sua tradição e, na

²³ Santos (2003), em sua obra *Memória Coletiva e Teoria Social*, faz referência à carta de Pierre Rivière, investigada, por Foucault, que trabalhou com a memória contida nos escritos daquele instrumento de investigação. Concluiu Foucault, que, nesta, estava, também, o discurso do agente e não só da ciência.

prática, rejeitavam a comida que era servida e roubavam do meio da comida que era servida, aquela que era seu costume no campo: a farinha. Os órfãos carregavam em sua memória os costumes de sua terra e, motivados por ela, fugiam para a área de plantio, da escola, pois lá podiam respirar longe dos olhos *panópticos* da instituição, os ares de sua terra natal.

Foucault diz que não apenas nos recordamos de uma experiência passada ou a reconstruímos, mas que essa experiência se transforma em hábito e enquanto tal ele existe incorporado a nosso ser.

À medida que ele pensou um complexo de estruturas invisíveis configurando a atividade social e determinando o comportamento humano e à medida que ele associou conhecimento e poder, ele percebeu a memória como contra memória, no sentido de origens, traços e presenças de fora do lugar. No entanto, a memória dos órfãos de Pau de Colher foi aquecida no sentido de luta, de resistência e manutenção da dignidade de indivíduos retirados de seu lugar de origem à revelia de seus familiares.

Um dos aspectos importantes em Foucault, de acordo com Santos, é que ele analisa a relação entre poder e conhecimento. Quem controla as memórias dos grupos também controla as dinâmicas internas o que torna evidente a relação entre memória e poder. Foucault rejeita o reducionismo da análise marxista que limita a análise do poder às questões de classe. Na opinião de Foucault o poder encontra-se distribuído de forma circular, numa rede de relações sociais, pelo que não se pode limitar aos interesses de uma classe particular. As relações de poder estão assim, presentes em todos os níveis da existência e operam nos vários contextos da vida social. O conceito de Foucault de contra-memória está baseado no seu reconhecimento dessas plurais práticas e regimes que coexistem no seio da sociedade e, assim, inclui em suas análises a representação do passado, a voz daqueles que foram silenciados e marginalizados pelos discursos dominantes.

1.6 HIPÓTESES E OBJETIVOS

Os diferentes recursos teóricos aqui apresentados são vias que facilitaram esclarecer o objeto de estudo deste trabalho. Assim, após a apresentação de algumas das noções consideradas pertinentes, levantei a hipótese que, na *liminaridade*, as práticas desencadeadas pelos órfãos de Pau de Colher, foram elaboradas a partir do desejo de voltar à terra natal. Práticas promovidas pelos órfãos e maneiras de manutenção da identidade, com aparato do *ethos*. Considero como hipóteses secundárias:

1ª - Os órfãos de Pau de Colher desenvolveram práticas cotidianas, na liminaridade, tendo como motivação o retorno aos povoados, dos quais foram retirados, principalmente, amparados pelo sentimento de pertencimento, honra étnica e apego às suas tradições.

2ª - Os órfãos de Pau de Colher se agarraram, no isolamento, a memória de sua origem considerada como fundamental na manutenção de sua identidade.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi o de contar a história dos órfãos de Pau de Colher, verificando como foram produzidas suas práticas cotidianas a partir das relações sociais estabelecidas, durante o drama da separação, da *liminaridade* e da reagregação.

Examinaremos, em particular, a memória, tempo, narrativas dos órfãos de Pau de Colher, durante essa trajetória, partindo do princípio de que a ação dos indivíduos é marcada no campo de estruturas subjetivas que, por sua vez, são decorrência da estrutura social e da ação dos indivíduos.

Os objetivos específicos, que se seguem, amparam, ainda, o levantamento dessa trajetória:

1º - Mostrar e pôr em evidência possíveis proposições teórico-metodológicas que dirigiram as práticas cotidianas dos órfãos de Pau de Colher, durante a *liminaridade*.

2º - Verificar e analisar o contexto no qual se deu o processo de “margem” dos órfãos;

3º - Apresentar e analisar o processo de adoção e internamento dos órfãos de Pau de Colher após a repressão da Polícia Militar;

4º - Identificar e analisar quais as motivações que orientaram, em prática, no Instituto de Preservação e Reforma lugar onde construíram a *communitas*, as diferentes maneiras tecidas pelos órfãos, de evocação da pertença;

5º - Verificar e Analisar como se deu o retorno dos órfãos aos seus povoados de origem e quais os valores que produziram tal retorno;

6º - Apresentar e analisar as motivações, para a permanência, na *liminaridade*, dos quatro órfãos que não voltaram e no que isso implicou para o sentimento da identidade ainda em suspensão experienciadas, por eles, até hoje;

7º - Mostrar e analisar como estão, hoje, os órfãos que retornaram do ponto de vista do dia-a-dia em seus povoados sessenta e oito anos após o evento que os colocou na orfandade.

1.7 ASPECTOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA DE CAMPO

O método assinala um percurso escolhido entre outros possíveis. Um método é um caminho, uma via de acesso, um rumo, uma direção. “(...) Significa uma investigação que

segue um modo, uma maneira planejada e determinada para conhecer alguma coisa”, como afirma Chauí (1994, p. 354). A autora acrescenta que “as ciências humanas tendem a apresentar resultados mais completos e satisfatórios quando trabalham interdisciplinarmente, de modo a abranger os múltiplos aspectos simultâneos e sucessivos dos fenômenos estudados” (*ibid.* p.277).

Além desse aspecto, concordo com Oliveira, (1998) que método envolve um conjunto de técnicas, mas, além disso, diz respeito a fundamentos e processos, nos quais se apóia a reflexão. Neste trabalho, a opção foi, também, aprender fazendo. Ir construindo, organizando, refazendo a partir das portas que a própria pesquisa ia sugerindo, que a interação com os narradores ia exigindo. Mudar, repensar, reconstruir, fazer, desfazer, interrogar, duvidar, espantar-me. Aprendendo mediante o próprio fazer, bem como consentir possibilidades ao inusitado livrando-o de critérios arbitrários e exteriores, recusando o autoritarismo da verdade, mas realizando a pesquisa, sabendo o que estava fazendo, longe de me separar da metodologia. Pegando e fazendo como um “artesanato intelectual” (MILLS, 1982).

Por isso, neste trabalho, caminhei no sentido de não dar receitas prontas, principalmente para o problema proposto. Envolve um percurso dramático e o desvendar de dramas sociais, fraturas, perdas, feridas abertas, de crianças órfãs que experienciaram a *liminaridade*, essa interrupção dramática de seus lugares de afetos em meio às regras e normas do Estado, agarrados à memória para permaneceram indivíduos.

1.7.1 Por uma via teórico metodológica

O objeto deste estudo é contar a história dos órfãos de Pau de Colher a partir de sua memória sobre o que experienciaram nesta *liminaridade*. O que pretendo é buscar entender como a memória, com aparato do *ethos*, foram evocadas, durante essa trajetória, as práticas estabelecidas por eles, ancoradas pela memória, em meio às relações de poder, e como os quadros sociais, em que estiveram mergulhados, na origem, evocaram sua reminiscência permitindo a manutenção de sua identidade.

Dessa forma, me importei com os órfãos pensando-os como grupo e a relevância de cada um deles, como indivíduos. A relevância, como construtores da realidade social e histórica na organização de suas vidas, pensando a *liminaridade* vivida por eles, menos como sujeitos passivos, obedientes, submissos, silenciados, mas como sujeitos que deram sentido às suas práticas. Pensá-los como órfãos que, referenciados pela memória reminiscência, memória

afeto, operou a invenção, o desejo, a fantasia com fatos socialmente ocorridos e sensações realmente vividas.

Esse objetivo exigiu trabalho rigoroso teórico e prático. Apresentarei primeiro, o auxílio teórico. Inicialmente trabalhei com a noção de rito de passagem, a partir de Genep que estudou o rito como próprio do cotidiano, tomado como expressão da dinâmica social e dentro dele um padrão que implica três fases: separação, *liminaridade* e reagregação. Destaca dessas fases, a fase liminar, fronteira, marginal, paradoxal e ambígua. Com Victor Turner, a partir dos anos 60 (DAMATTA, 2006) temos duas tendências interpretativas consideradas típicas dessa fase. A primeira que discute os ritos de passagem como uma resposta adaptativa obrigatória, quando os indivíduos são obrigados a mudar de posição dentro de um sistema. A segunda tendência revela uma mudança de foco do plano individual para o coletivo. Consiste em mostrar que o ponto de vista salientado na *liminaridade*, não configura situações, processos ou papéis meramente pecaminosos, patológicos e criminosos, mas que era inerente à própria sociedade humana.

Nesse sentido, a descoberta da positividade dos estados liminares e a discussão de sua importância como elemento essencial na constituição da própria sociabilidade e, por conseguinte, discutir a marginalidade não como estado criminoso, de perversão, de correção de desvios, como foi pensado pelo Estado no caso dos órfãos de Pau de Colher. Muito menos estudar a *liminaridade* apenas pela ótica de um Estado no qual os indivíduos estão apenas submissão e obedientes.

A possibilidade de relacionar, este estudo, às noções de Genep e Turner, foi oferecida pelas narrativas orais dos órfãos. Realmente, experienciaram as três fases. Mas, foi a fase de *liminaridade*, a qual se dedicou Turner, vivenciada pelos órfãos, que me chamou a atenção por alguns ensejos. Primeiro ter sido vivida não com objetivo de mudar de *status*, mas de permanecer em suas tradicionais formas de vida; segundo, a despeito desse interesse, não foi uma fase de obediência, submissão, orgulho moderado, silêncio, mas de desobediência, de dissimulação, de fala, de rejeição ao estranho, do desejo de permanecer, do orgulho, honra étnica. Iguamente, uma margem experienciada com criatividade, com invenções, com desejos, e, no caso aqui em estudo, mediada pelo desejo de permanecer indivíduos do lugar do qual foram obrigados a sair e para o qual desejavam voltar resgatando, assim, sua dignidade.

Minha pesquisa caminhou na direção de verificar como esse momento de margem foi vivenciado por indivíduos, órfãos, para mostrar, através deles, como o trabalho da memória reminiscência desenhou seu cotidiano da suspensão, ferveu seus ânimos, permitiu que se impusessem, em meio ao rito, obrigados pelo Estado, para continuarem indivíduos do seu

lugar de tradição. Assim, na “margem”, os indivíduos não estão estáticos, imóveis, expectadores da vida. Têm uma memória, tem um corpo, expressões, gestos, linguagem, símbolos, sentimentos, desejos. Portanto, a partir dessa compreensão, vimos que a memória foi o elemento central, para os órfãos de Pau de Colher, na vivência da margem, projetou seu corpo para a “arte de fazer”.

Assim, como memória e *liminaridade* estiveram juntas, recorremos à idéia da memória reminiscência, individuais e coletivas, como uma das fontes mais importantes que abrigaram os sentidos socialmente desencadeados pelos órfãos. A forma como os órfãos ativaram as lembranças da memória, foi uma preocupação. Nesse sentido o trabalho de Halbwachs é uma contribuição para o significado da memória do grupo de órfãos de Pau de Colher, pois tudo o que os órfãos lembravam o passado fizeram parte do que estavam construindo no Instituto de Preservação e Reforma. Agarraram-se durante toda a *liminaridade*, a imagens do passado, enquanto membros do grupo, usando a família, os pais, a terra, o criatório, o plantio, as amizades, a religiosidade, quer dizer, memória de outras pessoas para alimentar sua identidade e lhes permitir resistência. Assim, o ponto de partida dos órfãos, no sentido de conviver com elementos estranhos e manterem sua pertença, foi evocar as lembranças do grupo em interação. Para eles, não era possível deduzir quadros sociais do processo de interações interpessoais, pois os quadros sociais eram pré-requisitos na constituição das lembranças.

Por outro lado, como já foi explicitado anteriormente, Pollak permite, para este estudo, perceber os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva, como os acontecimentos vividos pessoalmente, os acontecimentos “vividos por tabela” correspondendo ao grupo ou à coletividade à qual a pessoa se sente pertencer e os lugares da memória. Então Pollak outorga uma grande possibilidade, de entender o cotidiano dos órfãos de Pau de Colher, do ponto de vista dos acontecimentos, das pessoas e dos lugares dessa memória “que pode fazer parte da herança da família com tanta força que se transforma praticamente em sentimentos de pertencimento” (POLLAK, 1992, p.200). Uma trajetória que se estuda tocando em nervos; um passado que emenda com a vida de cada um, uma aventura de sensibilidade, não apenas um esforço de pesquisa pelos arquivos. (FREIRE, 1966).

Sendo assim, a memória dos órfãos de Pau de Colher foi transmitida dentro do quadro familiar e dentro deste quadro as lembranças, também, de um “guerrona” da qual fizeram parte juntamente com seus pais e, dentro da rede de sociabilidade e afetividade, desenvolvida na *liminaridade*, firmaram sua pertença. Pollak confirma a idéia de memória subterrânea, a noção do não-dito, sufocados pela memória nacional, mas assevera que as “lembranças

proibidas, indizíveis ou vergonhosas são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante”. Os órfãos de Pau de Colher transmitem, em rede familiar, em rede de amigos, em rede de vizinhos, sua história, há setenta anos. Este fato aponta a importância da História da Memória poder oferecer chaves para uma nova inteligibilidade do passado. (FERREIRA, 1996).

Na análise da relação dos órfãos, com a memória dos acontecimentos dramáticos do qual fizeram parte diretamente, Paul Thompson (1992), em seu trabalho, **A voz do passado**, foi precioso, do ponto de vista teórico. Thompson destaca a importância da escuta para a sutileza da memória a partir de um ouvido perspicaz afirmando ser tipicamente mais presente o que é tipicamente reprimido. Fundamental, para este autor, esforçar-se por ouvir o que não está sendo dito e a considerar, uma vez recuperado, seu significado. O fato de chamar a atenção para esse não dito, para os silêncios produzidos pelas pessoas, é que, uma vez recuperado, libertam sentimentos poderosos. Quando discute a memória e o eu permitiu, não obstante, ao pesquisador buscar na memória reminiscência a recordação da própria vida como fundamental para o sentimento de identidade.

Em Certeau, atrai o olhar de não reduzir o cotidiano a algo banal ou superficial, ao contrário, ver no cotidiano e na arte do “homem ordinário”, esse fazer cotidiano. Esses cenários de todos os dias, o tempo e o lugar de procedimentos, no lugar de aparente solidão, a eficácia dos desejos individuais, permitiram, ao contrário de um lugar e tempo, pensar para a disciplina um lugar e tempo, também de antidisciplina.

Recorremos à idéia weberiana de descendência comum, pois me deu o arcabouço teórico para analisar o significado do comportamento dos órfãos de Pau de Colher, na *liminaridade*, em que, momentos de contraste, geram uma ação comunitária em que os indivíduos alimentam um sentimento de honra e dignidade. Nestes momentos, valores comuns, costumes comuns e memória comum vêm à tona.

As contribuições teóricas de Michel de Foucault foram importantes do ponto de vista da análise das relações de poder no Instituto de Preservação e Reforma do ponto de vista da análise da vigilância, fiscalização do poder macro e das possibilidades de ver as nuances do micro-poder e compreender como os órfãos de Pau de Colher desenvolveram saberes que conspiraram para a efetivação do desejo de voltar à terra de seus pais.

Por outra parte, recorremos a trabalhos sobre memória de massacres de Portelli (2002), a trabalho sobre memórias violadas de Albuquerque Jr. (2007), memória de migrantes de Menezes (2004), aos estudos sobre noção de *ethos* e pertença de Caniello (2004); Gusmão (1999) e Memória e narrativas de Ferreira (1996); os estudos sobre as singularidades das

experiências individuais, as representações populares, residentes nas marcas do tempo de Dias Montenegro (2003).

Outros pesquisadores aparecerão em paralelo, pois o importante nos estudos sobre memória, neste trabalho, não é esta ou aquela característica do pensamento de cada um deles, mas pensar que a memória, em todos eles, tem um traço comum, qual seja, o de apresentar oportunidade de entender a memória no que diz respeito à ampliação de suas fronteiras para além de sua redução às reações mecânicas do sistema nervoso, para além da separação entre memória e sociedade. Concordamos com Santos (2003, p. 26) quando afirma: “compreender a dinâmica entre indivíduo e sociedade não elimina situações em que um dos pólos é dominante nas relações travadas socialmente”. E que é fundamental “compreender que a memória é sujeito e objeto do conhecimento”. (*ibid.*)

1.7.2 A pesquisa de campo

1.7.2.1 Sobre as fontes orais

Para erguer e analisar a experiência dos órfãos de Pau de Colher no cotidiano vivenciado durante a *liminaridade*, a metodologia História Oral foi o recurso utilizado. Essa posição foi alicerçada pela certeza de que as entrevistas semi-estruturadas, de profundidade e as histórias de vida fornecida pelos órfãos não foram apenas dados, mas um discurso construído no processo de interação social entre pesquisador e informante (AUGRAS, 1997); (MENEZES, 2004); (BOM MEIHY, 2000; CUNHA, 2008).

De igual forma, tratei das questões teóricas e práticas da metodologia da pesquisa percorrendo os caminhos trilhados na interação entre o pesquisador e os informantes (BOURDIEU, 1999, p.693), entendendo que a sociedade não é apenas uma realidade objetiva externa a mim, mas uma realidade subjetiva como afirmam Peter Berger e Thomas Luckmann em **A construção social da realidade** (1978). Além desse aspecto, em Bourdieu que a metodologia de pesquisa não se reduz à técnicas que antecedem a aplicação dos instrumentos de pesquisa como entrevistas, mas que seja uma prática reflexiva que acompanhe todos os momentos de realização da pesquisa desde a formulação do objeto até a construção do texto final (MENEZES, 1983; CERTEAU, 1974). Aproximo-me, da mesma forma, do pensamento de Minayo (1993) que entende a pesquisa como atividade cotidiana de questionamento sistemático, crítico e criativo e um diálogo permanente com a realidade em sentido teórico e

prático. “Atividade de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente (...) aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota” (*ibid.* p. 23).

Assim, vivenciei essa interação consciente de que ela é atravessada pelas relações de poder. Poder de falar e de silenciar, poder de selecionar, de omitir, de impor e de se submeter, de disfarçar algo e que abrem espaço, também, para as negociações em seus diversos aspectos, inclusive o encontro da fonte e sua participação como objeto de negociação. Assumo, concordando com Augras, que História Oral se situa no campo da intersubjetividade.

No construir a pesquisa desta tese, as narrativas orais constituíram-se na principal fonte cuja técnica privilegiada foi as entrevistas semi-estruturadas e de profundidade. Como estou trabalhando com a história de órfãos e, essa história está compartilhada com a história de um movimento vivido por eles, juntamente com os pais, têm relação com suas histórias na origem antes da separação, muitas das narrativas orais estão marcadas pelas “histórias de vida”, pois se trata de uma trajetória vivenciada em diferentes fases. Acresce que os órfãos de Pau de Colher, ao falar sobre suas experiências nessa trajetória, narraram como se estivessem revivendo os momentos, não eram dados que me forneciam, mas sentimentos vividos. Segundo Benjamim (1994, p. 205), a narrativa

(...) é ela própria, num certo sentido, uma forma de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada como uma informação ou relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-lo dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.

O trabalho de campo foi mediado pelo princípio de que o pesquisador que utiliza a metodologia da História Oral tem a responsabilidade não só de obedecer a normas confiáveis, quando coligem informações, como também de respeitá-las quando chegam a conclusões e fazem interpretações, correspondam ou não aos seus desejos e expectativas, como adverte (PORTELLI, 1997, p.13). Do mesmo modo, o respeito pelo valor e importância de cada órfão foi uma das primeiras lições que marcou o meu trabalho de campo com a utilização da metodologia da História Oral. Esta exigiu o dever de recuperar lágrimas e risos, decepções e esperanças, fracassos e vitórias de como os sujeitos [órfãos] viveram e pensaram sua própria existência, forjando saídas na sobrevivência, gozando as alegrias da solidariedade ou sucumbindo ao peso de forças adversa (VIEIRA, 2003).

Entendi como Portelli, ser cada pessoa um amálgama de grande número de histórias *em potencial*, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes e, ainda, que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriqueceram nossa experiência.

Cada um dos trinta e dois órfãos, direta ou indiretamente entrevistados, foi importante não de forma abstrata, mas a importância idêntica de todos os indivíduos.²⁴

Para as entrevistas levamos apenas em mente o tema central Pau de Colher. Falar em Pau de Colher foi suficiente para que as demais situações aparecessem. Assim, fui desdobrando as questões no decorrer das narrativas: morte dos pais, orfandade, separação do lugar de origem, luta pela manutenção da identidade, cotidiano da *liminaridade*, choro, identidade, saudade, vontade de voltar, os cenários do “mato”. Recorri a esses não como um rol de questões, mas como um itinerário.

Thompson (1992) ensina que a lição mais importante é aprender a estar atento àquilo que não está sendo dito, e a considerar o que significam os silêncios. Para ele, os significados mais simples são os mais convincentes. “De resíduos, papéis, legumes, até mesmo de geleiras eternas, o historiador faz outra coisa”, afirma Certeau (1974, p. 29). Assim, afiei minha escuta ao dito e ao não dito.

Em princípio, é digno elucidar que o objeto e todo o universo da experiência do nosso estudo, a saber, os órfãos, os povoados e as moradias de procedência dos pais dos órfãos de Pau de Colher, o lugar para onde se dirigiram as crianças, o Instituto de Preservação e Reforma para onde foram encaminhadas, as cidades onde estão localizados, bem como, os quartéis das polícias militares implicadas, tem como dívida minha vivência filha de criadora, lavradora em terras da Ilha de Fernando de Noronha. A experiência cotidiana com camponeses, a ocasião de poder fazer parte do programa de doutorado da Universidade Federal de Campina Grande que, na ocasião, achava-se nomeado de Sociologia Rural, foi uma soma. Por fim, a ligação ao homem do campo, aos estudos vinculados a um tema que havia nascido desde sempre entranhado na minha natureza íntima.

Dessa mesma maneira, minha trajetória em torno do tema Pau de Colher, mais especificamente o arrumar a mochila e ir ao campo, foi diretamente inspirada quando tomei conhecimento da existência do adjunto, em princípio. Ademais, quando me deparei com a interrupção da história de Pau de Colher, fato este interrogado aos estudos enfrentados até o momento, alumiou-se ao meu espírito desprendido o fato de não terem dado conta dos que ficaram após o “cerco”, do que sucedeu aos prisioneiros, após a prisão, e a trajetória dos órfãos. Por último, o mote “Drama, morte e vida dos órfãos de Pau de Colher: rito, memória e identidade na história do percurso de voltar a terra”.

²⁴ Seis órfãos, por terem falecido antes da pesquisa de campo, sua trajetória do período de *liminaridade* foi narrada pela mulher ou filho mais velho.

O percurso do sonho de voltar a terra aconchega-se em algumas das porções, que aqui selecionei, doadas, afetivamente, pelos órfãos entrevistados. Uma delas, que está na epígrafe da tese, e que é um prazer repisar: “O sertão é onde a gente vive, é a terra onde a gente tem a nossa família. É o lugar onde a gente se criou. É onde a gente tem força. A gente pode ir, mas a gente volta pra trás”, como afirma Lourival de Souza Rodrigues.²⁵

Além dos já mencionados, outro fator que contribuiu para a minha decisão de percorrer esse trajeto foi o fato dos trinta e dois órfãos tirados da terra que os juntava em aliança de honra, orgulho, amor à terra, laços recíprocos, quatro não regressaram. Uma atração que senti era a de ir ao encalço de todos. Sabia que a tarefa seria desafiadora por alguns aspectos. Deliberei me lançar pelo meio do “mato” numa região fronteira entre Pernambuco, Bahia e Piauí, em busca dos vinte e oito que regressaram e procurar os quatro que não voltaram. Era decisão irrevogável.²⁶ A Área geográfica percorrida exigiu o desprendimento de embrenharmo-nos pelo interior de três Estados, cujos povoados e moradias, espalhados por trinta, quarenta, cinquenta e sessenta quilômetros de chão, por veredas tortuosas, pedregosas, inóspitas, dispuseram-se diante de nós, desafiando-nos ultrapassar.

Questões como quem eram os meninos, onde estavam, em que povoados moravam, como mapeá-los, e como seria o acesso às pessoas, como chegar às informações, por em prática toda uma trajetória do drama, da morte, da vida e do sonho de voltar à terra dos seus antepassados, a terra como valor de vida e lugar de sentimento, como definiram sua identidade, como arquitetaram seu desejo de voltar, tudo isso nos impeliu à jornada. Quando, no final de 2003 apresentei a dissertação de mestrado, e fui encorajada, pela banca, para a continuidade do tema, já tinha clara, ao lado dos limites que o primeiro trabalho deixou a relevância do tema e, por isso, me inscrevi programa de doutorado logo em seguida. Meu propósito era responder o que ficou no ar, sobretudo na pesquisa de Queiroz (1976), insistimos em repetir: “Do que lhes aconteceu em seguida não temos notícia”.

Nesse tempo, contava com um grande acervo de relatos, livro de campo, fotos, fitas gravadas material que foi organizado para a dissertação de mestrado. Tudo isso realizado durante os anos de 1997 a 2003. Nessa ocasião, percorri dezenove moradias, além das capitais dos três Estados (Pernambuco, Piauí e Bahia). Essa primeira etapa se desdobrou em várias

²⁵ Manuel de Souza Costa, 79 anos, filho de José Camilo. Hoje mora no mesmo sítio do pai onde cria e planta.

²⁶ Durante minha permanência na cidade de Teresina-PI., fiz uma matéria para o Jornal do Povo que foi divulgada no jornal do dia 16 de fevereiro de 2003, página 1, sobre a participação da Polícia Militar do Piauí no Movimento de Pau de Colher.

outras que se entrecortaram, uma vez que, ao mesmo tempo em que escrevia o texto, retornava ao campo. Optei por este procedimento, pois subsidiou continuamente minhas ponderações.

Durante aquele período, e por meses variados do ano, foi prudente fazer a “viagem de volta”. O contorno do evento nos espertou na direção de fazer uma reconstituição pelos povoados que davam acesso ao sítio Pau de Colher. De Pernambuco, entrando por Afrânio, indo até Cachoeira do Roberto; pela Bahia, de Casa Nova, seguindo de Casa Nova, até Lagoa do Alegre; pelo Piauí, através de São Raimundo Nonato. Estabeleci uma rota, pela região, em meses alternados. Janeiro, fevereiro e março, período central da repressão da polícia militar em 1938, foram os meses pensados. O interesse era, principalmente, experimentar os componentes do meio ambiente, a chuva, a vegetação coberta de verde, os umbuzeiros carregados de umbus. A razão é que esses foram os meses, em que se desenrolaram os fatos em 1938, eram bastante representativos, para a sobrevivência dos “fugitivos” no período.²⁷

Conduzi-me, também, em meses como maio, junho e julho, momentos em que a caatinga se transforma em um cenário mitigado pela escassez de chuva. E voltei em dezembro para fazer parte da romaria a Pau de Colher, por ser o mês, exatamente, da “arrebanhada de todo mundo”, em 25 de dezembro de 1938, em direção ao cenário do evento, para romaria e penitência. Tudo isso foi delineado procurando não só os remanescentes, mas também as pessoas de vários segmentos como igreja, prefeitura, câmara de vereadores, presidentes de bairros, escolas. Essas buscas foram encaminhadas tendo como meta o levantamento do que ocorreu a partir de 25 de dezembro de 1938, para efeitos do entrelaçamento com os acontecimentos no processo. Permaneci durante vários dias em cada povoado, acordando, comendo, participando da vida diária no criatório, no plantio e nos rituais à noite em torno do oratório.

Para as entrevistas realizadas procurei fazê-las nos diversos lugares onde eles vivenciam seu cotidiano. E exatamente, durante essa coleta, deparei-me com uma dimensão que nos chamou atenção: a existência de um grupo de meninos e meninas retirados de suas raízes. Registrei algumas falas sobre o assunto e segui em frente, pois não se tratava, naquele momento, do fundamento de nosso trabalho. Ocorre que, em cada entrevista, esse assunto era

²⁷ O relato de seu Janjão, morador de Olho d'Água, no Piauí, fronteira com a Bahia, informa-nos que “andei, andei três meses e tanto. Mais de 26 home. Esbagacemo não sei quantas barraca aberta na caatinga. Eu estava na perseguição aos fanáticos com a polícia do Piauí”. Por seu turno, relata Daniel do Nascimento órfãos de Pau de Colher sobre “Os que fugiram pelos arredores, pelas adjacência de Pau de Colher foram caçados pelos soldados. A chuva e o umbu era a nossa salvação, pois ficamos sem comida e água”. O relato de Janjão encontra-se no Diário de Campo, nº 1, páginas 7, entrevista realizada em 17 de outubro de 1997 e de Daniel, no Diário de Campo, nº 2, página 24, entrevista realizada em 17 de março de 2007.

recorrente. A pesquisa me conduzia, a cada dia, para a casa de alguém que tinha um familiar “adotado” ou levado para o Instituto de Preservação e Reforma. Um sentimento muito forte, uma marca que não os abandonava, expressão obrigatória do afeto.

Como já abordei antes, então, os poucos trabalhos sobre Pau de Colher não tinham mirado a dimensão dos órfãos, o deslocamento, o orfanato, o retorno. Era como se Pau de Colher tivesse acabado em seguida ao “fogo”, à prisão dos indiciados e à doação e internato dos meninos e meninas órfãos. Pelo contrário, o passo a passo da pesquisa me revelou que faltava muita coisa a ser estudada sobre órfãos, por excelência. Era um vazio. Esse aspecto revelou-se para mim imprescindível nos estudos sobre movimentos messiânicos. Vivências estiveram em suspensão por vários anos tanto do lado dos órfãos quanto do lado dos parentes que ficaram, por sua vez, esperando e procurando elementos para trazer seus parentes de volta. Entre Piauí, Pernambuco e Bahia, dediquei dias, meses, anos de percurso através de vários meios de transporte. O meio que estivesse disponível. Percorri trajetos, muitas vezes, a pé, de moto, de carroça. Em decorrência, o universo dos povoados e moradias se ampliou passando de dezenove, inicialmente, para trinta e cinco, posteriormente. Várias foram as narrativas colocadas à minha disposição, carregadas de sentimentos de medo, angústia, tristeza, ressentimento, força, coragem, abnegação como a que segue:

Eu não tava querendo desgarrar de minha mãe. Ela chorando e pedindo pra não levar a gente, mas não teve jeito eles levaram a gente. A gente sentiu naquela hora a minha mãe chorando para não apartar de mim que a gente era criança, mas não teve jeito. Teve que ir pra Salvador. (Porfírio Costa, entrevista feita em 30/04/2007).²⁸

Arrolei, dos trinta e dois órfãos que foram arrancados do sertão, vinte e um, nos povoados e moradias de seus pais e que, até hoje, mantêm como um valor de vida. Dos onze restantes, seis morreram e cinco não foram conhecidos, até agora, seu destino. Por hora, foi revelado, pelos órfãos entrevistados, que “saíram pelo mundo depois de grandes”. Aos seis, hoje mortos, foi concedido neste trabalho o espaço da voz através de seus parentes: uma filha mais velha ou esposa que relataram, além de como foi essa luta pelo retorno, o encontro com a morte e seu ritual. Dentre os vinte e um entrevistados, quatro não regressaram. Outro aspecto dramático da questão foi divulgado nas entrevistas com esse grupo. Fui encontrá-los em Salvador e no Rio de Janeiro. Através dos irmãos que voltaram, tomamos conhecimento de seus endereços. Fiz os primeiros contatos, por telefone, com Daniel Nascimento e localizei

²⁸ Porfírio de Souza Costa entrevistado em Irecê-Bahia, onde tem sua morada, plantio e criação.

os demais. Mas, queria vê-los de perto, conversar com eles.

Em fevereiro e março de 2006 e 2007, organizei a viagem e segui a Salvador e ao Rio de Janeiro, respectivamente. Seu Daniel do Nascimento, Anísio de Souza Rodrigues, Canuto de Souza Rodrigues (Rio de Janeiro) e Faustino Souza Costa (Salvador). Todas as entrevistas foram tomadas pessoalmente tanto dos remanescentes não órfãos, quanto dos remanescentes órfãos e seus parentes. Reviveram, intensamente, com a narrativa os momentos vividos em Pau de Colher, com exceção de seu Canuto e seu Anísio que se recusaram a falar, até o momento. Sua história nos foi legada por intermédio de seus familiares que moram até hoje em Pau de Colher do Piauí-PI, Queimada-BA, Garrote do Piauí, Campo Alegre-BA. Defini por entrevistá-los de forma a deixá-los à vontade para falar. Vez por outra, colocava uma questão. Ouvi, observei, senti, deixei o sentimento dos narradores imprimirem a marca da narrativa certa de que “na narrativa está a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do barro” (BENJAMIN, 1994, p. 205). Da mesma forma, penso como Le Goff (1982, p. 476) quando ensina, devermos fazer o inventário dos arquivos do silêncio e, fazer a história a partir dos documentos e das ausências dos documentos.

Embora já tivesse suficiente representatividade de amostra, deixei que a significação social comandasse as buscas. Os órfãos com os quais dialoguei estão, hoje, em uma faixa etária que varia entre setenta e oitenta e seis anos de idade. Foram, na ocasião das narrativas, assistidos por um filho mais velho e, em várias ocasiões, dois, três, quatro órfãos juntos instalavam-se como personagens principais da mesa redonda, o que, incontestavelmente, o são. Debatiam, discordavam, concordavam, confirmavam, argumentavam, faziam fechamentos, choravam, silenciavam, enfatizavam alguns sentimentos, disputavam a memória. O que mais interessa é que em qualquer das conjunturas, a família e a morada foram componentes essenciais, o que permitiu experienciar a dinâmica de suas vidas cotidianas e nos conduziu a significar esse lugar deles como espaço de sentimento e não apenas um lugar físico. Sempre que estávamos com os órfãos de Pau de Colher, dormi, acordei, fui ao criatório, ao plantio, comi junto com eles, andei por entre a caatinga, por entre estradas de chão, acompanhei o diálogo com a natureza desde a hora da retirada do leite para o café da manhã até o reencontro na casa, à noite. Nessa hora, ao redor da mesa, na cozinha da casa, comemorando o alimento posto à mesa, através do suor de cada um deles, concedido por uma terra que acreditam sua e lhes permite liberdade, estão avós, pais, filhos, genros, noras e netos

reunidos para a celebração do sentimento que lhes imprime o vínculo.²⁹

Um dos momentos incomparáveis, nas diversas entrevistas, foi o de ter alçado em cada um deles a possibilidade de perceberem sua história e a si próprios, agora, narrados e narradores, no encontro com outra forma de ver aquele episódio dos idos de 1938. Em todos os casos, a primeira indagação era: “o que é que tem de importância nesse Pau de Colher”? “O povo era ignorante e fanatizado”, forma como Daniel abordou a questão nos primeiros momentos. Em seguida, no entanto, aconchega sua trajetória em seu murmurar: “Você veio, Ana, arrebatando o que estava machucando a gente por anos, o que estava calado, porque muitos têm vergonha do que passaram”.

Foi como se eu tivesse feito a viagem com eles, de volta. Esses caminhos do miúdo que, por outro lado, encobrem momentos especiais de experiência, através das fontes orais, procurou trilhar as nuances desse momento especial de “liminaridade” dos órfãos de Pau de Colher. A versão que apresento neste trabalho não será aqui tratada como difícil, como a maioria dos estudos o dizem, muito pelo contrário, será tratada como desafiador, emocionante desafio. Os riscos, as dificuldades, a ansiedade, muitas vezes o medo, são ofuscados pelo destemor, o prazer, o vivenciar mil vidas durante esse percurso, na maioria das vezes, entrando por carreiro, enfrentando a macambira, sem água, sol a pino no lombo de jumento ou na garupa de motocicletas e percorrendo distâncias quilométricas. Foi desafiadora, repito.

Por outro lado, e por todos os lados, os ganhos de valor de vida foram imensuráveis. Cheguei a me encontrar em várias ocasiões dentro da história dos órfãos que, sem saber, eles me colocaram. O desafio colocava a pesquisa estimulante a cada momento. Busquei, na prática, o desafio de formar um “olhar novo”, “registrar signos relevantes”, “precrutar o pequeno acidente”, “sensibilidade social”, “rigor científico” e “senso estético”, “ousar” como nos propõe Guerra (2003, p. 236-245). De igual modo, a observação etnográfica permitiu penetrar sobre o que cintilava em meio ao narrado, ao mesmo tempo em que recorria às técnicas de história oral. Os remanescentes foram encontrados com dificuldades. Os dois órfãos que até agora não quiseram dizer sobre seus sentimentos, respeitei e entendi, pois a dor que ainda trazem, sobretudo por que não fizeram a viagem de volta, incomoda-os até hoje. É como quisessem justificar o que se negaram, mas não conseguem. Está lá dentro de suas emoções a viagem de volta. Guardada, sendo acariciada, afiada cotidianamente.

²⁹ Em História da Vida Privada no Brasil há textos de Zuleika Alvim e Laura Melo reportados para as múltiplas existências e culturas de pessoas no em suspensão de seus cotidianos, abordando valores e condição de vida de populações migrante do mundo rural na luta para manter sua tradição, seus costumes.

“A viagem será feita de volta nem que seja com a morte e, nesse momento, a reconciliação com os que voltaram”, diz Daniel do Nascimento.

1.7.2.2 Sobre as Fontes escritas

Espalhadas e mal preservadas estão os documentos escritos encontrados em caixas dos arquivos das polícias militares dos Estados da Bahia e de Pernambuco. O mesmo, nem dessa forma, existe no arquivo da polícia militar do Piauí. Foi no acervo da polícia militar de Pernambuco e da Bahia onde encontrei a maior quantidade de documentos sobre Pau de Colher registrada nos boletins regimentais dessa instituição. Na produção dos registros em relatórios oficiais, observei que esses agentes se comunicaram com as autoridades, que os designaram para conter Pau de Colher, através de telegramas e comunicação via rádio. Esses relatos, escritos pelos comandantes das operações Militares e transmitidos aos superiores imediatos, são fontes primárias. Neles, esses oficiais que tomaram parte das manobras em Pau de Colher, deixam passar uma forte presença de uma cultura que, ao se reconhecer letrada, percebe no outro o mundo do “ignorante”, “primitivo”, mundo do “fanatismo rural” dentro da visão que divide o Brasil em espaços dicotômico: O espaço urbano, de onde se originam, considerado desenvolvido, avançado e o espaço do sertão como espaço atrasado, isolado, estigmatizado por ser considerado um mundo afastado, onde o “atraso” imprime sua marca nos aspectos sociais, políticos e econômicos.

A noção desses oficiais, que vara a exposição contida nos boletins e nos relatórios por eles enviados aos superiores, permite inferir que, ao falarem, estão se referindo ao lugar cidade que consideram civilizados, associado a um imaginário etnocêntrico. Basicamente, esses documentos dão conta de aspectos quantitativos relacionados às manobras de ataque e, antecipadamente, considerada, por eles, organizada e cumprida fielmente. Os documentos apontam, claramente, o completo desconhecimento da região para a qual a missão teria que ser cumprida a todo custo. No interior dos relatórios, além do percurso da missão, encontrei uma extensa prestação de contas relacionadas à munição, alojamento da tropa, alimentação, serviço de deslocamento descrito minuciosamente. Neles, aparece nitidamente o ideal da sociedade urbano-letrada que, como já foi aludido acima, vê o outro como outro inferior culturalmente. Importante destacar a existência de tensões, medo, receio, acusações, culpa, dúvida, sentimentos que perpassam as ordens de comando durante todo contato dos policiais com os habitantes da região. As tensões são intensas entre componentes do Destacamento do Vale do São Francisco.

Um documento que destaco aqui é a pasta confidencial do Capitão Optato Gueiros que comandou a tropa da Brigada Militar de Pernambuco e responsável pela destruição direta do “adjunto”. Essa pasta confidencial foi encontrada na garimpagem que fiz no arquivo da Brigada Militar de Pernambuco, no Quartel do Derby, a qual tive a felicidade de localizar em meio a centenas de prateleiras. Pude ler, no vasto documento, a abertura do processo que o Capitão Optato Gueiros moveu contra o Estado que, para mostrar sua indignação pelo fato da “ehacina” feita em Pau de Colher, oficializa sua aposentadoria à revelia de sua vontade. O documento é extenso e com fatos inéditos.

Nos arquivos públicos dos três Estados, encontrei relatos no Diário Oficial que, a exemplo dos relatórios das polícias militares, se amparam no argumento de “fanatismo” generalizado. Na realidade, a imagem do Brasil rural é aquela que o apresenta como atrasado, ignorante, sem instrução e que precisa ser contido e civilizado, organizado a partir da idéia do Estado enquanto organizador da nação. Um dado interessante é sobre a população em Pau de Colher indicando baixas de um lado e de outro. Os argumentos da polícia é sempre no sentido de que perderam poucos. O Capitão Optato Gueiros diz ter, dos noventa e seis praças levados, perdidos apenas seis. O lado oposto, com várias baixas, pretende confirmar um discurso da eficiência. De um lado o “herói” e do outro o “bandido”. O que observei, aqui, são relatos que demonstram de um olhar de curiosidade sobre o mundo sertanejo, olhar para o sertanejo com um toque de recusa ao diferente, olhar para um sertanejo selvagem, atrasado, uma sociedade primitiva.

Realizei um percurso nos Arquivos Públicos da Bahia, de Pernambuco e do Piauí em busca de registros dos interventores e governadores sobre Pau de Colher. A visita aos cartórios da Comarca de Casa Nova e Juazeiro, cidades baianas, em busca dos processos instaurados contra os participantes de Pau de Colher, foi cercada de aflição. As pessoas ficavam olhando, questionando o interesse e dificultando o acesso, principalmente em Casa Nova, onde ainda predomina uma forte censura e preconceito aos remanescentes. Nessas peças, muito desgastadas pelo tempo e mal preservadas, encontramos um completo descaso pelo contexto no qual o movimento foi gerado. Apenas os fatos foram levados em conta, nomes listados, inclusive muitos sem sobrenome, os quais denominavam de “fulano de tal”. De forma desconectada, fragmentada, as perguntas às testemunhas, conduzidas pela promotoria, como que uma decisão *a priori* já estivesse fechada.

Os jornais **o Pharol**, de Petrolina, **A Tarde**, **O Estado da Bahia**, **Diário da Bahia**, **Diário da Tarde**, de Salvador, concederam ao movimento uma conotação bastante clitista sempre alertando que era preciso educar, civilizar a região. Passavam a imagem de controle e

destruição do reduto, uma imagem de eficiência na intervenção da polícia. O espectro de Canudos ronda todos os relatórios. Destaca-se como divulgação da imprensa, um telegrama de Getúlio Vargas ao interventor Federal Coronel Dantas agradecendo pelas últimas notícias sobre a intervenção em Pau de Colher.³⁰ Além disso, um pronunciamento do Presidente da República, Getúlio Vargas, no dia 12 de outubro de 1937. Pau de Colher não ocupa a preocupação maior da imprensa que está voltada com as mensagens presidenciais sobre a decretação do Estado Novo:

Já está no domínio público a decretação do novo “estado de guerra” para todo o país, motivado pela nova ameaça de subversão da ordem pública, criminosamente preparada pelos extremistas vermelhos e emissários do “Komitern”³¹, distribuídos em toda a extensão do território para fomentarem a mashorca, por meio da indisciplina cuidadosamente implantada no seio de todas as classes sociais desde o operariado até as classes armadas visando a destruição total das instituições vigentes para a implantação de um regime de terror, com todo o seu lúgubre cortejo de crimes e misérias, a tripudear sobre a honra da nacionalidade. (...) A todos os brasileiros dignos, competem, pois cercarem fileiras em torno dos que defendem o regimen e as instituições nacionais, a fim de evitar que se fundem em sangue e lama a honra e a dignidade do Brasil. Os que se negarem a observância desse dever impiedoso, comettem um monstruoso crime de lesa-pátria, conrrendo para que sobre as nossas cabeças e nossos lares se derrame a mais negra das misérias, a mais hedionda das escravidões que podem pesar sobre a história da civilização de um povo culto e sobretudo christão. Salvemos o Brasil. Presidente Getúlio Vargas.³²(Jornal **O Pharol**, 1937).

O Jornal **O Pharol**, que se encontra muito escasso só com alguns exemplares no Museu do Sertão, de Petrolina, veicula a visão de que o sertão vive “uma praga nefasta que precisa ser extinta por quem de direito para salvaguardar dos nossos foros a cultura e a civilização”. Além disso, a idéia de que é preciso uma ação “coercitiva das autoridades civis e eclesiásticas e depois uma campanha de alfabetização das massas sertanejas”. O Jornal **Diário da Bahia** frisa a ação de “fanáticos e bandoleiros” e elogia a eficiente intervenção da polícia baiana. O Jornal **A Tarde**, aponta a eficiência da polícia pernambucana, indicando que “o Capitão Optato Gueiros penetrou, com noventa e seis homens, atacando o reduto dos fanáticos

³⁰ Jornal **Diário da Bahia**, 8 de janeiro de 1938.

³¹ Termo utilizado para designar os partidos comunistas internacionais.

³² Jornal **O Pharol**, Petrolina, p.5, out. 1937. Pesquisa feita no Museu do Sertão, Petrolina-PE, no período de janeiro a março de 2003.

e apenas cinco baixas tiveram contra 140 do lado dos caceteiros”. A eficiência das tropas pernambucanas foi avaliada pelo numero de mortos em estado de putrefação. “Aqui e acolá foram encontrados cadáveres de fanáticos que foram baleados pelos nossos soldados”. O Jornal **O Estado da Bahia** fala sobre “o fim rápido do novo Canudos” (...) não acredito que se transforme numa campanha de Canudos em virtude dos elementos de técnica militar de que a polícia possui”, disse o Capitão Perouse do 19º. Batalhão de Caçadores da Bahia. O Jornal **Diário da Tarde** divulga a “repressão aos fanáticos chefiados pelo beato José Lourenço (...) Ingressando em território baiano a volante do Capitão Optato Gueiros no dia 20 entrou em combate com os fanáticos que foram completamente destroçados”.

Além das informações da imprensa, encontrei uma documentação na Biblioteca Pública Municipal da Bahia, na qual o Coronel Maurino Cezimbra Tavares fala no desfecho de Pau de Colher colocando esse movimento como “fatos históricos de criminalidade e estudo médico social”. Finalmente, em mais um desdobramento da pesquisa nos acervos oficiais, foram visitados em Salvador o Arquivo Público, o Arquivo da Polícia Militar (Quartel dos Aflitos), a Biblioteca Pública Estadual, o Instituto Histórico; em Teresina: o Arquivo Público, Arquivo do Quartel Geral da Polícia Militar do Piauí; em Recife: o Arquivo Geral da Polícia Militar (Quartel do Derby), o Arquivo Público do Estado, A Biblioteca Pública, O Instituto Joaquim Nabuco, o Centro de Estudos Históricos Municipal; em Casa Nova-BA: o Cartório do Segundo Ofício, no Fórum Desembargador José Manoel Viana de Castro, o Cartório Crime e a Biblioteca Pública Municipal; em Petrolina-PE: o Museu do Sertão, a Biblioteca Pública Municipal, o Quartel do 5º. Batalhão de Polícia Militar; em Juazeiro-BA: a Biblioteca da Diocese, a Biblioteca Pública Municipal e o 3º. Batalhão de Polícia Militar, a Biblioteca Nacional, a Biblioteca do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Na Fundação de Apoio à Criança (FUNDAC), em Salvador que ocupa, hoje, o prédio que abrigou, no passado, o Instituto de Preservação e Reforma foi visitado em 2006, no qual, durante uma semana, fiz um levantamento nos arquivos que guardam os documentos dos menores, ajudada por uma psicóloga que, sem sombra de dúvida, foi central na mobilização da Secretaria de Informações, para nos atender. A documentação de admissão dos alunos, bem como o acompanhamento pedagógico, não estão arquivados em sua organização alfabética o que dificultou a busca. Encontrei, no entanto, algumas fichas de admissão de alunos cujos registros nos permite perceber que a escola recebia meninos de rua, meninos que cometeram pequenos furtos, menores abandonados, pequenos crimes e órfãos. Outro dado, que também é preciso lembrar, concerne na precariedade e danificação dos documentos e na desorganização dos arquivos relativos aos órfãos de Pau de Colher na FUNDAC.

Em virtude dessa debilidade, os estudos de recuperação da memória alcançam importância. Cabe frisar, que visitei as dependências do prédio onde podemos constatar como tudo obedecia a procedimentos de classificação, disciplina rigorosa e estigmatizantes. Aliás, tudo no interior da escola refeitório, salas de aula, dormitórios, enfermaria, xadrez, pátio, oficinas foram construídos, organizados para o controle da população interna. Foucault (1987) aborda em seu livro **Vigiar e Punir**, sobre a disciplina do corpo do ponto de vista do controle de suas funções, o corpo enquanto força dirigida cujo método para adestramento do corpo implicaria em uma vigilância hierárquica, uma sanção normalizadora e o exame. As marcas do rigor e da fiscalização estão em cada parede, em cada quarto, em cada cômodo do prédio. Em todos esses locais de pesquisa, li, registrei, fotografei e xerografei, o que me foi permitido pelos responsáveis diretos pelo setor, com a devida autorização e devidamente acompanhada por um funcionário do órgão. Livros de Boletins Gerais, Boletim de Ocorrência da Polícia Motorizada, Boletim do Batalhão de Caçadores, Diário Oficial, Pasta Confidencial, Arquivo da FUNDAC, assim como os jornais de maior circulação e os de menor vulto, destinado às fontes de pesquisa e bibliografia, serão listados na página destinada a este fim.

Foram várias as viagens a cada um dos lugares, acima mencionados, com exceção do Rio de Janeiro, que fizemos uma visita de dez dias.³³ Nessas instituições, jornais como **Correio da Manhã** e **Jornal do Brasil** nada informaram sobre o episódio em Pau de Colher. Em suas páginas de frente as notícias estavam concentradas na Guerra Mundial e na Guerra Civil Espanhola, além de grande peso sobre as questões levantadas pelo ao Estado Novo.

Julgo oportuno, neste momento, tecer algumas considerações como fechamento. Por exemplo, a riqueza do material levantado que a metodologia permitiu. Conteí com dados objetivos e subjetivos, o que favoreceu ao cotejamento e as inferências. O resgate realizado para este trabalho foi através da História Oral e História de Vida, pois não existem registros oficiais escritos sobre o deslocamento que fez ou, quando muito, apenas o telegrama relatando o pedido de matrícula dos meninos na escola em Salvador. Isso me intimou a busca da maioria dos órfãos e me situou diante de uma grande tarefa a qual enfrentei sem computar gastos e fôlego. Optei por recuperar todos os órfãos vivos e estabeleci o propósito de levantar a história dos órfãos já mortos através de seus familiares. Tinha, antecipadamente, em mente o procedimento etnográfico, o que fiz e que foi se fazendo estável no movimento entre o empírico e o teórico. As narrativas orais foram se articulando com o referencial teórico e a história do movimento de Pau de Colher desde seus pais até o retorno dos filhos, passando

³³ Tenho um arquivo das declarações emitidas pelos órgãos oficiais por mim visitados durante a pesquisa.

pela atuação das polícias militares envolvidas e, esta, conectada com o momento da história brasileira. Isso me deu uma ampla visão de como a trajetória dos órfãos foi se combinando com a dimensão original de sua cultura e por esta alimentada, o que os amparou o tempo todo no desejo de voltar. Ou seja, que a terra não é um dado onde se vive qualquer história, mas a história de ser do lugar, a história de quem pode sair, “mas volta para trás”.

A expectativa desse trabalho é buscar nos órfãos de Pau de Colher esse ser camponês. O que eles são para a terra e seus ancestrais e o que a terra e os ancestrais são para eles. Ainda defendo que, no decorrer da pesquisa, muitos aspectos foram surgindo, que precisam a atenção de novos estudos e que não foram inseridos neste trabalho, mas aludidos pela pesquisa tanto oral quanto em documentos escritos.

Somando-se a tudo isso, acrescento os diversos encontros em Casa Nova, com palestras, seminários, romarias à Pau de Colher, contribuíram de forma significativa para ampliar e fortalecer este trabalho.

Finalmente convidar, como diz DAMatta (1991) em seu trabalho *A casa e a rna* para entrar, ler essa versão e assumir uma postura de colaboração para novos trabalhos, são o convite que deixamos aqui.

1.7.2.3 Análise, tratamento e operacionalização dos dados

A metodologia da História Oral foi o caminho adotado para erguer a história dos órfãos de Pau de Colher. Como técnica, as entrevistas estruturadas e semi-estruturadas foram pensadas, concordando com o que diz Augras (1997, p.32) que, “os informantes não fornecem dados, mas um discurso”. Esses discursos foram transcritos literalmente e analisados não como algo que aconteceu, mas como algo que contém um significado. A trajetória dos órfãos de Pau de Colher na, *liminaridade*, da forma como foi vivenciada por eles, desenhou a resistência de um grupo para manterem-se indivíduos do seu lugar de afetividade, pelo significado de pertencimento. A história narrada pelos órfãos foi se aproximando, intimamente, da memória, amparada pela memória do grupo, evocando os cenários dos seus povoados, dos seus pais, das amizades, sentimentos compartilhados. Chamando sua história, sua terra, seus sentimentos, encontrou a metodologia que trouxe, à tona, memória e identidade (AUGRAS, 1997; PORTELLI, 1997; MENEZES, 2004; TREBITSCH, 1994).³⁴

³⁴ No que diz respeito às fontes orais, o *corpus* desse trabalho foi constituído por narrativas orais dos órfãos, remanescentes e contemporâneos de Pau de Colher. Estão gravadas em áudio, filmagem e transcrito fidedignamente.

Assim considerando, para a interpretação e operacionalização dos dados, procurei que fosse referenciada da própria voz do narrador. Desse modo, a metodologia põe em evidência as falas, as conversações, as histórias de vida, a memória, os relatórios oficiais, os jornais que vão exprimir a trajetória buscada e a operacionalização dos conceitos de análise propostos para esse trabalho: rito, memória e identidade.

Optei pelo mesmo referencial de análise, e tratamento de dados, utilizados na dissertação de mestrado e ampliados pelo que ensina a metodologia da História Oral. Sobre as entrevistas concedemos atenção tanto ao *conteúdo manifesto como ao conteúdo latente* (BARDIN, 1977 p.16), que os mesmos possuem. Permitiu, entre a descrição e a interpretação, entre as caracterizações e as significações das falas, dos discursos, dos conteúdos, trabalhar com as inferências como etapa intermediária Bardin (*ibid*, p. 38).

Ocupei-me com a entrevista semi-estruturada, entrevista de profundidade como técnica de coleta de informações, o que oportunizou, partindo de alguns questionamentos em torno de temas básicos e freqüência, abertura para fazer entrar novas questões que pudessem tornar mais profunda os discursos. Procurei explicitar, da forma mais clara possível, à idéia que anima o presente trabalho. Entrevistador e entrevistado não se encontraram em pólos opostos, quem fala e quem responde, mas numa dimensão interativa. As entrevistas foram gravadas, fotografadas e acompanhadas de anotações gerais sobre atitudes e comportamentos dos entrevistados.

Utilizamos as perguntas de natureza descritivas, com o intuito de atingir o máximo de clareza nas descrições sobre o nosso objeto de estudo. Todas as entrevistas foram gravadas e acompanhadas de anotações gerais sobre atitudes, gestos, silêncios, sentimentos. Transcritas, literal e imediatamente, nos permitiram contar com todo o material fornecido.

Após a transcrição das entrevistas e da observação livre, seguiu-se uma leitura inicial do material com o intuito de operacionalizar e sistematizar as idéias iniciais. Fiz isso organizando o material por temas, a fim de nos permitir as operações sucessivas que garantissem, também, a flexibilidades e a introdução de novos procedimentos. Um dos pontos fundamentais, nessa primeira fase, pré-análise Bardin (*ibid*, p. 95) foi o da escolha das narrativas a serem submetidos à análise e isso deveu-se, como já foi abordado, à riqueza das informações relacionadas com às categorias de análise propostas para esta tese.

Para a constituição desse *corpus*, nos ativemos a todos os elementos não deixando, de fora, qualquer deles (regra de exaustividade); a análise da parte representativa do universo (regra de representatividade); os critérios precisos de escolha (regra da homogeneidade); foi observada sua adequação de modo a garantir corresponderem aos objetivos da análise (regra

de pertinência); assim como as regras de fidelidade e objetividade. Fiz uma leitura “fiutuante” (*ibid.*, p.96) dando lugar, em seguida, a uma leitura mais precisa.

Para os documentos levantados nos arquivos das polícias militares, (relatórios, boletins, livros do serviço de saúde), nas bibliotecas, arquivos públicos e IBGE (jornais e livros), xerocados e autenticados, pelos respectivos órgãos, o tratamento foi através de uma classificação e armazenamento. O acervo acima, além de permitir o máximo de informações, foi utilizado para uma comparação com as informações dadas, sobre o objetivo da pesquisa, com as diferentes fontes entre si e a exatidão da informação registrada, abrindo espaço para as evidências externa e interna Richardson (1999, p. 250). Esse foi o procedimento durante toda a fase de pesquisa. Uma vez as entrevistas transcritas, artigos de jornal, relatórios e boletins oficiais recortados e marcados, iniciei a classificação dos elementos constitutivos das entrevistas em categorias temáticas (categorização), passando de dados brutos a dados organizados e, mais uma vez aqui, seguindo os princípios da pertinência, da objetividade e da fidelidade Bardin, (1977, p. 97-98 e120); Richardson, (1999, p. 240). Como foi colocado inicialmente, executamos as abordagens temáticas compartilhando teoria e dados na exploração do material e, com a codificação por temas, parti para as questões mais específicas.

Uma vez realizadas a codificação e a categorização, que nos permitiu uma descrição exata das características pertinentes ao rito, à memória e à identidade, passei ao tratamento dos resultados e interpretação de forma a transformar os dados brutos, como nos ensina Bardin, (1977, p.101) a serem “falantes” e válidos. Essa posição abre espaço para as inferências e a interpretação, dentro dos objetivos da nossa investigação. Retirei dos mesmos, após todo esse procedimento, seus ensinamentos.

Ao interpretar as narrativas dos órfãos sobre sua trajetória, busquei-as pensando na ligação estreita entre memória e identidade, nos termos formulados pelos autores que fundamentam teoricamente este trabalho. Dessa forma considerei, seguindo, as noções de Halbwach (1990), a memória individual, familiar e do grupo como fundamentais para distinguir essa identidade. Os acontecimentos, os lugares, as pessoas, dos relatos dos órfãos percebi o sentimento de identidade, a continuidade do grupo no tempo e a coerência, em suas vozes, na reconstrução que deram as suas vidas. Seguindo o entendimento de Pollak (1992, p. 204):

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do

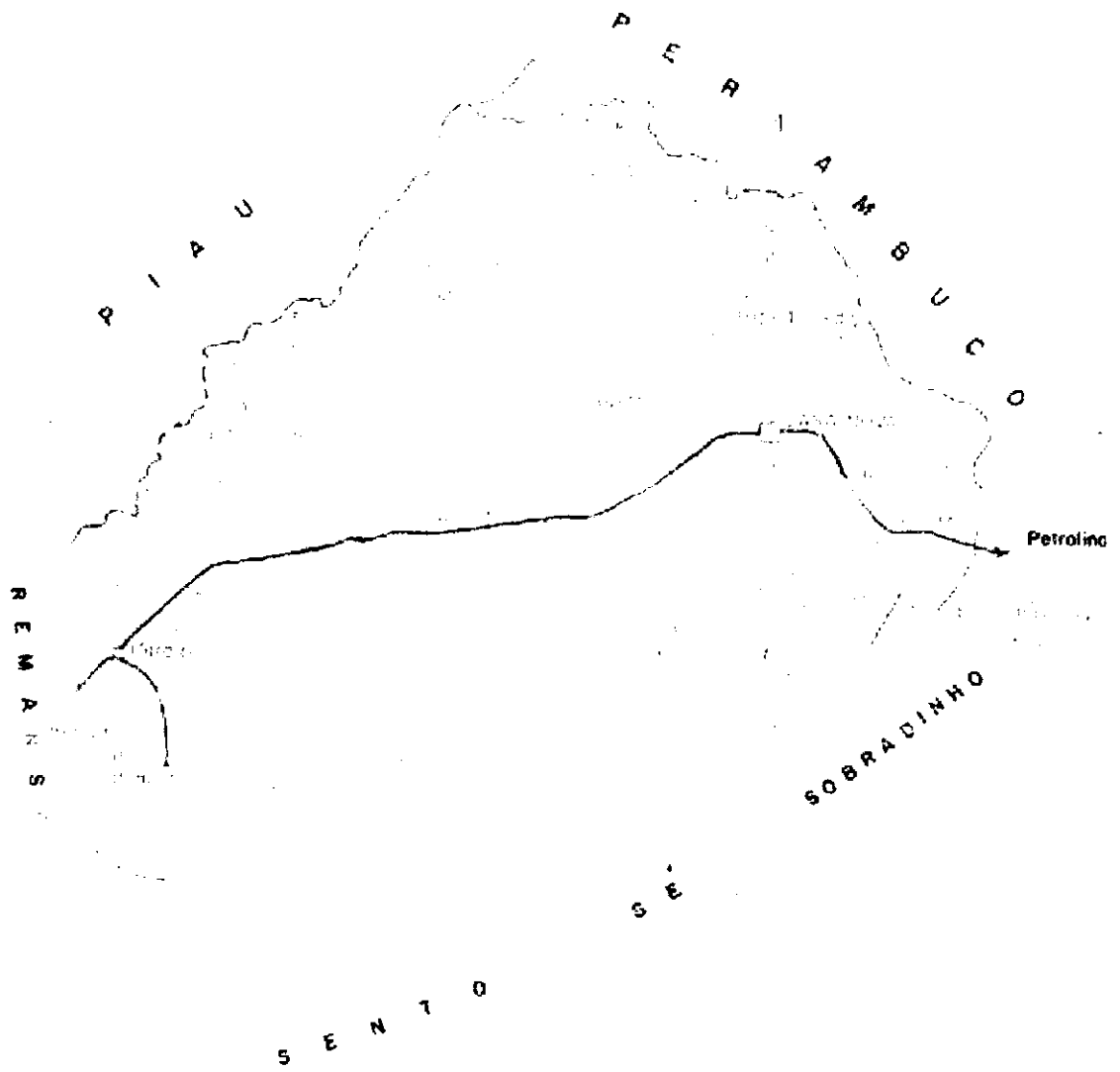
sentimento de pertencimento e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

É pertinente acrescentar, ter sido minha posição metodológica, para a análise e tratamento dos dados, a transcrição das falas sem correções, além disso, em alguns momentos, conterem a atmosfera da entrevista, o movimento não-verbal implícito nas narrativas orais. Assim, os cenários, as emoções dos órfãos, gestos corporais como um todo, interferência entre eles durante as entrevistas em grupo, considerando-os pertinentes, estão presentes na transcrição de suas falas. Trata-se do levantamento de uma trajetória dramática, cujas fraturas estão, até hoje, abertas, para alguns deles, cujo retorno, não tendo sido realizado, os mantém com sua identidade em suspensão e, por esta razão, sem dúvida, fundamental, a alusão, para a compreensão da força emocional norteadora da reagegação.

O referencial teórico utilizado, por fim, forneceu caminhos possíveis para uma análise e explicação da forma de proceder dos órfãos de Pau de Colher em seu cotidiano durante a *liminaridade*, ligando-se, assim, ao intento para por em pé esta história.

Finalmente convidar, como diz DAMatta (1991), em seu trabalho *A casa e a rua*, a todos para entrar, ler essa versão e assumir uma postura de colaboração para novos trabalhos, são o convite que deixamos aqui.





Pau de Colher:

Cidades, povoados e Moradias

- Casa Nova - BA
- Lagoa do Alegre - BA
- Barra - BA
- São Bento - BA
- Jacundá - BA
- Irecê - BA
- Castanheira - BA
- Pau de Colher - BA
- Ouricuri - BA
- Lagoa Comprida - BA
- Riachinho - BA
- Tanque do Bonito - BA
- Caiçara - BA
- Morrinho - BA
- Santa Cruz - BA
- Pau de Colher - PI
- Caldeirão do Angico - BA
- Jatobá - BA
- Olho d' Água - PI
- Cacimbas - PI
- Dom Inocêncio - PI
- Cachoeira do Roberto - PE
- Afrânio - PE
- Petrolina - PE
- Barra - BA
- Queimadas - BA
- Saturnino - BA
- Caldeirão do Garrote - PI
- Salvador-BA
- Rio de Janeiro - RJ
- Tamanduá - BA
- Campo Alegre - BA
- Barauna - BA
- Urubu - BA

Daniel do Nascimento	1926	Jatobá -BA
Teotônio do Nascimento	1933	Jatobá- BA
Lourival de Souza Rodrigues	1926	Lagoa Comprida -BA
Manuel do Nascimento	1930	Jatobá _ BA
Alexandre de Souza Costa	1930	Proeza - BA
Porfírio de Souza Costa	1931	Proeza -BA
Diodides Justiniano Reis	1926	Barra - BA
Manuel de Souza Costa	1928	Barra-BA
Anísio Rodrigues de Souza	1926	Rio de Janeiro
Canuto Rodrigues de Souza	1926	Rio de Janeiro
Celeriano do Amor Divino	1932	Santa Cruz -BA
Faustino Costa	1921	Proeza -BA
José Luis de Oliveira	1931	Olho D'água - PI
Alexandrino Damazio	1926	Pau de Colher
Tibúrcio Ribeiro da Costa	1931	Santa Cruz - BA
Ângelo da Costa	1931	Santa Cruz -BA
Teodoro de Souza Costa	1931	Proeza -BA
Miguel Rodrigues de Souza	1931	Queimadas -BA
Elias Rodrigues de Souza	1933	Pau de Colher do Piauí
Antonio Rodrigues de Souza	1927	Caldeirão do Garrote - PI
Manuel Justiniano Reis	1930	Barra – BA.
José Alves Ferreira	1931	Queimadas – BA.
Félix da Costa	1930	morreu em Salvador
Abel Justiniano Reis	1933	Jatobá – BA
Silvério	1926	Pau de Colher – BA.
Adriano	1931	Olho D'água-PI
Gonçalo	1926	Cacimbas-Pi
Manuel dos Santos	1926	Cacimbas-Pi
Honório Costa	1931	Proeza - BA
Lourenço	1926	Cacimbas-Pi
Cícero Rodrigues de Souza	1926	Caldeirão do Umbuzeiro-PI

Capítulo 2

Acontecimentos, pessoas e lugares do drama vívido no lugar Pau de Colher: memória dos antecedentes da *liminaridade*

Lá nós tudo ia numa nuvem para o sítio Caldeirão. Foi todo mundo deixando sua morada e se juntando lá no Pau de Colher. Todo mundo acompanhou sua família para a salvação. Menina! Lá na empanada era gente que negrejava. Era gente cada cá procurando seu cantinho. E a gente nem esperava que quando chegou foi a polícia matando. O fogo do Pau de Colher durou três dia. Muita gente morta [rosto abalado]. Minha mãe vinha gritando: meus filhos! [voz de tristeza]. Caiu assim bem do meu lado com as bala da metralhadora do Capitão Optato. (Entrevista com Madalena do Nascimento, em Casa Nova, em 31/5/2006).³⁵

Nesta parte do trabalho, descrevo o contexto de Casa Nova, o cenário dos acontecimentos, as pessoas e os lugares em torno do movimento de Pau de Colher, antes do deslocamento dos órfãos para Salvador acontecido após a morte de seus pais. Desta forma é de central importância, para esta tese, considerar o contexto, traumatizante, dos eventos, no qual se inscreve a trajetória da *liminaridade* vivenciada pelos órfãos com a desagregação do seu lugar de origem arbitrada pelo Estado. Assim, apresento os acontecimentos que compartilhados entre pais, entre filhos e entre parentes, durante o mês de janeiro de 1938, dentro de um quadro de referências no qual os órfãos o atestam. Este capítulo, então, trata da correspondência que fazem a Pau de Colher como um lugar de arrebatamento para o encontro de outro lugar: a “terra prometida”. Identifiquei esse ideal compartilhado ao ideal cristão dizendo daquilo, vivo e material, desse contexto, levado por eles durante o rito de separação, de *liminaridade* e de reagregação. Período de desejos e sonhos projetado pelos pais durante os vinte e oito dias que ansiavam por uma nuvem que os levasse para a “terra prometida”.³⁶ Os

³⁵ O sítio Caldeirão era o lugar segundo os remanescentes, onde a relação homem- Deus de piedade, através do Padre Cícero, os receberia pondo um ponto final à espera que não fosse atingida sem sofrimento e sacrifício “nós tudo tinha que se sacrificar, entregar tudo que nós tinha porque lá nos Caldeirão nós não ia ter mais essa agonia que a gente vivia, o tempo todo esperando e onde estava padim Ciço”. A menção ao sítio Caldeirão aparece em todas as falas dos entrevistados.

³⁶ Lourival Rodrigues de Sousa, hoje com 82 anos, órfão de Pau de Colher, faz alusão a “uma nuvem” escrito no *Novo Testamento*, na Primeira Epístola de Paulo aos Tessalonicenses, 4:17: “depois, nós, os vivos, os que ficarmos, seremos arrebatados juntamente com eles, entre nuvens, para o encontro do Senhor nos ares e, assim, estaremos para sempre com o Senhor”.

estudos dos autores que trabalham com memória se tornam interessantes, primeiro pelo suporte possível à discussão que levantei nesta pesquisa e, em segundo lugar, por tornar visível, a partir de fatos experienciados, na prática, a possibilidade concreta do trabalho da memória durante a suspensão do cotidiano daqueles indivíduos. O trabalho da memória, no caso dos órfãos de Pau de Colher, calcou a manutenção de sua identidade durante a *liminaridade* vivenciada em Salvador.

Portanto, ao evocar a “comunidade afetiva”, os lugares afetivos, as pessoas da afetividade dos órfãos de Pau de Colher, na origem dos acontecimentos, no espaço-tempo das pessoas e dos lugares que se ligam às suas lembranças, consciente ou inconsciente, argumento, nesta tese, como elementos constituintes e constitutivos do sentimento de identidade e centrais em sua trajetória de vida. Dei ênfase aos aspectos que se entrecruzaram antes e durante o drama experienciado pelos órfãos de Pau defendendo-os como pontos de referência na construção de sua memória para efetivação da viagem de volta após o período de separação de seu lugar de origem.³⁷

Assim, neste estudo, ritos de passagem, *communitas* e memória, na trajetória dos órfãos de Pau de Colher, fazendo parte do mote: Drama, Morte e Vida dos órfãos de Pau de Colher: rito, memória e identidade exigiram evocar como fundamentos anteriores: os lugares, as pessoas, os acontecimentos.

2.1 Memória dos tempos e lugares do massacre

Em janeiro de 1938 a Polícia Militar de Pernambuco penetra na região fronteira que liga os Estados de Pernambuco, do Piauí e da Bahia. As tropas policiais militares caminham horas apreensivas, por entre picadas desconhecidas à caça de homens “ferozes”, “bandoleiros”, “fanatizados”. Noventa e seis homens obedecem a ordens do Capitão Optato Gueiros, comandante da Brigada Militar de Pernambuco.

³⁷ Os órfãos foram levados para Salvador, após a destruição do “adjunto”. A narrativa de Manuel Ribeiro, 82 anos, realizado em 2001, hoje falecido (câncer de intestino) aborda a memória da retirada das crianças pela Polícia Militar. Essa informação consta, também, em todas as narrativas dos órfãos que foram gravadas em fitas de Áudio Cassete. Encontramos, ainda, em Estrela (1998, p.85) que “O lúgubre, mas provisório, asilo de menores teve, felizmente, curta duração, dado a impossibilidade financeira da prefeitura de mantê-lo por um tempo mais dilatado. Urgia uma tomada de providências para desfazê-lo em curto prazo, com vistas a um futuro menos cruel para as crianças. Em Casa Nova algumas famílias se dispuseram a criá-las ou adotá-las. A Juazeiro e Petrolina foram ter outras para serem amparadas. A maioria, porém, se destinou a Salvador, em consequência das providências tomadas junto às autoridades estaduais pelo prefeito Zacarias dos Santos”. O assunto será abordado com especificidade em capítulo próprio desta tese.

Casa Nova, sede do município, estava em polvorosa. Grupos ligados à prefeitura local haviam realizado, antes da ação do governo da Bahia, incursões frustradas ao lugar dos “religiosos”. Aguardavam-se, agora, providências mais “eficientes” do Governo Federal, pois “urgiam medidas determinadas e detentoras do mal que se espalhava pelo sertão”.³⁸ O pequeno “reduto” de Pau de Colher foi ocupado, definitivamente, no dia 19 de janeiro perdendo cerca de quatrocentas pessoas durante o “fogo” que durou três dias.

Homens, mulheres e crianças foram mortos pelas metralhadoras Thompson de cinquenta tiros acionadas pelos soldados pernambucanos. Crianças e adultos circulavam por entre cadáveres, na esperança de encontrar algum parente ainda vivo. Em meio às exccuções, muitos fugiram pelo mato em busca de um lugar que os colocassem a salvo dos soldados do Piauí e da Bahia que se juntara à pernambucana para as buscas. A tarefa era cumprir a missão primeira: livrar a região de “bandidos” trazendo de volta a ordem pública.³⁹ Pelas estradas de chão da região circunvizinha, todos se escondiam, abrigavam-se por dentro do mato alto, abandonavam seus sítios em busca de lugares mais seguros do alcance dos “caceteiros e da polícia.

Pensada pelas lideranças políticas de Casa Nova, inicialmente, como uma reunião de pessoas que “só estavam rezando”, conforme afirmou Antonio Honorato, transforma-se, em seguida, na preocupação de não se transformar em “nova Canudos”.⁴⁰ A meta, então, de “livrar o sertanejo da perdição”, impedindo que a desordem se instalasse na região, faz com que o Governo Federal determine a formação do Destacamento do Vale do São Francisco com a missão de extinguir Pau de Colher a todo preço.⁴¹

As imagens dos lugares e dos dias vivenciados em meio ao sonho da “terra sem males”, lugar junto aos seus pais, os lugares ocupados pelas tropas policiais militares, os

³⁸ Os jornais da época, *A Tarde*, *Estado da Bahia*, *Diário da Tarde*, o *Pharol* trazem, em suas reportagens, trazem essa opinião. Destacamos o *Pharol*, jornal de Petrolina na época, com as reportagens de Cid Carvalho cuja pesquisa foi realizada no Museu do Sertão, na mesma cidade. O acervo é escasso sobre o evento de Pau de Colher

³⁹ “Naquela época a ordem era matar. Dava um prazer enorme quando a gente pegava um bandido daquele e descarregava todas as balas. O que importava era cumprir as ordens dos comandantes. Eu matei muito bandido”. Entrevista realizada em 23, 24 e 25 de março de 2007, em Serra Talhada, no Sítio Barra dos Souza, com João de Siqueira Campos, 96 anos. Era o soldado principal da tropa do Capitão Optato Gueiros.

⁴⁰ Antonio Honorato de Castro, “seu Tonho como chamavam, era o líder político local na época que Raimundo Santos era prefeito de Casa Nova. Os dois foram presos, após o movimento de Pau de Colher, acusados de protegerem comunistas no local do movimento” afirma sua filha Genilda Viana de Castro Dantas Campos que tinha 19 anos na época. (Entrevista feita em Casa Nova, em 20 de março de 2007).

⁴¹ Infere-se dos documentos constantes nos arquivos das Polícias Militares que os mesmos sugerem articulações que foram organizadas como uma ação preventiva para evitar qualquer situação crítica de manifestações religiosas que pudessem ameaçar o regime autoritário recém-inserido. Ver sobre o assunto, no livro de Luiz Henrique Tavares, *História da Bahia*, 10^a. ed., Editora da EDUFBA- Ed. UNESP.

lugares que testemunharam a esperança e o sofrimento, os tempos e lugares, cotidianamente, experienciados, a memória dos tempos e lugares e os tempos e lugares da memória não se apagaram sendo a “primeira e mais fundamental experiência do tempo” (FERREIRA, 1996, p.126). Ficaram, ao contrário, inscritos em sua memória. Os órfãos foram, ao longo desse tempo, recolocando-os dentro dos quadros vividos por eles nos acontecimentos de antes, durante e depois de Pau de Colher.

Nos diálogos entre eles, vão percebendo as diferenças dos momentos vividos no evento Pau de Colher confrontando um com os outros. As diferenças encontradas entre as histórias, as lembranças de cada um, as dores, as pessoas, os cantos de cada um, no processo enfrentado por eles, vão permitindo gestar sua história. Assim, cada narrador foi compondo sua identidade voltando aos quadros dos acontecimentos que os acompanharam durante toda a vida e, por essa via, tomando consciência de sua identidade, evocando a reminiscência que “funda a cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração a geração”, assevera Benjamin (1994, p. 211). Como se nada tivesse se modificado desde a hora que foram retirados de Pau de Colher, os órfãos perpetuaram o sentimento e as imagens que foram a substância de seu pensamento, pois experienciaram diretamente os acontecimentos. Essa experiência, diz Thompson, (1984, p. 245) é a matéria por excelência da lembrança.

Casa Nova, o sítio Pau de Colher, o “adjunto”, o cerco da Polícia Militar ao lugar da esperança, o sufocamento do lugar e do tempo, a invasão das tropas policiais militares, a morte dos pais, a morte dos parentes e a morte dos amigos, a demolição de cabanas, o cheiro forte os corpos caídos ao chão, as valas coletivas nas quais os corpos foram jogados, o momento da ocupação do acampamento, as prisões efetuadas pelos soldados, as armas nas mãos dos soldados, o ruído do mato na caçada aos “fugitivos”, os umbuzeiros que os abrigaram alimentando-os nos dias de fuga, são cenas vivas em suas mentes. É, portanto, uma memória criada e preservada por eles, sobreviventes do evento, e ancorada no luto, no que perderam de sua vida pessoal e do grupo. Essa memória nega qualquer idéia de terem sido seus pais bandoleiros, como, também, responsabiliza os soldados de terem provocado a morte de seus pais e destruído seus sonhos, narra Daniel do Nascimento: “minha mãe, meu pai, o que eles estavam fazendo de errado? Nada. Nós não somos desocupados. Nós tínhamos um trabalho, casa, comida, plantio, criatório. Nós estávamos rezando e não matando”. Cada detalhe, cada aspecto, cada emoção, e ações vividas pelo grupo de Pau de Colher, têm um sentido para os órfãos. Têm um significado que é inteligível para os membros do grupo. A imagem do lugar Pau de Colher está em sua memória. Quando vão até o local dos acontecimentos, ao sítio mesmo, escutam os gritos, o choro, vê o corre-corre, os soldados, o

lugar do sangue, as árvores cravadas de balas. Essa memória continua gerando a pergunta: porque isso aconteceu? Lugar este que não é um quadro negro sobre o qual escrevemos e depois apagamos os números e as figuras, afirma Halbwachs (1990).

Halbwachs diz que não só casas e muralhas persistem através dos séculos, mas toda parte do grupo que está, sem cessar em contato com elas. Os hábitos locais resistem às forças que tendem a transformá-los e essa resistência permite perceber melhor até que ponto, em tais grupos, a memória coletiva tem seu ponto de apoio sobre as imagens espaciais.

Com os órfãos de Pau de Colher, a memória dos acontecimentos, os lugares, os tempos vividos foram, com eles, para a *liminaridade*, alimentando suas forças de ação, fazendo-os agir sobre o cotidiano no Instituto de Preservação e Reforma o que levou à viagem de retorno ao seu lugar de origem, afirmo. Halbwachs diz que o tempo faz geralmente pesar sobre nós um forte constrangimento. O constrangimento provocado aos órfãos, pelo tempo dos acontecimentos em Pau de Colher antes da *liminaridade*, as imagens do vivido levadas para o tempo em que tiveram sua identidade suspensa, esse tempo que pesou sobre eles, foi emblemático do ponto de vista de estarem dentro dos quadros de suas lembranças.

Os órfãos de Pau de Colher não sabiam se eram 19, 20 ou 21 de janeiro de 1938. Para eles as datas se transformam em tempo da fuga, tempo da sede, tempo da “guerrona”, tempo do fogo. Quando conversamos com Daniel do Nascimento ele diz: “quando começou o fogo, a gente estava pegando umbu”. Da mesma forma José Justiniano Reis, lembra: “era de manhã, quando eles cercaram o único poço de água que tinha no adjunto”. Faustino Costa recorda: “quando prenderam meu pai, eu tinha ido buscar água e quando fui chegando para o lugar que a gente tava escondido eu vi um bocado de polícia”. Alexandre Costa não esquece: “eu estava perto de Porfirio, quando um balaço pegou na perna dele”. Maria do Nascimento tem gravado em sua memória: “durante o fogo, eu juntei meus irmãos e comecei a correr. Meu filho tava pra nascer e eu correndo dos soldado”. Dioclides Justiniano Reis jamais esqueceu: “depois que o fogo acabou, era uma lama de gente esticado no chão”. São quadros temporais aos quais essas lembranças estão relacionadas. Assim, as lembranças vão tomando corpo e se completando. Menos o tempo do que o quadro espacial que intervém principalmente argumenta Halbwachs.

Os lugares e tempos do vivido, pelos órfãos de Pau de Colher, colaboraram para fornecer à sua memória material para nutri-la. No interior desses lugares cenas se desenrolaram. Relatam sobre lugares, tempos, objetos, Casa Nova, Pau de Colher, o sítio Sapateiro, o “adjunto”, os santos, os rosários, o cheiro dos cadáveres, o barulho das metralhadoras, os gritos de medo, o choro por ver o corpo de seus pais estendidos no chão, o

pavor do soldado carregando uma arma nas mãos, as marcas das balas no corpo dos que sobreviveram. Indicam, assim, pontos de referência sensoriais enquadrando a memória, como ensina Pollak, dirigindo-se não apenas para as capacidades cognitivas, mas capta as emoções.

O “fogo do Pau de Colher” é uma expressão presente em todas as narrativas. O que significa o “fogo”? Ao que leva os órfãos quando se referem ao “fogo do Pau de Colher”? Que imagens são evocadas? Manuel Costa relata assim:

Quando acabou o fogo, acabou não, porque ele não se acaba. Vai ficar vivo. E ele deu força pra viver. O fogo era as bala, o povo caindo, correndo, gritando, chorando, a prisão do meu pai. Tiro pra todo lado e a gente pequeno no meio do redemoinho. Isso é o fogo pra mim. O fogo do Pau de Colher. Mas isso não contam não. Veja Porfírio com um balaço na perna. Eu saí com Porfírio, meu irmão Adeladio e Porfírio tinha levado um balaço na perna. Eu saí mais Alexandre e Porfírio o pai desse ai (Geraldo se referindo ao filho de Porfírio que estava sentado ao lado). Nós saímos para os mato, passamos quase um mês nos mato. Quando a polícia chegou nos prendeu. (Entrevista com Manuel Costa, em Casa Nova, em 31/3/2007).

Alexandre aproveita para dizer que ele sim sabe de fato tudo o que aconteceu, pois “lá mesmo dentro do reboliço e quem viveu aquele corre-corre é que pode dizer o que sentiu”. Desafia, assim, os “historiadores da casa”, embora clandestinamente, mas vão deixando as pessoas da sua cidade sabendo, também, da “outra” história, diz ele.⁴²

Evidentemente que essa memória, de baixo para cima, que optamos buscar revela um trabalho psicológico muito grande realizado pelos órfãos, nem sempre possível de narrar. Trata-se de voltar ao passado traumático, aos dramas dentro do drama maior e, o que é muito forte, um trabalho de controle de tensões para enfrentar o veiculado pelos órgãos oficiais. No caso de Pau de Colher foi o que aconteceu com Anísio Rodrigues de Souza que prefere não falar, ou melhor, nem quer a aproximação de qualquer pessoa que venha abordá-lo sobre o tema.⁴³

⁴² Pollak (1989) afirma que o trabalho do enquadramento da memória tem seus atores profissionalizados, profissionais da história fato este percebido quando, no contexto de uma pesquisa de história oral, se aborda os responsáveis por uma organização. É o controle da memória estendendo-se à escolha de testemunhas autorizadas, afirma o autor.

⁴³ Tentei várias vezes fazer uma entrevista com Anísio Rodrigues de Souza, inclusive fui ao Rio de Janeiro, lugar onde mora atualmente, mas não obtive êxito. Fui à sua casa no Meyer conseguindo apenas conversar com uma vizinha sua de longas datas, Angélica. Ela reata: “Ele não toca nunca no assunto. Tem uma dor muito grande de ter perdido seus pais nessa ocasião. Ele simplesmente faz de conta que nada aconteceu. Seguiu sua vida. Hoje é aposentado do exército e criou os filhos subtraindo essa parte de sua vida. Não quis voltar mais à região”. (Entrevista feita no Rio de Janeiro, em 22 de março de 2007). Minhas leituras em fontes (auto) biográficas permitiram ampliar o conhecimento sobre os órfãos, suas relações, seus territórios e tempos de aprendizagem, seus modos de ser, de fazer e de biografar as resistências e pertencimentos.

No caso de uma das netas de José Camilo, sua fala está orientada pela memória da repressão e do preconceito, ainda hoje dominante, sobre os acontecimentos em de Pau de Colher como afirma:

Dizem que meu avô fazia tudo isso de ruim lá no Pau de Colher e hoje convivemos com essa história contada que me deixa nervosa. Muitas vezes nem queremos falar. Passamos muito tempo assim. Hoje é que eu faço o curso de história e posso entender melhor. Mas a agonia é tão grande que eu retirei o retrato do meu avô da sala da minha casa quando li uma matéria que saiu no jornal da cidade. (Entrevista com uma das netas de José Camilo, em Casa Nova, em 15/01/ 2007).⁴⁴

Os acontecimentos, as pessoas, os lugares, os ditos e não-ditos ajudaram-lhes a manter a história viva mesmo que correndo num discurso paralelo.

2.2 Memória do lugar, lugar da memória: Casa Nova o lugar oficial do drama

Segundo dados do IBGE, Casa Nova fica na região do Baixo Médio São Francisco cujas fronteiras estão situadas, ao Norte, com os Estados do Piauí e Pernambuco; ao Sul, com os municípios de Uauá, Jaguarari, Campo Formoso, Umburanas, Morro do Chapéu, São Gabriel, Jussara, Itaguaçu da Bahia, Xique-Xique, Barra e Buritirama; ao Leste, com os municípios de Abaré e Chorrochó e, ao Oeste, com o Estado do Piauí.⁴⁵ Ainda informando, o município específico de Casa Nova está situado ao Norte do Estado da Bahia, entre 40° 40' e 41° 56' 30'' de longitude oeste e 8° 45' e 9° 40' de latitude Sul, na micro região do Baixo São Francisco, à margem esquerda do Lago de Sobradinho em pleno sertão semi-árido, com altitude média de 317m. Limita-se, ao Norte, com o município de São João do Piauí, ao Nordeste com o município de Dom Inocêncio-PÍ, ao Nordeste com o município de Afrânio-PE, ao Leste, com o município de Petrolina-PE, ao Oeste com o município de Remanso-BA, ao Sul com o Lago de Sobradinho-BA.

As terras do Baixo Médio São Francisco têm atividade agrícola regular para lavouras, sem aptidão para a silvicultura, regular e restrita para a pastagem natural. Apresentam clima árido e semi-árido, com período chuvoso de janeiro a março e altos riscos de seca. É uma área

⁴⁴ O nome da neta de José Camilo não será revelado em respeito à intimidade da narradora.

⁴⁵ Informações básicas dos municípios baianos, ISBN 85-7117-011-8, Baixo Médio São Francisco, Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia. Centro de Estatística e Informações. Salvador-BA, 1993.

inserida no polígono das secas em 100%, como aparece nos registros do IBGE. Nessa região do Baixo Médio São Francisco, está situado Casa Nova, terras do governador Luiz Viana, cuja família historicamente comandou a região e, segundo historiadores, a gênese histórica do município de Casa Nova está fundada mais na tradição do que em documentações.

As terras dessa região margeiam e servem de leito ao Riacho Casa Novo, afluente do São Francisco. Ricas em cloreto de sódio suas minas, segundo se presume, foram descobertas em fins do século XIX.⁴⁶ Esse descobrimento concorreu para que, as terras de propriedade do capitão José Manoel Viana, à margem esquerda do rio São Francisco, no ponto de confluência do Riacho de Casa Nova, a 25 léguas abaixo de Remanso, se tornassem conhecida e, em virtude do progresso, do desenvolvimento do comércio do "sal", fizesse surgir, no local, um povoado composto principalmente por trabalhadores das salinas, o que atraiu, mais tarde, sertanejos que ali se fixaram ou transitavam conduzindo boiadas vindas do Piauí destinadas à Bahia. Em consequência, estabeleceu-se um ativo e intenso comércio local que tinha no sal seu principal produto, passando a ser gênero de exportação, o que resultou num intenso trânsito de barcas que floresceu no contexto da civilização do couro.

Segundo os estudo de Melo (1989, p. 43), pode-se confirmar que Casa Nova era uma povoação que vivia essencialmente do fabrico do sal, exportando 4 a 5 mil alqueires ou, juntamente com outras salinas vizinhas, 40 a 50 mil alqueires, atingindo este sal um preço mais elevado rio acima. Juntava-se a essa atividade a criação de vacum e a produção da agricultura de auto-abastecimento. Todo esse progresso colaborou para que, em 03 de abril de 1873, fosse promulgada a Lei Provincial nº 1.265, a qual elevou "São José do Riacho de Casa Nova" à categoria de freguesia, foi de Santo Antonio do Remanso do Pilão Arcado. Em 1879, como sede da freguesia elevada à categoria de Vila, com o nome "Vila de São José de Casa Nova" e, através da Lei Provincial nº. 1873, de 20 de junho daquele mesmo ano, foi criado o município, permanecendo o mesmo nome, com território desmembrado de Remanso. No entanto, seu funcionamento se verificou somente a 15 de novembro de 1888, com denominação atual que provém do Decreto nº. 7479, de oito de julho de 1931, que simplificou para "Casa Nova" o nome do município cuja emancipação, em 20 de março de 1938, consagrou-lhe foros de cidade com cinco distritos: Casa Nova (sede), Bem-Bom, Luiz Viana, Pau-a-Pique e Santana do Sobrado.

⁴⁶ A descoberta possibilitou que nas terras da Fazenda Riacho de Casa Nova, de propriedade do Coronel Manuel Viana, surgisse uma povoação que ficou conhecida em virtude do progresso e desenvolvimento do seu comercio. Ver mais nas coletâneas que se encontram na Biblioteca Municipal de Casa Nova organizadas por Maria do Carmo Vieira da Silva em 11/12/2002.

Em 1971, a decisão do governo Federal de construir uma barragem hidroelétrica na Cachoeira de Sobradinho, sob a responsabilidade da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), do grupo Eletrobrás, objetiva represar água para alimentar o complexo de Paulo Afonso, a fim de atender a demanda do Nordeste em energia elétrica, causou grande impacto entre as populações locais. A construção dessa barragem, à medida que as obras avançavam, fazia crescer a ansiedade do povo pela incerteza dos acontecimentos futuros. Com a conclusão da represa, foi preparada a festa de despedida da Velha Cidade, com atos religiosos, culminando com uma gigantesca procissão, no dia 01 de maio, consagrada ao Padroeiro São José, assistidos, também, por centenas de casanovenses vindos de várias partes do Brasil, configurando-se em um espetáculo comovente. Ressalta-se que o momento mais marcante na morte da Velha Cidade (Casa Nova) ocorreu na implosão da Igreja Matriz, transmitida pela TV, causando emoção a todos e uma torrente de lágrimas nos casa-novenses invadidos pelo sentimento de desencaixamento e saudosismo de sua terra estremecida que ficou submersa nas águas do Velho Chico.⁴⁷ Como essa não é a preocupação fundamental, deste trabalho, não cabe, aqui, apresentar, com mais profundidade, esse momento da história do Município de Casa Nova.

A transferência para a nova cidade ocorreu afinal no dia 21 de fevereiro de 1977, quando o prefeito Clodoaldo da Silva Castro, tomando providências cabíveis junto à Superintendência de Sobradinho, em especial da CHESF, assinou os atos legislativos emanados da Câmara de Vereadores, a fim de legalizar a posse do território de Casa Nova. É oportuno frisar, que a transferência geográfica culminou em uma nova fase administrativa, política, econômica e social de Casa Nova, quando se vislumbra surgir uma nova "Casa Nova" com outra arquitetura dotada de infra-estrutura mais moderna, sem que essa mudança tenha, porém, apagado da memória a "velha cidade". Segundo seus habitantes, ela permanece na perene saudade e na eterna lembrança dos casa-novenses que lá nasceram e viveram sempre evocadas nas conversas dos velhos moradores.

No que diz respeito ao domínio político em Casa Nova, aponta-se a presença histórica da família Viana que, desde a primeira República, consolida sua representação parlamentar com senadores e deputados estaduais e federais e, através do estudo de Melo (1989, p.88), pode-se verificar que, o território dos Viana, Casa Nova, era delimitado e estendido sua influência política tanto no sentido de Remanso como de Juazeiro. Essa família caracterizava-

⁴⁷ Realizei, durante o ano de 2002, várias idas à região de Casa Nova Velha e Barra da Cruz Velha, com entrevistas de profundidade e posterior análise dos significados, que as mesmas me apontaram, com alunos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina, num trabalho de resgate da memória daqueles que foram atingidos pela inundação do Lago de Sobradinho em 1978.

se pela não ingerência nos conflitos locais, ao contrário, agia como elemento mediado nos mesmos. Esse aspecto pode ser visto nas narrativas dos remanescentes de Pau de Colher que acusam Antonio Honorato Viana (seu Tonho, como chamavam) de não ter tomado providências imediatas quanto ao movimento sendo responsabilizado por alguns, pela demora em conter os “caceteiros”, conforme observamos no que vem a seguir:

Seu Tonho, o povo já está matando gente. Seu Tonho é Antonio Honorato Viana, era parente de Dr. Adolfo Viana. Seu Tonho dizia: tão nada, meu filho, eles só tão lá rezando. E vinha outro e dizia: seu Tonho o povo, lá, tão terrível!

Seu Tonho respondia: Tão nada eles só tão rezando e de luto. (Entrevista com Alvina da Silva Pinto, em Casa Nova, em 11/12/2002).⁴⁸

A família Viana tinha presença em quase todos os setores de atividades da qual não se podiam fugir: eram proprietários de terra (das melhores terras), arrendavam-nas de donos de barcas, de casa de exportação, criavam gado, plantavam algodão e, em qualquer ramo de atividade que se procurasse, estava um Viana. Conseqüentemente, fugir da coerção se tornava difícil. Segundo depoimento dos moradores de Casa Nova, nos dias atuais, as pessoas já começam a se soltar, porque a família Viana perdeu seu poder histórico. Através de Manuel de Anchieta da Silva Carvalho soubemos que o último Viana eleito foi Gilson Viana de Castro, filho de Anísio Viana Castro e irmão de Adolpho Viana de Castro. Em 1922, Orlando Nunes Xavier, do PFL, ganha as eleições e uma “nova história começa a se contar, pois a família Viana sai do poder”, afirmou Raimundo Pinto.

O lugar Casa Nova liga-se a uma lembrança muito pessoal para os órfãos de Pau de Colher que permanece, até, hoje, muito forte. Liga-se à lembrança da sede do município, para onde se deslocavam, durante as festas dos santos padroeiros. Cidade calma onde entoavam suas rezas e juntavam-se aos demais para evocar os favores de santa padroeira. Lembra, no entanto, o lugar da separação quando, após a morte de seus pais, permaneceram durante dias, trazidos de Pau de Colher, em uma escola da cidade, esperando as ordens do prefeito sobre seu destino. Lugar que lembra a viagem para a Casa de Menores em Salvador e lugar da

⁴⁸ As notícias sobre o “adjunto” levadas a Antônio Honorato, aparecem em várias narrativas dos remanescentes e contemporâneos à Pau de Colher, como as de Sinhazinha, mulher de Miguel Tintino, Maria do Nascimento, Madalena do Nascimento, Genilda Viana.

doação das trinta e duas meninas órfãs. Estas foram “adotadas” por várias famílias, como relatou Madalena do Nascimento:⁴⁹

O Grupo Escolar Conselheiro Luiz Viana recebeu as crianças, que foram separadas dos seus pais, logo ao chegarem em Casa Nova. Mas eram muitas crianças para a pequena quantidade de pessoas com condição para criá-las. Algumas ficaram em Casa Nova com familiares dos Viana e outras seguiram para Salvador ao encontro de parentes de pessoas ligadas aquele município. O dia da separação foi triste. (Entrevista com Madalena do Nascimento, em Casa Nova, em 10/4/2007).

O Estado comemorava a missão de destruir Pau de Colher com êxito. Para as lideranças políticas de Casa Nova a vitória alcançada punha um fim no “terror” que poderia ter se alastrado por toda a região. No lugar mais público da cidade, o pátio da igreja e a escola, expunham-se o saldo do “combate”, os feridos e os prisioneiros, e as medidas tomadas para educar as crianças. Para as populações atingidas, por outro lado, a memória da resistência ao “mal que poderia ter se alastrado na região”, como anuncia os jornais da época. Para os sobreviventes a memória da morte dos pais, do choro sobre seus corpos, a memória do ruído das metralhadoras que durante três dias calaram seus sonhos, a memória do estigma prolongado até hoje por serem filhos e parentes dos “fanatizados de Pau de Colher”. A memória da exposição de seus corpos fragilizados, nitidamente desprotegidos, e memória da condenação do grupo das trinta e duas crianças, ao isolamento.

No entanto, a memória oficial é exaltada até os dias de hoje. Fala-se, com certeza, de que a atitude tomada pelas lideranças de Casa Nova foi correta. A voz oficial ecoa, em todo o município, como um ato heróico da Polícia Militar.

A memória oficial é permitida fluindo, cotidianamente, em meio aos eventos da cidade, quando por ocasião das festividades locais de Pau de Colher é lembrada. Lembram, assim, a saída de um grupo de policiais de Casa Nova em direção à Pau de Colher, exaltando a participação de algumas pessoas da comunidade, na marcha ao combate. Lembram da coragem do Cabo Vieira que oferece seu corpo destemidamente no enfrentamento a José Senhorinho e morre como herói. Lembram da entrada em Casa Nova do Capitão Optato Gueiros trazendo sob seu comando uma fila enorme de prisioneiros.

⁴⁹ Casa de Menores era o nome anterior do Instituto de Preservação e Reforma.

Hoje o Padre Manuel Lira Parente tendo vivenciado o clima de Pau de Colher ainda admite ser preciso colocar fim aquele fanatismo, àquela ignorância. “Aquilo foi fruto de brutalidade. Falta educação para o povo”, afirma.⁵⁰ O prefeito da cidade de Dom Inocêncio, no Piauí, Luis da Benta, na ocasião da primeira visita à cidade, confirma: “a ignorância era muito grande. Foi preciso por fim ao fanatismo. O povo era fugindo tudo de suas casas para se esconder dos fanáticos”.

A memória oficial penetra nos espaços públicos, como única memória possível, ocupando as praças, as escolas, os eventos, os jornais, os meios de comunicação e consegue controlar a memória de moradores da região próxima à Pau de Colher. É o que senti ao entrevistar o filho de Celeriano do Amor Divino, um dos órfãos de Pau de Colher: “O que é que a senhora quer dessa história? É outro Pau de Colher? Outro fanatismo?”⁵¹

A atitude do filho de Celerino implica toda uma memória oficial que vem se cristalizando desde 1938 e ainda permanece forte nos dias de hoje. Isso, claro, não diminui a dor dos familiares e dos remanescentes. Permite, no entanto, perceber a importância de colocar em circulação essa memória subterrânea, portanto “clandestina”, no dizer de Pollak, posto que ainda seja muito forte esse impedimento. A interdição que se colocou ao longo desse tempo pelas instituições, pelas populações atingidas e por eles próprios, a sua memória, tem como apoio a marca que dura até hoje, qual seja, filhos e netos dos caceteiros, filhos e netos dos fanáticos de Pau de Colher. Inclusive citam o nome: “É da família de José Camilo”, diz sua neta.⁵² Muitos se esforçam para dizer que esqueceram; outros pedem para não escrever o que eles estão dizendo; alguns ficam em total silêncio, em pânico, mas desejosos de falar; outros dizem o que todos dizem; outros confirmam a memória oficial, mas outros narram destemidamente.

A voz dos sobreviventes da terceira geração, ou seja, dos netos dos remanescentes de Pau de Colher é freada pela reprovação de muitos aos atos cometidos por seus pais. “Eu sinto muita dificuldade em falar porque há uma discriminação muito grande, até hoje, pelo que

⁵⁰ Padre Manuel Lira Parente reside em Dom Inocêncio, antiga Cural Novo. Conversamos com o padre por várias vezes na Fundação Ruralista, por ele dirigida, próxima 10 quilômetros de Dom Inocêncio. Padre Lira foi prefeito durante dois mandatos e, nessas eleições de 2008, coloca seu filho, Inocêncio Lira Parente para concorrer às eleições obtendo êxito. Pensa o movimento de Pau de Colher como ignorância e fanatismo.

⁵¹ Celerino do Amor Divino morava no sítio Santa Cruz na época de Pau de Colher. Foi para a Escola de Menores e voltou para o mesmo sítio, ao retornar de Salvador. Entrevista realizada com sua esposa Efigênia dos Prazeres Divino, em 29 de março de 2007. Ela disse: “O destino de Celerino era plantar, trabalhar na roça. Outra coisa ele não contava”. O filho de Celerino não quis dizer o nome. Ficou muito nervoso e me olhava com desconfiança.

⁵² José Camilo foi um dos beatos líderes de Pau de Colher. Ele tinha uma posição de destaque junto a José Senhorinho e conta-se matava as crianças jogando-as para cima e aparando coma ponta do facão. Todos os narradores, remanescentes ou não, narram esses episódios. Pode ser lido em Estrela (1998).

contam da participação do meu avô em Pau de Colher”. “Até a minha família tem receio”. “Ficou uma marca muito forte”. “Nós ficamos com isso abafado sem poder colocar para fora a dor, o luto, a perda. E ainda nos sentindo culpados.”⁵³ “A memória da população atingida nos cobra calar. “A gente fica envergonhado”, acrescenta a neta de José Camilo.

2.3 Os lugares e pessoas da memória interdita

É uma falha da historiografia, da organização do Destacamento do Vale do São Francisco, não ter considerado tal senso comum com a devida seriedade. Senso comum aqui está sendo entendido nos termos de Martins (2000, p.59), não porque seja banal ou mero e exterior conhecimento, mas porque é conhecimento compartilhado entre os sujeitos da relação social.

Colocando os fatos como que finalizados a partir da destruição do “adjunto”, apresentam uma visão parcial e geral dos acontecimentos. A idéia é que tudo acabou com a repressão realizada, “com competência”, durante os três dias de “fogo” em Pau de Colher. Portelli (2002) ao tratar da memória do massacre de Civitella Val di Chiana, ocorrido em 29 de junho de 1944, afirma que a memória a partir da resistência é tão “pura” e tão justificada que deveria encontrar oportunidade para entender suas limitações éticas e o poder dos constructos ideológicos. Com Pau de Colher foi e é o mesmo.

A trajetória dos órfãos de Pau de Colher, e a *liminaridade* por eles vivida em Salvador, implica o apelo às lembranças dos lugares de moradia e os outros presentes em sua vida. De forma que, os pontos de ancoragem do seu passado, existem para eles em seus lugares e nas pessoas ligadas ao seu lugar. Esses lugares da memória, e a memória do lugar e dos acontecimentos vividos por eles, os acompanharam desde a saída quando se deu a separação, durante a suspensão do lugar de origem e no regresso.

A memória do que vivenciaram em Pau de Colher, durante os vinte e oito dias à espera para a “grande” viagem, o que sentiram, o que testemunharam, o que perderam, o que pensaram em meio ao sonho da “terra prometida”, constitui-se em uma marca forte em suas vidas.

⁵³ Para preservar a identidade da narradora, intimidade e confiança ao me proporcionar sua narrativa, sua identificação ficará em sigilo. No entanto, a fita gravada encontra-se no meu acervo de pesquisa devidamente identificada. As entrevistas foram feitas durante vários dias e se mantêm, até hoje. No retorno em setembro de 2008, Socorro [ela nos permitiu revelar seu nome] está mais uma vez constrangida por uma matéria elaborada por um jornalista do Correio da Manhã, Jornal da Bahia, que a expôs a questionamentos pela própria família pela linguagem usada na matéria: “brincadeira, sem abordagem histórica e fragmentada” lembra Socorro que é estudante de História.

Essa bagagem de momentos vividos não é estranha aos órfãos. Pelo contrário foram momentos em que estavam mergulhados diretamente e vive em sua memória. Halbwachs diz que não é na história aprendida, mas na história vivida que se apóia a memória. Por seu turno, Whitaker (1995) assegura serem, as histórias de vida narradas pelos sujeitos, carregadas de rupturas reveladoras de muitas contradições teorizadas pelo materialismo histórico.

Até hoje a memória dos órfãos evoca os seus lugares de moradia e os momentos inscritos nos dias da invasão pela Polícia Militar aos lugares mais importantes dentro do “adjunto”: o poço de água, o chiqueiro de porcos, suas palhoças. Tudo destruído.

Na *liminaridade* os trinta e dois órfãos pensam o pensamento do outro sobre tudo isso. Escutam as palavras uns dos outros e fazem circular entre eles a história dos acontecimentos e sua história com os acontecimentos. Nesse sentido, suas lembranças não se resumem a data, a nomes nem a lugares, mas a tudo aquilo revelado de um período no qual não estavam como um personagem físico. O relevo e a cor de um personagem que está no centro de todo um quadro que o resume e o condensa, afirma Halbwachs, pois foram atravessados por todos os momentos de vida em Pau de Colher.

Assim, José Camilo Costa, Ana Camilo Costa, Euclides Rodrigues de Souza, Alexandrina Rodrigues de Amorim, Ângelo da Costa, Alexandrina Costa, Euclides Rodrigues de Souza, Maria Efigênia dos Prazeres Divino, Celerino do Amor Divino, Teodoro Justiniano Reis e Francelina Justiniano Reis, Pedro Benvenuto, Graciliana de Souza Rodrigues, não são apenas nomes soltos. Constituem pessoas pertencentes às suas histórias de vida, seus pais, irmãos, parentes. É uma memória valorizada por eles na manutenção de sua identidade desempenhando um papel significativo de intervenção por não ter sido esquecida. Mesmo sem querer falar não está esquecida. Esquecem e lembram no mesmo movimento, com o diálogo entre eles, possibilitando, diante do tempo da adversidade, que não se desfizesse. Com os pés nos quadros do passado, vivido da tradição, esta permitiu a resistência.

No momento em que Lourival de Souza Rodrigues narra: “o meu pai era Pedro Benvenuto e os pais dos outros meninos era os que eu disse a você e essas toda que eu falei era a terra onde a gente plantava e criava. Um dia a gente viu tudo sendo destruído e isso não sai da nossa cabeça”. Ele sinaliza que a construção de sua vida se faz por meio das relações com a terra em que se vive e que nessa relação emerge uma lógica que pode e é tecida de mil maneiras. E isso fica evidente quando em outro momento ele afirma: “os povoados onde a gente mora faz parte da gente porque ela é nossa e a gente é dela”. “A gente não pode vive sem ela”. E mais adiante ele reforça: “a minha vida com os meus pais, irmãos e amigos está aqui. Os lugares onde a gente pisa, correr atrás de um bichinho, o leite que tiramos no curral e

tudo que a gente faz a gente sentiu falta quando tiraram a gente daqui”. Percebe-se, então que o que está entranhado em sua vida é a terra com tudo que nela eles escrevem. Isso significa implicar que tudo e todos a sua volta é condição para serem sujeitos. Eles se referem a si como órfãos de Pau de Colher, moradores de Jatobá, de Queimadas, da Barra, de Lagoa Comprida e assim por diante. A imagem de seus povoados, de seus pais e do universo em que vivem e fatos que viveram em 1938. A razão, portanto, de terem esse quadro de referência e assim se sentirem é o que afirma Gusmão (op.cit. p. 146).

(...) é que estão em sua raiz [falam da sua raiz]. Uma raiz por que tudo envolve: o modo de plantar, o que planta, com quem planta e porquê, as relações entre parente e a vida de cada um nas devoções e festas, no casamento, na vida em família e no grupo. Tudo como realidade integrada (...) fundamentalmente pela terra que os congrega em laços de solidariedade e reciprocidade.

Gente de onde? Órfãos de que acontecimentos? De Pau de Colher, de Proeza, de Morrinho, de Queimada, de Lagoa do Alegre, de Lagoa Comprida, de Santa Cruz, de Barra, de Olho D'Água, de Cacimbas, de São José, de São Bento, de Castanheiro, de Batateira, de Jatobá, de Saturnino, de Caldeirão do Umbuzeiro, de Caldeirão do Garrote, Caldeirão do Angico, de Caiçara, de Tanque do Bonito, de Riachinho, de Tamanduá, de Campo Alegre, de Barauna, de Morrinho, de Queimadas, de Urubu. Essas localidades fizeram parte do município de Casa Nova, já mencionado, de onde foram levados os órfãos Daniel do Nascimento, Louzinho de Sousa Rodrigues, Alexandre de Souza Costa, Miguel Rodrigues de Souza, Manuel de Souza Costa, Gonçalo, Manuel do Nascimento, Antonio Rodrigues de Souza, Anísio Rodrigues de Souza, Canuto Rodrigues de Souza, José Luis Oliveira, Silvério, Cícero Rodrigues de Souza, Celeriano do Amor Divino, Tibúrcio Ribeiro da Costa, Simão, José Simão, Dioclides Jusitiano Reis, Manuel Justiniano Reis, José Justiniano Reis, Elias Rodrigues de Souza, Honório Costa, Faustino de Souza Costa, Teotônio do Nascimento, Porfírio de Souza Costa, Alexandrino, Lourenço, Adriano Felipe de Souza, José Alves Ferreira, Félix da Costa, Ângelo do Amor Divino, Abel Justiniano Reis, Gonçalo Felipe de Souza. São mais do que nomes e lugares físicos. Não se trata de nomes e lugares qualquer, mas de lugares, pessoas e acontecimentos concretos, não vividos por tabela, encaixados na memória dos órfãos e repletos de reflexões pessoais, familiares e dos outros próximos levando-os à atmosfera de suas vidas antes da entrada no Instituto de Preservação e Reforma.

A pergunta troa perseverante: Em que sonho os pais e os filhos de Pau de Colher mergulharam?

2.4 A memória do sonho: pelas mãos dos pais, “nós tudo ia numa nuvem para o sítio Caldeirão”.

Dezembro de 1937. Época de chuva e umbu. Eram lavradores, criadores, pessoas simples. O “mato” verde e os animais soltos, pela relva, a comemorar os poucos dias de fartura. A feira de Pau de Colher, que se fazia debaixo do pé de juazeiro, acontecia todos os domingos. José Senhorinho aproveitava para fazer as pregações. Falava dos tempos finais que viriam. Todos ouviam e, dia a dia eles, eram estimulados a se prepararem para o dia em que iriam de uma vez para a “terra prometida”. Encontravam-se, todos os domingos, familiares e amigos, para ouvir os sermões do “homem mais sabido da região”, diz Louzinho com admiração.

Louzinho tinha nove anos e acompanhava, junto com sua irmã Josefa, seus pais à feira para a venda de milho, feijão, manteiga de garrafa e mamona. Vender o produto de suas terras e comprar o que não produziam. Todas as crianças acompanhavam seus pais. Acordar cedo, preparar os jumentos, tomar café, fechar as portas dos sítios e seguir pela estrada à pé, de jegue, cavalo ou carroça era o cotidiano na região de Pau de Colher. Debaixo do Juazeiro, onde acontecia a feira, quase todos os povoados, as moradas e os sítios estavam representados. As brincadeiras entre as crianças constituíam-se na animação durante todo o trajeto até a feira. Isso era na ida e na volta. Pulando, correndo, pegando umbu, escondendo-se uns dos outros, no mato, o percurso tornava-se curto. A oportunidade de encontrar os vizinhos e amigos de brincadeira era grande. De volta para casa, os pais levavam os ensinamentos do beato José Senhorinho e à noite, em seus sítios, ao redor do oratório rezavam, cantavam benditos. Alimentaram, desde 1934, esse sonho quando Severino Tavares, do Caldeirão de José Lourenço, havia passado pela região e deixado sua mensagem do “final dos tempos”. Preparavam-se desde esse tempo.

Era 25 de dezembro de 1937. Pedro Benvenuto, pai de Louzinho, homem de posses da região e seus agregados, abandonam a casa grande de suas terras, a Lagoa Comprida, e vão se reunir debaixo de um juazeiro, no sítio Sapateiro. O sítio Sapateiro fica encravado em terras da Fazenda Lagoa Comprida, município de Casa Nova, extremo com o Sul do Piauí, tem uma

área de 560 hectares e vai fazer fronteira com os povoados de Cacimbas e Olho D'Água, pertencentes ao Piauí, cujas populações tiveram participação ativa no movimento.⁵⁴

A Fazenda Lagoa Comprida era de propriedade, na época, do senhor Pedro de Souza Rodrigues, homem de recurso, sabia ler e escrever, considerado o homem mais inteligente da região.⁵⁵ Católico de família, tinha em sua fazenda uma capela para a qual, durante as desobrigas, muitos se dirigiam.⁵⁶ Sua esposa, Alexandrina de Souza Rodrigues, “mulher devota e boa companheira”, não abria mão das leis da igreja católica, para a qual concorria reunindo várias pessoas na capela da fazenda, em tempos de romarias e homenagens aos santos devotos, como o Bom Jesus da Lapa. Também havia a presença de Graciliana Benvenuto, mulher de catolicismo fervoroso, mãe de Alexandrina de Souza Rodrigues e Josefa de Souza Rodrigues três das seis “santas” de Pau de Colher.⁵⁷

Quinzeiro, conhecedor minucioso da Bíblia, se aproximou da Fazenda Lagoa Comprida. No entanto, não quis ficar na sede, pois era seu costume ficar isolado. Então, Pedro Benvenuto o alojou no sítio Sapateiro e de lá ele seguiu, com o grupo, para Pau de Colher como nos revelou Maria do Nascimento: “vieram com ele umas santas do Piauí, Josefa de Souza Rodrigues, chamada de santa Verônica, e a esposa e a mãe de Pedro Benvenuto, como santas adoradas por andarem em um andor carregado pelos mandados de Senhorinho”

Sapateiro era o sítio mais antigo de suas terras tendo sido substituído pela casa construída por Pedro Benvenuto a três quilômetros dali. Debaixo de um juazeiro, cerca de trinta pessoas, esperaram três dias pelas ordens do beato Quinzeiro quando ordens foram dadas com destino até Pau de Colher distante 18 léguas do local onde estavam. Foram três

⁵⁴ Obtivemos informações, em várias entrevistas, sobre o sítio Sapateiro com o Sr. Lourival de Souza Rodrigues, filho de Pedro Benvenuto. Ele foi um dos caceteiros de liderança junto ao adjunto. Continua residindo na mesma propriedade que hoje está dividida entre três irmãos, Livro de Campo, 02, mar., p. 89, 2003. Sobre José Camilo e Pedro Camilo temos vários relatos orais com seus filhos e netos e um encontro com a Profª Ghislaine Duque que conversou pessoalmente com José Camilo durante suas pesquisas na região de Pau de Colher.

⁵⁵ Pedro de Souza Rodrigues, conhecido no Pau de Colher como Pedro do Benvenuto (sobrenome do pai), foi um caceteiro de destaque, pois tinha ascensão sobre as populações locais por ter uma grande fazenda composta de muitas cabeças de gado, ser um homem que lia e escrevia e por essa razão, considerado o chefe do local. Todas as pessoas o procuravam para resolver suas questões sejam quais fossem (problemas de terra, briga de família, negócios, comércio). Enfim, era um homem bastante respeitado e, por essa razão, muitas pessoas o acompanharam ao adjunto de Pau de Colher. Hoje, a fazenda e está dividida entre seus três herdeiros que, também, fizeram parte do movimento de Pau de Colher. Livro de campo, 19, fev., p.90, 2003.

⁵⁶ O Padre Manuel Lira Parente em sua entrevista diz que fazer uma desobriga é “quando vamos uma vez na região pelo mato adentro e celebramos uma missa. Nessa ocasião o padre é esperado para fazer os casamentos, os batismos, dar a extrema unção, benzer terços e imagens. Fazer tudo, pois não há padre na região para todos os povoados”. Isso acontece uma, duas vezes no ano. É uma festa”. Visitamos o padre Lira por diversas vezes e ficamos hospedados em sua casa na Fundação Ruralista. Entrevistas realizadas em 2000, 2003, 2006.

⁵⁷ Josefa de Souza Rodrigues foi entrevistada na Fazenda Lagoa comprida, tinha 15 anos na época do movimento. Hoje é protestante da Assembléia de Deus. Ao perguntarmos por que optou pela igreja protestante, a mesma explicou que o pastor era como um conselheiro, um líder e que defendia a salvação dos seus fiéis. Livro de Campo, mar. 2003, p.100.

dias de reza, oração e benditos, no sítio Sapateiro. Pendurados nos galhos dos juazeiros, sentados ao chão ou em pé, ouviam os sermões de Quinzeiro. Nada valia para eles mais do que aquela viagem. Não levavam nada. Apenas as roupas do corpo, seus santos protetores e pouca quantidade de alimentos. O sonho ancorava-se na viagem para as terras do sítio Caldeira de José Lourenço. Morrer não se constituía em um problema, pois acreditavam que, morrendo, voltariam ricos e jovens. Louzinho e as outras crianças sonhavam, também, o sonho dos pais. Brincavam sem entenderem muito que estava acontecendo, mas, filhos obedientes, acompanhavam seus pais e faziam daqueles momentos diversão.

Após três dias, “tudo começa a ficar inquieto. O corre-corre dos pais juntando seus filhos e a gente viu que a caminhada ia começar porque todo mundo começa a se levantar e pegar o que tinha. Foi uma fila enorme um atrás do outro e a gente começou a ver a agonia do povo como se o mundo fosse acabar naquele momento”.⁵⁸ Começava a viagem de Lagoa Comprida à Pau de Colher.

“Paraíso” e “inocência”, como argumenta Portelli, vividos, a cada passo dado, pela longa estrada de chão condutora ao sítio Pau de Colher. Na caminhada em direção ao “adjunto”, pessoas iam se juntando ao cortejo. “Os que estavam pelas estradas, acompanhavam, os que estavam nos sítios, fechavam as portas e vinham também”, disse Louzinho. Imagens que se juntarão ao pavor do que virá em seguida.

2.5 A memória dos vinte e oito dias do “adjunto” de Pau de Colher entre a esperança e a desilusão com a repressão

Dezoito léguas de caminhada até Pau de Colher. A sede, a fome e o cansaço começavam a dar sinais. Avistaram, logo de longe, muita gente no lugar. Rezas e cantos eram entoados dando sinais de que era naquele lugar o final da caminhada. A chegada foi sem cerimônias. Cada um procurava um canto para se “arranchar” e se “aninhar” e começar a organizar sua empanada, disse seu José Justiniano.⁵⁹ “Eu nem dava conta de olhar tanta gente. Era muita gente. Mas era gente conhecida de todos os povoado dali mesmo. Era primo, tio,

⁵⁸ Lourival de Souza Rodrigues, hoje, com 80 anos. Fizemos muita entrevista na Fazenda Lagoa Comprida, onde, passamos vários dias seguidos. Desde 1997 até os dias de hoje nunca deixamos de estar com eles. Fomos por várias vezes a sua fazenda.

⁵⁹ José Justiniano Reis, órfão de Pau de Colher. Entrevista realizada em dois de março de 2003 e seis de março de 2007, Lagoa Comprida-Bahia.

tia, avó, avô, cumpade e tudo se arranchando por ali assim”, continua ele que, emocionado, com as mãos na cabeça, chora.

Pau de Colher era um espaço no meio da caatinga que começava plano para, em seguida, continuar com uma pequena elevação. O silêncio nos transportou para o passado. Foi como se eu estivesse dentro dos acontecimentos. O movimento começou a ser visto no interior desse espaço, desse “limpo grande”, como Maria do Nascimento: “era gente que negrejava rezando, cantando benditos e as latada coberta de ramos, de palha da natureza”.⁶⁰

No canto mais alto do “adjunto” estava a casa de Senhorinho. Gente se agregando para rezar e se aconselhar. Buscavam a salvação e, para isso, entregavam tudo o que tinham. Todos os pertences, seus bens. Correram para, em volta de Senhorinho, se agregar, passando o mesmo a ser uma figura “santa” e aquele que os conduziria à salvação. As pessoas levavam alimentos e santos que guardavam em casa. Cada um ia procurando um “cantinho” para ficar. O cantinho que lhe determinaria um lugar no paraíso, um lugar diferente daquele que estavam acostumados a viver. Eles abdicavam, sem restrições, sua vida familiar, sua vida conjugal. Nada importava dentro dos objetivos que definiram para suas vidas.

No “reduto”, no “mafuá”, no “coito”, no “balaio”, no “reboição”, no “circo”, no “adjunto”, no “redemoinho”, como tenha sido denominado, o dia a dia era marcado pelas rezas antecipadas por eles até a ida para o Caldeirão.⁶¹ Alguns seguidores se destacavam por fazer parte do primeiro *staff* de Senhorinho: as rainhas, que tinham progressão entre os beatos, os homens de missão como José Camilo, Anjo Cabaça, João Damásio, Pedro Benvenuto.⁶² Sobre o assunto, diz Maria Nascimento:⁶³

Aí fiquemo lá fizemo uma barraca de folha. A casa deles era no meio. Era um limpo e as barraca por fora, era uma maiada grande, terrível. Era só nessa labuta, era rezando, de dia e de noite. Lá o de comer era o pintado, milho e feijão. Quem queria se salvar subia nas galha dos juazeiro, cansei de ver o povo subindo nas gaia do juazeiro e caindo, home e muié. Os mandado deles como o José Camilo e outros tinham

⁶⁰ Maria do Nascimento, órfã de Pau de Colher. Entrevistada em Casa Nova, em 31 de maio de 2002 e seis de março de 2007. Hoje está com 89 anos.

⁶¹ Essas expressões foram utilizadas por alguns remanescentes onde se percebe um forte peso da representação social do adjunto feita pelo Estado e pela Igreja.

⁶² As rainhas eram as mulheres mais bonitas escolhidas, por Senhorinho, para fazerem parte do rol das “Santas/madrinhas”, cujos seguidores deveriam tomar a bênção. Eram respeitadas e algumas como Graciliana Benvenuto, seguiam muitas vezes em missão para puxar as rezas ou mesmo era carregada em um andor, dentro do adjunto. Dona Josefa de Souza Rodrigues, sua neta, representava Santa Verônica. (Entrevista feita na Fazenda Lagoa Comprida, de propriedade da família Benvenuto, em 06/03/2003). Dona Josefa ainda está viva e mora, atualmente, em Petrolina.

⁶³ Sobre o cotidiano de Pau de Colher temos várias fitas de áudio e filmagem disponível no acervo da pesquisa com as narrativas de Raimunda Castro, Joana Tintino, Hermógenes Costa, João de Souza Rodrigues, Vicente Mendes, Abel Moreira, Manuel Ribeiro e vários outros remanescentes.

orde de puxar reza”. (Entrevista com Maria do Nascimento, Casa Nova, em 6/3/2007).

Acompanham os beatos “encarando-os como seu verdadeiro chefe espiritual”, ensina Bastide (1978, p. 103). O universo simbólico, tomo aqui, como alojado no interior do convívio com a natureza e práticas da fé, organizadas a partir do dia a dia e valorizadas como algo fundamentado dentro de uma visão natural religiosa.

A vida simples entre a morada, a roça e o oratório, a vida de ausências, de faltas, de preenchimentos, a religião e Deus se misturam numa perspectiva que os remanescentes identificam como os elementos fundantes de Pau de Colher. É sob as bases de um “novo céu e nova terra”, da religiosidade que os remanescentes justificaram a existência de Pau de Colher: a falta de chuva que gera o roçado sem plantio, a existência dos planetas que fazem a chuva e fazem a seca (LEANDRO, 2003). A natureza, sendo uma dádiva de Deus, a Ele pertence, também, a responsabilidade da chuva ou da seca, pois, é o que entende Manuel Ribeiro: “Deus quer, Ele tira e Ele dá”. Nesse sentido, existe um Deus responsável por um sujeito que deveria se submeter à sua vontade e, ao mesmo tempo, sacrificando-se com a doação de toda a sua vida e desenhando sua relação com esse ser superior.⁶⁴

Louzinho se refere aos beatos José Senhorinho e Quinzeiro. Havia tido mais contato com o Quinzeiro nas terras do sítio Sapateiro, na Lagoa Comprida. Haviam passado três dias juntos antes da chegada a Pau de Colher. “Ele era calado. Gostava de vida isolada e ficava fora da casa, atrás da casa deitado numa rede”. “Ele santificava ali mesmo, armava uma rede e, pronto, ali era sua morada, seu canto, seu pedaço”, continua Louzinho.

Quinzeiro era um beato vindo do Caldeirão. Homem forte, sadio, sabia o que queria e tinha “autoridade”. A essas qualidades some-se uma longa experiência adquirida à custa de muito sol e muita chuva em campo descoberto. Poucas palavras bastavam para estabelecer seu terreno. Inferi que, a chegada, a Pau de Colher, do beato Quinzeiro em setembro de 1937, com o objetivo de anunciar a morte do beato Severino Tavares, tenha sido um fato importante na concentração cada vez maior de sertanejos nesse local, a fim de ouvirem as pregações do beato. Como emissário de Severino, Quinzeiro já conhecia Senhorinho durante as visitas ao sítio Caldeirão. Instalou-se, portanto, na fazenda Queimadas, próxima a Pau de Colher e manteve contato com Senhorinho. O povo, ao saber de sua chegada, começou a se deslocar em número cada vez maior para Pau de Colher. Desejavam receber suas bênçãos e ouvir os

⁶⁴ Alfredo Gomes (1998) abordando sobre as formas de apreensão e representações sociais do por quê da existência da realidade seca, localiza o fenômeno sob um prisma natural-religioso.

seus conselhos no que diz respeito a organizar Pau de Colher e a viajar para ao sítio Caldeirão. Vinham, recebiam suas bênçãos, ouviam seus conselhos e retornavam para suas moradas e povoados.

Na verdade, a chegada de Quinzeiro no período próximo às festas natalinas, sua missão, a destruição recente do sítio Caldeirão, o ataque a serra do Araripe, o momento esperado de se reunirem com o objetivo de irem para o sítio Caldeirão, as primeiras chuvas que caíam na região, foram pontos de significativa importância no deslocamento definitivo do grupo para Pau de Colher.

Nesse contexto, a ida para o “adjunto” de Pau de Colher vai acontecer exatamente num momento especial de significação cuja data, 25 de dezembro, comemora o nascimento de Jesus, segundo o calendário Cristão. Essa data, anuncia o novo pressagiando uma nova era que significativamente expressa a certeza de uma “terra sem males” (CLASTRES, 1978). Para os seguidores dos beatos, Pau de Colher, a saída naquele dia para a concentração, na empanada, a corrida, o deixar tudo para trás, casas abertas, redes no terreiro, gado no mato, significava o novo esperado, um novo dia, um novo lugar desejado onde dariam início a uma nova vida. O nascimento de Jesus anuncia uma nova ordem, uma nova era. É um entrelaçar de simbologias, emoções, preocupações e resposta para as interrogações e inquietações sobre o futuro. A vinda de alguém, de um lugar que pudesse responder às perguntas da incerteza, o salvador, a força do poder misericordioso do Deus que, dando seu filho único, demonstra sua infinita misericórdia e bondade.

O princípio na convivência era de irmandade. Os homens dormiam separados em redes armadas entre as árvores. Era uma divisão rígida. O tempo e o espaço em Pau de Colher eram delimitados pelas rezas que aconteciam de forma individual e coletiva. Observa-se que o momento mais importante era o da reza coletiva quando Senhorinho estabelecia, de acordo com seu ritual, a divisão entre homens e mulheres e aproveitava para externar publicamente seus dotes de beato. Completando a organização do “adjunto”, Senhorinho tinha um grupo de seguidores líderes com os quais dividia as preocupações espirituais da comunidade e as tarefas de sobrevivência e obediência do grupo até a partida.

Não havia muita clareza quanto ao projeto da viagem, nem quanto ao sítio Caldeirão ou mesmo o que se passaria por lá. Certo é que iriam para o sítio Caldeirão ao encontro do padre Cícero, cuja efigie foi encontrada, pelo Coronel Maurino Cezimbra Tavares, em cordões pendurados aos pescoços dos que morreram durante o ataque do Capitão Optato.

Refleti, pelas narrativas, não terem sido desenvolvidas atividades agrícolas durante a permanência no “adjunto”, o que se entende pelo caráter transitório do grupo. Como se

configura, a manutenção do grupo era realizada pelos produtos que vinham das roças de Senhorinho, do Pedro Benvenuto e das compras que faziam em povoados vizinhos. A alimentação era preparada pelas mulheres e distribuída ao grupo de forma coletiva. Percebe-se que existiam preceitos alimentares rígidos e determinados alimentos, comuns entre os sertanejos, foram abolidos no “adjunto” como: carne, gordura, açúcar. Eram, também, proibidos o fumo e o álcool. Portanto, as atividades eram limitadas ao campo estritamente religioso ou às práticas que fortalecessem o ideal de salvação da irmandade para a ida ao sítio Caldeirão. O primeiro ataque à fazenda Barra e ao sítio Olho d’Água pode ser entendido como anúncio das primeiras manifestações de “guerra santa” entre os caceteiros.

É sabido do medo daqueles que resistiram ao ideal de Pau de Colher motivo das fugas pelo mato, como me disse Maria Nascimento: “a gente não dormia mais nas casa, nem em carreiro. Era tudo por dentro dos mato ou se queixassem ao governo de Casa Nova. E aí, menina, foi a coisa mais horrível que se viu. Dava pena. Eu escapei por um milagre de Deus. O fogo tomou conta de tudo”, completa ela.

Um dos aspectos significativos, enfatizando a dinâmica em Pau de Colher, eram as rezas “puxadas” por Senhorinho dentro de um ritual dirigido só por ele, pois Quinzeiro não gostava de “magotada”. As práticas religiosas seguiam as normas rígidas do Caldeirão e ensinadas por Severino Tavares girava em torno do ideal de irmandade, pelas normas estabelecidas pela igreja católica e pela obediência às regras morais de costumes. Abstenção de vícios, respeito durante o ato religioso (nas pregações de José Lourenço, no sítio Caldeirão ninguém falava, era uma exigência) completavam o cotidiano no “adjunto”.

O ritual de reza iniciava no “santuário” da casa de Senhorinho, de madrugada, (sua casa ficava no lugar mais elevado do adjunto), quando todo o grupo permanecia em fila. Era a primeira reza do dia.⁶⁵ Mulheres de um lado (à direita); os homens, do outro (à esquerda). As crianças ficavam junto aos pais. Senhorinho nos disseram Maria do Nascimento, Simoa Maria Pereira e Raimunda Castro, acordava a todos cantando:

Alevanta pecador
Da cama em que está deitado
Vamos ver Jesus em tormentos

⁶⁵ Durand (2001, p.137), trabalhando as estruturas antropológicas nos diz que: “A freqüentização dos lugares altos, o processo de gigantização ou divinização que toda a altitude e toda a ascensão inspiram dão conta do que Bachelard chama judiciosamente uma atitude de contemplação monástica ligada ao arquétipo luminoso visual, por um lado, e, por outro, ao arquétipo psicossociológico da dominação soberana”. Por seu turno, Houtart (1994) lembra sobre os elementos constitutivos dos sistemas religiosos e as representações significantes religiosas.

Pelos nossos grandes pecados.

Senhorinho corria entre as duas filas de um pé só, rodando o rosário fortemente e todos os seguidores acompanhavam os seus movimentos, mas sem sair do lugar. Chocalhava os braços para cima e para baixo em movimentos apressados. Seguia-se uma pregação onde dizia ao grupo: “você não sabem que eu era perdido mesmo, cachaceiro? Hoje essas pessoas não conduzem mais comigo nem eu conduzo mais com essas pessoas”. Em seguida, todos faziam o sinal da cruz, acompanhando Senhorinho, que dava início à reza, intercalada com o canto dos benditos, rezava o rosário e outras orações como “**Ave Maria**”, “**O Credo**”, “**Ato de Contrição**”. Ao meio-dia e no início da noite, as rezas também aconteciam. Senhorinho se recolhia para o interior da sua casa com as “santas”, beijava os santos e ia dormir.⁶⁶

Durante o dia, Senhorinho conduzia o ritual da salvação no pé de juazeiro. Sob sua ordem, alguns podiam subir no alto do juazeiro para ver a “nuvem” que viria levá-los para o sítio Caldeirão, como se observa no depoimento de Dona Zelina Maria Souza: “Quando cheguei lá tava tudo dependurado como louro e Senhorinho de baixo. Era home e muié. Quem não dependurava não ia pro céu”. Completam Simoa Pereira e Maria do Nascimento:

Eles rezava assim: fazia um redemoinho, fazia uma fila de muié assim de um lado e home do outro, era só na hora da reza deles. Home e muié lá vivia tudo na lei que era a lei de Deus. Tudo na linha de Deus. Eu vi ele matar um que deitou com a muié, mandou matar e tocar fogo, ele Senhorinho. Pra rezar o terço era home do lado direito e muié do lado esquerdo em linha. Ele rezava o terço e quando acabava de rezar ia pro altar com a muié dele. Era assim que ele rezava: os home assubia no pé de pau para viajar para o sítio Caldeirão para onde tava Zé Lourenço. Mas só quando era a orde dele. Quando acordava era pra dizer: bença padinho mãe Zé. Ele me bateu com o lado do facão, me deu uma pisa. Um dia eu tava tonta de sono e me deitei.. Aí eu me deitei no chão, tonta de sono, sozinha eu e Deus. Agarrei no sono. Aí veio outras e pegaram a deitar tudo dormindo. Foram contar a ele que eu tava mandando o povo deitar. Ah! Se eu ia mandar nunca. Era uma reza imensa. Eles balançavam o terço assim chega chocalhava, tudo agitando os braço. (Entrevista com Simoa Pereira e Maria do Nascimento, em São Bento e Casa Nova, em, 6/3/2006).

Os componentes do dia a dia de cada seguidor (água, casa, terra, os alimentos, a família, os filhos), elementos do viver cotidiano, ganham sentido, dentro da compreensão da

⁶⁶ Duarte (1969, p. 21); Queiroz (1969, p.292); Oliveira (1998, p.116).

vida futura, sonhada ao se deslocarem em “uma nuvem” para o outro lugar. Os bens materiais individualmente pensados tornar-se-iam coletivos, no sítio Caldeirão, onde “a vida era de igualdade e abundância”.

Percebe-se que a vida “minguada” está numa relação de vizinhança com a vida religiosa. A correspondência que faziam de Pau de Colher como um lugar de arrebatamento para o encontro de outro lugar, compartilha o ideal cristão apontado no **Novo Testamento**, na primeira **Epístola de Paulo aos Tessalonicenses**: “depois, nós, os vivos, os que ficarmos, seremos arrebatados juntamente com eles, entre nuvens, para o encontro do Senhor nos ares, e, assim, estaremos para sempre com o senhor”. (Tessalonicenses, 4:17).

No interior da maior parte das narrativas, encontrei as perspectivas disciplinar, vigilante e punitiva de uma religiosidade entre os remanescentes que deslizeram medidas pelas escrituras bíblicas e suas experiências de vida. Passagens do **Sermão da Montanha da liderança**, de Moisés, ao transportar o povo de Deus para a Terra prometida.⁶⁷

Os benditos, as orações, as rezas, as romarias estão inspiradas na mensagem do Sermão da Montanha concebida como referência pelos que comandavam junto com Senhorinho. A legitimação do poder e da competência, ligados a preceitos religiosos, era assimilada como organizadores das normas de convivência. Senhorinho dividia com José Camilo, Luiz Dentão, João Damázio, Pedro Benvenuto, Anjo Cabaça e com as “santas”, que ficavam ao redor do santuário, a responsabilidade da condução religiosa a exemplo do que orientou Deus a Moisés.⁶⁸

O Antigo e o Novo Testamento estavam presentes desde sempre como base teórica do movimento de Pau de Colher, onde investir, transmitir autoridade, disciplinar o grupo estava ligado a preceitos bíblicos. O princípio da autoridade, o princípio da designação, estabeleceu um conjunto de normas de conduta, normas de convivência social que recebiam a cobertura dos códigos e os padrões bíblicos. Ao ser castigada por Senhorinho, Simoa, estava sendo disciplinada por liderar, desrespeitando a hierarquia, e considerada, por Senhorinho,

⁶⁷ Temos em nosso acervo de pesquisa cópias de parte de livros correspondente ao acervo de objetos da mala deixada por José Camilo, cujo conteúdo trás os ensinamentos sobre o “Destino do Homem”, “O estado do homem na morte”, “A norma usada no juízo divino” e o texto “DA carta misteriosa do Padre Cícero” de autoria de José Costa Leite,

⁶⁸ “Procura dentre o povo homens capazes, tementes a Deus, homens de verdade, que aborçam a avareza; põe-nos sobre eles por chefes de mil, chefes de cem, chefes de cinquenta e chefes de dez (Êxodo, 18:21); Depois disto o Senhor designou outros setenta, e os enviou de dois em dois para que o procedessem em cada cidade e lugar onde ele estava para ir” (Lucas, 10:01). “Os mandados de Senhorinho mandavam junto com ele e cumpriam o que ele ordenava, saíam para trazer mais gente, alimento, porque o alimento que tinha tava fraquecendo, e tinham permissão para puxar a reza. Senhorinho determinava sair de dois em dois. Até dentro do adjunto quando a gente ia buscar água na cacimba e tirar umbu dos pés de pau. Senhorinho determina que era pra sair de dois em dois”. (Simoa Pereira, São Bento-BA.).

sem autoridade para o ritual juntamente com as outras mulheres do “adjunto”. O irmão de Simoa, também, ao ser punido, com a morte, por subir no pé de Juazeiro (respeitado como sagrado e lugar da salvação), sem ordem expressa de José Senhorinho ou dos seus “mandados” é condenado por desrespeito a hierarquia e a autoridade de quem tinha, dentro do adjunto, poder de designação para tal.

O Facão e o cacete compunham, juntamente com a Bíblia, o rosário, as rezas, as romarias, as penitências, símbolos do poder Bourdieu (1999, 2001).⁶⁹ Eram instrumentos que representavam uma força devoradora do poder divino para fazer prevalecer o ideal de Pau de Colher e aí, mais uma vez, relembra-se a postura corretiva de Moisés, exemplando os que desobedecessem as leis de Deus, era a palavra e a ação reguladora necessária para manutenção do ideal do grupo.⁷⁰

2.6 Memória do corpo a corpo em Pau de Colher.

10 de janeiro de 1938. No pequeno “acampamento”, dos seguidores de Senhorinho, as atividades rotineiras seguiam normalmente. Os homens estavam em “missão” a mando do beato. Algumas mulheres cuidavam da comida, outras rezavam, em pequenos grupos, debaixo dos juazeiros. As crianças brincavam por entre os pés de umbu catando o alimento tão precioso, narra Louzinho.

Antes das operações militares da unidade baiana, uma das unidades do Destacamento do Vale do São Francisco, cujo comando foi dado ao Coronel Maurino Cezimbra Tavares, a população de Casa Nova se organiza ao redor de um destacamento local composto apenas por três soldados, um cabo, um sargento e civis recrutados entre voluntários. Assim, antes da chegada do Esquadrão Motorizado, trinta homens juntam-se àquela unidade local seguindo até Pau de Colher. Comandados pelo terceiro Sargento Geraldo Bispo dos Santos, a viagem segue ora no lombo de jegues, ora a pé. Foi empreendida por um percurso de cerca de 20 léguas até Pau de Colher prolongando-se por dois dias. Partiram no dia 8 de janeiro e chegaram às 22h00min do dia 10 do mesmo mês.

Lembra Simoa Pereira que “houve um contato com o Cabo Vieira que veio de Casa Nova”. Segundo ela, José Senhorinho avisou em sua mensagem, no mesmo dia da chegada da tropa de Casa Nova, que o dia do penitente havia chegado e que todos se preparassem. A noite

⁶⁹ Para Bourdieu (2001, p.14), o poder simbólico: “é o poder quase mágico (...) que só se exerce se for reconhecido, quer dizer ignorado como arbitrário”.

⁷⁰ Êxodo 32: 25-29.

havia caído quando todos ouviram, foi “pei, pei, pei”. Simoa diz ter observado todas as cenas por trás de um chiqueiro. “Meu Deus, a gente só via aquela fumaça e o ronco dos tiros. Quem caía no chão ninguém sabia, só sabia depois que tinha caído no chão. O medo era grande porque a gente pensava que a polícia não morria só os da gente”. O que fazer naquela hora não dependia de muito “pensar não”. Não havia muito tempo, pois o tempo era “das bala” e de “se defender”. “O chão foi nosso refúgio e eu e outros que ficaro no chiqueiro e só via os soldado passar pra lá e pra cá e agente tinha que fazer silêncio”.

Não se sabia da chegada de um grupo de Casa Nova. O pequeno regimento do Cabo Vieira avança até bem próximo ao “adjunto”. Cabo Vieira estava cheio de coragem e determinado a por um fim no “ajuntamento”. Com cerca de doze homens, se aproxima e grita em direção à casa do beato que estava dormindo. O beato levanta apressadamente e, em pé na porta de sua casa, diz Raimunda Castro, não faz nenhum gesto de medo: “Senhorinho! Grita o Cabo Vieira. Estou aqui”! Responde Senhorinho. “Não deu mais tempo de nada. Senhorinho recebe um balaço bem no meio da testa. Cabo Vieira corre e se esconde num quintalzinho, mas em vão. Morre, também, lá dentro fazendo recuar o agrupamento que o acompanhava”.

19 de janeiro de 1938. Era meio de tarde quando a tropa de Optato Gueiros chega ao acampamento, estacionando a duzentos metros. Noventa praças, comandadas pelo Capitão Optato, instalam-se por entre o mato aguardando as ordens do comandante. Não havia homens no acampamento, diz Manuel Ribeiro. Todos inesperadamente começam a perceber algo diferente.

De repente ouvimos uma voz que dizia para que a gente voltasse para as nossas casas. O silêncio nós deu de volta e mais uma vez a voz pedia para que mulheres e crianças saíssem. Mas se a gente ia sair nada. Sair para onde? Nessa hora tava tudo misturado no Pau de Colher. As mulheres corria era com os pano pra frente da boca das metralhadora para tapar. Quem liderava agora era José Camilo, Pedro Camilo, e Quinzeiro porque Senhorinho tinha morrido matado por cabo Vieira. Quando foi mais um pouco ouvimo foi barulho de bala e o corre-corre. Era mãe procurando filho, filho procurando mãe e os home chegando e tudo correndo e as bala troando. Menina! Foi uma agonia muito grande. As metralhadora fincando bala e minha mãe caiu bem assim no chão procurando agente. [aponta para o chão com olhar de pavor]. Era choro, muito choro das criança. Três dia de fogo no Pau de Colher. Eu tava grávida já pra ter o filho. Corri pelo mato e ele nasceu lá nessa agonia. Cortei o imbigó com um facão e amarrei com

um cipó de caroá. (Entrevista com Maria do Nascimento, em Casa Nova, em 6/4/2007).⁷¹

Para Maria do Nascimento as lembranças do “fogo do Pau de Colher” trazem as lembranças de uma gravidez “aperreada”. “Eu nem tive tempo de sentir dor de nada. A dor que eu sentia passou pra ser força. E eu corria muito para me esconder de uma bala. A filha que tive no mato, correndo da polícia, Carmelita do Nascimento, a filha da “guerrona”. Maria do Nascimento pensa, com tristeza, sobre a cobrança do seu irmão Daniel do Nascimento. Toda vez que vejo minha filha eu volto pra trás no pensamento. “Hoje, meu irmão tem uma certa mágoa de mim porque ele diz que eu só levei uns irmãos comigo e eu era a mais velha tinha que fazer mais”. Para ela, a “guerrona do Pau de Colher, além de ter perdido os pais, trouxe o rompimento do amor de seu irmão. Daniel do Nascimento ficou para trás quando o corre-corre tomou conta do lugar, pois ouvia os gritos de sua mãe e esperava por ela para ajudá-lo a sair daquele “barulho traumatizante das balas”.

Através da maior parte das narrativas, inclusive dos relatórios dos comandantes das operações militares, percebe-se que o cerco do Capitão Optato Gueiros foi orientado como se estivessem em confronto com forças contrárias e com os mesmos dispositivos de enfrentamento. Ouçamos o que diz Lourival de Souza Rodrigues, um dos remanescentes:

Foi tudo assuntado pelo Capitão Optato. João Tintino e outros morador da região foi como guia. Um montão de paisano mostrar o lugar do circo. Os fanáticos tinha muito cacete e pouca arma. João Tintino era um home bem conhecedor de tudo e bem informado e levou o capitão até lá e ia dizendo a distância. Era 96 poliça e muita metralhadora e munição. O capitão cercou a empanada com os soldado e disse: Deus que abençoe vocês tudo e saiba que nós vamo enfrentar e lutar com fera e em fera nós tem tudo que se transformar. Durou três dia porque foi da quarta até a sexta-feira. O capitão dava orde para diminuir o tiroteio e mandava um bilhete pra tudo se entregar e aí é que o povo se afoitava e ia pra frente do tiroteio.

O fato é que governo federal organizou o Destacamento do Vale do São Francisco o qual estudou um plano de ataque ao reduto de Pau de Colher. No entendimento das tropas iriam combater “vítimas de uma psicose religiosa de caráter coletivo”.

⁷¹ Além de dois paus de cacete, retirados da árvore Pau de Colher, temos uma panela de ferro (pertencente a José da Barra,) uma “tira de caroá”. Esses objetos nos foram dado por Manuel Ribeiro, Rufino Rodrigues e Helena Reis, respectivamente, durante a pesquisa de campo. Todos queriam me doar algo dos seus mortos, porém como a pesquisa foi realizada por lugares de difícil acesso e ainda transportando máquinas, filmadora, computadores não aceitaram naquele momento. A minha idéia é reunir com os familiares, no futuro, um acervo de Pau de Colher.

Pode-se refletir, a partir das vozes dos entrevistados, que muitos não sabiam por que tudo estava acontecendo, pois estavam ali para rezar com o objetivo da salvação. Sabe-se, porém, terem os seguidores, enfrentado momentos de desespero, conforme podemos observar na fala de Simoa Pereira, a seguir:

Senhorinho não falava nada com a gente. Ele falava lá só com os mandado dele. A gente não sabia o que ia acontecer. Era muito soldado. A gente nunca viu tanto soldado junto. Tinha gente que nem sabia o que era um soldado. Quando chegaram em Pau de Colher não contaram fiado. Soltaram as metralhadora, ram, ram, ram, raaamm. Aí o capitão mandou parar o fogo e disse que era para as mulher e criança sair. O povo era tudinho correndo lá dentro do acampamento sem saber para onde ia. Tudo avariado das idéia. Sem saber pra onde correr. Uns corria para o mato e outros para frente das metralhadora. Foi uma agonia horríve"! (Entrevista com Simoa Pereira, em 8/4/2003)

Cenas do passado por eles vivido, e por eles confirmado em outras imagens, o que deu lugar ao chamamento, de outras, desaparecidas da sua memória. A manutenção, em rede de convívio, de conversas sobre Pau de Colher, até hoje preservado nos povoados e moradias, lugar onde voltaram a viver, consentem a manutenção da memória dos acontecimentos, impedindo, assim, perder-se no tempo por sua morte.⁷² Cenas alimentadas dentro do quadro familiar, nas redes de sociabilidade, nos encontros durante as festas dos santos padroeiros, durante os batizados, casamentos, ou seja, nas redes informais, são mantidas. Como defende Pollak, são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante.

Assim, a cada instante em seus povoados, estão contanto, uns aos outros, como viveram o “fogo” do Pau de Colher em uma sucessão de fatos muito simples, mas que erguem aspectos relevantes para a história do grupo. Permanece, até hoje, submetida aos esconderijos de suas vidas. Memórias vão se confirmando, outras vão se ampliando e algumas sendo corrigidas no grupo de conversa.

Alexandre, Manuel e Faustino Costa, órfãos de Pau de Colher e irmãos, contam como viveram os momentos da entrada das tropas do Capitão Optato Gueiros em Pau de Colher. Os relatos vão surgindo sem obedecer a uma ordem cronológica. A seleção das cenas, apresentadas nos relatos fornecidos, está diretamente ligada às rupturas mais fortes vividas. A

⁷² Seis, dos trinta e dois órfãos não estão mais entre eles. São os que morreram: Celeriano do Amor Divino, Simão, Ângelo Costa, Cícero Rodrigues de Souza, Jesus, Gonçalves.

cada momento, os três se revesam nas cenas relatadas vendo-se, em meio “à agonia” daqueles dias e, aqui e ali, registrando uma falha do outro o que fazem questão de frisar.

Alexandre diz que “ninguém viu mais do que ele porque ele estava lá dentro na hora que o fogo começou e que as mulheres saíram correndo para tapar as bocas das metralhadoras com lençóis”. Anuncia que os irmãos estavam tirando umbu no mato e só chegaram correndo assustados quando ouviram o “barulho dos tiro”. Manuel corrige dizendo que “chegou antes e viu um soldado com um chapéu andando pelo cercado antes do fogo e que diziam haver um bilhete dentro do chapéu enviado pelo Capitão”. Ninguém sabia o que estava escrito, afirma Vicente Pereira.⁷³ Faustino diz que era mais velho e, por esta razão, “podia ver melhor tudo. Era mais alto e que não tinha visto soldado nenhum, que estava lá quando o fogo começou e que o povo saiu correndo e não tinham ido para frente das metralhadoras apagarem o fogo não” Alexandre diz que a “agonia era tão grande que o povo todo começou a desesperar sem saber o que estava acontecendo e escapou por um triz de uma bala. Correu para o mato e só ouvia o desespero. Depois é que foi encontrar os irmãos e se juntaram procurando seu pai com “Porfírio baleado”. O dito é que “corremos escondendo dentro de toco de pau pensando que tinha soldado atrás da gente. Sobre a procura do pai, diz: “fomos encontrar nosso pai logo depois num clarão e lá ficamos até a polícia encontrar a gente e prender meu pai. Mas Faustino não estava. “Ele tinha ido buscar água num poço assim perto”. Alexandre relata que “a polícia chegou e deu voz de prisão ao meu pai e vinha com meu avô que mostrou onde meu pai tava para acabar aquele desastre”. Faustino lembra que “ia chegando e que foi todo mundo preso, mas que foi prisão calma porque o pai se entregou aconselhado pelo sogro”. Manuel era bem pequeno e recorda da caminhada a pé. “Mas eu ia com muita fome e sede”. Ia sim, diz Faustino, mas os “menor iam nos braços dos outros e tinha deles até que foi no braço de um soldado. “Era Madalena que eu me lembro”.

As imagens dos acontecimentos, das pessoas e dos lugares do passado, antes da *liminaridade*, vão sendo reconstruídas a partir das conversas nutridas pela memória do grupo e a partir de dados produzidos por aqueles que participaram dos mesmos acontecimentos que foram atores ou testemunhas. É assim que, hoje, os órfãos de Pau de Colher vão completando sua memória com a memória daqueles que estavam em relação com os eventos que constituiu o seu passado. Halbwachs (1990, p.78) defende no que concordamos para o caso em estudo, que (...) “a história assim entendida, mesmo que seja muito detalhada, ajude-nos a conservar e

⁷³ Vicente Mendes da Silva diz que para “achar uma pessoa que lesse um escrito era preciso andar mais de trinta léguas. Quem ia saber o que tava escrito naquele bilhete?” (Entrevista feita em Ouricuri, em 16/4/2002 e 15/4/2007).

encontrar a lembrança de um destino individual é preciso que o indivíduo considerado tenha sido ele mesmo um personagem histórico”

Esse “desastre de Pau de Colher” como fala Maria do Nascimento, começou “por causa das denúncias de que os nossos pais estava fazendo bagunça”. O fato é que notícias chegaram de que o movimento de Pau de Colher, o qual se processara no município de Casa Nova, obedecia a orientação comunista e envolvia destacadas figuras locais. O Coronel Maurino Cezimbra Tavares saiu da vila militar em Salvador com o Esquadrão Motorizado até Juazeiro-BA.⁷⁴ Acertado o plano de ação, designou o Ten. Rudval da Costa Castro para seguir com uma composição pela Estrada de Ferro Petrolina/Teresina até a vila de Afrânio. Nas operações, algumas pessoas foram detidas, para averiguação, e enviadas a Salvador. Foi concluído ser um movimento de psicose religiosa. José Senhorinho com suas prédicas bíblicas e reza do terço, segundo o Coronel Maurino Cezimbra, impressionavam aquela gente ignorante, mas humilde e, boa, por essa razão fácil de ser conduzida.

Ciente das informações acima, o Governo Federal mobilizou, para o local, o destacamento do vale do São Francisco, constituído do 19º.e 28º. Batalhões de Caçadores e o Esquadrão Motorizado sob o comando do Major Edgar da Cruz Cordeiro e, mais tarde, substituído pelo cel. Maynard Gomes.⁷⁵ O Coronel Maurino Cezimbra Tavares, após a chegada do destacamento ao local, pôde apenas constatar os fatos, posto que as forças policiais de Pernambuco, sob o comando do Cap. Optato Gueiros, já haviam destruído o “adjunto”: “Estou em Pau de Colher. Impossibilitado sepultamento determinei incineração. (...) Fiz vasculhamento circunvizinhança encontrando apenas crianças e mulheres indefesas”.

Ao término da “missão”, por parte das tropas do Capitão Optato Gueiros, da Brigada Militar de Pernambuco, ficaram os lamentos do Coronel Maurino Cezimbra Tavares, quando se deparou, em Pau de Colher, com os resultados da “vitoriosa campanha”. Ouçamos o que diz:

A falta de submissão ao comando do Destacamento do Vale do São Francisco por parte do cap. Optato Gueiros e a sua precipitação em atacar, isoladamente, os elementos concentrados em Pau de Colher, quando tudo estava previsto para uma ação simultânea das forças piauienses, baianas e pernambucanas encontramos um grande número de sacrificados, homens, mulheres e crianças. Cadáveres estirados ao chão.

⁷⁴ *Diário da Tarde*, 24, jan.38, página 3.

⁷⁵ *O Drama Sangrento de Pau de Colher* escrito pelo cel. Maurino Cezimbra Tavares em seu relatório ao então interventor Federal Antonio Fernandes Dantas, consta no trabalho apresentado ao Instituto baiano de História da Medicina, do dia 30 de março de 1950, intitulado “**Fatos históricos de criminalidade: estudo médico social.** (Livro de Campo, setor jornais, seis, jan. 2003).

O Cel. Maurino Cezimbra Tavares encerra seu relatório, censurando a ação da Polícia Militar de Pernambuco, com a citação em Deuteronômio, 8:10-12: “Nem se ache entre vós quem pretenda purificar seu filho ou filha, fazendo-os passar pelo fogo; porque todas estas cousas abominam o Senhor e por semelhantes maldades exterminará ele estes povos a tua entrada”.

2.7 Memória do “naufrágio” do movimento

21 de janeiro de 1938

Logo que o Sr. Major Secretário de Polícia de Segurança Pública teve conhecimento das incursões que vinham realizando pela zona nordestina deste Estado pelos fanáticos do beato Zé Lourenço tomou as medidas de urgência que a situação exigia enviando tropas para reforço dos destacamentos locais de modo a capacitá-los a resistência aos bandoleiros. Certificados de que o grupo se achava em Pau de Colher, distrito do município de Casa Nova, ordenou o sargento Geraldo Bispo dos Santos, comandante do destacamento, a adesão de alguns civis e dirigiram-se logo para o local a fim de combater os desordeiros fanáticos em número de 600 entre homens, mulheres e crianças. Cercando-lhes o acampamento, deu-lhe combate, sendo morto o chefe do grupo alcunhado de “Senhorinho” e chefe Beata Santa. Não estava com os seus o famigerado beato José Lourenço. Na refrega, perdeu a polícia um cabo e um soldado.⁷⁶

Diante de várias notícias sobre o que se passava em Pau de Colher, foi enviada uma força policial de Casa Nova, momento na qual morre o beato Senhorinho. A sua morte permite ao beato Quinzeiro exercer a liderança do comando entre os seguidores. Reforços chegavam dos três Estados envolvidos, o que impediu a manutenção do adjunto e a destruição do mesmo pelas forças policiais pernambucanas sob o comando do Cap. Optato Gueiros.

Após resistirem, a três dias de combate e se atirarem para as bocas das metralhadoras, pois acreditavam na salvação, os seguidores de Senhorinho foram finalmente desbaratados. Cerca de quatrocentos deles mortos. As crianças e os que ficaram foram levados, pelo Capitão

⁷⁶ Jornal Diário da Bahia, 08, jan. 1938, p.1.

Optato, até Casa Nova.⁷⁷ Um total de cinquenta crianças foi encaminhado para Salvador, tuteladas pelo Estado, em direção à Escola de Preservação de Menores.⁷⁸

Assim, os acontecimentos e as notícias que chegavam a Casa Nova sobre as “atrocidades” dos caceteiros, levaram o governo baiano enviar o Esquadrão Motorizado sob o comando de Coronel Maurino Cezimbra Tavares e de uma companhia de Fuzileiros sob o comando do tenente Zacarias dos Santos. O governo de Pernambuco manda a Brigada Militar sob o comando do Capitão Optato Gueiros. A Polícia Militar do Piauí vai sob o comando do Capitão Benedito Alves da Luz.⁷⁹ Foram, porém, as forças pernambucanas que, ao chegar primeiro no lugarejo e, justificando não poder esperar por temer reação dos beatos, organizaram sua tropa e iniciaram o cerco.

Há notícias de que o Capitão Optato Gueiros alojou-se com sua tropa, de 96 homens, na Fazenda América de propriedade do Senhor João Tintino, que ficava perto de Ouricuri-BA., próxima seis léguas de Pau de Colher. Homem de posses e influente na região teriam servido, como guias, conduzindo a polícia até o local: “João Tintino ia dizendo a distância: olhe é de 200 metros pra trás. O capitão formou a polícia em duas fila e arrudiu três vez e abençoou a tropa e ele dizia que tinha que se virar em fera porque ia enfrentar fera”.

Foi observado pelo Capitão Optato Gueiros que, chegar ao lugar do reduto sem o acompanhamento do pessoal da região, seria impossível. Primeiro, por ser dentro da caatinga desconhecida por eles e, segundo, por não ter estradas para acesso a carro. Eram caminhos de carreiro, tortuosos, tomados pela macambira. O não conhecimento da região exigiu a ajuda de homens que se colocaram à disposição das tropas para ajudar no combate e alojá-los.

Três dias de cerco e 42 horas de fogo. Três dias de resistência e mais os meses que se seguiram, dentro da caatinga, com a formação de novos núcleos de resistência dos caceteiros os quais foram perseguidos pelas polícias da Bahia e do Piauí. É o que informa o Capitão Optato Gueiros ao comando da Brigada Militar de Pernambuco: “depois de 42 horas combate

⁷⁷ O Boletim da Briga da Militar de Pernambuco, 24, jan. 1938, dá notícias sobre o combate, feridos e prisioneiros e que a luta “foi renhida iniciada corpo a corpo”.

⁷⁸ Boletim do Comando da Polícia Militar do Piauí, Batalhão de Infantaria, Quartel em Teresina, 8, mar. 1938; *Jornal Estado da Bahia*, 01, fev.1938, Relatório enviado pelo Cap. Perouse, do 19º. Batalhão de Caçadores em palestra com o representante dos Diários Associados; Telegramas enviados pelo cel. Maurino Cezimbra Tavares ao Ten. Cel. Augusto Maynard, comandante do 28º. Batalhão de Caçadores, enviado da Fazenda América, Ouricuri-BA., nº 21, p. 33, de 26, jan.1938, Boletim do Esquadrão da Polícia Motorizada da Bahia; Boletim Geral, jan. 1938, Brigada Militar de Pernambuco, p. 17.

⁷⁹ O *Diário Oficial* do Estado do Piauí, 25, jan. 1938, divulga os telegramas dos prefeitos de São João do Piauí e São Raimundo Nonato ao interventor Federal do Piauí Leônidas Mello, comunicando as “perturbações no sul do Estado” e pedindo “homens para o serviço de defesa”. No Boletim do Batalhão de Infantaria da Polícia Militar do Piauí, 19. abr. 1938, consta a designação de Benedicto Alves da Luz para o comando das tropas daquele Estado.

dominei reduto 140 baixas tiveram fanáticos afora feridos prisioneiros e os que fugiram baleados. Luta foi renhida iniciada corpo a corpo”.

Os “três dias de fogo” permanecem na memória dos órfãos até hoje e acompanhado a essa memória da tristeza da perda maior, a saber, dos pais, eles ainda se perguntam: “não entendo até hoje porque aquilo aconteceu”. Foi tudo muito depressa. “Por que aqueles soldados fizeram aquilo”? Seu Faustino Costa lembra os momentos do drama desesperador vivido. Lembra:

Lá correu bala pra castigo. Aí quando tava nos três dia pararam que quem tivesse vivo e desse pra andar podia correr e sair para o mato. Meu pai viu minha mãe ainda viva baleada e meu pai queria tirar minha mãe, mas ela disse que podia vim embora que ela não ia escapar não. E aí ganhemo o mato. Nós fiquemo mês e tanto pelo mato e os soldado atrás procurando. A força do Pernambuco esbandalhou a guerra, venceu. E aí ficou para a força da Bahia juntar o pessoal. Nosso pai viu a gente e fiquemos tudo o magote no mato, num raneho. E uns vizinho, também. E ai os soldados levaram pra Casa Nova um bando de gente nesse dia.

A memória da perda, memória mais viva do final do “fogo”. Memória que manda um recado ao soldado João de Siqueira Campos, como o encomendado, a mim, por Daniel do Nascimento. Este recado está carregado da memória do dia da morte de sua mãe, mas o que ficou fortemente gravado em sua mente é a imagem da mãe. Imagem do desespero procurando os filhos como uma mãe que prefere morrer a ver os filhos mortos. As lembranças da morte, não de qualquer morte, mas a de sua mãe. Esta morte colocou o fim da vida fisiológica, mas não interrompeu, até hoje, os pensamentos daqueles que ficaram principalmente de seus filhos Daniel, Madalena, Maria do Nascimento de modo que eles se desenvolvem, fortalecendo o vínculo, do círculo daquele que desapareceu.

Halbwachs diz que durante muito tempo nós o imaginamos como se ainda vivesse e, permanecendo engajado na vida cotidiana, imaginamos o que diria e faria. A morte em Pau de Colher fez com que os órfãos fixassem sua atenção mais ainda nos dias com seus pais e familiares durante o cerco da Polícia Militar. As impressões que sobressaem até hoje em sua memória daqueles acontecimentos, pessoas e lugares vão sendo retocadas e deram a Daniel mais clareza sobre os fatos passados. Hoje, com 86 anos, encarando a morte de sua mãe acontecida setenta anos atrás, ele pode avaliar melhor tudo o que aconteceu fortalecendo mais a compreensão de ter sido um absurdo o que os soldados fizeram em Pau de Colher. Em

entrevista, em sua casa no Rio de Janeiro, Daniel Nascimento permanece com muitas indagações ainda não respondidas e manda um recado ao soldado João de Siqueira Campos.⁸⁰

Diz ao soldado que a morte daqueles que eles já esqueceram, que pra eles não significam está na viva lembrança daquelas crianças que vieram de lá e que são adultos hoje [chora, voz engasgada]. Aquela lembrança horrível assassina que eles fizeram lá. Saiu da lembrança deles, mas permanece na lembrança do pessoal que passou esse sofrimento, tu ta entendendo? (...) A morte da minha mãe eu tenho ela como se fosse no mesmo instante, agora. A morte da minha irmã eu tenho assim ela como se fosse agora, duas irmãs. Então eles têm que se lembrar. Eles não se lembram não? [pergunta como se quisesse uma resposta afirmativa imediata] Eles não se lembram mais da matança, mas eu me lembro constante do mal que eles fizeram. [voz de revolta]. Eu não quero nem me lembrar que esse homem exista [fala sobre o soldado] porque se ele era maior um graduado que se sujeitou fazer essa matança toda, essa desgraceira toda, ele não merecia viver de maneira nenhuma se ele é um homem normal ele vai pensar seriamente no mal que ele fez. Deixar muitas crianças órfãs que até hoje amargam a odisséia, a tragédia que eles fizeram esse povo passar. Que até hoje não esqueceram do mal que foi feito, da horrenda que foi feita, da irresponsabilidade que foi feita, da crueldade que foi feita. Porque aquilo foi uma crueldade porque não existiam mais homens lá dentro para eles matar. Só existiam mulheres e crianças. Foi uma crueldade de todos eles que participaram daquela situação de Pau de Colher. Eles não mereciam a vida e não vão merecer jamais o perdão de Deus pelo que eles fizeram, diz isso pra eles lá [falando para mim e pedindo que eu desse o recado ao soldado, pois ele já sabia, dito por mim, que o soldado braço direito de Optato Gueiros estava vivo, em Serra Talhada]. O ódio que ele causou. Que milhares e milhares de crianças hoje que são casados, que são adultos, que tem filhos inclusive eu que participei da guerra. Nem a guerra foi tão destrutiva, foi tão horrenda quanto o que eles fizeram em Pau de Colher. Foram irresponsáveis. Eles não pensaram nas famílias e no que poderia acontecer no Pau de Colher.

De acordo com o exposto acima e com mais um grande número de documentos, levantados nos arquivos das Polícias Militares dos três Estados, percebe-se que a objetividade e a racionalidade guiaram não só o cerco ao adjunto como o vasculhamento que se estendeu por mais três meses dentro da caatinga “numa campanha de perseguição e captura aos

⁸⁰ Durante os dez dias que passei no Rio de Janeiro na casa de Daniel do Nascimento eu já sabia estar vivo, em Serra Talhada, o soldado do Capitão Optato Gueiros que havia participado na linha de frente ao sufocamento do movimento de Pau de Colher. No decorrer das entrevistas disse que, ao voltar para Petrolina, iria a Serra Talhada, ao Sítio Barra dos Souza, entrevistá-lo.

elementos escapos de Pau de Colher”.⁸¹ Com a tarefa de pacificar a região, livrá-la da ação dos “bandoleiros” e extinguir o “banditismo”, as forças policiais dos três Estados agiram em conjunto numa ação que se deslocou com a visão e instrumentos punitivos do litoral. Não só a ótica era urbana. A ação também o era. Chegam a região Batalhões de Caçadores, Polícia Motorizada, Brigada Militar, Companhia de Fuzileiros numa ação conjunta que se estendeu pela caatinga por mais algum tempo, pois como advertia José Tintino morador da região: “Vamos enfrentar feras e em fera nós temos que virar também”.⁸²

Há certa controvérsia entre as falas dos remanescentes, fato que pode ser justificado pela maior ou menor atração, ora pelo movimento, ora pelos repressores, sobre as motivações da violência, assim como sobre o seu sentido. Não importa fundamentá-la, pois se entende que as ações praticadas, tanto por parte dos “caceteiros” quanto por parte da polícia, encontram-se no seguinte entendimento. De um lado, no mundo rural elaborado pelos sertanejos, a religiosidade rural, uma violência do castigo, que tem o poder de purificar e restabelecer um equilíbrio rompido, a violência como indignação inconsciente da miséria social que toma a fé como instrumento de superação; do outro, as representações da sociedade enquanto mundo urbano, civilizado, letrado, e o Estado considerado como a única fonte de “direito de usar a violência” Weber (1979, p. 98).⁸³

O fato é que, após o sufocamento do adjunto, a polícia, juntamente com moradores voluntários da região, desenvolve uma ação estratégica para procurar os fugitivos na caatinga, narra João de Souza Rodrigues que: “passei três mês nos mato caçando bandido por que a gente tinha um prazer imenso quando pegava um bandido”. Em seguida, muitos prisioneiros e a abertura de um processo que ficou pelo caminho. Acresce o destino dos órfãos levados a Salvador, alguns para Teresina, outros ficaram em Casa Nova criados pelas famílias da região.

Dois anos após, em 12 de novembro de 1940, chega ao Adjunto da Pretoria Pública de Casa Nova, através da representação feita pelo Delegado de Polícia, Geraldo Bispo dos Santos, sobre a conveniência de detenção de Jorge Juvenal e José Marcelino da Silva, acusados de terem assassinado José Vicente de Souza. A Pretoria Pública de Casa Nova expede “mandado em duplicata de prisão preventiva contra os indiciados Jorge Juvenal e José Marcelino da Silva por suspeitos autores do crime”. Esse acontecimento está relacionado ao

⁸¹ Consta dos relatórios apresentados pelo Cel. Augusto Maynard, comandante do 28º Batalhão de Caçadores da Bahia, ao Comandante do Esquadrão Motorizado de Juazeiro, nº 12, jan.1938.

⁸² Narrativa do José Tintino da Fazenda América, cujo pai, João Tintino, foi um dos participantes como guia e como combatente junto à tropa do Cap. Optato Gueiros. (Riachinho, 04/03/03).

⁸³ Max Weber diz que “Hoje, porém, temos de dizer que o Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território”. (1979, p.98).

assassinato de José da Barra efetivado, por José Vicente de Souza, quando da invasão de um grupo de Pau de Colher à fazenda Barra. O crime de José Vicente teria sido encomendado pela mulher de José da Barra, Maria Angélica de Souza, revelam os Termos de Declarações apresentados pelas testemunhas arroladas.⁸⁴ A região volta a ficar em polvorosa. Inicia-se a caçada pelo mato dos que fugiram e a separação dos pais, indiciados pelos crimes cometidos e a separação dos filhos para Salvador.

⁸⁴ Na pesquisa realizada no Fórum da Comarca de Casa Nova encontrei uma peça do Processo Crime com trinta e duas folhas entre acusação, defesa e declarações de testemunhas arroladas. Em meio às traças que destruíram quase todos os documentos relativos ao inquérito policial consegui, com autorização do Juiz em exercício, Dr. Ednaldo Rodrigues da Fonseca, em dezembro de 2002, encontrar esses documentos que foram xerografados e autenticados no próprio cartório do referido Fórum.



1- João de Souza Rodrigues, e Marieta de Souza Rodrigues, donos do sítio Olho D'Água incendiado pelos caceteiros. Entrevista realizada em Dom Inocêncio-PI.



2- Sr. Janjão e Marieta em Dom Inocêncio, Tamarineiro no meio da rua e sua casa do lado direito da foto.



3- Sr. Gabriel, morador da vila pertencente à Fundação Ruralista-PI. "Pau de Colher foi um local de reza e salvação. O povo queria se salvar. Abandonavam tudo para seguir Senhorinho".



4- Adriano Raimundo de Souza: "a gente assuntava o tiroteio".



5- Adriano Raimundo de Souza. Tinha doze anos na época do movimento: "Disse que era pras muié se juntar e tapar a boca das metralhas".



6- Rancho Alegre-Passagem dos caceteiros



7- Marina Nogueira, Maria Ferreira (Maria Beata). Esta participou do adjunto e tinha 25 anos na época. Compunha o grupo das mulheres rezadeiras. Mora em Morrinho-BA.



8- Maria Beata e família quando se preparava para uma viagem a Petrolina para consulta médica.



9- Vista externa da casa onde Sr. José Justiniano Reis trabalha como representante do Sindicato dos Agricultores Rurais em Lagoa do Alegre.



10- José Antunes de Oliveira e Jaime Dias Gomes, respectivamente. O primeiro criou uma órfã de família e o segundo morou no adjunto como família inteira.



11- João de Souza Rodrigues, Olho D'água (Piauí).



12 Estrada de chão Lagoa do Alegre - Pau de Colher-BA.



13 Área de criação em Rancho Alegre-BA, próximo à Lagoa do Alegre.



14- Moradia em Rancho Alegre-BA, entre Lagoa do Alegre e Pau de Colher



15- Riacho Seco-PI, transporte de água até a moradia



16- Vaqueiros característicos da região.



17- Vaqueiros da região de Pau de Colher



18- Antonio da Aurora mostrando objetos da mãe, Aurora Justiniano Reis, usados na época do adjunto.



19- Antonio da Aurora no quarto de sua mãe junto ao seu oratório, Lagoa do Alegre-BA.



20- Joaquim Dias da Silva combatente dos caceteiros. Fez parte do grupo do Janjão em Olho d'Água-PI.



21- Fazenda Lagoa Comprida-BA.



22- Vista do interior da capela da Fazenda Lagoa Comprida-BA.



23- Josefa Rodrigues de Souza, filha de Pedro do Benvenuto. Foi uma das rainhas do adjunto de Pau de Colher.



24- D. Josefa e Sr. Aníbal, seu esposo. Na época do movimento estavam noivos. Ela foi com a família para o adjunto e ele ficou. Casaram com o término do movimento.



25- Oratório do Sr. Abi Gomes Marques.



26- Oratório de Cesariano- Jacundá-BA. Falecido no combate com os caceteiros.



27- Sr. Miguel Amorim, em Ouricuri-Ba., cidade onde ficamos feridos de Pau de Colher.



28- Sr. Miguel Amorim no local onde existia a casa que serviu de abrigo aos feridos do movimento. Ouricuri-BA.



29- Ouricuri-BA. , cidade por onde passaram os caceteiros no retorno das tropas de Optato Gueiros. O delegado, José Loure, colaborou com o Cap., com informações sobre o adjunto de Pau de Colher.



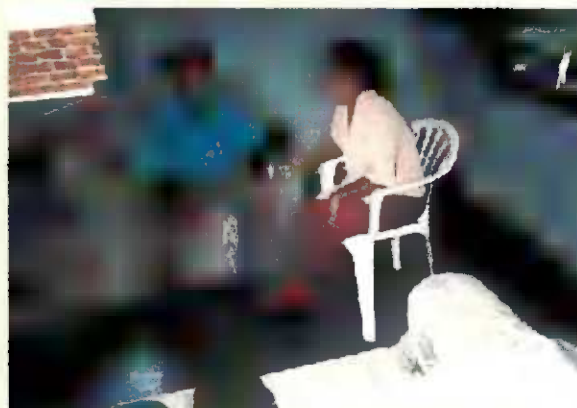
30- Miguel Tintino em Ouricuri-BA. "Chegaram muitos feridos dos caceteiros e só um soldado ferido".



31- Casa que serviu de alojamento para os soldados de Optato Gueiros em Ouricuri-BA.



32- Sr. Abel Moreira de Siqueira, tinha 17 anos na época do movimento. Estava no momento do ataque da Fazenda Barra. Conseguiu fugir.



33- Sr. Loura vereador em Ouricuri -BA. "Aquilo era um fanatismo muito grande. O meu tio era subdelegado ajudou a combater".



34- Sr. Vicente Mendes, em Ouricuri-BA.



35- Sr. Miguel Amorim no local onde existia a casa que serviu de abrigo aos feridos do movimento. Ouricuri-BA.



36- Mercado de Ouricuri-BA, Sr. Vicente da Silva, 84 anos.



37- Mercado de Ouricuri-BA.



38- Carlos Dentão e Oscar Ferreira Mendes. O primeiro filho de Luiz dentão um dos "mandados" de Senhorinho. Ouricuri-BA.



39- Carlos Dentão, filho de Luiz Dentão, " O meu pai levou toda a família pra junto de Senhorinho".



40- Miguel Amorim, Raimundo Loura e Sebastião Dias todos conviveram com remanescentes do adjunto dos caceteiros.



41- Dom Inocência, antigo Curral Novo, rua em frente à casa do Sr. Janjão. Tamarineiro que é de sua propriedade, fica no meio da rua e que " ninguém arranca por que eu ainda posso derrubar um, virado no cão, com meu trinta e oito"



42 Lagoa do Alegre-BA., povoado passagem para Pau de Colher.



43- Valter Alves em Cachoeira do Roberto apontando a estrada de chão por onde passaram os caceteiros quando saíram de Cachoeira do Roberto.



44- Vista da estrada de chão, no sentido caminho para Pau de Colher, por onde passaram os caceteiros.



45- Praça Central de Lagoa do Alegre-BA.



46- Rua Nordeste, Lagoa do Alegre -BA.



47- Área de agricultura de subsistência em Rancho Alegre-BA.



48- Estrada em direção à Lagoa do Alegre-BA



49- Área de agricultura de subsistência em Rancho Alegre-BA.



50- Caiçara-BA., área vizinha ao sul do Piauí, de onde foram pessoas para se juntar ao grupo de Janjão.



51- Caiçara-BA próximo a Olho D'Água-PI



52- Caiçara-BA próximo a Olho D'Água-PI



53- Caiçara-BA próximo a Olho D'Água-PI

Capítulo 3

Memória, adoção, internamento no processo de *liminaridade* dos órfãos de Pau de Colher: a separação

As mães eram poucas, mataram tudo lá. Em Casa Nova concentraram a gente num lugar e as mulheres e crianças separadas de outro lado. A imprensa já sabia das crianças que iam dando a quem quisesse. Eram as meninas. Deram umas em Casa Nova e outras na Bahia, em Salvador, Belo Horizonte. Minhas irmãs ficaram em Casa Nova e Salvador. Sem nem conhecimento de nada chegou o dia da viagem de barco para Juazeiro. Deram comida e atravessamos até Juazeiro e de Juazeiro pegamos um trem e passou dois dias para chegar a Salvador. O destino da gente ninguém sabia. Foi uma separação dolorosa. Uma não, mais uma. Começava uma nova etapa, mas agora para fora do nosso mundo. (Entrevista feita com Daniel do Nascimento, no Rio de Janeiro, de 17 a 22/03/07).

Neste capítulo da tese, estudo a memória dos órfãos sobre os componentes que fizeram parte do processo de separação de seu lugar de origem. O deslocamento, após a chegada a Casa Nova, até Juazeiro da Bahia e o internamento no Instituto de Preservação e Reforma, em Salvador, foi vivenciado pelas crianças em meio à solidão, à ausência e ao isolamento do seu pertencimento. Os elementos materiais e emocionais desse processo de separação, se constituíram em marcas alimentadoras e sustentadoras do sentimento de identidade no momento posterior: o da *liminaridade*. Quadros marcante, ligados a esse processo, foram as cenas do dia e situação norteadoras da separação das meninas do grupo dos meninos, o embarque no vapor que os conduziria à Escola de Menores, a chegada a Salvador, enfim, o cotidiano da separação. Dois grupos; dois destinos. As meninas espalhadas, por meio da “adoção”, por várias famílias da cidade de Casa Nova e outras cidades da região; os meninos levados para um internato. Os órfãos tiveram suas irmãs retiradas do convívio com o grupo e as meninas perderam, muitas delas, até hoje, os laços de família.

Neste capítulo, portanto, tratei da memória desse rito de separação, como foi esse trânsito e o que esta etapa, da trajetória dos órfãos, significou, como alicerce para a manutenção de sua pertença, na etapa definitiva da vivência da margem, em Salvador. A idéia que inferi, para esse momento, é da ofensa à memória de sua tradição no momento em que o Estado intervém nas relações familiares forçando-os ao rito de separação. Começa, é o que

defendo, neste processo anterior de separação, a luta dos órfãos contra a transgressão da memória, imposta pelo Estado. As contribuições de Van Gennep e Victor Turner, para a análise da etapa de separação, constituintes da idéia dos ritos de passagem, os elementos materiais que calcam a etapa da separação para a entrada na etapa da margem, foram centrais como alicerces para se entender a força de uma tradição. Junta-se, assim, à idéia de função da memória proposto por Halbwachs e Pollak. Trato da memória daruptura dessa etapa da *liminaridade*. Os órfãos foram separados dos seus povoados? Que decisões foram tomadas pela prefeitura de Casa Nova e o Coronel Tito Lamengo, comandante da Polícia Militar da Bahia? Como foi a retirada e a travessia das crianças de Casa Nova até Salvador? Para onde foram os órfãos? Que cenários levaram na memória? Que quadros materiais e emocionais compuseram a fase de separação? A “adoção” das meninas, e o internamento dos meninos, tiveram que significado nesse processo?

3.1 O rito de separação e a viagem dos órfãos de Pau de Colher como objeto sócio-antropológico

A idéia de separação liga-se ao livro de Van Gennep **Os ritos de Passagem**, como afirma DAMatta (2006), no qual, pela primeira vez, os ritos são tomados como expressão da dinâmica social. O que é um rito de passagem para Gennep e Turner? Dentro deste, o rito de separação, margem e reagregação, que elementos comportam?

A história dos órfãos de Pau de Colher, no que trato nesta tese, adere ao entendimento de Van Gennep e Turner sobre os ritos de separação, margem e reagregação. Procuro levantar as operações formais desse rituai entendendo que estão ligados entre si e constitutivos de mecanismos básicos. Antes de analisarmos a fase de *liminaridade*, propriamente dita, argumento, alimentada pelas noções dos autores acima, que esta é uma das fases do processo abastecida pela anterior e abastecedora da posterior, no caso dos órfãos de Pau de Colher. Gennep (1977) aduz ao fato de que é vendo todas as combinações das fases que se poderá ter uma visão não só globalizada de todo o ritual, mas saber qual o ponto onde ele é mais dramatizado.

Gennep, na obra citada, salienta que à fase da margem antecede um período inicial de separação. Esta fase é constituída de elementos da morte do indivíduo regada pelo drama da separação destes do seu cotidiano, início da repressão de sentimentos e valores marcados pelos valores outros adotados como critério verdadeiramente humano e digno.

Da mesma forma, seguindo os passos de Gennep, Turner concorda que os ritos de passagem acompanham toda a mudança de lugar, estado, posição social, de idade composta das três fases indicadas acima. Acompanhando o raciocínio dos autores, a primeira fase, a separação, abrange o comportamento simbólico que significa o afastamento do indivíduo ou de um grupo, quer de um ponto fixo anterior na estrutura social, quer de um conjunto de condições culturais ou ainda de ambos. Uma das tendências interpretativas dos ritos de passagem, segundo DAMatta, seria uma resposta adaptativa obrigatória, quando os indivíduos são obrigados a mudar de posição dentro de um sistema e, assim, teria a função de aparar conflitos. O autor chama esse momento como de suspensão forçada da vida social. Foi o que aconteceu com os órfãos quando o Estado intervém em suas relações familiares deslocando-os para outro lugar. Acresce que a suspensão forçada e antecedida pelo ritual de separação, no caso dos órfãos, foi alimentada pela idéias de que eram filhos de “fanáticos”, filhos de “desocupados”, filhos de “ignorantes” e, por esta razão, deveriam se “purificar”, se “higienizar”, se “civilizar” para poder voltar à “civilização”, uma vez que seus atos foram considerados “pecaminosos”, “patológicos” e “criminosos”.

Esta fase de separação, dentro do rito de passagem dos órfãos de Pau de Colher, foi uma etapa onde as crianças assumiram um estado, inicialmente, de submissão, inferioridade, subserviência diante do novo, do inesperado, diante da estrutura de poder do Estado. Certamente, frente ao estranho seria preciso, primeiro, um conhecimento do lugar, das pessoas, das situações impostas. Um comportamento de “regressão” que para Turner, é a fase em que os indivíduos perdem sua autonomia e ficam expostos à moldagem de certos valores sociais. Obviamente esse comportamento relacionava-se ao que fora colocado em suas existências pela repressão da Polícia Militar, pela sociedade e por seus próprios contemporâneos que, para não ficarem marcados, preferiram assimilar a forma de entendimento da situação veiculada pela memória oficial, qual seja, de que eram filhos de “bandoleiros”.

Muito embora os estudos de Gennep e Turner apontem, sem dúvida, para a história dos órfãos de Pau de Colher, um processo de separação, margem e reagregação eu entendo, no estudo aqui apresentado, ao contrário de negativo, defendido por Turner e Gennep, o lado positivo de seu rito, principalmente desembocando na *liminaridade*.⁸⁵ Ao invés de se caracterizar por uma fase de total submissão, vai indicar a fase de efervescência de sua pertença. Acredito ter sido a fase de separação com as marcas deixadas nos órfãos, aquela

⁸⁵ A fase de *liminaridade* onde aparece o modelo da *communitas* dos órfãos de Pau de Colher será assunto do quarto capítulo desta tese.

responsável pela luta imprimida na *communitas* para manter sua identidade.⁸⁶ A fase de separação, vivenciada pelos órfãos de Pau de Colher, esta fase antecessora da *liminaridade*, período de isolamento por quase sete anos, fermenta a autonomia do grupo, muitas vezes dissimulada, silenciada, oculta, posto que os órfãos não se separaram espiritualmente de seu lugar de origem. Assim, a separação, o sofrimento, a fome, a humilhação sofrida pelos órfãos, nessa fase, foram levados para a fase seguinte imprimindo a renovação da força do grupo para o reencontro com suas origens na fase da reagregação.

Não sabiam ler. Não sabiam escrever. O que levaram para a *liminaridade* foi a memória dessa fase e do trauma vivido, na origem, com a morte de seus pais, memória não permitida, memória proibida, conduzidos ao esquecimento forçado, pois deveriam esquecer para “virarem gente”.

O limite exigido para ser transposto de um lugar ao outro. seria a proibição de vida em um lugar e a permissão de vida em outro lugar. O lugar proibido ficaria para trás, pois, para as autoridades policiais estava carregado de pecado. Deveriam passar para o “novo” lugar sem sinais do anterior. Memória proibida. Sacrifício de deixar a família, seu território pessoal, como afirma Genep, para entrar em outro território, consistiu, para os órfãos, em um ritual onde as águas do rio São Francisco seria o escoadouro daquelas vidas. Seria a soleira, como afirma Genep, marca da travessia para um novo mundo. Um rito de preparação para uma nova aliança continua o autor. Os ritos de preparação para a margem, por assim dizer, os ritos de separação foram vários e diferentes para os meninos e para as meninas órfãos de Pau de Colher.

3.2 Ordens oficiais para a separação: decisões tomadas

Ao chegarem em Casa Nova, vindas de Pau de Colher, após a repressão policial, homens, mulheres e crianças aguardam seu destino. Após passarem vários dias em uma escola, sem saberem o que seria de suas vidas, ordens oficiais são dadas para a separação. Não havia condição financeira para retê-las em Casa Nova, alegava a prefeitura, mas medidas eram necessárias para resolver aquela situação, pois as crianças estavam em completo abandono. Na memória do prefeito de Casa Nova, Zacarias Justiniano Reis, as cenas em Pau de Colher, o “fanatismo” que assolou a região, deveria ser corrigido com uma “boa campanha

⁸⁶ *Communitas* é um conceito usado por Turner (1974) indicando a fase intermediária entre o distanciamento e a reaproximação em que as características do indivíduo que está transitando são ambíguas, misturando o sagrado e o profano.

de alfabetização”.⁸⁷ Para as autoridades, para os jornais e igreja, a “ignorância” tinha sido responsável pelo surgimento da concentração em torno de José Senhorinho. Que medidas foram tomadas? É o que lemos abaixo por decisão do prefeito:

Estudando instruções baixadas Departamento de municipalidades abri crédito para atender assistência social de que fala vosso telegrama em resposta consulta. Em nome de Casa Nova apelo vosso espírito reto e justo magnânimo coração de pai conseguir 50 matrículas Escola de Menores para menores aqui foram pegos em companhia fanáticos nos ataques diferentes redutos muitos deles órfãos e outros cujos pais perderam o direito de exercer pátrio poder pela chacina que praticaram assistida filhos instruindo-os em tão funesta aventura. (ESTRELA, 1998, p. 85).⁸⁸

O apelo do Tenente Zacarias foi atendido pelo Coronel Lamengo da forma como retirado de documentos oficiais, por Raimundo Estrela, médico na época.⁸⁹

Tenente Zacarias. Casa Nova. Governo atendendo justiça de proporcionar algum conforto pobres crianças vítimas fanatismo, acaba determinar fiquem reservadas 50 matrículas Escola de Menores. Informe quantas crianças sexo masculino e quantas sexo feminino existem. Embarque-as cercando-as de toda assistência.

Os telegramas enviados ao Comandante Geral da Polícia Militar da Bahia marcam o início oficial da retirada das crianças, definitivamente, da sua terra. Nos termos de Genep há várias fronteiras e marcos que oficializam o rito de separação denominado por ele como “passagem material”. O telegrama enviado pelo Coronel Tito Lamengo corresponde a uma declaração de separação, pois continha ordens oficiais para o afastamento dos órfãos do seu lugar de moradia. Até então, os órfãos e as crianças, cujos pais perderam o pátrio poder,

⁸⁷ O Jornal de Petrolina, *O Pharol*, através das reportagens de Cid Carvalho, veiculam a idéia de “uma ação coercitiva das autoridades civis e eclesiásticas secundadas pela iniciativa de uma campanha de alfabetização das massas sertanejas (...)”. As matérias são divulgadas pelo referido jornal desde 1936 e se ampliam em 1938.

⁸⁸ Brito (1999, p.66), aponta o relatório nº 3, p. 16 com o um documento oficial das ordens de separação das crianças para a Escola de Menores de Salvador. Todos os informantes contemporâneos de Pau de Colher, como Padre Manuel Lira Parente, Genilda Viana de Castro, Irene Castro, assim como muitos outros, entrevistados várias vezes em São Raimundo Nonato e Casa Nova fazem fortes comentários sobre esse momento. Ainda, aqueles não participantes diretos, mas parentes diretos dos seguidores de Senhorinho lamentam sobre o triste momento da separação. Principalmente os órfãos entrevistados cujas falas encontram-se nos livros de campo, em fitas de áudio kassete e fotos do meu acervo particular.

⁸⁹ Raimundo Estrela era médico na época de Pau de Colher. Faz os primeiros atendimentos aos feridos e reúne uma vasta documentação em seu livro. Conversei com seu filho Reinaldo Estrela várias vezes por telefone na tentativa de poder ler os documentos do acervo particular de seu pai que se encontra na Bahia, em sua casa, mas tentativa frustrante. Após Pau de Colher, Raimundo Estrela foi nomeado interventor, diz sua cunhada Genilda Castro Viana.

estavam em solo do seu município. Fevereiro de 1938 marca, no calendário oficial, o mês da desagregação. Para os órfãos, no entanto, não outros os marcadores do tempo do início da travessia cujo auge, para eles, é a memória da partida juntamente com o cerimonial de cumprimento das determinações dos governos local e estadual.

Jumentos, soldados e armas em punho, o vapor ancorado às margens do rio São Francisco, do lado da Cidade de Casa Nova, mãos de familiares, estendidas, pedindo que os deixassem ficar, roupas sujas e rasgadas penduradas aos seus corpos, chinelos, desgastados pela marcha imputada exigida pelo comandante das operações militares, protegiam o que restava dos pés feridos. Tudo isso faz parte do dia da separação. Muitos descalços, pessoas olhando aquela cena de separação, a entrada no vapor **Barão de Cotegipe**, a travessia até Juazeiro, cidade baiana, o trem que os conduziria até Salvador, o vagão do trem onde os órfãos foram colocados e a chegada à Rua da Calçada, naquela cidade, somam-se ao vivido pelos órfãos.

Componentes da separação, na etapa travessia, até a chegada ao destino, desfilavam aos olhos dos órfãos para, em seguida, o distanciamento de sua estrutura social se concretizar de fato. Essa memória marcou, no corpo dos órfãos, o deslocamento do grupo desde o sítio Pau de Colher até a chegada a Salvador. Pontuamos as inscrições do ponto de vista físico, assim como, discutimos as marcas emocionais carregadas por eles durante esse percurso.

3.3 Memória da separação das meninas: o ritual da adoção e da diáspora

O primeiro momento componente da etapa de separação dos órfãos de Pau de Colher aconteceu com a separação das meninas. Estas foram apartadas do grupo de meninos e “doadas” a várias famílias na cidade de Casa Nova. Outras espalhadas por vários Estados. Um para Pernambuco, outras para o Piauí e algumas para Minas Gerais. A separação das meninas, do seu parentesco, de suas irmãs e irmãos, se constitui como uma fronteira entre o passado e o novo que viria. O parentesco com a mãe, com os irmãos é bruscamente quebrado. A noção do Estado era a separação das crianças do seu passado.

Com a voz embargada, pedia a Laura Viana de Castro: “bichinha ou biehinha não corte meu cabelo”, conta-me Madalena. Os ritos de separação para Genep compreendem, em geral, todos aqueles nos quais se corta alguma coisa, principalmente o primeiro corte de cabelo, o ato de raspar a cabeça e o ato de vestir pela primeira vez. Esses componentes se prestam, ao que passaram os órfãos de Pau de Colher, quando da adoção e quando do internamento no Instituto de Preservação e Reforma. Assim, com Madalena, o ritual do corte

do cabelo está analisado por Genep como indicando entrar em outro estágio de vida e em fazer parte de outro vínculo. Genep diz existir uma razão para que o rito de separação afete o cabelo, pois estes são, pela cor, pela forma, pelo comprimento e modo de arranjo, um caráter distintivo facilmente reconhecível, individual ou coletivo.

O corte do cabelo em Madalena seria para retirar as marcas do passado vivido, em Pau de Colher, onde o uso do cabelo grande era uma regra para conviver no “adjunto” liderado pelo beato José Senhorinho e ser, reconhecidamente, um caceteiro.

O Grupo Escolar Conselheiro Luiz Viana foi o lugar onde ficaram as crianças, que foram separadas dos seus pais, logo ao chegarem em Casa Nova. Mas eram muitas crianças para a pequena quantidade de pessoas com condição para criá-las. Algumas ficaram em Casa Nova, com familiares dos Viana, e outras seguiram para Salvador ao encontro de parentes de pessoas ligadas àquele município. A dispersão foi grande. Encontrei crianças que foram levadas para Belo Horizonte. Casas de familiares e internato foram os endereços das crianças órfãs e não órfãs de Pau de Colher.⁹⁰

Aquelas adoções seriam acompanhadas, necessariamente, por ações de impedimentos por parte dos “pais adotivos”. Seria esse o momento em que os “novos pais” deveriam cumprir a rotina de ir diariamente retirando o passado das crianças, tudo o que pudesse carregar em seus corpos que lembrasse Pau de Colher, limpar aqueles corpos pequenos das marcas de um dia terem sido filhos de “fanáticos”. As roupas seriam outras, não mais aquelas saias compridas de cor azul ou branca que usavam no acampamento. Os cabelos grandes e “despenteados”, que davam notícias de uma vivência anterior, dariam lugar a cabelos curtos e penteados. Hábitos deveriam ser modificados, como os horários diários das refeições, os alimentos. A casa seria outra. Agora, a “empanada”, na qual dormiam esses meninos no campão em Pau de Colher, seria substituída por quartos fechados dentro de uma casa grande. As estradas de chão, por onde eram acostumados a caminhar, correr, pegar umbu, dariam lugar a calçadas. A distância entre as moradas, caminhos esses muitas vezes longos, porém que os colocava numa relação de ensino-aprendizagem com a terra, que os fazia caminhar por horas até chegar à morada de vizinhos ou parentes, daria lugar a um cenário de casas próximo umas das outras. Os oratórios, que dominavam o eentro da sala de suas moradas, dariam lugar à igreja no centro da cidade a qual deveriam freqüentar acompanhados de suas famílias adotivas. Eram, agora, aqueles que estavam ali diante deles, seus pais. Precisavam se acostumar. Seria possível?

⁹⁰ Muitos pais ficaram vivos, mas foram considerados incapazes de cuidar das crianças. Dessa forma, tiveram que suportar a dor da separação.

O jumento e a carroça não estariam mais ali ao lado do terreiro à espera diária para uma nova tarefa. Não estavam mais os animais com os quais eram acostumados a desenvolverem suas atividades, seus transportes cotidianos, que já entendiam sua linguagem e obedeciam no sentir a chegada do seu dono: “o jegue mansinho ele já sabia quando eu chegava e me recebia com o balançar da cabeça quando eu ia chegando. Quando eu me sentava na carroça, ele já ia saindo e nem precisava eu dizer para onde que ele já sabia”, lamenta Daniel. O pai, a mãe, os irmãos teriam outra forma de rosto, de corpo, de jeito de falar, de vestir. “O marco natural definido por acidentes naturais” (GENNEP, 1977, p.34), como os acima citados, que se abriam cotidianamente à liberdade, estavam sendo agora substituídos por marcos proibidos. Um espaço agora cujos proprietários delimitavam sua circulação. Os seus pés acostumados a andar sem interdições, nos seus sítios, teriam que se acostumar ao encurtamento das distâncias e ao proibido/permitido. Eram outras as linhas fronteiriças com as quais teriam que conviver. Seria uma “floresta de símbolos”, diferente, cujos limites precisamente demarcados deveriam ser assimilados.

Dentre tantas mutilações físicas, atrelam-se as de ordem emocional. Atitudes de “higienização”, de “educação”, ideário do instituto, vão aviltando os “corpos dos condenados” uma vez que, juntamente com seus pais, estavam sendo punidos veladamente com a adoção. É o martírio, o “morrer mil mortes”. Morte diária colocada no percurso de suas vidas. Era o espetáculo acompanhado por um público cotidianamente presente, pois por onde elas caminhavam eram vistas e lembradas como as meninas de Pau de Colher. Era o mundo “melhor” que oferecia seus benefícios.

As pessoas que compunham o novo mundo de Madalena, por seu turno, teriam a tarefa de desencantar todo o cenário de vida anterior do recém chegado e, por essa razão, está, também, em meio ao ritual. Ritual, por conseguinte, de preparação para vivenciar junto com o recém-chegado esse processo. Etapas de distanciamento e aproximação que consistiu, inicialmente, em detalhes como novas roupas, novo quarto, banho, comida, água, sentar para conversar, oferecimento da cama para deitar. Ritos de separação e agregação no dizer de Gennep (*ibid.* p. 48).

Madalena, pouco a pouco, foi participando desse ritual oferecido por Laura. Um a um elemento sendo colocados, para Madalena, todos os dias, pelos novos sujeitos que aparecem em sua vida. Seria uma separação do mundo velho. Esses novos sujeitos, agora a família de Laura Viana, pessoas influentes na região, eram seus novos senhores, pois “quase todo mundo, aqui em Casa Nova, ficou com uma pessoa”, informa Laurita Viana. Tudo muito diferente de, por exemplo, sua mãe quando a procurava, estava com os bichos no criatório ou

com o pai no plantio, em cima do seu jumento ou conduzindo a carroça para o mato. Madalena, uma bala na mão, outra na bacia, era adotada, no entanto, com marcas que não a abandonariam nunca e que, por melhor que fosse a intenção dos pais adotivos, essa inscrição em seu corpo jamais poderia ser retirado, jamais poderia ser “limpo”.

Olhando aquela mulher que, como um capineiro que vai cortar o capim alto crescendo entre o milho, Madalena coloca a mão na cabeça pedindo: “bichinha, bichinha não corte meu cabelo”. Como se dissesse: “senhor do meu pai não me corte meu cabelo, minha mãe me penteou”. E aquela madrasta agora queria enterrar sua história pelo pecado de que a acusavam de ter participado de um movimento bárbaro. Como ficaria depois? Como se sentiria, uma vez que estava acostumada a se ver dessa forma? Para onde iriam seus cabelos? Em seguida, banho. Retirar o “mau cheiro”, retirar os vestígios do sangue, o qual ainda seco marcava seus braços e pernas. Seria uma forma de purificação, por parte da casa recebedora, pelo fato de Pau de Colher haver sido considerado, pelos moradores de Casa Nova, como um acontecimento violento gerado por pessoas “enlouquecidas”.

Uma das fortes rupturas do ritual da adoção deveria ser, como próximo passo, com as roupas que agora se faziam outras. Despia-se Madalena também de seus panos “velhos”, de seus “trapos”, das cores azuis e brancas que a identificavam com sua gente no adjunto de onde tinha vindo recentemente. São roupas agora costuradas de outra forma, tecidos coloridos, que assumem outro desenho. O cheiro também não era o mesmo de sua terra, cheiro de terra molhada, de chão batido, onde estavam as marcas do seu mundo, cheiro dos animais do criatório. Roupas que representavam outra gente. Cai de seu corpo aquele vestuário, costurado por sua mãe à mão, com pontos largos e claramente vistos, um a um, em suas saias, em suas blusas. As, roupas, agora são de cores variadas. Em que lugar ficaria suas roupas antigas?

Esse “bichinha” ela se referia a Laura Castro. Madalena se afasta dos nomes do seu convívio. Ambrosina e Antonio, seus pais, eram os nomes que ela lembrava. Hermínia, Francisca, Daniel, Vitalina, Amarante, alguns dos seus irmãos, que não escapavam a sua mente. A morte a separa de seus pais, de Hermínia e Francisca, suas irmãs que vira caída ao seu lado no “adjunto”. De Daniel e Vitalina, o orfanato e a adoção, foram os motivos da separação, respectivamente. A família fora apartada. Cada um para um lugar. Cresceram longe um do outro se alimentando pelas lembranças.

A ausência dos irmãos marca Madalena até hoje. De Daniel guarda um carinho muito grande qual seja o alimentado pelo fato de Daniel também tê-la procurado “mas mesmo assim nós não temos amor”. O bem que ela quer a Daniel, que ela diz está, agora, fazendo contato com ele por telefone, permite nutrir um laço de família. Embora o tempo os tenha afastado

por quase sessenta e oito anos, e a distância por ele morar no Rio de Janeiro, a vontade de pertencer a uma família, “de verdade”, faz com que Madalena se agarre a esse irmão que aparece das chamas de Pau de Colher, depois de grande, em sua vida. “Foi uma vez que ele ligou para mim e desde esse dia eu estou com ele em meus pensamentos”.⁹¹ Madalena havia se separado de Daniel desde o dia 19 de janeiro de 1938, quando as “balas do capitão Optato naufraga o reduto”. Quando o ouviu, pela primeira vez, após a separação, foi um dos momentos mais importantes de sua vida, conta-me. “O choro não parava. E eu dizia: é Daniel, meu irmão? Foi a melhor coisa do mundo depois de tudo”.

O cortado de abóbora foi outra ruptura considerável com a qual Madalena precisou se acomodar nos dias que se seguiram à adoção. Madalena, agoniada ao narrar, afirma a terem colocado, no chão, encostada em uma coluna “muito alta assim num canto da casa” [relata com agonia no rosto] com um prato na mão.

O milho e o feijão, misturados no mesmo cozimento, era sua comida cotidiana. Comida saborosa feita por sua mãe ou irmãs mais velhas. O seu apetite era aumentado pelo cansaço do trabalho no sítio. A colher ali ao lado esperando por suas mãos pequenas e um sussurro: “cadê o meu pintado? Por que você não faz pintado?”. O “cortado de abóbora” tinha sido o prato servido e “eu chorei muito, porque minha boca pedia o pintado”.

O pintado, prato feito pelas mulheres no “adjunto” e alimento diário em sua morada, representavam anos e anos de hábito dos moradores da região e naquele momento, sua ausência da mesa a colocava diante de mais uma ruptura.⁹² A lembrança da mesa de sua casa, seu pai sentado numa das extremidades e sua mãe, sempre em pé, para repor a comida nos pratos quando estivessem vazios, levou Madalena ao choro. Choro que representava o percurso de sua memória de volta ao seu lugar. As imagens faziam Madalena lembrar o seu cotidiano. As lembranças dos seus dias anteriores faziam-na ver as imagens que passavam em sua cabeça. No momento, em que Madalena, me relatava seu ritual, ela, constantemente, apontava com o dedo para fora da casa.

Outra recordação triste nesse rito de adoção é da convivência com as procissões, na cidade, acompanhadas de fogos de artifício. “Quando começou a atirar os fogos eu subia nas pessoas como um gato assombrado dizendo que era Pau de Colher e ainda hoje eu sou uma pessoa nervosa” [gesto com as mãos e pavor ao falar]. Os dois tiros, um na “mão e outro na bacia”, inclusive, a confirmar sua história, não saíam de seu corpo. A cicatriz estava ali

⁹¹ Entrevistei Daniel por telefone, nº dia 19 de março de 2006. Ele nasceu em 1926, estava com doze anos na época do “fogo de Pau de Colher”. Hoje, está com 84 anos. É aposentado da marinha e mora no Rio de Janeiro. Ele é um dos meninos órfãos que segue para o Instituto de Preservação e Reforma, em Salvador.

⁹² O pintado continua sendo o prato principal nas refeições da região de Pau de Colher.

presente e estaria sempre. Era uma marca física que a adoção, no entanto, não conseguiria remover, nem com a água, nem com a tesoura. Marca física da presença que Laura não tiraria e que aquela outra vivência não apagaria. Laura não conseguiria retirá-la. Cortou seus cabelos, deu-lhe banho, colocou sobre a mesa o cortado de abóbora, mas as balas não seriam removidas, não seriam colocadas no depósito de lixo como fora feito com seus cabelos e suas roupas. Laura olhou aquelas marcas que, irremovíveis, carregam a história que ela mesma, membro de uma família de poder na região, ajudou a marcar.⁹³

A diáspora de outras meninas foi um momento angustiante, tanto para as meninas quanto para os meninos naquele momento. Desatadas ficaram, do grupo, antes da viagem no vapor Barão de Cotegipe. Aqui trago a história de Petrina Rodrigues separada de seus irmãos por um grande comerciante de Casa Nova que resolveu “adotá-la”. Narrado por Maria Angélica Mota de Souza, filha do comerciante, tomei conhecimento que as meninas tiveram um destino aleatório. O ritual de adoção de Madalena se repete em Petrina, Amarante, Vitalina, Januária, Raimunda.⁹⁴

As narrativas demonstram a batalha travada pela memória que nunca puderam se exprimir publicamente. Os silêncios, as amnésias, as sombras. Guardada durante anos e mesmo sepultadas com a morte de alguns dos órfãos. Tomemos o caso de Petrina Rodrigues. Embora tivesse sido escolhida para ser criada por uma família, o que implicou ter que abandonar seus irmãos, involuntariamente, viveu a sua vida entre a afirmação e a negação de sua identidade.

Essa memória da adoção e da diáspora de algumas das meninas de Pau de Colher, presenciada pelos meninos, durante os dias que passaram no Grupo Escolar, em Casa Nova, constituiu-se na memória do sofrimento. Em meio à separação de suas redes de sociabilidades, durante a travessia no vapor, e durante a viagem de trem o silêncio que toma conta de seus momentos, pode ser pensado como um silêncio cuja função era ir armazenando os acontecimentos, somando, registrando, pois não tinham como interagir com as autoridades que os acompanhava naquela missão.

⁹³ Temos, em nosso acervo da pesquisa, as imagens filmadas de Madalena mostrando as marcas das balas no dedo indicador direito e na parte superior da perna direita. Ao mostrar essas marcas, Madalena, diz que “é uma marca que não vou esquecer nunca, por que ela está em meu corpo” [senta com o corpo arqueado demonstrando tristeza].

⁹⁴ As narrativas orais das órfãs adotadas por família de Casa Nova, de Salvador e de Belo Horizonte estão em fitas de áudio. Foram transcritas fielmente.

3.4 Memória do vapor Barão de Cotegipe e do “trem enorme”

Após os rituais de separação, com a “adoção” de algumas meninas e distribuição de outras, o grupo de meninos é conduzido ao vapor. É o início da viagem que os arrancaria do lugar de seus costumes. Foi um embarque marcado por choro, mãos estendidas dos familiares na tentativa de ainda conseguir que as autoridades deixassem as crianças permanecer com seus parentes.

O Vapor Barão de Cotegipe está, até hoje, na memória dos órfãos celebrando o momento definitivo da separação. As águas do rio os levariam. O vapor os conduziria para terras estranhas. Gennep fala do embarque e desembarque como rito de separação material. A travessia de um rio, o ato de subir acompanha os ritos de separação na partida. A cerimônia, para esse momento, no dia em que os órfãos de Pau de Colher embarcaram no vapor Barão de Cotegipe, foi marcada pelo olhar desesperado dos familiares, a admiração dos presentes a esse ato principalmente das autoridades locais. Uma escolta leva os meninos e prisioneiros até o vapor sem a possibilidade do carinho, do beijo, do aperto de mão componentes da despedida. Sem uma palavra, rito verbal para Gennep. Após a separação das meninas, “adotadas” em Casa Nova, o grupo segue até as margens do rio São Francisco onde o vapor Barão de Cotegipe os aguardava.⁹⁵ Da casa onde estavam seguiram em cortejo até o vapor aquele que os separaria de sua terra. Seus corpos cansados e alquebrados seguiam para um destino obedecendo às ordens dos comandantes das operações de Pau de Colher. Foi um embarque escoltado pelo ritual da vitória dos “bons” contra a derrota dos “ruins”. Da casa onde ficaram até o rio São Francisco onde estava o vapor era muito próximo. Seguiram com suas vestes de sertanejos, ainda. Por entre a porta da casa, onde haviam passado aqueles dias, saía, um a um, nada levando nas mãos ou às costas. Eram, todavia, acompanhados, de um lado, pelos olhares curiosos dos moradores e, por outro, pelos olhares desesperados e mãos estendidas de suas mães e parentes que apontavam para seus filhos.

No determinado vapor, sobem, e se organizam em bancos de madeira, no chão, lugares que acolheriam um silêncio carregado de significados, completo da dimensão do sufocamento do sentimento. Sentam. Sobre o que conversaram? Perguntei a Alexandre. Nada, disse ele, afirmando: “ninguém sabia conversar nada. A gente só se olhava e olhava tudo. Não era para conversar. Conversar o que a gente nem sabia”. Embarcam todos sobre os olhares esticados dos que ficaram. O que tinham nesse momento, os órfãos? Seus corpos. Suas mãos para apertar uma na outra. Sua cabeça para escorar entre os braços que, por sua vez, descansavam

⁹⁵ Um grupo de meninas seguiu com os meninos para doação em Salvador.

sobre as pernas dobradas. O cansaço, o sono, a fome, a sede ia tomando conta de suas lembranças e, como um bálsamo, rendia-os ao sono. Sono que os anestesiou, durante a travessia, e os fortaleceu ao mesmo tempo. Em seguida, aqueles corpos seguiam embalados pelas águas do rio São Francisco. Ao redor, a paisagem que viam ainda das casas, iam ficando para trás, seus familiares que nem imaginava o quanto longe ou perto seria esse novo lugar que “diziam que era para o melhor para eles”. As águas os levavam, paulatinamente, ao encontro de outra terra. Os órfãos olhavam, do vapor, sua terra ficar cada vez mais distante dos seus olhos até desaparecerem. Agora, seguiam, em silêncio. Nada disseram. Sentimos em suas narrativas cada momento e, como Caldeira (1980, p. 15) defende, sentimos na lembrança ou no esquecimento o tom de cada um deles “O que diz não é um depoimento que vai ter um significado apenas para quem o solicita a fim de descobrir algo; ele é significativo e, em certo sentido, também, uma descoberta para quem o fornece para quem o vive (e revive)”.

Após algumas horas, chegou outro destino, também desconhecido para eles, mas ainda não era o lugar “definitivo”. Era Juazeiro e, a partir dali, a viagem seria de trem. Na Estação Ferroviária Leste Oeste, localizada à beira do rio, o vapor descarrega aqueles corpos. “Era aqui que a gente ia ficar”? Naquele lugar, as casas eram maiores e mais numerosas, o rio era enorme parecia se juntava com outro, as casas eram juntas, muito juntas das outras. Onde estavam seus sítios, seus criatórios, a cacimba, a carroça, seus jumentos? “Ave Maria, era tudo diferente!”. Finalmente, o desembarque acompanhado de olhares espantados. Do vapor seguem para um depósito da estação e, em seguida, para um dos vagões do trem.

Durante essa travessia, ainda contavam com a presença dos adultos prisioneiros que estavam seguindo para a Vila Militar, em Salvador. Ainda não se consumira a separação total. Os prisioneiros de Pau de Colher também estavam ali. Por seu turno, seguiam para cumprir a pena, não imaginada de quantos anos, por terem sido entendidos como “malfeitores” e “perigosos” para o bem público. Seus braços, suas pernas, sua cabeça, suas mãos concedidas aos carrascos que os esperavam em Salvador. Seus corpos estavam machucados, doentes, baleados. Curativos feitos às pressas. Corpos jogados lá dentro do vapor para serem, em seguida, sacrificados sem pena, pelos seus sacrificadores fardados para o sacrifício. Como se configura esse sacrifício? Era a pena de ficarem lá, ao léu, uma vez que, em suas celas, podiam chorar, gritar, sentir dor e esperar quando viesse o socorro ou seus nomes ostentados nos livros de relatório do serviço de saúde no item “Alta de fanático: por haver falecido em 1º. deste mês teve alta do Hospital da Polícia Militar o fanático Euclides Rodrigues de Souza, que

ali se encontrava em tratamento, conforme ordem superior”.⁹⁶ Condenados sem julgamento, sem visita, corpos mutilados e desconsiderados das necessidades de ordem material, corpóreas e sensuais. Corpos mutilados e interditados, como homens, a partir de ordens de homens da ordem, a partir daqueles que definem pelo destino de suas necessidades. Corpos aviltados cujo controle de suas necessidades era determinado a partir dos que, de fora, pensavam suas vidas.

Embarcaram no trem. Quanto tempo durou a viagem? Perguntamos a seu Louzinho? “Eu não me lembro disso não, mas não foi muito tempo não”. Não tinham noção do tempo que levaram para a chegada a Salvador. Perguntei quantas refeições fizeram. “A gente não lembra, mas a gente comeu. Eles davam lá pão, bolacha, feijão, farinha era essas coisas. A gente nem pensava nisso. O que a gente pensava era onde acabaria aquilo tudo”.

Os trinta e dois órfãos chegaram a Salvador e, na calçada, da estação já estava um caminhão da Polícia Militar esperando por eles. Subiram no caminhão e, ali naquela outra cidade, tudo era completamente diferente do que haviam deixado para trás. Era como se tudo tivesse pelo avesso, na cabeça deles. Na calçada, onde os aguardava o caminhão, a primeira diferença: o calçamento. Nunca tinham visto um “chão daquele jeito”. As pessoas chamavam também a atenção, pelas roupas que usavam, e eles olhavam para as suas roupas, que ainda eram as do sertão, sem saber que iriam se separar desse vestígio do passado, logo em seguida.

Os passos apressados dos que transitavam pela rua também despertou a curiosidade dos meninos. Eram muitos carros, ou melhor, eram carros que muito ou pouco faziam um movimento diferente do seu lugar onde só aparecia um carro “um dia na vida, outro na morte” como no dia que vivenciaram as “balas do Capitão Optato Gueiros”. Eram marcadores de um lugar diferente. Elementos que lembravam os sofrimentos dos dias que antecederam à viagem, a saber, muita gente fardada, muitos carros de policiais, muitas falas apressadas, muito vai e vem e armas penduradas à cintura dos policiais. Pensaram, então, em seus corpos marcados pelas balas, pelos arranhões e ferimentos, dos dias de fuga pelo mato, e se aparavam uns aos outros para seguir o percurso. Sobem no caminhão e, agora, seria a separação entre crianças e adultos para locais diferentes.

A memória da separação, levada para o lugar do depositário do *ethos*, memória coletiva e do seu pertencimento, memória do que era comum, apresentaram-se como quadros de referência. O material fornecido para esse enquadramento da memória, ou quadros sociais

⁹⁶ Livro da Chefia do Serviço de Saúde e Diretoria do Hospital da Polícia Militar do Estado da Bahia, em 4 de maio de 1938, Boletim nº 97, página nº 125., assinado pelo Major Dr. Oscar M. de Freitas, chefe do Serviço de Saúde e Diretor do Hospital Militar.

da memória, foi o vivido pelos órfãos e fornecido por sua história desde suas vidas antes de Pau de Colher e durante Pau de Colher.

3.5. Memória do “mercado” de meninas e chegada ao Instituto de Preservação e Reforma

Novo mercado de meninas se instala nesse momento e, ali, recebidas por senhoras de Salvador que esperavam pela “mercadoria”. Ao chegarem “à capital, ali mesmo na Estação Leste em Calçada nova oferta de criança fora feita”.⁹⁷ A despedida com um ritual silencioso, só de olhares, afastou-os definitivamente daqueles que foram, durante a travessia, sua âncora sentimental, seu ponto de apoio na qualidade de adultos, sua referência e possibilidade de pensarem protegidos por quem representava seus ancestrais. Colocadas no bagageiro do caminhão, trinta e duas crianças órfãs. Daniel diz procurando suas lembranças: “não sei quanto tempo durou até chegar na Escola de Menores, não”. Estavam longe de seus familiares por dias seguidos. Quanto tempo eles passariam nesse “lugar diferente” não tinham a mínima idéia. O que levavam em suas memórias, sim, sabiam: “Aquilo tudo não saia da minha cabeça, foi pior do que a guerra. Você sabe, menina, sabe o que é ver seus pais mortos, assim bem juntinho, e a gente pedindo para acordar, se deitar em cima do corpo e chorar porque ele não falava com a gente”? A dimensão da raiva toma conta, de repente, de seu Daniel e, ao mesmo tempo, a dimensão da vontade de ver tudo isso “justificado”.

Subitamente o caminhão deixa de funcionar. Os órfãos não sentiram o balanço do caminhão. Ao contrário de suas carroças, conduzido por jumentos, que os levantavam, às vezes bem no alto, em decorrência de caminhos de chão tortuosos, embelezados por terreno ora pedregosos, ora adornados por gravetos que se estiravam em sua passagem como um tapete que os conduzia aos seus “matos”, provaram o gosto amargo de um caminhão enorme. O caminhão estaciona e, aquelas cabecinhas todas abaixadas, começam a se levantar por ordem de “um soldado”. “Meu Deus! Era um lugar enorme! Tinha um portão grande, mas o que era a gente não sabia”, recorda Louzinho. No interior da Escola de Menores, depois Instituto de Preservação e Reforma, hoje, FUNDAC, os órfãos não imaginavam o que os aguardava. Entraram perfilados e esperaram em uma sala, de tamanha normal, nem pequena e nem grande, uns sentados, outros em pé, para uma conversa com o diretor. Souberam então que era uma escola.

⁹⁷ Programa apresentado por Laurita Viana, em Casa Nova, narrando os acontecimentos. O programa foi ao ar no dia 25 de agosto de 1983.

Na sala de espera havia uma mesa pequena, algumas cadeiras, um quadro e uma bandeira. Olharam sem saber quem era o “homem do retrato”. Esse cenário os leva de volta para os componentes da sala de suas moradas, recheadas de seus santos padroeiros, seus oratórios, lugares sagrados de cantos e rezas, nos quais seus pais reúnem os vizinhos para, em frente às imagens, pedir proteção e chuva. Muitos preferiram ficar de cócoras, esperando e olhando tudo ao redor. O silêncio tomou conta do lugar da espera, olhos procuravam olhos “a gente olhava um para o outro”. O soldado anuncia: “vocês vão falar com o diretor que vai conhecer cada um”. Entraram um de cada vez, e saíam ainda sem saber o que significava tudo aquilo, o que iam fazer ali de fato, quanto tempo ficariam, quem eram os outros meninos que viviam naquela escola e o que tinham feito para estarem ali.

Naquela sala da Escola de Menores, o que estava por trás da porta “sagrada” era alguém que estavam prestes a conhecer. Naquele lugar, faltava o cheiro da terra, o balanço do vento, o juazeiro, o umbuzeiro, as águas das chuvas de inverno, seu jumentinho esperando “no terreiro” a hora de conduzir seu parceiro sertanejo até o criatório, o plantio ou à casa do vizinho. Eram outros os marcadores daquele lugar. Era outro o tempo: “parecia que tudo tinha sido parado para esperar que alguém botasse a gente para se mexer de novo. E parecia que o tempo tinha passado rápido demais de tanta coisa que passou pelas vistas da gente”, completa Louzinho. Outra expectativa tomou conta dos meninos, qual seja, a de quando iriam tirar suas roupas. Era o que faltava para arrancarem materialmente o sertão de seus corpos. Repentinamente, a porta se abre. Um nome é ouvido entre tanto: Lourival, entre! Louzinho, como era chamado se levanta, caminha uns passos, e passa pela grande porta que o introduz à sala do diretor. A porta se fecha para ir, em seguida, abrindo-se, alternativamente, a cada um que entrava conduzido pelo guarda. Que segredo ficou fechado entre as quatro paredes da sala do diretor Edson Tenório?

3.6 Louzinho, um dos órfãos: memória do ritual de internamento dos meninos⁹⁸

Deixaram roupas, sandálias, terço, benditos tudo o que tinham, separando-se da sua cultura, ao entrarem no Instituto de Preservação e Reforma. Nos termos de Genep a pessoa se separa do mundo exterior tirando sapatos, manto, cobertura da cabeça e se agrega comendo, bebendo junto com as outras mesmo que seja apenas durante um momento. Inicie

⁹⁸ O internamento dos órfãos de Pau de colher foi no Instituto de Preservação e Reforma chamada na época de Escola de Menores, estava ligado à Secretaria do Interior e Justiça. Hoje funciona o prédio da FUNDAC. O diretor chamava-se Edson Tenório e a orientadora pedagógica Glaphyra Gil Bellazzi. (documento encontrado no arquivo do SDI da Fundac, em 10/05/2006).

pelo que chamei aqui, dentro desse ritual na fase da separação, beneficiando-me da narrativa do senhor Lourival de Souza Rodrigues, um dos órfãos do sítio Pau de Colher. A escolha dessa narrativa, dentre órfãos entrevistados, deve-se menos a um critério de hierarquia, entre as narrativas, e mais pelo conjunto de informações trazidas em sua fala, a diversidade de lugares e cenários por ele vividos, desde o início do “adjunto”, em 1938, até o “naufrago” de Pau de Colher e a marcha para a separação.⁹⁹ Evidentemente, ao longo do texto, outros órfãos somaram fragmentos de suas experiências com as de Louzinho, pois estão em entrecruzamentos dos tempos e lugares sociais vividos em comum, como instrui Halbwachs (1994). A fala de Louzinho, erguida para este trabalho de tese, apresenta a dor da qual falamos no início desse capítulo. Dor pelo cotidiano da ruptura sofrida e que permitirá, ao leitor, uma tentativa de visualizar os sentimentos, vividos pelos órfãos, nessa primeira fase da viagem de deslocamento forçado.

Essas experiências foram emergindo do próprio âmago de suas vivências, com vistas, desse modo, poder aquecer uma discussão sobre a capacidade de crianças sertanejas, fora do sertão, além de reagir a uma ordem de fora, em engendrar um cotidiano que marcou não só a mudança, também a permanência. Não só neste capítulo, mas ao longo de todo este trabalho, ergo à estrutura da condição da *communitas* dos órfãos de Pau de Colher em Salvador, trajetórias, vivências e biografias de indivíduos, desde a sua gênese, que, de forma esbanjada, foram desqualificados pela historiografia, de modo geral, e pelo senso comum ainda dominante. Benefício-me, ainda, das afirmações de Albuquerque Junior quando afirma: “(...) a história é também a violência que se pratica com as armas dos conceitos, do pensamento, da razão”.

Entender o “narrador”, Louzinho, foi preciso considerar o caminho percorrido pela pesquisa até o seu encontro. Optei por colocar o percurso realizado até a morada desse órfão de Pau de Colher seguindo o que diz Benjamin (1994, p. 15): “quem escuta uma história está em companhia do narrador; mesmo quem a lê partilha dessa companhia”. Assim, a companhia entre narrador e pesquisador foi fundamental para entrar nas marcas emocionais desse processo de separação dos órfãos de Pau de Colher

⁹⁹ “Adjunto” juntamente com “mafuá”, “circo”, “redemoinho”, “balaio”, “ajuntamento” são expressões que aparecem nas narrativas e que nomeiam o lugar onde os religiosos ficaram no sítio Pau de Colher. São termos usados pelos que não participaram efetivamente do movimento e soam como se quisessem demonstrar crítica ao acontecido.

Conheci Louzinho em seu sítio nas terras da Lagoa Comprida.¹⁰⁰ Era carnaval. E é prática da família Souza Rodrigues se reunir em todas as festividades mais longas como Carnaval, Semana Santa, Finados, Festa de Padroeiro. Junta toda a família que, somados filhos, netos, primos, tios, genros e noras, chega-se a um total de aproximadamente cem pessoas. Acrescente-se a esse quantitativo toda a vizinhança que não precisa de convite especial para juntar-se aos eventos. Festa na casa de Louzinho é festa de todos da vizinhança.

Durante o trajeto, que fiz de caminhão, fui observando a movimentação do grupo que, de bairro em bairro, desde a saída de Petrolina, parava para pegar mais gente. Tratava-se de parentes e amigos, idosos, adultos, adolescentes e crianças carregados de bagagem cantando, rindo, conversando, puxando, uns aos outros para cima do caminhão. No meio do caminho, já entrando por estrada de chão, mais algumas pessoas sobem levando bodes, cabras, ovelhas, macaxeira, batata, legumes, feijão, seus presentes, um pouco do que podem levar para os dias que iriam passar naquele convívio.

As conversas, durante o percurso, giravam em torno da própria família, do que estavam fazendo, parentes que estão em São Paulo, gente que ainda chegaria do Piauí, noivados terminados, namoros iniciados, casamentos a vista, divisão das tarefas ao chegar ao sítio. Cada um participando com suas opiniões sobre a vida da família, criticando, apoiando, sem algum constrangimento. As vozes saíam no mais alto tom, aos gritos muitas vezes, para o outro ouvir, um chamando de um lado, o outro, por sua vez, do outro lado. Palavras que se cruzavam, levavam mensagens, ordenavam, censuravam, faziam calar os mais falantes e falar os mais calados.

De fato, eu estava indo para as terras da Lagoa Comprida, para as terras do sítio Sapateiro local onde um grande número de habitantes daquelas terras ficou acampado esperando as ordens de Quinzeiro par marchar até Pau de Colher¹⁰¹. Eu não sabia como seria recebida por seu Louzinho. A ansiedade me animava para o inesperado. A minha cabeça dava mil voltas e me colocava diante de muitas indagações: como seria seu Louzinho? Será que me receberia com tranqüilidade? Como eu ficaria esses cinco dias, com todos da família? Como seria para alojar todas aquelas pessoas? Como seria o encontro com um órfão de Pau de Colher, hoje, com mais de oitenta anos?

Eu estava, como todo pesquisador, ávida de informações, sobretudo, por ter sido, Louzinho, um órfão dos que havia sido levado para Salvador. Que experiência estaria me

¹⁰⁰ Lagoa Comprida é um povoado do município de Casa Nova-BA. Terras dos pais de Louzinho nas quais ele vive até hoje.

¹⁰¹ Quinzeiro foi um dos beatos vindos do Caldeirão de José Lourenço. Homem de poucas palavras, ele ficava sempre em uma rede afastado do “adjunto”, no meio do mato. (Queiroz, 1976; Estrela, 1998; Duarte, 1963).

esperando? Como seu Louzinho me veria? O que selecionaria para me dizer? As minhas preocupações estavam colocadas, em minha cabeça, no sentido de escapar do viés da tradição metodológica da etnografia que nos conduz como sentencia Alba Zaluar (1986, p.110), “a desprezar o que não tem forma, o que é contraditório e ambíguo”. Eu não queria, e essa era a minha luta, reduzir a história de Pau de Colher ao registro dos discursos oficiais e das entrevistas.

Era importante, inicialmente, conquistar a participação de Louzinho nesse encontro. Permitir um relacionamento com Louzinho, seus familiares e população dos povoados que não criasse a imagem dominadora e superior daquele que “vem de fora” a fim de:

Tornar a comunicação ou o encontro possível, bem como escapar das armadilhas montadas pela hierarquia ou desigualdades que transcende à situação de pesquisa. Estas podem vir travestidas pela roupagem moderna e sedutora do paternalismo e do populismo disfarçados de compromissos com a liberdade popular. (Zaluar, 1986, p. 115)

Minha cabeça rodava de um lugar para outro, ao pararmos em frente à casa grande, tentando imaginar quem seria seu Louzinho, dentre tantos homens idosos que ali se encontravam. Pensei, exatamente, nos momentos de Malinowski (1978, p. 19-23), em Trobriand. Suas dúvidas, anseios, desânimo. Estava em uma condição, no entanto, especial da pesquisa. Aquela condição de poder ter convivido com eles. O contato, efetivamente com os órfãos de Pau de Colher, dava-me a certeza de ter escapado de ficar à deriva apenas com “material morto”. Ali, diante de cada órfão, com a “magia” necessária a um pesquisador. Olhava de um canto para outro, ao descer do caminhão, sem me deter na deseida. Meus olhos queriam abarcar tudo de uma só vez. De repente, volto para o que estava fazendo, alertada por um dos seus filhos, Louveci, que me ajudava a descer do caminhão. “Cuidado professora! Me dê sua mão”. Colocou-me diante da grande responsabilidade que me esperava, ao mesmo tempo, o prestígio de ser uma professora e pesquisadora da história de seu pai. Não era o que eu queria, mas a idéia é aquela de que “em terra de cego quem tem olho é rei”. Infelizmente ela está impregnada em nossa cultura.

Em seguida, cadeiras colocadas em círculo, em um lugar arejado, estavam sendo preparadas pelos filhos mais velhos. Conduzem-me a um quarto para que eu me instalasse e, diga-se de passagem, o melhor que podiam oferecer: “esse aqui é o da professora”. Eu sabia que, em seguida, o primeiro contato seria feito. Seu Louzinho não estava, no momento, na casa. Encontrava-se no sítio fazendo vistoria em seus animais e escolhendo os melhores para a

feira do dia seguinte, pois as mulheres, do grupo das cozinheiras, esperavam para dar início ao ritual da matança dos “bichos”. Estes estavam já alguns dias na engorda. Lourival de Souza Rodrigues, conhecido como Louzinho, um órfão de Pau de Colher, estaria em poucos minutos, bem ali na minha frente. Era preciso escapar, na prática, da idéia de que só os líderes poderiam ser materiais por excelência do pesquisador. Os participantes excluídos da pesquisa, órfãos de Pau de Colher, seriam aqueles, também, poetas do movimento, pensadores de sua própria história que ali, face a face, de interação do individual e o social, vai ser dita por sua forma de falar, cantando ou dizendo, falando ou calando, chorando ou rindo. Seria um espetáculo carnavalesco e o desfilar dos cenários da história de Pau de Colher que Louzinho viveu como filho e como órfão. Apóio-me, mais uma vez, na advertência que faz Zaluar (*idid*, p.119):

O material por excelência do antropólogo não é tampouco o fornecido por líderes, informantes sábios ou detentores da “pureza” da cultura do grupo. Esta versão culturalista da antropologia, que não concebe a cultura como algo que se constitui num processo contínuo de interação social em que os símbolos e seus significados são reinterpretados, disputados, negociados, continuamente, até mesmo no próprio processo da pesquisa, já forneceu inúmeros equívocos engraçados.

Louzinho nasceu em 19 de fevereiro de 1926, nas terras da Lagoa Comprida, município de Casa Nova, no Estado da Bahia. Eram terras de seus pais, da família de Pedro Benvenuto, um homem rico, muito católico, dono das terras da Lagoa Comprida, agricultor e dono de um grande rebanho de bois e cabras. Pedro Benvenuto, pai de Louzinho, era como um juiz de paz da região. Apaziguava intrigas, resolvia problemas de compras mal realizadas, conversava com as pessoas, tinha muitos agregados em suas terras. Era admirado e havia estabelecido uma relação de confiança muito grande com seus moradores, por quem era considerado o “homem mais inteligente” da região e, por isso, as questões da família dos moradores eram passadas para ele resolver. Era um “homem de carato”. Segundo soube, através das entrevistas, Pedro Benvenuto tinha uma boa leitura e capacidade de ser um professor da região. Sabia ler e escrever bem e era muito conhecido no município todo. Lourival, seu filho, cujo apelido é Louzinho, tinha doze anos quando foi para o “adjunto” de Pau de Colher com seus pais. Ele me conta que foi levado pra lá após terem abandonado a Casa Grande do sítio e terem permanecido três dias em suas próprias terras, no meio de um descampado do sítio do Sapateiro, aguardando ordens para seguir até Pau de Colher. Lá se encontrariam com os outros que já aguardavam para a grande viagem até o sítio Caldeirão.

Na companhia de seus pais, Pedro Benvenuto e sua mãe, Graciliana de Souza Rodrigues, chamada de Gracinha e rezadeira chefe do José Senhorinho, Louzinho seguiu juntamente com todos os moradores da Lagoa Comprida para o sítio Pau de Colher onde os outros esperavam. Conta que o pai dele, Pedro Benvenuto, entrou “na lei” quando um dia, ao ir à feira da Lagoa do Alegre, que é também um lugar do município de Casa Nova, deixou seu jumento amarrado em uma árvore e, quando voltou, o jumento não estava mais lá¹⁰². Com o desaparecimento do animal, o pai passou a procurá-lo levando um dia inteiro para encontrá-lo, o que só aconteceu no outro dia.

Foi assim que Pedro Benvenuto conheceu as pessoas que estavam reunidas em torno do beato Senhorinho, em Pau de Colher.¹⁰³ Foi na Lagoa do Alegre que, Pedro Benvenuto, conheceu o beato Senhorinho e ficou convencido de que o lugar para eles viverem seria aquele no qual todos compartilhassem, em harmonia, no novo mundo, com seus familiares. Segundo Louzinho, “era gente grande, não era gente pequena não. Não era gente esfomeada não. Tinha gente de toda qualidade, pequeno e grande, mas ninguém se importava”. De repente, Louzinho chora, fica em silêncio, cabisbaixo, coloca as mãos na cabeça, as lágrimas caem por sua face, limpa o rosto.

O choro de Louzinho é um choro impulsionado pelo percurso que sua memória fez ao retornar no tempo, ao pisar, a memória, pelos caminhos das emoções vividas quando da chegada das tropas comandadas pelo Capitão Optato Gueiros e depois as tropas da Bahia e do Piauí. Ele chora, inclina a cabeça de vergonha, por ter sido envergonhado, por ter visto o que nunca tinha visto antes: armas apontadas para pessoas que caíam aos montes, um atrás do outro, pelo cenário que se lembra de um fogo, de uma caçada que duraram três dias, por um cenário cujas crianças caminhavam pelos corpos estendidos no chão à procura de seus pais, chamando, gritando, procurando por aqueles cujos chamados não tinham resposta. Após o dia 21 de janeiro de 1938, iniciam-se os dias mais obscuros, órfãos até hoje, dos dias que se seguiriam. Mensagem de força, do poder de impedir orienta as ações do capitão das forças pernambucanas. Os órfãos de Pau de Colher tiveram ordens oficiais diferentes das recebidas pelos “fanáticos” do Contestado. A orientação do General Setembrino de Carvalho, ao coronel Leitão, comandante do 54º Batalhão de Caçadores de Lages, foi: “devendo existir prisioneiros que tem casas e que se achavam obrigados no reduto é preferível que volte aos seus lares” (MACHADO, 2004, p. 324).

¹⁰² Entrar na “lei” significa passar a fazer parte do grupo do sítio Pau de Colher.

¹⁰³ Comenta-se que o roubo do jumento foi realizado pelos adeptos de Senhorinho e que teria sido um instrumento utilizado para provocar uma conversa com Pedro Benvenuto. Tive em várias narrativas esse comentário, durante as entrevistas.

As dores visíveis foram tratadas, numa prática de emergência pelo poder público, mas as dores invisíveis, as dores de sentimento, que marcam por dentro, esfacelam a alma, despedaçam-na seguiriam com as crianças ao longo do seu percurso de vida. Louzinho, do qual estou falando, era uma daquelas crianças. Seus pais mortos, cujos corpos foram deixados para trás, estava ali, sem saber sequer como foram enterrados. Não sabia de fato para onde iriam. Estavam sendo atendidos, mas o que aconteceria depois?

Louzinho lembra que a chegada, em janeiro de 1938, após ver seus parentes enterrados em valas coletivas, a Casa Nova, acontece em meio a um grande corre-corre de pessoas que saíam às ruas para verem aquele desfile de corpos esfarrapados seguindo como para uma sentença de morte. Era a celebração, no olhar de alguns, da força do Estado debelador o “mal” daquela localidade e libertador da honra da população da cidade da ameaça de “bandoleiros”. Pequeno demais estava entregue à própria sorte. Durante algumas horas, ficou envolvidos com tudo de novo que via: muita água junta (tratava-se do rio São Francisco), muitas casas juntas, muitas pessoas, um cenário diferente da vida calma e afastada que levavam em seu sítio.

Após o atendimento aos ferimentos físicos, recebe água, pão e café, pois era noite e ficou aguardando, junto aos demais, num salão grande organizado, alguém para dizer o que fariam de suas vidas. A noite, naquela casa grande e fria, foi longa e quase não conseguiu dormir a não ser pelo cansaço da caminhada que antecederia a chegada à cidade. Cedo da manhã, iniciam-se os preparativos para a “arrumação” de suas vidas. O que estava acontecendo é que, algumas meninas iriam ficar em Casa Nova “adotadas” por algumas famílias da região. O destino das outras não se sabia ao certo, apenas que iriam viajar. Nas horas que se seguiram ao amanhecer do dia 24 de janeiro daquele ano, as crianças menores começaram a chorar, ficaram inquietas, agitadas e Louzinho num canto esperando, segundo ele, a decisão de sua vida. Antes do meio-dia chegou um soldado que os conduziria até Salvador e, em seguida, tomaram conhecimento que os trinta e dois meninos iriam para uma escola: o Instituto de Preservação e Reforma, na época, Escola de Menores.

Durante a separação, os órfãos de Pau de Colher vão acumulando uma longa memória. Foram recordando como única via de sustentação de sua história foi reunindo os fragmentos, juntando os pedaços. Mesmo atravessando situações distintas das vividas em seus povoados a memória de seu lugar permanece presente em suas lembranças. Seria preciso uma mudança sensível para que o contrário acontecesse, mas os tempos e situações plurais, vivenciadas pelos órfãos, foram como diz Halbwachs, sempre um tempo contínuo [que se tornou] (grifo

nosso) acessível em toda sua extensão. Quando se transforma é que um novo tempo começa para ele, assegura Halbwachs:

Mas o tempo antigo pode subsistir ao lado do tempo novo, e mesmo nele, para aqueles de seus membros, para quem uma tal transformação tenha abalado menos, como se o antigo grupo recusasse a se deixar absorver inteiramente pelo novo grupo que nasceu de sua substância. (HALBWACHS, 1999, p. 123).

Experimentam nessa primeira vivência da saída de seu lugar de memória, de tradição de afetividades, o afastamento desse lugar e a aproximação a outro lugar e, assim, vão acumulando dois quadros de pensamento e foi em cada um deles que se colocaram para encontrar as lembranças dos quadros em que estavam localizados. Assim, para encontrar Pau de Colher, Quimadas, Proeza, Lagoa do Alegre, Lagoa Comprida, Castanheira, Batateira, no labirinto dos novos cenários, eles se transportaram, em pensamentos, durante toda a travessia, até aqueles lugares que alojavam ao significado de suas vidas.

Halbwachs (1999, p. 129) afirma que, nos novos cenários encontramos particularidades do antigo, pois só temos pensamento somente para estes. Os órfãos de Pau de Colher levaram em seus pensamentos os traços de seus lugares e a subsistência desses traços, continua o autor, “basta para explicar a permanência e a continuidade do próprio tempo e que seja [é] possível nela penetrar, a qualquer momento, através do pensamento”.

Para Halbwachs (*ibid.* p.143) “não há memória coletiva que não se desenvolva um quadro espacial”. O espaço, durante a viagem de desagregação, foi para os órfãos de Pau de Colher fundamental. O espaço é uma realidade dura e nossas impressões se sucedem uma à outra, nada permanece em nosso espírito e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio natural que nos cerca. Os órfãos de Pau de Colher foram reconstruindo esses lugares durante aquela viagem. Não queriam esquecer. Lutavam para não esquecer. Cenas afetivas do convívio familiar, cenas fortes do “fogo de Pau de Colher”, sentimento de abandono, de desespero.

“Nossas roupas não eram mais roupas. A gente corria pelos lugares que fosse. O que a gente tinha na mente é que tinha um soldado atrás de nós. E a gente sem proteção. A proteção nessa idade quem é? Os pais”. Daniel relembra, demonstrando abandono, até hoje.

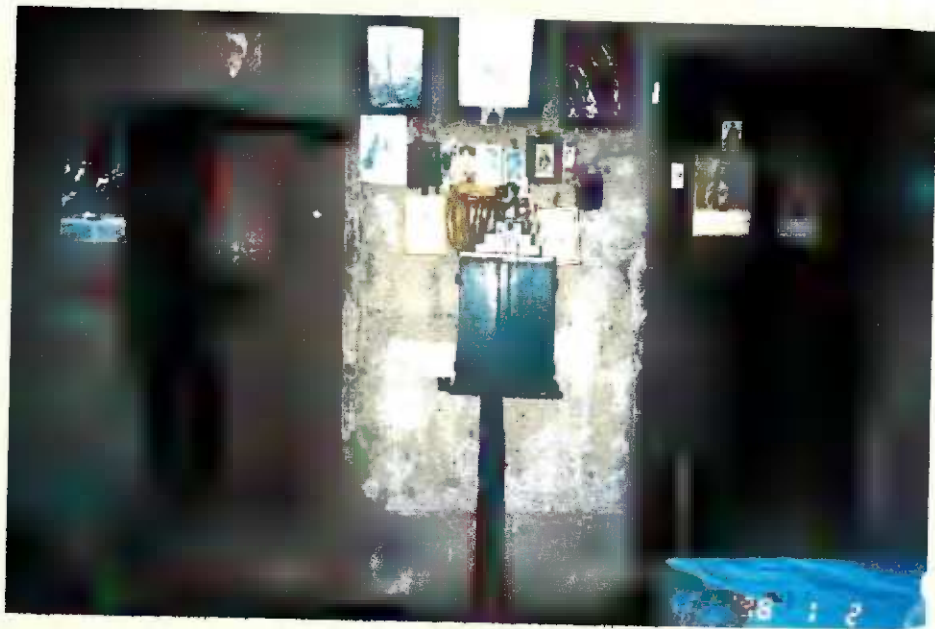
Assim, o conjunto de situações e elementos da natureza que rodeavam os órfãos de Pau de Colher, antes da separação, constitui-se em objetos que confeccionavam com o que a natureza oferecia. Passado que não passou. O sentido do passado que é uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e

outros padrões da sociedade humana (HOBSBAWM, 1998). Um passado como um processo de tornar-se presente. Atração forte desse passado como continuidade e tradição, como nossos antepassados, é forte assevera o autor.

Esses dias de meninice são guardados em sua memória e, em silêncio, no vapor, no trem, e na calçada onde seriam separados das meninas que os acompanharam naquela travessia, estabelecem a representação do seu passado que é convocado pelos “quadros sociais” daquele momento da separação. Mas do que um sentimento estético ou de utilidade, os objetos nos dão um sentimento à nossa posição no mundo, à nossa identidade. Como afirma Bosi (1994, p. 441) “Mais que da ordem e da beleza, falam à nossa alma em sua doce língua natal. É uma ordem que os unia e os separava. Unia ao mundo da sua tradição, defendendo-os de outra ordem”. Acrescenta, ainda, a autora de **Memória de Velhos**, citando Vitória Morin, serem objetos biográficos, pois envelhecem com o possuidor e se incorporam à sua vida. Digo, para o caso dos órfãos de Pau de Colher, ser objetos e situações que representam a experiência vivida por eles em seu grupo de origem.

Sobre a importância da memória, coisas e sentimentos, diz Bosi (1994, p. 452): “À resistência muda das coisas, à teimosia das pedras, une-se a rebeldia da memória que as repõe em seu lugar antigo”. A liminaridade dos órfãos de Pau de Colher será revestida de resistência, teimosia, rebeldia, conformação, dissimulação.

Após a chegada a Salvador eles foram transportados em viaturas da polícia para a Rua Pitangueiras, nº 26, Brotas, Piranga, Cidade Alta, Salvador/BA, onde ficaram entre três e oito anos, aproximadamente.



54- Oratório do Sr. Abi. Fica na sala da morada.



55- Tanque do Bonito-BA. Sítio do Sr. Abi. Tanque seco, seu Abi organiza rezas.



56- Morada do Sr. Abi em Tanque do Bonito-BA.



57- Tanque do Bonito-BA.



58- Morada do Sr. Abi em Tanque do Bonito-BA.



59- Oratório de Cesariano- Jacundá-BA. Falecido no combate com os caceteiros.



60- Oratório em Jacundá -BA.



61- Local onde arancharam os seguidores vindos do Piauí sob a liderança do beato Quinzeiro. Sítio Sapateiro-BA.



62- Restos da antiga casa do Sítio Sapateiro pertencente ao Sr. Pedro do Benvenuto.



63- Área do Sítio Sapateiro-BA.



64- Umbuzeiro em baixo do qual passaram dias rezando e cantando os seguidores de Pau de Colher sob a liderança de Quinzeiro. Sítio Sapateiro.



65- Restos da antiga casa do Sítio Sapateiro. Sr. Lourival, filho de Pedro do Bevenuto: "Quinzeiro não ficou aqui porque preferia ficar a fastado lá no umbuzeiro. Meu pai levava a comida todos os dias".



66- Cachi do Sítio Sapateiro onde vinham pegar água os seguidores comandados pelo beato Quinzeiro.



67- Caldeirões (pedras com aberturas) do sítio sapateiro. Área onde as mulheres lavam as roupas e esperam secar. Percurso em direção ao umbuzeiro onde ficava Quinzeiro.



68- Umbuzeiro onde arrancharam os caceteiros, vindos do Piauí, com Quinzeiro antes de se dirigirem para Pau de Colher.



69- Sítio Sapateiro, umbuzeiro onde ficaram os seguidores de Pau de Colher.



70- Sítio Sapateiro no local do umbuzeiro



71- Caiçara-BA, área vizinha ao sul do Piauí, de onde foram pessoas para se juntar ao grupo de Janjão.



72- D. Regina correu para Remanso grávida enquanto seu marido foi para Olho d' Água juntar-se ao grupo de seu Janjão.



73- Morada do Sr. Abi em Tanque do Bonito-BA.



74- Morada do Sr. Janjão em Dom Inocêncio-PI. Ao lado D. Marieta, sua esposa, Osiris, seu filho. Sr. Janjão muito doente. Morre em 04 de dezembro de 2001



75- Madalena Nascimento e suas filhas-- Casa Nova-BA.



76- Maria do Nascimento, tinha 19 anos na época. Participou do adjunto dos caceteiros onde perdeu os pais. Hoje mora em Casa Nova – BA.



77- Dona Maria Nascimento mostrando como José Senhorinho e os seguidores rezavam agitando os rosários.



78- Caldeirões (pedras com aberturas) do sítio sapateiro. Área onde as mulheres lavam as roupas e esperam secar. Percurso em direção ao umbuzeiro onde ficava Quinzeiro.



79- Maria Nascimento numa demonstração das rezas em Pau de Colher.



80- “Eles rezavam balançando depressa, para cima e para baixo, os braços. Todo mundo acompanhava Senhorinho que era pra se salvar” Maria Nascimento.



81- Maria Nascimento, remanescente de Pau de Colher, com filha, netos e bisnetos.



82- "Caldeirão, tudo numa nuvem". Maria Nascimento



83- "Aquele multidão cantando e rezando alto chega o suor descia". Maria Nascimento.



84- "Chega ajuntava tudo rezando chega o suor caia rezando aquele rosário: tererê, tererê, tererê". Maria Nascimento.



85- Raimunda Santos Castro. Remanescente do adjunto de Pau de Colher.

Capítulo 4

Memória, pertinência étnica e *communitas* dos órfãos de Pau de Colher: a margem

Não tem quem não sonhe com seu lugar. Lá na escola em Salvador pra onde levaram a gente, eu sonhava vendo eu voltando. Eu tava o dia todo pensando e eu gostava de me lembrar de tudo. Via as árvores o que eu estou vendo hoje. As árvores, as roças, os serviços. Eu lembrava dos meus irmãos, a gente tudo pegando umbu. Era uma coisa a gente pegar os jumento e ir tomar banho na cacimba com os irmãos e colegas. Minha mãe vinha e perguntava se eu tava com fome. Via minha mãe morrendo no fogo de Pau de Colher e dizendo vão embora que não tem mais jeito pra mim. Meu pai segurando a gente. Na escola só tinha um jeito da gente lembrar que era pensando. Cada um dizia o que lembrava e aí contava para os outros. E a gente não pode ficar sem isso. A gente não é só. Tem todo mundo com a gente lá no mato. (Entrevista com José Justiniano Gomes, em Queimadas, em 28/03/2007).

Nesta parte do trabalho quero refletir sobre o cotidiano da fase de “margem”, vivida pelos órfãos de Pau de Colher, no Instituto de Preservação e Reforma, após terem sido subtraídos do convívio social e cultural do qual fizeram parte. Estuda o longo tempo de suspensão de sua identidade e o trabalho da memória, nessa fase, para o resgate da dignidade perdida, subtraída pela repressão policial militar, por meio do desejo de voltar. A memória reminiscência, memória voluntária e memória afeto, durante essa fase, provocaram a evocação do vivido trazendo, até eles, o passado de sua tradição, memória esta inscrita em seu corpo. De igual modo, o trabalho de rememoração feito, durante o período de margem, relativo ao que vivenciaram antes da ruptura, passado esse que continuou presente. A memória dos órfãos de Pau de Colher, durante essa fase, foi de fundamental importância para a reunião dos pedaços de sua história, juntar pessoas, envolverem acontecimentos, fluir coisas e preservação de sua identidade, reforçada pela memória afeto cujas emoções vinham coladas em cada recordação. Assim, os quadros sociais experienciados, foram pontos de referência na reconstrução de sua memória na fase de *liminaridade*. Esta fase, entre o distanciamento e a reaproximação, fase de interrupção e suspensão dos papéis da tradição, fase em que as diferenças de costumes alimentaram nos órfãos um sentimento de pertencimento será estudada com base na memória do cotidiano da *communitas* na qual se inseriram. Os trabalhos

de autores que estudaram as noções, aqui citadas, se tornam pertinentes por apresentarem fundamentos para a discussão e, a partir da *communitas* dos órfãos de Pau de Colher, apresentar nova contribuição, na prática, dessas noções, uma vez que o trabalho da memória, a *communitas*, e o sentimento de pertença, os levaram de fato retornar ao lugar de origem. Os órfãos de Pau de Colher criaram a *communitas*, no isolamento, e se agarram à memória com aparato do *ethos* para permanecerem indivíduos.

4.1 Memória, pertinência étnica e *communitas* para o estudo da história dos órfãos de Pau de Colher

Nesta seção falo sobre as noções de memória, pertinência étnica e *communitas*, consideradas, nesta tese, pertinentes para o entendimento e sentido da história dos órfãos de Pau de Colher. Fundamentais, do mesmo modo, pois se aliam e expressam essa trajetória, ao vivenciado, desde que foram retirados do seu lugar de nascimento e vida. Aqui, abordo a fase mais duradoura, na trajetória dos órfãos, após a ruptura, quando foram matriculados, por ordens do Estado, no Instituto de Preservação e Reforma, escola internato, em Salvador (LEANDRO, 2007, 2008a, 2008b, 2008e, 2008d, 2008e). Nesse instituto os órfãos de Pau de Colher se inseriram em uma *communitas* durante um longo tempo. Para o entendimento do processo de vida dos órfãos, me amparo nos estudos de Victor Turner, sobre esse fenômeno, descrevendo o cotidiano dessa etapa da “margem”. Corresponde à segunda fase dentro da noção de *ritos de passagem*, estudados por Van Gennep e tomados como expressão da dinâmica social.

A partir de Gennep e, especificamente, em Turner, de sua obra **O Processo Ritual**, dedica-se a fase de separação através da qual, diz, claramente, os indivíduos são afastados de seu sistema de estrutura hierárquica, do sistema de posições sociais, escapando da rede de classificações, que normalmente determinam a localização de estados e posições num espaço cultural, para entrarem em uma nova condição, “a margem”, onde o sujeito é considerado transitante. Nesta fase caracteriza-se o sujeito ritual seja ele individual ou coletivo como ambíguas. Este sujeito que transita, passa por um domínio cultural que tem pouco, ou quase nenhum, dos atributos do passado ou do estágio futuro. Turner caracteriza esses estados liminares como “antiestrurural”, “rudimentarmente estruturado” e “relativamente indiferenciado”. Caracteriza, assim, Turner, os estados, como aqueles em que todos os atributos do liminar ficam suspensos. Turner (*ibid.* p.130) vê esse estado pelos seguintes situações do indivíduo transitante: uma tabula rasa, uma lousa em banco, no qual se inscreve o

conhecimento e a sabedoria do grupo, nos aspectos pertinentes ao novo *status*, como o caso dos neófitos; submissão e silêncio a uma autoridade; aceitação de dores e sofrimento; perda de nome e das roupas; nudez ou uniformidade de vestuário; suspensão de direitos e obrigações de parentesco; humildade; descuido com a aparência pessoal; associação com a morte.

Todos esses atributos foram analisados por Turner entre os neófitos, os Ndembu, do Zâmbia, os noviços, na referida obra, e, nesse sentido, vai chegar à noção de *communita*. Com essa expressão, ele quer mostrar a relação social de uma área de vida em comum e concluir que a vida social é um tipo de processo dialético que abrange a experiência sucessiva do alto e do baixo, de *communitas* e de estrutura, de homogeneidade e diferenciação, igualdade e desigualdade. Conclui que “a vida de cada indivíduo o faz estar exposto alternadamente à estrutura e à *communitas*, a estados e a transições. Na trajetória dos órfãos de Pau de Colher está clara a situação vivenciada de “margem” e a vivência de uma *communitas*.

No entanto, os órfãos de Pau de Colher nos mostram, no cotidiano da *communitas*, uma possibilidade de se perceber seu lado positivo, pois o isolamento, a submissão, o silêncio, o sofrimento, a solidão, a saudade, a falta, as ausências, ao qual foram colocados, não provocou a ruptura de sua identidade, bem ao contrário, favoreceram as “mil maneiras de caçar”, de fazer o cotidiano, alimentados pelo sentimento de procedência comum, avivado, como “um reverso positivo”, pelas diferenças de costumes, do novo lugar no qual foram colocados, criando uma consciência de comunidade (WEBER, 1994, p.269).

A partir do que a pesquisa suscitou, este instituto será aqui tratado como o depositário do *ethos*, lugar no qual os meninos assentaram, cotidianamente, sua pertença. Lugar onde viveram essa “margem”. Lugar onde a ruptura se efetivou de forma mais pontual e, sua cultura foi hipotecada ao Estado. Sujeição esta de uma dívida por serem considerados “ignorantes”, “sem instrução”, filhos de pessoas “perigosas à boa índole dos sertanejos”. O que era esse *ethos* para os órfãos de Pau de Colher? Como resguardaram sua maneira de ser, se impuseram para sobreviver? De que forma a sedução das origens se manteve abrasado? De que maneira, nas circunstâncias onde as crianças foram colocadas, pelo Estado, agiu construindo para si o teto que afastava a possibilidade de apartamento com seu *ethos*, morada de suas vivências do sertão? Que elementos do vínculo da identidade foram vividos no sentido de fazer frente à ruptura da identidade medicada pelo Estado. De igual modo, compartilhando cada um dos órfãos, na escola, desse recurso do *ethos*, se conservaram entranhados desse sentimento das origens e superaram o que foi imposto as suas vidas após a morte de seus pais.

Weber (*ibid.* p. 267) é claro quando aborda o conceito, ‘pertinência à raça’, afirmando que “esta somente conduz a uma comunidade quando é sentida subjetivamente como característica comum”. Em segundo, mais adiante, assevera (*ibid.* p.269) a respeito da ‘consciência de comunidade’ que “todas as diferenças de costumes podem alimentar, em seus portadores, um sentimento específico de ‘honra e ‘dignidade’” e que (*ibid.* 271), “sua afinidade estreita baseia-se somente em um fundamento comum: a crença numa honra específica - a honra étnica- dos membros”. E, por fim, ainda reforça que:

De fato, os efeitos da adaptação habitual e as recordações da juventude continuam atuando nos emigrantes, como fonte do ‘sentimento de apego à terra natal’, mesmo quando estes se adaptam tão completamente ao novo ambiente que um retorno ao país de origem lhes seria insuportável. (*ibid.* p.270).

Diante dos fundamentos apresentados por Weber, certamente, trilhei o rito de “margem”, dos órfãos de Pau de Colher, no sentido de alumiar nosso objeto empírico, especificamente, neste capítulo: o Instituto de Preservação e Reforma como “lugar depositário” da força emocional do *ethos* tecido de mil maneiras. Tratou-se de um esforço que apontou para uma intensificação do trabalho etnográfico, de identificação e reflexão, minuciosa, das falas, procurando respeitar as diversas ocasiões nas quais se colocaram e responderam à coerção do Instituto de Preservação e Reforma, do tempo histórico em que viveram. Elster (1994) me permitiu verificar a ação individual do grupo dos órfãos de Pau de Colher filtrada por coersões físicas, econômicas, legais e psicológicas. Esse filtro foi o mecanismo das ações dos órfãos explicadas por oportunidades e desejos, por sua vez, ligadas aos códigos de honra, correspondentes às normas sociais da tradição do grupo de Pau de Colher. Investiguei, etnograficamente, as circunstâncias em que os trinta e dois meninos órfãos de Pau de Colher, ao serem desalojados de seu lugar de costumes, nutriram a “crença subjetiva na procedência comum” e embalaram o sonho de voltar a terra. Em todas as narrativas, os órfãos sublinham a vontade permanente do retorno às suas origens, “voltar para a terra dos nossos pais”, disse Louzinho. Ao mesmo tempo relatam, sistematicamente, as estratégias, como situações elo, por eles vivenciadas, que permitiram sua sobrevivência no instituto.

Suas narrativas eram ladrilhadas por frases como as de Alexandre Costa: “a gente pensava o tempo todo no sertão” era uma forma de fortalecer, encorajar e resistir à suspensão temporária de suas existências interrompidas. Lugar onde sua identidade, ao contrário do que

o Estado entreviu, era provida do necessário à subsistência e originadas pelo cenário simbólico nascido, dinamizado e impellido, emocionalmente, “mais forte do que uma lealdade (...). Inscrita em seu próprio corpo e sempre presente (...) que estabelece o norte e os parâmetros de uma trajetória social concreta”, alerta (OLIVEIRA, 1999, p. 30).

Ligado a essa discussão, está, a memória, como alicerce e possibilidade, pois, os órfãos de Pau de Colher, reportaram sua memória, direta ou indiretamente, para o sertão, para seu lugar, para sua origem. As mil maneiras que teceram, para permanecer com as lembranças da sua terra, de seus parentes, de seu trabalho, de suas relações, foram abertas pela própria situação histórica com a qual experienciavam, naqueles dias, no instituto, nas quais os quadros sociais da sua história de vida fluíam cotidianamente.

Por mil maneiras de tecer e reforçar o *ethos*, entende-se os deslocamentos do ponto de vista do pensamento e das ações que os colocava em concordância com a origem. O que argumentamos sobre, “tecido de mil maneiras”, é que entendemos serem as bases propostas de um cotidiano inventado, como arte de fazer e mil maneiras de caçar, diz Certeau (1994) que nos permite elucidar como os órfãos fizeram esse cotidiano, resguardando o seu pertencimento, nesse deslocamento, bem como se projetando para o processo de fechamento das feridas, com o retorno, para vinte oito deles e início de outro caminho, o do perdão. Os quatro que não voltaram estão, visivelmente, com as feridas exposta, mil fraturas ainda presentes em suas vidas. Não se sentem nem lá, nem cá. Nem de dentro e nem de fora. Ainda em *liminaridade*, no entanto, mantém a esperança de uma reconciliação com o seu passado, após a morte ao declararem, com firmeza, o desejo que suas cinzas sejam levadas para o seu povoado de origem, espalhados pelo chão de sua intimidade.

Defendo ter sido, o Instituto de Preservação e Reforma, espaço privilegiado para esse fazer de mil maneiras e, no qual, concordamos com Weber (1991, p.272), “fortes diferenças de costumes, as quais (...) desempenham um papel equivalente ao do hábito hereditário, na formação de sentimentos de comunhão ética”. Lá usaram um tempo para si, a despeito das exigências entre a sala de aula, o campo, as oficinas (barbearia, mecânica, marcenaria, plantio) e aí uma forma importante de “insubordinação”, muitas vezes disfarçada, com as muitas maneiras de manutenção da memória/identidade. Com Michel de Certeau, portanto, aprendi que o homem ordinário são todos os homens, todas as pessoas, consumidores, desde o caminhar até a inserção no sistema maior. Homem ordinário que cotidianamente se desloca, cria, aproveita oportunidades, não está somente preso a uma vigilância, não pode ser reduzido a prisões cotidianas imputadas pela sociedade. Que o cotidiano é inventado, “cotidianamente”, e que os sistemas fechados, que nos envolve, são espaços abertos

privilegiados onde o homem põe em prática suas ocasiões para inventar, põe em prática uma ação criativa, sem interesse de lucro.

Durante a travessia e, principalmente, o drama vivido na “margem”, os órfãos de Pau de Colher produziram e vivenciaram lugares de sentido, lugares da prática, lugares socialmente criados onde, esses sujeitos “ordinários”, lembraram e construíram seus registros. Michel Foucault (op. Cit), em sua obra **Vigiar e Punir** traz uma pertinente contribuição para a história dos órfãos de Pau de Colher, quando, naquele estudo, apresenta o cotidiano de homens na contramão das regras e das normas, dos ditames do poder, esclarece, reforçando, Albuquerque Junior (op. Cit.). Foucault me deu a possibilidade que a história do drama dos órfãos fosse possível ser levantada, momento em que ele vai buscar a história desses homens que se debateram em meio ao que a memória oficial impunha como verdade.

As narrativas dos órfãos de Pau de Colher desse lugar onde sua identidade passou suspensa durante um longo tempo fazem aparecer os silêncios, a eles impostos, para que as verdades do Estado se estabelecessem. A memória do Estado, sobre os órfãos, se colocando como uma verdade, qual seja, a memória de que eram filhos de “bandoleiros fanáticos” querendo soar como uma memória inabalável e direcionava-se para impor um cotidiano do silêncio. As regras e normas da instituição, na qual foram colocados, impunham o silêncio do sertão, esquecimento da história e da tradição. Uma análise desse período, segundo Ribeiro (1990, p. 115), “aponta para uma orientação político-educacional capitalista de preparação de um maior contingente de mão de obra para as novas funções abertas pelo mercado”.

É esse sujeito, das “margens” de Turner, indivíduos submissos, autocontidos, obedientes, em seu rito de passagem, que se consolidam nos personagens das “margens” de Foucault. Esses sujeitos que lutam para se manterem indivíduos. As reminiscências, os lugares, as ocasiões, as manifestações, do que chamamos de memória como estratégia de sobrevivência do *ethos* do grupo de órfãos de Pau de Colher, apontam para a possibilidade de levantarmos essas vozes, abafadas, subterrâneas, excluídas. Do silêncio, por exemplo, dentre outras formas, que poderia ser interpretado como vergonha de falar, será refletida como tática, como modo de não ceder por meio de sentimentos compartilhados. Convivendo em um cotidiano entre estratégias de dominação, por parte do Estado, e a memória como estratégia de sobrevivência, por parte dos órfãos, os órfãos se aproximam da necessidade de continuar vivendo através do exercício de lembrar. Lembrança, como lugar de manutenção dos laços sociais, do vínculo que perceberam necessário para manutenção de sua identidade, regados pelo sentimento de pertença, era seu instrumento maior de vida. Permitir, a partir da história oral dos órfãos de Pau de Colher, o que Alberti (2005) lembra sobre recuperar aquilo que não

encontramos em documentos de outra natureza como, acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares recuperando o vivido conforme concebido por quem o viveu.

Estou pensando nas falas enquanto associadas e atravessadas pela relação com um código gregário vivido pelas crianças, como sertanejos. Falas de sujeitos sociais, de sentimentos compartilhados, de autores e atores, que falam de suas histórias e de seus percursos de forma imbricada. Estou imaginando o lugar da tradição, entendida como aquele que afeta o que os indivíduos são e fazem e porque são transformados pelas marcas que traduzem a ação coletiva dos atores (SCHELER *apud* PEREIRA, 2008). Mas, ao mesmo tempo em que sofreram uma ação estruturadora do Estado, com a política de “civilizar”, de “educar”, de “higienizar”, contrariamente, não desfizeram o sentimento de alusão à procedência. A ênfase, aqui, é reportar à memórias que não são tempo vazio, mas um tempo onde os lugares de cada um deles, individualmente, e deles, com o grupo, fazem parte da trajetória dos órfãos. O choro que arrastava a memória da mãe para perto do seu corpo; a fuga do instituto em busca do caminho do “mato”; a fome saciada através do roubo das frutas do pomar; as marcas indestrutíveis das balas e dos sentimentos impressos em seus corpos; o sonho que os transportava para seus afetos, seus pais, sua terra, seu trabalho, seus amigos, seus vizinhos; o cenário de liberdade, própria, de suas vidas no lugar de suas afetividades, onde não precisavam pedir licença para pegar um umbu, posto que a natureza estivesse ali a abrigar generosamente suas vidas; a obediência como forma de conquista e a desobediência como forma do reforço emocional. Para Santos (2000, p.245):

Ao deslocar o centro, a subjetividade de fronteira coloca-se em melhor posição para compreender a opressão que o centro reproduz e oculta por meio de estratégias hegemônicas. É que na margem haveria uma certa “vontade de maximizar” as oportunidades de liberdade e autonomia.

Para tanto, fiz uma incursão, situando as conexões com sua origem, observando e ouvindo os órfãos em suas mais diversas expressões, e linguagem utilizada, considerando, a palavra falada e a palavra silenciada, a comunicação verbal e não verbal, o gesto, o abraço, o aperto de mão, o sorriso, momentos onde jaz a idéia do destino comum “porque lá era a terra onde nós nascemos, terra dos nossos pais”, afirmou com saudade, Daniel do Nascimento. Suas narrativas autobiográficas, durante o período da margem, na escola, falam de si, construindo um texto em que sua trajetória de vida foi o elemento central (LOPES, 2006).

4.2 Memória, quadros da memória e desejo na *communitas* dos órfãos de Pau de Colher

Halbwachs (1990, p.131), é bem claro quando afirma “que as imagens habituais do mundo exterior são inseparáveis do nosso eu”. Os objetos, nossa cultura, nosso entorno material leva nossa marca e a dos outros. É o que vai esclarecendo ao logo do capítulo “A memória coletiva e o espaço”. Cada objeto encontrado, diz o autor, vai lembrando uma maneira de ser comum a muitos homens e o lugar que ele ocupa no conjunto. Na vida dos órfãos de Pau de Colher, os rastros do relacionamento identitário foram traçados através fios e fios de histórias contadas e encadeadas, no Instituto de Preservação e Reforma, num processo de recuperação da memória de suas vivências com a terra, com o lugar, nos povoados e moradias onde construíram, em conjunto com seus outros, seus momentos diários, onde fizeram e onde eles continuam partilhando o seu ser. Ao contrário do que o Estado imaginava estar fazendo de “bom”, para os meninos, ao retirá-los do seu “chão” e transportá-los para outro lugar, a idéia da escola como uma possibilidade de libertar do sertão “atrasado”, sertão “não civilizado”, era um equívoco. A despeito de terem tido uma educação diferente da sua, de terem tido oportunidade de estudar, de conviver com valores da cidade grande, o lugar no qual eles queriam continuar inseridos, ficou lá trás no canto de suas origens. Saíram, retirados da sua terra, mas levaram, colados ao seu corpo, e ao seu espírito. “Levaram a sua história, que é a história do seu lugar, “a história presente neles”, a “marca de uma sociedade”, de uma nação”, “de uma classe específica”. (ELIAS, 2000, p. 31). Estavam sozinhos na escola, isolados, sem seus pais, sem sua casa, sem seus cantos de identidade, sem seus cenários cotidianos e na companhia de mais de trezentas crianças abandonadas, da área urbana, crianças recolhidas, pelo instituto, e entregues a sua própria sorte.

Embora tenham ido, “com uma mão na frente e outra atrás”, como nos disse seu Manuel Nascimento, a indumentária do sertão estava ali presente em seus corpos, em suas mentes e o instituto funcionava como um efeito inverso. Tudo o que a escola oferecia era tudo o que faltava do sertão. Tudo o que dava sentido as suas vidas e o que estava ausente, “naquele mundão que era a escola”, onde “eu via o sertão, as árvores, os bodes, as cacimbas”. A memória do sertão aguçava sua identidade. As dificuldades de sobrevivência de sua cultura e os rompimentos diários pelos horários e forma diferente de dormir, de comer, de se relacionar, de trabalhar, os levavam a lembrar manter e o faziam, conversando em grupo ou mesmo sozinhos. Pensando em seus dias de outrora, em suas vivências, ao relembrem suas ocasiões, as manifestações de sua cultura eram construídas e a conexão com o seu lugar aquecido. Os laços de parentesco, e as situações cotidianas familiares, eram as que mais

vinham à lembrança nos relatos entre eles. Os vínculos herdados dos pais, dos parentes mais próximos, dos amigos e vizinho eram como as âncoras que sustentavam o passado. A pedagogia da terra informando valores, crenças, mitos, ritos (GADOTTI, 2000). As relações de aliança de um povoado, para com o outro, onde há sempre um parente no outro povoado ou vizinho, de portas abertas para ajudar. Augé (1997) corrobora com essa idéia quando afirma que é por meio das relações com o passado que as coletividades se conectam consigo mesmas e com a história.

Os órfãos ao evocarem essas fortes ligações, através das conversas entre eles, e nos lugares que escolhiam para testemunhar suas lembranças e dor, tocavam em feridas que estavam abertas. Ao mesmo tempo, davam suporte as expectativas de um dia retornar. Apesar de crianças, já havia um laço de trabalho junto aos pais. Aquele acompanhamento, diário, que faziam do criatório à roça. O tempo que passavam com o pai e com a mãe, nos lugares da produção, da colheita e da criação, levava aos momentos de ajustes das suas relações com o aprendizado com a natureza, a experiência com os períodos de seca e as superações criadas a partir dos saberes da experiência de homens da terra.¹⁰⁴ Chamavam em seus relatos as pessoas, e elas eram aquelas mais próximas, com relação a sua vida nos povoados e às pessoas que passaram, diretamente, pelo drama da morte em Pau de Colher, da morte coletiva da qual foram testemunhas. Além desse aspecto, a conversa em grupo, os ligava de forma mais imediata, em seu sentimento de perda, à questão da morte dos pais e familiares em Pau de Colher. Laços espirituais que subsistem ao tempo e ao lugar inspiraram sua forma de se comportar na escola, pela lacuna aberta, causada por esse dano.¹⁰⁵

O deslocamento feito para Salvador indicava um movimento contrário. A memória dos órfãos apontava um movimento de recuperação e de revitalização, pois significava paralelo às atividades na escola, tudo o que havia passado a partir do presente. Durante essa recuperação da memória, retomavam as relações como um todo, o olhar para trás, a convivência, os valores, símbolos, manifestações, suas histórias. A troca de informações entre os órfãos, no instituto, aqueceu o vínculo na medida em que eles contavam, uns aos outros, sua experiência em Pau de Colher antes da chegada à escola. Narrando cada, um aqueles momentos, vão

¹⁰⁴ Manuel Correia de Andrade em sua obra, "A terra e o homem no Nordeste", (1986, p. 45) no diz: "Assim, o sertanejo previdente, guarda para os meses de estio parte dos alimentos que adquire durante a estação chuvosa (...) e "preocupando-se com uma possível seca, o sertanejo está sempre às voltas com "experiências" e prognósticos sobre as possibilidades de chuvas nos anos que virão". E que é uma prática histórica do sertanejo: "O sertanejo está sempre preocupado com a possibilidade de uma seca, já que desde os tempos coloniais ela se vem repetindo, com maior ou menor intensidade, mas com periodicidade impressionante" (*ibid.*).

¹⁰⁵ Ariès (1986) lembra a importância do sentimento de família, da iconografia, dos jogos e brincadeiras, dos trajes, a família para o crescimento das crianças. Da mesma forma a escola como instrumento de segregação.

erguendo, a partir da memória, os dias, os meses, os tempos, os lugares que revelavam seus marcadores de vida. Desembocando e reavivando, assim, a partir dos relatos entre eles, suas culturas, como viviam, fortaleciam seus dias. À lembrança de Jullien Quentin, menino de doze anos que em janeiro de 1944, entra para o Petit Collège, em Fontainebleau passando a vivenciar o rigor dos adultos, a violência institucionalizada e a incorrência das regras e normas, mas apesar de tudo mantendo-se crianças (MALLE, 1996).

O que os meninos teceram, no Instituto de Preservação e Reforma, provinha do que estava desde sempre enrolado em seus corpos. Os meninos de Pau de Colher cantavam benditos, rezavam rezas, falavam de suas histórias, cantavam canções de ninar, aprendidas e vividas em suas terras com seus pais. Revelava-se, assim, onde estava abrigado seu pertencimento. Em outra forma, obedeciam, fugiam silenciavam, reagiam, desobedeciam, participavam, tiravam frutas no pomar da escola. Eram situações como formas de colocar para fora a sua terra reagindo às pressões do mundo externo, que os limitava e constrangia. Colocavam para fora e sentiam, através dessas situações, lembranças e sentimentos que não eram daquele lugar, que aquele lugar não correspondia a seu estilo de vida, ao seu mundo, ao seu caráter de meninos do sertão, que sua nuance corresponde a sua vida de sertanejo, ao seu ser camponês. Lições de casa, dos pais. Educação da terra que nos termos de Freire (1996) é uma forma de intervenção no mundo.

O sistema da escola para o qual foram levados ensinou, desde o dia que lá entraram, que a vida deles teria que ficar para trás, pois “tiraram nossas roupas e nós chegamos sem nada de nossa terra” ou quando afirmaram que “aqui vocês vão se educar”, lembra Daniel do Nascimento. Nos termos de Goffman, seria as mutilações do eu. Desde cedo, os sujeitos da escola, dizer aos meninos que tudo o que havia acontecido antes fazia parte de um mundo de “bandoleiros”, “analfabetos”, “desocupados”. “Fanáticos! Caceteiros!” “Era assim que chamavam a gente e como os outros meninos da escola chamavam a gente”, continua lembrando Daniel. Nos termos de Elias (2000), corresponde a uma gama de termos que estigmatizam outros grupos de que dispõe as pessoas em todas as sociedades. Estigma da desonra coletiva imputado aos de fora.

Goffman (1974) assevera ser, o processo de admissão em uma instituição total, uma despedida e um começo onde, na admissão, os fatos a respeito das posições sociais e do comportamento anterior são coligidos e que ficam à disposição da equipe diretora. As mutilações tendem a incluir aguda tensão psicológica para o indivíduo. O poder institucional, a partir desse procedimento, vai publicisando a vida dos órfãos de Pau de Colher para toda a escola. A escola tecia laços urbanos para meninos camponeses por meio das obrigações rituais

da escola: oficina de música, banda marcial, aulas de catecismo, orientação militar, oficina de mecânica, alfaiataria, sapataria, acompanhamento do aproveitamento com cores azul, amarelo, verde, vermelho e preto. “O preto era aquele que era a má conduta e as notas da gente ficava num quadro bem grande pra todo mundo ver. Quem tirava preto era a pior coisa do mundo”. Como, dessa forma, poderiam os órfãos de Pau de Colher entender a escola como de “civilizados”? Como podem recuperar meninos, expulsando meninos? Foram colocados na escola para serem “salvos da perdição dos seus pais”. Tirar preto seria, então, motivo de rejeição no grupo, pois “todo mundo apontava com o dedo quem levava preto”. Mas o preto lá em Pau de Colher era a cor da inclusão, ao grupo, que esperava “as ordens do beato José Senhorinho para fazer a viagem até o Caldeirão de José Lourenço”. Disse-me seu Louzinho Rodrigues: “eu graças a Deus só tirava azul que, para a escola, era muito bom”.

Um preto, para eles seria a exclusão da exclusão. Exclusão, primeira, com relação ao terem sido arrastados do seu lugar, como “desordeiros”, e, com relação à escola, por não terem condição de acompanhar os outros, eram os “inadaptáveis”. Os valores da cidade, introduzidos na cultura dos meninos sertanejos, foi pretexto para que os meninos desfiassem suas histórias, demolissem suas lutas, desfizessem seus costumes, deitassem abaixo suas lembranças, rompessem com sua memória. Memória da terra, da tradição, do lugar comum, singular, de liberdade, de vivências nas quais residem suas trajetórias.

Fiando seus cantos, suas rezas, seus benditos, fiando seus hábitos e costumes, através da memória dos seus ancestrais, de sua terra, de suas vivências, eles sabiam estar percorrendo suas histórias, sua identidade, ansiedades, medos, desafios, frustrações. “Eu gostava da hora de dormir porque eu ficava pensando na minha mãe e ai eu sonhava com ela vindo pra junto de mim e me dando um copo de leite para eu não dormir, com fome, e contando um conto daqueles que eu gostava de ouvir e o do papagaio era um deles”, relembra seu Manuel do Nascimento. Para os meninos os cantos, contos e rezas, roupas e jeito de serem, símbolos do pertencimento, são censurados como símbolo de “atraso” e eles próprios, “caceteiros”, passam a serem identificados como insígnia do pecado dos pais, pecado de uma cultura, filhos de uma cultura desautorizada, desconhecida pelo Estado e pela cidade. Obedecer à orientação dos professores, guardas e mestres das oficinas, no entanto, consistia em uma obediência muitas vezes dissimulada, para continuar se encontrando com os valores de sua cultura. Obedecem, mas continuam se utilizando dos momentos da obediência para continuar reforçando sua pertença porque “participar da banda tinha prestígio e liberdade mais do que trabalhar na oficina”. Obediência que conduzia, ao tempo livre, para se refugiar em seus pensamentos e “tinha outra regalia”, afirma seu Alexandre Costa.

Com a pressão da estrutura, os órfãos de Pau de Colher, sabem dos limites do confronto direto, agem de forma, na maioria das vezes, disfarçada, e produzem uma destreza para manter a preservação de uma herança comum na origem. Não permaneceram incólumes ao preço da cidade, imputado como valores “de civilizados”, cuja solicitação adveio da campanha desenvolvida após o “massacre” em Pau de Colher. A meta, já conhecida, estava voltada para a “necessidade imprescindível que se faz de uma Cruzada Educativa” (BRITO, 1999 p.67), através dos pedidos oficiais do cel. Maurino Cezimbra Tavares. Participaram de time de futebol, tocaram instrumentos musicais, pois alguns como Alexandre Costa e José Justiniano Reis, freqüentaram as aulas de música, saíam aos domingos para passeios na praia, participaram de festas beneficente, se apresentava em eventos no Palácio do Governo, segundo Alexandre: “eu e meus colega da banda tocava para as festas no Palácio do Governador”.

Entranharam o sinal do seu tempo e de sua história, suportando a marca da estrutura escolar e do tempo histórico. As proibições na escola, a disciplina rigorosa, os castigos, o silêncio, exigido à noite, nos dormitórios, o estigma que era revelado a cada abordagem, a separação do grupo em sala de aula, específica só para os filhos de “caceteiros”, foram brechas aproveitadas, contraditoriamente, o que beneficiou pela aflição a inspiração dos fatos passados. Dizendo de outra maneira, o sistema com o qual os órfãos conviveram durante sete anos na escola, ele mesmo, por contraste de costumes diários, os guiou ao encontro com o passado. A diferença como eram olhados, como eram apontados de “fanáticos” de Pau de Colher, pelo jeito de ser, pelo jeito de falar, pela forma como ficaram conhecidos na escola, como afirmaram: “só chamavam a gente de caceteiro”, constrangido, lembra Daniel do Nascimento. As perguntas curiosas, sobre o que eles faziam de onde tinham vindo o que tinha acontecido, trabalhavam na relação inversa ao interesse da instituição, qual seja torná-los “civilizados” na perspectiva do urbano. São os símbolos de estigma propostos por Goffman (1988, p. 53) e, especialmente, efetivos para despertar a atenção sobre uma degradante discrepância de identidade que quebra o que poderia, de outra forma, ser um retrato global coerente, de uma redução conseqüente em nossa valorização do indivíduo. No caso dos órfãos de Pau de Colher: as marcas das balas no corpo (percoço, perna, quadril, coxa), a fala, o ter vindo de outro lugar, de serem filhos de caceteiros.

“Eles queriam saber de tudo. A gente era muito discriminada. A gente quando é roceiro e vai para uma grande cidade e eles identificam como roceiro já é uma discriminação. Eles tratavam a gente como gente estranha”, afirmou. Perguntas como: “o que vocês comem e como se vestem, eram freqüentes. Até a nossa fala eles discriminavam. Por mais inteligente que uma pessoa que venha do mato seja, eles discriminam”, recorda Daniel do Nascimento,

revoltado. Essas fortes diferenças desempenhavam um papel decisivo na formação do sentimento de comunhão, sobretudo, “nas diferentes condições de existência” (WEBER, 1994 p.272). A oposição no modo de vida “desencadeou em ambos os lados, a idéia de sangue estranho” dos outros, independentemente da realidade objetiva, assevera Weber (*ibid.* p. 273). Nessas condições os meninos de Pau de Colher ora obedientes, ora desobedientes, ora submissos, ora submetendo a estrutura. Eram agentes dinamizando o processo.

Esse ser de um lugar, lugar de trabalho, lugar dos ancestrais, lugar da terra, lugar de trajetórias compartilhadas, lugar que o revela e lugar onde ele está inscrito. Terra inscrita por eles e escrita neles. Um lugar no que, nos termos de Augé, pode se definir como identitário, relacional e histórico. Os órfãos de Pau de Colher nos dão a possibilidade de que sejam pensados, nas diferentes situações concebidas, por eles, no instituto, de forma a por em ordem um “sentimento específico de honra e dignidade”. Dessa feita, o que isto significa? Significa a possibilidade de pensarmos os órfãos de Pau de Colher, em Salvador, preservando seu passado, vivenciando através da memória sua tradição, sua história. Quem são esses meninos de Pau de Colher? São meninos do sertão como ressalta Daniel Nascimento e continua:

Da roça que é uma coisa diferente. Você vai pra roça com seu pai. Vai capinar com ele. Já aprende bem cedo, bem novinho a conviver com a terra, com os animais. Trabalha e vê, na mesa, o que você plantou e criou. Come do seu suor. Da terra que você respira e transpira. Volta pra casa e vê sua mãe, vê teu pai, reza no pé do oratório.

Uma terra inscrita em seu corpo “é, assim, um ser vivo de mesma natureza” (GUSMÃO, 1999, p. 145). As proibições, por exemplo, estimulavam várias ocasiões, aproveitadas, sob a “proteção” dos que assumiam o poder, na escola, em suas determinadas funções. Um dos guardas, e ainda a professora Valdomira Nogueira, considerados, pelos órfãos, como aqueles com os quais podiam contar como “protetores”. Com a certeza do prestígio que tinham com eles, por serem bons alunos, tinham assegurado oportunidades para sair aos domingos e finais de semana, à praia ou à casa da professora e, assim, nesses lugares, “voltar à sua terra” conversando, colocando em suas mãos seus relatos de vida como recurso para reconstruir ações passadas já realizados, vividas, conectadas, interpretadas e cujos personagens centrais eram lugares e pessoas dos seus laços.

Suas experiências, carregadas de sentido, conectavam conhecimentos e vida cotidiana, lembrando-se da plantação, da criação, dos causos, dos alimentos, da relação com os animais,

do leite da vaca ou de cabra, das frutas que tinham a sua disposição pelo “mato” a fora. O que é isto? É, certamente, a forma como quebravam esses instantes do peso da estrutura permitindo que essas “viagens de volta” realizassem a posse cotidiana do ser camponês. Era a permissão para uma longa rota adentrando pelo passado ativando memórias distantes, mas sempre presentes. Tornando mais intensas as marcas que chamavam para suas memórias, como quem nunca fez a viagem de ida, conversando durante a imposição, pleos guardas, do silêncio noturno, as histórias de sua terra, que varava a madrugada, nas quais seus corpos, suas mãos, seus gestos lembrando-se de sua terra, de sua gente eram recurso empregados para atingir seus sentimentos guardados. Fotografias? Não levaram. Nem as tinham. Roupas? Foram todas retiradas ao deixarem o sertão. Pai, mãe, irmão? Mortos um deles ou os dois. Os rosários? Deixados para trás pendurados aos corpos de seus pais estendidos no chão, mortos ou se debatendo lentamente para o encontro certo com a morte nos últimos momentos da vida. Suas vaquinhas, cabras, carroça, tanque, plantio, orações ao redor do oratório? Destruídos pela polícia militar. Essas particularidades da ação da polícia minimizaram suas vidas, por algum tempo, submetidos pelas autoridades do Estado.

A falta que sentiam dos seus parentes dia a dia, contavam em seus sonhos onde viam “mamãe chegando perto de mim”. Momento em que traziam do seu lugar longínquo ouviam o canto dos pássaros, o som da carroça de jumento, os jumentos no seu lento caminhar, o encontro, na memória viva, cujas imagens desfilavam todos os dias nos diferentes lugares da escola. Os sonhos, aos quais se entregavam todos os dias, apontavam, em seus corpos, a marca de sua terra, pois era sonhos da “terra do trabalho”, da “terra de seus pais”, terra viva. Sonhos de esperança onde viam os rostos, os braços, as mãos que lutam, também, o grito, a dor, o calo da vida, e que falavam de si mesmo. Sonhos, onde se encontravam com as pessoas de seus laços, cantos, vidas compartilhadas, que chegavam todas as noites para acalmá-los “e eu ia dormir cedo porque eu queria sonhar com meu lugar”. Seus hábitos, seus costumes eram mais fortes do que as regras e normas de transformação imposta pela escola. Halbwachs é categórico, quando afirma que a resistência emana do grupo que tenta encontrar seu equilíbrio antigo sob novas condições. Os sonhos deveriam ser compreendidos a partir dos quadros sociais constituídos. Histórias que carregavam na alma cujo peso da dor aquecia a narração, todos os dias, quando se encontravam e tinham oportunidade de contar.

Sonhos diários mantidos mesmo no xadrez lugar da punição. Sonho pecado, por ser contado. Sonho castigado, mas que sempre encontrava um lugar para ser vivenciado. Sonhos que os identificava pela pertença e pelo drama vivenciado em decorrência dessa origem. Eles

compartilhavam, todos os dias, na escola, seus pensamentos, com o intuito de organizar a memória juntando seus pares e os instalando dentro desse processo de oralidade.

As experiências vivenciadas, pelos órfãos de Pau de Colher, em sua longa rota de ida e volta, refletem os desenhos culturais que, avançando ou sendo limitados pelo sistema, vão fiando suas histórias, mitos e crenças. Por todos os momentos, nesse percurso, se referindo as componentes de sua história de vida, atores que pontuam um ambiente, assediados pelos lugares de vivência no sertão. Jumento, criatório, rosário, benditos, romarias, chuva, seca, tanque, cachi, plantações, quarto cheio de milho, farinha, feijão, seu suor constante, mãe, pai, irmãos, parentes e vizinhos se misturam. Momentos intermináveis falando, todos, da chuva que varava a noite, da seca que embalava seus dias, da rede que movimentava suas esperanças. É pertinente o que assevera Berger & Luckmann (1983, p.132) nos ensinam que:

O que tem particular importância é que as situações marginais da vida do indivíduo (marginais no sentido de não estarem incluídas na realidade da existência cotidiana da sociedade) são também abrangidas pelo universo simbólico.

Essas lembranças, por outro lado, produziam uma energia cognitiva concretizada nas muitas táticas de vivenciar o sertão. Era a “arte da memória”, como assegura Certeau (1994, p.157) ao falar sobre ser na relação de força onde intervém, a *métis*, como arma absoluta. Continua o autor:

É um princípio de economia: com o mínimo de força, obter o máximo de efeito. Define também uma estética, como se sabe. A multiplicação dos efeitos pela rarefação dos meios é, por motivos diferentes, a regra que organiza ao mesmo tempo a arte de fazer e a arte poética de dizer, pintar ou cantar [falar, sonhar, fugir, pensar, chorar, sorrir, adoecer, se esconder, desobedecer, obedecer, desafiar, dissimular, mentir, no caso dos órfãos de Pau de Colher, grifo nosso].

Mesmo nos momentos em que seus pensamentos eram surpreendidos pelo puxão de um guarda, ao acordar do sonho, voltando temporariamente para a realidade, levavam consigo mais forte ainda a dor da distância.

O lugar do depositário do *ethos* sugere pelo menos três componentes fundamentais: o drama, a morte e a vida. Estes, por sua vez, firmavam-se carregados do significado da própria luta para “voltar para trás”. Remetem de igual modo, às lembranças de serem de um lugar

colocando, à superfície, um itinerário que seria honra refazer.¹⁰⁶ Considerados inferiores pelo Estado e pela escola, por mais habilidade que naquele lugar demonstrassem, por mais esforço que fizessem para seguir, com destreza, as obrigações diárias impostas pelo sistema, eram vistos como meninos de Pau de Colher. Estigmatizados pela cor da pele, pelo jeito de andar, de falar, de comer, de dormir, pela história que traziam como companheiras de suas horas, em várias ocasiões, desestabilizavam a cultura dominante. Recusavam-se, do seu jeito, a obedecer, a curvar-se plenamente. Desobedeciam obedecendo, falavam silenciando, resistiam aceitando, assim como, exercitando, explicitamente, o não querer, o não aceitar pondo em cheque os instituídos da instituição. Foram muitos esses momentos, revelam Louzinho e Elias:

Quando o guarda me prendeu, eu disse que não ia varrer porque não tava no meu horário de trabalho. E eu disse: não vou varrer! Ele me levou para a diretoria, mas a minha professora, e meu mestre da oficina, disseram que eu era bom aluno e eu não fui castigado. Eles ficaram lá brigando”, diz leu Louzinho com um ar de orgulho. Em outros casos, como no diz Elias de Souza Rodrigues, foi punido por ter “mijado” na cama, lembram Manuel e Dioclides. “O guarda Amaro enrola a cabeça de Elias com os pano mijado e coloca ele de joelho no meio de todos lá no lugar do banho coletivo.

Carregavam vários tempos de história. Tempo do avô, da avó, tempo dos pais e o seu próprio tempo, tempo com referências à estrutura dos acontecimentos concretos. Os órfãos viveram, na escola, através das lembranças, um passado inconcluso, para eles, do qual não fugiram e cujas circunstâncias se constituem em parte, indissociável, do cotidiano deles, presente na escola. Passado que eles estavam convencidos de querer. Muitas histórias para lembrar e contar. Todos esses tempos compartilhados revelavam seus atores, intrincados. As vozes, que compunham a narrativa, o tom de cada um deles, davam, à cena relatada, o lugar na intensidade da vivência. O tom da voz que marcava perante os outros os momentos fortes das lembranças e em sintonia com as situações vividas. O tom da voz que se fazia ouvir e retratá-los quando recebiam os cuidados da mãe. Voz mansa de quem recebe um copo de leite antes de dormir. Toma e dorme. Tom da voz da agonia vivida, primeiro pela morte dos pais, segundo pelas mãos dos parentes que pediam para que não os levassem para Salvador. Tom de voz agitada pela agonia da separação, tom de voz mansa, mais uma vez, quando diziam do

¹⁰⁶ Ouçamos o que nos diz Milton Santos (1999, p. 70), sobre esse espaço: “Mais do que essa perspectiva é considerá-lo para além de dados estáticos onde o lugar-mundo, o espaço de vida deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição do social e do físico, um misto, um híbrido”.

jumento que caminhava levando-os até o criatório ou o plantio. Tom de voz que explodia em grito silenciado, abafado pela dor e vontade de correr atrás dos seus mortos deixados para trás a fim de concluir o que estava inconcluso: seu sepultamento digno. Tom de voz ora rouca, ora definhando, ora abrasada, ora preponderante, dentre todos para confirmar o retorno, das forças que os faria voltarem. Tom de voz que ecoava baixinho para confessar um segredo ou um plano. Tom de voz branda e suave para acalmar os inquietos. Tom de voz mais experiente que ensinava a conquistar os espaços repletos de outros tons de voz que falavam bem de perto aos seus ouvidos: “vamos buscar vocês”. Tom de voz que acolhe todos os outros tons para fortalecer aquela caminhada. Tom de voz que fala pelos que não falam, exaltam aqueles humilhados. Tom de voz que faz ressoar muitas vozes, “as vozes do mato”.

Todas essas vozes espalham-se, pelos quatro cantos da escola, persistentemente. Vozes que não param de falar. Vozes que se fazem silenciar para resistir. A ausência sentida, a procura dos seus momentos comuns, com os quais estavam acostumados a viver, encontrava o rosto de seus irmãos e preenchiam essa ausência, são por ocasiões que tinham que fabricar e reproduzir. Os conteúdos que preenchiam, essas fissuras, eram as vivências do sertão nos quais os seus atores e atrizes desfilam em contos e cantos, aqueles atores e atrizes que faziam parte do seu cotidiano camponês. Memória étnica, memória dos seus comportamentos, de seus hábitos. Memória pertinente a populações que não sabiam escrever, embora estivessem os órfãos em sociedade de escrita, a oralidade como elemento fundamental de preservação de sua tradição. “Os homens-memória” (seus pais, parente, amigos e eles próprios, agora). A memória como elemento essencial da identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades, de hoje, na febre e na angústia, fundamenta Le Goff (1996, p. 476). A memória dos órfãos de Pau de Colher como objeto de poder para se manterem indivíduos. A luta para dominar a recordação e a tradição, assegura o mesmo autor.

A memória, no Instituto de Preservação e Reforma vai assumindo o papel de libertar, pois representa, para eles lembranças da coletividade, de um fazer, de um saber, de um ser coletivo. Representa para eles, o que Weber chama do sentimento de comunidade, capaz de desenvolver uma força criadora da comunidade. Memória cujo funcionamento colocava-se na perspectiva do grupo não só dos trinta e dois meninos, bem como, do grupo que ficou na origem, ao lembrarem-se do passado. Defendo como diz Halbwachs (1968, p. 36) que “O funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias, as quais não são inventadas pelos indivíduos, mas que eles as empregam no seu meio”. Na escola, os órfãos exprimiam a memória do grupo por meio de suas

memórias individuais. Os cenários do passado, deixados lá em Pau de Colher, e retornados na escola, através de suas lembranças, suas experiências da origem, seus sentimentos, o que pensavam, enunciavam o que passou.

Memória e espaço, nesse sentido, associados, permitindo, não só manter as experiências à salva, mas, para além, uma forma de vivenciar suas trajetórias de vida preservando sua identidade. Lutando contra a prisão, que aqueles dias de convívio fora do seu lugar determinavam controlar seu destino. O objetivo de estarem ali para serem “civilizados”, a vida reduzida ao que seria necessário atingir, a vida controlada por horários rigorosos, tarefas com prazo para concluir, partituras impostas a aprender. Dó, só, lá si, ré, dó, o que era isso? Mas eles tinham lembranças da infância, viviam a entrada da adolescência e seguiriam para uma vida adulta. Informações muitas durante todos os dias teriam que se adaptar. Informações sobre como trabalhar a madeira, trabalhar o couro, tocar o trombone, o piston, costurar, fazer sapatos em momentos repetitivos era como funcionar no sentido contrário da memória como aprendizado. Tudo regulado, fiscalizado, acompanhado, punido, interditado se instalava no lugar do tempo do sertão. Teriam que resistir ao tempo da escola que tudo determinada, no sentido oposto ao tempo do “mato”, ao elo da pertença e dos vínculos interpessoais.

A memória inseria os órfãos em seu tempo e lugar, através do lembrar e prestava socorro aos valores comuns do grupo. Não levavam nada escrito, pois não sabiam escrever. Levaram na memória, sim, seus textos, os cenários, as trajetórias compartilhadas, a dimensão de sua história. Permanentemente às molduras de suas vivências dinamizavam seu dia-a-dia, recuperavam o passado. Recorrendo, assim, a esses “quadros nos quais a história dispõe os acontecimentos, quadros que permanecem exteriores ao grupo (...)” (HALBWACHS, 1990, p.86) penetravam nas lembranças presos a uma história compartilhada por outros sujeitos. Os fatos narrados por eles, lembrados por eles não eram só pensamento pelo pensamento, mas falava de uma experiência de vida que seria capaz de levá-los de volta a sua origem, reatar vínculos, conciliar-se com seu tempo, seu lugar, sua origem.

Ao mesmo tempo em que a memória os transportava ao seu lugar, também os denunciava preso. Memória que, também, prendia a uma dor, a uma ausência, mas que não amenizava a catástrofe pela qual haviam passado. Na recuperação dessa memória eles imprimiam aos fatos certa perplexidade quando perguntavam uns aos outros: porque eles fizeram isso com nossos pais? Porque isso tudo aconteceu. Hoje, idosos, ainda perguntam quantas vidas a polícia tirou de sua rota? A “calamidade”, como nos disse seu Alexandre, pela qual passaram a “monstruosidade” que a polícia fez é pergunta em suspensão até hoje, pois se

encontram, para eles, sem resposta. Daniel do Nascimento nos diz que embora estivessem no xadrez da escola, em decorrência a uma punição provocada por um ato de “indisciplina”, lá, sozinhos, no escuro recebiam informações que eram por sua vez dadas a partir de pessoas e lugares com os quais conviveram no princípio.

Lembranças aguçadas pela memória que não eram apenas deles, ao contrário, que tinham sido possíveis graças a todos aqueles que haviam invocado, em pensamento. Cada um que chegava a sua mente, que ele trazia para dentro de seu pensamento, que representava um lugar, uma situação, uma experiência e mais uma vez Halbwachs (1990, p. 5) nos ensina que “Se as imagens se fundem estreitamente com as lembranças, e se elas parecem emprestar às lembranças sua substância, é porque nossa memória não é como uma tábula rasa”. Sozinhos, no xadrez, por exemplo, sentiam-se acompanhados pelas conversas daqueles atores inerentes a sua história. Eram vozes que vinham, voltavam, davam lugar a outras vozes, chamavam, gritavam, sorriam, fortaleciam, choravam cúmplices ali encorajando, sempre ativa e contínua nas lembranças do passado cujo papel de cada um seria imprescindível. Todos eles, uns mais outros menos, mesmo quando choravam em silêncio, provocavam a vinda de um, dois, três do grupo a perguntar: o que aconteceu? Chamavam dessa forma um para dentro da história do outro o que permitia, também, fortalecer e resistir. A resposta dava origem a uma grande viagem de volta. Viagem que não era vivenciada sozinha. Viagem acompanhada por todos muitos que compunham essa história. A família da origem, o grupo que estava na escola, a própria escola que os levava a esquecer, com sua convicção, de que os estava incluindo socialmente, as lembranças.

O silêncio da noite, o silêncio do xadrez, o silêncio dos dias, não adormecia jamais nos olhos, ouvidos, no olfato, no paladar, no tato dos meninos, pois o sentimento de pertencer fluía por todo seu corpo como líquido que corre a procura do seu depositário, em busca de qualquer canto ao longo desse corpo para grudar. Em cada porção desse líquido que fluía, uma porção da história a tecer, em cadeia, a força de um lugar sertão, no dizer de Guimarães Rosa (1986, pp. 8-24) em sua brilhante obra Grande Sertão: veredas “(...) está em toda parte (...). Sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar”. O sertão estava com os meninos todos os dias, sobretudo, na ausência, naquele lugar das coisas, no sentimento, no modo de ser, do sertão.

O cotidiano dos órfãos na escola sugere uma discussão do processo de manutenção de uma identidade que não foi solitária, nem individual desencadeada pelo desejo de manter sua pertença e de “voltar pra trás”. A cotidianidade do cotidiano vivido pelos órfãos foi marcada pela vida desles, no Instituto de Preservação e Reforma, com uma vida por inteiro, ou seja,

como defende Heller (1970, p. 17), participando na vida cotidiana na, *liminaridade*, “colocando em funcionamento todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias”. Os órfãos de Pau de Colher, juntos, teceram, mantiveram, construíram formas, atitudes nas diferentes formas de convívio na escola. Em meio aos meninos da cidade, à forma de agir dos professores, dos mestres de oficinas, dos guardas, do diretor, aprenderam, reaprenderam, mantiveram a partir do convívio com o grupo. As diferentes imagens do sertão, de sua vida cotidiana, organizavam um coral de vozes e, quando em grupo, mostravam e faziam reviver suas histórias a provar que o “grupo de Pau de Colher”, os “meninos caceteiros”, como eram conhecidos, difícil de não ser reconhecido como tal, permanece colorida com tintas vivas, acompanham as mãos e os dedos que iam ora sagaz, ora proclamando publicamente o seu pertencimento.

Cientes de que aquele era o lugar que passariam, não sabiam quanto tempo, parte de suas vidas, cientes das dificuldades, dos desafios, do que seriam suprimidos, os órfãos produziam um processo de contato sempre cotidiano, em pensamento, entre eles, com seu lugar de origem. Conectando-se com o seu “mato”, com vistas a sobreviver, naquela Escola de Menores, da qual nem imaginavam a distância que ficava de sua terra, mas que não importava a distância, porque estavam sempre perto, próximos do seu fazer, do seu ser diário. Mesmo nas lembranças dramáticas, traumáticas revigoravam essa pertença. Falar de um era falar do outro. Do pesar, do medo, da ansiedade, da esperança, da angústia, da morte, do drama, da vida, do sonho, do percurso, do retorno. Efetivavam o processo de sobrevivência do *ethos*, nesse jogo de ir, vir, aguçar, construir que a memória possibilitava. Memória ativa que dizia de uma prática afetiva e social.

A proibição com a qual tiveram que conviver, interdição implícita nessa *communitas* provocou, em sentido contrário, a sobrevivência de uma tradição, o depositário de um pertencimento ao grupo de origem que se efetivou quando, entram de volta montados em seus jegues nas terras de seus pais. Ao som de fogos, festejos, abraços, risos e choro desenharam a dança que consagrou o retorno. A dança do sertão, preenchida com os instrumentos da harmonia do sertão, enredo do sertão, alegorias do sertão, lugar de culto e convívio reinstalando, assim, a conciliação com a terra, os cactos, a energia da natureza sertão. A memória não os prendeu, pois permaneceram com ela viva e ativa e levam até hoje a marca de serem de tal lugar como Antonio do Pau de Colher do Piauí, Daniel de Proeza, Louzinho da Lagoa Comprida, José Benvenuto da Lagoa do Alegre, Miguel de Queimadas, Manuel da Barra e serem de tal família Alexandre de Zé Camilo, Dioclides de Teodoro, Miguel do

Euclides, e, assim, todos os demais trinta e dois órfãos de Pau de Colher. Terra e família definindo uma pertença. A partir daqui contaremos como tudo isso aconteceu, como, Instituto de Preservação e Reforma, reforçou o sentimento de pertencimento pela ausência dos componentes de sua vida cotidiana. Seleccionamos seis das inúmeras situações narradas pelos órfãos que os colocava, diariamente, de volta às suas trajetórias de vida na origem. Cada uma das situações foi vivida pelos meninos em diferentes lugares da escola e em vários momentos da noite e do dia. O Instituto de Preservação e Reforma, o “Vigiar e Punir” dos órfãos de Pau de Colher, sua suspensão mais duradoura, permitiu penetrar por suas veredas, buscar suas vozes, conhecer outras formas dos sujeitos tecerem seus caminhos a despeito das rotas a eles impostas.

4.3 Silêncio dissimulado

Reencontravam-se os órfãos, no salão enorme de dormir da Escola de Menores, com o sertão. Restabeleciam-se, com os rostos, mãos, braços, corpo daqueles que eram presentes em suas trajetórias. Aqueles que foram forçados a deixarem para trás estavam ali, sempre presentes, a banhar seu rosto, preparar sua comida, ensinar a entender as vozes do “mato”. O silêncio da noite, no dormitório, protegia a viagem do pensamento, ocultava o trajeto que a memória fazia através das lembranças. Cada uma das crianças em suas camas com suas cobertas enrolavam e aqueciam seus percursos, suas idas e vindas. Ao serem colocados no grande salão de dormir, pelo guarda do dia, procuravam refúgio nos dias de suas histórias passadas.

Naquele momento, seus corpos e pensamentos, oprimidos pelo ar do lugar, aturdidos pelo medo, desatava Manuel a chorar todas as noites. Pedia a Faustino, irmão mais velho, que ficasse ali perto e não deixasse que o mandasse para outro quarto. Faustino abraçava, todas as noites, seu irmão mais novo. Era como uma responsabilidade sua na ausência de seu pai e de sua mãe. Manuel encontrava refúgio, para o seu medo, no abraço de seu irmão. As sombras dos dias que passaram em Pau de Colhe, perder sua mãe daquela forma trágica, eram lembranças que os acompanhava cotidianamente. Descobrem, que mais amargo do que está ali, é a sensação de ausências significativas em sua vida. Está ali, naquele quarto isolado, era ao mesmo tempo um espaço onde privilegiavam suas reflexões sobre o passado. Confessavam que, convivendo com duras rupturas, enchiam-se do doce orgulho de poderem calar, no silêncio de cada noite de suas vidas, para descer aos seus povoados e ter contato com seu

povo e, então, as imagens dos seus conhecidos, ao contrário dos desconhecidos da escola, se esboçasse, com clareza. Esses momentos convinham bastante aos seus corações inquietos.

A escola, à noite, era para os órfãos de Pau de Colher, de forma geral, e em particular o grande salão de dormir, lugar de pensamentos que se sucediam. No escuro, o pensamento dos órfãos não tinha melhor lugar para uma pausa das atividades rotineiras da escola. Pausa para encontrar as águas tranquilas dos tanques de sua terra, interrupção para distender o seu ânimo. O silêncio forçado era quebrado pelo silêncio dissimulado, pois “a gente olhava um para o outro e sabia, que o outro tava pensando o que a gente tava pensando, sem que os outros meninos soubessem. A gente não tinha sossego para pensar no dia como tinha na noite”, diz, emocionado [leva a mão aos olhos] seu Dioclides. Ao som da voz do guarda, “é hora de dormir e não quero barulho”, era o momento que todos sabiam que não iriam ser mais interrompidos, pois não havia ruído mais algum. Era a voz que determinava o começo e o fim da noite, o começo e o fim dos pensamentos.

Deitados em suas camas viravam ora para um lado, ora para o outro, pois sabiam que em cada um dos lados estava um dos seus colegas de grupo. Silenciar era preciso uma vez que não estavam sozinhos, pois, no enorme salão de dormir, misturavam-se, os órfãos de Pau de Colher e os meninos da cidade, “que conheciam a gente tudo e já sabia que a gente era caceteiro e eles chamavam sempre a gente de caceteiro! Caceteiro!” Era, portanto, preciso encobrir seus pensamentos agasalhando-os das possíveis denúncias dos demais no dia seguinte. No avançado da madrugada, porém “Manuel vinha para minha cama olhando de um lado e de outro”. Eram, então, passos de quem se esconde do perigo iminente. Mas, só quem conhece o sertão, os caminhos de picada, o chão batido ou foge de um animal perigoso sabe fazer com destreza. Lá na cama, cobertos dos pés à cabeça Manuel e Dioclides conversavam baixinho, quase sussurrando lutando para não esquecer. Conversavam mesmo sobre a morte de sua mãe e sobre a doença do seu pai. Pai que viajou junto com eles, ferido de bala, e que morreu em Salvador.¹⁰⁷ Momentos outros, o silêncio era quebrado com o choro de algum deles por ter caído do beliche de dois andares. José Justiniano Reis e José Alves Ferreira quebram a clavícula ao cair. Chora. Essa queda acontece, diz ele, “por não ter costume de dormir em cama alta, porque no mato o costume era na esteira ou na rede”.

¹⁰⁷ A morte de Euclides Justiniano Reis, pai de Miguel Rodrigues de Souza e Elias Rodrigues de Souza está registrada no Boletim número 97, página 125, da Chefia do Serviço de Saúde e Diretoria do Hospital da Polícia Militar do Estado da Bahia em quatro de maio de 1938 com a informação que segue: “III-ALTA DE FANÁTICO:- Por haver falecido em 1º. deste mez (*sic*) teve alta do H.P.M. o fanático Euclides Rodrigues de Souza que ali se encontrava em tratamento, conforme ordem superior”.

Naquele salão enorme de dormir, a noite era pequena para as lembranças, principalmente, das cenas mais recentes que culminaram com o deslocamento de seus povoados e a razão de se encontrarem naquela escola que, na realidade, não sabiam, de fato, o que era e qual o sentido de serem “civilizados” ali. Sobre o que disseram, de serem “educados” e “terem um futuro melhor”, não entendiam, pois o futuro para eles seria alcançado quando conseguissem voltar. Por isso, conversavam a noite inteira sobre esse futuro, o de encontrar os familiares de volta e recomeçar a vida na terra de onde não deveriam ter saído. Eram herdeiros daquilo tudo: da terra, dos ancestrais, da terra que lhes dava trabalho, da terra que lhes dava vida, dos parentes com os quais compartilhavam sua história. O salão enorme de dormir, as noites que os aguardavam, diariamente, era esperado, com muita ansiedade, durante todo o dia, pois era o momento que podiam afagar suas lembranças, fortalecer a alma e embalar o espírito de uma terra. Lembranças que vinham a partir dos laços que os uniam. Lembranças necessárias para acomodar a inquietação, acalmar as dúvidas sobre tudo o que havia acontecido. Aquele salão enorme de dormir onde eram colocados como presas, amontoados, jogados como coisas e ordenados como se não tivessem sentimentos. Cama, uma em cima da outra, cobertores que mal eram lavados, um salão esvaziado de afetos. Nas as paredes lisas do quarto, os meninos pintavam em suas mentes quadros, os quadros do sertão. Às vezes descobriam a cabeça para ver se podiam conversar renovando o ar que ficava abafado pelas cobertas. Nesse momento imagens do sertão desfilavam pelas paredes brancas do quarto.

Muitas vezes as cenas do episódio em Pau de Colher faziam com que eles voltassem à realidade de saberem que não tinham mais a mãe e que o pai estava internado no Hospital Militar. O silêncio da noite abrigava suas lembranças, lembranças que doíam. Lembranças dos pais correndo em meio ao tiroteio. Lembranças das cores pretas das roupas que usavam dos cabelos grandes de sua mãe e do cabelo curto de seu pai. Lembranças da fuga pelo mato protegendo-se, da polícia, dentro de buracos cavados pela própria natureza, dentro de cacimbas que ofereciam a liberdade e, ao mesmo tempo, a incerteza dessa liberdade. Liberdade incerta. Corriam para onde? Não tinham mais suas casas, destruídas pelos soldados. Não tinham mais os animais, soltos ou preparados para as refeições das forças policiais. Não tinham mais nada. Lembranças desfilavam por sua memória protegidos pelo silêncio da noite, mas, cautelosamente, vividas para poderem garantir todas as noites o retorno de mais um capítulo. O guarda, no entanto, os acordava dessa viagem com um grito: hora de acordar, relata Lourival de Souza Rodrigues. Nesse momento não restava “outro jeito que Aroldo

vinha e acordava a gente”, diz ele, a não ser interromper a viagem para recomeçá-la na noite seguinte. “Toda noite era assim”, acrescenta orgulhoso.¹⁰⁸

Eram lembranças que os vinculava um ao outro. Lembranças que os aflagava levando-os ao encontro com os seus parentes, ouviam suas vozes em cada cena que projetavam, viam seu andar, seu riso, seu choro, seus pertences. Lembranças protegidas pela escuridão do quarto frio, gelado, mas que, aquecido pelas lembranças, renovava para enfrentar a solidão do dia seguinte. Todos diziam: “o grupo de Pau de Colher era disciplinado”. A noite era o limite da nossa disciplina, da nossa obediência. Aquele tempo presente, vivido no Instituto de Preservação e Reforma, aguçava o tempo passado por tudo que era proibido fazer. As fronteiras do quarto, no entanto, não limitavam o pensamento dos meninos. Esse pensamento ia para além das paredes fiscalizadas por guardas que agiam “como militares, era disciplina militar”, afirmou seu Daniel do Nascimento. Como compreender o presente, que estavam vivendo sem o passado vivido? Por isso conversavam procurando nas lembranças, nas imagens do ontem o significado do hoje. E, nesse processo, reforçavam suas tradições. A memória do que passaram no sertão, não só em Pau de Colher, como no cotidiano da vida, faz surgir um contexto em que estavam inseridos. Construídas, essas lembranças, por cada um deles em interação se distanciavam do esquecimento.

Para os órfãos de Pau de Colher seria insuportável viver longe do que haviam passado antes de chegarem à escola, em Salvador. Viver naquela escola, se trazia desconforto, mas desconfortante seria viver sem as lembranças. Mesmo tendo participado de momentos conflituosos, dramáticos, dolorosos, lembrar seria imprescindível para continuarem vivendo ou mesmo suportando aquela distância física. Como não sabiam escrever e, mesmo quando aprenderam as atividades diárias, na escola, não permitia exercitar, assim como não tinham tanta habilidade para fazê-lo, estava descartado o anotar, fazer um diário. A oralidade foi o instrumento de defesa da tradição. Mesmo arriscando-se não acordar no outro dia, na hora determinada, pois era um risco que traria como consequência, o castigo do xadrez ou o de ficar sem a refeição, arriscava como aconteceu com José Justiniano [chora bastante ao relatar sua prisão].¹⁰⁹ Cansado resolveu não levantar para o banho, que era a primeira coisa a ser feita ao acordar, pois “eu fiquei dormindo e não quis mesmo levantar, não quis saber do guarda

¹⁰⁸ Os órfãos eram fiscalizados dia e noite por “guardas” (expressão usada por eles) dos quais têm lembranças de momentos bons e ruins. Lembram que o “guarda” Amaro era dos mais carrascos e que “nãocontavam conversa” para puni-los. Outros se chamavam Oliveira e Machado. Amaro era o responsável direto pelo “grupo de Pau de Colher” no Instituto de Preservação e Reforma, diz Manuel Justiniano Reis. Essa afirmação está na fala de Dioclides Justiniano Reis, Lourival de Souza Rodrigues, José Justiniano Reis e Daniel do Nascimento.

¹⁰⁹ As diversas entrevistas realizadas com seu José Justiniano são do início ao fim permeadas por seu choro, choro que vem lá de dentro de suas lembranças. As fitas, kassete e filmagem, estão à disposição em meu acervo de pesquisa.

chamando e, nessa noite, a vigilância foi maior no quarto, mas mesmo assim nós conversamo”.

As narrativas revelam que, nas lembranças, eles se viam tomando banho nas cacimbas, subindo nas árvores, caçando um tatu, pegando um jumento e andando até a casa de um tio para levar um “escrito” de sua mãe. Lutar pelo passado, através da memória, fazer esse passado sobreviver implicava lutar pelas ocasiões de fazê-lo, pela liberdade que teriam de encontrar para libertar o pensamento e deixar que ele se exercitasse uma vez que estavam diretamente envolvidos com os fatos que lembravam. Eram atores, junto com os outros atores, dos quais suas histórias compartilhavam e passam a tradição oralmente. Repressão que haviam passado, lá trás, suspensão do seu cotidiano, passado, dava lugar à liberdade, momentos velados ou expressos, de um grupo de órfãos contra o sufocamento que o Estado havia realizado. Lembrar do passado era a comunicação, entre eles, mais eficaz para tentar entender uma saída favorável para aquele momento de prisão. A escola era uma prisão, prisão da qual eles queriam se libertar. O enorme salão de dormir era a prisão da prisão. Não podia conversar, só dormir, para acordar no dia seguinte mais uma vez em silêncio, pois o tempo era curto para tratar da higiene pessoal, ir para o café da manhã e começar mais um dia de estudo e trabalho. Durante a hora de dormir, durante as conversas, que varavam a noite, entravam na terra que acreditavam sua, era um desafio posto aos meninos. Durante as lembranças, à noite, viam as cercas de seus currais derrubados, suas moradas saqueadas pelos soldados e impedidos de viver como sempre o fizeram. Viam as imagens de quando frequentavam as casas dos vizinhos, para a sentinela, por ocasião da morte de um parente ou vizinho, viam as imagens colhendo o milho, plantando o feijão, viam-se dias e dias caminhando pelas terras ressecadas esperando pela chuva que revelava uma história, na falta e na abundância, dos dias de janeiro a março. Quarto enorme cujo silêncio provocava as vozes que construíam um texto do qual nunca se afastariam. O silêncio do salão enorme de dormir tecia, contraditoriamente, oportunizando um volta a “terra suor”, a “terra vida”, à “terra família”, a “terra tudo”. Lançavam-se, assim, para dentro de si mesmos conferindo sua natureza íntima e qual o seu lugar. O salão enorme do quarto de dormir, edificado de forma fria e desapaixonante, ameaçando seu lugar de origem, pois outros mundos transitassem diante do seu mundo, invadindo seus sentimentos, dava lugar a imagens calorosas e apaixonantes de sujeitos “caceteiros” portadores de uma cultura aprimorada com o seu fazer cotidiano, lembra Diocledes pensativo.

No quarto de dormir eu pensava voltando, vendo meus animais, trabalhando na terra que era orgulho do meu pai e onde nossa mãe ensinou a lutar com a terra para mim e para meus irmãos. Eu pensava todas as noites naquele quarto de dormir que aquele ali não era meu lugar. Eu sonhava com o mato e quando acordava eu estava na escola. Eu ficava muito triste. (Entrevista com Dioclides Justiniano, na Barra, em 28/03/ 2007).

No quarto de dormir os órfãos, abriam as portas dos seus corações para que as imagens do sertão penetrassem ocupando todo aquele enorme espaço com suas águas, suas árvores, seus animais, seus parentes e sua morada embalando-os, acalmando-os durante a noite inteira. Embora a porta do quarto estivesse literalmente fechada, pelo guarda, olhavam em sua direção e imaginavam como se alguém estivesse batendo do lado de fora. Olhando de um lado para o outro, Manuel e Dioclides, passam a noite inteira protegendo seus pensamentos do restante do grupo, por um instante, cansados, cobrem suas cabeças e vão repousar um pouco até amanhecer quando, atordoados pelas vozes dos guardas, pulam da cama e vão para o banho frio que os colocará nas tarefas daquele novo dia. Manuel e Dioclides voltam do banheiro, animados, como se estivessem indo para a roça, pois as lembranças do sertão, que os acompanharam durante aquela noite que foi embora, tão recente, anima-os para compartilhar com os outros colegas do grupo. Nesse mesmo dia, ao encontrarem João Pelado, outro companheiro de Pau de Colher, escutam sua história de “papagaio voou dê cá o pé meu louro”.

4.4 O sonho com os animais: “papagaio voou dê cá o pé meu louro”

Após um mês que já estavam instalados na escola, os órfãos de Pau de Colher já haviam pisado em todas as dependências da escola, internas e externas. Mas, o cantinho que os levava, cotidianamente, para as lembranças de suas tradições, e fortalecia sua alma, que haviam enterrado nos diversos lugares de seus ancestrais, era o campo aberto da escola. A área livre de paredes lisas, de grades desenhadas com ferros lisos dispostos na horizontal e na vertical, de janelas muito altas pintadas de cinza, de corredores estreitos ladeados por paredes que não expunham nenhuma imagem. Era aquela na qual eles se sentiam mais perto de seus sentimentos de meninos que perderam essa liberdade de correr. No intervalo das atividades, seja das oficinas ou da sala de aula, quando tinham meia hora para descansar. O intervalo do almoço era dividido, entre o descanso e aulas de catecismo ou marcha militar, determinado e anunciado, antecipadamente, pela instituição. Eles procuravam esses recantos que mais os

aproximava do estado de espírito em relação às coisas, pessoas, cenários, lugares do seu vivido.

Manuel, Porfírio, Alexandre sempre estavam juntos debaixo do pé de jaca, os três, deitados, olhando para o alto e voando, juntamente com as folhas daquela enorme árvore. Era a preferida. Achavam bonita, exuberante e era uma árvore não comum em seus povoados. Que árvore enorme, diziam admirados e muitas vezes se vendo escalando seu forte caule para chegar ao seu cume e de lá poder avistar o sertão. O que podemos ver de lá se subirmos? Perguntava Alexandre a Faustino que era o mais velho do grupo. Não sei, respondia Faustino meio em dúvida, nos disse ele, pois nunca havia subido numa árvore grande como aquela. Será que a gente chega no céu? [lembravam do juazeiro do adjunto de Pau de Colher]. Mais uma vez voltavam em sua mente os ensinamentos dos benditos e rosário e, sobretudo, a certeza que uma “nuvem ia levá-los para o sítio Caldeirão”. Essa era a idéia de quando seus pais os levaram para o “adjunto” em 1938 e quando se deu todo aquele massacre da polícia. Não sabia Faustino, embora quisesse que, ao escalá-la encontrassem o caminho de volta.

A jaqueira ficava bem em frente ao campo de futebol e dava para eles, todos os dias, momentos nos quais sua alma encontrava seu refúgio. Ficar longe daquelas determinações, horários, trabalho na oficina sobre o olhar dos guardas, atentos à produção, após ter passado a manhã inteira estudando sobre a vigilância e vigilância da professora e demais colegas mesmo que por alguns instantes revigorava para recomeçar o que teria que ser feito em seguida. A jaqueira ficava no final do grande prédio que servia de abrigo para as acomodações administrativas da escola, bem como as demais dependências, que, em conjunto, garantiam o funcionamento da instituição. O chão, por sua vez, chão batido, que acomodava a raiz daquela “beleza de árvore”, estava coberto pelas folhas e resto de jaca comido às escondidas.

Nesse “esconderijo”, lugar onde uma história era tecida e tecia histórias anteriores, longe da argúcia dos professores, do diretor, dos mestres de oficinas e dos guardas, “escondiam” seus momentos de conversas, de troca de idéias e de, por momentos, tentar entender o que havia acontecido antes de estarem ali. E questionavam: porque estavam ali se seu lugar era em outro lugar, bem perto, onde depositavam cotidianamente suas crenças e sua forma de viver?

Tão logo chegavam, ao seu “escondido”, após terem passado por uma ladeira íngreme, que separava a área construída da área aberta, o que implicava perder o pouco do tempo que tinham para esse descanso, corriam e se esparramavam no chão de braços abertos cheirando a terra, sentindo o perfume do mato, da terra molhada pela chuva. Embolavam-se agarrados uns

aos outros, abraçados e enrolando-se por toda a área ao redor da jaqueira. Cercados pelo mato que cobria toda a área do campo de futebol sentiam-se seguros, seus corpos miúdos, magrinhos, protegidos pelo mato que reservava àquele lugar, parecido com seu “mato”. Diziam que, de certos pontos dessa árvore, olhando de baixo para cima, viam os pássaros pulando de galho em galho, alguns fugindo quando se sentiam ameaçados pela conversa mais alta, a grande familiaridade tanto com a terra como com o céu, pois tudo em sua morada era bendito e reza com a convicção de ir para um lugar onde todo mundo tivesse tudo.

Normalmente, conversavam baixinho para não assustar as aves, pois tê-las bem ali próximo era um bálsamo, um frescor para sua memória do sertão. De modo que aquilo que a escola sonegava com suas regras e normas, com suas grades e janelas, que os fechava e os disciplinava, era compensado ao aproximarem-se desses cantos. O que era fechado ali naquela terra para suas vidas e que fora se interrompia naquele momento. Tinham, ao elevar suas mentes para o mais alto, nesses momentos, o torreão e a fortaleza de serem, nos instantes seguintes, mais fortes. Sabiam que aqueles pensamentos, aqueles cenários, aqueles que desfilavam, co-autores de suas histórias, sugeria sentimentos de alegria e de tristeza numa combinação, pensamos, necessária. Espanto, admiração, inquietação, tensões entre si, mas que não eram imagem ilusória e sim uma história de vida ali impressa uma marca que não os abandonava. Desde o dia em que os soldados os pegaram pelo braço, e que suas mães pediam para que não os levassem, as imagens da certeza de que haviam deixado para trás, sua pertença, e que teriam que voltar aumentada cotidianamente.

Entre os gigantes, agora os organizadores da escola, de suas vidas, aqueles que tocavam em sua pele, queriam arrancar o que nela estava inscrito e, antes que a vontade da escola se concretizasse, qual seja a de torná-los “educados” e “civilizados”, “prontos para um novo mundo” e ousassem consagrá-los à custódia dos costumes da cidade. Manuel, Porfírio, Alexandre e Faustino conversavam quando, de repente, Manuel começa a pensar em uma canção que ouvia sua mãe cantar, sempre, “papagaio voou, dê cá o pé meu louro” [seus olhos ficam perdidos nas lembranças como quem procura a imagem de sua mãe]. No lugar dos pássaros viam os papagaios voando e falando como eles ensinavam lá em suas moradas. Estava embutido, mais do que as canções, o significado dela, qual seja o fato de que sua mãe cantava quando estavam com medo de alguma coisa que haviam visto. Naquele momento, sentindo o medo aproximar, o som, a voz, o tom aveludado da sua mãe surgia como que para confortá-los como uma mãe “que tinha muito amor para dar a todos os filhos”. Manuel chorou muito alto naquele dia pensando na vivência do “lugar da gente que eu pensava na vida da gente, nas árvores porque onde você mora você tem contato com as árvores, o ambiente e

“você nunca esquece das árvores, dos pássaros do pé de Juá, do umbuzeiro”. Justo naquele momento veio a sua memória a mãe que cantava “Papagaio voou dê cá o pé meu louro”.

Enquanto Manuel lembrava essa passagem e a vivia, pois fizera igual como sua mãe fazia lá em Proeza, Porfírio, Alexandre e Faustino também, ao lembrarem-se desses momentos, se colocavam na cena e começaram a relembrar às noites que passavam na grande sala de sua morada onde as conversas iam até tarde, debulhando milho e, cada um, disputando e participando da prosa, rindo, alegres. Era ali, na cozinha da morada, ao redor do grande fogão de barro, com seis bocas, onde o cuscuz era preparado todas as noites e a água fervia misturada com o pó de café, fervia no fogo. Uma rede na área próxima à mesa balançava sua mãe e Manuel, para lá e para cá, num forte entoar de “Papagaio voou, cadê meu louro”. Mas, as horas já estavam se esgotando e eles teriam que sair daquele, “lugar do sertão”, e voltar às atividades da tarde. Enquanto os órfãos preparavam-se para deixar as emoções das lembranças que os animava, estudavam uma maneira de sair dali sem serem vistos. Assim, aquele lugar “sagrado”, para eles, não seria descoberto pelos outros meninos da escola. A distância da área do campo de futebol até as dependências das oficinas era aproximadamente quinhentos metros que deveriam ser percorrido por um atalho, que eles haviam descoberto e que servia de trilha para a fuga de seus pensamentos.¹¹⁰ Habitados que estavam a fazê-lo, iam rastejando por entre o mato, coisa, aliás, que sabiam fazer muito bem, pois no “mato” usavam de astúcias para caçar sua presa, até onde cada um deles se separava para suas atividades costumeiras. Todas as vezes que chagavam próximos ao grande tanque de lavar roupa já sabiam que a partir daquele ponto não estariam mais sozinhos. O tanque de lavar roupa ficava a pouca distância da sala de xadrez, que era outro espaço de sobrevivência de suas memórias, pois sozinhos, após lembranças do sertão ao cometerem alguma indisciplina, aproveitavam para resistir, gritar, chorar, pedir às lavadeiras que os tirassem dali. O que acontecia de fato. Ouviam rumores, sempre, das lavadeiras conversando e imaginavam sua mãe conversando à beira do cachi lavando roupa, juntamente com os filhos menores. Via aquela mãe alta, cabelos compridos sair de casa com “a trouxa de roupa à cabeça”, após fechar a porta da casa. O silêncio toma conta daquele pedaço de lugar que Manuel ia olhando na medida em que iam se distanciando. Olhava a casa ir ficando cada vez menor aos seus olhos. Ninguém ficava em casa quase durante todo o dia, pois o pai e os filhos maiores iam para a roça e a mãe e os irmãos menores lavar roupa ou colher feijão, milho ou limpar mato.

¹¹⁰ Eu fiz todo esse percurso em Salvador no lugar onde era o Instituto de Preservação e Reforma e que hoje é a FUNDAC.

Todos esses quadros desfilavam aos seus olhos nos diversos lugares da escola onde estavam. Em todos os lugares viam o sertão. Pensamentos que eram interrompidos pelo apito do guarda, pela voz do mestre de ofício, pela fala da professora que os tirava daqueles “vãos” sempre presentes. Manuel ia com aquela canção “Papagaio vou, cadê o pé meu louro” em sua mente como que para acalmar seu coração, protegido pela presença de sua mãe, revelou. Manuel sabia que toda vez que o papagaio voava podia chamar, “cadê o pé meu louro”, que ele voltava para seu braço. Sabiam, os órfãos, ler a partir do grande livro da natureza e pensavam através dele.

Saber ler, ouvir, sentir a voz da natureza naquele lugar tão diferente era um dote, que lhes serviu, durante os sete anos que se seguiram. Penavam através dela. Era sua mãe voltando para animá-lo com sua presença visível só para ele. Eram as marcas dos atalhos que faziam para ter o sertão no Instituto de Preservação e Reforma. Atalhos e marcas tortuosos, mas continuamente presentes. A uma pequena distância do tanque de lavar roupa das lavadeiras do Instituto, começava a aparecer o prédio da escola, imponente, comandando as atividades das quase trezentas crianças que ali moravam. Logo em seguida cada um avistava seu mestre esperando à porta da oficina pelos seus aprendizes. Ao chegarem à porta eram recebidos pelo mestre que emitia as primeiras ordens de comando para a produção da tarde: “vamos começar o trabalho, sem conversa, e atenção no que estão fazendo”. Era o que dizia todos os dias, o responsável pela oficina que, também, dava nota aos meninos, ou melhor, cores aos meninos. Azul, verde, amarelo, cinza e preto revelava do comportamento e produção de cada um. A voz de sua mãe, “Papagaio voou, cadê o pé meu louro”, ficava cada vez mais distante de Manuel. O papagaio voava e Manuel não podia mais dizer: “cadê o pé meu louro?”, pois o guarda o puxara para dentro da oficina. Voava, assim, o papagaio, naquela tarde, para voltar a cantar em seu ouvido, no dia seguinte.

4.5 Memória entre a obediência e desobediência

Foi Miguel Rodrigues de Souza e Daniel do Nascimento que revelaram cicatrizes marcantes em sua trajetória, pela Escola de Menores, sobretudo, por terem vivenciado, mais intensamente, momentos de obediência e desobediência. Era uma tarde de domingo quando conversamos com Miguel e Daniel. Nessa ocasião, eles lembraram que aos domingos era, exatamente, o dia que tinham a folga total das atividades na escola. Dia que representava, em suas vidas de meninos, deslocados do seio de sua família, e que, nesse dia, mais voltavam para as memórias do passado.

O domingo era um dia esperado pelos meninos de Pau de Colher como que significasse o dia da viagem de volta à morada dos seus pais. Sentiam-se livres para pensar, para conversar sem horário determinado pelo intervalo curto de uma refeição para outra. Além do mais, era o dia em que sua obediência durante a semana, nas atividades de estudo e produção na alfaiataria e sapataria, no caso de Manuel e Daniel, premiada com passeios à praia ou ao Farol da Barra. O presente: quando assistir os desfiles dos marinheiros. Prêmio por terem sido obedientes, responsáveis, comportados. Prêmio recebido com o aval dos guardas, do mestre das oficinas e da professora. Prêmio defendido por todos aqueles que avaliavam as crianças durante os dias úteis.

Obediência que conquistavam para dar folga aos pensamentos sem os quais não podiam viajar, por horas, pensando em seus afetos, lá bem longe, daquele cenário da cidade. Não era fácil serem obedientes em uma escola que recebia meninos de rua, meninos delinquentes, meninos que haviam feito pequenos furtos, meninos que brigavam diariamente na escola. Aconselhados pelos guardas, todos os dias, os órfãos de Pau de Colher procuravam se afastar dos demais da cidade. Isso reforça involuntariamente, promovido pela escola, os vínculos entre eles, advertidos pelos guardas, de “não ficar junto desses outros meninos que brigam o dia inteiro e insultam os outros”. Mas, quando não era possível desobedeciam, sobretudo quando eram chamados de “caceteiros”, pois “a gente não gostava de ser chamado de caceteiro porque eles chamavam se referindo a gente como marginais”, disse Daniel.

As narrativas nos impressionaram, sensivelmente, quando disseram que esses momentos eram aqueles que os ajudava a “encontrar seu tempo”. Aqueles meninos, órfãos, agora idosos, sinceros e espontâneos, nos revelaram muita perspicácia em seus momentos diários, na escola, e de uma realidade profunda, e reflexo do que haviam passado no seu meio rural entre a caatinga, a seca, a chuva, a abundância e escassez, mas sempre abundância nas relações de solidariedade e reciprocidade. Lembrando sobre as horas de obediência, como uma alternativa de conquista, dispensa qualquer eufemismo, posto que dizem do que sentem e do que viveram. Foi a narração do que passaram e como passaram. Seus guerreiros, seus heróis, seus tutores, pelos quais desobedeciam e obedeciam, são fruto de uma existência compartilhada entre harmonia e tensões. Meninos crianças e meninos precoces de cuja vida prematura tem a marca da luta pela vivência diante da dimensão da falta e da escassez. Em meio às prescrições da escola (poder institucional), os órfãos elaboravam suas prescrições em paralelo, de forma invisível, sem negar a ordem, mas carregando do desejo do reencontro com seus familiares.

Mesmo marcados pela pureza, pela inocência diante da urdidura do Estado, que intervém nas relações familiares, retirando-os do seu habitat natural, aprende e se fazem meninos mestres na arte de tecer com ferramenta afiada que só o “mato” poderia ensinar. Daniel e Manuel tinham oito e nove anos, respectivamente, quando sua mãe morre em Pau de Colher e seu pai fica no povoado de origem. Na escola a grande proteção de Manuel era Daniel, seu único irmão mais velho. Daniel, muito pequeno ainda, assume a responsabilidade na ausência da mãe. Teotônio, seu outro irmão, que fora com cinco anos, dependia totalmente dele. O que eles sentiam era uma vontade desesperada de encontrar, em um dos cantos, daquele imenso prédio, sua mãe. Cresceram com a ausência dela. Passaram, os órfãos, sete anos na Escola, principalmente Daniel.

Pelo chão, sem sentimento daquele lugar, aos juazeiros e os umbuzeiros davam lugar às mangueiras e jaqueiras árvores, componentes da área verde da escola. Daniel, Manuel e Porfirio andavam sempre juntos até que os guardas decidiam afastá-los. Muitas vezes eles dormiam em pavilhões separados o que deixava Teotônio, o menor deles, totalmente desamparado. Sem as mãos seguras de Daniel, para agarrar, Teotônio e Manuel sentiam-se mais ainda sozinhos e temerosos. Momentos que refugiavam seus pensamentos, buscando proteção, nas picadas, que estavam acostumados a pisar, em busca de uma ovelha desgarrada. Eles, como personagens e com seus modos singulares, no cotidiano do Instituto de Preservação e Reforma, deixam fluir o drama vivido antes da *liminaridade*. Seus sentimentos interiores, sua intimidade, derivam nos plurais lugares da escola.

Ordinariamente corriam, andavam e brincavam em horários diferenciados. Às vezes no grupo de Pau de Colher, e às vezes sozinhos, pois os horários de atividades os separavam quase que constantemente. Raros eram os momentos para ficarem à vontade, mas eles estavam o tempo todo, procurando esses lugares quando escapava dos olhares dos vigilantes. Alguns lugares, na escola, eram aqueles lugares onde a obediência/desobediência marcava sua trajetória. A roça, por exemplo, era um deles. O que faziam nesse lugar tão presente em suas vidas? A roça existente na escola era uma dos espaços de atividade, além da sapataria, da alfaiataria, da oficina mecânica, da oficina de couro, da marcenaria. Os órfãos escolhiam uma das oficinas juntamente com o trabalho na roça. As plantas, o plantio, o milho, o feijão, que o diretor mandava plantar, caracterizava o momento maior da fuga. Através do trabalho na roça, com o milho e o feijão na mão para jogar sobre a terra, iam, um a um, lembrando da companhia do pai nos dias de plantio e colheita. Plantavam, como haviam aprendido, não importava a orientação dos guardas. Bastava sua fiscalização, através de seu olhar, fitando suas atividades, mas daí até dizer como eles deveriam plantar era algo que não conseguiam

fazer. Tinham que brocar a terra limpá-la, acariciá-la com a enxada através de compassos concatenados e pensando os movimentos de subida e descida dos instrumentos.

Plantar não era algo mecânico par a eles. Além disso, era o momento maior de contato com a natureza que lhes fornecia, consensualmente, o alimento que lhes permitia a vida. Quando Daniel, Manuel e Teotônio estavam diante dessa tarefa, migravam, transportavam-se para sua terra e ouviam as lições de vida de seus pais. O não consentimento da terra era emitido por sons que só alguém que tem sua vida vivenciada em meio à natureza pode ouvir. Era como se a enxada não entrasse, pois tocava a terra com tamanha força que ela recusava empurrando a lâmina do instrumento para bem longe. Acordavam dos seus pensamentos, com um grito do guarda, que ao ecoar um som agudo, seguido pelas palavras, que ordenavam o serviço, fazia os meninos voltar à escola. Pressa não era o cotidiano dos meninos junto aos pais nas tarefas de plantar, colher e em outras mais. Durante as horas de trabalho, na roça, os órfãos Daniel, Teotônio e Porfírio viam o pai, a mãe, os outros irmãos aproximarem, recuarem, sumirem. Daniel, o mais velho, olhou para o guarda, fitou-o e, aquecido pelo choro de Manuel, falou para o guarda que eles sabiam como labutar com o roçado porque, a vida toda, o que faziam era trabalhar com a terra, comer da terra, se divertir com a terra, chorar com ela, viver dela e que saíram do mato, mas o mato estava ali presente. “A gente sabe labutar com a terra, plantar pro milho crescer bonito e sadio e o diretor mandou a gente plantar milho e feijão”. Eram como palavras de ordem em suas memórias. Não sendo entendido pelo guarda, que exigia o trabalho mais rápido, pensaram em abandonar aquele lugar e correr dali, mas se assim o fizessem seriam encaminhados para outra atividade e isso os tiraria daquele lugar mais próximo do seu. Ora obedeciam, ora desobedeciam.

Conversavam com a terra, brigavam com ela, através de fortes batidas com a lâmina da enxada ao chão, como o guarda entendia e queria ouvir. Voltavam, dessa forma, para o passado, e orientavam aquela tarefa a partir do relacionamento que experienciavam com o grupo social com os quais eles conviveram em sua trajetória de vida. Nesse momento, o diálogo acontece entre a vida psíquica e social, o espírito e a matéria, a consciência e o corpo. Nesse momento da obediência e da desobediência os meninos iam negociando com seu passado, expressando a memória de um grupo de onde foram arrancados.

Os órfãos, Daniel, Manuel e Teotônio eram aquecidos, no trabalho da roça na escola, pelo sentimento de trabalho com a terra ligada ao seu grupo. Sentimentos ligados a uma ordem temporal com uma noção linear de tempo. Todos os dias os meninos saiam com seu pai, para o desempenho de suas atividades no “mato”, guiados pela noção do tempo de plantar, do tempo da seca, do tempo da chuva, do tempo do plantio do feijão, do tempo de

plântio do milho, do tempo de aproveitar a condição do próprio tempo. A intensidade dos sentimentos, que conduzia suas ações, sinalizava para que obedecessem e desobedecessem. Uma desobediência que os alojava no passado, que viera de gerações anteriores e expresso naquele momento por cada um individualmente.

No momento em que lembravam, e faziam como haviam aprendido com seus pais, sentiam como uma explosão da carga silenciada, vida reprimida, durante muito tempo controlado, mas negociada de forma a poder se tornar visível um dia como aconteceu várias vezes naquele roçado da escola. Ali era o momento por excelência para esse grito abafado desde que saíram de Pau de Colher. O trauma vivido, as relações familiares interrompidas, as interdições na escola, o deslocamento dos órfãos dos laços de parentesco, o afastamento dos laços de vizinhança e afetividade, impedidos por muito tempo, carga de sentimentos guardados, abrindo, naquela hora, para os guardas da escola, posto que, conduzido pela carga de tolerância individual, desenhava seu limite com a desobediência. Eles sabiam plantar, criar, colher, como haviam aprendido, com seus antepassados, e não podiam, naquele cenário, que se fazia familiar, fazer diferente, não podiam ocultar por todo o tempo.

Os meninos, naquele momento, diante das tarefas a serem cumpridas, e sobre a fiscalização dos guardas, obedeciam, visivelmente, e ocultavam sua desobediência. O sentimento de um antepassado, ali explicitado, numa arte de fazer o que sabiam fazer, no confronto não no sentido de classe, mas no sentido de resgate da dignidade, da história de vida, das histórias que viveram com suas famílias. Lembrar que iam se esconder na roça para comer biscoito.

4.6 As frutas que lembravam os dias no “mato”

Alexandre e Manuel de Souza Costa estavam, naquele dia, com muita fome. Afinal, a comida oferecida, na escola, não era suficiente para matar a fome, cotidiana, que sentiam dado que tudo era muito pouco para cada um e servido, apenas, durante as três refeições do dia. Relembravam dos dias que passavam, embrenhados pelo mato, fazendo trilha e deixado picadas que os levavam a percursos inusitados. Lá, em seus povoados, tinham o mundo todo aberto aos seus pés para percorrer em busca de complementos para suas refeições diárias. Uma caça, uma fruta, um pássaro, uma casca de pau para fazer um remédio. Tudo encontravam em suas moradas.

A natureza estava ali, todos os dias, a aguçar suas mentes, a provocar o pensamento. Quando as nuvens ficavam turvas, e os pingos de água davam sinais que ia chover, já se

alegravam porque era como estivessem ouvindo os seus pais e familiares nos povoados dizendo que “o inverno esse ano vai ser bom”, e, quando o sol estava castigando o chão tornando-o duro de rachar, voltavam a afirmar :“o inverno esse ano vai ser ruim”.

Em Salvador, a chuva e o sol lembravam esses momentos cíclicos de sua terra. Momentos que os juntavam para plantar e momentos que os juntavam para armazenar. Não faltava comida no “mato”. Pouco ou muita, tinham alternativas. A natureza ensinava e aprendiam, dia após dia, tanto nos dias de escassez, quanto nos dias de abundância. Para cada tempo, havia uma atividade realizada em família. E, durante cada hora do dia, a família estava ali junta, e sempre havia um bocado para dar a alguém que viesse pedir socorro. “Tudo era de todo mundo, porque era como se a terra fosse de todos. Sempre era tempo de agasalhar alguém que tivesse passando necessidade”. No convívio familiar, em seus povoados, as portas das casas ficavam abertas para receber, com a constante forma de receber: “entre pra dentro cumpade e sente aqui”. “Alguém que dissesse: “ô de casa”! Logo sentava e a mulher ia fazer o café que não faltava, chovesse ou não”. A fartura, em abundância, de produtos, e o comer, à vontade, era uma prática. Mas, a comida era aquela que eles diziam que dava sustância para o trabalho de roça. Por isso, farinha, feijão e rapadura eram os componentes dessa receita da robustez.

Na escola, no entanto, sentiam-se fracos. O corpo não se acostumava com a refeição da manhã, com pão e café, apenas. Um almoço com macarrão, arroz, uma “mistura”, quando havia, e um café da noite igual ao da manhã.¹¹¹ Frequentemente, na hora do almoço, os pratos vinham rodando sobre a enorme mesa até chegar às mãos do destinatário. Os guardas jogavam os pratos em direção a um deles, contando cada um. Daniel aproveitava para pegar dois, escondendo um deles, entre as pernas, para comer depois. Dividia com seus irmãos, mais tarde, no esconderijo oficial: a área da roça. Marcavam encontro, entre eles, coisa que os outros meninos da cidade não poderiam desconfiar. Muitas vezes, quando vinha farinha, colocavam em saquinhos, que fizeram na escola, para comer o dia inteiro, pois se sentiam mais fortalecidos. Afinal, a farinha de mandioca, produzido em suas moradas, era um alimento em abundância. Sacos e mais sacos de farinha estocados, junto aos sacos de feijão e milho, correspondiam ao maior valor por eles guardado. Faziam questão de mostrar a quem chegasse o quarto reservado para estocar os alimentos, fruto da generosidade da terra e do seu trabalho.

Na escola, sentiam-se sem essa fortaleza. A fortaleza da comida que significava para eles o objetivo maior de suas existências. A terra era o espelho do trabalho. Pisar na terra era

¹¹¹ O termo “mistura”, como entendem na região, é a carne com molho.

ter o espaço do trabalho. Ter o espaço do trabalho era ter o prazer de reunir todas as suas forças para fazê-la abençoada, e abençoá-los, com os frutos gerados em consequência do trabalho e da fé mantidos em relação à chuva pouca, mas presente. Na escola, comida pouca, e sem aquele vigor dos seus costumes alimentares. Na escola, comida pouca e contada, pois a cada prato os guardas iam contando: um, dois, três. Na escola, comida pouca e ausente de amor, de afeto, de sentimento, de uma conquista árdua. Ausente de braços, pernas, mãos e corações que tratavam o plantio como um jardim de sua casa. Na escola, comida pouca e sem a rubrica de quem a produziu, onde a produziu, de que forma foi chegar àquela mesa. Na escola, comida pouca que trazia a imagem do mundo, e de cada um deles dentro desse mundo, demandando, tudo e todos a sua volta, através de um realizar a terra, através do plantio e de seus frutos, próprio e ímpar.

Em suas terras nunca sentiram fome e, agora, retirados de seu lugar para “civilizar-se”, deparavam-se com ela naquele mundo, entendido, como “melhor lugar para serem educados”. Assim, aludindo a esse mundo buscam sustentarem-se. Naquele dia de chuva fina, em Salvador, dia de visita daqueles que tinham quem visitá-los, Alexandre e Manuel esfregavam as mãos em cima do estômago tentando acalmá-lo, acariciando-o. Domingo triste mais do que todos os outros dias. Sem atividades na sala de aula e nas oficinas, sem visita a esperar, com a comida mais escassa do que nos dias anteriores, os dois acalentam-se, um ao outro, e vão buscar na roça seu refúgio. Era lá o lugar de procurar o que comer. A roça, próxima aos pés de jaca e manga, seria a alternativa para aquela fome gritante. Olham, como sempre, de um lado para o outro sabendo que teriam muito que percorrer até chegar ao lugar alternativo para sua fome. Curvados, chegam até a caixa de água e, dali em diante, como era de costume, arrastam-se até o roçado por entre as folhas caídas ao chão que serviam como um leito, aos seus corpos miúdos, livrando-os de serem marcados pelos galhos das árvores inertes ao chão. Correndo agachados, ora em pé, em busca de saciar a fome, os dois meninos chegavam, triunfantes, no destino final quando se entregavam ao descanso de seus corpos em uma loca de mato que eles fizeram para dias como esse. “A fome era muito grande”, nos disse seu Alexandre. Tinham, portanto, que encontrar uma saída naquela situação onde, contraditoriamente, não havia o perigo de seca, como em suas terras, que os conduzia a trabalhar durante os meses de inverno para não faltar durante os meses de seca.

Não havia, ali, a imagem do gado magro, nem o som das ovelhas berrando por água e capim. Não havia aquela espera por água que, de repente quando vinha, fazia tudo crescer e ficar verde. Águas que faziam os tanques e cachi transbordarem durante meses. Mas havia, na escola, não a imagem, mas a vivência de momentos de fome sem que pudessem, como em

suas moradas, batalhar com ela. Sentiam fome em um lugar que diziam que seria o melhor para eles. Sentiram fome, cotidianamente, em todos os aspectos. Fome de alimentos, fome de afeto, fome de convívio sincero. A alternativa seria procurar, voltando ao seu cotidiano, do sertão, formas de superar, dissimuladamente, ou não, o que lhes faltava. As refeições cercadas por momentos frios e silenciosos, todos olhando um para o outro de forma astuta, pois sabiam que era a hora de “desviar” um prato para saciar a fome de logo mais. Embora com a desconfiança do guarda, de que um ou dois pratos haviam sumido, pois tinha certeza ter feito todos os pratos rodarem sobre a mesa, ainda, assim, todos os dias a mesma cena se repetia. Ao conter a fome, através das refeições oficiais, juntavam-se os furtos das frutas do roçado e das árvores, mangueira e jaqueiras, que rodeavam o instituto.

Ao mesmo tempo em que as frondosas árvores abriam sombras, em meio ao sol, forravam o chão de frutos que, caídos por estarem maduros ou pela força de uma vara que subia até onde conseguissem atingir uma fruta, servia aos meninos encontrando um caminho para fugir aos momentos de fome. Mesmo com a possibilidade de punição, caso fossem surpreendidos pelos guardas da escola, aproveitavam as horas em que estivessem repousando e, muitas vezes, assim mesmo, se metiam escondidos por trás dos troncos das árvores para alcançar seu intento permanecendo, ali, até comerem todas as frutas que haviam conseguido apanhar. Em seguida escondiam a vara, parceira de sua “desobediência”, por trás de uma grande fenda que descobriram ao lado da parede da oficina de couro, entre esta e o muro alto da escola. Ali repousava até o próximo encontro que poderia ser no dia seguinte ou dias depois. Quantas mangas e quantos pedaços de jaca pudessem conseguir, comiam todos. Nada, para o dia seguinte poderiam guardar sob o perigo dos outros meninos encontrarem e avisarem aos guardas de suas façanhas e, assim, a iminência de não encontrar por muito tempo guarida para seus estômagos, famintos, ou mesmo passarem dias no xadrez.

Na roça, no entanto, os perigos eram maiores, pois outras crianças labutavam em horários diferentes, portanto, aos domingos era a melhor ocasião de desfrutar daquele lugar que lembrava o seu canto. A roça era uma área enorme perto do campo de futebol onde plantavam milho, feijão, verduras e legumes para uso diário. No entanto, havia muita goiabeira, tamarineira, oitizeiro ao redor de toda a horta. Não eram, por assim dizer, as frutas que estavam acostumadas lá no sertão, mas aprenderam a comer e a gostar. Antes de entrarem na imensa área verde da escola, olhavam cada um em uma direção para ver se estavam seguros ao enfrentamento vinha pela frente. Pegar, esconder por debaixo da camisa do macacão e correr por entre pequenas picadas, que deixavam sempre feitas, para dentro de um galpão perto da caixa d'água. Lá, sentados, comiam rapidamente e enterravam os restos das

cascas e caroços das frutas. A roça era o lugar para onde corriam, quando recebiam uma vez ou outra a visita de dona Edite Castro, uma das “madrinhas”, que via na escola uma grande oportunidade para suas vidas. Ao levar biscoitos, para os meninos de Pau de Colher, deixavam a tarefa para os mesmos de se refugiarem, pois do contrário os outros meninos avançavam em direção ao grande presente aumentando, assim, a disputa por um bocado. Tudo era combinado com antecedência. Os irmãos Daniel, Manuel e Teotônio já sabiam que, quando dona Edith entrasse, pelo portão do Instituto, a tática e o destino era aquele que os três conheciam: Daniel pegava os biscoitos, pois era o mais velho, e Manuel e Teotônio, disfarçadamente, seguiam para o “esconderijo” onde “matavam” a fome. Era o lugar mais desejado por eles, por saberem que, ali, por algumas horas, estariam sem ouvir os gritos do estômago.

Durante os sete anos que passaram na escola, vivenciaram essas situações além da participação efetiva nas tarefas escolares que lhes garantiam o prêmio, de um final de semana na casa da professora dona Valdomira Nogueira, ou um piquenique na praia com uma feijoada, patrocinado por ela. Assim, iam os meninos, encontrando ocasiões e lugares para acomodar seus dias de afastamento das afetividades e escassez controlada deixadas tão longe onde não precisavam fugir de ninguém para obter seu sustento, nem, do mesmo modo, ter tantas dúvidas quanto o preenchimento de suas necessidades.

No sertão, embora as idéias que os demais tinham de escassez e pobreza, nunca se viram nas situações estratégicas, como na escola, para mitigar a sua fome. Não precisavam fugir dos pais, esconder a comida, roubar, nem subir em árvore como se fossem ladrões, apavorados, procurando não cair nas mãos de seus verdugos. Fazem parte, essas histórias de luta pela sobrevivência, de histórias pequenas não percorridas pela história oficial e em meio ao cotidiano dos que ficaram. Vivências que não importavam para a escola, mas significativa para os meninos, vai revelando o estado de fome pela qual passaram os órfãos naquele instituto. Fome que ia definhando diariamente meninos, primeiro pela qualidade e quantidade do que era servido, durante as refeições, e segundo, aliava-se à fome de afetividade que ficou em suspensão durante aqueles sete anos. Por outro lado a fome, que passavam, os aproximava de sua origem comum e os fortalecia a relação com sua cultura e sua origem.

4.7 A comida que lembrava o pintado, do cuscuz com leite, da farinha com rapadura

O Pintado é a referência do alimento mais presente na mesa em seus povoados. “Nossa mãe misturava feijão e milho e juntava um bocado de costela de bode e agente comia pra

valer”, nos disse seu Louzinho, lembrando sua mãe, e imagem que não tinha dificuldade em encontrar. Ao redor do fogão de lenha mexendo aquela panela de ferro enorme com uma colher de pau, preparava o alimento básico para toda a família. Todos os dias, lá no “mato”, não faltava comida para todo mundo e para quem chegasse. Era o orgulho do pai em poder sustentar toda a família e tê-los, ali, ao seu redor até quando se casassem. O pintado, então, preparado, com todo o cuidado, era fruto de seus criatórios e seus plantios. Não faltava nunca à mesa.

Nos primeiros dias do internato, os órfãos de Pau de Colher não se deram conta da falta do pintado uma vez que estavam ainda muito envolvidos e tentando resolver suas indagações sobre tudo o que estava acontecendo. Ao passar dos dias começam a sentir o que estava faltando e, claro, aquilo que mais pesou foi exatamente o que mais os fazia lutar no sertão para não deixar faltar: água e alimentos. Dentro do enorme refeitório, preenchido com mesas de madeira, principalmente, mas fora do refeitório, os meninos choravam pela falta do seu pertencimento. O pintado era um dos pertences culturais de seus antepassados. Comida que estava sobre a mesa todos os dias.

Os órfãos, meninos, que conviviam com a roça, com as coqueiras onde passavam horas com seus animais, num convívio destemido, choravam, a cada momento, quando que deparavam com a falta do seu sertão. O pintado era bastante representativo de um dia a dia de espera por este prato insubstituível. As lágrimas, que rolavam por seus rostos, diziam da dor do pintado imaginário. Naquele momento, seu Manuel, nove anos à época, oitenta anos, hoje, derramava lágrimas.

Lembrava, naquela mesa, onde os pratos rodavam com uma comida grudada ao fundo do prato, de todo o seu tempo anterior. A cabeça não sossegava diariamente e, mais, quando se aproximava da hora do almoço. Triste, seguia pelo corredor pensando que naquele dia a comida poderia ser o “pintado”. Chorava, pensando nos descampados do seu povoado como um pássaro que precisa voltar para o seu ninho, com a responsabilidade de levar comida para as crias. Corpo fino, vestido com um macacão azul, parava diante da porta do refeitório, passava as mãos na boca, como que para acelerar o apetite, imaginando que a comida, naquele dia, seria diferente. Está no meio do deserto, da caatinga que o recebia com afeto, da terra dos seus pais, levantarem a cabeça para o céu e poder viajar naquele infinito de histórias que criava, em sonho, era o que ele queria todos os dias. Lembrava desses momentos e sossegava. Manuel era, dentre os órfãos de Pau de Colher, a memória da alimentação sertaneja.

Todo o dia falava em rapadura, farinha seca, feijão, milho, além de algumas plantas cujos caules reservavam uma massa saborosa. Pratos que estavam ali sempre à espera de suas

mãos pequenas e que “não deixava nunca suas tripas roncar”. Volta, repentinamente, para o refeitório, com o barulho das crianças entrando, procurando seus lugares à mesa. Seus olhos esperavam o que não viria e sua face demonstrava a angústia de ter que comer “aquele grude que a gente botava o prato para baixo e a comida não caía”. Narra que fechava os olhos de agonia quando via “aquela comida rodando dentro do prato”. A falta do pintado estimulava a memória de Manuel, todos os dias, e o fazia voltar para o sertão. O tempo presente, sem o pintado, levava-o a um movimento de volta ao passado, volta a sua identidade. A presença do pintado na memória de Manuel estava inscrita a partir dos seus hábitos de origem e dos costumes do seu grupo no sertão.

Estava inscrita em meio às secas cíclicas, à situação de espera que o faz regressar ao seu passado. A ausência do alimento, precioso para ele, o faz se reencontrar com seu lugar, lugar de todos, lugar simbólico da reafirmação da identidade, lugar onde há raízes e história cultural comum. A escola, para onde foi levado, apesar de ser o lugar do desencontro, o faz, pela falta, voltar ao passado. No momento em que senta à mesa do refeitório, no qual o enredo é construído pela instituição, explode o seu enredo do “mato” amenizando sua raiva, seu descontentamento fazendo-o potente para suportar aquela falta, quase absoluta, do seu lugar.

Manuel enfrenta o problema de se sentir sem seu chão e do que foi negativo, para ele, o rompimento com seu tempo, tanto do ponto de vista de suas afetividades, como do ponto de vista da cultura material. Denuncia, assim, com o choro o que queria comer e que não está ali dentro do prato. Daniel, seu irmão mais velho, sentado ao lado, como fazia costumeiramente, dizia todos os dias para que ele tivesse “calma que um dia aquilo ia acabar e que eles iam voltar a comer o pintado”. Era uma forma de atenuar a inquietação de Manuel cujos cuidados maternos eram mais freqüentes. Guardar a memória da presença diária das coisas de sua terra, principalmente, a memória do amor de sua mãe. Ali, no refeitório, sem seu pintado, sem a comida e os cuidados de sua mãe, por ser bem magrinho, guardava a memória de uma fome que não existia para ele no mato. Instala-se um conflito, vivenciado intimamente, abafado pela situação na qual foram colocados, conflito contra esse novo cenário cultural com o qual teriam que se adaptar.

Nessa mesma noite Manuel fica sozinho no quarto, pois Daniel, seu irmão mais velho é colocado em outro. Os guardas faziam revezamento das crianças a cada tempo e, nesse dia, no mesmo dia em que Manuel mais sente falta de sua identidade, fica, também, à noite sem seu apoio emocional no instituto. Há, nas lembranças de Manuel, um contexto de significados compartilhados no qual, a cada lembrança, e seus efeitos, deve ser compreendido em relação à história de seu grupo concreto e com aqueles com quem estabeleceu e mantém uma

interlocução. Manuel via-se, por alguns instantes, limitado nessa incomunicabilidade cultural gerada em torno de lembranças particulares. A vivência, no instituto, que os posicionava como, social e economicamente desfavorecidos e reconhecidos como diferentes em relação ao padrão da cidade para a qual foram levados, fazia ressuscitar sentimentos compartilhados a partir de um alimento.

Dessa forma, usava estratégias para entrar e sair da dinâmica da escola o que fortalecia o processo de retorno e não de manutenção do deslocamento. Entrar e fazer parte daquilo que a instituição reservava, e sair na hora em que, sentindo-se, preso, voava para aconchegar-se à origem. Esse movimento, como centro, se ordenando em cima do pertencimento e da relação. Aquelas refeições minguadas acompanhadas pelos olhares dos guardas, fiscalizadores, a toda hora, dos pratos circularem pela mesa, cada bocado silencioso e controlado, levado à boca, para, em seguida, dirigirem-se ao filtro momento em que se completavam os espaços vazios no estômago deixado pela pouca comida oferecida.

Enquanto as outras crianças retiravam-se, Manuel demorava-se mais um pouco à espera de, talvez uma sobra para aliviar sua fome. Olhava de um lado e de outro, mas nada restara a não ser uma mesa lisa e fria como via todos os dias. Tinha emagrecido. As cozinheiras pegavam os pratos, copos e colheres, jogando em grandes baldes, naquele compasso que já era conhecido. Permanecer ali por mais um tempo seria ouvir, no silêncio, os ventos do seu lugar levando o cheiro da terra abençoada que nunca o fez provar da vontade de querer mais e não ter. Manuel vai ouvindo, assim, o grito que sai de dentro de si e que vai travando, do acordar ao anoitecer, uma luta pelo espaço de expressão ainda que ocultos, mas persistentes em todos os cantos daquele grande esconderijo de sua alma inquieta que é a escola.

A visibilidade dessas expressões, de volta ao passado, vai aparecendo para o grupo durante o conjunto de atividades diárias e rotineiras. O corriqueiro dos dias naquele instituto, a vida parada sem aquele dinamismo, sem aquela espera por algo que já sabem que vai acontecer, a cada tempo da roça, preenchem, com a busca da própria roça, a saída dos lugares vividos. As posturas assumidas pelo grupo, muitas vezes de dois, três ou mesmo todo o grupo quando em sala de aula rejeitando, silenciosamente, ou com desabafos, as normas institucionais, contribuíram, sensivelmente, para que alguns dos outros da escola, como a professora e um ou outro mestre das oficinas, se dispusessem a olhar, com certa simpatia, os momentos quando desafogavam seu espírito.

No interior dessa rede de relações de poder, com a qual passam a conviver dia após dia, sem nenhuma possibilidade de retorno, buscam espaços culturais e, em consequência,

uma disposição, dos demais, para ouvir suas vozes e suas formas de atuação. Muitas vezes os guardas ou o mestre de ofício aconselhavam que tivessem cuidado com os meninos da cidade. Esse aspecto vai apontar para uma diferença que os órfãos de Pau de Colher já imprimiam naquele espaço. A voz de Manuel e dos outros meninos de Pau de Colher, a cor, os cabelos, as histórias. A palavra que saía, silenciosa, de suas bocas, através do corpo que, em pé, no refeitório, dizia que estava ainda com fome, vai ajudando a construir seus textos. Simples textos, curtos, monossilábicos, sem resposta imediata, mas ali presentes. Manuel ali parado, diante da porta de saída do refeitório, com os olhos esperançosos, carregado de amarguras, medos, dor, feridas, fome, comporta o intrincado de sua vida cotidiana na escola. Manuel, em pé, esperando por migalhas de comida que pudessem ter sobrado daquelas minguadas refeições, é ainda a figura de um corpo do “mato” que olha, conflante, para o cachi seco e o vê transbordando de água. Manuel todos os dias repetia esse ritual do seu corpo/voz que emite seus traços, suas inscrições e sua história de identidade.

As imagens utilizadas, por Manuel, quando o olhar perdido visualizava o pintado, sugerem a possibilidade de expressão de sua alma sertaneja inscrita naquilo em que se inscreve o seu dia a dia na escola. Na ausência de uma fotografia para olhar, de uma carta para sentir a letra de seus ancestrais, comparece a imagem que não se aparta de seus dias e, a memória, o colocando em uma relação íntima entre os quadros que aparecem em sua mente, seu ser camponês e a agenda que tem que cumprir na escola. Sempre que se encontra com seus afetos, através da memória, vai instalá-lo nas coisas da roça, Manuel entristece. Entristecer era estar naquele momento de volta às origens, principalmente, quando vê seu irmão pegar por sua mão e acordá-lo daquela viagem. O faz trazer os elementos de sua pertença camponesa, passado histórico, tradição religiosa, linguagem ritual do “mato” que fala com a terra, com o vento, com a chuva, com os animais, impulsionado pelo drama vivido e ainda não acomodado em seu ser. Ao final de todo o ritual do almoço, e de toda a transposição, dialogando com sua tradição de origem sertaneja, Daniel, o irmão mais velho, puxa-o para, após quinze minutos de descanso, se encaminhavam para as aulas de catecismo onde, mais uma vez, vai voltar ao seu itinerário de origem.

4.8 A fuga em busca do sertão

Na escola, a fuga de volta ao sertão, acontecia não só em pensamento, quando migravam, diariamente, em busca de suas vidas no “mato”, mas, exato, como o fizeram, muitas vezes, durante o tempo que passaram na escola. Não apenas nos momentos onde

procuravam alojar seus pensamentos em cantinhos que os fizessem migrar para seus povoados. O desejo de voltar era tão intenso que muitas vezes aconteceu de fato, em Salvador, para fora dos portões e muros bem construídos do Instituto de Preservação e Reforma. Seu “mato” era o lugar, por excelência, de suas vidas. A fuga para o sertão vivida pelos órfãos literal e na prática. Fuga para a vida melhor do campo, da roça, do mato. São os enredos da tradição onde a saudade como um sentimento, pessoal e coletivo, afetava todo o grupo dos órfãos de Pau de Colher de quem se perece perdendo pedaços queridos do seu ser, dos territórios que construiu para si (ALBUQUERQUE JR., 1999).

Durante aqueles sete anos de distância, de afastamento, intervalo o qual tiveram suas vidas de produção, suas vidas e de seus afetos, suas vidas religiosas suspensas, conseguem perceber a diferença. Dois mundos distintos conseguem ver, claramente, diferentes nos tempos, nos espaços, nos sentimentos. A “vida nos povoados e moradias” é uma vida de entendimentos sobre o que a natureza os ensina e os organiza a se comportar. Estudo minucioso, detalhado das “vozes do mato”, que compreendem muito bem pelo exercício cotidiano de viver em meio aos sons daquele lugar, lhe é muito íntimo e diz tudo de suas vidas.

Na escola, punidos por serem “do mato”, da “roça”, “ignorantes”, “analfabetos”, e, mais ainda, por serem “filhos de caceteiros”, “filhos de fanáticos”, pensados no sentido de serem inferiores aos da cidade. Escola, cujas regras e normas, controles, interdições, punições, censura, os órfãos se comportavam de sua maneira. A maneira da terra, maneira que sabiam fazer, sentir e agir em meio aos ditames da instituição, criando momentos, lugares e ocasiões para fortalecerem sua marca. Os agentes da escola, guardas que comandavam de cada departamento da escola, reforçavam seu modo de ser quando aconselhavam: “não se misturem com esses meninos que são perigosos”.

Respondiam, assim, os órfãos, com os saberes aprendidos com seus antepassados e experienciados no cotidiano do sertão. A vida não só de trabalho, mas doméstica do campo e das relações entre vizinhos, os acompanhava a cada situação na escola. A prática imaterial da identidade sertaneja na escola que dia a dia permanece. O fazer, o pensar, o sentir e o agir cotidiano dos órfãos, na escola, vai permitindo emergir os dados materiais como o trabalho, a produção, o engarrafamento do feijão, o ensacamento do milho. Mais do que os dados materiais de existência, os afetivos estão conduzindo e se colocam em uma hierarquia que comandaram sua maneira de ser durante aqueles intervalos de tempo, durante o luto das coisas, das pessoas e dos sentimentos. Ao mesmo tempo, obedientes e desobedientes, fortes, frágeis, dissimulados e inocentes, perspicazes, astutos, desprotegidos praticam os saberes do

campo, a interação com a natureza. Eles vão se atualizando através do relembrar sobre a cultura tradicional do campo através dos ensinamentos dos seus pais e parentes.

Procuram, na escola, um cotidiano atravessado por situações de convivência familiar onde os principais atores estão presentes nas cenas dramáticas de suas histórias. São permanentemente seus pais e a figura da mãe, como central, na construção de suas vidas, do seu trabalho, da sua produção, do viver em grupo. Na escola, a suspensão dessa vida, eles percebem na ausência da vida religiosa do sertão, na cantoria dos benditos, ausência do puxador da reza, do trabalho coletivo e do pensar que tudo o que fazem pertence a todos. A ausência de sua morada, dos lugares na casa, cenários de ritos e mitos, ausência do oratório sagrado, dos túmulos e cemitérios, onde enterram seus parentes, e onde podem visitá-los no ritual costumeiro da prestação de homenagem.

Uma direção, um destino que não pensaram e que não desejaram. Uma cidade que nem conheciam e nem sabiam da existência, e para onde foram levados, cujo destino, escolhido como categórico por estranhos, era constantemente desafiado, ingenuamente, muitas vezes e, intencionalmente, outras. O “mato”, porém nunca se perdeu dos órfãos, na escola, mesmo dos que não voltaram em sua vida para frente no Rio de Janeiro ou em Salvador. O esvaziamento do sertão nunca foi possível posto que preenchesse o intervalo de sete anos com os cenários de suas vivências a cuja invasão resistiram, cotidianamente, na escola não perdendo de vista a possibilidade de voltar para aquele que consideravam o “melhor lugar”. Para o lugar que sabiam sentir, e que sempre quiseram viver, esse lugar cujas águas enchiam os tanques ou mesmo nos tanques vazios, nas trilhas que levavam aos esconderijos mais desejados, quadros que desenhava mais um dia de retorno.

Voltar para junto dos pais, para os braços e afetos da mãe, para o convívio onde seu ser, sua alma se acalmaria era um pensamento constante dos órfãos. Todos os dias era o dia de voltar para suas moradas, porém sete anos após esse dia, de volta, se delineava com mais firmeza. Firmeza de meninos não mais com oito, nove e dez anos. Aos quinze, dezesseis, dezessete anos de idade, o retorno ficava mais próximo. Os órfãos recordavam as inúmeras vezes que arrumavam suas emoções para a “viagem de volta”. Quando digo, arrumar as emoções é porque literalmente era o que eles tinham. Nada para organizar, materialmente, mas tudo para organizar, emocionalmente. Não tinham roupas, pertences. Nada. A viagem seria mais fácil, pois voltariam sem o peso das coisas da escola. Nenhuma bagagem para pôr em ordem. Nada de desistências no grande dia, pois nunca haviam desistido, mesmo sem algo concreto, dos seus dias quando de cabresto na mão, pés calçados com chinelos de couro, cabeça protegidas com um chapéu de couro, que nunca os abandonava, ao sair de casa para a

roça. As fugas para bem perto dos gestos e significados daqueles que, com eles, davam significado a sua vida juntamente com as plantas, os cactos, os afazeres cotidianos, as pessoas, os animais aqueles todos os elementos que lhes são bem conhecidos.

Transitando sobre as estradas de chão, que lhe são bastante cotidianas, desde que é por elas que transitam com seus jumentos ou mesmo a pé sentindo o cheiro da terra e ouvindo os sons da natureza, reconhecem que é assim que suas vidas têm o significado com os quais estavam acostumados a agir. As terras, por onde trotavam seus animais, sem o perigo de se perderem, o terreiro ao redor da casa, sempre com as redes armadas, na varanda, à espera de um corpo casado para recuperar do dia de fadiga do trabalho, compõem o texto que produzem da leitura que fazem do seu dia a dia no sertão. Embora muitas vezes, na escola, não parecesse haver uma saída para seus pensamentos, um caminho que os levasse ao encontro de tudo o que ficara para lá, bem distante, em Pau de Colher, viam os rios e pastos como que à espera para acomodar sua fuga. Era quando sentiam que haviam chegado e onde o caminho percorrido até a chegada abria seus braços para receber aqueles de onde nunca haviam saído.

A escola era o ponto de partida no qual ancoravam suas esperanças para ir, em fuga, até seus povoados e moradias. Em fuga, até seus territórios de parentesco para entrarem e abraçar seu passado e mais uma vez ouvir as constantes expressões de “é Antonio da Aurora” ou “é filho de Proeza”. Fugir! “Quantas vezes fizeram isso na escola” para aiiviar um pouco a ausência daqueles momentos que só lá na roça poderiam vivenciar. De lá não precisavam fugir. O encontro é constante não só nas casas, mas nas roças, nos criatórios de onde se sabe e se vê tudo, de onde as informações são trocadas e levadas para outros povoados. Os órfãos fugiam constantemente para os momentos de interação das trocas, da colaboração um com o outro, das tensões. Sabiam que estavam fora, longe do seu lugar, mas que seus parentes estavam atentos ao que pudesse estar acontecendo e ao retorno dos meninos.

Fugiam para o encontro com as brincadeiras, com o riso, com os contos falados em voz alta. Fugiam para abraçar os amigos para o prazer de estar junto dos amigos. Fugir para a terra que é a morada, o destino, o cultivo. A fuga que os órfãos faziam, todos os dias, tinha, como direção primeira, o lugar da casa onde está sua família que é a terra dos afetos, terra onde moram e não terra do negócio. Fugir para plantar, para colher, para brincar, para fofocar, para brigar em primeiro lugar, pois a terra é o lugar que se planta, que se cria que se produz para as necessidades do grupo e não para o acúmulo embora estabeleçam trocas mercantis. A fuga para a terra que é *dom* de Deus ou mesmo da natureza.

A noção dos órfãos é de que a terra é dos pais dos quais eles herdam. Aqui é como o movimento em busca da terra prometida, de volta a Canaã, dentro das regras que eles pensam

entre as famílias e nesse sentido a apropriação de tudo o que está em sua região de vida. A justiça para eles seria voltar para ocupar o que lhes pertence, por entendimento, de que os laços de família e o território de seus descendentes são seus por um acordo implícito na vida camponesa. A terra para a qual fugiam, diariamente, na escola é a terra de seus familiares, de suas orações, de sua espera, de seu orgulho, pela força da tradição. A fuga, diária, dos órfãos são momentos vivenciados no sentido de, estando como grupo *liminar*, que vão se alimentando de táticas de sobrevivência de sua pertença, resulta nesses momentos de busca de lugares de fortalecimento nos quais pensam e sentem seu ser juntamente com seus colegas. Fugir como estratégia de sobrevivência como fizeram, na escola, muitas vezes adiando as coisas, outras vezes com reservas, calado.

A tradição era, nestes momentos, buscada através de um repertório de comportamentos carregados de seus significados. Os órfãos de Pau de Colher, na fuga, trabalhavam para seus traços, que os distinguiam dos demais, não fossem apagados. A diferença dos órfãos de Pau de Colher, dos outros meninos da cidade, e a diferença em relação às regras e normas da escola e as suas do campo, permitia que o seu pertencimento não se desestabilizasse em relação ao sistema no qual foram colocados. Muitas destas crianças, mesmo encontrando-se sozinhas sem seus pais e parentes, tinham seus colegas de grupo para preencher a solidão, dividir suas tristezas, compartilhar suas viagens de volta na lembrança. Os meninos órfãos de Pau de Colher, órfãos de sua terra e de seus pais, sempre que pensam em fugas, se vêem juntando seus pertences que se reduzia, na escola, a um lençol e duas roupas que davam na escola como farda.

Cada um, em sua fuga, esperando o momento em que poderiam encontrar o portão aberto ou mesmo alguém que viessem buscá-los. Cada um esperando por seu dia. A cada momento que um nome era chamado pelo guarda apertavam seus corações por dois motivos. Um deles era o fato de pensarem que poderia ser o seu nome e o outro pela tristeza de ter menos um do grupo na escola para falar sobre seus anseios. Na fuga mental, arrumam suas coisas e simulam estarem colocando seus pertences em sacos de pano como colchão, cobertores, jarras de água, alimentos como acontece quando muitos dos seus tinham que mudar de lugar. O barulho enorme do vai e vem dos objetos é como seu próprio ser neles impregnado. Pensando-se em fuga cotidiana, os órfãos relembram as imagens de seus cantos, no sertão, na manutenção de sua identidade durante o tempo em que passaram na escola.

Centrados em suas experiências anteriores, mesmo tendo o espaço da escola como o único em suas vidas naquele momento, os órfãos buscavam, mentalmente, uma infinidade de espaços comuns como espaços-lugares de produção de significados. A construção desses

momentos, para acalmar muitas vezes a dor pela ausência da mãe, da terra, da família eram atividades nos momentos de descanso. O sofrimento dos órfãos deslocados, o drama por eles lembrado, os movia em busca de saídas para evitar que sua identidade fosse minada pelo dia a dia da escola.

Não havia canais de contato entre os órfãos e seus povoados o que seria de um grande significado para a manutenção da pertença, então o que restava era o corpo. O corpo, a mente e o espírito varam o tempo. Os diversos lugares, na escola, criados para acomodar seus pensamentos, seu choro, sua tristeza, não eram como apêndice, mas como uma árvore gigante cujas raízes eram alimentadas diariamente com a água da terra natal.



86- Faustino, Alexandre e Porfírio Costa. Entrada no Instituto de Preservação e Reforma, ano de 1938.



87- Prédio onde funcionou o Instituto de Preservação e Reforma. Salvador-BA



88- Instituto de Preservação e Reforma. Salvador-BA



89- Campo de Futebol



90- Campo de Futebol



91- Instituto de Preservação e Reforma. Salvador-BA



92- Instituto de Preservação e Reforma. Salvador-BA



93- Instituto de Preservação e Reforma. Salvador-BA



94- Salas de Oficinas Instituto de Preservação e Reforma. Salvador-BA



95- Xadrez, Instituto de Preservação e Reforma. Salvador-BA



96- Instituto de Preservação e Reforma. Salvador-BA



97- Instituto de Preservação e Reforma. Salvador-BA



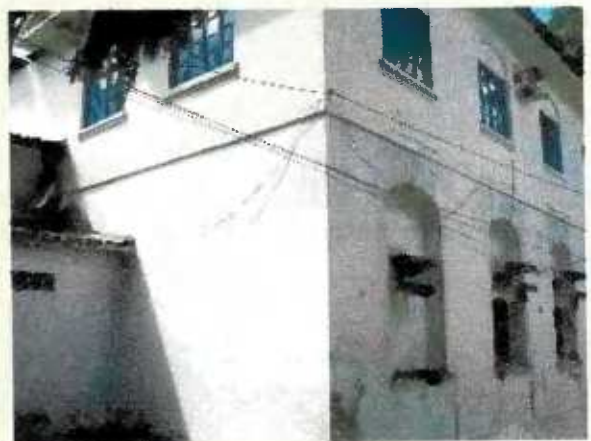
98- Instituto de Preservação e Reforma. Salvador-BA



99- Instituto de Preservação e Reforma. Salvador-BA



100- Instituto de Preservação e Reforma. Salvador-BA



101- Instituto de Preservação e Reforma. Salvador-BA



102- Instituto de Preservação e Reforma. Salvador-BA



103- Instituto de Preservação e Reforma. Salvador-BA



104- Instituto de Preservação e Reforma. Salvador-BA



105- Instituto de Preservação e Reforma. Salvador-BA



106- Instituto de Preservação e Reforma. Salvador-BA



107- Instituto de Preservação e Reforma. Salvador-BA



108- Instituto de Preservação e Reforma. Salvador-BA



109- Daniel e Manuel do Nascimento, Rio de Janeiro



110- Daniel e Manuel do Nascimento, Rio de Janeiro



111- Daniel e Manuel do Nascimento, Rio de Janeiro



112- Daniel e Manuel do Nascimento, Rio de Janeiro



113- Manuel do Nascimento, Rio de Janeiro



114- Daniel do Nascimento, Rio de Janeiro



115- Porfirio Costa e Irecê - Bahia



116- Porfirio Costa e Irecê - Bahia



117- Porfirio Costa e Irecê - Bahia



118- Cícero Rodrigues de Souza -



119- Porfirio Costa e Irecê - Bahia



120- Porfírio de Souza Costa , Irecê(BA).



121- Celeriano do Amor Divino - Santa Cruz(BA)



122- Dioclides Justiniano Reis - Barra(BA)



123- Dioclides Justiniano Reis - Barra(BA)



124- Estrada em direção a Pau de Colher-BA.



125- Juazeiro local onde havia concentração aos domingos para a reza - Pau de Colher (BA)



126- Cemitério da família de Zé da Barra. No dia 6 de janeiro de 1938, os caceteiros entraram na Fazenda Barra e mataram Zé da Barra, Cocoisa e Rubem.



128- Área do cemitério da Fazenda Barra-BA. Rufino Rodrigues de Souza filho de Zé da Barra.



127- Área do cemitério da Fazenda Barra-BA.



129- Plantação de Palmas da Fazenda Barra-BA.



130- Rufino Rodrigues de Souza, filho de Zé da Barra. Na foto, José da Barra.



131- Vista de Pau de Colher



132- Área interna de Pau de Colher. Marco dos sepultamentos. Seu Manuel relembra os momentos no adjunto.



133- Restos da casa de Senhorinho



134- Pau de Colher entre a caatinga, sepulturas.



135- Pau de Colher, árvore cravejada de balas durante o fogo do Cap. Optato Gueiros. Interior do adjunto.



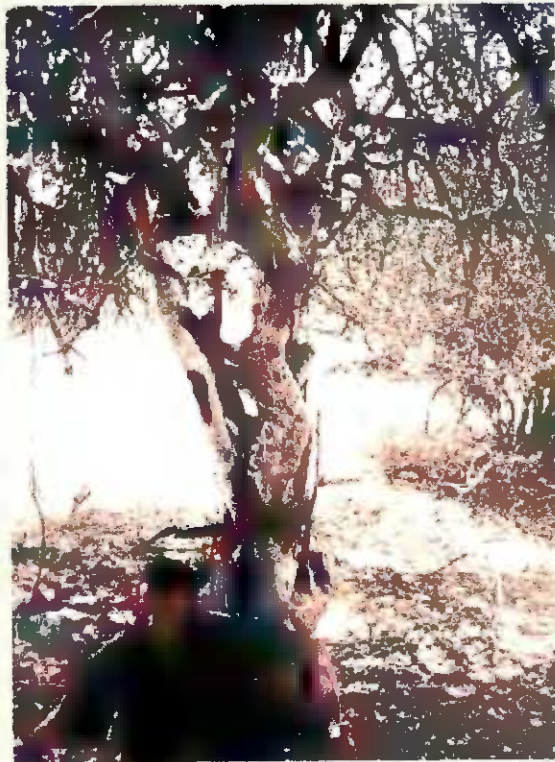
136- Cemitério no interior do adjunto de Pau de Colher.



137- Vista do vale de Pau de Colher. Área do adjunto.



138- Área do interior do adjunto de Pau de Colher. Cova coletiva



140- Área do interior de Pau de Colher: local do combate.



139- Simoa Pereira demonstrando como ficou de castigo no a djunto durante três dias.



141- Estrada de chão próximo à entrada de Pau de Colher



142- Simoa em sua morada com apenas dois vãos. Hoje é evangélica.



143- José Justiniano Reis, aluno da Escola de Preservação e Reforma, em Salvador.



144- José Tintino em sua morada, no Sítio Riachinho-BA.. "Meu pai alojou a tropa do Cap. Optato era home sabido".



145- José Justiniano Reis não segura a emoção ao falar sobre sua frustração ao ter saído da Escola de Preservação e Reforma.



146- José Tintino mostrando os túmulos, que ele mesmo construiu, ao lado da sua morada, onde quer ser sepultado.



147- D. Zelina Maria de Souza, esposa de José Tintino. Seu pai, João Carlota era um dos "mandados" do beato Senhorinho. Era uma mulher cobiçada.



148- José Tintino apontando o túmulo que espera o corpo de seu filho falecido em São Paulo.



149- Túmulos da família Tintino em Riachinho-BA. Morada no fundo.



150- José Tintino " A morte é a vida. Aqui é minha morada eterna".



151- José Tintino " o mai pai ia ensinando ao Cap'Optato como ele ia chegar lá no reduto. Era 96 soldado tudo armado".



152- Cemitério construído pelo Sr. Lourival , filho de Pedro do Benvenuto. Situa-se em terras da fazenda Lçagoa Comprida bem próximo às casas de morada.



153- Cemitério da Fazenda Lagoa Comprida-BA.

Capítulo 5

A viagem de volta e o resgate da dignidade perdida, subtraída pela repressão, por meio do desejo de voltar: a reagregação

O sertão é onde a gente vive, é a terra da gente, é onde a gente tem a nossa família. É o lugar onde a gente se criou. É onde a gente tem força. A gente pode ir, mas a gente volta pra trás (...). Eu voltei em 1944 e todo mundo foi voltando. E foi voltando o outro. Veio Manuel, Adriano, José Bevenuto, Porfirio, Miguel, Manuel, Dioclides, Silvério, Cícero, Tibúrcio, Honorato, Teodoro e os outro. E a gente foi tudo voltando. Voltamo para a terra de nosso pai.¹¹² (Lourival de Souza Rodrigues, entrevista realizada em Lagoa Comprida, em 12/01/2006).

Este capítulo representa a etapa final dos *ritos de passagem* dos órfãos de Pau de Colher em meu estudo. Quero continuar, num primeiro momento, articulando as noções teóricas de Genep e Turner sobre reagregação e as noções de Halbwachs sobre memória e história, com foco na idéia de memória involuntária, memória voluntária e memória afetiva. Serão, na história do percurso dos órfãos, como suportes alimentadores do desejo de fazer a viagem de volta e meus achados da pesquisa sobre a reintegração do grupo. Passo a discutir, assim, as noções de reagregação ou reincorporação, terceira fase nos *ritos de passagem* em Genep e Turner, quando a passagem é consumada. Trato, essa terceira fase, ancorada pela memória, como possibilidade que tiveram os órfãos para evocarem seus lugares de vivências e se manterem indivíduos de um lugar, no isolamento. Isso permitiu, como venho demonstrando até aqui, a possibilidade encontrada por eles para a intervenção com o retorno resgatando, assim, a dignidade subtraída pela repressão policial militar em 1938. Em seguida, trato, o retorno dos órfãos, a partir dos caminhos pisados e sentidos por mim, *in lócus*, durante a pesquisa de campo, condição considerada necessária e importante para tentar mostrar ao leitor o significado do retorno, após um longo tempo fora do lugar dos seus afetos, do seu trabalho, de suas experiências e vivências, esse é um aspecto. Senti a importância de trazer a

¹¹² O retorno dos órfãos vai acontecer em momentos distintos. Em suas narrativas, eles mencionam que a volta foi acontecendo ora em grupo de dois, três, paulatinamente, ora um de cada vez. A dinâmica do retorno estava relacionada aos dispositivos utilizados pelos familiares para trazer os parentes de volta. Por exemplo, utilizaram-se da “política”, através de Raul Santos que era Senador. O regresso dos órfãos, também, encontra-se minuciosamente registrado, em fitas de Áudio Cassete, narrado por cada um dos 21 órfãos entrevistados.

dimensão emocional do retorno fazendo a trajetória física da rota feita, por eles, ao saírem da *communitas* vivenciada no Instituto de Preservação e Reforma, em Salvador.

Sem sombra de dúvida, acredito, juntando-se às narrativas orais, pisar quilômetro a quilômetro os caminhos que os levaram às porteiras de seus povoados e moradias, me deram condição de ficar o menos longe do sentimento de retorno. Pisar o chão de Pau de Colher, tentar contar sobre a realização e sentimento dessa rota, acredito ter sido erguida, como foi, a partir das narrativas dos órfãos acompanhada e aprofundada com a permanência na região. Os órfãos narrando suas experiências, demonstraram um forte sentimento de amor a terra e orgulho por cada canto pisado, ora por seus pés, ora transportados por seus jumentos durante os momentos em que, triunfantes, entraram de volta em seus antigos povoados e moradias. Por último, procuro me aproximar mais do meu objeto de estudo, através de momentos pontuais narrados por eles sobre essa etapa em sua trajetória marcada e embalada, claramente, pelo amor á terra, quando pensam na sua experiência com o retorno. É o *ethos* camponês no centro da discussão sobre o sentimento dos órfãos de Pau de Colher.

5.1A noção de reagregação em Gennep e Turner e a memória voluntária como possibilidade da concretização do retorno

A partir de 1944 os órfãos de Pau de Colher iniciam o retorno. Assim, interditados em seu território, foram arrastados para outro percurso. Interdição expressa por meio de documento oficial determinante dessa ruptura. Uma vez interrompidos desse convívio os órfãos penetram em uma longa fase de *liminaridade* para, anos depois, reintegrarem-se à família e na sociedade da qual faziam parte.

Van Gennep considera que toda a sociedade pode ser dividida em quartos e corredores, com paredes tanto menos espessas e portas de comunicação tanto mais largas e menos fechadas quanto mais essa sociedade se aproxima da nossa pela forma de civilização. No entanto, continua o pensador, para os semicivilizados, ao contrário, estes compartimentos são cuidadosamente isolados uns dos outros, e para passar de um para o outro são necessários formalidades e cerimônias que apresentam a maior analogia com os ritos de passagem materiais.

Para o autor, todo indivíduo ou grupo, que por seu nascimento ou por qualidades especiais adquiridas não têm direito imediato de entrar numa casa determinada desta espécie e instala-se em uma dessas subdivisões, encontram-se assim em um estado de isolamento que toma duas formas. São fracos por estarem fora desta sociedade especial ou geral; são fortes

por estarem no mundo sagrado uma vez que esta sociedade constitui para seus membros o mundo profano.

Os pais dos órfãos de Pau de Colher, considerados “barbaros”, “fanáticos”, “bandoleiros”, semicivilizados para Gennepe, pela memória oficial do movimento, arrastam seus filhos como herdeiros da mesma memória. Estes, assim considerados por extensão, foram colocados em um lugar, isolados, para a purificação e, por essa razão, instalados em outra casa, a Escola de Menores. Constrangidos por regras de impedimento, por terem sido afastados de sua identidade, pois muitas vezes, na escola, eram agrupados separados uns dos outros, buscaram meios de manterem seu vínculo de origem. Fracos por estar longe de sua tradição, distante da proteção familiar; fortes por estarem “protegidos”, na escola, do mundo “profano” no qual penetraram através da vontade de seus pais, segundo a memória oficial do movimento de Pau de Colher.

Gennepe entende que essas separações, esses compartimentos, essas diferentes etapas do viver em sociedade são acompanhadas de uma série de simbolismos pertinentes a cada uma dessas etapas. Para um rito de saída, a separação, há ritos de entrada, ritos de *limem* e ritos de agregação. Separados de seu mundo, após a repressão, tiraram as sandálias, os trapos usados ao virem de Pau de Colher, os panos de cabeça, despiram-se de seus componentes familiares, de sua terra suor, de sua terra trabalhos, de sua terra vivências, de suas enxadas, de seus rastelos, de suas carroças, de seus jumentos, de suas sementes, de suas ordenhas, de seus tachos de queijo e entraram na *liminaridade* com tudo do passado retirado de suas vidas.

O protocolo de recebimento dos órfãos, na escola, exigiu deixar o mundo exterior e vestirem-se com os trajes do “novo mundo”. Eles receberam roupa de brim azul, uma espécie de macacão curto, lençol para a cama e sandálias simples, caderno, lápis, cartilha do ABC. Além desse aspecto, nas oficinas, receberam instrumentos de trabalho para uma produção diferente da que estavam acostumados em seus povoados. Os troncos e caules que viam sustentando as árvores e arbustos estavam ali, diante deles, para serem transformados em objetos para venda. Martelo, prego, cera, lixa, tecidos, couro, cola, às mãos, indicavam uma nova aprendizagem. Agora o rito de entrada, e a vida no *limem*, exigia uma nova postura diante da vida e do trabalho.

A Escola de Menores, como alojamento, tinha o caráter de um lugar para meninos delinquentes da idade. Educação para o homem-objeto e não para o homem-sujeito (FREIRE, 2000). O cotidiano da *liminaridade* era prescrito pelo entendimento da instituição em relação ao futuro das crianças. Os ritos de agregação ao novo lugar de morada corresponderam aos ritos de despedida do “velho lugar”, entendido, assim pelo Estado como

sendo aquele no qual seus pais formaram a “empanada” de Pau de Colher e cujos ensinamentos, agora, cabiam ao Estado conduzir.¹¹³

Os órfãos mudaram de senhores. Na escola, lugar do *limem*, os pais foram substituídos pelo diretor, pelos guardas, pelas professoras, pelos mestres de cada oficina, pelas cozinheiras, pelos enfermeiros, pelos soldados que ensinavam a marcha militar, pelas aulas de catecismo. Os nomes mudaram. Agora chamavam por Estelita, por Maria José, por Valdomira, por Edson Tenório. Eram nomes que os colocavam mais ainda num mundo estranho. Nomes que substituíram Pedro, Manuel, Alexandre, Tenório, Josefa, Alexandrina, Madalena, Daniel... Todo esse cenário, tempo e lugar, os ajudaram na luta, na *liminaridade*, para reintegrarem-se às famílias. Agoniaram-se, revoltaram-se, constrangeram-se, calaram, resistiram. “Caceteiros! Caceteiros! São os meninos de Pau de Colher”! Ouviram, durante esse tempo, as nomeações impostas pelo rito de entrada na *liminaridade*. Palavras, olhares, negativas com a cabeça quando passavam por um guarda, pelas professoras, pelos outros colegas da cidade.

Ao sentirem-se marcados, fora do seu lugar de origem, acanharam-se, inicialmente, para, durante os dias que correram, irem se firmando aos olhos deles próprios e aos olhos da instituição. Dias em que desobedeceram, inquietaram-se, foram presos no xadrez da escola, gritavam para as lavadeiras que elas os socorressem, choraram, em coro, na mesma prisão para anunciar sua revolta. Dias de efervescência no *limem*. Falavam em voltar todos os dias.

Turner anuncia ser o *limem* o momento de possibilidade para remexer-se por dentro, da força interior, da intensificação da crise, após a ruptura e da experiência do cotidiano suspenso preparando a ação reparadora, ou não, e o desfecho final. “A *communitas* tem também um aspecto de potencialidade” (TURNER, *ibid.* p.155) posto que, argumenta o autor, as relações entre os seres totais são geradoras de metáforas, de comparações. Os órfãos vivenciaram, na margem, esses momentos de efervescência. Buscaram a etapa de reintegração cujo retorno mais do que físico foi social.

A função social do retorno estava na conquista da dignidade atingida lá trás, em 1938. O pai, a mãe ou seus familiares deixados vivos participaram na região, da mesma forma que os órfãos essas três etapas: separados dos parentes viveram, durante todo esse tempo, também, com essa etapa de suas vidas suspensa. Na *liminaridade*, em relação ao convívio com filhos e parentes, lutaram pelo retorno desses. A ação reparadora e desfecho final, com a reintegração, foi conseguida pela resistência dos órfãos, na escola, e pela luta desses parentes, em seus

¹¹³ Empanada é um termo utilizado pelos órfãos de Pau de Colher e corresponde à forma como seus pais, ao se dirigirem ao “adjunto” de José Senhorinho, cobriam os arbustos com os lençóis levados de seus sítios. Esses lençóis eram jogados por cima da copa dos arbustos formando uma pequena palhoça onde ficavam com seus filhos.

povoados junto aos órgãos oficiais. Os órfãos se valeram de parentes influentes, de políticos, de líderes locais como José Nogueira que tinha amizade com Raimundo Santos, prefeito à época.¹¹⁴

Aqueles que os arrancaram de seu chão, um dia, organizaram, também, do seu lado, o retorno. Rui Santos, Raimundo Santos, José Braga, José Nogueira saldaram essa dívida para com a região interferindo pelo retorno.¹¹⁵ Levaram procuração dos familiares que os órfãos dizem terem sido cartas de seu pai, de sua mãe ou de algum tio ou tia. “Raimundo Santos levou a carta da minha mãe. Quando li a carta, diz Miguel Rodrigues, vi que era certo”. Os familiares permaneceram nos povoados e moradias, enquanto os órfãos estavam no isolamento, buscando esse retorno. Os parentes e amigos aguardaram pela reagregação das crianças, como ensina Genep, com a casa arrumada, banho, água, festas, almoço, fogos e os vizinhos em frente a casa para recebê-los. Todos foram convidados para o reencontro.

Genep afirma que nos *ritos de passagem* os homens são libertados da estrutura e entram na *communitas* apenas para retornar à estrutura, revitalizados pela experiência da *communitas*. Turner, por sua vez, desenvolve a noção de drama social sugerindo a possibilidade do terceiro momento do rito de passagem – o regresso ao lugar familiar. Durante esse processo a memória voluntária vai buscar os ruídos de uma tradição. Os órfãos foram ouvindo os ruídos de sua cultura, os sons, os tons do passado e, “encantados” pelo espírito da comunidade vai desenhando a reintegração. No sentido em que Hegel (*apud* INWOOD, 1997, p.118-119), instrui do “espírito objetivo” que é o espírito comum do grupo social, a atitude mental, o espírito, o gênio, temperamento dominante de uma época (*Zeitgeist*), de um povo (*Volksgiest*) consubstanciado em seus costumes, leis e instituições, e impregnado no caráter e a consciência dos indivíduos pertencentes ao grupo concebido como a objetivação do *Geist* subjetivo.

O espírito dos órfãos de Pau de Colher estava imbuído no espírito da época, no espírito do tempo do qual fala Hegel (*Geist der Zeit*) que está, especialmente, na mentalidade, na vida social, e produtos culturais de uma dada época, especialmente no seio de um determinado povo que compartilha um espírito comum. O espírito de um povo que sobrevive ao seu

¹¹⁴ Em todas as narrativas os órfãos reportam-se a essas pessoas como influentes e parentes de conhecidos seus. Genilda Viana de Castro Dantas Campos, filha de Antonio Honorato de Castro e Isabel Viana de Castro, cita em sua narrativa o nome de pessoas influentes que colaboraram com o retorno dos órfãos. Hoje, Genilda está com oitenta e nove anos.

¹¹⁵ Essas pessoas representavam o poder político da região à época do retorno. Raimundo Santos era o prefeito de Casa Nova, Rui Santos era Senador e José Braga vereador. Genilda Viana de Castro Dantas Campos filha de Antonio Honorato e Isabel Viana de Castro nasceu em 1919, nos concedeu entrevista em Casa Nova, em 26 de abril de 2007.

afastamento. O Espírito é um universo cujas particularidades existem, ou seja, homens e povos (HEGEL, 1990).

As dobras de sua cultura permanecem vivas em seus ouvidos e em seus agires. Turner estabelece a noção de “drama social” que são episódios de tensão e conflitos em que as relações sociais do grupo estão em perigo e, no caso dos órfãos, o perigo pela intervenção do Estado em sua vida familiar. Ao falar da reintegração dos órfãos de Pau de Colher não me refiro aqui ao retorno a uma situação econômica confortável. Não estamos medindo essa reintegração a padrões econômicos, mas ao retorno aos povoados de origem, à aceitação pública dos órfãos enquanto pessoas.

A reintegração dos órfãos de Pau de Colher inclui-se dentro da noção de Genep e Turner como uma etapa em que o rito de passagem é consumado. Tal como a investidura pública, estudada por Turner, os órfãos foram recebidos pelo povo da região condecorados pelo retorno. Turner (1974, p. 129), fala sobre a saída da reclusão de um chefe ndembo quando ele é cercado, através de subchefes, de uma cerca ritual em redor da morada do chefe. Os órfãos recebidos em frente as suas casa, em meio às estradas de chão, antes mesmo de adentrarem à cancela dos sítios, são recebidos pelos familiares com almoço, roupas limpas, sandálias, abraços e felicitações de toda a população da vizinhança. Os órfãos preservaram sua identidade, durante a *liminaridade*, confirmando-a no retorno, “protegendo-a contra a ameaça ao seu modo de vida, e renovando o desejo de manter as normas de que depende o comportamento rotineiro necessário a sua vida social, como afirma Bergson (*Apud* Turner, 1974, p. 135). O sentimento da tradição, na *communitas*, animando o retorno significando o “espírito” ou “alma” que parecem ser os sinais característicos da *communitas*.

Assim, nos interstícios da estrutura, nas margens, os órfãos de Pau de Colher construíram a *communitas* que, segundo Turner, “não é apenas produto de impulsos biologicamente herdados (...). São, antes, produtos de faculdades humanas incluindo a racionalidade, a violação e a memória desenvolvidas pela experiência da vida em sociedade”. E acrescenta (*ibid.* p. 156), “cada um desses produtos são multivocos, possui várias significações, sendo capaz de mover os homens simultaneamente em muitos níveis psicobiológicos”.

Em meio à etapa de reagregação, os órfãos de Pau de Colher, têm seu quadro espacial oferecendo-lhes uma imagem de permanência e estabilidade dando-lhe uma sensação de ordem e quietude, ao levarem sua marca e a dos outros segundo defende Halbwachs (1990, p. 131). A reintegração dos órfãos ao seu lugar de origem, calcada pela memória coletiva voluntária, trouxe ao grupo um quadro de si mesmo que, sem dúvida, se desenrolou no tempo,

já que se tratou de seu passo, mas de tal maneira que eles se reconheceram dentro dessas imagens sucessivas (*ibid.* p. 88).

A memória *liminar* dos órfãos de Pau de Colher, cujas lembranças se oferecem a eles a ponto de parecer que as mais antigas eram as mais próximas, ou ainda, que todas se iluminavam por uma luz uniforme. Como objetos a caminho de fundir-se ente si no crepúsculo, defende Halbwachs (*ibid.* p.89). A reagregação dos órfãos de Pau de Colher foi elaborada pela sobrevivência do passado em suas lembranças. As lembranças conservadas no espírito e cada um deles deixando aflorar à consciência na forma de imagem-lembrança. A memória da reintegração alimentou-se das afetividades da tradição, da memória trabalho, da memória família, da memória amigos, da memória terra de vivências, durante a margem. Santos (2004, p. 330) lembra que “O passado comparece como uma condição para a realização do evento”.

A memória *liminar* fortaleceu a reintegração do grupo como uma memória que não foi como diz Bosi (1994, p.55) reviver, mas refazer, reconstituir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória dos órfãos de Pau de Colher não foi sonho, mas trabalho. Trabalho fundamentando a reintegração do grupo ao lugar de origem. Aqui está o resultado da função social da memória exercida pelos órfãos. “A gente vai, mas a gente volta pra trás”, como reafirmou Louzinho, várias vezes.

5.2 Ouvir, sentir, observar, escrever: notas metodológicas dos caminhos do retorno dos órfãos de Pau de Colher¹¹⁶

Para levantar a trajetória dos órfãos de Pau de Colher desde a separação dos seus antepassados, o longo período passado na *liminaridade* e a reagregação ao lugar de sua tradição, de onde não imaginavam sair, foi possível por eu ter decidido pela metodologia permanente de ida e vinda constante aos lugares e aos sujeitos da pesquisa. Ainda, refletindo sobre o que alerta Wolf (2003, p.328), “precisamos suspeitar, profissionalmente, de nossas categorias e de nossos modelos; devemos estar conscientes de suas contingências históricas e culturais; podemos entender buscas de explicações como aproximações de verdade, em vez da própria verdade”. Na mesma linha de raciocínio, precisamos pensar na “interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiência (THOMPSON, 2002, p. 9).

¹¹⁶ Além das narrativas orais, todas em fitas de áudio, reuni um acervo de filmagem realizada, por mim, durante o período de 25 a 31 de setembro de 2008 em todos os povoados e moradias da região de Pau de Colher disponível em meu acervo da pesquisa.

Da mesma forma, concordando com Mills (1982), o estudioso, “como artesão intelectual (...) estimulará a captura dos ‘pensamentos marginais’: várias idéias que podem ser subproduto da vida diária, trechos de conversas ouvidos na rua ou ainda sonhos (...) emprestam uma relação intelectual com a experiência mais direta. Baseei-me na afirmação de Mills (*ibid.* p. 231) de que a imaginação pode ser libertada invertendo-se deliberadamente o senso de proporção. Assim, perguntei a mim mesma: que aspectos teriam as estradas de chão, as moradas, a área de plantio, a terra, os animais, a pertença? Onde se objetivam seus princípios de pertença?

Pensei, nesta tese, apoiada, também, por Bourdieu (1999, p.693) que não há maneira mais real e mais realista de explorar a relação de comunicação na sua generalidade que a de se ater aos problemas inseparavelmente teóricos e práticos, o que decorre do caso particular de interação entre o pesquisador e aquele ou aquela que se interroga. Juntei as duas idéias. Imaginação e interação. Interação do ponto de vista de indivíduos, mas imersão no mundo da vida dos indivíduos.

As marcas em seus corpos eu pude imaginar como maior *locus* de expressão da travessia, de forma menos distante, através do que os órfãos disseram, do que gesticularam, apontaram e com o que eles me permitiam pensar. Através das narrativas, eles foram me entregando o mapa do lugar, seus passos, a expressão do rosto ao lembrar o vivenciado, as mãos obedientes ao que a memória permita, os olhos fechando, abrindo, tristes, alegres, penosos, seguros, frágeis, vitoriosos, fugitivos, esquivos ao reportarem-se aos lugares e momentos do vivenciado. Mas, não era tudo. Eu sabia que iria aprender mais sobre os órfãos de Pau de Colher pesquisando e aprendendo mediante o meu próprio fazer. Seria preciso um fazer para além das técnicas, sem dúvida, claro, longe de nos apartamos da metodologia, porém, como esclarece Wright Mills, o pesquisador como um artesão de sensibilidade refinada, perseverante que se comove diante das práticas e que cultiva sua capacidade imaginadora. O pesquisador levando em consideração “uma abordagem vista de baixo”, na rotina diária dessa vida que não pode ser dissociada das considerações mais amplas da estrutura social e do poder social. (SHARP, 1992)

Sentia necessidade de andar pelo chão de todos os lugares que apareciam em suas narrativas. Por isso inferi que não era suficiente, como sentenciou Malinowski (1978), que o etnógrafo precisa ser um caçador ativo e atento atraindo a caça, seguindo-a cautelosamente até à toca de mais difícil acesso realizando um trabalho de campo intenso.¹¹⁷ Conhecer as pessoas, seus familiares, seus povoados, suas moradias, seus sítios, suas árvores e animais de

¹¹⁷ No que concorda Pritchard (1972, pp. 93-95) ao analisar o trabalho de campo de Malinowski.

estimação, seus esconderijos naturais, cada canto por onde e como foi realizada a viagem de volta. Fazer esse percurso, de igual modo, guiada pelas lições de Maffesoli (1988, p. 199) quando afirma que “há uma clandestinidade da existência que jamais chegaremos a apreender de uma maneira macroscópica – e da qual não dão conta, em número significativo, os documentos quantitativo que pudemos apresentar”. Eu mesma com a mão na “massa”, ofício de um pesquisador, pois considero concordando com Portelli (1997) a importância da experiência pessoal da entrevista [pesquisa].

Precisava fazer a rota do cotidiano do retorno entendendo-a como polissêmica e feita de sombras e de luz, como observa Maffesoli (*ibid.* p. 203), para escrever todos os capítulos e, principalmente, o capítulo da “viagem de volta”. Evidente, tudo aqui colocado passou pela ida sistemática aos lugares da pesquisa e o retorno ao encontro com os órfãos várias vezes. Pau de Colher precisava sair da letra e da voz. Precisava ouvir as histórias de vida dos órfãos “esse artefato socialmente irrepreensível” (BOURDIEU, 1996 p. 189). Tinha de soltar o gravador e a máquina de filmar, o papel e o lápis, a fiiadora e ir sozinha com a maior tecnologia: o meu corpo e todos os sentidos. Corpo livre de objetos que a metodologia da pesquisa orienta para os registros da pesquisa. Sentia a necessidade de olhar a trajetória de retorno dos órfãos sem recortar, dissecar, decompor, sem mutilar o drama social dos órfãos, sem mortificar o objeto (OLIVEIRA, 1998). Exercitando uma “conversão de olhar”, um novo olhar (BOURDIEU, 1989, p.49). Sim, um novo olhar, uma mudança em toda uma visão de mundo, continua o autor. Essa foi uma possibilidade de instalar um novo olhar sobre Pau de Colher.

Exigi-me sentir, ouvir, pensar, observar despida de qualquer aparato exterior que me tirasse a concentração, no entanto, vestida com os instrumentos de um artesão: as mãos, os ouvidos, os olhos, o corpo em uma dinâmica pedagógica. Como o marinheiro comerciante e o camponês sedentário, do ensaio de Benjamin “O narrador” (1994), procurando reafirmar a figura do narrador que, para o autor, está em vias de desaparecimento nas sociedades atuais. Era como uma luta, uma batalha para reafirmar a importante figura de quem narra e de quem escuta. Tudo o que havia feito, até agora, já garantiria, as exigências da pesquisa. Mas, chegar bem próxima, viajar, sair do lugar, sentar no chão, ouvir o barulho do mato, pensar no movimento dos animais na caatinga, sentar-me às margens de um cachi, ficar observando os animais no criatório, sentar debaixo do juazeiro de Pau de Colher, onde a feira acontecia todos os domingos reunindo as pessoas do lugar, olhar a única cacimba que fora tomada pelas tropas do Tenente Manuel Flor, fitar cada vereda que me levava às valas abertas pela polícia para enterrar seus pais após a destruição do adjunto, passar as mãos no caule das árvores cravejadas de balas dos dias 19, 20 e 21, era uma solicitação da alma desta tese. Parar diante

do lugar onde todos se reuniam para ouvir o beato José Senhorinho, entrar em cada povoado e ver os caminhos que os levaram às fugas e à proteção, pensar nos órfãos voltando, como disseram, e as festividades de recepção à chegada, seria melhor, agora, sem os equipamentos.

Estes já haviam sido meus companheiros anteriormente no período de 2001 a 2008, sem falar nas primeiras visitas feitas, em 1997, a Dom Inocêncio, quando ouvi falar, pela primeira, vez sobre o assunto, pela voz de Janjão. Tomei, então, a decisão de assim o fazer, pois todo o trajeto já havia sido percorrido durante as cento e trinta entrevistas e visitas com todos os equipamentos. Imagens, sons, fotografias, a voz gravada já eram suficientes, naquele momento.

Diante da necessidade de sentir o retorno que eles fizeram, a partir de 1944, decidi em registrar tudo em minha memória, inclusive, para sentir o que eu poderia reter, como único instrumento possível. Foi o que eles fizeram durante sua trajetória, não foi? O que eles tinham apenas para registrar? A memória. Não sabiam ler, nem escrever. Eu queria sentir o mesmo. E fui. E fiz o roteiro colocado, aqui, à disposição dos leitores e ouvintes deste trabalho. Um grande acervo. Mas, o acervo fundamental pode ser deixado senão através do trabalho de lembrar. Vou morrer com ele. Para que essa memória não morra, no entanto, optei por contar. Resolvi deixar aqui meus sentimentos, sobre a importância da rota feita. Sobre a rota do retorno, ah! Essa foi especial, pois significava a volta triunfante com o resgate da dignidade maculada pelo Estado.

Os cadernos de campo são vários. Impossível deixar tudo aqui. Neste mergulho diário exercitei minha imaginação. Entendendo que se há um domínio em que a flexibilidade é necessária é justamente o do social, cuja característica essencial é a labilidade, afirma Meffesoli.

Quero, no entanto, apenas registrar como tudo foi feito no intuito de lembrar a todos os que se envolvem com a pesquisa, e com a Metodologia da História Oral, que ela exige minúcia, atenção, sensibilidade, respeito, seriedade, sinceridade e sentir o gosto da vida dos fatos em toda a sua concretude (ALBERTI, 2005). Trata-se um acervo de cento e trinta entrevistas gravadas em cinquenta fitas de áudio, cuja transcrição foi realizada imediatamente após o retorno do campo, uma fita de vídeoem VHS, quatrocentas fotos, um documentário de vinte minutos e um acervo de imagem com cerca de dez horas de gravação. Tudo isso feito em cada povoado, moradia da região de Pau de Colher, no Rio de Janeiro e Salvador onde se encontram os órfãos que não voltaram. Engraçado que, ao reler os escritos, a cada tempo, percebo o acervo ampliar em virtude da metodologia adotada: ir e voltar permanente. Esse aspecto me permitiu perceber como uma pesquisa, com essa decisão, oferece, ela mesma,

oportunidade de rever o pensado, o escrito, o interpretado, o trabalho de compreender o lido e refazer o percurso da interpretação. Buscar o resíduo (MAFFESOLI, 1982), o atalho (MAUSS, 1979); o interstício da vida social (TURNER, 1974).

As narrativas individuais, e as realizadas em grupo, foram de substancial importância para relembrar as situações experienciadas pelos órfãos e para que eles colocassem em minhas mãos a dimensão da sua história. Momento em que cada um deles participava da discussão, a cada instante, corrigindo o outro, lembrando fatos particulares e coletivos. A observação de gestos, da mão que apontava para frente, para trás, para seu corpo, seu rosto, seus olhos, sua mão, mãos que cobriam o rosto, que levantavam uma parte da camisa, da blusa ou da calça, ou o cabelo para apontar uma inscrição, em seu corpo, desenhada pelas balas das metralhadoras da polícia militar. Mãos que indicavam o lugar da prisão, da reclusão vivenciada até a ida para Salvador, dos dias na *communitas* e do retorno.

Louzinho, Alexandre, Faustino, um dos grupos que reunidos, ao narrar, divertiu-se e chorou, lembrando das cenas que os fizeram viver o que nunca imaginavam poder acontecer em suas vidas. Esqueceram, lembraram, erraram, omitiram, falharam na memória “(...) importando incluir tais ocorrências em uma releitura mais ampla (...)” (ALBERTI, 2005, p.19). As fotos que mostravam fazendo a história vir à tona. Uma das fotos, imagem muito forte que os fez chorar, foi a dos três irmãos juntos, fotografados ao entrar no Instituto. Faustino, irmão adotivo mais velho, no centro, e, em cada um dos seus lados, Alexandre e Porfirio. Essa foto, parte dos anexos, provoca muitos dizeres. Estão os três, aos meus olhos, sustentando, em pé, quase impossível, seus corpos esfacelados. Braços jogados para baixo estendidos ao longo do corpo, olhares perdidos, embora obedecendo a câmera armada em sua frente. Corpos entregues. É como vemos.

Ao lado das narrativas, das observações acima, os órfãos, utilizaram fotos, terço, documentos, utensílios domésticos, imagens, objetos deixados pelos pais e, só após o retorno, tiveram oportunidade de sentir e lembrar esses pertences. Cenas, objetos, gestos e comportamentos que os motivaram na crença de que, sem dúvida alguma, eram daquele lugar. Como pude verificar a força de cada uma dessas formas de reconstituição por eles foi diferente, pois cada um fala do seu sentimento, do seu lugar, do seu eu, de suas angústias, de suas ausências. Esse contar é impar. Principalmente quando considerei apoiada nas lições de Geertz (1989) que o “nativo” é quem faz as interpretações de primeira mão sobre sua realidade, enquanto os textos antropológicos são de segunda ou terceira mão. Deixei que os órfãos tivessem o papel central, e ativo, na definição da escolha da entrevista bem como na fala produzida (MENEZES, 2004, p. 67).

Perguntei pelos seus sonhos, por seus pesadelos e por suas fantasias no Instituto de Preservação e Reforma. Como nos diz Paul Thompson (1992, p. 202), “mas é igualmente compensador saber que esses recursos também constituem pistas comuns para o significado simbólico de mensagens transmitidas conscientemente”.

Não só o dito, mas o não dito tentei aqui significar e considerar o que significaram os silêncios. Sim, alguns silenciaram. Silenciar para resistir à dor. Silenciar para não continuarem sendo estigmatizados. Silenciar para esconder a vergonha como foram conceituados. Silenciar para resistir. Em meu olhar, contribuiu para apurar os ouvidos. Convidou-me o tocar nas sutilezas da memória. Paul Thompson (*ibid.*) vê a questão da seguinte forma:

O que é tipicamente reprimido também está tipicamente presente (...). O que o inconsciente conserva pode deferir em proporção e em poder, mas não em espécie: trata-se simplesmente de experiência humana, acidental ou ativamente esquecida por todas as razões que estivemos vendo. Os sobreviventes de campos de concentração sonham com comida e com tortura. O mundo real modela até mesmo as alucinações do inteiramente louco (...). A fantasia e o inconsciente não passam, afinal, da reordenação de vidas. Às vezes, podem apresentar o mundo de cabeça para baixo; e certamente têm o poder de alterar a maneira como as pessoas atuam na realidade. O inconsciente é uma força por trás de toda história de vida”.

Por isso tudo, não tenho dúvida, da importância que esses momentos me proporcionaram, qual seja o privilégio de conviver com as tensões, discórdia, não só no sentido de como os fatos aconteceram, mas da representação do drama vivido pelos órfãos, em 1938, de como é sentido na vida de cada um deles, com a disputa entre eles pela memória, a memória em disputa (POLLAK, 1989). Ora acordo, ora desacordo, ora convergem, ora divergem. Esse era um caminho pelo qual estava pisando, assim, num terreno bastante significativo, pois ainda confusos, duvidosos, ansiosos e preocupados, resistiam muitas vezes a esmiuçar suas vivências pelo fato de terem sido sumariamente considerados fora da lei e, ainda hoje, vistos como os parentes dos “caceteiros” de Pau de Colher.

E o retorno esse momento triunfante dos órfãos de Pau de Colher? Eram muitos povoados a percorrer e eu desejava todos. Esse, como disse nas linhas iniciais desse capítulo, era o caminho vislumbrado, mas por todas as entradas dos três Estados envolvidos com Pau de Colher: Norte da Bahia, Oeste de Pernambuco e Sul do Piauí. Mapeei todo o percurso e

entrei primeiro por Afrânio, passando por Cachoeira do Roberto, no Estado de Pernambuco; depois por Casa Nova, passando por Lagoa do Alegre, no Estado da Bahia; por último, por São Raimundo Nonato, passando por Olho D'Água, no Estado do Piauí. Foi um mês na região à cavalo, de jumento, carroça, moto, à pé. Parando, dormindo por onde me oferecessem abrigo, comida e água. Meus suprimentos não foram suficientes, pois preferi não andar com peso. Mas, como os órfãos fizeram ao serem levados a pé, após a morte de seus pais, me alimentei dos frutos da caatinga: umbu, serigüela, água da chuva e açúcar em papelote, além de refeições feitas por onde passava.

Manter a energia e diminuir a fome. Ao chegar a Pau de Colher, ponto final da trajetória, fui ao lugar onde os pais dos órfãos foram deixados. Lá, me instalei na casa de Simoa Pereira, sobrinha do beato José Senhorinho, cuja distância é apenas de dois quilômetros de Pau de Colher. Passei três dias indo e vindo do lugar do “adjunto” para a casa de Simoa. Via, tentava ver e pedia para que me contasse tudo de novo.

No entanto, nada me faltara. A natureza é generosa. As pessoas do “mato” são solidárias. Tive abrigo nos povoados, pois já me conheciam. Foi uma grande experiência. Cansaço, dor, mas satisfação por ter tomado essa decisão. Instalei-me, no final, em Dom Inocência, cidade do Piauí até passar o caminhão de transporte coletivo, na quinta feira de madrugada para retornar a Casa Nova e, de lá, a Petrolina. Por fim, sentada no terraço de minha casa, nessa cidade do sertão pernambucano, um aroma de satisfação preencheu a minha alma. Sentia que a rota havia sido vivida.

5.3 Memória dos trinta dias de caminhada: entrecruzando as narrativas dos órfãos em seu retorno e a minha vivência *in locus*.

Como argumentei na seção **“Ouvir, sentir, observar, escrever: notas metodológicas dos caminhos do retorno dos órfãos de Pau de Colher”**, apresento, nessa seção, o passo a passo dos dias dedicados à pesquisa em torno dos caminhos percorridos, no retorno, pelos órfãos de Pau de Colher. Meu rito de passagem nos termos de Da Matta (1987). Sejam quais forem as intenções que tive, o trabalho que realizamos adquire uma dimensão dialógica intrínseca, na qual nossas (minhas) interpretações contidas nas palavras que reproduzimos de nossas (minhas) fontes e, ainda, com as interpretações que os leitores delas fazem, é no que concordamos com Portelli (1997, p. 27).

Admitimos, da mesma forma, que ao fazer esse percurso pela trajetória dos órfãos e a opção de voltar para sentir os sons do retorno livres de objetos, equipamentos técnicos estou

amparada pelo que experimentou Portelli (*ibid.* p.31) quando discute a Ética da Restituição. O autor ensina, que o verdadeiro serviço prestado não é o de devolver informações a seu lugar de origem, mas o verdadeiro serviço prestado à movimentos e à indivíduos consiste em fazer com que sua voz seja ouvida, em levá-la para fora, em pôr fim a uma sensação de isolamento e impotência, em conseguir que seu discurso chegue a outras pessoas e comunidade. É, ao mesmo tempo, exercitar uma etnografia de si para o outro (AUGÉ, 1994, 1997, 1999).

Somado a esse aspecto escolher as narrativas do retorno, ou qualquer das narrativas que compuseram esta tese, foi muito difícil quando me posiciono em respeitar o valor e a importância de cada indivíduo, pois cada narrador órfão, ou remanescente de Pau de Colher, foi amálgama de grande número de histórias *em potencial*, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes. Cada entrevista representou uma surpresa e uma experiência de aprendizado. Cada entrevista foi importante por ser diferente de todas as outras (PORTELLI, *ibid.* p.16).

Reforçamos ter sido esse exercício aquele que nos acompanhou durante todo o trabalho de campo e escrita desta tese. No entanto, como não foi possível colocar todo o passo a passo da pesquisa em todos os capítulos, optei em apresentar neste, pois se trata do retorno triunfal dos indivíduos nos povoados de seus antepassados. Restituir à comunidade essa trajetória é uma das maiores contribuições para com este trabalho. Ter proporcionado o início de uma rede social, rede de comunicação entre os órfãos, não só com os que voltaram, mas com os que ficaram fora da região. Isso porque falar sobre Pau de Colher era um tabu, era perigoso. Ainda hoje os remanescentes consideram ter sido Pau de Colher uma passagem dolorosa e vergonhosa para seus familiares. Mas, através desse contato, eles foram se aproximando e se acostumando com a idéia de falar. Além desse aspecto esta pesquisa levantou um dado esquecido: o dinheiro produto do trabalho dos órfãos nas oficinas durante a *liminaridade* onde ficou? Porque não receberam? Circula, agora, entre seus parentes essa pergunta. Inquietos, esperançosos, toda vez que retorno as suas casas, perguntam: encontrou alguma coisa?

Sinto-me impotente todas as vezes que me questionam. Procurei em duas agências da Caixa Econômica em Salvador cujas informações me foram fornecidas por eles. Em uma delas, a Caixa Econômica da Baixa do Sapateiro, estava lá cadastrado o nome de Lourival de Souza Rodrigues. O agente bancário, no entanto, me disse que poderia ser apenas coincidência. Abre-se, aqui, outro percurso sobre Pau de Colher.

Louzinho, como é conhecido, está com câncer de próstata.¹¹⁸ Qual a responsabilidade do Estado para com sua vida? Qual o valor da pesquisa? Todas essas dores me exigiram retornar para fazer esse trajeto no sentido de tentar sentir o sentido nos termos de Geertz (1989, p. 20), fazendo a etnografia tentando construir uma leitura de um “manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado” e entendendo, segundo o mesmo autor que “os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão. Somente um “nativo”, continua Geertz, (*ibid.* p. 25), faz a interpretação de primeira mão: é a sua cultura.

Na noite do dia 2 de maio de 2008, sentada no terraço da calçada de minha casa, em Petrolina, eu pensava no roteiro de quase trinta dias de caminhada pelas estradas de chão, veredas e picadas, ao redor dos povoados e moradias da região de Pau de Colher. Em minha memória, lembranças do roteiro, dia após dia, me impeliram a escrever tendo como base, as narrativas dos órfãos e as notas escritas em meu caderno de campo. Foi o que fiz depois de ter ido.

Era 15 de março de 2008 – saída de Petrolina. Arrumei a bagagem na noite anterior. Bagagem pequena com poucas roupas, intencionalmente, para menos de um mês. Queria mesmo sobreviver a partir do pouco. Alguns biscoitos, chocolate, açúcar em papelote, água para dois dias. Nenhum transporte particular. Queria contar com o que aparecesse pela frente. O destino seria de Petrolina para Casa Nova, sede do município, e de lá em direção aos povoados para onde os órfãos retornaram. Desejava revistar: Lagoa do Alegre, Morrinho, Proeza, Queimadas, Barra, Jatobá, Santa Cruz, Lagoa Comprida, Castanheiro, Caldeirão do Garrote e Pau de Colher do Piauí, Cacimbas, Olho D Água, Caldeirão do Umbuzerio. O percurso era conhecido por mim há um considerável tempo.

Em meio às narrativas, Louzinho, com seus saberes da terra, havia me ensinado que andar pelo mato não precisava de muita coisa, principalmente, porque já me conheciam. Comerford (2003, p. 117) confirma, dizendo que um dos usos importantes das casas na roça é como espaço para receber pessoas: sejam os vizinhos, seja os parentes, ou ainda pessoas de fora em visitas mais ou menos excepcionais. E Continua:

¹¹⁸ Nesse momento que faço a revisão da tese, para entrega definitiva, após a banca de defesa, informo que Lourival de Souza Rodrigues morreu em 1º de janeiro de 2009. Uma semana de sentinela no aguardo do último surpiro acontecido às 12h15min deste dia. Seu corpo foi conduzido ao seu sítio e sepultado no cemitério das terras da Lagoa Comprida, BA.

Ao se permanecer em uma dessas casas, dificilmente se tem a impressão de isolamento. A circulação de pessoas através delas, ainda que varie bastante de casa em casa, é de modo geral marcante. (...). A possibilidade de receber muitas visitas e recebê-las bem é concebida como sinal de liberdade de família. (...) Receber bem é uma arte (...). É um ritual de hospitalidade.

Por outro lado, eu não estava sozinha, pois encontraria alguém, do lugar, para fazer os caminhos comigo, voluntariamente. Eu já sabia disso. São cinco anos de pesquisa, após o mestrado. Já era cidadã de cada povoado, eles diziam. Ao final de cada visita o chefe da família dizia que havia sido um prazer e que eu voltasse quantas vezes quisesse. Em resposta aos agradecimentos, pelos dias e horas de conversas oferecidas, generosamente, eles respondiam que o prazer foi para eles de ter podido falar coisas que há muito estavam guardadas em suas vidas.

No mesmo dia quinze cheguei a Casa Nova, distante cinquenta e nove quilômetros de Petrolina, às oito horas da manhã. As estradas danificadas fizeram a viagem ficar mais longa. Fiz um lanche e fui de lotação e de lá até Lagoa do Alegre de caminhão de transporte de pessoas. Foram setenta quilômetros de chão. Cheguei a Lagoa do Alegre, para sentir o povoado de José Justiniano Reis, José Soinho como era conhecido pelos colegas na Escola de Menores.

Eram doze horas do dia. Chovia muito, tudo verdinho e com os umbuzeiros carregados, líquido não faltaria. As pessoas, que me conheciam, acenavam para mim, em sinal de boa recepção. Desci nesse primeiro ponto, paguei pelo trajeto quinze reais e fiquei na ponta da estrada olhando e procurando ver o que José havia me dito sobre seu retorno. Ele conta que estava um dia, era o ano de 1945, na “oficina de madeira do Instituto de Preservação e Reforma, e o inspetor de nome Porsino chegou avisando que o diretor Edson Tenório queria lhe falar. O diretor lhe disse: “tem um dinheiro para você da sua caderneta de poupança. Você quer o dinheiro ou quer ir embora?” “Eu quero ir embora”, respondeu José Justiniano.

Além dessa pergunta, a qual José respondeu sem pensar, outra questão implicava em seu desligamento da escola. O diretor condicionou sua saída a uma descrição que teria que fazer. “Naquele tempo chamava descrição e hoje chama pesquisa, não é”? Pergunta-me José. “Era para eu descrever e fazer as quatro espécie de conta que era somar, dividir, multiplicar e diminuir”, continua ele com ar enorme de satisfação, pois caso seu retorno estivesse condicionado a esses conhecimentos, não teria problema. José sabia tudo ”na ponta da língua”, diz ele. José Justiniano pergunta ao diretor o que é que ele teria que descrever. O

diretor diz: “Esse quadro aí”. Eram a imagem de uma cidade, árvores, pessoas passando, crianças brincando em frente às casas.

José diz ter se lembrado do seu sítio, quando foi falar das crianças brincando, e das árvores, dos umbuzeiros de Lagoa do Alegre. Ficou sozinho no gabinete do diretor. Depois de alguns minutos, o diretor voltou e disse: “muito bem, prepare tudo que sábado vou mandar uma pessoa lhe deixar na calçada, a estação de trem, pois o prefeito de Casa Nova vem lhe buscar. “Era o que eu queria”, relata José satisfeito. “Rui Santos foi me buscar e me levou até Casa Nova”. “Minha família me procurou e me levou até Alegre, meu povoado, que fica a dois quilômetros de Lagoa do Alegre”. Sua mãe foi morta em Pau de Colher “baleada no espinhaço” e o pai foi preso para Salvador. “Foi bom, pois comigo vieram: Simão, Silvério e José de Souza”, lembra José, com os olhos cheios de lágrimas. As lembranças desse dia, para ele, são mareantes, pois “foi para Salvador sem nada na mão, só a roupa do corpo”. “Volta de Salvador sem nada, só com a roupa do corpo, mas com a alegria de saber estar voltando”. “Era um sonho”, afirma.

Com a maior satisfação, José me mostra todo o terreno de sua morada. Sítio grande, uma casa simples rodeada de “terra de plantio”. Ele lembra: “quando eu cheguei, eu não me segurei e queria ver tudo de uma só vez. Eu corria para ver tudo. O criatório, os animais, os jumentos. E lembrava-se da escola, pois ela vai ficar em minha cabeça, também”.

No dia 04 de março de 2008 saio de Lagoa do Alegre, da casa de José Justiniano, dirigindo-me à Jatobá. Antes da partida, tomo café da manhã ainda com José. Ele, bem cedinho, vai ao curral, onde tem duas vaquinhas, tira o leite e trás para a mesa como seu pai fazia antes. O cuscuz pronto, soltando fumaça, feito em fogão à lenha aguardava a “professora”, como dizia. Tomei banho no quintal, bem perto da cerca, dentro de uma empanada. Lá troquei de roupa e vim saborear o café que ele havia preparado junto com sua esposa. José pediu a um rapaz, seu amigo, Manuel, para me levar até Jatobá, dez quilômetros distante de sua morada. Fomos de carroça. Nas despedidas, José me pediu para eu voltasse outras vezes, pois “lembrou do que foi bom e do que foi ruim”. Confessou que tinha muito medo de falar sobre Pau de Colher e que, na região, muita gente ainda tem medo até de ir ao lugar do “fogo”.

Por uma estrada de picada, estreita, ladeada por arbustos e cactos, eu fui me esquivando e, eu, acompanhava o retorcido do corpo de Manuel, sobrinho de José, com uma destreza de quem conhece de que forma o “mato” precisa ser tratado. Levantando, aqui e ali, cada galho de planta, empurrando para o lado os galhos secos caídos ao chão, vou aprendendo

a linguagem do homem do campo. Parada, aqui e ali, para descansar e tomar água, enxugar o suor, conversar, foi aquecendo a conversa entre nós.

O percurso, agora, seria em direção à casa da família de Daniel do Nascimento. Queria ver a árvore que ele tanto falou em suas narrativas, a cacimba, as estradas por onde se escondia de sua mãe para caçar. Povoado de onde saíram nove crianças para Pau de Colher. Amarante, Abel, Daniel, João José, Manuel, Madalena, Hermínia, Maria das Graças, Teotônio, Hemília. Lugar de onde se distanciaram, acreditando no sonho da viagem numa nuvem para o sítio Caldeirão de José Lourenço.

De Lagoa do Alegre até Jatobá foi uma viagem onde, o balanço provocado pelos buracos da estrada de chão, fez o meu corpo saltitar para cima e para baixo no banco de madeira da carroça. Desci em Jatobá, acompanhada por um “anjo de companhia”. Jatobá e bem perto Urubu. O quanto Daniel havia falado de Jatobá e Urubu para onde ele quer voltar com as cinzas. A cacimba estava cheia de água, as árvores verdes. O juazeiro frondoso. Uma cabrinha se aproxima. Beeee, beeee, beeeeeeeé. Seu último som soa como se estivesse esperando ou procurando por outra pessoa. Aproximo-me dela e aliso-a. Recordo-me de Daniel. Do seu sentimento suspenso. Não ter podido sentir aquilo tudo e posso imaginar como se sente por está ausente. Pela falta que os componentes, que nunca saíram da sua alma, fazem no Rio de Janeiro, lugar onde mora desde dezenove anos de idade.

Daniel não estaria lá para me receber. Eu sabia e isso me fez sentir sua falta. Teria que observar tudo sozinha, pensar no que me havia dito em conversas anteriores e, principalmente, estar vivendo tudo o que ele gostaria de ter vivido. Daniel foi um dos órfãos que não voltou. Ele havia me dito ter ido, em 2001, ao lugar onde era a casa do seu pai e chorou, pois não tinha mais nada, “levaram tudo”, disse com tristeza. “O umbuzeiro lá, velhinho, que eu fui lá numa época de seca e o umbuzeiro estava seco. Eu conheci o lugar o caminho que a gente passava quando era criança. O curral, só cabritos e hoje não tem mais nada eu vim de lá arrasado”, comenta com os olhos distantes como se quisesse alcançar os dias de convívio com seus pais.

Daniel não conseguia parar de falar ao relatar sobre essa viagem. Até o lugar parecia diferente. Tinha um rio lá que quando chovia muito ele enchia. Ele me pergunta: você sabe que tava seco? A roça, que tinha lá, parece que é outro mundo outra vida. Se eu soubesse onde minha mãe estava enterrada eu ia levar umas rosas pra ela. O que manda é aquela lembrança. Eu pensava naquela vivência da gente, nas árvores porque onde você mora, você tem contato com as árvores, com ambiente e você nunca esquece aquelas árvores. O pé de Juá e o Umbuzeiro. Eu, depois de muitos anos você pensa na sua terra e nos teus entes queridos. Você

não esquece jamais, não dá para esquecer. Onde está minha mãe, onde está meu pai? Não tem resposta pra isso porque eles morreram lá. Dormi em Jatobá no quarto em que Daniel e seus irmãos, João José, Teotônio e Manuel dormiam. Agora fica preparado para visitas. Quarto pequeno junto à sala. Lembrei dos seus relatos sobre sua mãe Joana cantando, Papagaio voou dê cá o pé meu louro. Parecia que a via entrar com o copo de leite para Manuel, como me falou.

Ao sair fui até o Juazeiro para olhar mais uma vez. Depois, voltei ao umbuzeiro e, depois, em direção ao pé de Juá onde Daniel quer que coloque, ao morrer, uma parte de suas cinzas. Permaneci olhando a casa que agora tem uma tia morando, Helena. Suas irmãs, que foram doadas, permanecem em Casa Nova e só vão à Jatobá de tempos em tempos. Sentem angústia em retornar, pois dizem que as imagens de Pau de Colher trazem as lembranças da morte.

No dia 6 de março sigo a Proeza, mas sempre olhando para trás até a casa de Daniel desaparecer de meus olhos. A saída de Jatobá e entrada em Proeza nutria mais emoção. De um lado, Jatobá. Daniel cuja mãe morta em Pau de Colher; do outro, Proeza, sítio de José Camilo, um dos beatos líderes do “adjunto”. Daniel, em seus relatos, me dizia que seus pais foram iludidos pelas rezas dos beatos. E eu, ali, em direção à casa de um dos beatos mais poderosos do grupo de José Senhorinho.

Tem uma marca muito forte para os órfãos de Pau de Colher: o beato que dava ordens para a obediência às ordens do beato líder. É o lugar da família de José Camilo. Para mim, então, uma emoção ao saber que daquele lugar havia saído uma família inteira para Pau de Colher em busca da viagem para a “Terra Prometida” e de quatro filhos de José Camilo terem saído para a escola em Salvador. De Proeza, após a prisão do pai, saíram Faustino, Manuel, Porfírio, Alexandre. Para lá, três dos quatro voltaram.¹¹⁹ Então entrar nas terras de José Camilo, fazendo esse momento do retorno das crianças, foi muito significativo. A casa abandona, pois eles construíram outra em Caldeirão do Angico, em terras de José Camilo, em meio ao mato que fazia a serventia da mesma. Vários caldeirões com água da chuva acumulada. Tudo bem tratado e cuidado pelos filhos de José Camilo. Plantação de milho, abóbora, mandioca, produção de farinha, porcos, cabras.

Cheguei devagar, desci da moto e fiquei parada olhando aquilo tudo. Imaginava todo o cenário de 1945, início do retorno dos meninos. As janelas fechadas, a porta de entrada destruída, o telhado caído do lado direito. Um cachorro latia na entrada da casa. Uma carroça me levou até lá guiada por Alexandre, um dos filhos de José Camilo, com dificuldade de se

¹¹⁹ Faustino, filho adotivo, não regressou (seção

mover devido muita terra de areia que não tinha fim. Distanciei-me uns cem metros da entrada para imaginar os meninos chegando de jumento ao lado do pai e a mãe esperando em frente à casa. Voltei para a porta de entrada e passei a mão nas paredes de barro da casa. Sentei-me na calçada alta que destaca toda parte da frente da casa. Estava cansada. Mas, não era cansaço físico.

“Eu fiquei feliz quando meu pai foi buscar”, disse Manuel. Eu pensava sim um dia ser um homem muito feliz na vida. Um homem feliz na vida é a pessoa que tem suas coisas. “Eu não conseguia viver sem minhas coisas”. Manuel diz que quando seu pai veio da prisão ele passou pela escola para pegá-lo. “Mas Alexandre e Porfírio não vieram logo porque estavam com varíola. Mas ele ficou em Casa Nova e me mandou pra Proeza de jegue. Meu pai ficou em Casa Nova cumprindo a sentença”.¹²⁰ De Salvador veio um tenente Zé Rodrigues comandando a turma.

Alexandre, Manuel, Faustino e Porfírio começam a relatar como foi o dia que deixaram a escola. Começam.

Um dia à tarde na base de quatro horas, eu tava brincando na frente do prédio quando chegou uma caminhonete e aí trouxe eu para o portão e vi aquele velho na caminhonete e aí eu vi aquele velho e o guarda disse cabrinha venha cá e quando cheguei meu padrinho Pedro e eu disse: meu padrinho. E ele disse: eu vim lhe buscar e eu disse e meu pai? Ele respondeu cumpade José já foi pra calçada. Eu passei por aqui e fui me banhar uns dez minutos e os outros ficaram. Alexandre ficou, Adeladio esses outros todos. Eu tava doente, diz Alexandre. Veio Tiburcio Ribeiro da Costa, também. Ele era do Piauí ele era irmão do coronel Edgar ele era de Mata –Piauí.

As roupas da escola era diferente. Era mais fácil da gente fazer um despacho (rir muito com a piada que conta). Vim pra junto da minha mãe. A minha mãe tava no Proeza e tio Hermógenes foi me buscar. Nós foi montado nus animal num cavalo e num burro. Meu tio Hermógenes era irmão da minha mãe e labutava com animal. Nós foi trabalhar como lavrador. Eu planto mandioca, melancia, abóbora e crio umas cabeça de gado, ovelha e bode. Esse cemitério significa que onde foi enterrado minha patroa, meu pai e sobrinho. No dia de finados nós visita, dia de finado, acende vela, as mulher reza umas prece. Meu pai já tava velhinho e morreu como passarinho. Esse cemitério perto da nossa casa significa que a gente tem nosso morto aqui para zelar, bem perto da gente. É como ele tivesse aqui ainda. Meus filho queria me dar uma casa em Casa Nova, eu não quis. Depois queriam me levar pra São Paulo eu disse: vou nada. Nada meu

¹²⁰ Quando José Camilo veio de Salvador foi para cumprir a pena na prisão em Casa Nova. A interferência da família Viana e Dourado favoreceram a sua transferência. Conta-se que José Camilo foi tido como morto e fugiu da prisão para seu sítio.

pai vamo pra São Paulo que o senhor vai viver uma vida mais tranqüilo não vai trabalhar. Eu não prefiro viver aqui na minha terra na minha casa. Volto pra minha casa. Voltar pra trás não é? Voltar pra trás é muito forte.

No dia 9 de março saio de Proeza em direção a Barra. Barra de José da Barra. Barra de Teodoro Justiniano Reis, pai de Dioclides, Manuel, Elias, Edvirges, Joana, Abel, filhos de Teodoro Justiniano Reis. Manuel e Dioclides. Foram órfãos de mãe para Salvador seguindo com o pai prisioneiro.¹²¹ Segui de Proeza de caminhão até a Barra. As estradas apresentavam declives tortuosos e lugares onde parecia não ser possível a passagem. Em cada morada espalhada pela caatinga, Cristiano, primo de Dioclides e Manuel, parava para entregar alguma encomenda, um escrito ou um recado dos moradores da região. Em um dos povoados demoramos mais um pouco, pois estava havendo uma decisão sobre a vida de um cachorro que estava atacando as ovelhas novinhas. Amarrado a uma árvore o cachorro esperada o veredicto sobre seu destino. Do caminhão eu olhava tudo atenta e pedia a Deus para que fossemos embora antes da decisão final. Foi o que aconteceu. Cheguei à noite na casa de Dioclides. O silêncio da noite misturava-se à fala de três pessoas que me esperavam em frente à casa. Eram Dioclides, Helena, sua esposa, e Manuel, seu irmão. Bem recepcionada, em frente a sua morada, Helena segurou minha mochila e me levou para dentro de casa. Entrei, conversamos um pouco, aguardei o tempo em que o filho mais velho de Dioclides colocasse água no depósito, do quintal, para eu tomar banho. “A senhora pode tomar banho sem medo. Tem cobras que aparecem por aqui, mas o cachorro não deixa encostar. Dirigi-me ao lugar do banho, lá no fundo do quintal, temendo. Tomei um banho apressado e voltei. Lembrava-me das narrativas de Rufino, filho de José da Barra, quando os caceteiros entraram em sua casa para levá-lo. As cenas contadas me vieram à mente imediatamente.

A Barra, lugar da memória do primeiro “confronto” entre os “caceteiros”. Lugar da memória da morte de José da Barra. A Barra que viu dois filhos voltarem. Moradias distantes um, dois, três quilômetros distância da outra, mas que os aproxima cotidianamente. Vão, caminhando, de bicicleta, de carroça ou de moto, um para a casa do outro todos os dias. Sabem tudo o que está acontecendo com cada um. As notícias chegam antes mesmo de acontecer se queremos um exagero. No dia seguinte fui ver, observar e sentir, o lugar do

¹²¹ Encontra-se no Termo da Pretoria Pública de Casa Nova a lista completa com o nome dos indiciados de Pau de Colher. Folhas 1 a 6. Os prisioneiros seguiram para Salvador em março de 1938 como consta no Boletim nº 16 do Comando do Esquadrão Motorizado da Polícia Militar do Estado da Bahia.

retorno de Dioclides e Manuel. Casa grande, quatro quartos, uma sala enorme e uma cozinha (lugar das conversas, dos encontros, dos “assuntos”).

A mesma casa de Teodoro, o mesmo campo de plantio, o mesmo curral, a mesma cozinha do debulhe do feijão. Pau de Colher fica bem próximo. Dioclides e Manuel vão sempre ao local onde está sua mãe. É uma rota que fazem com o coração apertado pelas lembranças que cercam seus dias. No dia seguinte levantei antes do sol nascer. Dioclides estava no curral tirando leite das vacas. O café, já pronto e cheiroso, acompanhava, à mesa, o prato decorado com um cuscuz bem amarelinho feito por Helena esposa de Dioclides. Três ovos fritos em um prato, pão, as xícaras sem pires sobre a mesa, algumas colheres espalhadas sobre a mesa comprida junto ao fogão de lenha. Sentei acompanhada de Dioclides e Helena para tomar o café da manhã. Teríamos uma grande caminhada até Pau de Colher. Queria sentir a trajetória em companhia de Dioclides e Manuel. Saímos os três em uma carroça. Dioclides guiava com firmeza para cujos movimentos o jumento obedecia. Conhecia o caminho tão bem que por muitos minutos nem precisava da orientação de Dioclides.

Chegamos a Pau de Colher depois de duas horas de trajeto. Levamos água e banana. Ao nos aproximarmos do local, Dioclides vai apontando para o Juazeiro que havia sido, no passado, um dos seus esconderijos da polícia. Aponta, aqui e ali, os troncos e buracos indicando os lugares da solidão, quando da fuga pelo mato após o cerco ao “adjunto” de Pau de Colher. Seguimos por um caminho estreito por entre a caatinga sempre Dioclides e Manuel apontando e lembrando sobre um acontecimento importante em suas vidas: o chiqueiro dos porcos, a casa de José Senhorinho, o lugar do campão onde ficava a “empanada”. De repente, eles param e apontam para uma valeta onde está uma cruz e diz: “pode ser que minha mãe esteja aqui. Segurando uma caixa de velas em uma mão, e uma caixa de fósforos em outra, vai colocando as velas perto de todas as valetas debaixo de uma pedra para o vento não apagar. Balança, negativamente, a cabeça ao chegar na maior valeta. Para diante de uma árvore cravejada de balas e passa as mãos carinhosamente sobre seu caule como que se estivesse acariciando um corpo inerte e diz: “tenho aquela emoção e o prazer de acender vela e rezar pra minha mãe. Eu lembro todos os acontecimentos. O dia dos tiros, lembro. Eu lembro, eu lembro a gente correndo bem aqui e passando por dentro do chiqueiro”.

Ficamos no local do “fogo” por duas horas e seguimos de volta para a casa de Dioclides. No caminho, ele e seu irmão vêm perguntando sobre a importância da minha vinda a sua casa e do percurso até Pau de Colher. Ele disse ter sido diferente dessa vez, pois eu fui explicando, do meu jeito, os acontecimentos. Do jeito deles parecia que não teria saída. A história era “feia”, pois os outros têm vergonha de tudo o que aconteceu em 1938. Às vezes eu

quero esquecer, diz Dioclides, de tanta tristeza quando eu vejo aquele povo correndo e caindo cravado de bala. Repentinamente, para a carroça para me mostrar o caminho que o recebeu de volta.

Foi por aqui que passamos eu e Manuel quando a gente voltou de Salvador e queria ter visto minha mãe esperando com as panelas de barro no fogo. Mas ela não estava. Eu queria comer galinha de capoeira que ela fazia. Fiquei só imaginando. Chorei muito, mas eu estava li para recomeçar. (Entrevista com Dioclides Justiniano Reis, realizada, na Barra, em 29/03/2007).

Dioclides e Manuel repetem sobre a vontade de voltar. E continua narrando parado em cima da carroça. Eu pensava que podia voltar e não voltar. O meu desejo era vim embora. Toda vida eu pensei em voltar. Meu pai e os outros tavam preso lá. Os prisioneiros voltaram três meses depois foi o que eles disseram a gente na escola. Nem ver nosso pai a gente pode.

O nosso retorno foi com uma lista. Levaram a lista dos meninos pra vim. Quem liberou foi a polícia. De lá, pra Casa Nova, botaram a gente no trem de ferro e chegamo a Juazeiro e de lá de barco para Casa Nova. De Casa Nova de jumento. Tinha uma pessoa que fazia feira lá e nós viemo montado num jumento. Nós ficamo alegre. Meu pai tava esperando. Era Manuel e eu. A pessoa ficando sem a mãe só pode ficar triste. Eu perdi um irmão, também. Ele tinha oito anos. Perdi mãe, irmão, dois tios. A vontade de voltar era muita porque tinha saudade do meu povo, da terra. Voltei pra terra do meu pai e fui trabalhar de roça, plantava feijão, mandioca, milho. Hoje eu planto feijão e milho e crio. Eu sou feliz, graças a Deus. Agora eu não tinha vontade de ficar em Salvador. Levaram a lista num papel dos meninos para voltar e entregaram ao diretor a lista com o nome daquelas pessoa. E eu tava com as ferida na cabeça e um guarda quis me deixar disse: não este aqui não pode ir não. O diretor disse: tem nada não, podc viajar. Aí eu fiquei triste quando ele disse: não esse aqui não pode ir não. Eu fiquei triste que eu queria voltar. E o diretor disse, não pode ir e eu fiquei feliz. Minha vontade era ver tudo de novo mesmo sabendo que minha mãe não estava viva.

A carroça recomeça seu movimento e vamos nos aproximando da casa de Dioclides. Chegamos, entramos. Dioclides foi para seu quarto e Manuel para sua casa. Fiquei na cozinha conversando com Helena.

No dia 11 de março saio de Barra em direção à Santa Cruz. Essa rota foi a mais provocativa pela distância, pela condição das estradas e pelo fato de que teríamos de atravessar várias propriedades. Isso significa que é preciso a cada dois quilômetros de chão, parar, descer do transporte e abrir um acancela. Fechar, voltar para a moto e fazer a mesma

coisa brevemente. As estradas de chão cobertas por seixos que eu sentia, a qualquer momento, a moto virar. O filho de Dioclides me acompanhou durante esse trajeto. Desde Santa Cruz, passando por Caldeirão do Garrote e Queimadas. Ao chegarmos a Queimadas Miguel não estava. Sentamos em frente à casa que fora do seu pai Euclides Rodrigues de Souza. Um juazeiro frondoso ao lado direito da casa, uma carroça sem o animal, presa à árvore, e um carneiro atirando o sino amarrado ao seu pescoço. Portas fechadas da casa. Fiz a volta, olhei, imaginei. Silêncio. Eu e o neto de Dioclides resolvemos esperar. Deitei-me em cima da carroça olhando para a copa da árvore, frondosa, em frente à casa de Miguel. Fechei os olhos e adormeci.

Eram quase duas horas da tarde quando ouvimos o barulho do mato. Miguel retorna com um garrote preso pelo pescoço. Não tínhamos nada de alimento. Mas os umbuzeiros ofereciam, generosamente, a possibilidade. Perto de duas horas ouvimos, então, o som do bezerro. Miguel na frente e o bezerro, por ele puxado, atrás. Aquele corpo magrinho e seco, mas apresentando uma disposição enorme. Pede para que eu vá com ele até o curral levar o garrote. Pula a cerca com tamanha rapidez no que eu, imediatamente, o imito. Conversamos horas naquele lugar. Miguel ao narrar apontava em direção a toda região.

Satisfação ao me receber. Abre as portas da casa que um dia fechou-se com a morte de sua mãe, a prisão do seu pai, Euclides Rodrigues de Souza e a viagem dele, juntamente com Elias, para Salvador. Sentamos na sala, aquela mesma sala em que conversamos durante o ano de 2006. A casa guarda recordações. Moram Miguel, seu filho e as recordações do pai. Vou até o quarto onde, num baú, tem algumas roupas de seu pai. Sobre a roupa que usava na escola, infelizmente, diz Miguel, ficou tão velha, rasgada que joguei fora.

A casa de Euclides, seu pai, é a mesma. Ficou lá, durante sete anos esperando seu retorno. Não aconteceu, pois Euclides morre em Salvador.¹²² Miguel me chama para entrar no quarto que fora do seu pai e diz: “aqui era o lugar que ficava a cama dele. Ele gostava de dormir de barriga para cima, pensando”. Depois, coloca a mão no rosto e chora. Voltei e entrei por esta estrada aí bem estreita. Não tinha meu pai, mas minha mãe estava ali para me receber.

Parti da casa de Miguel em direção à casa de Elias, seu irmão, no mesmo dia. A distância de seis léguas de chão me permitiu entender a dificuldade de Elias chegar a seu

¹²² Euclides Rodrigues de Souza vai ferido para Salvador. Morre no dia 1º de maio de 1938 no Hospital da Polícia Militar em Salvador. O comunicado de sua morte consta do Boletim da Chefia do Serviço de Saúde e Diretoria do Hospital Militar do estado da Bahia, datado em quatro de maio de 1938. Esta é a transcrição: “Por haver falecido em 1º deste mez (*sic*) teve alta do H.P.M. o fanático Euclides Rodrigues de Souza que ali se encontrava em tratamento, conforme ordem superior”.

povoado, no retorno. Longe, muito longe, pedregoso, picadas fechadas. Tivemos que parar várias vezes para abrir o mato. Estávamos em uma moto 125. Caminho sinuoso por entre espinhos. A paisagem agradável, tempo frio, chuva fina, árvores carregadas de umbu até a casa de Elias. A casa menor do que a de Miguel, dentro de um campão. Entro no primeiro vão que é sustentado por barras de madeira. Uma rede, um tamborete, um banco de madeira no canto. Elias conversa, olhando tudo em sua volta, muito orgulhoso de ter conseguido manter tudo como era antes. “Voltei em 1945, disse Elias e esta casa já fui eu que levantei aqui dentro mesmo das terra de meu pai. Sou lavrador que foi a arte do meu pai. E continua a contar”. Deixei que falasse o que o sufocava por anos.

Depois que minha mãe mandou o finado Zé Nogueira, que era meu tio, foi falar com o prefeito de Casa Nova que era Raimundo Santos e pediu para ele me desligar do Instituto. Ele falou que primeiro com o governo e depois com o diretor. Lá só saía com ordem do governo. Era Escola chamava Instituto de Preservação e Reforma. Era um tipo de escola militar. Tinha estudo bom e sempre ganhava em primeiro lugar. Um tio meu foi desligar, mas não conseguiu. José Nogueira foi, falou com Raimundo Santos, que era prefeito de Casa Nova. Quando cheguei a Casa Nova, foi Zé Nogueira até chegar a Campo Alegre de cavalo. Quando minha mãe viu a gente, foi uma alegria, abraçou, fiquei feliz. Lembrava da minha mãe no dormitório. Eu sonhava labutando com o povo, com os animais com a roça e saudade da minha mãe eu tinha muito.

Minha mãe, eu cheguei de meio dia. O almoço estava pronto e o fogos estava por conta. De Proeza, antes de chegar a Campo Alegre, o Fogueiro foi grande até chegar em Campo Alegre. Março de 1945 eu voltei. Não trouxe nada eles davam ordem para não trazer nada. Vim com a farda. Trouxe a caderneta de poupança, mas disseram que não prestava e eu joguei pro mato. Fomos com a mão limpa e voltamo com a mão limpa. Trouxe a farda, mas acabou.

Fiquei feliz minha mãe mandou buscar. Aí cumpade Miguel ainda ficou por lá. Eu sou lavrador. Tenho as pastagens. Tenho ovelha e zelo pastagem. O sertão é tanta coisa pra gente. É chuva pouca, mas é a vida que a gente sabe viver.

Minha terra é minha e eu trabalho aqui a terra dos outro é dos outro. Eu tenho uns bichinhos e planto, trabalho com o plantio. Planto milho, feijão e crio ovelha. A mesma profissão do meu pai. Quero enterrar no meu lugar. Bom é na nossa terra. Lá ninguém compra terra. A gente pode enterrar não tem esse negócio de comprar terra para se enterrar não. E é certo. Nosso lugar toda vida é melhor. Eu sentia muita saudade da minha mãe e do meu pai. Eu sabia que ela tava viva. A minha mãe mandou uma carta pra poder me desligar lá da

escola. Foi Raimundo Santos que levou uma carta de minha mãe para o diretor. Quando li a carta eu vi que era certeza. Essa carta ficou lá.

Peço a Elias para ficar um pouco em silêncio olhando tudo ao redor. Após alguns minutos eu lhe pergunto: o que o senhor fez quando pisou de novo nesse lugar? Abracei minha mãe e fui ver meus animais, respondeu. A festa tava por conta, mas pra mim, o que importada era eu estar com meus pés naquela terra. Tirei as sandálias que me deram na escola e pisei no chão. Essa resposta de Elias me instigou a fazer o mesmo. Logo depois, fiz o mesmo. Tirei meu tênis e fiquei com os pés sentindo a terra que fora de Euclides, pai de Elias, e que é dele, agora.

No dia 13 de Março saio de Santa Cruz em direção a Caldeirão do Garrote. Fica bem na divisa com o Piauí. Antonio, irmão de Anísio Rodrigues de Souza, o órfãos que não havia voltado, estava no plantio. Quase não encontramos sua morada, única num raio de 60 quilômetros. A casa ostentava uma alta e estreita calçada à frente. Um caminho mais largo se abre, após o final da estrada de chão permitindo ver que, em meio ao matagal, estava a casa de Antonio. Porta à frente, duas janelas, sala pequena, muito pequena onde só cabia uma rede e um armário. Todos estavam no plantio, na colheita do feijão.

Sentei-me nessa calçada alta até aparecer alguém. Fiquei olhando o juazeiro, frondoso, em frente com uma sombra pendendo para frente da casa. Lembrei de Antonio quando falava do mato, do umbu, dos animais que ele labutava. Ele estava, nesse momento, lá no plantio. Fazendo o que me disse gostar de fazer. Aquela casinha que, no passado, representou tudo para ele estava de volta. Antonio já tinha netos e estavam todos lá no roçado. Meus pensamentos viajavam pelas narrativas de Antonio quando vi aquele homem de estatura baixa abrir a porta e apertar minha mão. Você aqui de novo professora! Trouxe notícias de Anísio?¹²³

Antonio diz ser a ausência de Anísio uma falta muito grande em suas vidas. Mas, se ele está bem no Rio de Janeiro, eles ficam felizes. Fomos para o roçado. Eu queria ver tudo de novo. O milho, o feijão, a abóbora. O jeito de brocar a terra. Afastei-me de Antonio e fiquei admirando o modo como ele “ajeita” a terra e entrega as sementes ao seu destino. A cada instante, Antonio levanta a cabeça, empurra o chapéu para trás, encosta um dos cotovelos no cabo da enxada e lembra quando voltou. E vai falando: Foi assim, sabe professora, eu vinha quase perdendo o fôlego pelas estrada. Eu não acreditava que depois de tanto tempo eu estava voltando. Foi uma alegria porque meus pais estava vivo. A gente foi arrancado de nossos pais. Mas a polícia não sabia de quem era os filhos que ficaram andando pelo “adjunto” depois do

¹²³ Anísio é seu irmão que ficou em Salvador, no exército, e que mora até hoje, no Rio de Janeiro.

fogo de Pau de Colher. Lá na escola a gente soube que eles estavam vivo e lutando pra gente voltar. Mas o governo não deixou. Porque tinha que ser ordem do governo. Fomos recebido pelo povo de Casa Nova e, de lá, a gente veio de jegue. O jegue andava devagar parece que era para eu vim olhando tudo e reconhecendo o caminho. Olhe mesmo que era muito umbu quando eu cheguei porque era fevereiro. Minha mãe tava esperando. Quando minha mãe me viu foi uma alegria, abraçou. Chegamos de manhã. Quando eu morrer, quero ser enterrado aqui. Tive treze filhos e morreu um. Fui de mão lisa e voltei de mão lisa.

No dia que cheguei foi a noite do meu melhor sono. Mas no dia seguinte eu me lembrava da escola. Aquilo não me saía da cabeça. Senti saudade da minha professora, dona Valdomira, do jeito dela delicado e educado com os meninos de Pau de Colher.

Antonio não tinha nenhuma imagem para me mostrar da escola. Nada. Voltou “com uma mão na frente e outra atrás”. Até a caderneta de poupança ficou lá.

Eu pensava muito, nos pais e chorava muito. Queria voltar. Eu pensava no matto era tempo de umbu, os gado que a gente labutava. Eu queria vim embora para esse trabalho. Planto milho feijão, gado. Os meus pais tavam vivos. Eu voltei de lá. Trouxeram nós, viemo pra casa nova e de Casa Nova viemos de Jumento para Campo Alegre e minha mãe tava esperando. Quando ela viu, foi uma alegria, abraçou. Chegamos de manhã. Quando eu morrer, quero ser enterrado aqui. Tive treze filhos e morreu um. Fui de mão lisa e voltei de mão lisa.

No dia 16 de março saio de Caldeirão do Garrote do Piauí em direção a Lagoa Comprida na mesma moto. No entanto, ao chegar à Barra, mudei de transporte, pois a distância para Lagoa Comprida era de quase sessenta quilômetros de chão e as estradas eram largas. Em Lagoa do Alegre a feira, na segunda-feira, me fez permanecer até meio-dia no povoado, pois poderia observar as pessoas vindas de moradias próximas, conversando numa relação de parentesco entre si. Muito interessante, pois em Lagoa do Alegre, distante 30 quilômetros de Lagoa Comprida, todos já sabiam da minha viagem em direção às terras de Pedro do Benvenuto. Temos uma rede de controle da circulação de pessoas na região automático e naturalizado. Tentei vislumbrar como essa questão acontecia, pois foi assim durante toda a viagem. O controle de informações acontece pelo ir e vir de motos, carros de transporte de pessoas, bicicletas. Vão passando e já avisando nos sitios a chegada de alguém estranho ao seu convívio. No meu caso, o aviso era assim: a professora está vindo para cá.¹²⁴

Os caminhos, as estradas são vigiadas das roças, do criatório, dos cachis, dos barreiros, dos caldeirões. Sempre há alguém em algum lugar do “matto” que presencia o movimento. Comerford (2003, p. 31) admite “que é apenas um aspecto do controle mais amplo exercido

¹²⁴ Como não era a primeira vez que eu visitava a região, era conhecida dos moradores e chamada de professora.

de maneira geral, não só sobre as incursões dos estranhos, como também sobre as ações dos moradores, que são sempre objeto da observação dos moradores”.

As notícias do meu retorno à região correram rápidas. Mas algo foi diferente na chegada à Lagoa do Alegre que eu não havia observado. As pessoas olhavam para mim muito insistentemente e com certo receio. Depois observei estar vestida com uma camisa onde está escrito: Pau de Colher. Fiquei sem saber o que fazer. Não tinha como resolver a questão naquele momento. A alternativa foi enfrentar a situação e me manter tranqüila. A noção sobre o movimento de Pau de Colher, ainda hoje, causa medo nos moradores, pelo fato de ter entrado para a história como um movimento de “fanáticos”.

Procurei usar de naturalidade. Peguei o transporte para Lagoa Comprida e segui. A caminhonete em Lagoa do Alegre me levaria até a casa que havia sido de Pedro Benvenuto. Era o que eu ansiava. Agora, pertencia aos filhos de Pedro: Louzinho e Josefa. Eu pensava no que Louzinho havia dito, em suas narrativas, sobre ter perdido a caderneta de poupança que tinha nos tempos da escola em Salvador. Ele a perdera em uma de suas idas a Lagoa do Alegre. Perdeu na estrada. Diz que caiu do bolso e não viu, mas ofereceu um dinheiro para que a encontrasse. Sem sucesso até hoje. Não sabe quanto tinha deixado na poupança. Nunca recebeu o dinheiro.

Durante o trajeto eu esperava, a cada mudança de direção, me deparar com a lagoa sobre a qual Louzinho falava. Em suas lembranças, na escola, a lagoa não era uma lagoa como pensava, redonda. Era comprida e já tinha se acostumado a uma lagoa comprida. Comprida mesmo. Cheguei à noite no enorme sítio de Pedro Benvenuto. Não pude rever naquele dia o cenário do retorno. Ficou para o dia seguinte. Mas, à noite, após o café com cuscuz, sentamos todos em frente à casa para conversar. Mas eu queria imaginar. Não pude, pois Louzinho, interessado, em contar como ele se comportava na oficina de madeira e como ele era “boa conduta” na escola, retirou aquela possibilidade naquele fim de dia.

Louzinho queria me contar como voltou e como chegou. E vai falando. Minha mãe mandou José Braga ir me buscar. Quase eu não voltava porque eu tava dando o nome para a marinha, mas faltou a idade e eu não fui. Tava incompleta. De trem eu fui direto para Petrolina e, de vapor, para Remanso e de lá de cavalo para Lagoa Comprida. Fui recebido com muita alegria. Todo mundo alegre, rindo me abraçando. Não teve uma comida especial porque naquele tempo ninguém sabia o que era comida especial não. Foi comida normal que a gente come no mato. Fui trabalhar na terra do meu pai, até hoje. Fiquei feliz de voltar. Lá, na terra do meu pai, tava com trabalhador empregado de varanda (era o trabalho de dia e ia para

casa de noite e tinha um salário). Tinha o trabalho de sorte que era de quatro cabrito que nascesse um era do vaqueiro.

Lembra que José Braga chegou. O diretor mandou me chamar na diretoria e deu a notícia que minha mãe mandou me tirar da escola. Quem não tinha parente foi difícil, ficou lá. Os parentes ficaram lutando também para trazer os familiares de volta, diz Louzinho com muita firmeza. Louzinho me leva para o sítio Sapateiro. Vamos em uma carroça. São dois quilômetros da casa da Lagoa Comprida. Queria ver o umbuzeiro onde ficaram, com o Quinzeiro, três dias antes de irem para o “adjunto” em Pau de Colher. Louzinho, ao chegar da Escola de Menores, fez uma primeira visita a Sapateiro para recordar de seu pai. Lá chegando olhei atentamente a casa que está se diluindo. Algumas paredes ainda em pé escoradas por troncos grossos de umbuzeiros e juazeiros. Fomos para o roçado onde trabalhavam seus agregados. Tudo fica muito próximo quando observamos suas atividades diárias: plantam, brocam, moram, tocam lavouras. Observamos a intensidade das relações e de cooperação entre os trabalhadores das diferentes roças. A família de Louzinho é à base da produção. Filhos, mulher e agregados trabalham com uma relação de parentesco visível.

Louzinho, aqui e ali, falava sobre quando voltou e viu pela primeira vez o sítio Sapateiro. Levou-me até o caldeirão do sítio ensinando-me como faziam para transportar a água até a lavoura.¹²⁵

Parei e observei Louzinho cuidando, com carinho, de forma artesanal aquele lugar. Falando com a propriedade de quem teve a natureza com intimidade em sua vida. Sua voz carregada de tristeza, orgulho e satisfação com a tarefa cumprida.

Em seguida me leva para o cemitério da família. Aponta cada um dos túmulos, principalmente o da sua mãe, mas, com a voz de lamento, diz que gostaria de ter seu pai ali enterrado.¹²⁶ Ao voltarmos à casa da Lagoa Comprida, era noite. Banho, conversas e dormir. No dia seguinte, Louveci, seu filho, segue comigo para o Piauí. Foi uma despedida saudosa. Louzinho me abraça com o carinho de um pai. Choro.

No dia 18 de março saio de Lagoa Comprida, até Olho D'Água no Piauí. Bem cedo pela manhã levanto com o entusiasmo redobrado. Iria entrar nas terras do Piauí para continuar fazendo o exercício de sentir e observar. A estrada de chão bastante conservada e regular. Sem pedras, sem buracos, sem declives sinuosos. Estradas largas até o destino. Paisagem que

¹²⁵ Caldeirão é uma espécie de barreiro natural. São pedras naturais próprias do tipo de solo da região. Como ficam dispostas como uma bacia é chamada de caldeirão. São muitos cadeirões naturais responsáveis pelo acúmulo de água da chuva.

¹²⁶ Pedro Benvenuto morreu no “adjunto” de Pau de Colher. Louzinho lamenta por não poder tê-lo juntamente com os demais parentes no mesmo local. Seu pai foi enterrado em uma das valetas em Pau de Colher

se misturava entre vegetação arbustiva, juazeiros, umbuzeiros e caatinga. Tudo verdinho. Os cactos de um, dois, três e quatro olhos ofereciam-se a fotos. Estava penetrando e pisando os caminhos de um dos “confrontos” marcadores da inquietação dos moradores. A “invasão” dos “caceteiros” aos dois povoados o Piauí, consta nos boletins oficiais da Polícia Militar do Piauí. Adriano, Gonçalo e Manuel entraram e experienciaram o retorno aos seus familiares.

No percurso vou olhando de um lado e de outro o mato baixo entremeado por alguns arbustos. Durante esse trajeto parei mais vezes, pois como não era coletivo, pude aproveitar mais os benefícios da natureza. Numa das ocasiões, foi a parada para descansar do balanço provocado pelas estradas cheias de pedras. Chegamos a Cacimbas e paramos bem perto da casa de Teodoro. Mas, de propósito, pois havia me dito que foi o momento mais significativo de seu retorno quando se deparou com o lugar aonde vinha caçar quando pequeno, esconder-se dos amigos, para não denunciar boa caça naquele local. Eram as brincadeiras do dia a dia na roça. Sentei embaixo de um umbuzeiro. Tomamos água oferecida por Louveci. Água guardada da chuva.

Cacimbas e Olho D'Água recebem Adriano, Gonçalo e Manuel. Hoje, não se sabe seu paradeiro. Depois do retorno de Salvador, muitos anos depois saíram da região. Olhei a casa de Teodoro, 96 anos. Prisioneiro de Pau de Colher. Retornou para a região três meses após a saída da região. Sentei em frente a sua casa. Os bancos estavam arrumados em círculo esperando pela professora. Café quentinho servido em xícaras pequenas. Parei em frente à casa de Janjão queimada pelos “caceteiros”. Não conversei com os órfãos de Cacimbas e Olho D'Água. Foi através de familiares que soube o que havia acontecido. O silêncio, a ausência deles, me fez parar em meio à entrada principal do povoado, antes de me despedir do povo, olhar para trás e me perguntar: o que levou os três a ir embora e não dar notícias aos que ficaram? Só eles poderão responder. Virei meu corpo para frente e subi em uma D10, pertencente ao prefeito de Dom Inocêncio, que me aguardava já para partir.

De 20 a 25 de março permaneço em Dom Inocêncio, na casa de Luiz da Benta. Amizade resultante do vínculo a uma história compartilhada. Os dias que transcorreram no povoado, aproveitei para, sentada em uma cadeira na praça da igreja, pensar e encerrar o livro de campo daquele trajeto. No dia 25 de março retorno a Petrolina, pensativa.

5.4 O processo de retorno dos órfãos de Pitangueiras para seu *ethos* sertanejo: a calçada, o trem, o Barão de Cotegipe, os jumentos, os caminhos de chão, os umbuzeiros, a casa.¹²⁷

Manuel Clastres (1999) ensina, que a identidade é a fonte de significado e experiência de um povo. Constituem fonte de significado para os próprios atores sociais e por eles organizadas em torno de uma identidade primária auto-sustentável ao longo do tempo e do espaço. Afirma o autor:

A construção da identidade vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelo aparato de poder e revelações de cunho religioso. (...) Avento a hipótese de que, em linhas gerais, quem constrói a identidade coletiva, e para quem essa identidade é construída são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou deles se excluem. (*ibid.* p. 23).

De Castells concordamos com a noção de identidade de resistência que ele entende ser aquela criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação construindo, assim, trincheira de resistência e sobrevivência “com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos” (...). (*ibid.* p.24).

O Instituto de Preservação e Reforma, como vimos asseverando nesta tese, foi o lugar da construção dessa resistência, *comunas* (CASTELLS, 1999) da *communitas* (TURNER, 1974) da organização de significados (CASTELLS, 1999); dos interstícios da vida oficial (TURNER, 1974; MAFFESOLI, 1982).

Nesse lugar a *communitas* dos órfãos de Pau de Colher foi erguida e foi desfeita. Erguida pelos princípios da pertença honra étnica, amor a terra, orgulho. Foi desfeita pelos princípios calcadores do retorno: honra ética, amor a terra, orgulho. No instituto os órfãos vivenciaram várias formas de resistência coletiva diante das prescrições do Estado. Iniciaram o processo de retorno lentamente. A vontade de voltar os rodeou durante cinco, seis, sete, oito anos. “Eu passei oito anos lá”, como disse José Justiniano Reis. “Eu pedia para voltar. Quem não queria voltar? “Eles me esconderam”, testifica, por outro lado, Daniel.

¹²⁷ Trata-se da Rua Pitangueiras, nº 26, Brotas, Salvador-BA. Esta é a rua onde estava o Instituto de Preservação e Reforma e hoje funciona a FUNDAC. Todos os órfãos mencionam o nome dessa rua com toda a clareza e emblemática representando o lugar onde ficaram durante o tempo de separação de suas moradas. Todos sabem, inclusive, o ônibus que faz a linha Brotas “lá quase no final da linha”, ainda explicam.

Ao serem arrancados dos seus povoados, os órfãos iniciam uma viagem onde seus pés são o meio de transporte até Casa Nova. Caminham, tocando o chão molhado das terras por onde passaram. Pés que marcam a ida são os mesmos pés que marcam a volta que testemunharam uma marcha de ida e de volta. Sem nada nas mãos, nenhuma bagagem eles saem de seus povoados. Fazem um percurso carregando um cotidiano interrompido. Como meninos sem pai, sem mãe, sem parentes, como meninos que não têm dono, percorrem por vários dias de angústia caminhos de solidão. Embarque e desembarque cansativos para meninos cujos corpos não haviam experimentado ainda sossego. O corpo caminha, senta, deita, encolhe-se, agarra-se a ele próprio, envolve-se procurando uma forma de se acalmar.

A travessia de um corpo não só material, mas sustentado, principalmente, por um espírito recheado de todo um trajeto espiritual que o alimenta. Ao saírem em direção a Salvador, as mãos de suas mães e parentes não tiveram alternativa senão a de acenar com um adeus. Mãos que balançavam. Movimento de sua boca das quais saíam palavras que eles não ouviam: “Deus te proteja, meu filho”. “Eu não escutava, mas sabia que ela estava dizendo isso porque ela dizia isso todo dia quando a gente saía para a roça ou com nosso pai para a feira de Pau de Colher”, diz Alexandre.

Em pé, diante da calçada do Instituto, mãos vazias praticamente. Vazias de bens materiais de cinco, seis, sete, oito anos de permanência. Mas não estavam como antes cuja viagem não sabia o destino. Naquele momento, em frente à calçada do Instituto, tinham certeza para onde estava indo. Nenhuma despedida, nenhum adeus, nenhuma mão abanando para eles. Era, afinal, o ritual de despedida da escola. A banda de música que durante tanto tempo anunciou momentos de alegria, de festividades, estava calada. Os instrumentos mudos, guardados na sala dos instrumentos não emitiam som. Tantas vezes em suas mãos acariciados durante as festas da escola. Seus padrões do time de futebol ao qual pertencia cada um ficaram guardados nas gavetas de seus quartos, talvez, para serem vestido pelo próximo “menino de rua” que para lá fosse encaminhado. As mangueiras, a jaqueira, segundo Alexandre, naquele dia, eram as únicas que davam conta de sua separação daquele lugar. Aquelas árvores, principalmente a jaqueira, frondosa, ao lado do campo de futebol, tinham sido suas testemunhas de entrada e estavam sendo agora suas testemunhas de saída.

Na calçada silenciosa da Rua Pitangueiras, os órfãos esperavam o ônibus para seguirem até a estação de trem. Apenas seus olhos registravam tudo e uma despedida fria e desapaixonada do diretor entregando ao portador para, em seguida, fechar a porta de sua sala. Estavam se separando a partir daquele momento dos anos que viveram no instituto. Com um banho, cabelo penteado, camisa e calça, chinelo nos pés, uma sacola pendurada aos ombros,

uma mala nas mãos, a caderneta de aproveitamento, no interior da qual estava marcada a cor do seu aproveitamento e comportamento, significava a honra levada em sua companhia para mostrar com orgulho o “meu azul”, representando um aproveitamento ótimo, era tudo o que levavam. Aquela era um dos maiores componentes dos seus parcos guardados. A honra proporcionada pelas cores: ótimo, bom, regular, sofrível, mau, inadaptável que correspondiam, respectivamente, ao azul, verde, amarelo, vermelho, cinza e preto. Tudo isso se seguiu ao ritual do Exame de Habilitação que foi o primeiro exame realizado no momento da entrada, em 1938.

Esse Exame de Habilitação constava apenas as seguintes perguntas: Educando? Conhece o alfabeto? Sabe silabar? Lê bem, regularmente ou mal? Sabe escrever? Bem, regularmente ou mal? Sabe assinar o nome? Conhece as quatro operações fundamentais? E finaliza com o espaço para a assinatura do educando¹²⁸. Primeira etapa de acesso aos estudos e à sala de aula. Quanto aos órfãos de Pau de Colher, “a gente aprendeu tudo lá e eu era o melhor da turma”.

Na bagagem, porém, faltou um componente: o dinheiro do trabalho nas oficinas. Voltaram sem a quantia acumulada. O que sabiam a respeito desses valores? Ainda hoje não têm idéia. Ficaram para trás. Levaram para seus povoados a lembrança das explicações dadas pelo mestre sobre o valor de cada produção, mas não interessou aos meninos ficar para trás ou mesmo adiar a volta por esse fato. Eram menores de idade, foi o que disseram, e por isso não poderiam retirar o dinheiro. Poderiam fazê-lo através de uma procuração, mas o desejo de retorno, e o próprio retorno juntamente com as atividades com as quais se envolveram, somadas ao que era mais importante para eles, fez com que esse total acumulado se perdesse ao longo do tempo até hoje. Só quando a maioria chegasse. Dinheiro suado, horas de trabalho acumulado, mês a mês, castigos por qualquer “moleza” no trabalho das oficinas, mas, por outro lado, horas que tinham de acréscimo para suas conversas e encontros num espaço onde suas mentes ficavam voltadas para suas lembranças.

Nas oficinas, os meninos faziam sandálias, maletas de madeira, mesa, cadeira, sapatos, costuravam camisas, calças, plantavam tudo para vender no mercado da comunidade. Vinte por cento do salário ficava com cada um e o restante ficava guardado na poupança da Caixa Econômica.¹²⁹ O salário variava de acordo com a produção e correspondia, de uma maneira

¹²⁸ Fiz cópias autenticadas de alguns deles. A cópia da documentação foi autorizada pela FUNDAC.

¹²⁹ Documento “Tabela de Classificação” que consta no livro de registros do Instituto de Preservação e Reforma devidamente assinado pela coordenadora pedagógica, Glaphyra Gil Bellazzi, e pelo diretor Edson Tenório. Esses documentos foram localizados, durante a pesquisa em Salvador, no mesmo prédio onde funcionava o instituto e que hoje abriga a FUNDAC.

geral, a dez, doze, quinze contos de reis por mês¹³⁰. Os dados relativos aos valores que ficavam depositados, e que eram pagos aos meninos, estavam discriminados em um documento que fazia parte do Boletim Trimestral de cada um¹³¹. Os anos que se seguiriam, no entanto, eram mais desejados do que todos os anos de trabalho nas oficinas da escola que por direito lhes pertencia.

A escola, por outro lado, preferiu utilizar a menoridade para continuar arbitrando sobre o que seria melhor para eles ou orientar sobre uma procuração, elementos esses que estavam muito distantes das prioridades dos órfãos e de suas famílias naquele momento e mesmo da condição de entendimento sobre o assunto. O Estado se utiliza, mais uma vez, da idade para retirar dos órfãos o direito que lhe pertencia e até hoje continua pertencendo. A idade, no passado, utilizada para tirá-los dos pais, considerados sem condição de “equilíbrio” para educá-los. E, agora, ela é utilizada para retirar deles o esforço de anos naquele instituto e, mais do que o bem material correspondente ao dinheiro, estavam todas as lágrimas, as doenças contraídas, muitas noites sem dormir ou mesmo sono transtornado pela tragédia da qual foram vítimas, dias de punição no xadrez cotidiano que fluía entre os olhares de reprovação dos mestres, guardas, professores e colegas.¹³²

Louzinho, um dos órfãos elencados neste trabalho, trouxe sua caderneta de poupança como um troféu expressivo do que ele havia produzido durante o tempo na *communitas* de órfãos. Tinha para ele um grande valor emocional. No entanto, acidentalmente, perdeu em um percurso que fez da Lagoa Comprida até Lagoa do Alegre. Ao lembrar o episódio diz com um sentimento de perda lastimável que “perdi minha caderneta que era uma lembrança minha da minha luta, da minha dedicação lá. Eu trabalhava até nas férias”. Louzinho me conta que passou vários dias procurando sua “carteirinha para lá e para cá”. Todos os dias quase não dormiam à noite pensando “porque passava na minha cabeça o trabalho com madeira que eu fazia porque eu trabalhava na marcenaria. Eu fazia cada coisa linda com madeira”.

Caderneta de Poupança perdida, pois “nunca se apartava” dela desde que voltou de Salvador. Levava, assim, sua prova maior do que tinha deixado para trás. Era como se Louzinho tivesse agora sem suas provas materiais. Por vários dias percorreu o mesmo

¹³⁰ Fiz um amplo percurso pelas agências da Caixa Econômica do bairro de Brotas e da Baixa do Sapateiro. Encontrei um registro de poupança em nome de Lourival de Souza Rodrigues, seu Louzinho, na agência de Brotas, perto à FUNDAC. Avisei à família. Essa descoberta foi resultado de uma das etapas da pesquisa em Salvador durante o mês de maio de 2006.

¹³¹ Esse documento, também, xerocado com autenticação encontra-se em nosso arquivo e foi conhecido a partir da pesquisa realizada em Salvador, em maio de 2006.

¹³² Os órfãos de Pau de Colher tinham da mesma forma, prêmios pelo bom comportamento: piquenique na praia, partida de futebol, também aos domingos na praia da Barra, finais de semana na casa da professora Valdomira Nogueira de Oliveira.

caminho e havia oferecido até dinheiro para quem a encontrasse. Divulgou em Lagoa do Alegre em outros povoados mais distantes. Todo mundo sabia que a sua carteira estava perdida. Ele ficou vários dias, inconformado, até que um dia disse: “vou me conformar”.

Louzinho fala do bem que as horas na oficina lhe fazia e “era como se eu tivesse subindo num pé de pau, me agarrando a ele”. Ao optar por trabalhar, mesmo nas férias da escola, Louzinho ficava na oficina. Nos dois turnos, como me disse. Em sua cabeça, é como se ele mergulhasse no seu mundo e estivesse saindo daquele mundo da escola de tanta gente: “eu gostava quando chegavam às férias”.

Quando eu conheci Louzinho nas terras da Lagoa Comprida, conversar sobre a sua história foi como uma esperança de reaver esses dados de grande significado para sua vida. Uma das perguntas que ele me fez foi exatamente aspirando a possibilidade de ter sua carteira de volta: “a senhora vai conseguir isso”? Coloca, até hoje, sua esperança em minhas mãos.

Com idades que variavam de quinze a dezessete anos, a partir de 1943, começa o retorno como rapazes feitos que saíam partindo em direção a sua casa. A rua nunca esquecida, até hoje, é Pitangueiras, nº 26, Brotas-Salvador/BA.¹³³ Lugar onde foram alojados os meninos de Pau de Colher após o sonho interrompido de seus pais de “viajar numa nuvem para o sítio Caldeirão”. Sonho interrompido que vai dar lugar a outro sonho: o de voltar para a terra de seus pais “passando a integrar um destino comum” (OLIVEIRA, 1999, p. 31).

O deslocamento que eu fiz até Salvador em busca de dados sobre os órfãos no Instituto de Preservação e Reforma foi mais uma etapa que me comoveu como pesquisadora. Naquele momento, vivi um embate entre ver todas aquelas dependências nas quais os órfãos de Pau de Colher vivenciaram seus dias de *liminaridade*.¹³⁴ Faustino, órfão entrevistado em Salvador, fez um mapa da localização da escola, em um papel, para que eu não me perdesse.

Você faz assim, pegue o ônibus com a placa de Brotas e desce onde hoje é a FUNDAC. Você pode descer uma parada antes ou uma parada depois. Uma parada antes é melhor porque fica mais perto. Quando você descer do lado direito, no lado esquerdo é a escola, digo, a FUNDAC. Não tem erro. Você vai ver logo o campo de futebol que era onde a gente jogava bola. Atravesse a rua e tenha cuidado porque é uma pista que passa de tudo, carro, ônibus. É como uma avenida.

¹³³ Os órfãos de Pau de Colher não sabiam o nome da Rua do Instituto. A referência maior era Pitangueiras. O Instituto de Preservação e Reforma hoje FUNDAC, fica à Rua Agripino Dórea, nº 26. Rua Pitangueiras, Brotas – Salvador. TEL. 3316-2994/14. FAX: 3316 -2916.

¹³⁴ Consta no livro de Campo o passo a passo no prédio do Instituto de Preservação e Reforma. Cada lugar visitado onde, antes, funcionava o refeitório, o dormitório, as oficinas, o xadrez, a sala do diretor, a mangueira tão lembrada, as escadarias que os levaram de volta etc...

Pronto você já chegou lá. (Entrevista com Faustino Costa, em Salvador, em 08/05/2006).¹³⁵

Meu coração estava cheio de ansiedade. Quase eu não me continha. Eu havia feito a viagem de Pau de Colher até Casa Nova e daí até Salvador e, agora, ali, diante daquele prédio enorme, estava prestes a entrar para retirar a história dos órfãos de dentro de cada canto daquele e começar a fazer o percurso de volta juntamente com eles.

Durante a viagem, falei com o motorista que eu queria ficar na FUNDAC e me sentei na cadeira da frente junto ao motorista. A viagem foi demorada e, de repente, o motorista disse: “é aqui e é só a senhora atravessar e está lá”. Desci, atravessei a rua e vi diante do meu rosto aquele campo enorme que era o campo de futebol ao quais todos os órfãos se referiam como um momento intenso vivido pelos alunos “de boa conduta”. Minhas pernas não se seguravam. Com a máquina fotográfica nas mãos, comecei a fotografar de todos os ângulos do campo pelo lado de fora. Ainda não havia entrado no prédio, mas não me contive e parecia estar vendo os meninos jogando futebol tal as narrativas me instruíram.

Via-os com os padrões das camisas dos seus times “Botafogo, Ipiranga, Prainha”. Por um instante, suspendo o momento de fotos e penso que não deveria fazer aquilo antes de pedir autorização. Minha mão tremia. Guardei a máquina na sacola que levava atrás das costas e segui em direção à porta de entrada. Fui tomada, nesse momento, pela censura do Regime Militar do qual eu experimentei seus medos, agora fantasmas. Muitas dúvidas, muitas perguntas vinham em minha mente. Será que me deixariam entrar? Fotografar? Encontrarei aqui os documentos? Como reagirei ao ver cada lugar do que havia sido o instituto? Bem, chego ao grande portão de entrada e me apresento.

O vigilante encaminha-me para a recepção que, por sua vez, me encaminha para a assistente social. Esta me leva para a sala do diretor. Uma verdadeira triagem. Mas, lamentavelmente, ninguém sabia dos documentos e afirmavam não se encontrar nos arquivos da FUNDAC. Será que não estão no Arquivo Público do Estado da Bahia? Fui ao Arquivo Público e nada encontrei. Passo três dias revirando as caixas relativas às escolas à época. Volto à FUNDAC e, desta vez, quero falar com o diretor que me recebe e autoriza um funcionário, o mais antigo, a me acompanhar.¹³⁶ Já à frente do órgão, percebo os dados físicos do relato dos meninos quando se referem a um portão enorme na frente e árvores em abundância, a porta grande de ferro, a sala do diretor. Eu estava realmente me transportando

¹³⁵ FUNDAC (Fundação de Apoio a Criança), de Salvador, ocupa, hoje o prédio onde funcionou o Instituto de Preservação e Reforma.

¹³⁶ Durante os dias 8, 9 e 10 de maio de 2006, o diretor da FUNDAC, Fidenciano de Araújo Medrado Faria, permite minha pesquisa nos arquivos da Secretaria de Informações da instituição.

para 1938 como se estivesse entrando ali na condição de uma órfã de Pau de Colher, vivendo meus dias de *liminaridade*.

A emoção, quando conheci a história, é indescritível. Importante para essa minha experiência saber da história narrada pelos meninos muito antes dos documentos. Funciona como uma segurança e permite força, reforça a determinação e, sobretudo, você é percebido pelos outros, que sabendo menos do que você ou nada sabendo, nesse caso de Pau de Colher, pode despertar interesse, como aconteceu com a psicóloga que me atendeu. Eu falava, além da história da qual os meninos participaram em Pau de Colher, do cotidiano no Instituto de Preservação e Reforma, dos lugares desse Instituto, onde conviveram durante cinco, seis, oito anos. Falava das dependências, do refeitório, do xadrez, dos quartos, das oficinas, da sala do diretor, Edson Tenório, que os recebera no primeiro dia. Falava da horta, do campo de futebol, da banda de música, das marchas ao redor da escola. Junto ao diretor atual estava uma assistente social e uma psicóloga da FUNDAC. Eu falei sozinha durante todo o tempo.

Uma vez no arquivo da instituição outra dificuldade: a funcionária encarregada estava doente e de licença e “só ela sabe mexer nesses arquivos”. Disse-me o ajudante. Ando para lá e para cá até que, finalmente, tenho autorização, do diretor, para eu mesma verificar caixa por caixa. Acalmei meu coração e iniciei a pesquisa. Os documentos encontrados, relativos à admissão dos órfãos e ao dia-a-dia, estão comentados neste capítulo e constará dos anexos da tese.

Após o período de pesquisa e visita a todas as dependências do Instituto, senti como disse Daniel Nascimento: “Eu pedia para voltar”. A viagem da volta feita pelos órfãos de Pau de Colher, que estamos trazendo nessa seção, sinaliza o que está contido nos versos de Torquato Neto, aludidos por Oliveira (1999, p. 30) quando diz: “desde que saí de casa, trouxe a viagem da volta gravada na minha mão, enterrada no umbigo, dentro e fora assim comigo, minha própria condução”. É permeada por esse pensamento que ouvi, vi e senti, nas narrativas dos órfãos de Pau de Colher, como uma oportunidade do resgate da dignidade dos que ficaram que, ao contrário Queiroz (1976, p. 294) afirma “do que lhes aconteceu em seguida, não temos notícia”. Do meu lado, afirmo que tenho notícias.

Em suas narrativas, os órfãos deixam claro que a viagem de ida foi marcada pelo desejo de voltar, inscrita em seus corpos, posto que identificado com a sua terra o que favoreceu à criação de vínculos fora do seu “chão”, regado pelos componentes, em sua memória, das imagens que os vinculavam a sua terra de origem, onde haviam “enterrado seu umbigo”. Os dois componentes básicos do Drama, morte e vida dos órfãos de Pau de Colher e o sonho do percurso de voltar a terra, advogo são, a terra e os ancestrais, que levaram durante

toda a viagem de deslocamento até o retorno inscrito no corpo e em sua memória. (HALBWACHS, 1999). A memória como estratégia de sobrevivência, afirmo, e manutenção da identidade.

A presença dos trinta e dois órfãos no Instituto de Preservação e Reforma e o retorno de vinte e oito deles assume tal significação na diáspora dos remanescentes de Pau de Colher, que vão permitir o ressurgimento em seus povoados, terras de seus pais, com seu retorno, reconciliação com seus valores. Aqui, posso perceber que a história de vida dos órfãos, nesse deslocamento e reagregação, estiveram permeadas pelo sentimento de lealdade às origens, do orgulho de pertencer a um lugar, da construção do seu devir no caso dos órfãos de Pau de Colher, o devir do grupo de voltar. A viagem de volta dos meninos de Pau de Colher, no sentido de manutenção de sua vontade de vida, esteve orientada não só para chorar seus mortos, mas de sepultá-los, acomodar sua alma, reencontrando-se com seus corpos inertes enterrados em valas coletivas.

Contar a história não de lamentação ou de orgulho por estar de volta e ficar tudo do mesmo jeito, ao contrário, para mostrar, dizendo de outra forma, que há um limite do arbitramento dos de fora constatado quando vinte e oito órfãos voltam buscando a conexão com suas origens. Não estou aqui discutindo o voltar por voltar. O que quero dizer é que o voltar dos órfãos de Pau de Colher tem uma mensagem, qual seja, a do exercício de que, em meio ao ritual da ordem, ao ritual da desordem (DAMATTA, 1991, p. 105) e, ao que denominamos, o ritual da viagem de volta impregnado pela religiosidade, estava a memória de um lugar, apego a esse lugar que fomentou a construção do seu devir.

Em meio a esses rituais existiu um percurso “de reafirmação de sua unidade e situando as conexões com a origem em planos que não podem ser atravessados ou arbitrados pelos de fora” (OLIVEIRA, 1999, p.31). Pensamos que, no caso dos órfãos de Pau de Colher, o ritual da ordem é a presença do Estado que estabelece uma ordem para transferi-los do sertão para Salvador. O ritual da desordem seria, também no entendimento do Estado, o comportamento dos pais lá no “adjunto” seguindo o beato José Senhorinho e causando “o prejuízo da ordem na região”. O ritual da viagem da volta seria aquele carregado de valores cujo exercício, desses valores, desenha a possibilidade de superação da dicotomia marcha da história como o progresso almejado, destino procurado por todos e retorno às origens como regresso, como cenário da fatalidade, cenário apocalíptico (BASTIDE, 1978.)

Os órfãos de Pau de Colher, no Instituto de Preservação e Reforma, tomaram banho, retiraram as roupas do sertão, vestira a farda da escola, as alpargatas da escola, foram separados do mundo do sertão pelo ritual da ordem. No entanto, o que estava impregnado

fisicamente, gravado em seus corpos se junta ao sentimento de pertencimento étnico e um lugar de origem específico. Os órfãos de Pau de Colher vestiram outras roupas, comeram outras comidas, brincaram de outras brincadeiras, receberam um quarto comum e, ainda dizendo, durante o período que lá estiveram, assumiram outros hábitos, cumpriram a disciplina da escola, vivenciaram papéis, cumpriram funções para, no dia físico do retorno, vivenciar, na terra dos seus pais, sua identidade, seus significados.

Um retorno, no entanto, tão interrogativo quanto à migração que fizeram até Salvador. Primeiro, estavam com outra idade. Tinham vindo com a idade entre nove e quatorze anos e, agora, já havia passado cinco, seis, sete anos, oito anos. Como reconheceriam seus familiares? Os pais estariam vivos? Como estariam agora? Como seriam recebidos na chegada? Durante o período no instituto apenas um recebera visita¹³⁷. Os demais ficavam “triste porque vinha gente para ver os outros e a gente já sabia que não vinha ninguém da parte da gente. O que a gente fazia era aproveitar a visita dos outros e a gente ia se alegrando”. Durante o período em que ficaram no instituto os pais e familiares não perdiam a esperança de tê-los de volta, mesmo sem visitá-los.

A viagem de retorno, dos meninos, foi paulatina, pois todos não voltaram de uma só vez como haviam ido. A cada um que saía a tristeza se acercava dos que ficavam. O processo de retorno foi traumático, na hora que um via o outro indo embora com uma sacola na mão e passando pelo mesmo portão do dia em que entraram em 1938. Embora faça citações de algumas ocasiões do retorno de alguns, escolhi o processo de retorno dos filhos de José Camilo por ter havido um apartamento do apartamento durante esse momento. Decidimos pelo processo de retorno de Alexandre, Faustino, Porfírio e Manuel, filhos de José Camilo, por ter sido um dos mais traumáticos.¹³⁸

Na prisão, José Camilo, durante cinco anos, pensa nos filhos como me disse Alexandre, e como eles estariam vivendo. Não tem notícias dos filhos, não tem julgamento, está lá preso e confinado. Era vaqueiro de Honorato Viana.¹³⁹ Nesse momento, vai até a

¹³⁷ Daniel Nascimento recebeu uma visita, no Instituto, de Edith de Carvalho Viana que adotara uma de suas irmãs.

¹³⁸ José Camilo foi um dos beatos líderes de Pau de Colher ao lado de José Senhorinho. Quando foi preso (cf. op. cit. p. 264): A caatinga se transforma em sangue e em negociação: corpo, ossos, carne, alma na entregue de José Camilo. Segue para a prisão em Salvador e quatro filhos para o Instituto de Preservação e Reforma.

¹³⁹ José Camilo era vaqueiro de Honorato Viana. É, por esta razão, através de Rui Santos, amigo do chefe político local, Honorato Viana, que sai da prisão. Quando retorna a Casa Nova, vai trabalhar em suas antigas funções, na fazenda dos Viana. Não retorna a Proeza, suas terras, pois ainda permanece no lugar a revolta em torno da suposta morte a dois filhos de Raimundo Carlos, do lugar Cachoeirinha. Estava jurado de morte pelo pai dos meninos que havia dito, segundo seu Manuel e seu Dioclides: “ele fica sem o coite se entrar aqui em Proeza”. “Coité é cabeça”, diz Manuel. O que informam Manule e Dioclides é que José Camilo estava levando

escola para levar seus filhos de volta e, ao contrário do que pensava, só leva Manuel. Alexandre e Porfírio não puderam acompanhá-lo, pois estavam com varíola. Faustino, filho adotivo de José Camilo, estava com quatorze anos na época do internamento, havia se incorporado ao exército, em 1941, já não estava no instituto. Alexandre nos diz que foi um drama, primeiro, ver o irmão adotivo Faustino indo embora. Na verdade, ele era o mais velho e aquele que havia, durante três anos, estado ao lado dos três irmãos dando apoio e consolando. No dia em que Faustino saiu pela porta de ferro “enorme” do instituto, parecia que o mundo ia desabar. Aquela porta grande que, primeiro, abria-se para outro mundo de Faustino e, depois, fechava-se encerrando os demais no interior da escola. Faustino promete aos irmãos vir buscá-los, um dia. Não pode ser aquele, pois que não voltaria para o sertão, narra Faustino: “Primeiro eles não eram meus pais. Você sabe que o sangue corre nas veias e eles não eram meus pais. Eu não tinha deixado nada para trás. Não tinha pais, não tinha família, não tinha terra. Minha terra seria agora aquela e é até hoje”.

Lágrimas correm aos olhos de Alexandre, ao relatar a cena da saída de Faustino que, com um abraço bem demorado nele e em seus irmãos despedia-se. Até quando? Eles não tinham idéia. Foi uma parte deles embora. Passa pela grande “porta de ferro” e vai desaparecendo à medida que a porta vai se fechando. Foi para o Exército. O silêncio toma conta durante dias do coração de Alexandre, Porfírio e Manuel. Calados passam dias. Dois anos depois, ficam sabendo que seu pai José Camilo vem buscá-los.

Através de Rui Santos, José Camilo consegue ir ao diretor do instituto, Edson Tenório. Chegam os dois ao Instituto e uma grande surpresa: Alexandre e Porfírio estão com varíola e não podem voltar com o pai. Segue Manuel, o mais novo, deixando para trás os dois irmãos que se encontravam no leito do hospital da escola chamado “Hospital Monte Serrat”. A doença prorrogaria seu retorno. Por quanto tempo? Não sabiam. Agora seria esperar, com paciência, uma nova solução dos familiares. Segundo Alexandre, os dias que se seguiram à partida de seu pai, seu irmão Manuel, e aquele homem que libertara seu pai da prisão, foram intensos de tristeza. Parecia que a varíola não queria deixar seus corpos, agora, mais uma vez tão indefesos. Era uma nova ruptura, uma nova experiência de separação, logo agora que ficaram sabendo que seu pai estava vivo, “vivinho ali em sua frente” e que estava retornando para casa.

Os anos que passara na prisão, em Salvador, tinham, tornado sua fisionomia mais distante dele, pois havia chegado, ao Instituto de Preservação e Reforma, aos oito anos. Nem

um retratinho tinha para olhar. Os dias na enfermaria, do hospital, serviram para pensar mais ainda em sua volta. Voltar era o que queriam, principalmente, agora que seu pai estava no povoado onde haviam nascido e “quando a gente soube que nosso pai estava vivo aí a felicidade aumentou e a força da gente aumentou”.

Durante o período de *liminaridade*, Alexandre e Porfirio sofrem duas grandes rupturas: a de perder o irmão mais velho, que fora para o Exército, e perder o pai que, bem ali, quase os levara para casa, e o irmão mais novo que seguira com o pai. Agora, a doença, essa doença que eles não sabiam de onde tinha vindo os colocava distante do sonho, quase realizado, da volta. Nem o pai teve oportunidade de ver. Como estaria agora, após os anos de prisão? Seria uma resposta que ficaria adiada por mais um ano. Em 1944, seu irmão adotivo, Faustino, vai buscá-los para levar de volta a sua mãe que os esperava durante seis anos. Faustino já era um rapaz soldado do Exército cuja maioridade poderia interceder por seus irmãos menores, e foi o que fez. Quando tiveram uma licença, durante a guerra, para ver seus familiares, Faustino aproveita para levar seus irmãos indo buscá-los no Instituto, “pois se eu chegasse lá no interior sem os meninos, minha mãe me mataria e aí eu levei os meninos para lá”.

Ao chegar à frente daquela sua antiga morada, onde havia passado quatro anos de sua vida, conhecendo cada cantinho daquele lugar que guardou suas lembranças, aqueceu seus sonhos e sabedor que uma grande tarefa o aguardava, Faustino entra com pés firmes pela mesma porta que, aos quatorze anos, entrara e que aos dezoito saíra. Firme, dirige-se à velha sala da recepção. A espera pelo diretor foi longa. Era horas de nervosismo que o fizeram voltar ao tempo e lembrar-se de quando estavam os vinte, ali, sentados esperando para serem recebidos pelo mesmo homem que receberia, naquele momento, não mais uma criança, porém alguém que ia falar com firmeza e levar seus irmãos de volta nessa grande tarefa de voltar para o sertão. Sua mãe os esperava. Faustino viajaria para ver seus pais adotivos e seria a oportunidade de levar seus irmãos. A conversa não foi demorada, mas o suficiente para dizer qual a sua missão. Duas ou três perguntas após as quais Edson Tenório manda chamar Alexandre e Porfirio e pergunta se querem ir. “Confirmamos que era o nosso desejo e o tempo foi curto para arrumarmos nossas bagagens”.

Os irmãos saíram com nada nas mãos, além das poucas mudas que tinham para os dias de domingo, uma pequena malinha de madeira que fizera na oficina de carpintaria, seus cadernos, o livro, a caderneta de conduta, o lápis. “Olhamos para as camas do dormitório, para os nossos colegas, que acompanharam com os olhos nossos passos até a saída, para os corredores, as árvores, as oficinas, nossos colegas”. A professora Valdomira não estava ali.

Ela que os recebera com os braços abertos e que tinha sido a melhor coisa no instituto não estava ali para as despedidas. Era uma separação que não contava com uma das maiores emoções, um dos maiores confortos, a “defensora” dos dias de indisciplina, aquela que os levava para conhecer o mar e sua casa, aquela que intercedera constantemente se posicionando contra o mestre e guardas, diante do diretor, amenizando os dias de xadrez ou mesmo evitando que para lá fossem. Aquela que, aos domingos, os levava para ver os marinheiros fazendo exercício na praia. Os guardas os acompanharam até a sala do diretor. Ao entrarem, Faustino estava em sua frente. Um rapaz de estatura média, moreno com a “morenice dele”. Era o irmão mais velho adotivo. O elo entre aquela vida que deixava para trás, e a vida para qual esperavam, a partir dali, era retornar e que nunca saiu de suas mentes. Em pé Faustino diz que vai levá-los a pedido de sua mãe.

De trem até Juazeiro, na Bahia, olhavam tudo ao redor agora com outros olhos. Quando crianças, em cima de um caminhão da polícia pouco imaginavam o que seria tudo aquilo, o que era aquela cidade. Em Juazeiro, seguem de vapor até Casa Nova, e, a partir daí, de jegue até o povoado. Três jegues são levados ao encontro dos meninos. “Será que a gente sabia montar? A gente nem imaginava mais”. Mas tudo estava marcado em nosso corpo, em nossa mente. Andamos sete léguas em cima dos bichinhos por entre caminhos estreitos, árvores ora enormes, ora baixinhas, sem ver água, sem ver uma casa, ouvindo o barulho das folhas, do vento, ouvindo o cantar de pássaros que voavam a nossa volta. Os prédios enormes, construções de tijolos, casa, uma junto da outra, apito de guarda, choro recolhido, foram ficando cada vez mais para trás e dando lugar ao peito aberto que buscava lá de dentro o grito de satisfação por estar pisando o chão que o conhecia e que os recebia de volta.

“Olha os filhos de Zé Camilo voltando” era agora o que diziam as pessoas a cada povoado por onde passavam. Casa Nova, Lagoa do Alegre, Morrinho, Batateira, São Bento, São José, Lagoa Comprida, Castanheira, Proeza, acompanham os filhos de Pau de Colher. São testemunhas, também, naquele momento, do retorno não mais conduzidos pelos soldados do Capitão Optato Gueiros, mas por suas próprias pernas e montados nos jegues que, um dia, ficaram para trás.

Pensando nos dias de vida no Instituto de Preservação e Reforma, aponto que alimentou, por contraste, o retorno triunfante dos meninos. Para tanto as diversas manifestações dos órfãos no instituto, tais como, o trabalho empenhado nas oficinas, geraria um olhar complacente por parte do mestre com repercussão em sua “caderneta de conduta” e conseqüentes premiações que ia de finais de semana na praia ou participação em campeonatos de futebol. Outras táticas como furto da farinha, recusa comer, simulação de doença, atraso na

hora de acordar, descompasso no momento das instruções de marcha pela calçada do instituto, simulação de tristeza ou alegria, dependendo da ocasião, choro durante as aulas, insônia, conversas escondidas por trás das mangueiras e do pé de jaca, o mais frondoso do instituto, todos esses sinais que aparecem em suas narrativas, correspondem a uma marcha regada pelo desejo de resgate do seu lugar de memória.

A identidade dos meninos não correspondia àquele lugar, chamado de instituto. Não estavam resistindo a uma outra classe ou grupo social. Estariam, no entanto, contrários da forma como souberam fazer, ao sentido daquela experiência ou mesmo ao que não encontravam, naquele tempo do Instituto. Estariam, a partir do que entendi ter sido, a manutenção do sentido de suas vidas anteriores, sarando esse deslocamento, para buscar um retorno, do seu modo de vida, que não sabiam quando.

Seria uma forma de purificação, de catarse, de uma tentativa de efeito salutar provocado pela lembrança de pais mortos, cujos filhos retirados dos seus braços, agora, naquela nova experiência, funcionaria como um efeito moral e purificador da tragédia. Seria, possivelmente, uma dívida para com os pais, para com a terra, dívida de honra, que ultrapassa bens materiais, negociação da alma.

O desejo de retorno permitiu entre eles a organização de uma subjetividade orientada pela tragédia de extrema intensidade e violência trazendo à tona esse sentimento. As situações pelas quais o grupo de órfãos de Pau de Colher passam no instituto, vão permitindo a apropriação dos símbolos da ordem ritual do instituto ou, como também entendo, esse mundo contraditório para eles, fornecia meios por onde as regras, as normas, os valores da escola eram tratados e envolvidos por cada um e pelo grupo. No contexto ritual dos órfãos, como entendemos, as concepções de seu corpo, de suas roupas, de sua forma de falar, de pensar, de agir, de como curar as doenças, que adquiriram na escola, as brineadeiras são elaboradas como forma de manutenção das vivências anteriores, como por exemplo, “bom era o chá de casca de pau”.

A figura de Deus que aparece em suas conversas, no sentido de onde estaria alojada a esperança de salvação, do “quando Deus quiser a gente sai daqui”, faz parte das construções cujas nuances estão ancoradas na idéia de retorno à terra prometida e articuladas naquele espaço, para eles, marginal em relação aos espaços de vida em seus sítios, vistos como estranhos e procurando dar sentido as suas vidas dentro dessa ordem. O sentido de suas vidas não estava naquele lugar. A presença dos símbolos da cidade fazia reaparecer as imagens dos seus povoados com um constante “lá na Lagoa Comprida não é assim” como intercambiando as imagens e cenários.

Deixaram, do Instituto de Preservação e Reforma, o time de futebol, a banda de música, a marcha militar pela calçada do instituto, as festas de comemorações das datas cívicas, a sala de aula, a professora Valdomira Nogueira, a carpintaria, a alfaiataria, a mecânica, o refeitório, a enfermaria, o xadrez, o dinheiro da caderneta de poupança, o piquenique na praia. Entraram, após terem vivido em Salvador, no sítio Serra da Pedra, os três, Manuel, Porfírio e Alexandre¹⁴⁰. Entrada triunfante que não “esquecemos mais”, dizem Alexandre e Manuel [voz firme e orgulhosa]. Hoje estão em outra casa construída nas mesmas terras de José Camilo, denominada Caldeirão do Angicos.

Era noite. Uma noite com um céu claro, quando chegaram. A casa em meio ao terreno enorme, e demarcado com estacas de pau, um juazeiro ao lado, uma varanda que permitia o balanço de quatro redes de cores variadas, duas janelas de frente e uma porta grande de entrada ao lado. Terreno limpinho ao redor da casa, “porque minha mãe gostava de ver a terra sem um cascalho, pedra ou coisas pelo chão”, várias cadeiras em círculo. Ao redor de toda a área da casa, em cada lugar determinado, estava uma carroça, um jegue, dois cavalos, um curral de porcos e um galinheiro. Os jegues que os levava, sem precisar orientação, para a picada que dava acesso à casa, balançavam para lá e para cá, lentamente, passo a passo, parecendo sentir a linguagem dos corpos que conduziam. O ritmo macio de quem calmamente quer olhar nos mínimos detalhes num processo de reconhecimento e retorno àqueles cantinhos que, no passado, abrigavam suas traquinagens, sua liberdade de voar com o pensamento para onde desejassem, comanda o ritmo dos jegues.

Ao se aproximarem da casa à medida que os matos, ao lado da picada, iam ficando cada vez mais baixos, já via seu pai em pé um pouco mais a frente de sua mãe, feliz “meu pai estava muito alegre, fomos recebidos com felicidade”. A mãe um pouco mais atrás, também em pé, quase não se sustentava, chorou muito e correu ao encontro dos três filhos. Os outros sentados: “estava lá para receber a gente. O mesmo cair da tarde, quase noite, que os levava para Salvador naquele navio, os trazia de volta. Chegaram naquela noite, clara, que os recebia na companhia das irmãs “Hermenegilda, Rosa, Maria, Adeládio, Petrônio, mãe e pai”. “A gente chorava muito”. Pularam dos jegues e correram ao encontro de seus pais pisando firme aquele chão batido, varrido todos os dias por sua mãe, após seis anos de distância deles. Uma grande fogueira clareando o “terreiro”, os aguardava, diz Alexandre.

Naquele momento, “nós sentimos que tinha voltado para trás”. Os órfãos, arrancados do seu chão, em direção a Salvador, relegados ao esquecimento, Manoel de Souza Costa, Porfírio de Souza Costa, Faustino da Silva Costa, Alexandre de Souza Costa, José Justiniano

¹⁴⁰ O sítio Serra da Pedra era o sítio pertencente a José Camilo que conseguiu no retorno da prisão.

Reis, José Manoel dos Santos, Adriano (do Piauí), Gonçalo, irmão de Adriano, Lourenço, Tibúrcio Ribeiro da Costa, Silvério, Miguel Rodrigues de Souza, Elias Rodrigues de Souza, Manoel do Santos (do Piauí), José Luiz de Oliveira, Daniel do Nascimento, Faustino da Silva Costa, José Justiniano Reis, Lourival de Souza Rodrigues, Canuto Rodrigues de Souza, Teodoro de Souza Costa, Honório Costa, Ângelo Luiz da Costa, Anísio Rodrigues de Souza, Antonio Rodrigues de Souza, José Alves Ferreira, Dioclides Justiniano Reis, Manuel Justiniano Reis Abel Justiniano Reis, Celeriano do Amor Divino, Teotônio do Nascimento Reis, Cícero Rodrigues de Souza, sonharam com o retorno.

Fizeram, em sua maioria, a viagem de volta devolvendo à terra, suas vidas, devolvendo aqueles filhos que foram subtraídos do seu convívio. Retornaram, e entraram nas terras de seus pais, pisando o chão que um dia foram obrigados a deixar. Daniel Nascimento, Canuto Rodrigues, Anísio Rodrigues de Souza e Faustino da Silva Costa não voltam, fisicamente, mas de onde estão fazem a viagem de volta todos os dias. Félix da Costa morreu em Salvador. Para além de um viés milenarista, é preciso que nos debrucemos sobre a terra e a cultura material e imaterial sertaneja. “A gente vai, mas a gente volta pra trás”, como disse Louzinho.

5.5 Os que não voltaram: esquecimento como resistência, lembrança como orgulho e libertação

A etapa de reagregação dos órfãos de Pau de Colher não foi experienciada por quatro deles. Anísio, Canuto, Daniel e Faustino não se reintegraram aos seus povoados. Gennep (1978, p.37), enumera vários elementos materiais sobre os quais a reagregação se processa. A entrada da casa, um rochedo, uma árvore, uma pedra, um embarque, um desembarque, casa inteira não desmoronada, o rito entrada na casa, o rito de reintegração na família, a saudação, o abraço, o sorriso, o alimento que indicam o efeito de renovar e reforçar a relação, de pertencer a uma mesma sociedade. Afirmo o autor que os ritos de reintegração são os mais visíveis entre alguns povos. “O mundo doméstico, diz o autor, a habitação comum é o limite entre o mundo sagrado e o mundo profano” o que ele chama, também, de ritos *pós-liminares* que são aqueles de agregação.

Os órfãos que não regressaram, a partir das narrativas de dois deles (Daniel e Faustino), e de familiares dos outros dois (Anísio e Canuto), não teriam como vivenciar a reagregação nos moldes de Gennep, com os elementos característicos de tal momento ficando, assim, sua passagem não completada, alerta Turner. Quem os esperaria para estabelecer a

reliquação? Seus pais não estavam mais lá. Seus mortos pairando em suas cabeças em lugar algum. As casas desabaram. Os braços dos pais para o reencontro não encontrariam. Aliado a esses fatores a oportunidade, em Salvador, que os levaria para o rito de entrada na vida militar.

O alistamento militar foi o marco de entrada em outro mundo e de saída do mundo de sua tradição. Não mais veriam roça, animais, cacimbas cheias e secas, não mais participariam das romarias e festejos dos santos padroeiros. Distanciaram-se cada um para outro mundo. A Segunda Guerra Mundial seria uma experiência diferente. Dentro de navios torpedeiros (Daniel) ou em meio aos soldados no *front* (Anísio e Canuto) distanciavam-se do retorno. Encantados com o alistamento militar, Canuto e Anísio, foram para o exército. Faustino, não tinha o que o chamasse de volta, como afirma. Daniel fora escondido, na escola, a pedido de sua madrinha, para não voltar com seus irmãos. Edith Viana, mulher influente junto ao diretor Edson Tenório decidiu que a Marinha seria o futuro para ele. Seria uma satisfação para a população de Casa Nova sobre um não fracasso total do projeto estabelecido em 1938 pelo Estado para educá-los longe da influência de seus familiares? O tempo da desagregação se mantém para os quatro. Os órfãos continuam desagregados em relação aos seus antepassados, a sua terra de tradição.

A recusa em se entender dentro de uma história, que foi negada pela memória oficial, reforça suas vidas à margem. Isso implica em colocar aqueles que compartilham de uma história de vida comum fora dessa história e, por assim dizer, com suas vidas em suspensão. “A gente não sabe como ele está. Como é agora. Dizem que está bem porque é reformado do exército. Mas a gente queria saber mesmo como ele vive se está bem e porque não quer vim aqui no povoado”, lamenta Antonio, seu irmão.

Os órfãos que não retornaram vivem uma *liminaridade* fora da *liminaridade*, Instituto de Preservação e Reforma. *Liminaridade* essa fortalecida pela memória envergonhada, pela memória histórica, pela memória resistência, a possíveis sofrimentos e constrangimentos (POLLAK). De certa forma é a memória dos acontecimentos, traumáticos, protegendo seus sentimentos. A recusa de Anísio e Canuto em não falar surge em resposta a fatos que os fazem lembrar: quando um parente manda um recado por outro perguntando por notícias, como afirma Angélica, amiga de Anísio: “o pessoal dele manda recado e ele se recusa pede para a esposa falar”; quando um amigo do tempo do Instituto de Preservação e Reforma liga para sua casa, como relatou Daniel: “Canuto e Anísio eram meus amigos. Foi o que me restou quando meus irmãos foram embora, mas eles não atendem”.

Percebe-se que Canuto e Anísio precisam continuar esquecendo para poder terem uma vida “normal”; para proteger sua família (POLLAK, 1978). Ao lembrar é possível que Canuto e Anísio evoquem cenas que aumentarão suas feridas.

Michel Pollak (1989) conclui que razões pessoais, além de razões políticas, conduzem pessoas ao silêncio. Esse silêncio consiste em querer poupar filhos de crescer nas lembranças das feridas dos pais. Além desse aspecto, para os casos que aqui relatamos, somam-se as marcas colocadas pela sociedade reforçadora do preconceito. Os órfãos que não voltaram guardam a história da suspensão de sua identidade de maneiras distintas. Esquecer para Anísio e Canuto; lembrar para Daniel e Faustino. Tanto lembrança quanto esquecimento é exercício de resistência. Esquecer para resistir à sociedade que aponta e não porque esqueceu seu passado. Para não ser apontado e não ver seus familiares apontados como filhos de “caceteiros”. Lembrar para resistir ao esquecimento que a sociedade faz daqueles que foram colocados na clandestinidade da história. Lembrar para gestar a história daqueles colocados à margem cuja memória seria comprometedora.

Outro aspecto. Os órfãos que não retornaram transitam entre o querer esquecer e o querer lembrar. Faltou escuta para os dois casos condição fundamental, segundo Pollak, para quem passou por experiências traumatizantes. Concordamos com Thompson (1992), ao assinalar, outra razão especial em que as verdades interiores muito freqüentemente emergem mais rápidas tendo a vantagem de interpretar as necessidades individuais não isoladamente, mas dentro de um contexto social. Anísio, Daniel, Canuto e Faustino não tiveram esse contexto para a realização da catarse.¹⁴¹

Vivem suas experiências, até hoje, fora do seu lugar da tradição, sob o espectro da repressão, além de conviverem com o julgamento feito por familiares, da região de origem, que não entendem e questiona o fato de terem “rejeitado”, como afirmam seus familiares, seu passado. Thompson (*ibid.*) avisa que a libertação da memória é fundamental, pois algumas das experiências de famílias são violentas, vergonhosas, complicadas ou desconcertantes ou traumas de guerra e de perseguição que o caso dos órfãos de Pau de Colher.

A viagem de volta não foi feita, literalmente, por Daniel do Nascimento, Anísio de Souza Rodrigues, Canuto Rodrigues de Souza, Faustino da Silva Costa. Quatro dos trinta e dois órfãos de Pau de Colher que sentem suas vidas, ainda hoje em suspensão faltando

¹⁴¹ Lechner (2008) aponta os cortes dos laços constitutivos da pessoa, laços de afeto, lingüísticos, culturais, simbólicos, estilhaçam o sentimento de integridade física e psicológica, deixando quem vive essa experiência numa grande fragilidade.

completar o pouso da alma feito pelos demais. Quatro memórias diferentes sobre o acontecido no passado.

Dos quatro órfãos, apenas Faustino demonstra tranqüilidade e auto-estima. A memória envergonhada da atitude de seus pais, pensada até os dias de hoje pela comunidade local, a família construída fora da tradição de seus antepassados, os filhos criados em outra sociedade, fazem de Anísio um prisioneiro do fantasma Pau de Colher; para Canuto, a vergonha pelo que passou. Os dias, como oficial do exército, a vida no Rio de Janeiro, as conseqüências emocionais, até hoje, que o colocaram no caminho da bebida o impedem de falar. Fugir foi o caminho para Canuto e Anísio. Nenhum contato com seus familiares, nenhum retorno, nem em pensamento.

A história de Faustino, ao contrário, o colocou, totalmente, aos oitenta e seis anos, incluído em uma vida profissional, como repete várias vezes em suas narrativas. Dono do próprio trabalho encontra paz e harmonia com a ajuda da família; Daniel, ao contrário, mesmo sentindo a dor e a ausência de sua tradição, durante todos esses anos, narra. Como sentem sua história? O que os fez esquecer, lembrar, resgatar? Como se percebem fora de sua pertença?

Anísio e Canuto moram, hoje, no Rio de Janeiro. Eles saíram de Pau de Colher aos nove anos de idade para a Escola de Menores, Instituto de Preservação e Reforma, em Salvador, em 1938, após a morte de seus pais. Aos dezessete anos, se inscreveram no exército e foram para a guerra na Itália. Várias tentativas foram feitas, por mim, para conversar com os dois. Através de uma vizinha de longos anos, Angélica, e de uma sobrinha, Rosália, tivemos conhecimento de que não queriam lembrar, respectivamente. “Conheço Anísio desde que nasci. Ele me pegou no colo. Moramos aqui no Meyer desde sempre. Ele nunca falou, ou melhor, quando perguntamo-lo se esquivava”.

Segundo Angélica, Anísio vive, economicamente muito bem migrando constantemente ora a Parati, onde tem casa, ora ao Meyer, sua residência fixa, ora a São Paulo onde moram seus filhos. Criou os filhos, como afirma, um médico e outro dentista e não quer saber de Pau de Colher. Em minhas visitas a sua família, na região de Pau de Colher, eles dizem que se ressentem, pois Canuto e Anísio esqueceram suas origens e “viraram as costas” para seus parentes. “Como ele está? Diga a ele que ele esqueceu a gente, mas a gente não esqueceu ele. E que ele tem sobrinhos que não conhecem o tio, só por fotos que querem conhecê-lo”, pede-me Antonio Rodrigues de Souza, seu irmão, com voz melancólica e saudosa.

Em Queimadas, em Santa Cruz, em Caldeirão do Garrote, região de seus pais, irmãos, sobrinhos e cunhadas e cunhados, perguntam curiosos ostentando uma única foto de Anísio

quando entrara no exército. “Olhe aqui, só lembramos por essa foto quando era bem novinho”, diz Antonio.

Faustino era filho adotivo de José Camilo quando foi para Pau de Colher. Como era o mais velho, dos quatro filhos de José Camilo, se colocou como a proteção para os mais novos, Alexandre, Porfírio, Manuel. Fui encontrar Faustino em Salvador. Ele me recebeu todas as vezes que fui ao seu encontro com um sorriso estampado no rosto. Orgulhoso de si e do que faz hoje, conta, com bastante riqueza de detalhes, as razões de não ter voltado. É feliz, diz e repete várias vezes. Tenho minha família, meus filhos, minha mulher, meu trabalho. Todas as vezes que, por telefone, precisei falar com ele sobre algum esclarecimento sobre suas narrativas ele dizia: “ligue quantas vezes quiser professora. Dessa história eu não tenho vergonha”.

Vai contando e eu ouvindo e aprendendo. Quando Zé Camilo foi liberado, ele foi à escola buscar os filhos através de Rui Santos só que quando chegou ele voltou com Manoel. Porfírio e Alexandre estavam com varíola. Fiquei na escola dois anos. Resultado: ai quando eu completei 18 anos eu pensei: voltar para a região? Para que? Qual o significado? O que me chamava para lá? Na escola fui para a sapataria, para a banda, mais depois vi que não tinha futuro. Naquela época só conseguia alguma coisa com a reservista. Eu não queria voltar porque eu achava que aquilo não era vida (fala da região de origem).

Primeiro a família de José Camilo não era minha família mesmo. Eu tinha muita gratidão por ele, pois me criou e me deu uma família, mas eu não sentia aquele amor quando é pai e mãe da gente. Eles não eram meus pais. Você sabe que o sangue corre nas veias eles não eram meus pais, mas Zé Camilo era carinhoso, mas eu pensei: vou voltar para um lugar atrasado? Que futuro eu teria? Eu tive uma idéia. Consultei D. Valdomira e tive uma idéia de fazer um abaixo assinado, eu encabecei e mandei para o diretor. A gente queria tirar a reservista.

O diretor era Edson Tenório. Ele conseguiu e nós fomos, uns vinte. Só três de Pau de Colher. Nós fomos para o exército no dia 02 de janeiro de 1941. Eu fui incorporado. Ai foi uma nova vida. Fiz curso de cabo, passei. Fiquei no exército e veio o período da guerra. Fui selecionado, mas na hora de ir eles me tiraram da viagem. Eu tava noivo e a noiva pediu a Deus e eu não fui. Eu já estava quatro anos no exército. Três anos, nove meses e 10 dias. Foi meu tempo lá. Teve uma proposta para reengajar, mas eu já estava saturado de farda. Eu pensei: vou sair e enfrentar a vida de outra forma e eu pedi demissão no dia 14 de outubro de 1945. Sai e fui tentar a vida com biscoite.

Fiz minhas economias eu jogava o jogo do bicho. Eu fiquei desempregado novamente. Eu não me entreguei. Eu fui e me apresentei em uma empresa de construção. Fui todo arrumado, mas eles disseram que não tinha vaga. Eu não conseguia outra coisa e aí um colega disse que estavam botando gente em febre amarela, Serviço Social de Peste e Malária.

Faustino, não diga nada, mas estão botando gente lá. Eu fui e me inscrevi. Fiz uma prova de seleção e passei. Aí comecei minha vida examinando os potes, viajando em lombo de jegue, burro, caminhão. No final viajei para o Rio de Janeiro. Era um emprego público federal. Passados alguns anos, surgiu uma vaga, um colega meu disse, surgiu uma vaga para o Tribunal Eleitoral. Lourdes uma amiga me disse. Eu optei pelo tribunal. Na época era filho de desembargador que entrava. Eu vim e fiquei no tribunal. Tudo melhor. E eu me aposentei de lá. 27 anos de aposentado em 1979. E não parei, fiquei um ano e eu achava que era jovem para ficar aposentado. Tenho três filhos. Uma menina e dois homens. Fisioterapeuta, cantora e o outro não se formou. Eu não tenho nem arrependimento de não ter voltado. O drama nos primeiros dias. Não sinto nenhuma falta do sertão. Não tinha terra, não tinha plantação minha, não tinha pai, não tinha mãe. Essas coisas são importantes, mas eu não tinha nada disso. Era um empregado de José Camilo.

Daniel, também não voltou. No Rio de Janeiro, em seu pequeno apartamento de dois quartos, mora com um filho, Denilton (tem deficiência cognitiva) e uma sobrinha, Helena. Tudo o que precisa para acalmar a sua inquietação, pois a morte de sua mãe é imagem forte e presente em sua vida, é entender o que aconteceu em Pau de Colher. Não consegue por mais esforço que faça. Embora com a dor viva e a fratura ainda exposta, da mesma forma que Faustino precisava ter falado há mais tempo. Lamenta, sim, muito, tudo o que aconteceu.

Quando meus irmãos voltaram, eu queria voltar, lógico, narra Daniel, não voltei porque me esconderam. O que me chamava pra trás eram os laços de família, laços familiares. A família é um bem maior e até hoje sinto. Eu não estou dizendo a você. Quantas vezes eu fui lá com maior sacrifício. Eu passei um mês viajando pra lá pra vê tudo. Se Edite não tivesse me mandado ficar eu tinha voltado com meus irmãos. Edite era uma mulher muito equilibrada. Dentro da família dela ela era respeitabilíssima. As irmãs dela eram casadas com Rui Santos que era senador. Rui Santos era jornalista.

Ela organizou para meus irmãos saírem ao mesmo tempo: Manuel e Teotônio. Eles foram levados ao mesmo tempo. A pessoa que foi buscar, eu não vi porque me esconderam. Depois que meus irmãos voltaram os encarregados me disseram que eles estavam em algum lugar para me enganar. Eu procurava por eles na escola, mas os guardas não me disseram não e eu descobri tudo por que meus irmãos quando estavam lá quem tratava deles era eu. Eu

estava com eles pra cima e pra baixo. Quando eu procurei, disseram que eles foram pra li, tão acolá e quando eu descobri, mesmo, fiquei desenganado. Depois foi passando e eu fui desiludindo.

Foi uma situação muito ruim pra mim eu só tinha aqueles irmãos ali e eu fiquei muito deslocado. Depois arranjei uns amigos Canuto e Anísio. A minha reação foi desagradável quando eu soube que meus irmãos não estavam lá. Eu fiquei desesperado e fiquei me jogando pelas paredes e fiquei com vontade de morrer. Batia minha cabeça nas paredes do refeitório. Eu fugi numa ocasião fui para a casa da minha madrinha.

Daniel mostra com satisfação o diploma da Marinha e pede para que eu grave no gravador o que estava escrito. Assim eu fiz:

Em cooperação com as forças da quarta esquadra dos Estados Unidos da América no desempenho de várias tarefas para o combate ao inimigo comum a fim de assegurar as comunicações marítimas necessárias à obtenção da vitória. Tornou-se merecedor da medalha naval de serviço de guerra com duas estrelas Daniel do Nascimento. Assinado pelo capitão de mar e guerra secretário do conselho de mérito de guerra Victor Silva Fontes.

Daniel, Faustino, Canuto e Anísio nunca haviam se encontrado. Não sabem o que se passa entre eles. Por ocasião da pesquisa no Rio de Janeiro, Daniel e eu, fomos à casa de Anísio e Canuto. Descobrimos a partir da memória de Daniel dos dias após a guerra, quando foram morar no Rio de Janeiro. Nunca mas haviam se falado e se encontrado. Seria uma grande oportunidade a minha viagem ao Rio de Janeiro. Daniel se arrumou no dia seguinte e saímos bem cedo. O endereço de Anísio estava na cabeça de Daniel. Nada escrito, nome, rua, número. Daniel estava ansioso, pois com a minha presença, dizia, Anísio e Canuto vão nos receber. A esperança de Daniel era grande em encontrar seus amigos de juventude. Após batermos palmas em várias casas da rua de Anísio, no Meyer, uma senhora, Angélica, disse: “Ele mora nessa casa ao lado, mas não está”. Abriu a porta, sentamos, tomamos água e Daniel parecia estar ali diante de Anísio e de sua história. Conversou com Angélica, durante horas, sobre Pau de Colher. Falou muito e ficou satisfeito. Anísio estava em Parati e só retornaria no mês seguinte [abril]. Pegamos o telefone de Angélica para futura ligação o que já fizemos. Mas, Anísio não se interessou em falar.

Da casa de Anísio fomos à casa de Canuto. Este, no entanto, disse Rosália sua sobrinha: “meu tio está por aí. Não quer falar. Tem medo ainda. Bebe todos os dias e vive sozinho guardando essa história de Pau de Colher. É um caso sem jeito. Não adianta”.

Thompson (1982, p. 207) exemplifica com a pesquisa feita por Caludine Vegh a entrevistar órfãos: “muitos que ficaram órfãos jamais falam do passado, é tabu (...). Não querem e, acima de tudo, não conseguem falar sobre isso”. Continua o autor:

Muitos dos que falaram relutavam muito, falavam em sussurros roucos ou caíam em prantos. Não tinham tido a possibilidade de chorar na época em que se separaram de seus pais, pois não tinha havido tempo, nem cerimônia alguma, e não tinham tido certeza senão muito tempo depois de que seu pai e sua mãe haviam morrido. Nenhum consolo fora possível. Havia arrastado até a idade adulta uma ferida aberta, uma confusão de perda, vergonha, ódio e culpa, tão real hoje em dia quanto antes. “silenciosas agonias que os haviam assombrado durante toda a vida”.

Quanto a Faustino e Daniel vão se encontrar no Rio de Janeiro. Faustino vai visitar sua filha e aproveitará para encontrar o amigo de infância e de juventude. Os dois já estão um com o telefone do outro. Faustino ficou feliz em saber que Daniel está vivo e Daniel em saber que vai se encontrar com o amigo: “falaremos muito sobre tudo o que aconteceu”, disse Daniel. Os dois estão esperando por esse grande encontro, quando Pau de Colher será evocado em suas conversas. Conversar os acontecimentos, a própria vida vai ser fundamental para eles, para seu sentimento de identidade e continuar lidando com essas lembranças pode fortalecer ou recapturar a autoconfianças (*ibid.*).

Quero fazer contato com Faustino, me pediu Daniel; quero fazer contato com Daniel, me pediu Faustino. Traga algumas fotos dele, me pediram os dois, reciprocamente.

5.6 Pau de Colher nos dias que correm

Da mesma forma, ao pensar na morte de um acampamento de religiosos, argumento como pensa Gusmão (1999), não é uma questão da morte física, pois acredito tratar-se de uma terra que “torna-se um valor de vida, um espaço de sentido, investido pela história particular de cada um (...). A terra não é apenas realidade física” (*ibid.* p.150).

Coloco a reagregação/reincorporação, dos órfãos de Pau de Colher, no interior do sentimento de pertencimento, da existência de um código gregário que cercou os órfãos durante o percurso da passagem.

O retorno a uma pedagogia da terra, à relação dialógica com o lugar, com o “mato”, a terra, o cachi, o tanque, o criatório, o plantio, a seca, seus pais que, embora mortos fisicamente, continuaram alimentam os órfãos na *liminaridade*, emocionalmente. De que

forma seus familiares se articularam, em Pau de Colher, para reunir e trazer de volta os pedaços espalhados, seus corpos sofridos? Como nos afirma Manuel Nascimento:

Quem foi me pegar em Salvador foi um amigo da minha mãe da cidade de Remanso e meu pai tinha sido morto pelas tropas do Piauí, mas minha mãe ficou viva e não teve o direito de cuidar de mim. Passei minha infância em Salvador e eu chorava todos os dias de noite. Minha mãe lutou, também, para me buscar. (Entrevista feita com Manuel Nascimento, no Rio de Janeiro, em 26/03/2007).

Reocupando as terras dos seus pais, os órfãos se reconhecem sertanejos que mantiveram seus textos, sua sabedoria de sertanejo, a sabedoria de quem conhece a dinâmica da terra de seus antepassados. Perceber o símbolo para além de dados concretos e para além dos afetos, gentilezas, sorrisos, abraços, medos, coragem, ressentimentos. Conceito de símbolo que nos deixa vê-los como presos ao sertão pela vida e pela morte. É o “hau mausseano”. É o espírito da coisa dada. É a dívida de honra. É a tradição aquela propriedade que tem um poder espiritual. O hau que persegue todo detentor e quer regressar ao local do nascimento (MAUSS, 1979, pp. 543-54). De que forma se deu a reagregação à herança moral deixada pelos pais, a terra, os familiares, as adversidades e a reluta para serem o que são e reaverem o lugar dos seus pais que por direito lhes pertence?

Foi como se eu tivesse feito a viagem com eles, de volta. Esses caminhos do miúdo que, por outro lado, encobrem momentos especiais de experienciação, através das fontes orais, me indicaram trilhar as nuances desse momento especial de “*liminaridade*” dos órfãos de Pau de Colher.

A versão que apresento neste trabalho não será aqui tratada como difícil, muito pelo contrário, será tratada como estimulante, como emocionante busca. Os riscos, as dificuldades, a ansiedade, muitas vezes o medo, são ofuscados pelo destemor, o prazer, o vivenciar mil vidas durante esse percurso, na maioria das vezes, entrando por carreiro, enfrentando a macambira, sem água, sol à pino no lombo de jumento ou na garupa de motocicletas percorrendo distâncias quilométricas. Foi provocativa, repito.

Por outro lado, e por todos os lados, os ganhos de valor de vida foram imensuráveis. Cheguei a me encontrar em várias ocasiões dentro da história dos órfãos que, sem o saber, eles foram me colocando um laço. O inusitado deixava a pesquisa estimulante a cada momento. De igual modo, a observação etnográfica permitiu penetrar sobre o que cintilava em meio ao narrado, ao mesmo tempo em que recorria às técnicas de história oral. Os remanescentes órfãos foram encontrados com dificuldade, mas as entrevistas realizadas em

quase sua totalidade. Os dois órfãos que até agora não quiseram dizer sobre seus sentimentos, respeitei e entendi, pois a dor que ainda trazem, sobretudo por que não fizeram a viagem de volta, incomoda-os até hoje. É como quisessem justificar o que se negaram, mas não conseguem. Está lá dentro de suas emoções a viagem de volta. Guardada, sendo acariciada,afiada cotidianamente.

O momento de retorno consiste em um triunfo, nesse caso, não individual, mas de um povo, pois a luta pelo retorno à terra e a realização da mesma estabeleceu a vida de todo o povo de volta, que um dia foi deixado para trás por determinações alheias à sua vontade. Retorno à vida, a qual ficou em suspensão, o que ocorreu com aqueles que também ficaram, em 1938, na região dos acontecimentos, chorando, com as mãos estendidas, pedindo ao Estado para que não levasse seus pais, filhos, netos, tios, primos para um lugar o qual não constava no seu imaginário. Foram à procura, paralelamente, de alternativas para trazer seus filhos de volta¹⁴². A dívida de honra por “voltar para trás”, e o sacrifício vivo pelo desvio daquele “seu mundo”, se impuseram alimentados pela presença daqueles “outros” que ficaram para trás e que os chamava, em suas memórias, de volta: “Minha mãe estava lá no sítio esperando a gente de volta. Chegamos os três e ela encontrou a gente no terreiro e a gente se abraçou”, relembra seu Alexandre com emoção.

A imagem descrita acima é o abraço do alívio, do descanso, do repouso, do entregar-se aos braços fortes, da mãe, que esperou resignadamente pelo dia da volta. A entrada triunfal nas mesmas terras das quais, um dia, foram apartados e o reencontro das tantas almas que ficaram pra trás, enterradas no “chão”, em seus sítios, no sertão. O reencontro de tantas almas que, durante anos, vivenciaram no Instituto de Preservação e Reforma, em Salvador, como imagem e memória que desfilavam cotidianamente em suas mentes estimulando-os ao retorno e reforçando sua identidade.

A *liminaridade* dos órfãos de Pau de Colher vai reafirmar o valor da interdependência, da reagregação, da relação de não equivalência, da reputação, da dignidade, da sociabilidade no campo que, pertinentemente, deve ser lido, também, do ponto de vista da suspeição da harmonia plena posto que há, sem dúvida, uma reciprocidade tensa. O reencontro de corpos que imaginaram mortos e que não puderam sepultar, uma vez arrancados abruptamente do seu lugar de pertencimento. Esse é um dos entendimentos que devolve a voz aos órfãos nessa experiência brasileira dos “caceteiros” talhada sob as condições do ambiente físico e cultural

¹⁴² Os pais procuraram, através de lideranças locais, viabilizarem o retorno de seus filhos. Foi o que aconteceu com Lourival de Souza Rodrigues cuja mãe pede a ajuda de um homem influente da região José Braga para levar uma procuração até o diretor da escola. O mesmo aconteceu com Porfirio

do sertão e, também, das mulheres órfãs que presenciaram e vivenciam o calor não só dos combates em Pau de Colher, mas da experiência da diáspora pela qual foram submetidas.

Um dos momentos mais dramáticos, que não foi fotografado em máquina e que nenhuma máquina fotografaria com tanta fidelidade, como quem presenciou e sentiu aqueles momentos, quando Madalena expressa seu desejo de guardar ao menos uma fotografia dos seus pais junto com seus filhos. Dessas fotos que todas as famílias se preocupam em ter. Olhando as fotografias, feitas durante todo o percurso dessa pesquisa, e que ainda estou fazendo, chego à conclusão de que temos ainda muito para contar.

É preciso que façamos considerações outras sobre as faces da violência cometida. Considerações, agora, sem foco em estratégias de guerra, sem metralhadoras, sem comunicados das volantes e seus boletins de ocorrência encaminhados aos seus superiores, sobre a “efetiva” e “competente” ação do Estado sobre os “fanáticos”. Considerações não a partir de pessoas e documentos tidos como secos, velhos, ultrapassados, corroídos pelo tempo, esquecidos em um arquivo ou pelos cantos do mundo da vida. Há nos subterrâneos da vida das pessoas, que fizeram e continuam fazendo Pau de Colher, muito que levantar.

O deslocamento, após a repressão policial militar, arrancou fisicamente das crianças os lugares, as pessoas e a terra trabalho, terra suor, terra vida, de seus dias de infância. A lagoa, a cacimba, o cachi, o criatório, a farinha, o feijão, o milho, o leite, a morada, sua mãe, seu pai foram sendo substituídos por outros componentes. O vapor, o trem, a calçada em Salvador, a escola, o diretor, os professores, os guardas, a praia, o futebol tomaram, em seu cotidiano aqueles “cantos” do sentimento de vínculo, da rede de vínculo, dos saberes aprendidos no dia a dia. No entanto, esses componentes foram retomados ao retornarem os órfãos aos seus povoados.

Desde agosto de 2003, em um dos meus retornos à região de Pau de Colher, observei algumas modificações no local onde os seguidores de José senhorinho juntaram-se motivados por outro lugar de morada que seria no Caldeirão de José Lourenço. Pau de Colher começa a ser visto com outro olhar. A vergonha e o medo assustadores e distanciadores do sentimento de identidade ao local. O esquecimento proteção, contra a discriminação e o preconceito, a partir do entendimento de Pau de Colher como um mal, um perigo, começam a imprimir outro comportamento às populações remanescentes não só aqueles que participaram diretamente, bem como a sociedade que a acusou durante todo esse tempo, o Estado, representado pela prefeitura local e a igreja. Voltam-se para Pau de Colher como uma memória local importante principalmente com a ajuda da igreja a pedido de familiares dos remanescentes, vizinhos e parentes.

O Peadre João dos Santos Filho atesta algumas mudanças.¹⁴³ No início foi uma surpresa e um desafio. Este já havia ouvido falar sobre Pau de Colher e conta como se deu a reação das pessoas dos povoados em torno do Projeto Cruz das Almas em agosto de 2002.

Eram seminaristas à época, 1987, quando através da CPT (Comissão Pastoral da Terra) levavam as idéias do projeto indicador da migração de pessoas para a desapropriação do povo conduzindo-os para vilarejos (agrovilas). Passaram uma semana visitando famílias, conversando com os adultos, as crianças, jovens e fazendo celebrações. Situando-se na comunidade Brejão, próximo a Pau de Colher, devido a tantas dúvidas iniciaram reuniões de esclarecimentos que ocorriam à noite na casa de uma família moradora da região. Uma noite, diz padre João, preparando o encerramento da reunião, pergunta qual seria o marco do projeto. Padre João sugere que seja uma cruz e a comunidade decidiria. Ao iniciar a discussão o povo começa a se inquietar pela possibilidade de ser outro Pau de Colher. Segundo ele ficou assustado, pois a cruz representa o sacrifício de Cristo por nós. É aí que Padre João se depara com a história de Pau de Colher e pode entender a reação da população local.

O alvoroço que tomou conta dos moradores, da região de Pau de Colher, foi tão forte que decidiram começar pela escola da comunidade. Ao chegarem à escola as crianças começaram a correr, a fugir. Fuga do possível “fogo de Pau de Colher”, diz o padre. Diante desses fatos resolveram reorganizar o projeto decidindo por visitar todas as casas para explicar do que se tratava. Refizeram as visitas explicando que não tinha nada a ver com Pau de Colher. O padre foi chamado de Quinzeiro e de Senhorinho. A irmã Luiza, da comunidade, foi reclamada: “como a senhora traz isso para a região”? Alguns entenderam e os missionários voltaram para o Baixão dos Benícios dando início às celebrações.

Começaram, então, a entender que não era um recomeço de Pau de Colher, mas ainda de forma desconfiada. No entanto, eles não aceitaram a cruz como símbolo da missão.¹⁴⁴ Em 2002, o mesmo ano, os padres, João e Aloísio, se ordenam e se instalam em Casa Nova, agora como padres. Um dia, estavam reunidos (padres, pastoral, CPT e as religiosas da paróquia) quando chega seu Gregório apavorado porque uma pessoa estava grilando o terreno do “fogo” (refere-se a Pau de Colher). Ficaram assombrados, pois era o terreno onde estavam os mortos,

¹⁴³ Estivemos com os seminaristas (João e Aloísio) em janeiro de 2002, novembro de 2003. Em dezembro de 2004, já padres, de Casa Nova, tivemos uma conferência durante a missa a convite do Pe. Aloísio Alves. Em dezembro de 2003, no dia 13, dia de Santa Luzia e da Romaria a Pau de Colher revisitamos os padres e participamos ativamente da romaria a Pau de Colher. Retornamos em março de 2008 com entrevistas com o Pe. João Borges dos Santos Filho. Hoje os padres que respondem pela igreja de Casa Nova são o Padre João e o Pe. Josemar Mota da Silva, este entra este ano na comunidade.

¹⁴⁴ Os “cacetes” trazia, em uma de suas faces (eram quatro), duas cruzes desenhadas e serviam para a santificação dos corpos. Muitos pediam: “santifica-me beato Senhorinho”! O beato tinha no cacete o instrumento do poder de dar a salvação.

era o local para onde se dirigiam e homenageavam seus parentes. Vieram pedir ajuda à igreja. Padre João diz ter sentido o desespero dos moradores da região pela iminência do desaparecimento daquele lugar santo para eles. Convidamos todas as comunidades remanescentes de Pau de Colher para uma reunião e os que queriam cercar as terras recuaram. Então os padres pensaram no que fariam para dar atenção a Pau de Colher? Foi em meio a essas inquietações que surgiu a idéia da romaria. A dificuldade seria para decidir qual o padroeiro? Santa Luzia, eles disseram. Fomos todos trabalhar para fazer a romaria que a cada implica em uma temática. O tema geral, entretanto, sempre é a convivência com o semi-árido.

Iniciamos em 2004. As romarias acontecem no dia 13 de dezembro com festividades durante todo o mês. Saem todos, em ônibus fretado, da cidade de Casa Nova, em direção a Pau de Colher. No meio do caminho vão se juntando outras pessoas que seguem o ônibus. Ao chegar a Pau de Colher todos se reúnem e saem caminhando, em torno de toda a área de Pau de Colher, pisando no chão do evento e fazendo referências aos mortos. Ao chegar ao local, que corresponde ao cemitério com área aberta, o deslocamento é feito com visitas a todas as valetas onde foram jogados os corpos após a morte e em cujas paradas é ministrada uma pregação alusiva ao movimento. Uma das mulheres mais velhas, entre as mãos, segura a imagem de Santa Luzia. Um maior tempo é dedicado às meditações no local. Todos os lugares dos enterramentos são visitados e homenageados. Flores são deixadas, objetos, terços, livrinhos, santinhos com imagem de Santa Luzia. Em seguida acontece o almoço. As pessoas são divididas por entre as moradas dos parentes, mas comidas típicas são feitas para a venda. Após o almoço acontece a última celebração com ofertas em dinheiro, ofertas em objetos para leilão e bazares.

Hoje há discordância em relação à doação da terra para o tombamento e conflito pela decisão do lugar de onde a santa deve sair. Hoje Francisco, sobrinho de José Senhorinho e Gregório disputam, veladamente, pela liderança da comunidade com a disputa da santa. É a questão da terra, o pedaço especial que é Pau de Colher. O lugar da morte dos pais e familiares. Tentamos limitar as fronteiras. Há um símbolo forte que é o juazeiro onde aconteciam as pregações aos domingos por Senhorinho. Cada um queria defender a seu modo. Eles têm a posse, uma parte delas atinge a área de Pau de Colher e a comunidade não queria abrir mão dela, para ser coletiva. Dificuldade para delimitar a terra coletiva. Hoje Pau de Colher já é uma realidade mais aceita, mais discutida. As escolas procuram o assunto. O mito da romaria ajudou a desmistificar. A festa do interior, 2007, foi para Pau de Colher, o tema: Fé, resistência e sertão. Exposição de trabalhos de equipes organizadoras da festa e quadros vivos. Pessoas que se vestiram com as roupas da época, fizeram os cacetes, soldados,

benditos. Exposição de pintura com textos da história. O local está mais limpo, eles se reúnem lá para rezar, cantar os benditos, acender velas. A igreja está trabalhando para a idéia do santuário para não ser visto mais como o lugar da violência. Eles estão fazendo um movimento financeiro para construir o lugar da oração, a capela. Durante as romarias, o dia inteiro, eles fazem bazares, sorteios, doações.

No entanto, o Estado com sua intervenção, e com o rótulo carregado desde 1938, impostos aos seguidores de Senhorinho, deixaram, até hoje, uma marca forte em seus familiares. Ainda há silêncio das vozes devido ao estigma, não há uma vida tranqüila, principalmente, de filhos e netos de alguns participantes de Pau de Colher. Estes carregam, por extensão, a marca de serem descendentes dos “caceteiros”. É preciso o resgate da dignidade dessas pessoas na região de origem. Que eles possam caminhar como pessoas dignas em meio à sociedade casanovense, sem os olhares de interdição da população. O reconhecimento do tom, dos sentimentos, passado em Pau de Colher é, ainda, pouco expressivo. Timidos, falam pouco. Envergonhados, se escondem. Estigmatizados, reproduzem a memória oficial sobre o movimento

No entanto, os órfãos, que retornaram, trabalham em suas terras como lavradores de milho, feijão, abóbora, macaxeira. Criam cabas e ovelhas. Produz leite, queijo, manteiga de garrafa, farinha de mandioca. Têm um quarto da casa estocados de alimentos para atravessarem a seca. Rezam seus benditos, suas orações, fazem romarias, continuam tendo a visita dos padres esporadicamente. Em torno do oratório, vivenciam sua fé particular nos santos protetores e, em tempo de homenagem à Santa Luzia, seguem em enorme romaria, juntos, renovando suas crenças.

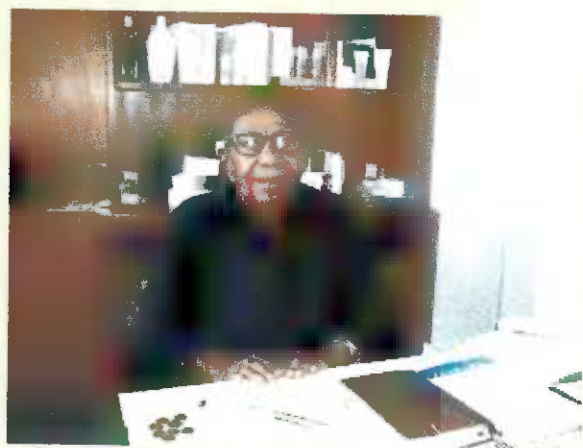
Assegura Brandão (1999, p. 67), “Há um *ethos* camponês cuja encruzilhada simbólica é atravessada pelo reconhecimento de um menos-valor atribuído pelos outros e um inquestionável mais-valor de auto-atribuição”.

Voltaram para trás, continuam em suas terras de vida, de suor, de trabalho e saem do anonimato. Os que quatro que não voltaram vivem, por extensão, o retorno dos demais. Manoel de Souza Costa, Porfírio de Souza Costa, Faustino da Silva Costa, Alexandre de Souza Costa, José Justiniano Reis, José Manoel dos Santos, Adriano Felipe de Souza, Gonçalo Felipe de Souza, Lourenço, Tibúrcio Rodrigues, José Simão, Miguel Rodrigues, Elias Rodrigues, Manoel do Santos, Daniel Nascimento, José Justiniano Reis, Lourival de Souza Rodrigues, Canuto Rodrigues, José Luiz de Oliveira, Teotônio do Nascimento, Honório Costa, Ângelo do Amor Divino, Anísio Rodrigues, Dioclides Justiniano Reis, José Alves Ferreira, Manuel Justiniano Reis, Abel Justiniano Reis, Félix da Costa, Honório Costa,

Teodoro de Souza Costa, Antonio Rodrigues de Souza, Alexandrino Alves da Silva, Antonio Rodrigues de Souza, José Manuel da Silva, saíram, via memória, do anonimato e se reconciliaram ao seu lugar.



154- Vista externa da casa onde Sr. José Justiniano Reis trabalha como representante do Sindicato dos Agricultores Rurais em Lagoa do Alegre.



155- Faustino Costa - Salvador(BA)



156- Faustino Costa - Salvador(BA)



157- Faustino Costa - Salvador(BA)



163- Miguel Rodrigues de Souza - Queimadas(BA)



164- Eupídio Nascimento Costa, filho de Ângelo da Costa - Santa Cruz - BA



165- Elias Rodrigues de Souza - Pau de Colher do Piauí



166- Elias Rodrigues de Souza - Pau de Colher do Piauí



167- Elias Rodrigues de Souza - Pau de Colher do Piauí



168- Oratório pertencente a José Camilo, Casa Nova - BA



169- Alexandre Costa, Caldeirão do Angico - BA



170- Manuel Costa, Caldeirão do Angico - BA



171- Manuel Costa, Caldeirão do Angico - BA



172- Manuel Costa, Caldeirão do Angico - BA



173- Alexandre e Manuel Costa, casa de José Camilo. Caldeirão do Angico - BA



174- Alexandre e Manuel Costa, casa de José Camilo. Caldeirão do Angico - BA



158- Miguel Rodrigues de Souza - Queimadas(BA)



159- Miguel Rodrigues de Souza - Queimadas(BA)



160- Miguel Rodrigues de Souza - Queimadas(BA)



161- Miguel Rodrigues de Souza - Queimadas(BA)



162- Miguel Rodrigues de Souza - Queimadas(BA)



175- Alexandre e Manuel Costa. Caldeirão do Angico - BA



176- Plantio.



177- Plantio.



178- Alexandre e Manuel Costa. Caldeirão do Angico - BA



179- Manuel Costa. Caldeirão do Angico - BA



180- Alexandre Costa. Caldeirão do Angico - BA



181- Alexandre Costa, casa de José Camilo. Caldeirão do Angico - BA



182- Casa de José Camilo. Caldeirão do Angico - BA



183- Casa de José Camilo. Caldeirão do Angico - BA



184- Alexandre Costa, casa de José Camilo. Caldeirão do Angico - BA



185- Alexandre Costa, casa de José Camilo. Caldeirão do Angico - BA



186- Cemitério da Família Costa. Caldeirão do Angico - BA



187- Cemitério da Família Costa. Caldeirão do Angico - BA



188- Cemitério da Família Costa. Caldeirão do Angico - BA



189- Cemitério da Família Costa. Caldeirão do Angico - BA



190- Cemitério da Família Costa. Caldeirão do Angico - BA



191- Alexandre Costa. Caldeirão do Angico - BA



192- Caldeirão do Angico - BA



193- Alexandre Costa. Caldeirão do Angico - BA



194- Alexandre Costa. Caldeirão do Angico - BA



195- Caldeirão do Angico - BA



196- Caldeirão do Angico - BA



197- Caldeirão do Angico - BA



198- Alexandre Costa, Esposa, Filhos e Netos. Casa NovaBahia.



199- Alexandre Costa, Esposa, Filho . Casa Nova Bahia.



200 Alexandre Costa, Esposa, Filhos e Netos. Casa Nova Bahia.



201- Alexandre Costa. Casa Nova Bahia.



202- Alexandre Costa. Casa Nova Bahia.



203- Alexandre Costa e esposa. Casa Nova Bahia.



204- Alexandre Costa e filha. Casa Nova Bahia.



205- Alexandre Costa, Esposa, Filho. Casa Nova Bahia.



206- Alexandre Costa, Esposa, Filhos e Netos. Casa Nova Bahia.



207- Rufino Rodrigues de Souza, filhos e netos. Casa Nova Bahia.



208- Família Rodrigues de Souza. Casa Nova Bahia



209- Igreja Casa Nova Bahia.



210- Pátio da Feira. Casa Nova Bahia.



211- Casa Nova Bahia.



212- Sr. Lourival Rodrigues de Souza e esposa.
Petrolina- Pernambuco



213- Rufino Rodrigues de Souza, filhos e netos. Casa
Nova Bahia.



214- Sr. Lourival Rodrigues de Souza e esposa.
Petrolina- Pernambuco



215- Comércio de Casa Nova Bahia.



216- Rufino Rodrigues de Souza. Casa Nova Bahia.



217- Pátio da Igreja Casa Nova Bahia.



218- Sr. Lourival Rodrigues de Souza. Petrolina - Pernambuco



219- Sr. Lourival Rodrigues de Souza. Petrolina - Pernambuco



220- Sr. Lourival Rodrigues de Souza no pátio onde, ainda hoje, são realizadas rezas agregando os moradores da região.



221- Vista do interior da capela da Fazenda Lagoa Comprida-BA.



222- Pátio interno da Fazenda Lagoa Comprida. Nesse local realizam-se festividades religiosas reunindo os moradores da região circunvizinha, principalmente da Bahia e do Piauí.

Capítulo 6

Pau de Colher gestada do ponto de vista da memória histórica, dos discursos públicos e do discurso oculto: uma manipulação da memória coletiva pela história oficial

Aproveitando a inculta e timidez de nossos sertanejos existe por aí uma leva de indivíduos preguiçosos e ignorantes cuja única ocupação consiste em se fazer passar por iluminados, enviados de Deus, explorando por todos os meios espúrios a boa fé dos sertanejos que se deixam levar por suas lábias em toda a sorte de artimanhas que maldosamente lhe preparam em proveito próprio. (Jornal **O Pharol**, 14/01/1937).

Nesta parte do trabalho reflito sobre a memória de Pau de Colher, nos documentos oficiais, analisando-a do ponto de vista da memória histórica, nos termos de Maurice Halbwachs, e localizando as noções de James Scott no que se refere ao discurso público. A Memória histórica, e os discursos públicos da história oficial, o que defendo, tecendo e embalando a história de Pau de Colher, sombrearam, por outro lado, as variadas expressões e vitalidade dos discursos e práticas subterrâneas ao colocar a argumentação do Estado como único discurso de validade. A versão erguida pela memória histórica apaga e decompõe a memória social, ao erguer os feitos da instituição e da reprodução da versão oficial. Discuto, a partir das manchetes de jornais, dos boletins de ocorrência da Polícia Militar, dos telegramas escritos pelo poder, das atas de indiciamento dos seguidores de José Senhorinho, dos gestos observados durante as narrativas dos remanescentes, da exclusão dos seguidores de José Senhorinho e dos órfãos de Pau de Colher, das páginas da história colocados, por essa via, por trás da História Oficial. A partir desses instrumentos, percebi a memória histórica de Pau de Colher, como o Estado mobilizou a sociedade para validar seu discurso, e sua prática, repressiva e como o discursos públicos escreveram a história oficial dos órfãos de Pau de Colher. Assim, este capítulo trata da análise da história dos órfãos de Pau de Colher, desde a luta de seus pais, centralmente, de “dentro do palco”, ou seja, próximo do contexto hierárquico do poder, como diria Scott, às avessas, uma vez que nos capítulos anteriores dediquei a história dos órfãos de Pau de Colher, “fora do palco”, ou seja, distante do contexto hierárquico do poder. Assim, os atores da história oficial buscaram refúgio por trás de uma máscara para escrever a história que lhe fosse conveniente no momento. Através das afirmações, dos eufemismos, da unanimidade e do rumor, os escritores da história oficial vão

se reafirmando e violando o cotidiano do movimento. Por trás da história oficial, ou seja, “fora do palco”, apresentei o universo simbólico do “adjunto” de Pau de Colher, momento ocultado pela história oficial, mas que acompanhou a memória dos órfãos em sua trajetória os alimentando no sonho dos pais de viajarem, “numa nuvem para o sítio Caldeirão”, e nutrindo sua identidade para a viagem de volta. “Fora do Palco” o que não foi discutido ainda, inclusive, nesta tese, como discurso oculto.

6.1 Memória histórica nos termos de Maurice Halbwachs

Para Halbwachs a história é a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens começando somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe da memória social. A história, para o autor, que se coloca fora dos grupos e acima deles, não vacila em introduzir, na corrente dos fatos, divisões simples e cujo lugar está fixado de uma e por todas. Ele se preocupa com o caráter didático da esquematização histórica e o caráter generalizado de cada período reforçando ser um quadro visto de fora e contemplados por um espectador que não faz parte dos grupos que observa e cujos fatos se deixam assim agrupar em conjuntos sucessivos e separados cada período tendo um começo um meio e um fim.

Nesse sentido, a memória histórica, não pode considerar nenhum dos grupos reais e vivos que existiram, para quem, diz Halbwachs (1990, p. 85) “(...) todos os acontecimentos, todos os lugares e todos os períodos estão longe de apresentar a mesma importância, uma vez que não foram por eles afetados da mesma maneira”. Tudo dentro de um mesmo plano, tudo tem um mesmo valor e o mundo histórico “considerado como um oceano onde afluem todas as histórias parciais. Halbwachs afirma, que a história pode apresentar-se como a memória universal do gênero humano, mas, defende o autor, “não existe memória universal, pois toda memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo” (*ibid.* p. 86). As grandes divisões nas quais a memória histórica está alojada, correspondem a uma visão exterior e simplificada da realidade, pois as sociedades compreendem grupos bem menores que ocupam apenas uma parte do espaço. Nos termos de Halbwachs, a memória histórica deixa perecer os intervalos onde, para essa memória, nada acontece, aparentemente, onde a vida se limita a repetir-se, sob formas um pouco diferentes, sem alteração, sem rupturas, nem revoluções, ao contrário do grupo que vive originalmente e, sobretudo, para si mesmo visando perpetuar os sentimentos e as imagens que formam a substância de seu pensamento.

Corroborando Nora (1993, p. 9) quando afirma “a memória é sempre suspeita pela história, cuja verdadeira função é destruí-la e a repelir”.

Halbwachs afirma que, aqueles que escrevem a história e que registram, sobretudo, as mudanças, as diferenças, entendem que para passar de um para outro, é preciso que se desenvolva uma série de transformações das quais a história não percebe senão a somatória ou o resultado final. Do ponto de vista da história, para o autor, é o exame dos grupos de fora abrangendo uma duração bastante longa. O grupo visto de dentro é esmagado pela memória histórica. É colocado nos subterrâneos da história.

Do ponto de vista da memória histórica, da memória oficial, o fim da história dos remanescentes e a trajetória dos órfãos de Pau de Colher, é o que reflito, foi determinada, finalizado, em 1938 quando os comandantes das operações militares, Optato Gueiros (Pernambuco), Benedito Alves da Luz (Piauí) e Maurino Cezimbra Tavares (Bahia) declaram, em seus relatórios, “extinto o reduto de Pau de Colher, à comunidade local e nacional. No texto do livro **Messianismo no Brasil e no Mundo**, Queiroz (1976, p. 294), por sua vez afirma “De que lhes aconteceu em seguida, não temos notícia”, já dissemos, por várias vezes, em momentos anteriores desta tese.¹⁴⁵

A memória oficial do movimento de Pau de Colher, dessa forma, confirma a violação dos intervalos (HALBWACHS, 1990): dos resíduos (MAFFESOLI, 1988); dos atalhos (MAUSS, 1979); das rasuras (TURNER, 1974); os excluídos da história: homens, operários, prisioneiros (PERROT, 1988). Sonegando essa memória, a memória histórica submete, as singularidades, às generalidades resumindo e esquematizando os acontecimentos e os fazendo escoar em um movimento contínuo e linear, argumenta Halbwachs. Ferreira (1996, p.14) adverte que a “desvalorização da análise do papel dos indivíduos, das conjunturas, dos aspectos culturais e políticos, também desqualifica o uso dos relatos pessoais, das histórias de vida e das biografias”.¹⁴⁶

A memória oficial de Pau de Colher, e da trajetória dos órfãos, foi enquadrada do ponto de vista das datas, dos nomes, dos heróis que, “com firmeza extinguiu o reduto dos fanáticos”, colocando a vida de plurais atores na superfície de corpos sociais, elas que

¹⁴⁵ Machado (2004, p. 26) faz severas críticas às análises de Maria Isaura Pereira de Queiroz sobre o conceito de Messianismo como “pouco útil para o estudo deste movimento social”.

¹⁴⁶ Marco Antonio Vila, por seu turno, chama atenção para o argumento de autoridade substituindo a pesquisa referindo-se ao livro *Os sertões* de Euclides da Cunha cuja visão oficial do movimento se transforma em uma barreira para o conhecimento histórico da comunidade criada por Antonio Conselheiro.

experimentaram os abalos e as repercussões¹⁴⁷. A memória coletiva de Pau de Colher foi transformada em datas, listas de nomes, em textos de telegramas, boletins do Batalhão de Caçadores, de peças processuais da comarca de Casa Nova, da ficha de admissão da entrada dos órfãos no Instituto de Preservação e Reforma, em Salvador, em uma lista de mais de cem pessoas indiciadas pela justiça da Bahia, desempenhando um papel secundário e, de forma geral, quase inexistindo pela força da memória histórica. Halbwachs diz que a memória histórica escreve uma concepção estreita e que não corresponde à realidade.

Ao pesquisar sobre Pau de Colher, e sobre a trajetória dos órfãos de Pau de Colher, a partir da história oral, me deparei com os detalhes, as rasuras, os intervalos, os atalhos, com a memória coletiva dos acontecimentos, é importante reafirmar. A história oficial ao passar por cima dos detalhes, das dobras e nuances, vai cortando as vozes daqueles que viveram nos subterrâneos do evento e reduzindo-as a uma série de noções muito abstratas. Foi possível sair da letra fria e desapaixonada elegendo esse caminho como um caminho possível para uma “operação histórica”, enriquecendo a história de Pau de Colher com a subversão da história tradicional (LE GOFF, 1995). A via para penetrar numa história dos Severinos e da Severinas de Pau de Colher (MELLO NETO, 2000; CIAMPA, 2001).

Muitos detalhes dispersos foram possíveis erguer, por trás da história oficial. Assim, pude ver o negado pela memória oficial. Ao percorrer os lugares Simbólicos da “empanada” através das informações dos remanescentes de Pau de Colher, considerados, pela memória histórica e pelo discurso público Oficial, de desordem, a ignorância, o fanatismo, a loucura, gente bandoleira, desocupada, analfabeta, ignorante, na história vista de cima.

A memória histórica desconsiderou detalhes significativos para aqueles envolvidos com a morte de seus pais. Os elementos do universo simbólico, dinamizados no “adjunto de Pau de Colher”, foram, no entanto, levados, pelos órfãos, em sua trajetória quando, nos esconderijos dos atos oficiais, da escola em Salvador, evocavam diariamente aqueles elementos por eles vivenciados, diretamente, na “empanada” de Pau de Colher, em janeiro de 1938. Antes da *liminaridade*, e construção da *communitas* dos órfãos de Pau de Colher, no Instituto de Preservação e Reforma, os quadros sociais, por eles vividos, o discurso oculto, os elementos da “margem”, compartilhados com os pais em Pau de Colher, significaram lições da tradição.

¹⁴⁷ Essa afirmação e a expressão “extinto o reduto de Pau de Colher” contam nos Boletins do Batalhão de Caçadores dos três Estados envolvidos, nos Diário Oficial do Estado do Piauí e no relatório do Capitão Optato Gueiros, comandante das operações da Brigada Militar de Pernambuco.

6.2 Discursos, Público e Oculto, nos termos de James Scott

No esforço de entender as relações de classe, em um povo malaio, James Scott percebe que os “pobres hablabam de uma manera em presencia de los ricos y de outra cuando hallaban entre personas de su misma condición. Asimismo los ricos no se dirigían a los pobres de la misma manera que se comunicaban entre si” (1990, p. 17). Scott tem o propósito, então, de desenvolver a idéia de como se pode ensinar sobre o poder, a hegemonia, a resistência e a subordinação.

Assim, em seus estudos aparece a divergência entre o discurso público e o discurso oculto sendo seu objetivo explorar questões relacionadas à dignidade e autonomia. Afirma que cada grupo subordinado produz, a partir de seu sofrimento, um discurso oculto que representa uma crítica ao poder. O poderoso, diz Scott, por seu lado, também elabora um discurso oculto onde se articulam as práticas e as exigências de seu poder que não se pode expressar abertamente. Mas que, em geral, o discurso oculto termina manifestando-se abertamente mesmo que disfarçado.

Para Scott “se los débiles, em precencia del poder, tienen razones obvias y convincentes para buscar refugio detrás de una máscara, los poderosos tienen sus propias razones, igualmente convincentes, de adoptar una máscara ante los subordinados” (*ibid.* p. 34). Dessa forma, pensa o autor existir, para os poderosos em geral, uma discrepância entre o discurso público que se usa, no aberto exercício do poder, e o discurso oculto, que se expressa sem risco. O esforço de Scott foi o de entender os espaços de resistência utilizados pelos camponeses diante do dominador quando se rebelava não diretamente. A partir desse estudo, Scott vai fazer aparecer os lugares cotidianos e formas cotidianas dos discursos públicos do poder. Ele afirma que é o autorretrato das elites dominantes onde aparecem como querem ver-se a si mesma. O discurso oculto, para Scott, por definição, representa linguagem, gestos, atos cuja prática cria esse discurso oculto que é um instrumento para o exercício do poder.

Scott quer identificar a elaboração política que representa o discurso público no qual a dominação se reafirma cujas principais formas são as afirmações, a estigmatização, os eufemismos e a unanimidade (SCOTT, 1990, 2002; MENEZES 2002; GUERRA, 2002). Estes são o tipo de dramaturgia da dominação. Apesar de Scott analisar os rumores do ponto de vista do dominado vamos trabalhar, também, com essa noção, juntamente com as demais, para demonstrar como os grupos ligados ao Estado se utilizaram dos rumores para organizar junto ao poder político de Casa Nova e Estados envolvidos uma reação contra o “adjunto” de Pau de Colher.

Com a noção de memória histórica de Halbwachs e a idéia de discurso Público e Oculto de Scott, demonstro como a memória oficial do Movimento de Pau de Colher e a trajetória dos órfãos foi gestada.

6.3 Rumores

Qual o motivo da organização do Destacamento do Vale do São Francisco? Começo essa seção com a reportagem publicada no Jornal **O Pharol**, que circulou, na cidade de Petrolina, fundado em 1915, e permaneceu por setenta e três anos com suas matérias, até 1980. Seu dono era João Ferreira Gomes pertencente a uma família muito influente à época¹⁴⁸. A notícia já circulava em 16 de janeiro de 1936 com manchete publicada sobre o título “Beatos e Profetas”. Ao tentar caracterizar a matéria nomeando-a de “Beatos e Profetas”, o repórter Cid Carvalho justifica o título da matéria dizendo:

É uma praga nefasta que precisa ser extinta, por quem de direito, para salvaguardar dos nossos foros a cultura e a civilização. Que é uma leva de indivíduos preguiçosos e ignorantes aproveitando a timidez de nossos sertanejos.

Tocam a editar orações e versos mal inspirados e mal escritos em que revelam, a par da incultura, a baixeza do seu espírito tacanho em que impera tão só indescritível malícia.

Que já é tempo de se livrar os sertanejos dessa praga que tantos e tão graves prejuízos causam a moral pública e religiosa e que em contraposição a esse estado de cousas (*sic*) urge uma acção (*sic*) coercitiva das autoridades civis e eclesiásticas secundadas por uma campanha de alfabetização.

Que nesse particular deve ser dividida com a imprensa, como vanguardeira, que deve ser, na campanha de instrução das massas e com todos aqueles que têm a noção perfeita dos seus deveres perante a sociedade, a família e a pátria.

Início a seção com essa matéria do Jornal **O Pharol**, embora tenha inúmeras em nosso diário de campo, pois penso que contém uma idéia fundamental da discussão que estou colocando neste capítulo, de forma geral, sobre os esconderijos da história oficial, história por entre as dobras. De forma particular, nesse momento em que escrevo, penso como outro aspecto fundamental, que leva para inferências nos jornais, boletins e vozes da época os

¹⁴⁸ Senhor João Ferreira Gomes, dono do Jornal **O Pharol** deixou alguns exemplares do seu jornal como doação ao Museu do Sertão, também situado em Petrolina. Foi graças a esse pequeno acervo que pudemos encontrar as matérias de Cid Carvalho que era seu diretor redator, e jornalista de então.

elementos que motivaram uma ação tão brusca com relação às rupturas que o Estado promoveu ao ir em direção a debelar o acampamento dos religiosos.

Claro que me beneficiei aqui, também, e não poderia deixar de ser, do entendimento de que há forças de poder por trás dos discursos e que esse mundo traz invasões, conflitos, armadilhas (SANTOS, 2003), assim como a imprensa, inclusive com as imagens dos “fanáticos” publicados nos jornais, funcionou não somente como meios dos quais os acontecimentos seriam relativamente independentes, “mas como a própria condição de sua existência. A memória histórica adverte Barbosa (2004, p. 128), “vinculada às imagens e aos enuneitados verbais que formam os cadernos especiais, auxilia a compreender o modo como a sociedade migra para os textos da mídia sendo reciclada e reutilizada como referência de informação”. A produção do discurso oficial, (a campanha que se instalou em toda a região reforçada pela formação do Destacamento do Vale do São Francisco, órgão oficial), procurou solidificar a identidade do movimento de Pau de Colher e seus participantes por meio da memória de pavor sobre os acontecimentos. Além dessa análise, e transposição para o caso do movimento de Pau de Colher que a divulgação das notícias sobre “Beatos e Profetas”, e tantas outras produzidas pelos jornais de maior circulação à época, através desse meio de comunicação de massa, pautou-se no emprego de procedimentos como “o sensacionalismo, o acontecimento que é, antes de tudo, produto de uma montagem e de escolhas orientadas de imagens que lhe garantem o efeito de “acontecência”, isto é, a impressão do vivido mais perto” (*ibid.* p. 118).

Há idéia de homogeneidade dos sujeitos, de generalizações, dos textos relativos aos eventos de Pau de Colher, de que os acontecimentos tiveram uma linearidade, um equilíbrio, na perspectiva de sua formalidade, de que movimentos dessa natureza devem ser combatidos por se tratarem de condições para a “desordem pública”.

Qual era a ordem do discurso contida nos textos veiculados pelos jornais, pelos documentos oficiais, pela mídia à época? Foucault (1999, p. 8) instrui:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seus acontecimentos aleatórios, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Para Foucault, segundo Silva (2004) a sociedade dispõe de meios para controlar a produção dos discursos sendo a função deles maquinar seus poderes e perigos. Dentro desse

raciocínio, o Governo Federal, os Estados envolvidos (Pernambuco, Piauí e Bahia) e a Prefeitura de Casa Nova, instalaram uma política de silenciamento do discurso público abafando as vozes, retirando as crianças do lugar, prendendo os acusados pelos crimes em Pau de Colher, afastando-os do lugar dos acontecimentos. Nem tudo pode ser dito e o que ameaça a ordem deve ser proibido, continu o autor.

A partir desse discursos as crianças são retiradas da região e vão passar por um processo de “civilização”. Os pais são silenciados com a morte e aqueles que conseguem escapar, sendo presos em seguida, retirados para a Vila Militar em Salvador. São excluídas de sua região considerada como lugar não possível para sua educação. O autor vai discutir o processo de exclusão, como o mais familiar, a interdição, afirmando que uma sociedade determina o silêncio pelas censuras entre o normal e o patológico, a razão e a desrazão, o certo e o errado (GREGOLIN, 2006, p. 97). Também aponta o ritual das circunstâncias do discurso em toda a sociedade e, logo, sua relação com o saber e o poder. Vai falar, ainda, em separação e rejeição.

Pude observar uma rede de tempos e lugares que implicaram em diferentes lógicas produzidas e vividas por quem as confeccionou e, nesse sentido, a superação daquela lógica causal, fragmentada, isolada, datista, factual, compartimentada, de acordo com a qual esses movimentos são colocados e essas notícias são organizadas por quem as produz. Fatos e notícias que eram divulgados, que orientavam uma ação, memória do passado sobre Canudos, sobre Caldeirão de José Lourenço, sobre Pedra Bonita, sobre Taubaté, que exigiam “uma intervenção imediata e enérgica do governo que os atacou no ponto de reunião dispersando-os”¹⁴⁹. Resgatavam, através dessa recuperação da memória, movimentos que tiveram, no cenário nacional, ampla divulgação e combate, alicerçando a sociedade acatarem a posição do destacamento formado para tal operação.

Fundamental, na mesma direção, busquei entender os efeitos desses discursos junto à população pela possibilidade de motivar a construção de um discurso paralelo, através dos rumores recheados da idéia de medo, pavor, insegurança pelo avanço dos “fanáticos”, confundidos com cangaceiros. A circulação das notícias produziu, em meio às populações das cidades próximas, uma grande inquietação e sentimento de insegurança na região onde habitavam e onde suas vidas corriam tranqüilamente. Qual era a ordem do discurso contida nos textos, veiculados pelos jornais, pelos documentos oficiais, pela mídia à época?

Sensibilizada com essas possibilidades, que a leitura do material de pesquisa me proporcionou, penetrei nas diversas notícias divulgadas. Nesse percurso de leitura, pensei,

¹⁴⁹ Imprensa Oficial da Bahia, 1954, p.28.

também, nas falas dos habitantes da região produzindo essa mensagem de “loucura coletiva”. Esse estranhamento, que estimulou a idéia dos poderes locais, apoiada pelos aplausos da sociedade, qual seja aquele de cumprir o dever do Estado frente a essas situações, como fez com Canudos, na Bahia, e depois com o Caldeirão, no Ceará. Agora, era a vez de Pau de Colher.

O que estou pensando, e colocando até aqui, aponta uma reflexão a partir da qual é possível vislumbrar como a dinâmica cotidiana da divulgação pública, sobre o que estava acontecendo em Casa Nova, especificamente no sítio Pau de Colher, produziu uma ampliação dos fatos e provocou a formação rápida de um destacamento. Revela, na mesma direção, uma dramática desigualdade entre o que oficialmente é divulgado e o que estava acontecendo no acampamento dos seguidores dos beatos, pois “eles só estavam rezando” como respondeu Antonio Honorato, prefeito de Cana Nova, à época, ao ser cobrado de seu governo por uma ação pronta e imediata. Defendo que a idéia do discurso, que estava implícito, funcionou como um vento que chegou aos quatro cantos de três Estados e do Governo Federal, desencadeando rumores naquele janeiro de 1938. Isso me ajudou a entender esses momentos singulares de intensidade de conquistar a opinião pública. Vê-se presente nessas comunicações uma cólera oficial encoberta por ares de proteção à dignidade da gente do sertão buscando saída de forma a encontrar razões óbvias e convincentes para fazer a população entender a proteção da qual precisavam. Ou seja, à base da cólera, da indignação, do medo, implícita nas matérias dos jornais para a comunidade alvo de suas preocupações, “cutucavam e, ao mesmo tempo, apaziguavam” (CAILLÉ, 2002, p. 102), por trás de uma máscara no sentido que Strauss (1999) trata de “defensores da ordem pública”. Essa máscara de proteção que permite ao poder arregimentar seus pares.

A partir desse entendimento fui me valendo, e é o que estou fazendo aqui, do que também James Scott (1990) denomina de discurso oculto, como elucidador de tensões, provocador resistências, que vem carregado de um disfarce. A questão teórica levantada aqui está relacionada a um aspecto que freqüentemente não é colocado nas discussões sobre o estudo de documentos oficiais divulgados pelos meios de comunicação, em meio ao palco dos acontecimentos, a saber, as tensões permanentes implícitas provocadas pelas mensagens. Por isso essa seção vem argumentando que, para compreender a dinâmica e a ação desenvolvida pelos policiais militares, endereçados a Pau de Colher, o imaginário de enfrentamentos anteriores, a exemplo de Canudos e Caldeirão, vem aumentar em proporções os fatos. Justo na mesma direção, a indiscriminada repressão policial, em 19 de novembro de 1937, instalada na cidade de Salvador, aliada a “1694 exemplares e romances de Jorge Amado que foram

retirados de circulação e das bibliotecas e livrarias e queimados no pátio da Escola de Aprendizes de Marinheiro”. No mesmo momento, livros de Raquel de Queiroz, José Lins do Rego e Graciliano Ramos e Gilberto Freire foram proibidos e saíram das salas de leitura das bibliotecas públicas.¹⁵⁰

Cabe fazer uma análise desses documentos do ponto de vista das tensões por eles provocadas, das contradições e das possibilidades, considerando aqui o grupo subordinado, comandados pelo capitão e os próprios comandantes diretos das operações em Pau de Colher, enquanto comandados pelo comando do destacamento maior. Meu interesse é refletir do ponto de vista de como pude melhorar minha leitura, interpretação e compreensão da conduta dos grupos que não estão na liderança de ponta, mas são líderes, subordinam e são subordinados, no sentido de ir buscar, a partir das práticas de desabafo, fora do cenário do discurso oficial. Aceito que cada grupo produz a partir de seu sofrimento um discurso oculto que representa uma crítica do poder (SCOTT, 1990). Nessa direção, utilizei a discussão que James Scott faz de que o discurso oculto me ajuda a entender esses momentos de intensidade política em que o mesmo se expressa pública e explicitamente na cara do poder. Dada a relevância de várias formas de discurso oculto, observadas durante o período da pesquisa de campo, e nos variados lugares onde elas se fizeram presentes, entendi que são momentos estratégicos, nos quais, explode o rancor, a raiva, a cólera, o desprezo, a frustração através de um cenário velado, mas que está se organizando para, num determinado momento, colocar-se como oficial.

Esses discursos ocultos colocados com prudência, cheio de disfarce, têm o poder de dinamizar e mudar a cena. Em vários documentos, também em várias narrativas dos remanescentes observei essa arte de respeito disfarçado em relação ao Estado. Meu interesse com essa discussão, repito, dirigiu-se para os rumores como uma das múltiplas estratégias de resistência disfarçada, no discurso público, como me ensina Scott (1990). Os rumores aconteceram em torno do “espectro” que foi, sobretudo, Canudos, ainda no imaginário da República, como opinou Optato Gueiros, “sob a repetição de Antonio Conselheiro”, na reportagem concedida a Azevedo Marques, enviado especial dos **Diários Associados** à zona de operações, em 30 de janeiro de 1938, como podemos ler:

O Capitão Optato Gueiros, herói da luta relata, detalhadamente, o curso das operações e opina com sua autoridade sob a repetição de Antonio Conselheiro (...) e em Casa Nova substituíram as

¹⁵⁰ Ver mais sobre esse assunto em **História do Brasil** de Luiz Henrique Tavares, 10ª. Ed. Editora da EDUFBA, Edição UNESP.

reminiscências das proezas de Lampião (...). Em Bomfim e em Juazeiro não se trata de outro assunto e, desde a Bahia, em todo o percurso de trem, só se fala das proezas dos fanáticos de Pau de Colher.

Dava-se início, assim, a um espaço político público de aumentar os rumos dos acontecimentos, de desenhar um cenário de horror. Não só pelos jornais e boletins oficiais dos batalhões, mas de boca em boca, de olhar em olhar, de gesto em gesto, no sentido de organizar essa voz que parece trabalhar em razão de obter resultados imediatos e satisfatórios. Estou aqui colocando essa construção, também, na fala dos remanescentes e pessoas que não participaram diretamente, mas que se organizaram ao lado do poder para obter o desfecho final que seria o malogro do sonho da “terra prometida” dos seguidores de José Senhorinho. Ao incorporar um discurso de “benfeitor” e de prestígio, junto ao poder de Casa Nova, Seu Abel Moreira de Siqueira nos diz que seu pai foi até Casa Nova, “nem tirou a cela do cavalo”, falar com o coronel Antonio Honorato para quem se dirigiu dizendo:

Coronel! Eu cansei de dizer ao senhor que para dá as providências de Pau de Colher! Ta acontecendo e isso, e isso, e isso, e eu quero já aprovencimento. (...) Coronel, me desculpe eu dizer, se tiverem medo de Pau de Colher me dê ordem e armamento que eu garanto de vencer o Pau de Colher.

Seria um espaço de conflito e disputa que estaria se organizando fora dos bastidores e através de um diálogo carregado da defesa da justiça e da dignidade. Scott diz que os rumores surgem quando ocorrem acontecimentos de vital importância para os interesses oficiais ou populares. Nesse caso os rumores aconteceram para que se mantivesse um ódio bem aguçado e se repetisse, aquecidamente, tudo o que se escutava. Foi o que aconteceu a partir das notas dos jornais e da divulgação que um grupo de “fanáticos” estava se organizando e trazendo perigo para a comunidade local. Nos diferentes lugares da cidade de Casa Nova, de Petrolina e de Juazeiro, assim como em outras cidades do Piauí, como no caso de São João do Piauí, a transmissão oral do rumor, a partir da divulgação oficial do “perigo iminente”, fez-se durante dias. O clima de revolta, de ira, de raiva, de não aceitação, de medo se fez presente e impulsionou a força dos mesmos. O aspecto significativo para se analisar, também, é que de boca em boca, de cochicho em cochicho, o rumor se modificava e ganhava cores pesadas de repúdio. A imaginação aqueceu os rumores no sentido de que o fato ia se transformando a

cada ouvido e sustentando e aumentando com cores fortes “o perigo”. Na realidade, a rapidez como se propagaram as notícias deixou todo mundo em alerta, inclusive, a Brigada Militar de Pernambuco, a ponto de deslocar o Capitão Optato Gueiros, que estava a serviço em Petrolina, redirecionado para outra tarefa.

A emoção tomava conta de todos. A cada ouvido o rumor ia se confundindo com a emoção, os sentimentos, a subjetividade de cada ouvinte e se alimentando do sentimento de cada um. Aumentou proporcionalmente a essa subjetividade. Os temores iam se confirmando e, ao mesmo tempo, oferecendo um espaço bastante significativo no que diz respeito à formação de um destacamento, posto que aquecido pelo pavor e ansiedade. O rumor que se organizou, de boca em boca, de ouvido a ouvido, teve um caráter revolucionário no sentido de reverter a situação 360 graus. A vontade de se livrar daquele “mal” somou forças para superar a carga do dilema que o inesperado provoca. As ordens de comando dos líderes entoavam disfarçadas do dever de “manter a ordem pública”, de “coordenar”, de “zelar pelos interesses da comunidade”. A postura do corpo, a imposição da voz antes do início dos trabalhos, o ar de verdade que intencionavam passar na fala e que antecipava o início das atividades todas as manhãs. Encontrei, aqui, também, outras formas de disfarce, o eufemismo que vai amaciando do mesmo modo, veiculado pelo discurso oficial que também se disfarça diante do público que dirige.

O que quis defender, portanto, é que ao lado dos rumores apareceram outras formas disfarçadas de resistência tanto do lado dos líderes quanto dos liderados. Digo, até, que a informalidade é o lugar de formalidade dessa resistência. Que essa resistência, para além de ser isolada ou mesmo sem fazer parte do panteão das lutas consideradas mais avançadas da ação política, transforma-se em modos efetivos de protesto, como o caso aqui estudado. Essa rede informal de ação política, presente na vida cotidiana das operações militares, que foram múltiplas, vinculou, uniu, criou um laço de solidariedade, estabeleceu alianças e rupturas entre os diferentes atores desse processo.

Evidentemente, não trouxe todas as notícias e narrativas registradas, mas resalto aquelas que, aos nossos olhos, estavam mais cotejadas desses rumores e eufemismos. Iniciei por uma pergunta: o que estava por trás dos relatos dos jornais e boletins dos comandos? Vamos ousar. Primeiro, atingir a população leitora como um todo. O outro, o segundo, atingir internamente o profissional militar, esse homem militar do qual tratamos anteriormente. O relato dos jornais atraiu o leitor, capturou, sensibilizou, trouxe o leitor para a matéria. É um jogo de conhecimento e exploração sobre o que é a realidade e sobre o que escapa à realidade. O fantástico, o inusitado surpreendeu a população. O jornal começou com o espetacular. A

espetacularização, o escancaramento sobre aquelas pessoas que estavam rezando em um lugar que poderia se transformar numa “nova Canudos”. É a exploração das imagens do passado, de quarenta e cinco anos antes.

As notícias sobre Pau de Colher saíam da rotina da leitura. Era algo extraordinário em relação às notícias que normalmente e diariamente apareciam no jornal. Era o incomum quebrando o dia a dia. Trabalhando com o mundo formal, mundo racional, o jornal começa a provocar espanto, divulgar o medo, despertar a curiosidade. Era a função de atrair, relatando a tragédia humana que estava acontecendo no sertão, levando o leitor a uma tensão, a uma angústia. Dessa maneira, provocava no leitor a fuga do real, libertando-o do cotidiano e procurando concentrar sua leitura na primeira página, que era o espaço de divulgação do espetáculo que eles queriam provocar. Com esse outro relato, trazia sua notícia, que chegava através das populações próximas e à colher informações “através de terceiros sob o estado de insegurança dos povoados mais próximos do reduto de Pau de Colher”. Não resta dúvida que não se sabia ao certo o que estava acontecendo em Pau de Colher. Maurino Cezimbra Tavares, comandante das operações do lado baiano, diz que “era preciso colher informações sobre a quantidade de homens, mulheres, crianças que integravam o grupo e de armas que possuíam”.

E, nesse sentido, poço dizer que seria uma traição do real, como versão. A divulgação levou o leitor ao campo do imaginário. Imaginar o que estaria acontecendo. Quem eram esses “fanáticos”? Por que eram chamados de caceteiros? O que estavam fazendo lá? Que perigo trazia para a área urbana? Era um jogo da linguagem e da palavra. Palavra cantada, escrita, desenhada, impressa, imagens dos “fanáticos” nos jornais que inspiram palavras, um verdadeiro “potlachts” de palavras e mensagens (CAILLÉ, 2002, p. 101) e nas mais variadas formas.

Vamos a alguns exemplos dos rumores, sobre os seguidores de Senhorinho, nas manchetes. “Ainda os fanáticos de Pau de Colher” (**O Pharol**, Petrolina). “Fanatismo dissolvente e destruidor” (**O Pharol**, Petrolina). “De novo em ação os fanáticos do beato Lourenço” (**O Pharol**, Petrolina). “Horda de jagunços invadem o Estado” (**Estado da Bahia**, Salvador). “Fanáticos cearenses levam o terror ao arraial de Pau de Colher” (**Estado da Bahia**, Salvador). “Fanáticos no interior de Alagoas” (**A Tarde**, Salvador). “Mais um beato que surge no Nordeste” (**O Imparcial**, Recife). “Beatos de Lourenço e seus fanáticos preparam-se para resistir” (**Estado da Bahia**, Salvador). “Começam os atos de violência” (**Estado da Bahia**, Salvador). “As famílias procuram refúgio” (**Estado da Bahia**, Salvador). “Repressão aos fanáticos chefiados pelo beato José Lourenço” (**Diário da Tarde**, Salvador).

“Os fanáticos da margem do São Francisco tentam invadir o território pernambucano” (Pequeno, Recife). “Ante nova ameaça de desordem” (O Pharol, Petrolina). “Intervenção federal na Bahia e em Pernambuco” (O Pharol, Petrolina). “Mortos a cacete” (Diário da Tarde, Salvador). “A confraria do cão” (O Pharol, Petrolina).

Todas essas manchetes dos jornais estavam acompanhadas de uma matéria bastante aterradora sobre o local dos acontecimentos. Produziram rumores em meio à população que, apavorada, começa a se preparar para abandonar suas casas, como noticia o Capitão Perouse ter inúmeras famílias alarmadas. Elas abandonaram suas casas e seus sítios, penetrando nas caatingas, rumando para a cidade de Remanso e Casa Nova.¹⁵¹ Essas notícias eram uma forma de fazer a população ter medo e apoiar, a polícia, dando-lhe suporte para as operações. E assim aconteceu. Várias casas, pelos povoados próximos a Pau de Colher e por onde as tropas policiais passavam, iam cedendo lugar para o estacionamento da tropa. Essas notícias, alarmantes, produziram um discurso paralelo em toda a sociedade, cuja preocupação consistia em a polícia deter o movimento para que ele não se expandisse.

De boca em boca, as pessoas, fora daquele cenário oficial, encarregavam-se de transmitir as notícias, conversando, perguntando ao outro. Para a polícia, era a possibilidade de ser recebido como um servidor público que está ali para defender a honra das “boas famílias”. O que estava escondido por trás dessas notícias e o que elas produziram na emoção do povo?

Manchetes dos jornais de circulação na região produziam um efeito mágico sobre a sensibilidade das pessoas. James Scott (1990), fala em rumor, como uma técnica de controle, uma arte do disfarce, o que está por fora da cena oficial. Ele me ajuda a entender as formas como “os poderosos têm suas razões, igualmente convincentes, de adotar uma máscara ante os subordinados”. Com relação ao eufemismo colocado, também, por Scott como uma técnica do disfarce, podemos exemplificar com fragmentos dos textos dos mesmos jornais a seguir:

A responsabilidade que tem as autoridades deve ser dividida com a imprensa como vanguardeira, que deve ser na campanha de instrução das massas e com todos aqueles que têm uma noção perfeita dos seus deveres perante a sociedade, a família e a pátria. (O Pharol, março de 1938).

Ainda o Pharol divulga “Que não mais apareçam neste município grupos de tal natureza a fim de que não fique em perigo a tranqüilidade das famílias”.

¹⁵¹ João Perouse Pontes foi o capitão que comandou a companhia de fuzileiros do 19º. Batalhão de Caçadores da Polícia Militar da Bahia.

O Estado, através da instituição policial, como a salvadora da honra e da tranqüilidade das famílias sertanejas, como elemento que permitiria sanar o sofrimento num linguajar suave, de conforto, segurança, parceira, usa, assim, palavras de confiança. Quando os Jornais anunciam, que foi “dominado o reduto dos fanáticos” (Jornal **A Tarde-Salvador**), seria para impressionar as “vítimas potenciais”, o sertanejo, como uma forma de suavizar a ação da polícia. É o disfarce da ação violenta através da mensagem, indispensavelmente suavizada, para, mansamente, agir por outros meios em direção ao que foi realmente um insulto às famílias, qual seja, quando o Estado entra nas relações familiares para intervir, ao retirar mulheres, crianças e homens de suas moradas no sertão, transferindo-os para bem longe de seu lugar de pertencimento.

De fato, essa retirada, seguida da travessia dos órfãos para a vivência na *liminaridade*, promove uma ruptura nos vínculos familiares que ficaram em suspenso. Assim, como nos jornais, os efeitos produzidos nas populações, pelo sistema de comunicação durante o evento de Pau de Colher, foi, da mesma forma, visto por mim nos Boletins dos Batalhões de Caçadores. Ao lado das notícias internas, que provocava rumores junto aos soldados, relatavam, com eufemismo, as comunicações através dos telegramas e das ordens de marcha e louvores para o sítio Pau de Colher.

A maior parte da comunicação interna se referia às ações militares ao “reducto dos fanáticos que infestavam a região de Pau de Colher” com elogios “à boa compreensão das ordens recebidas” e “ao respeito aos lares muitos destes abandonados”. No **Diário Oficial** do Estado do Piauí, as manchetes se multiplicavam “para combater os cangaceiros de Petrolina”. De acordo com elas, “Os fanáticos se concentram em grande número após a prática de assassinatos, roubos e depredações nos lugares por onde passaram”. Dessa forma, e, essa “perturbação da ordem no Sul do Estado” vai ser combatida com os argumentos veiculados pelo mesmo **Diário Oficial**, o qual traz com elogios à presteza das tropas no bom desempenho dos serviços ao Estado e às populações atingidas pelo “mal nefasto”¹⁵².

Corroborando para os mesmos propósitos, as narrativas de moradores da região que não aderiram ao movimento passam de boca em boca noticiando os acontecimentos, espalhando, de povoado a povoado, os fatos como me foi narrado por vários remanescentes. Chamou-me atenção a narrativa de Maria do Nascimento da Silva Carvalho, cujo pai “era um homem que estudava muito” e tão logo tomou conhecimento de que o movimento “não era uma coisa boa”, começou a dar notícias em Casa Nova. Segundo a entrevista, seu pai havia

¹⁵² As notícias aqui relatadas constam do **Diário Oficial** do Estado do Piauí, Ano VIII- 49º. Da República, dos dias 17 a 25 de janeiro de 1938. Diretor – Arthur Passos.

conversado com as “pessoas de posição por que ele tinha influência”. O pai de Maria Nascimento “vinha dar notícias a esse pessoal”. O que chegava a Casa Nova, pela maioria dos relatos é que as pessoas “já estavam matando”. Percebi que as notícias, por parte dos que não aceitavam “aquele balaio”, voavam como folhas ao sabor de um vento forte sendo um facilitador do crescimento dos rumores sobre o sítio Pau de Colher e, conseqüentemente, da imaginação do que estaria acontecendo no “circo deles”. No mesmo sentido, Alvina Pereira, mais enfática em sua narrativa nos diz:

O povo chegava e dizia a seu Tonho (seu Tonho é Antonio Honorato chefe de Casa Nova) povo já ta matando lá e seu tava demais lá. Seu Tonho dizia que não que eles só estavam rezando lá. Mas aí outros dia eles continuaram dizendo a seu Tonho que o povo não tava lá só rezando e aí foi e seu Tonho manda o cabo Vieira e dois soldados. O povo ficaro tudo com medo do que tavam dizendo. Eu não sei por que eu não tava lá no circo deles não.

As notícias através dos jornais, boletins oficiais e narrativas dos remanescentes associam-se ao contexto histórico, no caso do Estado, e à história pessoal dos entrevistados, como vimos nos fragmentos de Maria do Nascimento, cujo pai mantinha relações com o poder local. Misturam-se contextos e vivências cujas ações, em meio à sociedade, transcorrem com a intenção de estarem defendendo o bem comum, por assim dizer, a “timidez dos nossos sertanejos” e “sacrificando a tradição moral dos nossos sertanejos”.¹⁵³ Seria, nesse sentido, o uso da violência por parte do Estado em função do bem comum. Do policiamento ordinário à prisão dos indiciados no caso de Pau de Colher, vi nos documentos e narrativas uma sequência de discursos ocultos durante os acontecimentos. Esses discursos foram movimentando as ações.

É interessante mapear o movimento dessas ações, as prisões realizadas, os mortos, fazer um levantamento das cicatrizes, o que exige um esforço detalhado, as feridas inscritas nos corpos dos sobreviventes, o silêncio do interrogatório como o que se pode ver nas peças do processo dos indiciados para tentar ver, ouvir, sentir o que não foi dito em meio às palavras expressas ou o que estava implícito. E estou colocando essa perspectiva não só no sentido dos que não foram deslocados, os sujeitos participantes do “adjunto” de Pau de Colher, mas o compartilhamento desses sofrimentos, das marcas, das feridas, também, relacionadas às conseqüências em todos aqueles que se envolveram no evento. Não um ator de costa para o

¹⁵³ Notícia divulgada no Jornal o *Pharol*, em 10 de janeiro de 1936, cuja matéria é assinada por Cid Carvalho.

outro, como partes antagônicas, mas ao lado um do outro, como partes constitutivas de um mesmo processo. Não estou elegendo, aqui, este ou aquele telegrama, este ou aquele boletim de operações, esta ou aquela narrativa de remanescentes, mas trazendo sons daqueles como: “eu sei dizer por que vivi lá”.

Com o mesmo interesse, também trazer a fala daquele que, com suas dificuldades, tentou contar com palavras, com gestos, com risos, com choro ou mesmo com silêncio como foi o caso de seu Teodoro, quando perguntamos: o que significa Pau de Colher em sua vida? Como sentiu as notícias que chegavam a seu povoado sob Pau de Colher? Que atitude tomou em relação à aproximação dos seguidores de José Senhorinho e ao grupamento da polícia do Piauí organizada por seu Janjão? Um fato que me marcou em especial foi durante o meu encontro com um dos remanescentes ao qual perguntamos: “Seu Teodoro, o senhor pode dizer o que foi Pau de Colher em sua vida”? Ele baixou a cabeça. Ficou em silêncio. Não olhou mais para ninguém. O silêncio se fez presente, ali, em frente a sua casa, no povoado de Cacimbas, PI. Ele, seu neto, seu Zominho e eu, sentados em um círculo de bancos, colocados um a um ao chegarmos, em frente àquela casa simples de barro batido, com uma janela ao lado e uma porta no centro da parede da frente. Seu Teodoro com os braços descansados sobre as pernas e as mãos cujos dedos se entrelaçavam. O som dos pássaros ao redor soava como uma música de fundo acompanhando as palavras não ditas, mas contidas por seu Teodoro.

Seu Teodoro foi um daqueles cuja vida cruzou-se com a vida de policiais. Vai preso em seguida. Retorna para seu povoado e é como se quisesse, de forma impossível, apagar aquela história, pois logo, ali, bem adiante, ele se vê em meio à Polícia Militar do Piauí, com seu Janjão, e todo o cenário diante de seus olhos. Ele se vê entre homem militar, pois se mistura com os soldados, e homem sertanejo.¹⁵⁴ Finalizo essa seção com um convite às emoções do indiciamento dos homens lavradores de Pau de Colher, considerados analfabetos, de ler e escrever, pelo pretor do Termo de Casa Nova, em julho de 1938, após a prisão os remanescentes, foram denunciados como segue abaixo:

O Adjunto da Pretoria Pública deste termo, no uso de suas atribuições, vem denunciar a V.Exa. os indivíduos José Camilo Costa, brasileiro, lavrador....., Pedro Camilo da Costa, lavrador..., José Alfredo da Silva, lavrador..., (...) que se encontram presos, preventivamente na

¹⁵⁴ Seu Zominho e seu Teodoro foram entrevistados no povoado de Cacimbas e Olho D'Água, PI, respectivamente, no dia 17 de novembro de 2001. Seu Janjão era dono, na ocasião, do sítio Olho D'Água que foi queimado pelos caceteiros.

cadeia desta cidade, para assistirem o sumário de culpa na referida ação criminal sob pena de revelia”.

A lista completa com mais de cem indiciados encontra-se nas peças processuais encontradas no arquivo do Fórum da Comarca de Casa Nova. Pela primeira vez, homens lavradores saem dos seus povoados e têm seu primeiro contato com “homens da lei”. Imaginemos como foi esse encontro. Ao seu lado, policiais fazendo a escolta, delegado oficializando a prisão e juiz indiciando os “criminosos”. E lá, no meio dos nomes indiciados, está nosso narrador silencioso, a saber, Teodoro José Rodrigues. Por que teria seu Teodoro silenciado?

6.4 Afirmações

Os documentos oficiais sobre o movimento de Pau de Colher e o início oficial do deslocamento dos órfãos de Pau de Colher, para o lugar da *liminaridade*, estão recheados do que Scott denomina de gesto simbólico de dominação que serve para manifestar e reforçar a ordem hierárquica. (*ibid.*, p. 71). As afirmações são um elemento de manter o trabalho político da dominação representado pelo discurso público e faz parte do conjunto da dramaturgia da dominação, segundo o mesmo autor.

A prefeitura em Casa Nova, os chefes políticos da cidade, o Governo da Bahia, de Pernambuco e do Piauí, bem como os moradores da região, atrelados aos políticos locais, exibem sua autoridade com atos de afirmação discursiva através dos textos de louvores aos comandantes das operações policiais militares, dos discursos de homenagens, nos quartéis e exibições públicas comemorativas do “sucesso” alcançado por terem desfeito o “ajuntamento” dos religiosos.

O início das investidas, contra o “adjunto” de Pau de Colher, foi através dos policiais locais de Casa Nova, momento em que houve a morte de dois dos líderes da tropa condecorados tendo seus nomes bradados não só em Casa Nova, mas em Salvador como apresento abaixo:

Fica instituída, no Salão Nobre deste quartel, uma Galeria de Honra, onde estão colocados exclusivamente os retratos dos militares dessa corporação que tomaram n cumprimento do dever e tiveram praticado atos de heroísmo. Em consequência, o senhor Tenente Coronel Chefe da D.G.S. providencie o modo que os retratos dos 3º Sargento o Cabo Vieira da Silva e o Cabo João Batista dos Santos,

mortos em combate com os fanáticos no município de Casa Nova, no dia 10 de janeiro, sejam colocados na Galeria de Honra. No dia da inauguração oficial deste Quartel que será oportunamente marcado, dar-se-á também a da Galeria de Honra. O Sr. Tenente Coronel Chefe do D.P., designo um oficial para fazer o panegírico do Sargento Antonio Vieira e o Cabo João Batista dos Santos, nesse dia. (Boletim nº 22, de 28 de janeiro de 1938, página, nº 116).

Dias depois, quando da inauguração definitiva do Quartel dos Aflitos mais homenagens foram registradas. Como revela o documento abaixo:

Inauguração oficial do novo Quartel dos Aflitos para a Força Policial é motivo de íntima satisfação para o meu Governo. (...) tendes com o Quartel que hoje inaugurado, o conforto de que sois merecedores, por vários títulos, dos quais quero salientar, nesta solenidade, a proverbial bravura de que tendes dado sobejas provas, em todas as emergência em que os vossos serviços têm sido reclamados, em defesa da ordem e segurança pública pelas autoridades constituídas. Que a vossa dedicação e lealdade sejam cimentadas pela sólida disciplina que irradia deste soldado do nosso exército, experiente, culto, ponderado, enérgico e justiceiro, o meu digno auxiliar e amigo Major Tito Coelho Lamego, a quem em boa hora confiei o comando desta corporação. Garantir a ordem é garantir o trabalho e a circulação de riqueza. O Brasil reclama do patriotismo de seus filhos – ordem para viver em paz e progredir pelo trabalho honrado. Para nós militares está constituída a essência da nossa organização, cultivemos, pratiquemos e difundamos essa elevada virtude militar e assim teremos correspondido à confiança que sentimos em nós depositada. A inauguração do retrato do bravo Cabo Vieira da Silva é testemunho eloqüente do quanto nos merece por se expor em holocausto à ordem pública no cumprimento e uma missão militar, sacrificou sua própria vida deixando-nos o mais eficiente exemplo de bravura, abnegação, sacrifício e honra militar – apanágio das classes armadas. (Boletim nº 66, de 24 de março de 1938, do Comando do Batalhão de Caçadores da Polícia Militar da Bahia).

Cabo Vieira e o Cabo João Batista, antes mesmo de receberem publicamente louvores e passagem de patente, digo, no momento em que se preparavam para ir em direção a Pau de Colher, têm uma missa de corpo presente celebrada pelo Padre Diocleciano Pereira em público. Assim afirma Raimundo Pereira da Silva Pinto cujo pai, João da Silva Pinto e mãe Alvina da Silva Pinto foram contemporâneos dos acontecimentos:

Quando houve a morte de José da Barra os fazendeiros tinham medo de uma invasão a seus sítios e o Padre Diocleciano achava que o grupo de Pau de Colher vinha invadir Casa Nova e invadir a igreja. Meu pai era muito ligado à questão religiosa. Ele conta que o Cabo Vieira antes de sair em direção a Pau de Colher chegou até a igreja e disse ao Padre que ia a essa viagem. O Padre Diocleciano disse a Cabo Vieira que ele fosse e que fizesse tudo para acabar com aquele movimento e que garantia uma coisa: que os cabeças iam ser mortos. O Padre celebrou uma missa de corpo presente com o Cabo Vieira, o Soldado João Batista e todos os outros que seguiriam na missão. A missa foi de corpo presente para os cabeças. Toda a população de Casa Nova, parentes dos civis e militares que seguiriam no grupo assistiu a celebração. Muitos se emocionaram, disse meu pai, e assistiram a saída do grupo.

A exibição de autoridade, de força física e poder, daqueles que tinham o poder para organizar e oficializar a resistência a Pau de Colher, local, para Scott representam-se mais reveladoras das manifestações cotidianas de dominação e subordinação. Esse momento, em Casa Nova, revela não só o discurso do Padre Diocleciano sendo afirmado e confirmado pela população que o ouvia, mas a própria igreja, enquanto arquitetura pública oficial confirmava a afirmação do discurso de proteção a uma população contra os “bandoleiros que perturbavam a ordem pública, segundo afirmam os jornais da época.

A morte dos militares envolvidos sendo lembrada como um símbolo de consenso entre os oficiais:

A morte dos dois heróis. Ora festejados, confirma essa formação moral do Soldado. Lamentamos o fim que tiveram, mas exaltamos os seus feitos que lhes abriram as portas da glória onde começa uma vida que não tem fim. Do Tenente Antonio Vieira da Silva, promovido “post-mortem pelo digno Interventor Federal, Snr. Antonio Fernandes Dantas, que assim quis norteado pelo seu reconhecido espírito de justiça, honrar o herói e lhe beneficiar a família enlutada. A Polícia Militar da Bahia guardará o seu nome glorioso. O decreto de sua promoção que falo de sua “inexcedível” bravura e do seu grande exemplo de estoicismo no fiel cumprimento do dever militar, é documento que os nossos arquivos conservarão para o conhecimento dos pôsteres (*sic*).

As afirmações discursivas estão representadas por acontecimentos veiculados pelo poder para celebrar sua memória oficial. A exibição da repressão, da interdição, o poder dos soldados e do capitão, acompanhando os prisioneiros de Pau de Colher desde o “adjunto” até

a sede do município. Desde a ordem para combater os “fanáticos” religiosos, até sua exposição por cento e trinta quilômetros, à pé, passando por várias moradias e povoados, faz parte da exibição do poder militar da polícia e do Estado que tinha por finalidade amedrontar as populações locais sobre novos possíveis focos do movimento. Os gestos, a imagem dos militares, juntos com armas na mão e ostentando a farda do poder, as palavras pronunciadas pelos comandantes, dos três Estados, são forma de afirmação de autoridade.

Além das exibições públicas há, também, outras formas discursivas de exibição do poder como o envio de um soldado com um chapéu na mão com um bilhete para que os seguidores de José Senhorinho se rendessem. Essa cena foi assistida por todos do “adjunto” e por toda a tropa do Capitão Optato Geuiros, quando o silêncio tomou conta do lugar.

Várias manifestações pequenas durante a repressão policial militar ao “adjunto” de Pau de Colher e durante a trajetória dos órfãos como manifestações cotidianas de afirmações por parte do Estado de seu poder de intervir nas relações familiares. A humilhação pública para rebaixar os sujeitos camponeses no que diz respeito a sua condição para educar seus filhos. “Os soldados colocaram todas as crianças na Escola Luiz Viana passando com elas, a pé, pelas ruas de Casa Nova, até chegar à escola.” Confirma, assim, através da cerimônia, a afirmação de hierarquia entre os policiais militares. O comandante das operações em frente ao grupo, soldados no início e no final da fila dos prisioneiros.

As coroações, os louvores aos comandantes de operações militares, a obediência às regras da escola, quando os meninos eram expostos a castigos diante dos outros colegas por qualquer falta cometida.

O mercado de meninas na sede do município e o mercado que continuou em Salvador. Celebração de atos prévios de dominação nas quais os dominadores também são expectadores de sua própria exibição, diz Scott, cujos atos no, momento do acontecimento, são aprendizagem no que diz respeito a atuar com autoridade e segurança. O teatro coletivo, nos termos de Scott, se converte em parte de sua autodefinição faz com que os dominadores pensem que estão atuando para um público crítico que aguarda, ansiosamente, qualquer sinal de que os atores estão perdendo o controle de sua representação.

Eles chegaram aqui presos todos à pé, vestidos de preto, todos com um cinto, um rosário no pescoço e todos com um cacete que era característica deles, todos eles tinham aquele cacete com a cruz e chegaram cento e tantas pessoas presas acompanhados por soldados armados. As mulheres ficaram em um colégio. No Colégio Luis Viana, os homens foram lá para a delegacia de Casa Nova. Tudo era muito pequeno e as crianças ficaram também em outro colégio. E a

gente ajudando. As famílias pegando as crianças e a polícia dando. (Laura Dourado, apontamentos).

As cerimônias formas organizadas para celebrar e dramatizar seu domínio são as melhores representações do discurso público exatamente como eles querem que apareça. Os desfiles, as cerimônias, os louvores, a passagem de cargo, as coroações são momentos que se convertem em espetáculo com todas as características que tem escolhido. O que Scott (1990) chama de ritos de poder; Turner (1974); Gennep (1978) chamam de ritos de passagem.

No Instituto de Preservação e Reforma, como contam os órfãos eram realizadas à noite e do lado de fora do Instituto pelas quadras que próximas. “A gente jantava e a instrução militar era depois da janta. Vinha m instrutor do exército e de cinco até oito hora era instrução deles pelas calçadas da escola, lá na rua. Todo mundo ficava olhando a gente passar e marchando. Eu não errava não. Era bonito ver todo mundo batendo com o pé no chão tudo igual. E não podia errar senão eles castigavam. Tinha o instrutor e era tudo na base do silêncio. Só marchando.

O Instituto de Preservação e Reforma, sua própria estrutura física, como os órfãos disseram: “Era um prédio muito grande e com um muro enorme. Dava medo aquelas paredes altas e o portão de ferro na frente”, comenta Alexandre.

Esse discurso público não só do ponto de vista da palavra, das ordens, dos textos escritos, mas da arquitetura, dos gestos, dos sinais, das práticas de punição aos órfãos na escola expulsão de cena as ações paralelas (discurso paralelo) dos também atores da história, de sua memória silenciadas pelo discurso público e pela escrita da história oficial. São armas, por outros meios, utilizadas pela memória oficial para demonstrar sua validade. Goffman (1985) usa o termo representação para referir-se a toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença, continua diante de um grupo de observadores e que tem sobre estes alguma influência. Assim, para Scott, há todo um desempenho para se garantir as afirmações do poder e esta passando, da mesma forma, pela parte física das afirmações.

Para Goffman, (*ibid.* p. 29) por seu turno, denomina de fachada a parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de deflnir a situação para os que observam a representação. A fachada, portanto, é o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante a

representação. Exatamente como o Estado, pela Polícia Militar representado, com suas armas, seu fardamento, seus cavalos (no caso de Pau de Colher os jumentos), as metralhadoras, as continências entre os comandados, as ordens, cenário móvel para Goffman, aquele que acompanha os atores

No Instituto de Preservação e Reforma, lugar da *communitas*, os órfãos foram recebidos na sala do diretor, antes da qual, estava um guarda em pé e, dentro da sala, o diretor sentado à mesa aguardando um de cada vez para entrevista inicial. Uma mesa, quadro na parede, bandeira representando a Pátria e o Estado da Bahia, livros sobre a mesa dando ar de superioridade diante de meninos filhos de lavradores “analfabetos” e “criminosos”. O cenário que Goffman caracteriza como o mobiliário, a decoração, a disposição física e outros elementos de pano de fundo que vão constituir o cenário e os suportes do palco para o desenrolar da ação humana executada diante, dentro ou acima dele.

6.5 Unanimidade

Outra função do discurso público, nos termos de Scott, seria dar uma aparência de unanimidade entre os grupos dominantes e o de consentimento entre os dominados. Teriam aqueles grupos o interesse de alimentar publicamente uma imagem de coesão e de crenças comuns. A unanimidade faz reduzir ao mínimo os desacordos, os discursos informais, os comentários espontâneos que ficam localizados em espaços oficiais. Esse aspecto é analisado por Scott no sentido de que a falta de unanimidade, os desacordos aos olhos públicos debilitam de alguma maneira os poderosos e os subordinados podem aproveitar essas divisões. Uma fachada de coesão incrementa o poder, aparente, das elites e afeta as especulações dos subordinados de uma possível desobediência e desafio.

A unanimidade foi um dos mecanismos utilizados, também, pelos órgãos oficiais no sentido de intimidar os remanescentes e os órfãos de Pau de Colher. O cerco a Pau de Colher pelas tropas policiais dos três Estados foi orquestrado a partir de três entradas até chegar a Pau de Colher. Evidente que as Polícias Militares demonstravam aos habitantes da região sua força a partir da repressão unânime que fizeram, não só ao “acampamento dos fanáticos”, mas com a caçada pelo mato, a destruição de vários esconderijos construídos pelos seguidores de José Senhorinho após o “fogo”. Ao mesmo tempo, demonstravam, aos habitantes da região, que a unanimidade nas ações, e a eficácia das mesmas, surtiriam benefícios para aqueles que não estavam envolvidos nos acontecimento livrando-os de suas conseqüências

Por onde passavam, os soldados estabeleciam as mesmas tarefas e a mesma forma de repressão. Casas saqueadas, sítios invadidos, prisioneiros feridos mortos. Ao me deparar, no entanto com os documentos oficiais, e jornais de maior circulação, à época, percebo que há desentendimento entre os comandantes fora do palco público.

Por exemplo, as palavras do Capitão Maurino Cezimbra Tavares ao prestar imediato auxílio às populações atingidas. Ele diz:

As forças sob o meu comando prestaram imediato auxílio, senão socorro às populações de várias localidades de Estado de Pernambuco, notadamente à Vila de Afrânio que por se encontrar mais próximo de Pau de Colher se sentia na iminência de ser atacada pelos fanáticos. A cooperação das forças baianas à pernambucana foi de maneira tão eficiente que restabeleceu o espírito dos habitantes de Icó, Pau Ferro, Messias Lopes, Arizona e, antes, a confiança da população fazendo-os retornarem as suas atividades normais. Um clima de perfeita tranquilidade. (TAVARES, 1950).

Ao mesmo tempo Maurino Cezimbra Tavares, em seu relatório, critica as ações das forças policiais de Pernambuco dizendo:

A falta de submissão do comandante do Destacamento do Vale do São Francisco por parte de Optato Gueiros e a sua precipitação em atacar, isoladamente, os elementos concentrados em Pau de Colher quando tudo estava previsto para uma ação simultânea das forças piauienses, pernambucanas e baianas e por todo o sacrifício um grande número de crianças e, principalmente, na evasão de muitos indivíduos porque é o próprio Capitão Optato que diz, em declaração prestada ao delegado especial, Sr. Francisco Simas que abriria um flanco para permitir que escoasse as mulheres e crianças que em gritos agonizantes pediam água. (TAVARES, 1950, p. 25).

Essa situação mostra os desacordos fora do palco, fora das vistas públicas. Esses conflitos internos, para Scott, debilitam os poderosos e os subordinados podem aproveitar essas divisões e se revoltar. Portanto, uma fachada eficaz de coesão incrementava o poder do destacamento organizado para deter os “fanáticos” de Pau de Colher, embora tensões internas marcassem as relações enquanto duraram as operações militares. A unanimidade pretendida pelo Estado vai se afirmando na escrita oficial de Pau de Colher que, somente conversando com os atores, “fora do palco”, tanto policiais quanto remanescentes seria possível vislumbrar outra escrita a partir do que acontecia por trás da história oficial.

As regras dos guardas na escola, da professora, do diretor, mantendo a unanimidade das ações, com raríssimas exceções. Os guardas zelando pelo cumprimento das ordens do diretor e colocando fora dos olhos dos órfãos as disputas que afetariam suas pretensões de poder. Scott diz que esse comportamento é oral, e visual, de uma ideologia hegemônica (*ibid.* p. 82).

Outro aspecto da unanimidade está relacionado com a pretensão, dos comandantes das operações militares, de fazer com que a população acredite nas boas intenções de suas ações. Para Goffman, além da compatibilidade entre aparência e maneira, espera-se, naturalmente, certa coerência entre ambiente, aparência e maneira. Maneira humilde ou arrogante dará a impressão se o ator vai esperar seguir o comando do outro ou se, no caso da arrogância, se o ator vai dirigir a cena. Nesse sentido, os dominadores escolheram a posição de acordo com a situação no momento. No caso de Pau de Colher, no primeiro momento, após preparar toda sua fachada de poder, arrogante, com metralhadoras em punho, o capitão Optato Gueiros, em seguida, assume uma posição de humildade, pedindo aos seguidores de José Senhorinho que voltem para suas casas e manda um dos seus soldados, como já foi acentuado nessa tese, com um chapéu na tentativa de um acordo pacífico.

O Jornal **O Estado da Bahia** divulga, em 1º de fevereiro de 1938, a seguinte nota para confirmar suas ações:

As famílias procuram proteção e refúgio. Em vista disto, continua o Capitão Perouse, inúmeras famílias alarmadas abandonaram suas casas e seus sítios penetrando nas caatingas, rumando para as cidades de Remanso e Casa Nova. Toda aquela zona está dominada por verdadeiro terror. Minha missão era apoiar material e moralmente a população de Remanso que se encontrava dominada por um completo desespero, pois as notícias que ali chegavam diziam que os fanáticos armados estavam a léguas da cidade aplicando métodos de tocaias internos tendo por isso aproveitado magnífica situação topográfica da extensa planície.

As notícias chegavam até a população local através dos fazendeiros que estavam atrelados às forças policiais militares com o objetivo de deter os “fanáticos” e “moralizar” a região.

Outra veiculação de unanimidade no que diz respeito à união quanto às ações “corretivas” necessárias “ao retorno à paz na região” foi a divulgada pelo telegrama abaixo:

Ao Sr. Interventor Federal, interino, foi dirigido por várias pessoas residentes no município de Casa Nova, o seguinte telegrama através

do qual se venha a saber a extinção do banditismo que há uns dois meses vinha perturbando a paz e a tranquilidade dos habitantes locais. De Casa Nova- Exmo- Interventor Federal- Máxima satisfação levamos ao conhecimento vossência, acha-se extinto, virtude prisão elementos dirigentes mais destacados surto fanatismo irrompido nesse município e congratula-mo-nos vossência por tão auspicioso fato decorrido exclusivamente bravura e energia do Tenente. Zacarias Santos infatigável no combate aos últimos redutos formado sobreviventes e foragidos de Pau de Colher, diligências que felizmente restabelecera tranquilidade e segurança de espírito lares e haveres gente desta terra que penhoradamente agradece vssência providências tomadas nesse sentido. Senhores: Raimundo Estrêla, médico; Lauro Viana, Alfredo Santos Filho; José Benevides, Delfino Pitta; Rogério Dourado; Padre Diocleciano Pereira; Vigário Oscar Rodrigues Silva; Adolpho Castro; Caetano Castro; José Dias da Silva; José Belmiro da Costa; Isaías Ribeiro; Silvio Santos Filho; Hemógenes Nunes Azevedo; José Ferreira dos Santos; Ilclides Santos. (Diário de Notícias, 19/02/1938, nº 10, 203, Bahia).

6.6 Eufemismo e estigmatização

Os discursos públicos servem para as elites impressionarem os dominados como para manter certos direitos sociais fora do olhar público. A eufemização serve, do seu lado, para embelezar aspectos do poder que não se pode negar, diz Scott, e servir para aliviar algo que se considera negativo e que poderia se converter em um problema se for declarado explicitamente. É a utilização de formas inofensivas e esterilizadas cuja função é sombrear a coerção. Pacificação, tranquilizar, escola de menores, adoção foram alguns eufemismos utilizados pelo Estado para cristalizar seu discurso público. “Para o bom êxito do plano de humanidade, a Cia. Do 19º BC deslocou-se para a cidade de Remanso, com ordens de seguir para o Leste, onde (*sic.*) chegou no dia 18 de janeiro”. (ESTRELA, 1998, p. 54).

Os termos são utilizados para, no discurso público, dar um rosto inofensivo para uma atividade que poderia ser considerada ofensiva. Evitam-se, assim, as descrições e uma linguagem mais gráfica.

A campanha contra Pau de Colher foi fundamentada pelos jornais, tentando sensibilizar a opinião pública para a necessidade de “tranquilizar a região”, “educar os incultos”, fazer o sertão voltar à ordem retirada do “bom povo sertanejo” a “tragédia dos “inocentes”, como diz uma matéria de Cid Carvalho no Jornal O Pharol:

Está constituída nova ameaça à tranqüilidade dos lares sertanejos a ação dos fanáticos remanescentes do grupo dos famigerados Zé Lourenço e Severino Tavares desbaratados em Pau de Colher, no vizinho município de Casa Nova cuja acctividade (*sic*) criminosa tantos prejuízos causou àqueles e aos municípios limítrofes culminando na tragédia em que tantas vidas inocentes foram immoladas (*sic*) na ação que as forças legais foram compelidas a desenvolver para manter a ordem e garantir o socêgo (*sic*) dos lares sertanejos agora de novo ameaçadas. (Jornal O Pharol, 18/06/1938).

O eufemismo pode ser visto na arquitetura, não se limitando à linguagem, diz Scott, pode ser vista nos atos cerimônias públicas, nos rituais. Atos de bondosa caridade, como foi o ato emblemático de Raimundo estrela, médico na ocasião da repressão a Pau de Colher, oferecendo sua casa para ser o “Hospital de Sangue”, como afirma. Nomeado médico da prefeitura de Casa Nova passando a ter credenciais legítimas para organizar o aquele hospital. Nomeado pelo interventor Landulpho Alves, Raimundo Estrela, vem a ser, posteriormente, interventor de Cidade de Casa Nova. Sua casa, em frente à prefeitura, vai servir de enfermaria para os feridos de Pau de Colher. Arquitetura do poder que se transforma no lugar da “bondade” daqueles que organizaram grupos e se juntaram ao destacamento policial militar para destruir Pau de Colher.¹⁵⁵

O assim chamado *Hospital de Sangue* era apenas uma ampla enfermaria com 10 camas de ferro modestamente instaladas em uma das casas de frente da prefeitura. Camas, lençóis, cobertores cedidos por familiares da vizinhança, fornecedoras, até, de alimentação. Material para curativos não faltou fornecido pela prefeitura: esparadrapos, ataduras, gazes, algodão, álcool, iodo, água oxigenada, pomadas, solução de permanganato etc. Medicamentos injetáveis, principalmente antiinfeciosos, (*sic*) foram aplicados em grande escala. Os instrumentos utilizados eram trazidos do meu consultório, relata Raimundo Estrela. (ESTRELA, 1998, p. 90).¹⁵⁶

O poder colocando suas casas, seus prédios à disposição dos feridos de Pau de Colher aliviando a ação e autoridade daqueles responsáveis pelos ferimentos, mortes e órfãos.

¹⁵⁵ Raimundo Estrela fazia parte da família Castro e Viana, influente na região, pois casa-se com uma de suas filhas. Segundo Genilda Viana de Castro, filha de Antonio Honorato Viana, a família de Raimundo estrela era “a favor de Getúlio Vargas”. Manda fazer uma festa para Getúlio que cria uma escola para a irmã de Raimundo Estrela, em Casa Nova. Essa entrevista foi realizada com Genilda Viana de Castro, em 14 de julho de 2007, em Casa Nova, pela segunda vez.

¹⁵⁶ Adelson Braga, “uma espécie de enfermeiro” de Raimundo Estrela, como ele próprio diz em entrevista, confirma que Raimundo estrela cuidou dos feridos quando eles vieram de Pau de Colher em casa particular. Adelson Braga, nascido em 1918, foi entrevistado em 18/12/2007, em Casa Nova.

Inclusive convence os feridos, os presos e os órfãos de sua bondade. “Era uma ignorância mesmo o que aconteceu em Pau de Colher. O povo estava fanatizado. Não sei como meus parentes foram para lá”. “As crianças foram estudar para virar gente, era tudo bruto”. “Era tudo virando em bicho”, diz João de Souza Rodrigues.

Nas palavras, como as proferidas pelo diretor do Instituto de Preservação e Reforma a eufemização dos atos para não alarmar o ouvinte e não criar uma expectativa negativa, mas convincente aos ouvintes:

Lá em Salvador nós era interno. Nós amanhecia e dormia lá. Nós tinha de tudo lá: roupa, alimentação, aula, ofician. Nós tinha tudo. Eu era bem tratado (embora tenham sido castigados por desobediência em acordar fora do horário e ter sido colocado no xadrez). O diretor Edson Tenório era bom, a professora Valdomira era boa e levava a gente para a casa dela, para a praia. Eu quase não via o diretor. Só quando entrei pela primeira vez, mas tudo era feito como ele mandava. (Entrevista com José Justiniano Reis, em Lagoa do Alegre, em 02/03/2003).

O Instituto de Preservação e Reforma foi o lugar do eufemismo através da política de “educar, civilizar, tranquilizar os lares para a educação de seus filhos” e lugar do estigma dos órfãos de Pau de Colher. Como instituição total (GOFFMAN, 1985), foi um local de residência e trabalho onde os trinta e dois órfãos, “separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo levam uma vida fechada e formalmente administrada” (*ibid.* p. 11). “São as estufas para mudar pessoas; cada um é um experimento natural sobre o que se pode fazer o eu”, continua o autor. A escola, para onde os órfãos foram levados teria o objetivo de purificá-los, higienizá-los, torná-los civilizados transformando suas características de tradição.

As primeiras mutilações, do eu dos órfãos de Pau de Colher, durante a *liminaridade* foram as barreiras que o Instituto de Preservação e Reforma colocou entre o internato e o mundo externo. Outras vão decorrer das humilhações sofridas durante sua permanência nessas instituições como foi o caso dos órfãos. Sofrendo humilhações com castigos públicos diante dos colegas, retirados do convívio durante dois, três ou mais dias, quando colocados no xadrez da escola por alguma desobediência, ou ter que, por motivo de fuga, ler em voz alta para o diretor, a lição por ele determinada.

O estigma, diz Scott, consiste em marcar as pessoas ou as atividades que parecem questionar a realidade oficial. Chamados de bandidos, criminosos, analfabetos, desordeiros,

lavradores com o fim de desviar e conter as motivações de suas rezas e romarias no “adjunto”.
Elimina a resistência em nome do critério racional instrumental.

Estamos devidamente informados que os bandoleiros que invadiram alguns municípios do Sul do Piauí foram rechaçados, não havendo mais dúvidas sobre o restabelecimento da ordem naquela parte do Piauí. As providências tomadas com presteza e energia pelo governo interventorial deram os mais salutareos resultados sendo de esperar que dentro de poucos dias nenhum dos sequases do beato José Lourenço pise o território piauiense voltando àquela zona o sossego de que necessita a sua laboriosa população. (**Diário Oficial**, 17 de janeiro de 1938).

Perturbação da ordem no Sul do Estado do Piauí. Sua Excelência, o Sr. Interventor Federal, a propósito da invasão de municípios do Sul do Estado, por bandoleiros do beato José Lourenço recebeu os telegramas que se seguem tendo Sua Excelência tomado as providências para a repressão do bando criminoso dirigindo-se para corroborar tal objetivo, ao Exmo. Sr. Interventor do Estado da Bahia, unidade atingida por sua vez pelos bandidos em armas, conforme ainda o telegrama do Interventor piauiense ao seu colega baiano e que também publicamos.

Já é tempo de livrar os sertanejos dessa praga que tantos e tão graves prejuízos causam a moral pública e religiosa. Em contraposição a esse estado de coisas urge uma ação coercitiva das autoridades civis e eclesiásticas secundadas pela iniciativa de uma campanha de alfabetização das massas sertanejas, a fim de que possam, de futuro, defender-se conscientemente das investidas desses maus feitores costumazes. A responsabilidade que tem as autoridades civis e eclesiásticas, nesse particular deve ser dividida com a imprensa, como vanguardeira, que deve ser, na campanha de instrução das massas e com todos aqueles que têm a noção perfeita dos seus deveres perante a sociedade, a família, a pátria. Aí vão os meus protestos junto aos poderes competentes contra a insânia que está sacrificando a tradição moral dos nossos sertanejos e, ao mesmo tempo, os nossos foros de cultura e civilização. (**Jornal O Pharol**, 14/01/1937).

Nos documentos oficiais, nos relatórios dos comandantes das operações militares a escrita oficial da estigmatização como li no relatório do Coronel Cezimbra Tavares:

O fato de os fanáticos trazerem pendidos aos pescoços rosários com medalhas tendo em um dos lados gravado a efígie do Padre Cícero; dos cacetes, que usavam como armas, também impressas, cruces, símbolo da fé preso à cintura cordões com cinco nós, à imitação dos adotados. Nas comidas religiosas; o uso de roupa preta, uniforme obrigatório para todos os componentes do reduto; a reza a que se entregavam, durante à noite, e

a leitura da Bíblia acompanhada de prédicas feitas em altas vozes, nas quais prometiam a ressurreição da alma e a volta à vida dos que tombassem em defesa dos seus postulados, a abstinência completa de carne de qualquer natureza, a par a guerra que morriam aos porcos, gatos e cães na superstição de que esses animais se transformariam em serpentes fica a convicção com efeito de que a religiosidade mórbida foi um dos fatores preponderantes, senão único, da reunião de indivíduos, estúpidos, que, sem discernimento perfeito das coisas santas, se deixaram suggestionar por promessas somente concebíveis em imaginações doentias. (TAVARES, 1950, p.25).

Através das informações acima, a estigmatização é um elemento contrário ao eufemismo utilizado pelo Estado, pelos jornais, pela Polícia Militar, para marcar e estigmatizar as atividades dos seguidores de José Senhorinho em Pau de Colher por, no entendimento destes, estarem agindo contra, “a boa conduta do sertanejo trazendo a intranquilidade à região”, além de estarem agindo de forma negativa aos bons princípios da igreja oficial. Denominando-os de bandidos, de bandoleiros, de desocupados pretendendo argumentos para abafar suas ações no “ajutnamento”. Scott diz que as práticas religiosas que não são aceitas se catalogam como heresia, satanismo e bruxaria. “Eles estavam fanatizados, “insandissados”, dizem os relatórios dos comandantes das operações.

O comércio por sua vez saúda os esforços dos comandantes das operações militares em telegrama dirigido ao Tenente Manuel de Souza Ferraz, ao mesmo tem que estigmatiza os remanescentes de Pau de Colher.

O comércio desta praça e do interior do município especialmente dos habitantes da zona fronteira do município de Casa Nova reduto do grupo de fanático se jagunços que vinham implantando nesta região inquietação diante da série de crimes e selvagerias por eles posta em prática vimos congratular com vossência pela brilhante vitória alcançada pelo contingente da Polícia Militar deste Estado, comandado pelos bravos oficiais capitão Optato Gueiros e Tenente Manuel de Souza Ferraz. Cumprimos o dever de salientar que os referidos militares que atuaram com heroísmo invulgar para libertar a zona confiagrada pelos jagunços agindo com máxima serenidade e disciplina, deixaram parados no coração de cada habitante a impressão de verdadeiros paladinos da ordem pública. Atenciosas saudações (ass) Crispn Amorim Coelho, Manoel Neto Cantarelli e Filho, Inácio Bonfim Barros e Cia; Alberto Lundgren e Cia, Doutor Cardoso de Sá (...).

Marginalizaram, em teoria e na prática, as ações dos seguidores de José Senhorinho e dos órfãos de Pau de Colher em sua trajetória. Assim vejamos o que dizem os órfãos levados para Salvador. “A gente foi colocado em sala separada. Era a sala de Pau de Colher e depois misturou pra gente aprender com os outros da cidade”, diz Daniel.

Além dessas formas de estigmatização outra mortificação foi a partir da admissão dos órfãos à escola quando tiveram que retirar as suas roupas, sandálias, objetos que os ligavam aos seus sentimentos. Nesse momento, mais uma vez estigmatizados quando lhe são negados, seu corpo, seus pensamentos, suas ações imediatas e alguns dos seus bens como alerta Goffman “Nas Instituições totais esses territórios do eu são violados; a fronteira que o indivíduo estabelece entre seu ser e o ambiente é invadido e as encarnações do eu são profanadas. (*ibid.*, 31).

Muitos outros atos registrei não só das narrativas, mas dos documentos oficiais relativos ao evento Pau de Colher para colocar, nesta tese. Por hora, no entanto, consideramos o suficiente para vislumbrarmos uma idéia do que foi a escrita oficial, a memória histórica de Pau de Colher dentro do “palco oficial” do evento. Cabe frisar ter sido meu esforço, nos capítulos anteriores, só possíveis, através das vozes dos remanescentes não órfãos, e remanescentes órfãos de Pau de Colher, procurando aqueles colocados “fora do palco”. O que fiz durante anos e o que ainda faço hoje.

A partir das falas dos atores, colocados nos esconderijos história, ergui as táticas, os desvios, os malabarismos, as estratégias que usaram os órfãos de Pau de Colher para introduzir sua resistência, seus disfarces em meio ao discurso oficial em busca de sua dignidade e autonomia. Espaços esses encontrados pelos órfãos à medida que sua memória era evocada: os pais, os acontecimentos, o contexto em que compartilhavam lições de seus pais, lições de vida, de plantio, de colheita, da pedagogia da natureza. Saíram, a partir de suas falas, dos subterrâneos colocados pela história oficial. Pena não poder deixar mais, nesta tese, tantos documentos encontrados nos arquivos, tantas vozes registradas, tantas imagens instigadoras de novas versões, tanto suor, tantas lágrimas, tantas tensões, tantos momentos dramáticos vivenciados por todos aqueles que se envolveram com Pau de Colher, fora e dentro do palco, inclusive eu. Fica, no entanto, para um novo e futuro encontro.



223- Polícia Militar de Salvador, Major Rauster, interroga sobre o porquê da forma de abordagem do Cap. Optato Gueiros.



224- Arquivo da Polícia Militar do Quartel dos Aflitos, Salvador-BA.



225- Arquivo da Polícia Militar da Bahia, Quartel dos Aflitos.



226- Biblioteca da Faculdade de Filosofia da UFBA



227- Jornal Estado da Bahia- imagem da prisão dos caceteiros



228- Jornal Estado da Bahia- Biblioteca Pública - Salvador-BA.



229- Afonso Rodrigues, mora em Dom Inocêncio-PI. "Era muita gente em Pau de Colher. Dizia que ia se salvar".



230- Padre Manuel Lira Parente presidente da Fundação Ruralista localizada no Sítio Embargo-Dom Inocêncio-BA. Hoje está com 88 anos.



231- Casa principal da Fundação Ruralista - Padre Manuel Lira Parente



232- Prefeitura de Dom Inocêncio antiga Curral Novo-PI.



233- Reunião da Secretaria de Saúde de Dom Inocêncio



234- Reunião da Secretaria de Saúde, com a população de Dom Inocêncio.



235- Alunos da Escola Municipal Dom Inocêncio- produção de texto sobre os caceteiros.



236- Alunos da Escola Municipal Dom Inocêncio- produção de texto sobre os caceteiros.



237- Palestra com professores da Escola Municipal Dom Inocêncio sobre o movimento dos caceteiros.



238- Entrevista com Luis da B esta prefeito da cidade de Dom Inocêncio-PI



239- Entrevista sobre o movimento de Pau de Colher com Luis da Benta prefeito da cidade de Dom Inocêncio-PI.



240- Osvaldo Justiniano administrador da Fundação Ruralista-PI. " O movimento dos caceteiros foi um ajuntamento religioso. O povo entendia que era a salvação do Padre Cícero".



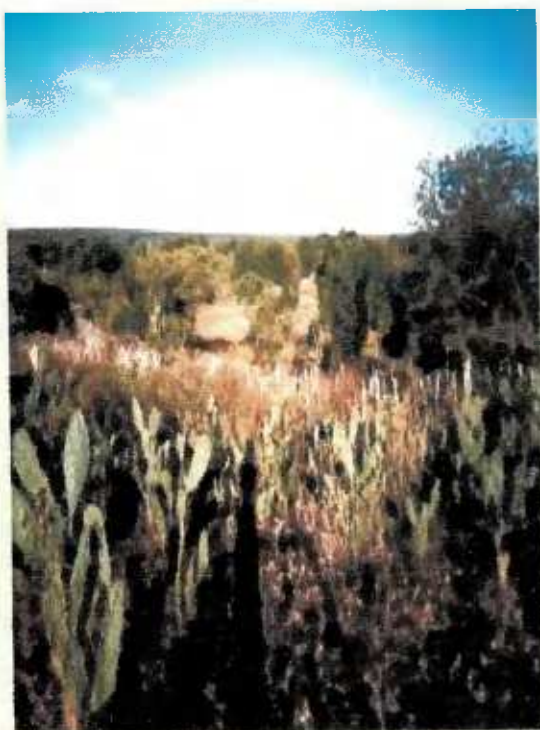
241- Padre Manuel Lira Parente presidente da Fundação Ruralista, Dom Inocêncio - PI.



242- João de Siqueira Campos - Soldado do Capitão Optato Gueiros - Barra dos Souza - Serra Talhada, Pernambuco.



243- João de Siqueira Campos - Soldado do Capitão Optato Gueiros - Barra dos Souza - Serra Talhada, Pernambuco.



244- Barra dos Souza - Serra Talhada, Pernambuco.



245- João de Siqueira Campos - Soldado do Capitão Optato Gueiros - Barra dos Souza - Serra Talhada, Pernambuco.



247- Barra dos Souza - Serra Talhada, Pernambuco.



246- João de Siqueira Campos e Mildrad Gueiros- Soldado do Capitão Optato Gueiros - Barra dos Souza - Serra Talhada, Pernambuco.



248- Barra dos Souza - Serra Talhada, Pernambuco.



13 de Set.

Oferço a sua filha
a quem esta foto no meu
tempo da Volante sabe o nome
do Cap. Oaf. Siqueira
João de Siqueira Campos 25-3-07



250- João de Siqueira Campos - Soldado do Capitão Optato Gueiros - Barra dos Souza - Serra Talhada, Pernambuco.



251- João de Siqueira Campos - Soldado do Capitão Optato Gueiros - Barra dos Souza - Serra Talhada, Pernambuco.



252- João de Siqueira Campos - Soldado do Capitão Optato Gueiros - Barra dos Souza - Serra Talhada, Pernambuco.



253- João de Siqueira Campos - Soldado do Capitão Optato Gueiros - Barra dos Souza - Serra Talhada, Pernambuco.



254 Estrada em direção a Serra Talhada - Pernambuco



255 Estrada em direção a Serra Talhada - Pernambuco

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Volto pra minha casa.
 Voltar pra trás não é?
 Voltar pra trás é muito forte.
 (Manuel de Souza Costa)¹⁵⁷

Ao concluir minha tese, estava em Mossoró. Liguei para o Rio de Janeiro, onde mora Daniel do Nascimento, como é minha prática uma vez por mês. O telefone tocou por várias vezes, tocou e eu ouvindo. Tocou até disparar. Fiquei inquieta, ansiosa. Esperei e fiz nova ligação. A mesma coisa. Silêncio do outro lado. Imaginei, como de costume, Daniel vindo com seus passos lentos até a sala, sentar-se na poltrona individual de cor cinza, cruzar as pernas e dizer: Oh, meu amorzinho! Bom ouvir você! E ao terminar, concluir: hoje meu dia renasceu ouvindo a sua voz. Estava até para baixo, mas, depois de ouvi-la fiquei para cima. Meu dia vai ser outro.¹⁵⁸ Ouvir, da mesma forma, a voz de Helena, sua sobrinha, reclamar e advertir Daniel dizendo ao tio que eu estava em uma ligação interurbana e que não se pode ficar falando durante muito tempo.

Peguei o telefone e fiz outra ligação, mas agora para a casa de Madalena do Nascimento, irmã de Daniel, em Casa Nova. Após quatro chamadas, Madalena atende e me comunica que Daniel se encontrava em sua casa. A minha ansiedade, inquietação e dúvida foram ocupadas pela maior alegria, à maior satisfação, à maior certeza do que ele havia me dito em várias entrevistas anos a fora. Daniel está, nesse momento, dia 13 de julho de 2008, na região de Pau de Colher. Alugou uma casa, em Petrolina, intencionando passar quatro meses visitando o lugar, pisando, após, trinta anos, a terra na qual ele desejava colocar o pó de suas cinzas e espalhá-las no lugar de sua identidade e continua desejando.¹⁵⁹ Sua maior angústia era pensar em ficar enterrado em um lugar no qual nunca sentiu ser seu lugar, como nos disse e vale apenas repetir.

Após tê-lo encontrado (pena que não pude viajar ao seu encontro) conversei, por

¹⁵⁷ Manuel de Souza Costa. Entrevista realizada em 31 de março de 2007, em Caldeirão do Angico.

¹⁵⁸ Daniel do Nascimento, nascido em 1926, hoje está aos 84 anos. Apresenta, nesse momento, saúde fragilizada: tonturas, quedas, agitação, ansiedade.

¹⁵⁹ Daniel aos cinquenta anos visitara a região, mas frustrado por ter se perdido voltou.

telefone, durante quatro horas sendo essas organizadas em quatro dias.¹⁶⁰ Durante as conversas dos dias nove, dez, onze, doze e treze do mês em curso, Daniel expressa a felicidade e satisfação de ter voltado, aos oitenta e quatro anos após tanto tempo “fora do seu lugar”. Afirmava, repetidamente, ter voltado e que vinha visitar o lugar onde sua mãe havia sido jogada pela polícia de Pernambuco. Ao rever todos os cantos, disse com segurança, poder passar o mapa do percurso, por onde queria ter suas cinzas colocadas, cuja tarefa encarregou Helena já conhecida nesta tese. Não sabia, no entanto, se iria aguentar, pois já estava, antes de chegar a Pau de Colher, abalado. “Será que vou conseguir”? Perguntou-me. “Você poderia estar aqui para ir comigo”, afirma. Não só rever tudo após tantos, anos desejava Daniel, mas conversar com seus colegas do Instituto de Preservação e Reforma como já o fez. Na Barra onde estão Dioclides e Manuel; Lagoa do Alegre onde está José Justiniano; Lagoa Comprida onde se encontra Louzinho; Queimada onde vive José Pelado seria alguns dos encontros esperados, por exemplo.

Durante os quatro dias de entrevista Daniel reafirma sua dor, suas fraturas, suas ausências, suas mortificações. Pensa o quanto ficou sem vivenciar tudo o ensinado por seus pais. Vê, agora, Dioclides, seu grande amigo da escola, e percebe a diferença entre a sua vida e a vida dos que voltaram para a região após os anos do Instituto. Ele me disse que encontrou Dioclides livre tirando leite de suas vaquinhas, vestido com suas roupas, montado em um jumento, com sua mulher, seus filhos, que mesmo casados moram nas mesmas terras, unidos. Participou das conversas na rede de família. Ao mesmo tempo compara com a sua e diz: “o que me resta, hoje? Do que me valeu ter ficado? Percebe pontos favoráveis e outros desfavoráveis, mas o que, relutantemente, afirma, é que não tem uma família. Mora em um apartamento de dois quartos, uma sala, um corredor, um banheiro, em Campo Grande, no Rio de Janeiro. Lamenta por ficar “pendurado” e “preso” o dia inteiro sem poder sair devido a violência da cidade, a quantidade de carros, as ruas movimentadas, a solidão de um apartamento onde passa os dias pensando em tudo o que enfrentara nos idos de 1938 e durante a 2ª Guerra Mundial. Perdera a mulher, os filhos casaram, e saíram de casa para morar cada um em sua casa. Tem um filho com deficiência cognitiva e precisou que uma sobrinha fosse cuidar de tudo no Rio de Janeiro.

Acresce a mágoa, a insatisfação com tudo que acontecera no passado, ressentimento

¹⁶⁰ Daniel é um entusiasta da fala. Ele me disse, em todas as entrevistas, precisar falar, pois durante muito tempo teve que ficar calado. Foi ensinado a ficar calado. O tempo que passou em Salvador, sob a vigilância dos guardas, não podia falar. Preso, durante o Regime Militar, ficou interdito e essas etapas pelas quais passara em sua vida tiraram a oportunidade de ouvir sua própria voz sobre coisas que seria interessante para ele falar. “Uma delas era sobre minha vida. Nunca ouvi minha voz sobre esse assunto”. Por isso, conversar com ele é: ligar o gravador e deixar. (Entrevistas realizadas de 19 a 27 de março de 2007).

ainda presente em Daniel. Esse sentimento de ódio interiorizado, a sensação de impotência para exprimir, de forma ativa esse ressentimento, e a experiência continuada de impotente hostilidade (ANSART, 2001). Nunca Saiu de Pau de Colher. Pau de Colher nunca saiu dele. Trata-se de uma ferida aberta até hoje. Por essa razão a necessidade de voltar nem que seja por quatro meses. Precisava acalmar sua angústia, com a reconciliação, mesmo que temporária e juntar-se ao seu povo. Enfrentar a vergonha, a insegurança em olhar as pessoas da região e todos mirá-lo, com estranheza, como se ele nunca pertencesse àquele lugar. Isso foi o que mais doeu, mais o feriu, afirmou parando a voz, de quando em quando e, ao recomeçar a falar, lembrava da responsabilidade do “Capitão Optato” por ele conviver com essa dor durante todo esse tempo. “Olham para mim como se eu fosse uma pessoa estranha, uma pessoa rica, fora dos padrões do lugar aqui”. E continua: “Eles querem fazer tudo o melhor para mim e estou me sentindo como se fosse uma pessoa do poder e me olham em silêncio de cima para baixo”. Ao me relatar esses sentimentos, Daniel tem a “sensação que não é mais daquele lugar”. Sente-se sufocado e, ao mesmo tempo, as lembranças o colocam bem perto do que vivenciara até nove anos de idade. “Mas eu sou daqui”. “Eu sou um sertanejo”, repete para mim ao telefone. “Sou pau de arara, mesmo que eu tenha passado esse tempo todo lá no Rio de Janeiro, aquele não é meu lugar”.

Daniel diz que todas as cenas vieram a sua memória. Tudo. Parecia que o tempo havia parado e esperado por ele até aquele momento. Apenas desconhecia como chegar aos locais, mas algumas pessoas de sua família se mobilizaram para levá-lo. A situação em que se encontrava produziu impactos, principalmente, relacionados ao medo de poder encontrar os soldados do capitão ali a sua espera.

Todas as pessoas que circulavam em sua passagem olhavam aquele homem estranho, diferente passando, mas, como estava acompanhado com alguém da região, já sabiam que se tratava de um antigo morador. Disse nunca ter pensado precisar de alguém para entrar em sua morada. Por cada povoado, ia provocando o olhar curioso de alguém e lembra quando estava na fila de prisioneiros e meninos sem pais de Pau de Colher até Casa Nova. A mesma sensação de estranheza, de sujeira, de você não é desse lugar. Olhares admirados e incomodados com sua presença.

Durante os trajetos vivenciados, muito embora tendo certeza do que decidira, Daniel permaneceu refém da insegurança e do medo. Pensava, ao entrar em Pau de Colher, tudo iria voltar o que repetiu várias vezes ao telefone. Viu, Daniel, aquelas metralhadoras, o povo correndo, a mãe caindo bem perto dele, após ser atingida pelo “fogo do Capitão Optato Gueiros”, eles fugindo pelo meio do mato e a prisão definitiva com o deslocamento para

Salvador. Fortes cenas da história dramática, da qual experienciou diretamente, em sua trajetória. Mas Daniel está lutando, enfrentando “o que não fiz no passado”. “É nesse lugar que pretendo estar para sempre após minha morte”. “Por isso vim passar aqui quatro meses”. Sinto sua respiração ofegante como quem continua vivendo a situação de “margem”, ao telefone.

No Rio de Janeiro, lugar até hoje, defendo, da *liminaridade* de Daniel, apesar do envolvimento com o trabalho, a memória do lugar, durante seus oitenta e quatro anos de vida, o acompanhou entre tensões, relutâncias, vontade de voltar, justificativa para ficar no Rio de Janeiro. A situação vivida por Daniel, fora do seu lugar, durante essa lacuna de tempo, veio a tona de forma, mais profundamente, sentida, quando de sua chegada à região, após esse longo tempo de afastamento físico. Esse aspecto contraria seus argumentos de viver bem no Rio de Janeiro e de não precisar voltar, como afirmou na ocasião em que estive com ele em sua casa: “voltar para que”? “O que eu tenho para fazer lá”.

A meu juízo, a pesquisa, que continua até hoje, indica ser a memória, um forte elemento na trajetória de indivíduos que se encontram fora de seu lugar. Uma sensível melhoria na qualidade de vida não só para os que voltaram definitivamente, mas para aqueles que, embora não tivessem tido condição de voltar, pelas razões já indicadas no Capítulo 6, projetam viagens, como Daniel, permitindo-se a possibilidade de reconciliação embora temporária. No caso de Daniel foi possível detectar um sentimento, em sua voz, em suas palavras, voz firme, sem choro, algumas vezes, uma pausa para aquele sentimento de culpa e de frustração.

Estou feliz sim por ter realizado meu sonho de voltar aqui. Melhorei daquele pensamento que tinha quando lhe falava lá no Rio de Janeiro sobre o que é que eu tinha perdido aqui. Voltei antes de minhas cinzas e isso está sendo bom. Olhar para minha família mesmo que eles me olhem como alguém de fora. Eu sinto por que querem me tratar como se eu fosse um estranho com gentilezas e regalias. Também quando fui lá a Pau de Colher e ao meu povoado, Jatobá, eu me senti mais aliviado, apesar de ter sentido muita dor e de ter lembrado as metralhadoras do Capitão da tropa de Pernambuco e quando cheguei ao lugar mesmo onde minha mãe foi jogada por eles. (Entrevista com Daniel do Nascimento, 14/07/2008).¹⁶¹

O ressentimento mantido durante sua vida é para Daniel a não aceitação do

¹⁶¹ Conforme salientado, as entrevistas foram realizadas por telefone de Mossoró para Casa Nova (julho de 2008).

esquecimento reorganizando a reparação para afirmar sua identidade a exemplo da manifestação. Isso é o como está vivenciando, nesse momento, como tentativa de reconciliação simbolizada no pelo retorno por ele realizado de quatro meses. Temos sustentado que, os dados analisados ao longo do texto desta tese, confirmam a força da tradição nas motivações dos órfãos de Pau de Colher ao buscarem seu retorno. As análises realizadas das narrativas, as entrevistas com pessoas da comunidade local, as conversas com familiares e vizinhos da região de Pau de Colher, as entrevistas realizadas com os representantes da igreja, evidenciam terem não só os órfãos, mas a população remanescente do movimento, uma dinâmica de vida regular do ponto de vista da circulação no comércio, na sede do município, nas atividades religiosas, nas festas do padroeiro, bem como em seus povoados. Os órfãos de Pau de Colher constituíram família. Casaram, tiveram filhos e agora têm genros, noras, netos e continuam no mesmo povoado de seus pais.

Seus familiares e, principalmente eles, atestam e demonstraram tranquilidade sempre presente nas atividades da roça e demais atividades locais. No entanto, é possível perceber a inquietação ao se dirigirem à sede do município, quando eles saem às atividades de compra de alimentos para complementar sua dieta alimentar. Estão, evidentemente, mais seguros em seus povoados longe dos olhares carregados de “símbolos de estigma”. Permanecem sendo alvo de cobranças da herança deixada por seus pais, de terem sido seguidores de um “fanatismo de gente ignorante”. Esse discurso permanece até hoje muito forte na região. Constatei que resquícios do passado, sobretudo porque a população do “adjunto de Pau de Colher” era composta por moradores, familiares e vizinhos da região, como o caso da morte de José da Barra pelos “caceteiros” e o assassinato de José Vicente, denunciado como autor do crime, estão presentes em suas lembranças.

Além da experiência de Daniel nesse momento em que termino, por ora, esse estudo, cuja memória trabalhada como estratégia de manutenção de sua identidade, durante o tempo que passou com o grupo de órfãos no Instituto de Preservação e reforma, portanto na *communitas*, os familiares, parentes e vizinhos, mantiveram e mantém a memória e veiculam na oralidade na rede de vizinhança local preservando o passado no presente e refletindo sobre o passado a partir do presente.

A memória coletiva dos remanescentes, dos órfãos, e daqueles atingidos, diretamente, foi e é a única porta que tem se aberto para gestar a história daqueles que, “fora do palco”, ainda nos dias que correm tecem seu discurso paralelo. Esses espaços de manutenção da memória reminiscência, da memória voluntária, do discurso oculto, continuam sendo preservado em seus espaços específicos. Dinamizam-se, “fora de cena”, nas conversas na área de plantio, nos

espaços do criatório, nos encontros para a debulha do feijão, nas cerimônias religiosas reverenciadas aos santos padroeiros.

“Dentro do Palco”, ou seja, nos espaços por onde eles transitam oficialmente, acionam um silêncio como ato de resistência por estarem se protegendo dos que os olham, como “símbolos do estigma”, nos lugares públicos ou mesmo entre famílias participantes e não participantes do movimento de Pau de Colher. Por outro lado, o silêncio para poderem conviver como “normais” participando da vida pública.

É muito ruim quando temos que guardar essa história lá dentro a gente e nem na família poder falar sobre ela. Parece que ficou muito marcado o que todos pensaram no passado sobre o movimento. Meus parentes, e meu avô, particularmente, lembrados como uma pessoa ruim, um criminoso. Isso não vai passar nunca. Vai ser de geração em geração. Até meus filhos vêm me perguntar duvidando. Eu não era nascida quando tudo aconteceu, mas sou neta de um dos “beatos líderes”, como dizem os pesquisadores, no entanto, trago a marca de tudo o que aconteceu. Veja bem como estou conversando como você? Bem afastada, nesse quarto para minha tia Maria, que viveu a época, não ouvir. Ela tem medo até hoje e nem gosta de sair aqui pelas ruas de Casa Nova. (Entrevista com Socorro Costa, em Casa Nova, em 20/01/2008).

Vivem, sentindo uma sensação, desconfortável, de que não tem mais jeito para mudar isso tudo.

Várias narrativas, nesse mesmo tom, obtive com outros filhos e netos durante os encontros. As falas revelam indignação, tensão, ansiedade, medo. Ao final de cada encontro, eles perguntavam se eu iria escrever de outra forma, ajudar com minha pesquisa a mudança de olhar sobre o passado carregado por eles com muito sofrimento e preconceito e, sobretudo, influenciando na qualidade de vida de seus filhos. Não seria preciso muitas palestras, que viessem historiadores, pesquisadores para conversar de outra forma, trabalhar nas escolas com as crianças desde cedo retirando essa idéia de vergonha sobre os fatos acontecidos em 1938. Essa é uma pergunta recorrente entre eles. Importante para eles é haver uma modificação sobre essa memória histórica cristalizada por oitenta anos

Sobre esses aspectos, os contatos feitos com a igreja de Casa Nova, com as escolas, nas bibliotecas, nas festas locais, têm promovido o início do debate, mas ainda bastante tímido revelando a existência de várias ações em curso na região. Romarias à Pau de Colher com o apoio da igreja, apresentação do Movimento de Pau de Colher em eventos como a “Festa do Interior”. O ponto de conflito refere-se à forma como estão sendo os discursos, a ordem do

discurso. Minha própria experiência em um dos discursos, durante a missa na igreja da sede do município, a convite do Padre João dos Santos Filho, momento onde estavam reunidos pessoas da cidade e dos povoados, inclusive, dos povoados da região geográfica do movimento de Pau de Colher. Fiquei sem saber qual seria meu texto: para os remanescentes ali presentes ou para as autoridades, também presentes. Foi muito forte para mim. Vi-me na situação vivida por eles à época. Falar ou calar. Depois que assisti à fíla, fiquei envergonhada. Meu discurso paralelo ficou refém do meu discurso oficial. Refém de mim mesma. Pude sentir o que os remanescentes, de forma geral, sentiram e sentem até hoje: viverem sem expressar livremente sua alma. Foram dez minutos inacabáveis. Eu nem olhava para o povo de Pau de Colher, na ocasião, sentados nos bancos laterais da igreja. Em seguida refleti, para aliviar meu ressentimento, ter pronunciado um discurso oficial como forma de resistência. Resistir para não deixar a energia necessária de erguer a história dos órfãos de Pau de Colher ser dragada pela energia da estrutura. Foi um disfarce, sim. Controlei a cena e mantive a continuidade do trabalho de ajudar os órfãos a preservar sua dignidade: segui para aos povoados.

Em 2001, por exemplo, em uma entrevista com o Padre José Antonio, da Diocese de Casa Nova, sobre os sobreviventes de Pau de Colher, afirma que ainda existe um silêncio sobre o assunto. Ao perguntar a razão desse silêncio, o Padre responde; “Medo. O silêncio é medo”. Ao continuar perguntando sobre o silêncio, o Padre continua: “o povo é amedrontado pela política local dizendo que o trabalho da diocese era o novo Pau de Colher, embora não houvesse padres na época. Há traumas ainda fortes dos sobreviventes”.

Entretanto, as instâncias políticas locais tentam passar a idéia de que a história de Pau de Colher deve ser preservada por fazer parte da história da cidade de Casa Nova. Essa posição, no entanto, passa pela afirmação e unanimidade (SCOTT, 1990) do ritual de poder de querer passar aos remanescentes, e à população local, um respeito pela história do povo, construindo um discurso tático adequado as suas expectativas, não passando apenas de ocultamento de suas intenções e vigilância da dinâmica social. Isso corresponde à aparência que o poder quer imprimir em suas ações. As análises realizadas, junto às fontes escritas e orais, evidenciaram que há uma história por trás da história oficial que ficou à margem pelo domínio da memória histórica. Mostra como os atores, colocados nos subterrâneos da história, lutam para se manterem indivíduos. E no caso dos órfãos de Pau de Colher, mostra como lutaram para se manterem indivíduos em situação de afastamento dos lugares das afetividades, da vizinhança, da tradição. Constatou-se, a resistência ao distanciamento pela via de partilhamento de uma origem comum

A situação vivida por Daniel do Nascimento, nesse momento, se junta à dos vinte e oito órfãos que retornaram, sete anos após terem sido deslocados de seu lugar da tradição, confirmando a força do sentimento que os levou a buscar o retorno, elencados por eles durante as narrativas. Portanto, buscados nesta tese, da luta pelo resgate da dignidade e autonomia interrompida pela ação da Polícia Militar de Pernambuco cuja operação, de “dar combate aos fanáticos”, foi continuada pelas polícias militares da Bahia e do Piauí, tendo como base a honra, dignidade e orgulho por amor à terra natal.

Reconheço-me no dever de repisar, aos leitores deste trabalho que, apesar de ser uma tese de doutoramento, antes fosse fantasia. Em determinados momentos até pensei, pois situações tão fortes experienciadas por eles, diretamente e por mim, ao ouvi-los e a pisar as estradas da memória da brutalidade, preferia estar tecendo uma ficção mesmo. Melhor dizendo, nem mesmo queria escrever ficções com esse tecido. O vivenciado pelos órfãos, crianças entre três e quatorze anos, as mortes presenciadas, metralhadores armadas apontadas para o grupo que era seu grupo de afetos, a interrupção de suas vidas com a separação eu gostaria que fosse criação.

O narrado pelos órfãos foi de uma realidade vivida diretamente. De certa forma estamos dentro da história, pois é recorrente na história do país. Acredito ter escrito o que era preciso escrever para esse momento. Ele não acabará nem que queiramos. Fios do rolo estão quilometricamente juntos esperando que outros pesquisadores continuem a desfiá-lo. O realizado, por ora, foi possível pelo narrado. Pela generosidade dos que passaram por esse drama na pele. Fui lendo, pensando, escrevendo, juntando o partido, cortando, costurando, descosturando, alinhavando. Pontos maiores, outros menos. Às vezes a linha soltava-se da agulha (eram momentos em que as lágrimas me vinham, por exemplo, quando Daniel embarga a voz por várias vezes). Um dia, na Via Dutra, no Rio de Janeiro ele olhava para mim e me perguntava: porque fizeram aquilo? São bárbaros? Muito mais teria para escrever, mas é preciso parar para que outros sintam o que foi realizado, até agora, e outros estudiosos tragam novas contribuições, novos olhares.

Acredito que, cada cena da história do rito de passagem dos órfãos de Pau de Colher, cada recorte, cada “peeinha de fuxico” foi artesanalmente erguido. Trazida à tona, penso. Claro que não é melhor do que o tecido dessa história. São livros de campo, fitas kassete, fitas de vídeo, fotografia infindas, documentação de arquivos e bibliotecas. Muito pano para as mangas esperando por outros mergulhos meus e de outros estudiosos. O que escrevi aqui é outro trabalho após a banca de qualificação da tese. Lá me esbaldei. Coloquei-me no texto direta e exaustivamente. Nenhuma decoração. Disse o que vi lá em Pau de Colher. Mas,

dominei minha vontade e confeccionei com outra roupagem. Saí mais do texto. Será? Deu um trabalho enorme, pois fica difícil quando se vai a campo, durante anos, lembrando as lições de casa: quem quer vai, quem não quer manda. Além disso, *ethos* é emoção, como me acalmou meu orientador. Peço desculpas, no entanto, mas, tenho certeza que vocês já entraram no texto da mesma forma, com o trabalho de reinterpretação.

Acrescentei as teorias, dialoguei com as noções, busquei as categorias de análise, a partir do que me disseram “meus” narradores. Li várias vezes cada narrativa, tanto dos órfãos quanto dos remanescentes. Fui marcando, com marca texto, frases, temas que surgiam, palavras, idéias, pontos, vírgulas, exclamações, interrogações, reticências, silêncios. Ao voltar aos textos, por eles informados e por mim transcritos e lidos (transcrição com detalhes de cenários, gestos, movimentos), me deparei com rito de passagem, *ethos*, pertença, memória, resistência e percebi minha vida de transitante implicada. O fato é que vivo uma das mais demoradas liminaridades. Vivo no limem, na margem, sempre, e minha alma, inquieta, pede meu retorno. Trabalhar com o tecido da história dos órfãos de Pau de Colher me colocou diante de mim mesmo.

Propus-me erguer a história dos órfãos de Pau de Colher, desconhecida até hoje pela história oficial, como principal objetivo, uma vez que essa disposição seria um caminho possível de chegada, sempre provisório claro, afirmativo da função social da memória como fundamental, para a manutenção do ethos de indivíduos postos à margem pelo poder.

Edificá-la defendendo a partir das vozes dos órfãos de Pau de Colher, das noções teóricas contidas no **Capítulo 1**, e da metodologia adotada, cabem como resposta, a nosso juízo, para as interrogações levantadas ao longo do texto, desta tese, através do exercício de abstração do *ethos* na direção da análise objetiva. Muito deve ter ficado a desejar, lacunas construídas, noções outras podem alguns leitores sugerir, outra forma de escrita, novas versões, mas trouxe a voz de pessoas destinadas a desaparecer sem ao menos sentir que sua história poderia ser pensada de outra forma o que, com clara certeza, refletiria na vida de seus descendentes. Como já está refletindo, principalmente, em suas vidas hoje. Tenho certeza de ter trazido, à tona, a oportunidade de outros órfãos poderem falar e serem ouvidos. Abrir oportunidade para mudança de olhar sobre os movimentos messiânicos e pessoas diretamente envolvidas. De ter colocado toda energia neste trabalho ao me arvorar, sem medo e sem economias entrando pelas veredas, pelos atalhos, pela caatinga em busca dos remanescentes dos órfãos de Pau de Colher e dos próprios órfãos. Poder dizer agora o contrário do que disse Queiroz: o que aconteceu com os que ficaram, tenho notícias.

Curiosidade, determinação, sensibilidade, paciência, destemor, prazer entram nessas

considerações finais. Aqui é a autora da pesquisa e da escrita. Sozinha? Não. Acompanhada dos plurais atores sem os quais nada disso poderia ter sido construído.

Curiosidade condutora da garimpagem em meios aos lugares nunca antes pisados na caatinga, nos arquivos públicos, nas bibliotecas. Curiosidade de ir a fundo aos documentos. Ler por entre as dobras. Estirar os papéis dos fichários amarrotados, subir através de escadas para pegar as caixas bem lá na última prateleira das estantes dos arquivos. Curiosidade que projeto, palavras de convencimento aos oficiais responsáveis pelos arquivos, fazendo-os se interessar pela história de Pau de Colher. Curiosidade estimuladora da paciência de passar, página por página, de cada arquivo em busca de um sinal, uma pista, um texto.

Determinação instaladora do enfrentamento quando estive em situação de impedimento por parte de alguns órgãos públicos. Dificuldades para não atender, insatisfação dos encarregados dos arquivos, quando tinham disponibilizar o material: falta de tempo, falta de funcionários, falta de entendimento sobre o que eu queria, diziam. Algumas perguntas como: 1938? E ainda tem documentos desse tempo? Determinação de resistir, à espera por horas, como foi o caso do arquivo do Tribunal de Justiça no Rio de Janeiro e da FUNDAC, em Salvador. Dois dias voltando ao local para ser atendida depois de resistir às desculpas e procurar falar com a pessoa responsável pelo arquivo e três dias sendo mandada de uma instituição para outras situadas em bairros distintos, respectivamente. Os arquivos estão todos embalados, pois estamos em reforma (embora não tenha visto sinal de tais trabalhos explicitamente), o caso do Rio de Janeiro e por estarem com os arquivos todos desorganizados, caso de Salvador.

Sensibilidade e paciência para entender o silêncio daqueles órfãos e remanescentes que não quiseram falar. Entender seus medos, suas dificuldades em se colocar pela primeira vez diante de alguém que pretendia saber “daquela história que não tem nada de importante”, diziam. Sensibilidade para aceitar as “caras fechadas” de alguns, a rispidez de outros. Sensibilidade para procurar, um a um, por entre a caatinga por quilômetros e quilômetros. Uma pista aqui, outra ali ia aumentando a relação dos órfãos. Procurar as palavras pra não ferir, respeitar a hora de cada e deixar muitas vezes que eles falassem sem interrupção mesmo que saíssem do foco de sua experiência com Pau de Colher.

Destemor para enfrentar situações limites como as enfrentadas, por mim, a procura do soldado principal do Capitão Optato Gueiros, em Serra Talhada, no interior de um sítio em meio a estradas de chão. Essas se perdiam da estrada principal e, lá, passar três dias sem que minha família soubesse onde estava. Destemor para enfrentar os olhares de pessoas, na região de Pau de Colher, pensando que eu estaria organizando outro Pau de Colher. Destemor para

dormir, a ermo, e me entregar, confiantemente, a quem nunca havia visto antes em uma região cercada pelo espectro das conseqüências do movimento de Pau de Colher e do cangaço.

Prazer de ouvi-los, de conviver com eles, de dormir, comer, pegar a enxada, a pá, o rastelo, a carroça e o jumento e seguir para o mato. Prazer em chegar tão perto de pessoas disponíveis, generosas em conceder sua palavra. Prazer em deixar para eles essa história registrada cuja espera totaliza setenta anos. Prazer de ter criado uma rede entre eles, pois não tiveram oportunidade de se encontrar através desse vínculo: suas histórias agora contadas por eles. Prazer em ter conseguido documentos importante para a possibilidade do resgate de outro compromisso do Estado, mesmo que eles tenham dito não se importarem com isso: seus duzentos contos de reis, cento e cinqüenta contos de reis, duzentos e cinqüenta contos de reis. Dinheiro esse resultado do trabalho de cada um durante a *liminaridade*. Os documentos encontrados registram o percentual e a quantia de cada um. Estou com cópia autenticada dos mesmos.

Desta maneira, através de nossa abordagem, esta tese abriu oportunidade para que trinta e dois órfãos tivessem voz, além dos demais remanescentes não órfãos importantes para erguer esse trabalho. Gente de carne e ossos, nossos vizinhos, conhecidos, nordestinos, brasileiros. Foi possível vê-los concretizando sua humanidade, ao contrário de se pensarem como filhos de “insandissados”, de “fanáticos”, de “desumanos”, de “gente do outro mundo” necessitando de civilização. Identidade que deveria ser desenhada à semelhança dos de fora. Penso que os órfãos de Pau de Colher já nos ensinaram o que é pertencer, o que é memória, o que é honra, orgulho, amor a terra, o que é resistir em busca da dignidade na dinâmica que se chama viver em sociedade (GENNEP, op. Cit). Tenho certeza que os órfãos mostraram que a memória ajuda indivíduos a manterem e resgatarem sua identidade numa situação de isolamento (margem, *liminaridade*), mais do que um rito de passagem. Essa é a tese aqui defendida. Ao interagir com os órfãos e interpretar sua trajetória, chegamos aos elementos simbólicos indicadores do sentimento de pertencimento e do código de conduta, de sua origem, condutoras de suas ações na margem.

As narrativas dos órfãos de Pau de Colher saíram de um drama da vida real e isso nos ajuda a entender a riqueza da vida cotidiana, principalmente em seus momentos de suspensão como é o caso dos órfãos. Ajuda-nos a compreender o complicado viver em sociedade quando, ao contrário, muitos o consideram de forma superficial e generalizada. A experiência dos órfãos tem muito em comum com que traduzimos por *drama-morte-vida*. Estou certa de que esse aspecto representa o movimento de sua pertença que me permitiu buscar seu caráter de permanência. Entendo ser uma consideração que faço, a partir dos

muitos dados empíricos tidos em mãos. Então, baseado em elementos buscados no campo, na relação com eles, na experienciação do dia a dia, em suas histórias de vida, em suas experiências autobiográficas, em observações o que exigiu muitos dias, meses, anos de pesquisa.

As narrativas formam um tecido, como me referi antes, muito bom. Acrescido a esses lugares da pesquisa estão os teóricos. Acredito ter concedido a Genep, Turner, Halbwachs, Pollak, Weber, Certeau, Foucault, Portelli, Bosi e a todos com quem dialoguei discutidos no **Capítulo 1**, e durante toda a tese, não suficiente, por este momento, pois precisaria dominar muito mais todas as teorias, para por em pé este trabalho. Estes, juntamente com as narrativas, me ajudaram, não só a tirar os órfãos do anonimato, do ocultamento, da clandestinidade de suas histórias. Ajudaram a tirar a quantidade de vozes que estão nos porões, nos subterrâneos do silêncio daquele que esperaram oitenta anos para falar. Nos termos de Trebitsch, (1994, pp. 23-31), no que concordo, “tirar do esquecimento aquilo que a história oficial sepultou (...) a “história vista de baixo”, uma história do cotidiano”. Acredito como Trebitscht que essa posição, pela narrativa, permite a história daqueles que foram silenciados pela história oficial. Juntando-se a esses componentes, saliento as aulas, discurso paralelo, que fazem parte da minha vida acadêmica, quando meus professores apresentavam suas versões sobre as teorias, seus entendimentos, suas dúvidas, me ensinando a exercitar o espantamento, a questionar, a indagar, a ser curiosa, a juntar teoria e prática.

A força da pertença acredito eu, apoiada pelas fontes, dinamizada pelos órfãos na *liminaridade*, embalada pelo amor a terra, pelo orgulho, pela honra e concretizada nas plurais maneiras que criaram aquecidos pela memória, permitiu sua resistência e intervenção. Na verdade, os órfãos de Pau de Colher foram os principais responsáveis por se manterem indivíduos até os dias que correm.

De que forma cheguei ao entendimento que os órfãos de Pau de Colher vivenciaram um rito de passagem? Nesse mantiveram sua pertença, ou seja, na suspensão do seu cotidiano, no isolamento, se mantiveram indivíduos? Que a memória foi estratégia de resistência para eles?

Louzinho narrou: “a gente vai, mas a gente volta pra trás”. Manuel disse: “o lugar da gente era o que a gente mais queria, quando estava na escola em Salvador”. Daniel afirma: “eu fugi, uma vez da escola, quando pude, mas me colocaram de volta”. “O que eu sonhava e pensava era tudo sobre minha vida com meus pais, no cachí, no criatório, o que nossa mãe ensinava”. Daniel continua: “Vou voltar, com minhas cinzas, pois aqui eu não tenho identidade”. Alexandre lembra: “Sou de Proeza e meu lugar é aqui”.

Os órfãos narram, todo o tempo, na tentativa de expressar o sentimento pelo seu lugar, pelas pessoas que fazem parte de suas vidas, daquilo que representa seu pertencimento. Em suas narrativas, os lugares, as pessoas, a terra, os nomes dos lugares, seus nomes, os nomes dos vizinhos, dos amigos, dos parentes são a gravação de seu próprio laço. Ao relatar suas vivências os órfãos, do começo ao fim, mencionavam esses componentes. O pai, a mãe, a morada lembrados com brilho nos olhos. “Sou Louzinho da Lagoa do Alegre”, de Pedro Benvenuto”. Significa, aos meus olhos, eles próprios, se auto reconhecendo que é ele, é de um lugar e de alguém. Essas respostas eram acompanhadas pelo orgulho, pela honra, pelo amor de pertencer ao lugar, às pessoas, a vivência na tradição. Eu planto, eu crio, complementavam. Estou na terra que era do meu pai, acrescentam com orgulho. Percebo ser a pertença ancorada não apenas em nomes ou povoados, mas nas atividades da terra suor, da terra trabalho, da terra histórias vividas diretamente em compartilhamento. Esses elementos constituindo sua identidade. A terra como algo mais do que um dado físico, mas um dado construído em relação com os outros.

Em nenhum momento os órfãos de Pau de Colher, durante a *liminaridade*, disseram que eram daquele novo lugar. Poço exemplificar, com Daniel do Nascimento, até hoje, quando afirma: “eu não sou daqui do Rio de Janeiro. Aqui eu ficaria sem significado”. Eles eram filhos de lavradores e como tal procuraram se aproximar, na escola, às atividades que os aproximava ao seu lugar. Louzinho optou pela oficina de madeira; Daniel pela de couro; Manuel pela agricultura, por exemplo. Não há um ocultamento de sua pertença, muito pelo contrário, a aproximação está em todos os lugares de contraste e em todos os lugares de aproximação.

A pertença falou através de suas narrativas e escutei atentamente. Todos os textos, fornecidos pelos órfãos, anunciam como eram conhecidos no Instituto de Preservação e Reforma: caceteiros! Quem é você? Perguntavam. A resposta muitas vezes não era seu nome, mas o que representavam: sertão, o mato. Esses dados de nome, de lugar de trabalho, da história, que havia desembocado em Salvador, eram outras nomeações como resposta. Quanto mais dados eles forneciam mais sua identidade era reafirmada. A história dos órfãos falada, não só por eles, mas por toda a escola, os transportava para o passado de seus antepassados. Como é óbvio cada nomeação os afirmava ao mesmo lugar. Enquanto atores estavam sempre em busca, mesmo em meio à nova situação, aos lugares de suas afetividades. Dentro de um novo universo social, o esforço para a fuga dessa realidade cotidiana de agora, os colocava na suspensão do cotidiano de sua origem. Isso ocorreu, por exemplo, com Manuel, quando foge, literalmente, em meio ao sono, desse cotidiano agora prescrito, para o encontro com o

cotidiano que lhe era familiar como afirmou: “sonhava com tudo lá do mato e eu ficava mais calmo quando acordava. Eu misturava o sonho pensando que estava lá e às vezes via as coisas da escola também”. Fatos, acontecimentos, pessoas, atividades ligando-os ao mundo de antes.

Quem ouviu, diretamente, as narrativas, fica surpreso com o desejo de Daniel de voltar, após a morte, com as cinzas, que agora se concretiza antes destas. Está na região acalmando sua alma inquieta. É o Daniel doente, em busca de seu remédio, mantendo um propósito firme como quem percebe uma via relevante para sua identidade que não depende apenas de possibilidades subjetivas, mas de objetivas. Por exemplo, sua sobrinha, que atualmente mora com ele no Rio de Janeiro, precisa de um tempo para entender esse desejo (vontade subjetiva) e realizá-lo legalmente (imposição objetividade). Estar vivo, hoje, para Daniel, é a negação de se encontrar, definitivamente, coisa que não pode fazer no passado. Morrer será a realização. A vida o nega; a morte o afirmará. “Então eu estarei, lá, debaixo dos juazeiros”, disse com os olhos cheios de lágrimas.

Aprendi muito com os órfãos de Pau de Colher. Coisas que anos de leitura não ficaria claro em minha cabeça. Os órfãos mostraram quem é um indivíduo no isolamento, pensado pelo Estado como bichos do mato, acuados, sem autonomia, sem vontade, sem sentimento. Mostraram que após terem sido roubados, em sua dignidade, sofreram a condenação de serem devorados pelas garras das regras e normas prescritas pelo Estado, sem terem morrido. Diariamente sua vida, sua força de trabalho, sua liberdade, reproduzida para alimentar o desejo do outro, mostrou que o segredo pelo que passaram, arrancados da possibilidade de sentir a dor e enterrar seus pais, é o de não nos deixar morrer. O drama, a morte e a vida os fizeram viver. Morrendo emocionalmente, viveram. Encontraram esconderijos. Drama, morte e vida!

Os órfãos de Pau de Colher preferiram continuar vivos, mantendo sua pertença, assimilando o outro. Resistindo para voltar. Encontraram seus esconderijos onde os guardas, o diretor, os outros colegas, não os alcançassem. Outros não conseguiram e foram agarrados pelos sortilégios aos quais não estavam acostumados. Seduzidos, permaneceram. Ao abrirem os olhos, já não podiam mais voltar. Havia estabelecido relações familiares que os prende, até hoje, ao lugar onde se sentem estrangeiros. Onde estava o mundo dos órfãos que os permitiria serem humanos, lugar para a incessante concretização de sua identidade? Canuto e Anísio, dois dos quatro que não retornaram, não se permitiram oportunidade de responder, pois resistem tentando esquecer é uma hipótese. Não temos a resposta, pois não abriram suas portas para nos receber. O que posso fazer é como Alexandre e “apressar os passos para chegar lá na minha terra montado no lombo do jumento”. Ao trabalhar a luta para continuar

pertencendo a um lugar, fica claro que os órfãos tiveram em muitas ocasiões vontade de voltar para serem iguais a Daniel, Canuto e Anísio. O sonho da farda do Exército, Marinha ou da Aeronáutica, sobrevoa a cabeça dos que voltaram, pois têm a idéia de terem perdido a oportunidade dos quatro colegas que não voltaram. No entanto, em seguida a essa afirmação, logo diziam: “lugar bom mesmo a nossa terra. Aqui a gente é gente”.

Erguer a história dos órfãos de Pau de Colher foi a tarefa desta tese. Tarefa atizada pelas razões abaixo:

1. Ser desconhecida pela historiografia brasileira;
2. O pouco estudado, até hoje, se limita aos acontecimentos na origem, ou seja, só até a “extinção” do “fanatismo” pelas tropas do Capitão Optato Gueiros em 1938;
3. O percurso da orfandade ocultada pelos documentos oficiais;
4. Escassez de documentos;
5. Os órfãos em sua maioria estarem vivos.

Obviamente, a pesquisa que resultou nesta tese, desenvolveu-se a partir de objetivos e metodologias próprias, além de não pretender avaliar do ponto de vista das teorias da ação social, com o aprofundamento necessário, pois não era objetivo desta tese. No entanto, é possível ressaltar a autonomia dos sujeitos, durante a trajetória dos órfãos, cuja evocação dos quadros sociais da memória e da memória reminiscência, permite a elaboração de uma resistência. A questão evidencia-se, com clareza, nos comportamentos e práticas desenvolvidas por eles de vida ativa, resistência e luta para permanecerem indivíduos. Vale a pena me reportar ao dito, várias vezes, pelos órfãos:

O que só pensava era voltar. Minha terra é diferente. Eu não me acostumava com aquela vida de prisão no mesmo lugar sem ver o mato, a criação, as estrada que não tinha fim. Aquele muro alto da escola era a coisa mais triste que eu podia ver toda vez que chegava perto do portão de ferro da escola. Sem ver o povo conhecido. Eu só pensava em voltar e chorava todos os dias. Esquecia às vezes quando eu tava brincando ou quando estava na oficina trabalhando com a madeira. (Entrevista com Louzinho de Souza Rodrigues, em Lagoa Comprida, em 06/04/2005).

Esse tipo de informação revela o motivo da frustração e indignação dos órfãos em relação ao que foram forçados a interromper na origem. Da mesma forma, as ações do Estado,

para educá-los, foram testadas pelos órfãos, durante a margem, e pelos familiares que lutavam em seus povoados para trazê-lo de volta. A forma de resistência cotidiana dos órfãos, inferido das narrativas, toma força na memória do grupo e foram eixos denunciadores da recusa, da insatisfação de estarem vivendo em uma situação para a qual não optaram. Ao mesmo tempo, apontam a força da pertença que deu a eles a segurança dos valores comuns. Esses valores comuns, no limite que estavam em relação ao seu mundo. Momentos de contradição mais expressivos, aguçando a alteridade dos órfãos, desvendando o agir cotidiano no Instituto de Preservação e Reforma, lugar defendido, nesta tese, como o da *communitas* dos órfãos de Pau de Colher.

A trajetória os órfãos de Pau de Colher e, no processo de ausência do seu lugar de afetividades, da vizinhança, da tradição, criam uma *communitas* no Instituto de Preservação e Reforma. Convivendo em meio às regras e normas da estrutura e, no isolamento, na suspensão de seus papéis da origem, se agarram a sua memória, com aparato do *ethos*, para permanecerem indivíduos de Proeza, de Jatobá, de Queimadas, de Lagoa do Alegre, de Morrinho, da Barra, de Lagoa Comprida, de Caldeirão do Garrote. Em fim do lugar que expressa sua identidade produzem, nesse sentido, procedimentos indicadores da não aceitação daquela prescrição. A memória, com aparato da pertença, ajudou os órfãos de Pau de Colher manter e construir sua identidade, no período de “margem”. Mesmo em decorrência das receitas caprichosas do Estado, para suas vidas, após a morte de seus pais, como defendo a força dos costumes comuns, dos valores comuns e da memória comum, objetivou-se na evocação de sentimentos de comunhão levando-os ao caminho de volta.

A abordagem teórica utilizada, ao longo do estudo, permitiu defender o argumento acima frisado. A partir das narrativas, Gennep (1977) e Turner (1974), indicaram a idéia da trajetória como um *rito de passagem*. Os órfãos de Pau de Colher, durante essa passagem, caracterizada pela suspensão dos seus papéis da origem, suspensão do seu cotidiano, na “margem”, vivenciaram momentos compostos por elementos arredios, rasuras, interrupções, elementos liminares. A ruptura, assim, vai desenhando um desdobramento, que se manifesta em várias interrupções, levando-os a uma ação reparadora, um desfecho harmonizante para vinte e oito deles e cisão irreparável para quatro do grupo. Separaram-se do lugar, viveram à margem e retornaram. A reconciliação com seu lugar, quando entram triunfantes após oito anos no limem, indicam uma passagem sim, mas uma passagem para permanecerem lavradores. Foi o que aconteceu com: Dioclides, Miguel, Manuel Costa, Manuel Justiniano, José Justiniano, Celeriano, José Alves, Porfírio, Alexandre, Manuel do Nascimento, Tibúrcio,

Ao defender, na esteira desses componentes teóricos, a história dos órfãos de Pau de Colher, outros bens se expressaram não apenas do ponto de vista da academia, mas do ponto de vista, hoje, da vida dos órfãos. Assim vejamos:

- A memória que se inscreveu, da mesma forma que na fala, nos gestos, nos gostos, na audição, nos sotaques, no paladar, no olfato, nos cheiros;
- O ganho para o estudo da História local que tem sentido para os sujeitos ocultados e invisíveis, pois é nesse cenário que ela acontece;
- As narrativas, como instância para transmitir e manter aos filhos e netos, recheada de críticas à memória histórica, aquela que não reconhece o saber comum do homem simples.
- Ambas as partes da relação, [órfãos] e antropólogo [pesquisador] identificam e reciclam um passado histórico que os implica de forma diametralmente oposta.

O maior estímulo vale lembrar, para me lançar nesta tarefa, foi o intento de trazer, à tona, o que não foi recuperado ainda pela historiografia. Relembremos: “do que lhes aconteceu em seguida temos notícias”. Porém, a maior realização foi o de ajudar os órfãos de Pau de Colher a reconciliarem-se com sua história. Contribuir, da mesma forma, para a superação da vergonha, da inferioridade, do sentimento de terem sido personagens de uma história, considerada pela memória histórica, “suja”, “fora da lei”. Portanto, o nosso esforço foi empreendido, sobretudo, em favor da história do resgate da dignidade, suprimida pelo estado, após a repressão policial de 1938 dos órfãos de Pau de Colher, e, talvez, a maior contribuição do nosso estudo tenha sido publicizar a história do drama, da morte e da vida dos órfãos de Pau de Colher e sua entrada, triunfante, de volta ao seu lugar de origem. Embora ainda com fraturas, pois nem todo o tempo que possa passar seria suficiente para apagar, nós todos devemos aplaudir a luta dos órfãos de Pau de Colher ao terem concretizado a “viagem de volta”.

Por fim, nestas considerações finais (que se eu não parar vai virar capítulo), foi minha pretensão voltar um pouco e retomar as análises feitas ao longo do tecido desta tese e, em forma de síntese, colocar-me diante da opção do rito, memória e identidade para empreender uma definição dessas categorias de análise que proporcionaram uma rica discussão acerca da trajetória dos órfãos de Pau de Colher e sua resistência, durante a *communitas*, para a reconciliação com o passado. A juntura entre rito, memória e identidade consistiu na definição de outro olhar para movimento de Pau de Colher, para o destino dos órfãos, um olhar sócio-antropológico capaz de desenvolver uma compreensão mais educativa e intervencionista da resistência que oferecem o rito, a memória, a identidade. Esses conceitos ajudaram elucidar a construção de vínculos fortalecidos nas relações de pertencimento do

grupo ancoradas na identidade dos sujeitos envolvidos. Essas categorias de análise foram amplas, na sua constituição teórica, elucidativa de sujeitos silenciados pela gestão da história oficial e pertinente no seu sentido social.

Tenho a plena consciência de que rito de passagem, de Turner, a discussão de memória coletiva, de Halbwachs, alicerçaram a idéia de identidade resistência que a metodologia da história oral permitiu elucidar como um procedimento para o estudo da memória. Demonstrou um potencial educativo fundamental para a definição de indivíduos em busca do resgate de sua autonomia e dignidade.

Por meio dos pressupostos dessas categorias, viabilizadores do mergulho no cotidiano da trajetória dos órfãos de Pau de Colher, certamente, foi possível vislumbrar vários atalhos fascinante que põe as vontades de verdade (fanáticos, insandissados, desordeiros, baderneiros, ignorantes), em cheque, porque “crise de uma sociedade dominada por grandes e definitivas certezas, a da limitada reprodução do capital e da inesgotável força da coação do poder do Estado. Como o afirmado na **Introdução** desta tese, o movimento de Pau de Colher, estudado à luz do messianismo, digo, ocultou a realidade do mundo dos órfãos e de seus descendentes, pois ficou reduzido pelas grandes categorias explicativas e pelas grandes abstrações aquilo que nem sempre tem tido visibilidade no trabalho científico, o drama e a trama da sociabilidade dos simples como defende Martins, (2000). Trajetória esta enraizada, histórica e socialmente, na forma como, os órfãos de Pau de Colher, interagiam entre si juntos aos seus antepassados, desenvolviam ações cotidianas em sua relação com a natureza que entendo como instrumentais, estratégicas, e interventoras. O estudo do cotidiano e, em nossa tese, o estudo da suspensão desse cotidiano, através dessas categorias de análise, defendo, como a melhor opção teórica para conhecer, em sua aparente solidão, que se instalou o momento de intervenção, da ousadia, do atrevimento, da transgressão [dos órfãos de Pau de Colher] (*ibid.*). Utilizei minha argumentação, o tempo todo, com amparo das falas dos órfãos, para demonstrar, como suas ações, durante a *liminaridade*, facilitaram seu retorno.

Tenho que dizer, o referencial teórico de Genep, Turner e Halbwachs, entrecruzando os demais teóricos que acompanharam a tessitura desta tese, se constituiu em uma profunda provocação para mim, pois estou diante de um referencial que é considerável. Principalmente por ter erguido esse trabalho amparada pela metodologia da história oral, pois apesar de sua expansão e consolidação, tem sido alvo de diversas críticas, sobretudo de historiadores que utilizam as fontes escritas como documento da história, quanto duvidarem da legitimidade dos documentos orais devido à influência da subjetividade dos informantes (MENEZES, 2005; AUGRAS, 1997; TREBISCHT, 1994). No entanto, continua a autora, o documento escrito

também não garante o registro objetivo do fato, mas, antes, expressa uma interpretação marcada pelo ponto de vista do escritor, bem como dos interesses dos envolvidos no documento, continua a autora. Mas, como não era a intenção da tese me ater a elas, não fizemos questão em discuti-las, inclusive, são críticas que não desmerecem a condição de um pensador crítico capaz de entender a dinâmica social e os desafios em seu fazer cotidiano.

Observando o meu ponto de partida, o ponto de chegada e, principalmente o movimento entre um e outro, ou seja, o universo simbólico que dinamizou o processo, tenho certeza que a pesquisa de campo expressou as teorias e foi a opção mais adequada para o momento. Opção mais adequada para afirmar que as prescrições arbitrárias do Estado para a vida dos órfãos de Pau de Colher, como imposição para suas vidas, fizeram evocar os princípios de pertença objetivados em sentimentos de honra, orgulho, solidariedade, integraram os órfãos à tradição, posto que guiados pela crença e valor de sua cultura. Seu *ethos*, portanto, foi a disposição plena que tiveram para se reconhecerem como sujeitos. Revitalizar sua auto-estima e de sua cultura, motivando-os para a ação do grupo, no Instituto de Preservação e Reforma, para o resgate da dignidade dos vivos e dos mortos de Pau de Colher, ao entrarem triunfantes nas terras de seus antepassados reconciliando-se com sua tradição. Tenho clareza da necessidade do aprofundamento da idéia, do erguimento da história dos órfãos de Pau de Colher via rito, memória e identidade no caminho pelas lacunas deixadas.

Ao dar fechamento a esta tese ficou claro, e cabe repisar, a necessidade da continuidade de novos estudos e pesquisas no campo dos ritos de passagem, da memória e da identidade apresentadas de forma fecunda sob vários aspectos. Muitos desses aspectos não foram possíveis desenvolver nessa tese, mas nos convidam para a continuidade, e, diga-se de passagem, já está acontecendo, para um aprofundamento maior, bem como para ampliar a História dos órfãos de Pau de Colher. Assim vejamos:

- Pesquisar, à luz das questões de gênero, a trajetória diaspórica das trinta meninas órfãs de Pau de Colher;
- Aprofundar, do ponto de vista da memória (Res) Sentimento, o cotidiano dos filhos dos filhos dos remanescentes de Pau de Colher;
- Continuar aprofundando, com a pesquisa, do ponto de vista de reconhecer o cotidiano na História e a História no cotidiano dos órfãos de Pau de Colher através da memória;
- Estudar, do ponto de vista da Antropologia Visual, o acervo de imagens dos arquivos de pesquisa somados neste trabalho;

- Aprofundar a pesquisa com relação à responsabilidade do Estado que além de produzir a orfandade das crianças de Pau de Colher, e colocá-las na liminaridade durante oito anos, ficou com o resultado do trabalho desenvolvido nas oficinas do Instituto de Preservação e Reforma pelas crianças, e adolescentes de Pau de Colher, durante horário integral e inclusive durante as férias.

Trouxe, nesta tese, uma interpretação. Não a escrevi desejando a minha vontade de verdade. Caso o fizesse estaria mentindo. O que os órfãos viveram merece uma ampla discussão, o percurso de novos olhares, novos caminhos, novos textos. O que fiz foi dizer o que vi lá. Perguntar a eles sobre eles. Pensar sobre o que disseram e fazer uma interpretação como alerta Geertz, de segunda, terceira mão para a qual fazemos o convite a ser lida. Certamente o trabalho de lembrar e narrar, dos órfãos, se juntará à reinterpretação do texto pelo leitor. Este será o trabalho para compreender o que está escrito e refazer o percurso interpretativo.

Terminar, por hora, com a certeza e esperança de Daniel do Nascimento, considerada por mim, aquela carregada da maior prova de que o tempo para ele está bem presente: quero voltar para minha casa! Com o imperativo de Manuel Costa de que “Voltar pra trás é muito forte”. Com o sentimento e certeza da força do aroma, do tom, da qualidade de vida, da disposição do *ethos* de um povo, em Louzinho, “a gente vai, mas a gente volta pra trás”.

REFERÊNCIAS

A) DE NARRATIVAS

1. Remanescentes

Abel Moreira de Siqueira – 1922- São José, lavrador

Abi Gomes Marques - 1924. Barra de Antonio Martins-PI, lavrador

Adelson Braga - 1918- Casa Nova, enfermeiro

Adolfo Gomes da Costa. 73 anos em 2001- Cacimba-PI, lavrador

Adriano Raimundo de Souza – 1926 - Lavrador. Floresta-PI

Afonso Rodrigues da Silva – 1910 -Dom Inocência, lavrador

Alaide de Macedo Nunes- 1926, filha do delegado de Ouricuri João Nunes de Barros

Alvina Pereria da Silva Pinto - 1914- Riacho Grande, lavrador

Alzira Vitalina Gomes – 1917 Campo Alegre, lavrador

Antonio José da Silva -Antonio da Aurora -1931. Lagoa do Alegre – BA, lavrador

Carlos Luiz dos Santos – 1934 - Baixão dos Caboclos, lavrador

Daniel Nascimento – 1929 -Castanheiro-BA, aposentado como Tenente da Marinha.

Davi Pereira Dias -1926 –Olho D’Água, lavrador

Eupídio Ferreira de Amorim- 1919- Sítio Veredão –Ouricuri, lavrador

Francisca das Chagas Rodrigues – filha de Benedito Alves da Luz

Francisco Leite da Cruz – 1926- Cruz da Barra, lavrador

Francisco do Nascimento - 1959, sobrinho de José Senhorinho - lavrador

Honório Teles da Silva – 1934 –Jatobazinho, lavrador

Irene Santos Viana – Casa Nova, esposa de Lauro Viana

Jerônimo Rodrigues Alves- 1926, sobrinho de Benedito Alves

João Damasceno Gomes- Barra, lavrador, neto de Teodoro Justiniano Reis

Jaime Dias Gomes – 1926- Morrinho, lavrador

Jaime Dias Gomes – 1926- Morrinho, lavrador

João Leandro de Oliveira - 1922. Exu-PE.,aposentado da Fazenda. Coroinha de José Lourenço.

José Antunes de Oliveira -1919- Rancho Alegre, lavrador

José Justiniano Reis - 1926. Lagoa do Alegre-BA, lavrador e Presidente do Sindicato Rural. Viveu no adjunto de Pau de Colher.

José Tintino de Souza - 1934. Riachinho-BA, lavrador, seu pai conduziu as tropas do capitão Optato Gueiros até Pau de Colher.

Josefa de Souza Rodrigues - 1923. Lagoa Comprida-BA, lavrador

- Josefa Luzia da Silva – Umbuzeiro -1915, lavrador
- Joaquim Alves dos Santos – 1914 – Cachoeira do Roberto
- Laura Dourado - Casa Nova-BA, dona da Fazenda onde trabalhava José Camilo, um dos chefes do adjunto de Pau de Colher.
- Lourival de Souza Rodrigues -1926. Lagoa Comprida-BA, lavrador
- Manuel Rodrigues Ribeiro - 1918. São Bento – BA, lavrador. Viveu no adjunto de Pau de Colher.
- Maria Madalena Brito Santos – mãe de Valter – 1919 Cachoeira do Roberto Cirilo Brito Santos o pai dela era delegado.
- Maria Ferrreira - 1913. Olho D'Água –PI, lavrador Viveu no adjunto de Pau de Colher. Era uma das mulheres de reza do adjunto.
- Maria do Nascimento - 1919. Castanheiro-BA. Hoje, mora na Cidade de Casa Nova, hoje. Viveu no adjunto de Pau de Colher.
- Maria Madalena do Nascimento – 1934- filha de lavradora
- Maria Ferreira dos Santos – 1913- Olho D'Água, lavradora
- Maria Angélica Mota de Souza 1932- Cuidou de Petrina Rodrigues
- Marina Nogueira de Oliveira – 1924 Batateira, lavradora
- Maria das Dores Marques- 1932 Tanque do Bonito, lavradora
- Manuel Lira Parente -1915- Fundação Ruralista
- Maria do Nascimento da Silva Carvalho – 1934 Riacho do Pascasso, filha de lavrador
- Marieta de Souza Rodrigues - 1913. Traíra – PI, agricultora. O marido fazia negócio comércio com o adjunto de Pau de Colher.
- Miguel Amorim da Silva – 1927 – Ouricuri
- Neli Dias de Souza Neto – 1922 – Fazenda América, lavrador
- Oscar ferreira Nunes – 1925- Fazenda Baixão, lavrador
- Raimunda Santos Castro -1920. Minador das Pombas-BA. , agricultoraViveu no adjunto de Pau de Colher.
- Raimundo Pinto - Algodão-BA. Morador da região.
- Raimundo do Zeca - Curral Novo-BA, lavrador.
- Raimundo Loura de Amorim -1933 Ouricuri, lavrador
- Raimundo Loura de Brito- 1925 Ouricuri, agricultor
- Raimundo Pereira da Silva – filho de João da Silva Pinto e Alvina Pereira Silva Pinto pai 102, lavrador
- Rosalina Amorim Miranda, lavrador
- Rufino Rodrigues de Souza -1931. Barra-BA, lavrador. Viveu no adjunto de Pau de Colher.
- Sebastião Dias ferreira – 1921 Ouricuri, lavrador
- Sergio Luiz da Silva – 1921- Barra, lavrador

Simoa Maria Pereira - 1917. São Bento-PI, lavradora. Viveu no adjunto de Pau de Colher. Sobrinha de José Senhorinho beato líder do adjunto de Pau de Colher.

Teodoro Pereira do Rosário – 1916 – Cacimbas, lavrador

Tiago Dias da Silva – 1918 – Fazenda Baixa/Curral Novo-lavrador

Valter Alves dos Santos – 62 anos em 202

Vicente Mendes da Silva - 1919. Barra do Jesuino-PE, lavrador. Viveu no adjunto de Pau de Colher.

Vitalina da Costa – 1935- lavradora- Pau de Colher – lavradora- Filha de Ambrosina da Costa e Antonio Domingos

Petronila Maria de França -1931 Cachoeira do Roberto, lavradora

Zelina Maria de Souza – 1934, lavradora

2. Órfãos

Daniel do Nascimento, 1926, Jatobá -BA

Teotônio do Nascimento, 1933, Jatobá- BA

Lourival de Souza Rodrigues, 1926 -Lagoa Comprida -BA

José Justiniano Reis, 1926 -Lagoa do Alegre -BA

Manuel do Nascimento – 1930 - Jatobá _ BA

Alexandre de Souza Costa, 1930 - Proeza - BA

Porfírio de Souza Costa, 1931- Proeza -BA

Dioclides Justiniano Reis, 1926 - Barra - BA

Manuel de Souza Costa, 1928 - Barra-BA

Anísio Rodrigues de Souza, 1926 - Rio de Janeiro

Canuto Rodrigues de Souza, 1926 - Rio de Janeiro

Celeriano do Amor Divino, 1932 - Santa Cruz -BA

Faustino Costa, 1921 - Proeza -BA

José Luis de Oliveira, 1931 - Olho D'água - PI

Alexandrino, 1926. Filho de João Damazio, Pau de Colher – BA.1926

Tibúrcio Ribeiro da Costa, 1931 - Santa Cruz - BA

Ângelo da Costa, 1931- Santa Cruz -BA

Teodoro de Souza Costa, 1931 - Proeza -BA sumiu

Miguel Rodrigues de Souza, 1931 - Queimadas -BA

Elias Rodrigues de Souza, 1933 - Pau de Colher do Piauí

Antonio Rodrigues de Souza, 1927 -Caldeirão do Garrote - PI

Manuel Justiniano Reis, 1930 - Barra – BA.
 José Alves Ferreira, 1931 - Queimadas – BA.
 Félix da Costa- 1930 - morreu em Salvador
 Abel Justiniano Reis, 1933 - Jatobá – BA.
 Silvério, 1926 - Pau de Colher – BA.
 Adriano, 1931 - Olho D'água-PI
 Gonçalo, 1926 – Cacimbas-Pi
 Manuel dos Santos- 1926 – Cacimbas-PI
 Honório Costa Proeza, 1931 -
 Lourenço, 1926 – Cacimbas-Pi
 Cícero Rodrigues de Souza, 1926 - Caldeirão do Umbuzeiro-PI

B) De livros, dissertações e teses

ALBERTI, V. **Ouvir contar. Textos em História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. **Manual de História Oral/** Verena Alberti. _ 3ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Violar Memórias e gestar a história:** abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil. CLIO – Série ARQUEOLÓGICA (UFPE), v. 15, p. 39-53, 1994.

_____. **A invenção do Nordeste e outras artes/** Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Recife: FJN. Ed. Masangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil /** coordenador geral da coleção Fernando Novaes; organizador do volume Nicolau Sevcenko – São Paulo: Companhia das Letras. (v.1), 1998.

ANDRADE, Manuel Correia. **A Terra e o homem no Nordeste:** contribuição ao estudo da reforma agrária no Nordeste / Manuel Correia de Andrade. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: **Memória e (RE) sentimento:** indagações sobre uma questão sensível. Stella Bresciani e Márcia Naxara (Org.) São Paulo: Editora Unicamp, 2001.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares:** introdução a uma antropologia da super modernidade . Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.

_____. **Por uma antropologia dos mundos contemporâneos.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

_____. **O sentido dos outros:** atualidade da antropologia. Petrópolis Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

AUGRAS, Monique. História Oral e subjetividade. In VAN SIMSON. **Os desafios contemporâneos da História Oral.** Campinas: UNICAMP, 1997.

ARAÚJO, Arturo Gouveia. **Os homens cordiais: a representação da violência na literatura dramática brasileira pós-1964**/Arturo Gouveia de Araújo-João Pessoa: Editora Universitária, 1996.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**/Philippe Ariès. 2ª ed.-Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**/ Gilmar Arruda. – Bauru, SP: EDUSC, 2000.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo, A Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil**/Luiz Alberto Moniz Bandeira. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BARBOSA, Pedro L. Navarro. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História. In: **Michel Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder e subjetividade**. Sargentini, Vanice; Barbosa, Pedro. __São Carlos: Claraluz, 2004.

BASTIDE, Roger. **Brasil, terra de contrastes: Corpo e alma do Brasil**. 8ª. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Difel, 1978.

BELARMINO, Neto. **Pau de Colher- A rebelião dos caceteiros**. 2001

BENJAMIN, Walter. **Magia, técnica e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**/Walter Benjamin. 7ª. ed.- São Paulo:Brasiliense, 1994.

BERGER, Peter & LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, PP. 35-68, 1973.

BÍBLIA. Português. **A Bíblia Sagrada**. Traduzida em Português por João Ferreira de Almeida e atualizada no Brasil. 2ª Ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de História oral**. 3. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade**. Lembranças de velhos. 3ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: Bourdieu. P. **O poder simbólico**. Lisboa:Difel; Rio de Janeiro, 1989.

_____. **A ilusão biográfica**. In: Ferreira, Maria de M. e Amado, Janaina (Orgs.). São Paulo: Vozes, 1996.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 5ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

BRITO, Gilmário Moreira. **Pau de Colher na letra e na voz/** Gilmário Moreira Brito. – São Paulo: EDUC, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O afeto da terra:** imaginário, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e sítiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis/Carlos Rodrigues Brandão.—Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

BURKE, Peter. **A escrita da história/Peter Burke (org.);** tradução de Magda Lopes.-São Paulo:Editora UNESP, 1992.

_____. **A Escola dos Annales (1929-1989):** A Revolução francesa da historiografia/ Peter Burke. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CAILLÉ, Alain. **Nem holismo nem individualismo metodológico:** Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. RBCS, vol,13,38, 5-39,out, 1998.

_____. **Antropologia do Dom;** o terceiro paradigma/ Alain Caillé/ tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. A Dádiva das Palavras: o que o dizer pretende dar. In. MARTINS, Paulo Henrique. **A dádiva entre os modernos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Antropologia e Poder:** Uma resenha de Etnografias Americanas Recentes. In Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, BIB, Rio de Janeiro, n. 27, pp. 1-96, 1º. Semestre, 1989.

_____. Uma inclusão pelo lado “Não respeitável” da Pesquisa de campo. In: **IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais,** Rio de Janeiro, 1980.

CANIELLO, Márcio de Matos. **O Ethos Brasileiro:** Sociologia histórica da Formação Nacional-1500-1654. Recife. Tese. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

_____. **O ethos sanjoanense:** tradição e mudança em uma “cidade pequena”. Mana, vol. 9, ano 1. Rio de Janeiro, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade/Manuel Castells;** tradução Klauss Brandini Gerhardt. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: I. artes de fazer/Michel de Certeau;** tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ:Vozes, 1994.

_____. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques. **História: Novos problemas,** direção de Le Goff e Pierre Nora; tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro, F.Alves, 1974.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia.** Dos pré-socráticos à Aristóteles. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória do Severino e a História da Severina**/Antonio da Costa Ciampa. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CLASTRES, Hélène. **Terra sem mal-** O profetismo Tupi-Guarani. São Paulo Editora Brasiliense, 1978.

COMERFORD, John Cunha. **Como uma família:** sociabilidades, territórios de parentesco e sindicalismo rural/John Cunha Comerford.-Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Atropologia da Política/UFRJ, 2003.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões:** campanha de Canudos. 35ª. ed. Rio de Janeiro: F. Alves; Brasília, 1991.

CUNHA, Jorge Luiz da. Trilhando os caminhos da Mnemosine: a autobiografia do grupo Povo de Clio. In: SOUZA, Eliseu; PASSEGI, Maria da Conceição (Orgs). **Pesquisa (auto) biográfica: cotidiano, imaginário e memória.** Natal/RN : EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua.** 4ª. Edição. Editora Guanabara Koogan.S.A, 1991.

_____. **Relativizando;** uma introdução à antropologia social. Roberto DaMatta – Rio de Janeiro, 1987.

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joaseiro.** Rio de Janeiro: Paz Terra, 1975.

DIAS MONTENEGRO, Rosilene. **História Oral, Memória e Representações Populares.** Campina Grande, vol.22, nº 1, pp. 22-29, jan/jun, 2003.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1966.

DUARTE, Raymundo. **Um Movimento messiânico no interior da Bahia.** In Revista de Antropológica, vol.11, nos. 1 e 2, jun.-dez, 1963.

DUQUÉ, Ghislaine. **Pau de Colher.** Conversa sobre José Camilo, Campina Grande, 04 de abril de 2007.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário:** introdução à arquetipologia geral/ Gilbert Durand; (tradução Hélder Godinho). 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DURHSAM, Eunice. In: BURKE, Peter. **A aventura antropológica.** Teoria e pesquisa. Organizadora Ruth C.L.Cardoso- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DURKHEIM, É. **As Formas Elementares da Vida Religiosa.** São Paulo: Ed. Paulinas, 1978.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano;** trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **Mito e realidade**. Editora Perspectiva, 1972.

ELIAS, Norbert. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2000.

_____. **O processo civilizador**. -2.ed.,-Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1990.

ELSTER, Jon. **Peças e Engrenagens das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ESTRELA, Raimundo. **Pau de Colher, uma pequena Canudos**: conotações políticas e ideológicas. 2 ed. ver. Salvador: Assembléia Legislativa, 1998.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

FERRAZ, Marilourdes. **O canto do Acauã**. 2ª. Ed. Recife: Rodovalho, 1985.

FERREIRA, Brasília Carlos. **Memória, Tempo, Narrativas**. Natal/RN. Política e Trabalho, nº 12, set., 1996.

FERREIRA, Marieta. História Oral e tempo presente. In Bom Meihy, José Carlos Sebe. (Org). **(Re) introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Xumã, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado.-Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; 7ª. Ed. tradução de Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis, Vozes, 1989.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 1º Tomo, 13ª edição brasileira. Riode Janeiro: José Olympio 1966.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa/Paulo freire. 2ª Edição, São Paulo: Guerra e Paz, 1996.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

FREITAS, Alexandre Simão. **Fundamentos para uma sociologia crítica da formação humana**: um estudo sobre o papel das redes associacionistas da educação. Tese de doutoramento defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. 395 folhas, 2005.

FREITAS, Oscar Marques. **Boletim do Serviço de Saúde do Hospital da Polícia Militar do Estado da Bahia**, dando conta do falecimento de “fanáticos”, no. 100, 4, maio, 1938.

- GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da terra/ Moacir Gadotti*. – São Paulo; Peirópolis, 2000.
- GATTAZ, A. C. **A busca da identidade nas histórias de vida**. In: Anais da 10ª Conferência Internacional de História Oral. Rio de Janeiro. Volume 2, 1989.
- GENNEP, Arnold Van. **Os Ritos de Passagem**. Petrópolis, Vozes, 1977.
- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. IN. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC., 1989c.
- _____. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa/ Clifford Geertz**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões, Conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.
- _____. Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**; tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis:Vozes, 1975.
- _____. **Estigma**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- GODBOUT, Jacques. **O espírito da dádiva/Jaques T. Godbout com Alain Caillé; tradutor Patrice Charles F.X. Wuillaume**. – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- GOMES, Alfredo Macedo. **Imaginário social da seca, suas implicações para a mudança social/ Alfredo Macedo Gomes**. – Recife: FUNDAJ, Editora Massangano, 1998.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos**. Maria do Rosário Gregolin. – São Carlos: Editora Claraluz, 2. Edição, 2006.
- GUERRA, Lemuel Dourado. **Entre o controle e a insolência: categorias neutras na sociologia contemporânea**. Raízes, Campina grande, vol. 22, nº 02, pp. 236-245, jul/dez, 2003.
- GURIÉVITCH, Aaron. **A síntese histórica e a Escola dos Anales**. Coleção estudos dirigida por J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. “Herança Quilombola: Negros, Terra e Direito” IN: BACELAR, J. & CAROSO, C. (Orgs) **Brasil: um País de Negros?** Rio de Janeiro, Pallas, 1999.
- HEGEL, G. W. F. **A razão na história: uma introdução geral à Filosofia da História**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Editora Moraes, 1990.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4ª Edição. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 1970.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Presses Universitaires de France, 1990.
- HISTÓRICO de Pau de Colher – **Carta anônima ao Bispo de Juazeiro D. José Rodrigues**, Manuscrito – Juazeiro da Bahia, 1938.

HOBBSAWN, Eric. **Sobre História**; tradução de Cid Knipel Moreira. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Rebeldes Primitivos**. 2ª . ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914/1991/ Eric Hobsbawm**. Tradução Marcos Santarrita; revisão teórica Maria Célia Paoli. – São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HOUTART, Françoise. **Sociologia da religião**. São Paulo: Ática, 1994.

INWOOD, Michael. **Dicionário Hegel/Michael Inwood**; tradução Álvaro Cabral; revisão técnica, Karla Chediak. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

JUSTO, Marcelo Gomes. **Excluídos: ex-moradores de rua como camponeses num assentamento do MST**. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Geografia Humana, USP, 2005.
[HTTP/ WWW.tese.usp.br/teses/disponiveis](http://www.tese.usp.br/teses/disponiveis). Consultada em 27/10/2008.

KROEBER, A. L. **Anthropology: cultures, patterns and processes**. New York, Harcourt, Brace & World, 1963.

LAPLANTINE, Françoise. **Aprender Antropologia/Françoise Laplantine**. Tradução Marie Ages Chauvel; prefácio Maria Isaura Pereira de Queiroz-São Paulo: Brasiliense, 2006.

LEANDRO, Ana Lúcia Aguiar Lopes. **O movimento de Pau de Colher na perspectiva dos atores sociais: relações entre significações da religião e da miséria**. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, 2003.

_____. **“O movimento de Pau de Colher: relações entre significações da religião e da miséria”**. In: IX Simpósio de Pesquisa e Extensão, UERN, de 3 a 5 de outubro, 2007.

_____. **“O Instituto de Preservação e Reforma lugar depositário da força emocional do ethos tecido de mil maneiras”**. In: Encontro de Ciências Sociais Norte e Nordeste: Novas Cartografias da Antropologia, UFAL, Maceió- Alagoas, 3 a 6 de setembro-2007.

_____. **“Observar, ouvir, sentir, escrever, retornar: história oral e a trajetória dos órfãos de Pau de Colher”**. In: I Colóquio de História, Universidade federal de Campina Grande, UFCG, 28 a 31 de julho, 2008.

_____. **“Trajetória e memória de sobreviventes órfãos do movimento messiânico de Pau de Colher”**. In: III Encontro Estadual de História- História e Ética, UERN, Mossoró/RN, de 10 a 13 de junho, 2008.

_____. **The Instituto of Preservation and Reform: depositary place of emotional Power of ethos composed of thousands ways: memory and narratives**. In: International Oral history Association. XV Congresso Internacional de História Oral “Los diálogos de la historia oral com el tiempo presente”. Guadalajara-México, 2008.

_____. **“Saberes da experiência de órfãos camponeses: cotidiano, resistência e retorno a terra da tradição”**. In: III Congresso Internacional sobre Pesquisa [Auto] Biográfica: formação, territórios e saberes, UFRN, Natal/RN, de 14 a 17 de setembro, 2008.

_____. **“Construindo narrativas de camponeses: saberes e fazeres do *ethos*”**. In: Cólóquio Nacional de Linguagem e discurso, UERN/Mossoró/RN, de 03 a 05 de dezembro, 2008.

LECHNER, Elsa Margarida de Sousa. A biografização como alternativa à medicalização. Práticas educativas, territórios e biografização: reflexões a partir da educação rural. PASSEGGI, Maria da Conceição. In: **Tendências da pesquisa (auto) biográfica**/Maria da Conceição Passeggi (Org.).- Natal/RN: EDUFRN; São Palo: Paulus, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 2ª Ed. São Paulo: Unicam, 1982.

_____. **A história nova**. Jacques Le Goff, Roger Chartier, Jacques Revel. _ 4ª Ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. **História: novos problemas**, direção de Jacques Le Goff e Pierra Nora, tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: F.AIves, 1995.

LOPES. Antonio de Pádua Carvalho. A escrita autobiográfica. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides; VAINFAS, Ronaldo. **História e Historiografia**. Recife: Bagaço, 2006.

HOBBSAWM, E. J. **Rebeldes Primitivos**. 2ª . ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Sobre História/** Eric Hobsbawm; tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914/1991/** Eric Hobsbawm. Tradução Marcos Santarrita; revisão teórica Maria Célia Paoli. – São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e atuação das chefias caboclas (1912-1916)**/Paulo Pinheiro Machado.-Campinas, SP:Editora da UNICAMP, 2004

MAFFESOLI, Michael. **O conhecimento em comum: compêndio de sociologia compreensiva**. Brasiliense, 1988.

MALINOWSKI, Bronislau. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**/Bronislau Malinowski. – 2ª. Ed.-São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MALLE, Louis. **Adeus, meninos**/Louis Malle; tradução Glória Lins de Carvalho. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MARTINS, José de Souza. **A Sociabilidade do homem simples: cotidiano e história anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARTINS, Paulo Henrique. (Org.). **A Dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MAUSS, Marcel. **Antropologia**/organizador (da coletânea) Roberto Cardoso de Oliveira: (tradução de Regina Lúcia Moraes Morel, Denise Maldí Meirelles e Ivonne Toscano). – São Paulo: Ática, 1979.

_____. A expressão obrigatória dos sentimentos (1921). In: **MARCEL MAUSS: Antropologia**/ organizador Roberto Cardoso de Oliveira. São Paulo: Ática, 1979.

_____. **Sociologia e Antropologia**, como uma introdução à obra de Marcel Mauss, de Calude Lévy Strauss, tradução de Lamberto Puccinelli. São Paulo. EPU, 1974.

_____. La Nacion. In Lo Sagrado y lo Profano – **Obras I**. Les Editions de Minuit Paris 1970. Primera edicion, 1970.

MELLO NETO, João Cabral de Melo. **Morte e vida Severina e outros poemas** vozes/ João Cabral de Melo Neto. – 4ª. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

MELO, Maria Alba Guedes Machado. **História política do Baixo Médio São Francisco**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 1989.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MENEZES, Marilda A. **Construindo narrativas orais: interações sociais no trabalho de campo**. In: Caderno de Campo, São Paulo: USP, nº 12, 2004.

_____. **Migrantes temporários: fim dos narradores?** São Paulo, neho-História. Revista de Núcleo de Estudos em História Oral, nº 1, nov., 1999.

_____. **Memória e Identidade: leituras do texto de uma migrante portuguesa**. Bauru, ano 2, v.1, pp. 55-98, 2006.

_____. **Uma entrevista em análise: olhares diversos**. Bauru. Revista Pesquisa Qualitativa, ano 2, v. 1, jan/jun, pp. 55-98, 2006.

_____; Guerra, Lemuel. **Formas cotidianas da resistência camponesa**. Raízes. Campina Grande, vol. 21, nº 01, pp. 10-31, jan./jun., 2002.

_____. **História oral: uma metodologia para o estudo da memória**. In: Vivência. UFRN/CCHLA. V. I., nº 1 (jan./jun). Natal: UFRN, 1983.

MICHAEL, Inwood. **Dicionário Hegel**/Michael Inwood. _ Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (1993). **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro: Hucitec, 1993.

MILSS, W. **A imaginação sociológica**. Trad. De W. Dutra. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado**. São Paulo: Duas cidades, 1974.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisita**/Antonio Torres Montenegro. 3ª. Ed. São Paulo: Contexto, 1994.

MORAES, Dione. **Falas da experiência feminina** (memória, narrativa e trajetória de mulheres camponesas nos cerrados piauienses). Raízes. Campina Grande, vol. 22, nº 01, pp. 30-45, jan./jun., 2003.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MOURA, Clóvis. **Sociologia política da Guerra Camponesa de Canudos: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000.

MUSEU DO SERTÃO. (Petrolina, PE), **Museu do Sertão**. Petrolina: Jornal, jan., fev., mar., 1938.

NORA, Pierre. **Entre a memória e a história: a problemática dos lugares**. In: Revista Projeto: História. PUC-SP, São Paulo, n. 10, 1993.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Estudo do cotidiano e pesquisa em Educação: interfaces com as narrativas autobiográficas na compreensão do potencial emancipatório das práticas educativas. In: SOUZA, Eliseu; PASSEGI, Maria da Conceição. (Orgs.). **Pesquisa (auto) biográfica: cotidiano, imaginário e memória**. Natal/RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural do Nordeste**- João Pacheco de Oliveira (org.)- Contra Capa Livraria, 1999.

OLIVEIRA, Paulo de Sales. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: HUCITEC/UNESP, 1998.

OLIVEIRA, Ruy Bruno Bacelar de. **De Caldeirão a pau de colher: a guerra dos caceteiros**. Vitória da Conquista, BA: R.B.B. Oliveira, 1998.

PAUL, Thompson. **A voz do passado: história oral**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, Maria Izabel Galvão Gomes. Práticas educativas, territórios e biografização: reflexões a partir da educação rural. PASSEGI, Maria da Conceição. In: PASSEGI, Maria da Conceição (Org.). **Tendências da pesquisa (auto) biográfica**- Natal/RN: EDUFRN; São Palo: Paulus, 2008.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PEREIRA, Raimundo. **Telegrama do prefeito de São João do Piauí, ao Interventor Federal do Piauí, Leônidas Mello, 8. jan., comunicando sobre a "horda de bandidos no sul do Estado e pedindo providências urgentes"**, 1938.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos (Memória)**, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, PP. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 10, CPDOC, FGV, 1992.

POMPA, Maria Cristina. **Histórias do fim do mundo: para uma leitura do movimento sócio-religioso de Pau de Colher**. Dissertação (mestrado em antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: UNICAMP, 1995.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In **Projeto História**, São Paulo (15), abr., pp. 13-49, 1997.

_____. O Massacre Val di Cjiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política e seso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

PRITCHARD, E. E Evans. **Antropologia social**. Lisboa – Portugal: Edições 70. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. (1976). **Messianismo no Brasil e no mundo**. 2ª. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1972.

_____. **O mandonismo local na vida política brasileira: da colônia à Primeira República** – Ensaio de Sociologia Política – Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo-Brasil, 1969.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social: a Guerra Sertaneja do Contestado (1912-1916)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

QUINTANEIRO, Tânia. **Um toque dos clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed. ver.amp.- Belo Horizonte: Editora UFG, 2002.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar/ Maria Luíza Santos Ribeiro**. – 10ª. ed. – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROCHA, Everardo. **O que é Etnocentrismo**. 11ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas/ João Guimarães Rosa**. – 20ª. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de. **Dos Novos aos velhos coronéis: um estudo das redefinições do coronelismo**. Recife, PIMES, 1974.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social/ Myriam Sepúlveda dos Santos/São Paulo: Annablume, 2003**.

SANTOS, Zacarias Justiniano dos. **Telegramas enviados ao comandante da Polícia Militar Tito Coelho Lamêgo apresentados no Boletim no. 59 de 28, mar. 1938; Boletim no. 34 de 14, fev. 1938 informando sobre operações contra o “inimigo”, 1938**.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conhecimento prudente para uma vida decente.** São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço e tempo: razão e emoção.**/ Milton Santos. – 3ª. ed. – São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **A natureza do espaço: Técnicas e tempo, razão e emoção**/ Milton Santos. – 4ª Ed. I. Reimpr. – São Paulo: Editora da Unviersidade de São Paulo.

SCOTT, James. **Los dominados y el arte de la resistência.** México. Ediciones Era, 1990.

_____. **O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott.** Raízes. Campina Grande, vol. 21, nº 01, pp 32-44, jan./jun., 2002.

SCARES, Elesbão. **Certidão dos Assentamentos Gerais** do Cel. Benedicto Alves da Luz. Polícia Militar do Piauí, 27, out., 1980.

SHARP, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história.** Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SILVA, Agenor Brayner Nunes da. **Ofício nº 279,** da Comissão de Inquérito Administrativo da Brigada Militar de Pernambuco incumbida de proceder a Inquérito Administrativo de prestação de contas contra o Cap.Optato Gueiros, 6. set. 1939.

SILVA, Francisco. **Telegrama** do prefeito de São Raimundo Nonato ao Interventor Federal do Piauí, Leônidas Mello, 10, jan. 1938, comunicando ataque de “bandoleiros” e pedindo remessa de munição, 1938.

SILVA, Hélio. **História da República Brasileira.** In O Estado Novo. Vol. 10. São Paulo, Editora: TRÊS LTDA, 1998.

SILVA, Maria do Carmo Vieira da. **Coletânea de Casa Nova: registros da História de Casa Nova.** Biblioteca Municipal de Casa Nova, 2000.

SILVA, Francisco Paulo da Articulação entre poder e discurso em Foucault. In: SARGENTINI, Vanice; BARBOSA, Pedro. **Michel Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder e subjetividade.** _São Carlos: Claraluz, 2004.

SOUZA, Laura de Mello. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: SOUZA, Laura de Mello. **História da vida privada no Brasil / coordenador geral da coleção Fernando Novaes; organizador do volume Laura de Mello – São Paulo: Companhia das Letras. (v.3), 1998.**

STRAUSS, Anselm L. **Espelhos e Máscaras: a busca da identidade.** -São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

TAROT, Camille. Pistas para uma história do nascimento da graça. In: MARTINS, Paulo Henrique (Org). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social/ tradução Guilherme João de F. Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **História da Bahia/ Luiz Henrique Dias Tavares**. – São Paulo: Editora UNESP: Salvador, BA: Editora EDUFBA, 2001.

TAVARES, Maurino Cezimbra. **Fatos históricos de criminalidade**: estudo médico social. Trabalho apresentado ao Instituto Baiano de história da medicina. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1954.

_____. **Boletim** de ocorrência do Esquadrão Motorizado da Polícia Militar do Estado da Bahia, Destacamento do Vale do São Francisco, no. 9, no. 20, no. 24, no. 26, jan., 1938.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum inglesa no século XVIII e a economia moral revisitada. In: Thompson, E. P. **Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. In: **História Oral**, nº 5. São Paulo/ associação Brasileira de História Oral, v. 5, 2002.

_____. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, A. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. In: FERREIRA, M.M. ET alii. **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: ED. Fiocruz (Casa de Osvaldo cruz), FGV (CPDOC), 2000.

TREBITSCH, Michel. A função epistemológica e ideológica da História Oral no discurso da História Contemporânea. In. MORAES, Marieta (Org.). **História Oral**. Rio de Janeiro: Diadorim/FINEP, 1994.

TURNER, Victor W. **O processo ritual**: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

VAINFAS, Ronaldo; NASCIMENTO, Francisco Alcides. **História e historiografia/ Francisco Alcides do Nascimento e Ronaldo Vainfas (Orgs.) Recife: Bagaço, 2006.**

VASCONCELOS, Sandra Maria Farias. Fazers-e autor e situação traumática na construção de um depoimento de si a partir do olhar sobre o outro. PASSEGGI, Maria da Conceição. In: **Tendências da pesquisa (auto) biográfica/ Maria da Conceição Passeggi. (Org.)**- Natal,RN: EDUFRN; São Paulo:Paulus, 2008.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; Peixoto, Maria do Rosário; Khoury Yara Maria. **A pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 2003.

VILLA, Marco Antonio. **Canudos o povo da terra**. São Paulo: Ática, 1997.

VOVELLE, Michel. Michel Vovelle in: D'ALLÉSSIO, Maria Manson (Org.). **Reflexões sobre o saber histórico**. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 3ª. edição, Brasília, DF, Editora da Universidade de Brasília, 1994.

_____. Max, **Ensaaios sociológicos**. De Max Weber e Mills, C.W. e Gerth (org). In “A política como vocação”. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E. C. **Memória da terra: as rupturas e as novas possibilidades**. In: WHITEKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. (ORGS). **Retratos de assentamentos: auto retrato**, Araraquara, Nupedor/UNEP, nº 2, 1995.

WOLF, Eric. **Antropologia e poder**./Wolf, Eric; organizado por Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro; tradução de Pedro Maia Soares. – Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

ZALUAR, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, Ruth, C. L. (Org.). **A aventura antropológica**. Teoria e pesquisa.- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

C) DE ARQUIVOS PÚBLICOS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. (Recife-PE.). Jornais: Pequeno e Jornal A tarde, jan., fev., mar., 1938

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. (Teresina-PI.) Diário Oficial, jan., fev., mar., 1938.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. (Salvador-BA.). Jornal A Tarde, Jornal Estado da Bahia,

ARQUIVO DO BATALHÃO da Brigada Militar de Pernambuco. (Recife-PE.). Boletim de Ocorrência Jan., a jun., 1938.

ARQUIVO DO BATALHÃO do Esquadrão Motorizado da Polícia Militar do Estado da Bahia. (Salvador, BA.). Boletim de Ocorrência, jan., a jun., 1938.

ARQUIVO DO BATALHÃO de Infantaria da Polícia Militar do Estado do Piauí. (Teresina, PI.). Boletim de Ocorrência, jan. a jun. 1938.

ARQUIVO DO BATALHÃO do Serviço de Saúde do hospital da Polícia Militar do Estado da Bahia. (Salvador, BA.). Boletim de Ocorrência, jan., a jun., 1938.

ARQUIVO DA BIBLIOTECA JURACY MAGALHÃES. (Salvador-BA.). Jornais: Diário da Bahia, Estado da Bahia, O Imparcial, Diário da Tarde, jan., fev., mar., 1938. IBGE.

ARQUIVO DO CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÃO. Informações básicas dos municípios baianos. Baixo Médio São Francisco. Nº. 85. Salvador, BA. 1993.

ARQUIVO DA BIBLIOTECA DA DIOCESE DE JUAZEIRO-BA. Carta anônima – História de Pau de Colher- Assinado por um cidadão desconhecido, maio de 1938.

ARQUIVO DO INSTITUTO JOAQUIM NABUCO (Recife-PE. Revista O Cruzeiro junho de 1953). Entrevista com o Capitão Optato Gueiros.

ARQUIVO DA FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – (Salvador- Arquivo de registro de menores)

ARQUIVO DO CENTRO DE ESTUDOS MUNICIPAIS DE CASA NOVA – História de Casa Nova

ARQUIVO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE PETROLINA – (Petrolina- Acervo de jornais)

ARQUIVO DA BIBLIOTECA NACIONAL E DA BIBLIOTECA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO (acervo de jornais e Diário Oficial da União)

ARQUIVO DA FUNDAC (Salvador) antigo prédio onde funcionou o Instituto de Preservação e Reforma. Secretaria de Documentação. Boletim de Comportamento e Aproveitamento de crianças internas. Ano de 1941e 1942.

C) BOLETINS

BOLETIM DE CAÇADORES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA – Quartel da cidade de Bonfim-BA. Boletim números: 05, 08, 13, 17, 18, 28, 34, 66.

BOLTIM DO ESQUADRÃO MOTORIZADO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA- acantonamento na cidade de Juazeiro-BA. Números, 09, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 24, 25, 28, 34, 30, 38, 47, 54, 97, 100.

BOLETIM DO BATALHÃO DE INFANTARIA DO ESTADO DO PIAUI- Quartel em Teresina. Números: 08, 10, 13, 15, 34, 53, 84, 85, 124, 126, 233.

BOLETIM DA BRIGADA MILITAR DE PERNAMBUCO – Quartel do Derbi. Números: 17, 22, 24. Pasta Confidencial de Optato Gueiros com o processo de aposentadoria e ação ordinária contra o Estado de Pernambuco para ser declarado nulo ato 1.074, de 14 de julho e 1943, que o transfere para a reserva. Documento da comissão de inquérito administrativo pela insuficiência de documentação como gestor da Caixa de Abonos durante a permanência no comando da F.C.CB datado de 6 de setembro de 1939.

C) DE JORNAIS

O Pharol (Petrolina- 1935-1937-1938)

O Estado da Bahia (Salvador – 1937-1938)

Diário da Bahia (Salvador – Janeiro de 1938, fevereiro de 1938)

Diário de Notícias (Salvador- fevereiro de 1938)

Diário da Bahia (Salvador – janeiro, fevereiro, março 1938)

À Tarde (Salvador – janeiro de 1938, fevereiro de 1938)

O Imparcial (Salvador – janeiro de 1938)

Diário da Tarde (Recife – janeiro de 1938)

O Pequeno (janeiro de 1938)

Correio da Manhã (Rio de Janeiro – janeiro, fevereiro e março de 1938)

Jornal do Brasil (Rio de Janeiro – Janeiro, fevereiro e março de 1938)

D) DE FÓRUM

Cartório do Segundo Ofício, no Fórum Desembargador José Manoel Viana de Castro, Cartório Crime, peças do processo de indiciamento dos prisioneiros de Pau de Colher.

Peças do inquérito policial de Jorge Juvenal e José Marcelino da Silva acusados do assassinato de José Vicente de Souza – outubro de 1940.

E) DE MUSEUS

Museu do Sertão (Petrolina- PE. Arquivo de jornais)

Museu do São Francisco (Juazeiro-BA- arquivo de jornais)

F) DE FILMES

ADEUS, MENINOS (Au revoir les enfants). França e Alemanha, Drama. 1 videocassete (103 min.): VHS, NTSC, son., color. Port. Direção de Louis Malle: França e Alemanha: Distribuição: Globo Vídeo, 1987.

NARRADORES DE JAVÉ. Direção: Eliane Caffé: Brasil. DramaLumiere Vídeo Filmes Produções Artísticas LTDA. (100 min). Brasil, 2003

ESCRITORES DA LIBERDADE. Direção Paramount Pictures: Brasil. Drama. Direção: Richard LaGravenese . (120 min). 2007

TAPETE VERMELHO. Direção de Luiz Alberto Pereira. Comédia. (100 min). Brasil: Distribuição: Europa Filmes, 2006.

O TERMINAL. Direção: Steven Spielberg. Comédia, drama, romance. Dreams Works Pictures. (128 min). 2004